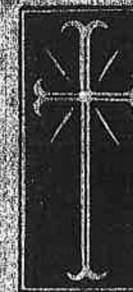
OBRAS COMPLETAS DO

Pe LEONEL FRANCA S.J.

II

A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO

5ª EDIÇÃO



AGIR

A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO

Pe. LEONEL FRANCA, S. J.

Já se acentuou com razão que o ano de 1922 foi a data mais decisiva das letras brasileiras contemporâneas. Nesse ano do centenário da nossa independência se publicaram alguns dos livros mais representativos da nossa cultura moderna. Publicaram-se os últimos grandes livros do parnasianismo, a "Luz Mediterrânea" de Raul de Leoni e a "Lâmpada Velada", de Hermes Fontes. Publicaram-se os primeiros livros sensacionais do modernismo, os "Epigramas Irônicos e Sentimentais" de Ronald de Carvalho, a "Paulicéia Desvairada" de Mário de Andrade e "Os Condenados", de Oswald de Andrade. Junto a êsses volumes de caráter literário, com que se fechava um período e outro se abria, dois se publicaram no plano profundamente religioso e filosófico, em que se abria também um capítulo novo na história do pensamento brasileiro: o renascimento da cultura católica. Êsses dois últimos livros foram "Pascal e a Inquietação Moderna" de Jackson de Figueiredo, e a "A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO" de Leonel Franca, S. J.

Essa obra monumental é que hoje reeditamos, no plano das "Obras Completas" do autor, por êle mesmo traçado. Foi, no tempo, a revelação de um escritor, de um historiador e de um teólogo. Era um nome novo que se

(*Continua na 2.ª orelha*)

A IGREJA, A REFORMA
E A
CIVILIZAÇÃO

OBRAS COMPLETAS DO PADRE LEONEL FRANCA S. J.

Tomo

1.º Noções de História da Filosofia

2.º A Igreja, a Reforma e a Civilização

3.º Relíquias de uma Polêmica e outros estudos

4.º O Divórcio

5.º Ensino Religioso e Ensino Leigo, e outros estudos

6.º Catolicismo e Protestantismo: Lutero e o Sr. Frederico Hansen

7.º O Protestantismo no Brasil

8.º A Psicologia da Fé

9.º A Crise no Mundo Moderno

OBRAS COMPLETAS DO

Pe. LEONEL FRANCA S.J.

II

A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO

5.ª EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO

Livraria AGIR Editôra

1948

IMPRIMATUR. D. Jaime de Barros Câmara,
Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro

IMPRIMI POTEST. P. Arthur Alonso, S. J.,
Praep. Prov. Brasil. Centralis

Livraria AGIR *Editôra*

Rio de Janeiro — Avenida Churchill, 182 C — Caixa Postal 3291
S. Paulo — Praça Ramos de Azevedo, 209, salas 211/12 — C. Postal 6040
Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 919 — Caixa Postal 733

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO "AGIRSA"

PREFÁCIO DA 1.ª EDIÇÃO

Grande é a responsabilidade de quem escreve.

Agitar idéias é mais grave do que mobilizar exércitos. O soldado poderá semear os horrores da fôrça bruta desencadeada e infrene; mas enfim o braço cansa e a espada torna à cinta ou a enferruja e consome o tempo. A idéia, uma vez desembainhada, é arma sempre ativa, que já não volta ao estôjo nem se embota com os anos. A lâmina do guerreiro só alcança os corpos, pode mutilá-los, pode trucidá-los, mas não há poder de braço humano que dobre as almas. Pela matéria não se vence o espírito. A idéia do escritor é mais penetrante, mais poderosa, mais eficazmente conquistadora. Vai direito à cidadela da inteligência. Se a encontra desapercebida (e quantas inteligências desaparelhadas para as lutas do pensamento!) toma-a de assalto, instala-se no seu trono e daí dirige e governa, a seu arbítrio, tôda a atividade humana. Pelo espírito subjuga-se a matéria.

Quantos crimes que se atribuem à fôrça e são filhos da idéia! Se fôra perfeita a justiça humana, muita vez, não sôbre o braço que vibrou o punhal assassino mas sôbre a pena que semeou a idéia homicida, é que deveram pesar os rigores da sua severidade.

Grande sempre é a responsabilidade de quem escreve! Mas se é religioso o livro que se atira às multidões, essa responsabilidade assume quase proporções infinitas. Semear idéias religiosas é dirigir consciências. E dirigir consciências é orientar o homem no problema do seu destino, cuja incógnita se resolve na tremenda alternativa de duas eternidades, uma infinitamente feliz, outra infinitamente desventurada. À perspectiva destas inelutáveis e irreparáveis conseqüências, como devera tremer a mão do escritor que se abalança à gravidade de tamanha emprêsa! Que respeito re-

ligioso à verdade! Que prudência circunspecta nas asserções! Que certeza absoluta e inconcussa nas doutrinas que se querem inculcar às almas! Que delicadeza de escrúpulos em fulminar anátemas contra convicções que nutrem, vigoram e confortam a vida espiritual de milhões dos nossos semelhantes! Mais do que qualquer outro, um livro religioso deve ser obra de ciência e obra de consciência.[1]

No Brasil, o Sr. Eduardo Carlos Pereira, professor de gramática no Estado de São Paulo, não recuou ante a gravíssima responsabilidade de publicar um estudo de controvérsia religiosa.[2]

São vastas as ambições do autor. O Brasil parece-lhe pequeno teatro de expansão às idéias. É à imensidade da América latina que dirige os esforços da sua propaganda.

A seu ver, em tôda essa dilatadíssima extensão ainda não está definitivamente resolvida a mais grave, a mais importante, a mais transcendental das questões, que podem preocupar um povo: a questão religiosa. É ainda um problema, isto é, uma incerteza, uma dúvida em busca de solução. E a solução, sua solução, êle a propõe, clara e categòricamente, sem rebuços nem reservas. Cumpre renunciarmos a todo o nosso passado religioso, descrermos o símbolo dos nossos pais, içarmos a bandeira da revolta contra Roma e bandearmo-nos para o protestantismo. O dia em que a América latina fôr luterana, calvinista, anglicana, metodista, presbiteriana, anabatista, unitária, sociniana, etc., etc. assinalará o advento de sua idade de ouro. A cornucópia protestante choverá então a liberalidade dos seus bens sôbre os infelizes que ora gemem sob o jugo aviltante do Papado. Agricultura, comércio, indústria, liberdade, ciência, moralidade, tudo florescerá nos resplandores de uma nova civilização, nascida, de chôfre, ao toque mágico de uma varinha prodigiosa, cujo condão é monopólio dos filhos de Lutero.

---

1. Em argumento semelhante Rui Barbosa: "A natureza de tais questões exigia que delas não se aproximasse ninguém senão com uma sinceridade absoluta e uma intensíssima percepção da sua gravidade... É dos interêsses eternos do homem que se trata, das suas relações com Deus, das suas responsabilidades, das bases morais da família e da sociedade. Com a consciência, a sua liberdade, os seus direitos não se especula, não se transige, não se joga". *Discurso proferido em Belo Horizonte em 1910.* Excursão eleitoral aos Estados da Baía e Minas Gerais, Garraux, S. Paulo, 1910, pág. 213. "Jouer avec les questions qui dominent la vie et la mort, avec la nature mystérieuse, avec Dieu, se faire un sort littéraire et philosophique aux dépens du vrai, ou hors la dépendance du vrai, n'est-ce pas un sacrilège?" . Sertillanges, *La vie intellectuelle*(4), Paris, 1921, p. 12.

2. *O problema religioso da America latina.* Estudo dogmático-histórico por E. Carlos Pereira, Emprêsa Editôra Brasileira, São Paulo. Sem data (1920).

Tal em resumo o pensamento inspirador do Sr. Carlos Pereira. A primeira e a última página do livro exprimem-no com brevidade e clareza. No frontispício da obra lê-se "o problema religioso da América latina". É o ponto da partida: um problema de cuja incógnita se procura o valor. "Fora de Roma, dentro do Cristianismo" é o fecho do livro, que condensa a solução do gramático teólogo.

Fácil é de ver com que avidez nos atiramos a lê-lo. A gravidade do assunto, o arrôjo da novidade, o subtítulo "estudo dogmático-histórico" a prometer-nos um trabalho de fôlego, tudo nos solicitava e prendia a curiosidade. Lemo-lo atentamente, uma e outra vez. Foi uma decepção, uma triste e amarga decepção. Contávamos com um livro de ciência; deparamos com uma obra de fancaria. Esperávamos uma obra de consciência e caiu-nos nas mãos um libelo de sectário apaixonado.

O leitor que tiver a paciência de ler até o fim as páginas dêste modesto trabalho fàcilmente se convencerá de que não exagero: todo êle é uma longa e evidente demonstração de quanto acabo de afirmar.

Não empreenderemos, porém, por miúdo a confutação de todos os erros e ilogismos do pastor brasileiro. Esta emprêsa nos levaria longe e ensancharia matéria para mais de um volume. Fôra reabrir, sem necessidade, todos os velhos debates com o protestantismo. A apologética serena e profunda dos grandes controversistas católicos já exauriu o argumento e rebateu, uma a uma, de maneira vitoriosa e irrespondível, tôdas as falsidades dos inovadores do século XVI. Não há porque recomeçar êsse trabalho imenso de erudição histórica segura, de discussões teológicas bem travadas, de perspicácia dialética irrefragável e triunfante.

Aliás, todo o nervo da controvérsia entre católicos e protestantes reside numa questão fundamental, cuja solução definitiva decide o êxito da pendência multissecular. Onde se acha o verdadeiro cristianismo? Onde a Igreja genuína fundada pelo Salvador? Cristo instituiu um magistério vivo, infalível, autêntico, uma Igreja visível, hierárquica, indefectível, depositária incorruptível dos seus ensinamentos, encarregada de os transmitir, na sua pureza primitiva, às gerações de todos os tempos? Ou, pelo contrário, quis o divino Salvador que a sua doutrina, embalsamada nas letras mortas de um livro, flutuasse à mercê do arbítrio e das incertezas da interpretação individual; que, sem vínculo orgânico, sem harmonia de fé, sem

unidade de moral, sem coesão de govêrno, se pulverizasse a sua Igreja, no decurso dos tempos, em mil seitas contraditórias — vasto acervo de pedras que mais assemelhassem a montão ruinoso de sistemas humanos que à majestade harmônica de um templo divino?

Se assim é, o protestantismo tem razão. Mas se, ao invés, é verdadeira a primeira hipótese, só a Igreja católica, apostólica, romana reúne os verdadeiros caracteres da instituição divina de Cristo. Essa é a Igreja da qual está escrito que é coluna e firmamento da verdade; essa a Igreja, cujos ensinamentos e decisões deverão ser ouvidas pelos fiéis sob pena de serem considerados como pagãos e pecadores; essa a Igreja, que nas promessas divinas tem o penhor de imortalidade: contra ela não hão de prevalecer as portas do inferno, com ela estará o Salvador todos os dias até à consumação dos séculos.

Aqui, pois, vibra o âmago da questão. Aqui importa concentrar os fogos. Aqui se deve renhir a batalha campal decisiva. O mais são guerrilhas de diversão, escaramuças sem importância.

Para iluminar êste ponto capital convergirão todos os nossos esforços. No primeiro livro poremos em relêvo os caracteres divinos da Igreja católica, vindicando-a ao mesmo tempo das acusações adversárias. Em tôrno do Papado, alvo a que de modo particular atira a pontaria do inimigo, gravitará tôda a discussão dessa primeira parte. A segunda será consagrada ao exame dos títulos credenciais do protestantismo. Na sua origem bastarda, nas contradições das suas doutrinas fundamentais verá o leitor o sinete inconfundível de uma adulteração humana da grande obra de Cristo.

E aqui terminaria a nossa tarefa se o Sr. Carlos Pereira não transferisse o debate para o campo social. A idéia fixa de que o protestantismo constitui o fator poderoso de todos os progressos modernos e o catolicismo a remora da civilização, é a alma inspiradora do seu livro. À crítica serena e imparcial desta grande mistificação histórica, guindada às alturas de tese irrefutável, consagraremos a terceira e última parte do nosso estudo. Com a balança da justiça e à luz dos fatos, pesaremos os méritos reais do catolicismo e da Reforma luterana no desenvolvimento econômico, intelectual e moral da humanidade. Os resultados desta investigação conscienciosa nos darão a chave do problema religioso não só na América, senão no mundo inteiro.

Ao amor ardente, leal e desinteressado com que estremecemos a nossa pátria devíamos esta insignificante mas sincera contribui-

ção dos nossos esforços na luta pela verdade — por essa verdade que eleva as inteligências e enobrece os corações, que saneia, vivifica e salva os indivíduos e os povos.

Mais tardiamente do que nos pedira a consciência saem à luz estas observações críticas. Afastados momentâneamente do Brasil e absorvidos por outras ocupações inadiáveis, só volvido um ano da sua publicação, nos veio ao conhecimento a obra do ilustre gramático paulista. Serôdio, pois, virá o fruto dos nossos trabalhos, mas, queremos crê-lo, nem por isso menos grato ou menos útil.

A dádiva de um coração amigo é sempre acolhida com benevolência; a luz da verdade nunca amanhece tarde nas almas.[3]

Roma, 1922.

P. LEONEL FRANCA S. J.

3. Julgamos desnecessário chamar a atenção dos leitores sôbre a posição lógica em que nos colocamos. Não fazemos um estudo completo de apologética; discutimos apenas questões controvertidas entre católicos e protestantes. Nessa altura, supomos demonstradas e admitidas as verdades fundamentais do cristianismo: a existência de Deus, a divindade ou pelo menos a missão divina de Cristo e a inspiração da Bíblia. Neste terreno comum aos nossos adversários é que travamos o combate. O materialista que rejeita um Deus pessoal e transcendente, o racionalista que nega o sobrenatural cristão não são aqui diretamente visados pelos nossos argumentos. Não queremos com isto dizer que a leitura destas páginas lhes seja de todo inútil. O fato positivo da *existência atual* da Igreja, una e imutável, a continuar uma vida duas vêzes milenária e maravilhosamente fecunda em frutos de civilização e santidade, constitui, sem dúvida, uma prova majestosa da sua instituição divina.

A protestantes e incrédulos só peço que me leiam com o ânimo desprevenido de quem deseja sinceramente conhecer a verdade para abraçá-la com generosidade e amor.

PREFÁCIO DA 2.ª E 3.ª EDIÇÃO

Leves retoques distinguem esta edição da primeira. Não nos pareceu conveniente refundir a obra ou mudar-lhe o caráter primitivo. As relações que a ligam ao livro do Sr. Eduardo Pereira são mais superficiais do que à primeira vista poderiam parecer. Ao falecido professor de S. Paulo faltava de todo em todo a originalidade. Da sua pena não saiu uma idéia nova ; a sua dialética não formulou contra o catolicismo um só argumento inédito. "O Problema religioso da América latina" não passa de uma compilação apressada das dificuldades vulgarizadas pelos manuais de propaganda protestante. Se preferimos colhê-las na sua pena de brasileiro e contemporâneo foi para dar mais vida ao debate ; se freqüentemente citamos as suas próprias palavras foi para dar uma prova da mais absoluta sinceridade. Um e outro motivo justificam ainda a conservação da forma primitiva.

Sob estas aparências literárias de feitio polêmico foi nosso desejo fazer um estudo sério e desapaixonado das questões fundamentais que, no campo religioso, separam da Igreja católica tantos dissidentes.

Ante a propaganda invasora do protestantismo alienígena, com o seu proselitismo nem sempre nobre e sempre desfibrador do caráter nacional, um estudo dêste gênero conserva, cremos, tôda a sua atualidade.

Ao oferecê-lo, ainda uma vez, ao público brasileiro, queremos cumprir o gratíssimo dever de apresentar-lhe aqui o testemunho do nosso mais sincero reconhecimento pela benevolência generosa com que acolheu as primeiras edições do nosso trabalho.

LEONEL FRANCA S. J.

SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ML — MIGNE, J. P., *Patrologiae cursus completus*, Series latina, Parisiis, 1844 ss. 221 vols. O número romano indica o volume ; o arábico, a coluna.

MG — MIGNE, J. P., *Patrologiae cursus completus*. Series graeca, Parisiis, 1857 ss. 161 vols. Citações como acima.

F — FUNK F. X., *Opera Patrum apostolicorum*, ed. 2. Tubingae, 1887, 2 vols. O número romano indica o volume ; o arábico, a página.

MANSI — MANSI JOAN DOM., *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima collectio*, Florentiae, 1759 ss. Citações como acima.

HARDUIN — HARDUINI JOANNIS, *Conciliorum collectio regia maxima*, Parisiis, 1715 ss. Citações como acima.

Obras dos fundadores do protestantismo

Lutero

WALCH — É a edição publicada em Halle entre 1740 e 1753 sob a direção de J. G. WALCH, professor em Iena. Compreende em 24 vols. as obras alemãs, latinas e a tradução alemã das latinas. O número romano indica o volume ; o arábico, a página.

Erl. — M. LUTHER, *Saemtliche Werke*, Erlangen, 1826 sq. Esta edição das obras alemãs de Lutero compreende 67 vols. e foi publicada sob a direção de J. G. PLOCHMANN e J. A. IRMISCHER. Do tomo 1-16 citamos a 2.ª edição, publicada por ENDERS em Francoforte e Erlangen em 1862 e ss. Citações como acima.

Weimar — D. MARTIN LUTHERS, *Werke*, Kritische Gesamtausgabe, Weimar, 1883 ss. Desta edição crítica que até 1914 contava 50 vols. é que nos servimos mais freqüentemente. Citações como acima.

DE WETTE — LUTHERS *M., Briefe, Sendschreiben und Bedenken* vollstaendig gesammelt von W. M. L. DE WETTE, Berlin, 1825-1828. São as epístolas de Lutero reunidas em 5 vols. aos quais SEIDEMANN acrescentou um sexto, Berlim, 1856. Citações como acima. Foi a edição que tivemos quase sempre entre mãos.

ENDERS — *Dr. Martin Luthers Briefwechsel* bearbeitet und mit Erlaeuterungen versehen von Dr. M. ERNEST LUDWIG ENDERS, Frankfurt a. M., 1884 ss. É a última edição da correspondência de Lutero. Citações como acima.

Melanchthon

Corpus Reformatorum. — MELANCHTHONIS *Opera omnia, ed.* BRETSCHNEIDER, Halis Saxoniae 1834-1863. No Corpus Reformatorum vols. 1-28.

Calvino

Opera — J. CALVINI, *Opera Omnia* quae supersunt ediderunt G. BRAUN, E. CUNITZ, E. REUSS, Brunsvigae 1863-1900, 59 vols. No Corpus Reformatorum vols. 29-87.

Zwinglio

Opera — HULDREICH ZWINGLIS *saemtliche Werke.* Unter Mitwirkung des Zwingli-Vereins in Zürich herausgegeben von Dr. E. EGLI und Dr. G. FINSLER, vol. I, Berlin 1904; vol. II, Leipzig 1908. No Corpus Reformatorum vols. 88-89.

Werke — HULDRICI ZWINGLII, *Opera.* Completa editio prima curantibus MELCHIORE SCHULERO et IO. SCHULTHESSIO, Turici 1824-1842, 8 vols.

LIVRO I

A IGREJA CATÓLICA

Capítulo I

S. PEDRO, PRIMEIRO PAPA

Introdução — A Igreja no plano divino

A obra da Redenção consumou-se com o sacrifício do Gólgota. O sangue divino derramado na cruz reatou as relações de amizade entre o homem prevaricador e o Pai das misericórdias. Uma nova vida moral inaugurou-se para a humanidade regenerada. Foi necessária a imolação de um Deus para levar a efeito a grande reconciliação que havia sido a esperança dos séculos passados e devia ser a alegria das gerações porvindouras.

Mas era ainda mister a intervenção de um Deus para converter e santificar a humanidade, para levar os frutos do sacrifício divino a todos os filhos da Redenção, na perpetuidade do tempo e na universalidade do espaço. Ao mundo, que já havia sido resgatado e ainda o ignorava, ao palácio dos Césares, aos filósofos de Atenas e de Roma, às multidões imersas na ignorância e na corrupção, cumpria pregar a Boa Nova, iluminadora das inteligências e purificadora dos corações. Do gênero humano disperso, dividido, sempre instável nas suas incertezas, sempre amigo de novidades curiosas e de liberdades sem freio, formar um povo de Deus, uma nação de eleitos, vinculados pelos laços da mesma fé e de uma só moral — eis o complemento espontâneo da missão redentora de Cristo. Árdua e sôbre-humana emprêsa! Mais árdua ainda e mais sôbre-humana se considerarmos que esta regeneração espiritual, esta transmissão de um corpo de doutrinas e de leis deverá perpetuar-se atra-

vés das gerações. A todos os povos escadeados no curso dos séculos e disseminados pela extensão do globo, tão diferentes por índole, costumes, educação, cultura e instituições, há-de chegar a doutrina salvadora do Evangelho. Intacta, imutável, incorrupta, ela deverá sobreviver a tôdas as migrações dos povos, a tôdas as revoluções, a tôdas as guerras, a tôdas as constituições políticas, — única firme na torrente das coisas humanas que tudo arrasta nos vórtices de sua incessante mutabilidade.

A misericórdia de Deus realizou a obra da Redenção ; o poder e a sabedoria de Deus perpetuaram-lhe os frutos divinos. Depois da cruz, a Igreja. Depositária fiel da doutrina de Cristo, prolongamento natural de sua missão na terra, a Igreja será o órgão destinado a assegurar a salvação do homem e a imortalizar entre nós a presença do Redentor. Cristo instituiu-a e deu-lhe a forma de sociedade visível, orgânica, hierárquica.

Nada mais em harmonia com as exigências do plano divino do que a instituição da sociedade espiritual das almas. Tudo é ordem, tudo é unidade, tudo é hierarquia nas obras do soberano Artista. Os espíritos limitados dispersam. As grandes inteligências ordenam, concentram, unificam.

Contemplai o espetáculo da ordem física. Em cada indivíduo um *princípio de unidade* centraliza e dirige-lhe tôdas as energias ao mesmo fim. Sob o seu impulso misterioso os sêres resistem à ação desagregadora das fôrças adversas, conservam tenazmente a própria feição específica e, se o sôpro da vida os anima, perpetuam-se na imortalidade das gerações. Na ordem universal, as espécies subordinam-se hieràrquicamente e os reinos se entreajudam num intercâmbio admirável de serviços. A matéria bruta subministra à vida os elementos do seu organismo e as energias de sua atividade. A planta serve ao animal, o mineral à planta, a planta e o animal, ao homem. Destarte, na ordem física, tôda a natureza concorre para preparar ao mais nobre dos sêres visíveis o banquete necessário à conservação e ao desenvolvimento da sua vida orgânica.

Elevai-vos agora à ordem intelectual. Também aqui, subordinação e hierarquia dos espíritos : gênios, talentos, inteligências medíocres ; almas grandes que devassam com o olhar penetrante de águia novos horizontes intelectuais ; almas de possante envergadura que assimilam, aprofundam, vulgarizam as descobertas geniais ; almas rasteiras e comuns que vivem do alimento que lhes subministram os aristocratas do pensamento. No seio da humanidade

acendeu a Providência um foco de luz intensa, criou um senado de grandes homens que, de geração em geração, transmitem o patrimônio da ciência, da arte, da razão, dos grandes princípios, dos axiomas imortais que são a vida e a norma das inteligências. Quem rejeita êste magistério da tradição, esta herança preciosa do passado esteriliza-se condenando-se irremissìvelmente à impotência do isolamento.

Vêde agora com que suavidade enérgica dispôs a divina Sabedoria que se conservassem e transmitissem todos êstes bens, físicos e intelectuais, na ordem do universo. Enquanto aos sêres inferiores, com o império inelutável das leis físicas, impôs o agrupamento em sistemas harmoniosos, aos homens, em cujo peito arde a chama da liberdade, ordenou se unissem em sociedades hieràrquicamente organizadas. Não é a necessidade fatal de uma lei fìsicamente inviolável, é o pêso de tôda a nossa natureza que espontâneamente nos inclina ao convívio dos nossos semelhantes. No ser racional a sua fraqueza, o seu gênio, as suas tendências, as exigências poderosas do desenvolvimento físico, intelectual e moral, tudo reclama a sociedade em cujo seio depôs a Providência os germes da sua perfeição. Revolvei a história : por tôda a parte encontrareis o homem social ; o homem isolado, nenhures. Nasce ; e a família para logo o envolve numa atmosfera de carinhos e simpatias, de cuidados e desvelos, de luz e amor. Desenvolve-se, adolesce ; e a pátria o acolhe na vastidão do seu seio, oferece-lhe campo variado ao exercício de suas faculdades, autoridade à tutela dos seus direitos, perspectiva esperançosa à realização de suas aspirações. Ainda uma vez encontramos na ordem, na subordinação e na hierarquia as condições normais de vida e progresso.

Demos o derradeiro passo. Além das aptidões físicas de um organismo animal, além das virtualidades intelectuais e morais de uma alma inteligente e livre, eu reconheço no homem a capacidade de uma vida divina, uma sêde de luz infinita, de felicidade infinita. Esta sêde do infinito, só Deus pode saciá-la. E Deus se fêz homem para comunicar ao homem a sua vida e Deus disse ao gênero humano : Eu sou a Verdade, Eu sou a vida. Mas onde contemplar com segurança a luz desta verdade, onde haurir, em sua pureza, a plenitude desta vida ? Não haverá também uma sociedade superior, hierárquica, visível, fundada por Deus para ser a depositária dos seus dons, o foco inextinguível da luz e do amor sobrenatural ? Sim ; a harmonia no plano divino a pede, a natureza social

do homem a lembra, instituiu-a a vontade positiva de Cristo. O grande foco de luz divina, a autoridade encarregada de a conservar, a fonte desta maternidade santa que gera os eleitos é a Igreja.

Por outra razão ainda convinha que as almas remidas não se dispersassem isoladas no espaço, mas se reunissem num grande organismo social tão visível, tão brilhante, tão evidente que todo o homem de boa vontade o pudesse fàcilmente descobrir e identificar. Deus não violenta a nossa liberdade; livres somos e livremente havemos de aceitar os seus dons. A medida da nossa fé — resposta da inteligência à revelação divina — e do nosso amor — resposta do coração à efusão de sua vida — será a medida de nossa glorificação na eternidade. Mas na Igreja do céu não serão recebidos senão os que houverem pertencido à Igreja da terra. Está escrito: quem não crer e não fôr batizado não se salvará. Pedia, pois, a justiça de Deus que a sociedade depositária autêntica da doutrina divina brilhasse entre os homens com os resplandores de uma luz inconfundível. E Deus não faltou à sua justiça. Por isso, iluminou o berço da Igreja com a auréola dos milagres e lhe cingiu a fronte com o diadema visível de Rainha da Verdade. Só na coroa da Igreja refulgem, quais gemas preciosas, a unidade, a perpetuidade e a universalidade. São as prendas do Divino Espôso que a distinguirão eternamente das adulterações humanas, das sociedades heréticas ou cismáticas. Aquêles caracteres inimitáveis serão para tôdas as gerações o critério infalível que assinalará a verdadeira Cidade de Deus na terra.

Concluamos: uma sociedade externa, hierárquica, fundada por Cristo para comunicar às almas os tesouros da redenção é o mais belo remate às obras da Sabedoria e do Amor de Deus.

O protestantismo destruiu esta maravilhosa harmonia. Filho de um orgulho rebelde, obedeceu à psicologia de quase todos os revoltados: negou a autoridade que o condenava. Sem autoridade não há sociedade. A primeira negação acarretou lògicamente outra, mais profunda e radical. Para os temerários inovadores já não haverá hierarquia nem Igreja visível. As almas resgatadas dispersam-se, como bólides no firmamento, sem um centro de unidade. A doutrina do Evangelho é desamparada a tôdas as flutuações do livre exame e dos caprichos individuais. À organização social do cristianismo sucede o mais extremado individualismo religioso. Ficou, assim, arruinada pelos alicerces a obra admirável de Cristo. Onde reinava a ordem, implantou-se a confusão; onde a autoridade unia, entrou a revolta a separar; onde irradiava a verdade defendida por um magistério infalível, começou a campear o êrro fragmentado em mil formas contraditórias. Quebrado o escrínio em que Deus o encerrara, o tesouro divino foi dilapidado pelos perdulários da razão e da fé.

Bastaria esta consideração sintética da dissonância que introduz o protestantismo na harmonia das criações divinas para imprimir na obra dos reformadores o sigilo da falsificação humana. Mas a verdade não perde em ser examinada e discutida em todos os seus aspectos. As minúcias da análise só lhe poderão acrescentar brilho à luz nativa e firmeza à solidez dos fundamentos.

O caráter social da Igreja, a sua constituição hierárquica resumem-se na instituição divina do Papado. A existência, portanto, de uma autoridade suprema e infalível preposta por Cristo à sua sociedade religiosa e à tutela do patrimônio da revelação — eis o âmago da controvérsia entre católicos e protestantes. Contra a rocha de Pedro, sempre vivo nos seus sucessores, os pontífices romanos, concentram os nossos adversários todo o fogo de suas baterias. Mostrar a solidez de resistência dêsse divino baluarte é nossa tarefa indeclinável.

Segundo o Sr. Carlos Pereira, quatro são "os elos da corrente que deve prender a metafórica barca de S. Pedro ao cais de uma instituição divina: 1.º Pedro é a pedra fundamental de que trata o texto de S. Mateus XVI, 13-19..., 2.º Pedro foi o superior hierárquico dos apóstolos; 3.º Pedro estabeleceu em Roma a sede de seu episcopado...; 4.º Pedro instituiu os bispos de Roma seus herdeiros", p. 215.

À luz da crítica severa e imparcial, examinemos, um por um, os quatro artigos do requisitório protestante.

§ 1. — *Promessa e investidura do primado.*

Sumário — Preeminência de Pedro no Colégio Apostólico. — A grande promessa: *tu es Petrus;* as chaves do reino dos céus; o poder de ligar e desligar. — Investidura solene do primado: *Pasce oves meas.* — A voz dos séculos.

Preeminência de Pedro no Colégio apostólico. — A promessa e colação do primado a Pedro não é um fato insulado no Evangelho. Tôda a narração histórica do ministério de Cristo conspira em assinar no Colégio dos Doze um lugar de preeminência ao futuro chefe

da Igreja. Dir-se-ia que os evangelistas, tão sóbrios em informações sôbre os outros apóstolos, não perdem ensejo de falar de Pedro, de referir-lhe as palavras, de registrar os sinais de predileção com que o distinguia o Salvador.[1]

Pela primeira vez apresenta-se a Cristo o humilde pescador da Galiléia: "Tu és Simão, diz-lhe Jesus, tu te chamarás Cefas, isto é, Pedra".[2] Era a imposição de um nome novo, muito nos estilos de Deus,[3] rica de significados e de promessas.

Durante a sua pregação apostólica é a barca de Pedro a preferida por Cristo para doutrinar as turbas.[4] Se se demora em Cafarnaum, na casa de Pedro é que se hospeda.[5] É Pedro quem, quase sempre, fala em nome dos apóstolos. É a Pedro, como o principal do grupo, que se dirigem os coletores do didracma para saber se o Mestre solvia o tributo do Templo e Jesus paga a taxa legal por si e por Pedro.[6]

Ao escrever as suas memórias, em tempos posteriores, são os próprios evangelistas que timbram em salientar êste lugar preponderante de Simão no Colégio apostólico. Quatro catálogos dos apóstolos depara-nos o Novo Testamento.[7] A ordem em que se sucedem os outros nomes varia de um para outro, mas em todos êles, como Judas o traidor fecha sempre a enumeração, assim Pedro, invariàvelmente, ocupa o primeiro lugar, o lugar de honra. Nem é casual coincidência. S. Mateus observa expressamente: Primeiro, Simão que se chama Pedro. Primeiro, em que? em idade? nenhum indício positivo o insinua, nem a ancianidade foi certamente o critério adotado pelos historiadores sagrados que alteram a ordem dos outros nomes e mencionam João antes de outros apóstolos mais idosos. Prioridade de vocação? Tão pouco, em que pese ao Sr. Carlos Pereira.[8] A eleição para o *apostolado* foi simultânea para os Doze.[9] A vocação inicial de Pedro para *discípulo*, se foi anterior à de muitos apóstolos, não foi absolutamente a primeira. André e outro discípulo seguiram antes os passos do Messias.[10] Um segundo chamado de Cristo feito nas bordas do lago Tiberíades e narrado pelos sinópticos apresenta para os quatro apóstolos Simão, André, João e Tiago uma simultaneidade moral que não permite estabelecer nenhuma prioridade cronológica.

1. S. Pedro é nomeado no Novo Testamento 171 vêzes; depois vem S. João, 46 vêzes. A observação é de Vladimiro Solcview, o maior filósofo russo do século passado, convertido ao catolicismo: "Ceux de nos lecteurs orthodoxes qui, pour reconnaître le rôle exceptionnel de Pierre dans l'histoire du N. T., ne trouveraient pas suffisante l'autorité des S. Pères tels que Jean Chrysostôme, ni même celle des théologiens russes tels que Mgr. Philarète, seront peut-être accessibles à une preuve pour ainsi dire statistique. En considérant que parmi les disciples immédiats de Jésus aucun n'a autant de droits à une place marquée que Saint Jean, l'apôtre bien-aimé, j'ai compté combien de fois les Evangiles et les Actes font mention de Jean et combien de fois de Pierre. Il se trouve que le rapport est de 1 à 4, à peu près. S. Pierre est nommé 171 fois... (114 dans les Évangiles et 57 dans les Actes) et S. Jean — 46 fois seulement (38 fois dans les Évangiles, y compris les cas ou il parle de lui même d'une manière indirecte et 8 fois dans les Actes)". *La Russie et l'Église universelle*, Paris 1889, p. 154, nota 2.

2. *Joan.*, I, 42.

3. Três vêzes em tôda a Escritura mudou Deus o nome dos homens e em tôdas três se tratava de elevar um particular à dignidade de chefe dos eleitos. Mudou-o a Abraão, "quia patrem multarum gentium constitui te" *Gen.*, XVII, 5; mudou-o a Jacó: "appellavit eum Israel dixitque ei... Gentes et populi nationum ex te erunt" *Gen.*, XXXV, 10. Mudou-o finalmente a Pedro: "tu es Petrus et super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam" *Matth.*, XVI, 18.

4. *Luc.*, V, 1-4.

5. *Matth.*, VIII, 14; *Marc.*, I, 29; *Luc.*, IV, 38.

6. *Matth.*, XVII, 24-27.

7. *Matth.*, X, 2-4; *Marc.*, III, 16-19; *Luc.*, VI, 14-16; *Act.*, I, 13.

Voltemos ainda ao ministério de Cristo. Quando nas circunstâncias mais solenes de sua vida, — na ressurreição da filha de Jairo, manifestação da sua onipotência, na Transfiguração do Tabor, irradiação de sua glória, na agonia do jardim das oliveiras, mistério de suas dores, — Jesus escolho, como testemunhas, a três dos seus apóstolos, Pedro é ainda invariàvelmente nomeado em primeiro lugar.[11] Às vêzes, todo o colégio apostólico é compreendido pelo historiador sagrado numa expressão coletiva; só Pedro é singularmente designado: "Pedro e os que o acompanhavam", nem mais nem menos como dizem de um rei e o seu séquito, de um chefe militar e de sua escolta: "David e os que o seguiam, o centurião e os que o acompanhavam".[12]

Não cabe, pois, dúvida, alguma. Manifestamente S. Pedro aparece-nos como o apóstolo *principal;* entre os seus companheiros gozava de uma preeminência incontestável. Era êste um simples *fato* ou também um direito? Era, como pretende o Sr. Carlos Pereira, uma simples ascendência *moral* devida às qualidades do seu

8. "Sendo o apóstolo *mais antigo* (?) e de um temperamento arrojado era êle no Colégio apostólico o primus inter pares", p. 211.

9. *Matth.*, X. 1; *Marc.*, III, 13-15.

10. *Joan.*, I, 35-42.

11. *Marc.*, V, 37; IX, 12; XIV, 33 e lugares paralelos.

12. "Simon et qui cum illo erant", *Marc.*, I, 36; "David et qui cum eo erant", *Marc.*, II, 25; "Centurio et qui cum eo erant", *Matth.*, XXVII, 54; cfr. *Luc.*, VIII, 45; IX, 32; *Act.*, II, 14; V, 29; *Marc.*, XVI, 7.

caráter e análoga ao "primado moral que exercem espontâneamente os *leaders* das câmaras deliberativas, ou os deputados que se impõem pelo seu caráter e influência?" p. 211. Ou era, pelo contrário, uma superioridade querida por Cristo, sancionada pelo seu beneplácito, firmada nas suas promessas? Abramos o Evangelho e saibamos ler.

Evidentemente, não há falar aqui de uma supremacia de jurisdição efetivamente exercida por Pedro, *durante a vida mortal do Divino Mestre*. Jesus, vivo e presente entre os discípulos, era o seu único e natural superior. O que importa determinar é se Cristo havia prometido um verdadeiro primado de jurisdição a algum dos Doze e se as expressões registradas pelos evangelistas não são mais que os reflexos dos raios desta futura primazia.

Impossível, dizem os adversários do Papado que, sem perder tempo, já o querem impugnar no primeiro dos papas. Uma ascendência jurídica prometida pelo Mestre não se concilia com as contendas dos discípulos sôbre qual dêles era o maior, menos ainda se harmoniza com os ensinamentos explícitos do Salvador que condena qualquer prelazia no Colégio apostólico. Um fato e uma doutrina — eis o que nos opõem. Analisemos o fato e expliquemos a doutrina.

Como concordar a altercação dos discípulos com a promessa de uma primazia feita por Cristo a Pedro? Uma questão dirimida pelo Salvador, podia ainda ser objeto de controvérsia entre os Doze? Fôra mister não conhecer a rudeza dos apóstolos para ver aí dificuldade séria. Quantos ensinamentos ouviram êles, claros, repetidos uma e muitas vêzes, sem compreender! Quantas vêzes não insistiu o Messias no caráter espiritual do seu reino! E poucos momentos antes da Ascensão não se sai um dos discípulos com a pergunta impertinente: "É agora, Senhor, que ides restituir o reino de Israel?" [13] Haverá no Evangelho profecia menos equívoca, mais inteligível, mais insinuada pelo Salvador, que a de sua paixão e morte? "É necessário que o Filho do Homem sofra, que seja reprovado pelos Anciãos, Príncipes dos Sacerdotes e Escribas, que seja pôsto à morte e ao terceiro dia ressuscite". [14] A predição foi renovada insistentemente em outras ocasiões, adumbrada em mil lugares diversos. Mas aquelas almas toscas que sonhavam com os triunfos temporais do messianismo vulgar eram refratárias ao escândalo da cruz. Quando se realizaram os vaticínios do Mestre, perturba-

13. *Act.*, I, 7.
14. *Luc.*, IX, 22; cfr. *Luc.*, IX, 44; XVIII, 31-33.

das e abatidas, no que devera ser um refôrço de prova da divindade do Messias, viram só o naufrágio de tôdas as suas esperanças. A mensagem pascoal da ressurreição encontrou-os ainda humilhados e incrédulos: *stulti et tardi corde ad credendum!* [15]

No nosso caso, a explicação é ainda mais simples. As palavras de Cristo a Pedro encerravam apenas, como veremos, uma promessa. [16] Seguiu-as, a breve trecho, uma grave repreensão do Senhor ao mesmo apóstolo, que, voltando a pensamentos humanos, tentava dissuadi-lo das humilhações da cruz. Que de mais natural, portanto, que pensarem os outros tratar-se apenas de uma promessa condicionada, revogada logo pela severa admoestação de Cristo? A sucessão do primado achava-se destarte novamente aberta às suas ambiciosas esperanças. Oh! como transparece aqui a psicologia da nossa frágil natureza humana! Somos espontâneamente inclinados a crer quanto agrada e lisonjeia as nossas ambições secretas. A mesma evidência quando contraria os sonhos dos nossos íntimos desejos: não vinga entrar-nos na alma. Imbuídos de preconceitos judaicos sôbre a temporalidade do reino messiânico, os discípulos afagavam com amor a esperança das honras e do poderio terreno. Preferidos aos demais pelo Messias, nenhum, talvez, havia entre êles que, de si para si, não tivesse entressonhado com alguma dignidade futura, com alguma pasta ministerial do reino restaurado de David. E um dia, quando a mãe de João e Tiago, na simplicidade impolítica do seu afeto materno, ousou abertamente pedir ao Senhor que reservasse para os filhos os dois primeiros lugares ao lado do seu trono, levantou-se na roda dos companheiros um rumor geral de indignação e protesto. [17] A petição imprudente ferira vivamente as ambições rivais que mais de um nutria com secreta complacência. Que muito, pois, que as palavras promissórias do primado, encontrando naquelas almas ainda não visitadas pelo Divino Espírito tão resistente barreira psicológica, fôssem pouco a pouco negligenciadas e esquecidas a ponto de, ainda na última ceia, se acenderem novamente entre os discípulos as porfias de prelatura? Descerá mais tarde sôbre êles o Espírito Santo, Espírito de verdade e de amor, de luz e de caridade, prometido por Cristo aos seus apóstolos para

15. *Luc.*, XXIV, 25.
16. Engana-se CARLOS PEREIRA quando supõe ter Cristo "já nomeado Pedro, primaz", p. 237. Não o havia nomeado, mas só prometido: aedificabo... dabo. A palavra aqui empenhada cumpriu-a o Senhor depois da ressurreição. Cfr. *Joan.*, XXI.
17. *Matth*, XX, 24.

sugerir-lhes quanto *lhes havia Êle ensinado*. Depois da vinda do Paráclito já não haverá entre os Doze rivalidades nem contendas sôbre "qual dêles será o maior". Apóstolos e fiéis serão um coração só e uma só alma sob o poder supremo de Pedro.

Mais simples ainda é a explicação da doutrina de Cristo. "Entre os gentios, os reis exercem dominação sôbre os súditos. Entre vós não há de ser assim; antes, o que é maior entre vós faça-se como o mais pequeno e o que manda [logo há de haver quem manda!] como o que serve".[18] Quis porventura Cristo, com estas palavras, excluir qualquer jurisdição entre os apóstolos? De modo nenhum. O que elas encerram, sim, é um ensinamento novo, um ensinamento profundo sôbre a noção de autoridade. Para os pagãos a soberania era uma ostentação honorífica, uma distinção mundana, uma dominação férrea sôbre os súditos escravizados. Nada disso há de ser o poder em mãos cristãs. A autoridade é um *ministério*, um *serviço* público, é, antes de tudo, um *dever*, o dever de consagrar-se como servo ao bem comum dos governados. Longe, pois, o fasto, longe as honrarias fôfas que só lisonjeiam a vaidade e o orgulho de quem as recebe. O autoritarismo pagão, isto é, a pretensão de impor, a todo o transe, o próprio capricho, deve ceder o lugar à verdadeira autoridade que só tem razão de ser nas necessidades e exigências do bem público.[19] Eis o novo e profundo conceito inculcado pelo Divino Mestre. Equivalem estas palavras a eliminar o poder de jurisdição numa sociedade legìtimamente constituída? Já o dissemos, de modo nenhum. Quereis a prova? Lêde alguns versículos abaixo e vereis que Cristo promete aos Doze uma situação privilegiada entre os fiéis: os Doze se assentarão um dia em doze tronos para julgar as tribos de Israel. Continuai a ler algumas linhas e ouvireis o mesmo Cristo conferir a *um só* a missão de confirmar os seus irmãos na fé. É uma autoridade no sentido cristão da palavra, um ministério para o bem público dos fiéis, e, no entanto, é uma prerrogativa concedida a um só. O discípulo privi-

18. *Luc.*, XXII, 25-27. Na hipótese protestante, Cristo houvera pôsto muito mais simplesmente têrmo à contenda entre os discípulos, dizendo-lhes: sereis todos iguais. Em vez, porém, de insinuar a paridade, insiste sôbre a primazia: o que é *maior*. E aduz a comparação consigo mesmo.

19. A S. Pedro aproveitou a lição divina de Jesus. Vêde como êle nos descreve o múnus do superior eclesiástico: "Apascentai o rebanho de Cristo que vos foi confiado, tende cuidado nêle, não por fôrça, mas espontâneamente segundo Deus, nem por amor do lucro vergonhoso, mas de boa vontade, nem como se quisésseis ter domínio sôbre a herança do Senhor, mas fazendo-vos de boa vontade o modêlo do rebanho. E quando aparecer o príncipe dos pastôres recebereis a coroa incorruptível da glória". I *Petr.*, V, 2-4.

legiado é Pedro. Duvidais ainda? No mesmo trecho de S. Lucas, a fim de exemplificar a lição que acabara de dar, Jesus aplica a si próprio a regra da humildade. "Qual é maior, o que está à mesa ou o que serve? Não é porventura o que está à mesa? Eu, porém, estou no meio de vós como aquêle que serve". Jesus que assim fala é o mesmo que afirmou categòricamente: "Vós me chamais Mestre e Senhor e dizeis bem: porque o sou".[20] Dirá agora o nosso protestante que no Filho de Deus não havia verdadeira autoridade mas só "a superioridade moral do mais humilde"? p. 238.

A supremacia de Pedro no colégio apostólico é, pois, uma realidade evidente. Só uma investidura assegurada pela promessa de Cristo pode explicar como, no seio das ambições rivais dos discípulos, Pedro gozasse daquela preeminência atestada unânimemente por tôda a história da vida de Jesus. Reconhece-o a própria crítica liberal de A. Loisy: "Parmi les Douze il y en avait un qui était le premier, non seulement par la priorité de sa conversion ou l'ardeur de son zèle, mais par une sorte de désignation du Maître, qui avait été acceptée, et dont les suites se font sentir encore dans l'histoire de la communauté apostolique. C'était lá une situation de fait, créée en apparence par les péripéties du ministère galiléen, mais qui un certain temps avant la Passion se dessine comme acquise et comme ratifiée par Jésus".[21]

Ainda, pois, que não tiveram outros motivos, já nos fôra lícito conjeturar com grande probabilidade uma designação de Pedro para futuro chefe da Igreja, feita pessoalmente pelo próprio Salvador. Mas temos textos formais e explícitos, que excluem tôda a dúvida. Quanto até aqui dissemos tem por alvo inculcar a verossimilhança desta promessa, inferida de tôda a narração evangélica e, ao mesmo tempo, mostrar como a perícope de S. Mateus que passaremos logo a estudar, longe de se achar "em manifesto antagonismo com todo o Novo Testamento", p. 245, ou "bloqueada pelo silêncio universal das Escrituras Sagradas", p. 214, como pretende o Sr. Carlos Pereira, muito naturalmente se enquadra no contexto geral dos Evangelhos, formando um todo harmônico, homogêneo e coerente.

A grande promessa. — Evoquemos esta cena tão simples quão majestosa, que teve por teatro a cidade de Cesaréia de Filipe. Jesus interroga os seus discípulos: "Que se diz entre o povo do Filho

20. *Joan.*, XIII, 13.

21. A. Loisy, *l'Évangile et l'Église*, Paris, 1902, p. 90.

do Homem?" Os judeus haviam multiplicado conjeturas sôbre a sua grandiosa personalidade. Para uns era o Batista, para outros Elias, Jeremias ou algum dos antigos profetas ressuscitados. "E vós, torna o Mestre, que pensais de mim?" — "Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo", responde Simão Pedro. E Jesus para recompensar a magnífica confissão do discípulo, pronuncia, solene, estas palavras: "Bem-aventurado és, Simão Barjona, porque não foi a carne e o sangue que a ti o revelou, mas sim o meu Pai que está nos céus. E eu te digo, a ti, que tu és Pedro, e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus. E tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus, e tudo o que desatares na terra será desatado também nos céus".[22]

Texto capital, passo de significação transcendente. Sôbre a sua clareza meridiana, não levantaram a menor sombra de dúvida quinze séculos de cristianismo. Mas a exegese protestante envolveu-a de névoa tão densa de sofismas, que para dissipá-la não nos pudemos furtar a um exame demorado, a uma crítica minuciosa. Analisemo-lo muito de sobremão.

Tu es Petrus... — Qual a interpretação literal destas palavras? Qual o seu valor demonstrativo?

Que pelo sentido literal imediato do texto Pedro seja constituído pedra fundamental da Igreja é o que não padece a mínima dúvida. Para iludir as momentosas conseqüências dêste sentido óbvio e espontâneo costumam os protestantes da velha escola distinguir entre Pedro e pedra: o Pedro do primeiro membro, *tu es Petrus,* é o apóstolo; a pedra do segundo, *super hanc petram,* é Cristo. Sôbre esta Pedra, não sôbre Pedro, foi edificada a Igreja. — Distinção injustificada, ridícula, contrária às regras mais comezinhas da hermenêutica. Quem quer que leia despreocupadamente o passo de S. Mateus para logo se persuadirá que em todo êle Cristo só se dirige a Pedro: *tibi* dico, *tu* és, *tibi* dabo, quidquid *ligaveris.* Não há como isolar um inciso em que o Salvador entrasse a falar de si. Todos os membros do texto se articulam, se compaginam num todo cuja continuidade não é possível interromper sem lhe quebrar as harmonias divinas. E, senão, lêde tôda a perícope reconstituída à protestante: "E eu te digo: tu és Pedro e eu edificarei a Igreja

22. *Matth.,* XVI, 16-19.

sôbre mim... e eu te darei as chaves dos céus e tudo o que ligares etc.". Haverá mais desconjuntada incoerência de sentido? Mais desalinho de construção? Impossível imaginar no espírito do divino Mestre tanta versatilidade de idéias, nos seus lábios, tão desultório falar.

Mas temos, se é possível, razão mais formal e peremptória. Cristo falava aramaico. Ora, em aramaico, nenhuma diferença verbal entre Pedro e pedra. Traduzido à letra, o texto original de S. Mateus diria: Tu és Pedra (Kefa) e sôbre esta pedra (Kefa) edificarei a minha Igreja.[23] Desfaz-se assim a última aparência de arrimo a que se abordoa, desesperada, a exegese protestante. Como poder, com efeito, afirmar razoàvelmente a diversidade na significação de duas palavras idênticas, usadas na mesma frase e referindo-se uma à outra por um demonstrativo enfático? Se na frase — tu és Pedra e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja — pedra não designa, antes e depois, o mesmo sujeito, ponhamos um cadeado nos lábios, quebremos a pena porque não haverá palavra falada ou escrita que possa traduzir com fidelidade o nosso pensamento.

Mais. Se não era Simão esta pedra fundamental da Igreja por que lhe mudou Cristo o nome em Pedra? Tu te chamarás Cefas, isto é, Pedra, disse-lhe Cristo no primeiro dia que o viu;[24] tu és Pedra, repete-lhe Cristo agora. Por ventura os nomes impostos por Deus são palavras vazias, figuras sem significado, sombras sem realidade? E que outra coisa seria esta Pedra que não é pedra? Vêde o ridículo da interpretação reformista: Simão, tu és pedra, mas não edificarei sôbre ti a minha Igreja porque não és pedra, senão sôbre mim. E estas palavras nos lábios de Cristo seriam uma recompensa da confissão de Pedro, uma remuneração grandiosa que arrancara do coração divino aquêle: bem-aventurado és tu Simão Barjona? Não. Decepção amarga exprimiriam elas, dignidade balofa, prêmio irrisório, que se reduziria a um nome ôco, a uma vacuidade sonora.

23. Essa identidade verbal conservaram as antigas traduções siríacas (cureton e peshitto), a persa, a árabe, cujas línguas, como o francês atual, permitem uma versão à letra. O tradutor grego de S. Mateus preferiu no primeiro membro o masculino Πὲτρος que tem o mesmo radical que πὲτρα e significa também pedra, *rocha,* porque a desinência masculina melhor se adaptava a um nome de homem. Os helenistas chamaram Pedro a Cephas; o tradutor seguiu o uso corrente.

24. *Joan.,* I, 42.

Ouvi a exegese do Sr. Carlos Pereira: "Eu também confesso o teu nome: tu és Pedro [Cristo não confessa o nome de Pedro, impõe-no: tu és] e sôbre esta rocha *que acabaste de assinalar na confissão que meu Pai pôs em teus lábios e de que tens a honra de ser um fragmento*[25] [tôda esta frase só tem um defeito: não se achar no texto, ser inventada de raiz pelo exegeta gramático] edificarei a minha Igreja, etc." p. 217. Como! tanto aparato de circunstâncias, tanta gravidade de palavras, tanta solenidade de fórmulas para dizer que Pedro será... "um fragmento", uma pedrinha no grande edifício do reino de Deus! Mas "fragmento", pedrinha, são todos os fiéis, todos os membros da sociedade cristã. E qual seria, neste caso, o significado desta cena, uma das mais graves, das mais majestosas, das mais solenes do Evangelho? Algo parecido com o *parturiunt montes!...* Não! não! ante a exegese protestante revolta-se a consciência cristã num brado da mais justificada indignação.

Mas, insiste o Sr. Carlos, só Cristo é pedra. Provam-no à saciedade outros passos da Escritura. E aqui cita o Antigo e o Novo Testamento, Isaías e Mateus, Pedro e Paulo! — E quem o nega? quem jamais contestou que Cristo era a pedra viva, a pedra angular do cristianismo? Não é êste o objeto da controvérsia; trata-se de saber se o pescador da Galiléia foi *também por Cristo* designado como pedra da sua Igreja. Aqui bate o ponto. Abro o Evangelho e leio que de si afirma o Salvador: "eu sou a luz do mundo".[26] Consoante à regra do nosso exegeta concluiremos sem hesitar: logo nenhum apóstolo é, ou pode ser, luz do mundo. Abro novamente o livro sagrado e caem-me os olhos sôbre estas outras palavras proferidas igualmente pelo Salvador: "vós sois a luz do mundo".[26a] Contradição? nenhuma. Há luz e luz como há pedra e pedra. Luz, Cristo, por essência, por natureza, por brilho próprio como a do sol. Luz, os apóstolos, por missão, por participação, por viva reflexão de alheios esplendores, como a dos planêtas. Assim, pedra Cristo, pedra fundamental, pedra primária sôbre cuja solidez divinamente inconcussa repousa inabalável todo o edifício religioso do cristianismo. Pedra Simão, por vontade de Cristo (tu és Pedra), pedra Simão, também ela inquebrantável e inamovível por fiança divina (as portas do inferno não prevalecerão). Cristo, pedra invisível; Simão, pedra visível, porque tôda a sociedade visível e externa deve apoiar-se num poder supremo também visível e externo. Magnìficamente S. Leão: "Cum ego sim inviolabilis Petra, ego lapis angularis qui facio utraque unum, ego fundamentum praeter quod nemo aliud ponere potest, tamen tu quoque Petra es, quia mea virtute solidaris, ut quae mihi potestate sunt propria sint tibi mecum participatione communia".[27]

25. Fragmento de quê? Da confissão passada? E que vem a ser fragmento de uma confissão? Da rocha Cristo? E que significa Pedro, fragmento de Cristo? Do futuro edifício da Igreja? Interpretação menos ábsona, mas que nenhuma análise, lógica ou gramatical, logrará deduzir do texto pereiriano.

26. *Joan.*, VIII, 12.

26a. *Matth.*, V, 15.

Se assim é, volta à carga o infatigável gramático, também "os outros Apóstolos e os Profetas são chamados englobadamente, "fundamento", são do mesmo modo *pedras secundárias* e, assim sendo, lá se vai o primado de S. Pedro e, com êle, as pretensões papais!" p. 220. — Devagar! a tarefa não é tão fácil como pensa o alumiado crítico. Cite-me o Sr. Carlos *um só* texto, onde Cristo tenha dito a outro apóstolo que seria "a pedra sôbre a qual Êle haveria de construir a sua Igreja". *Um só!* O que há, sim, são outros passos da Escritura em que a palavra "fundamento" é ora atribuída exclusivamente a Cristo, ora aplicada a todos os apóstolos juntos, mas num sentido muito diverso. Assim escreve S. Paulo aos coríntios: "Segundo a graça, que Deus me deu, tenho como sábio arquiteto lançado o fundamento: e outro edifica sôbre êle. Veja porém cada qual como edifica. Porque ninguém pode pôr outro fundamento senão o que foi pôsto, que é Jesus Cristo".[28]

Antes de tudo, isolando o texto como faz o nosso autor, diria apenas S. Paulo que Cristo é o fundamento e que fora de Cristo não há excogitar outro fundamento, dêle independente ou a êle contrário; de modo algum, porém, excluiria que Cristo tivesse determinado um fundamento secundário, dependente, como deixamos explicado. Mas não é êste o sentido das palavras do Apóstolo. O assunto de que fala no contexto é a instituição da vida cristã baseada na doutrina de Cristo, fora da qual não pode haver outro fundamento de nossa vida religiosa. Sôbre êste alicerce insubstituível deve cada um levantar o edifício da própria perfeição, edifício que poderá ser de ouro, de prata, de gemas preciosas, de madeira, de ferro ou de palha.[29] Êste único fundamento, Paulo, como sábio ar-

27. S. Leo Magnus, *Serm. 4 suae assumpt.* (ML, LIV, 150).

28. *I Cor.*, III, 10-11.

29. *Loc. cit.*, V, 12.

quiteto, lançara-o com a sua *pregação*. Como se vê, são coisas mui diversas: o fundamento de uma doutrina e o fundamento de um organismo social. Aquêle é uma verdade capital, êste, uma autoridade suprema. O texto, pois, não é *ad rem*.

Observação análoga se pode repetir a respeito do passo seguinte da epístola aos efésios: "Vós sois edificados sôbre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo o mesmo Jesus Cristo a principal pedra angular".[30] Como acima, trata-se também de um fundamento doutrinal. Aliás, como poderiam os profetas ser fundamento da vida cristã? Cumpre ainda notar que não afirma necessàriamente S. Paulo serem os apóstolos fundamentos, senão que os fiéis devem edificar sôbre o fundamento lançado pelos profetas e apóstolos.

Nenhum dêsses lugares ou de outros análogos, que talvez ainda se pudessem aduzir, invalida, pois, a fôrça do nosso texto. Com apaixonada sofreguidão folhearam os protestantes as sagradas Escrituras à cata de frases que dessem pega a um sofisma e onde quer que encontraram a palavra "fundamento" ou outra semelhante julgaram descobrir uma clava invencível para convelir a rocha do papado. Baldadas diligências! Não há uma só passagem do Novo Testamento em que se dê o nome de pedra a qualquer apóstolo fora de Simão. Não há uma só passagem da Sagrada Escritura em que, *tratando-se da organização social da Igreja de Cristo*, se afirme coletivamente de todos os apóstolos ou singularmente de qualquer dêles a prerrogativa de fundamento.

E isto nos basta. Não há por que insistirmos mais na exegese *literal*. É aliás tão esdrúxula, tão ábsona a interpretação dos velhos protestantes a distinguirem entre Pedro e pedra, que hoje já a desampararam quase todos os críticos heterodoxos. Henrique MONNIER qualifica-a "d'interprétation par trop alambiquée et tendancieuse".[31] Os próprios protestantes conservadores perfilham já uma hermenêutica mais racional. "Nous nous plaçons encore ici sur le terrain qui leur est le plus favorable [aos católicos] *parce qu'il est*

30. *Ad Ephes.*, II, 20. Podemos ainda observar que tanto na epístola aos efésios como na primeira aos coríntios, S. Paulo emprega não o têrmo πέτρα mas Θεμέλιον. Θεμέλιον, diz-se do fundamento formado pelas pedras que constituem a substrutura do edifício, πέτρα da rocha preexistente sôbre a qual se levanta a construção. Πέτρα só se encontra aplicada a Pedro e a Cristo, μθιολένε também aos apóstolos no sentido que deixamos declarado no texto.

31. H. MONNIER, *Notion de l'apostolat.* p. 133.

à nos yeux le seul vrai; et nous admettons que ce passage renferme une promesse spéciale fait à Saint Pierre".[32] De idêntico sentir é ZAHN.[33] KUINOEL, há mais de um século, comentando o texto de S. Mateus, concluía: "*Mal* entenderam muitos intérpretes por πέτραν ou o próprio Cristo ou a profissão anterior de S. Pedro. A tão *contorcidas* interpretações não teriam recorrido se os papistas, das palavras καὶ ἐπὶ ταύτῃ τῇ πέτρᾳ referidas a Pedro, não quisessem sem razão (?) vindicar para os sucessores de Pedro uma autoridade e prerrogativa divina".[34] Quase ao mesmo tempo escrevia outro protestante, ROSENMÜLLER: "Pedra não é nem a confissão de Pedro, nem Cristo... (interpretações que o contexto não admite), mas o próprio Pedro. Falando siríaco, Cristo não empregou nenhum apelido, mas em ambos os incisos disse Cefas, como em francês o têrmo *pierre* designa tanto o substantivo próprio quanto o apelativo".[35] Escusava, pois, o Sr. Carlos Pereira de oferecer ao público brasileiro uma nova edição desta exegese morta de senilidade precoce e que os seus próprios correligionários mais conceituados e eruditos nos estudos bíblicos são os primeiros a refugar como ridícula, antigramatical, ilógica, filha de preconceitos dogmáticos e tendências sectárias.

Até aqui da significação literal do texto. Agora ao seu *valor demonstrativo*. As palavras de Cristo encerram realmente a promessa do primado? Sôbre êste ponto não nos demoraremos tanto. A sua clareza dispensa-nos de longos comentários. A própria tática dos adversários que se deslocam em esforços para torcer-lhe a significação literal não nos está a insinuar que, uma vez estabelecida esta, a conseqüência católica é inevitável? Com efeito, o primado aí está expresso sob o véu transparente de uma metáfora natural tão simples quanto óbvia.

32. P. F. JALAGUIER, *De l'Eglise*, Paris 1899, p. 219.

33. ZAHN, *Das Evangelium des Mattheus*, Leipzig, 1905, pp. 536-547.

34. CHR. TH. KUINOEL, *Evangelium Matthaei*, Lipsiae, 1807, p. 425.

35. J. G. ROSENMÜLLER, *Scholia in N. T.*, Norimbergae 1815, I. 336. Rejeitam igualmente esta interpretação contorcida os seguintes protestantes: F. W. J. VON SCHELLING, *Philosophie der Offenbarung*, Stuttgart 1858, II, 301; H. A. W. MAYER, *Kritisch-exegetischer Commentar über das Neue Test., Das Math.-Evangelium*, Goettingen 1898, 297; TH. KEIM, *Geschichte Jesu von Nazara*, Zürich 1871, II, 550-2; KARL V. HASE, *Geschichte Jesu*,(2) Leipzig 1891, 494; H.J. HOLTZMANN, *Lehrbuch der neutestamentlichen Theologie*(2). Tübingen, 1911, I, 269-270; O. PFLEIDERER, *Das Urchristentum*, Berlim, 1902, I, 582-3. Do mesmo modo: WEISS, KEIL, MANSEL, BLOOMFIELD, MARSH, THOMPSON, ALFORD, etc., etc.,

Mas eis que surde logo pela proa o Sr. Carlos Pereira apostado a semear de parcéis a linha reta da nossa rota para não nos deixar vogar um instante a pano cheio. Uma metáfora? Mas "é princípio comezinho de hermenêutica e do bom senso que textos figurados, linguagem metafórica, expressões tropológicas, susceptíveis de interpretações várias não podem servir de títulos válidos de nomeação para cargo nenhum", p. 214.

Confesso, não esperava esta dificuldade de um gramático, que por obrigação de ofício é mestre diplomado na ciência da linguagem. Quem ainda cuidou que expressão metafórica fôsse sinônimo de expressão ambígua? Abro um livro de história: "Por morte de Eduardo VII passou o *cetro* de Inglaterra para as mãos de Jorge V", "A *coroa* de Áustria não resistiu ao choque da grande guerra", "Foi executado o delinqüente, *cabeça da revolta*". Quem pudera ver nestas e em mil outras usitadíssimas locuções um perigo de anfibologia? A linguagem metafórica, como a linguagem própria, pode exprimir com a mesma exatidão, com o mesmo rigor e, não raro, com mais viveza, o conteúdo de um pensamento. Isto é o que ensina "um princípio comezinho de hermenêutica e de bom senso". Isto é, sem dúvida, o que ensina o ilustre professor quando não faz polêmica sectária mas, instruindo os seus discípulos, se deixa levar pelos princípios do bom senso e pelas regras elementares da hermenêutica. Se a metáfora empregada é óbvia, se o *tertium comparationis* que funda a analogia do tropo, estão ao alcance dos leitores ou dos ouvintes, a expressão do pensamento é clara, não há duplicidade de sentido nem risco de equivocação.[36] Estas condições são preenchidas nas metáforas de Cristo? A ver.

Pedro é a pedra fundamental da Igreja. Logo, Pedro será para a sociedade cristã o que é o fundamento para o edifício. Ora, o fundamento é essencial ao edifício, o fundamento dá-lhe firmeza e estabilidade, o fundamento é indispensável à conservação de tôda a superestrutura e de cada um de seus complementos, o fundamento, sustentando tôdas as articulações, consolida-lhe a travação, reúne-lhe as diferentes partes na coerência robusta da unidade arquitetônica. Tomai agora um organismo social. Quem lhe dá unidade aos membros dispersos? Que fôrça os retém no seu seio ou os separa de sua comunhão? Donde lhe advém a solidez, a firmeza, a estabilidade? Que elemento lhe é talmente essencial que, em faltando, não há nem pode haver sociedade? Qualquer jurista responderá sem hesitar: o poder, a autoridade suprema do corpo social. Logo, Pedro é a autoridade suprema da Igreja fundada pelo divino Mestre. Quem está com Pedro está com a Igreja; separa-se da Igreja quem se separa de Pedro. *Ubi Petrus, ibi Ecclesia* (S. Ambrósio). Fora de Pedro não há Igreja de Cristo. Com Pedro a firmeza, a unidade, a fôrça, a vida. Sem Pedro ou contra Pedro a instabilidade, a discórdia, o esfacêlo, a dissolução, a morte.

36. Cumpre ainda não esquecer que a linguagem metafórica era de uso corrente entre os povos orientais, naturalmente poetas imaginosos. Jesus adaptou-se às exigências do meio judaico. Seus ensinamentos revestiam quase sempre forma figurada. Não lhes ensinava senão em parábolas, diz-nos o Evangelista. Para entendermos, pois, os ensinamentos do Divino Mestre devemo-nos reportar à época e aos usos do tempo e do lugar em que viveu. O simbolismo deve interpretar-se històricamente.

As chaves do reino dos céus. — É a segunda metáfora usada por Cristo. Possuir as chaves de uma casa, de uma cidade, de um reino é enfeixar nas mãos o direito de abri-los ou fechá-los, de admitir ou rejeitar extranhos, é, numa palavra, ter o poder de dono da casa, de governador da cidade, de soberano do reino. Entre os orientais suspendiam-se as chaves aos ombros como símbolos da autoridade. A figura era, pois, de uso corrente e, portanto, de inteligência fácil e acessível. Aos legados de Fernando I respondeu Solimão: as chaves da Hungria penderão dos meus ombros. Era talvez uma reminiscência da figura bíblica. Já a lemos em Isaías para indicar o poder do mordomo, do prefeito de palácio, isto é, da primeira autoridade depois da real. Na linguagem do profeta são as chaves o emblema da investidura da Eliacim: "Impor-lhe-ei aos ombros a chave da casa de David e se êle abre ninguém fecha e se êle fecha ninguém abre".[37] No Apocalipse recorre o vidente de Patmos à mesma imagem expressa em palavras idênticas para designar o poder soberano de Cristo.[38]

37. *Is.*, XXII, 22.

38. *Apoc.*, III, 7: "Não é mistério para ninguém, observa o Sr. Carlos Pereira, que tôda a chave serve para abrir e fechar. As "chaves do Reino dos Céus" servem naturalmente para abrir e fechar o Reino dos Céus", p. 225. As chaves servem para abrir e fechar? Materialmente, sim; simbòlicamente, não. Que na sua realidade concreta as chaves abram e fechem, é verdade, creio eu, que ninguém porá em dúvida. Mas Cristo não deu a Pedro um môlho de chaves nem o reino dos Céus tem portas. A expressão é simbólica e o seu simbolismo deve ser interpretado tal qual é, não qual poderia ser. Para explicá-lo o ilustre gramático fechou os ouvidos à voz da história e do bom senso para só dar audiência às sugestões tendenciosas de um sectarismo acanhado. Ouça WISEMAN "*La remise des clefs a toujours été le symbole de la transmission de l'autorité souveraine du commandement.* C'est en ce sens qu'elle est employée dans l'Ecriture... Chez les peuples orientaux la liaison du pouvoir réel avec les emblèmes qui en sont la figure, est très fortement marquée... La même analogie existe aussi, quoique peut-être avec moins de force, chez les nations euro-

Nenhuma ambigüidade, pois, na metáfora evangélica. Pedro será o clavígero do reino dos céus. E como em outras eras o prefeito do templo e do palácio, em nome do rei e principalmente na sua ausência, inspecionava, administrava e governava os negócios do reino, assim na sociedade fundada por Cristo, Pedro será o seu vigário, governá-la-á em seu nome e durante a sua ausência e se êle abrir ninguém fechará e se êle fechar ninguém abrirá.

Opõe o Sr. Carlos Pereira que "as chaves que conferem o poder de ligar e desligar, de perdoar e reter pecados, foram dadas conforme os antigos e muitos modernos, aos Apóstolos e a todos os cristãos, que pertencem à comunidade eclesiástica. Tem sido isto demonstrado, fora de tôda a dúvida, pelos mais ardentes amigos do Papado tais como Du Pin, Calmet, Maldonat e Alexandre. As provas da doação das chaves a todo o colégio apostólico e a tôda a comunidade cristã foram coligidas por Du Pin e Maldonat", p. 223. — Nestas linhas o nosso gramático falseia o sentido de uma expressão e comete uma assacadilha.

Dizem alguns Padres que na pessoa de Pedro deu Cristo as chaves a tôda a Igreja, não no sentido protestante, mas sim para significar que o poder das chaves não foi um privilégio conferido a Pedro como pessoa particular.[39] Recebeu-as o apóstolo como homem público, como chefe da Igreja, para o bem universal da comunidade cristã. A sociedade dos fiéis não é aqui o *subjectum inhaesionis,* como se exprimem os filósofos, mas o *subjectum utilitatis.* Todos os poderes de que é revestida a autoridade num grupo socialmente organizado não lhe são conferidos para sua vantagem individual senão em vista do bem público. É princípio comezinho de direito natural. Isto e só isto quiseram dizer alguns Padres com a expressão torcida pelo gramático.

A assacadilha é a imputação aleivosa a doutores católicos de opiniões que nunca professaram. É balda freqüente do Sr. Carlos Pereira citar e criticar autores católicos que não conhece nem pela

péennes. Car lorsqu'il est dit que les clefs d'une ville ont été remises à quelqu'un par son souverain, est-il jamais venu à la pensée d'entendre par là qu'il lui ait été seulement donné le pouvoir d'en ouvrir et fermer les portes aux étrangers et aux nouveaux venus? Et quand on dit que les clefs d'une forteresse ont été livrées à un conquérant, qui ne comprend à l'instant même que la possession de cette place forte lui est également transférée?... Quand donc Pierre reçoit les clefs du royaume des cieux, ou de l'Eglise, nous ne pouvons le considérer autrement que comme investi de l'autorité souveraine à son égard". WISEMAN, em MIGNE, *Démonstrations évangeliques* 1852, t. XV, pp. 918-919.

39. Por exemplo, TERTULIANO: "Memento coeli claves, hic, dominum Petro et, *per eum,* Ecclesiae reliquisse". *Adversus gnosticos* 10 (ML, II, 142).

lombada de suas obras. MALDONADO e CALMET aqui alegados em favor da exegese protestante refugam-na abertamente e *ensinam precisamente o contrário.* MALDONADO assim conclui o seu raciocínio exegético: "*Solus* ergo Petrus eas claves habuit quibus ita aperiebatur ut nemo clauderet, ita claudebatur ut nemo aperiret".[40] CALMET: "Clavis supremam potestatem significat... Similem in Ecclesia auctoritatem Petro promittit Christus quam apud Reges Juda Eliacimo Isaias".[41]

Poder de ligar e desligar. — As palavras que se seguem no texto de S. Mateus explicam com maior clareza ainda, se é possível, a natureza da investidura prometida a Simão Pedro: "Tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus, tudo o que desligares na terra será desligado também nos céus". A autoridade liga e desliga com leis, preceitos e penas. Tôda a lei impõe uma obrigação e tôda a obrigação (*obligatio*) é um ligame da consciência. A Pedro promete Cristo a *plenitude* do poder soberano (quodcumque: tudo) e a fim de realçar a eficiência dêste poder soberano acrescenta que Deus *confirmará* e *ratificará* nos céus as sentenças do Apóstolo. Não se podia de maneira mais peremptória e decisiva significar a amplitude, a eficácia, a independência relativa a qualquer outro poder humano, da suprema magistratura do futuro chefe da Igreja. Suas sentenças são decisões autoritativas e jurídicas, engendram o direito e o dever, não podem ser revogadas por nenhuma potestade terrena. No reino de Cristo e *em tôdas as coisas que são da alçada da sociedade religiosa,* Pedro é autoridade suprema, universal, inapelável.

Como fugir à evidência irresistível destas conclusões? Ao Senhor Carlos Pereira não esqueceu nenhum subterfúgio por onde tentar a evasão. Sigamo-lo em todos êstes meandros da sofística

40. MALDONADO, *Comment, in Quatuor Evangelistas,* Moguntiae, 1840, t. I, p. 468. Na página antecedente: "Quibus ego verbis [tibi dabo claves] contra haereticorum... opinionem principatum Petro datum esse contendo". Mas de Maldonado o nosso gramático desconhece até o nome! O célebre exegeta espanhol, na sua pena, aparece trajado à francesa: já não é Maldonado, é Maldonat!

41. CALMET, *Comment. in h. l. Commentarius in omnes libros V. et N. T.* Augustae Vindelicorum 1760, t. VIII, p. 181. Quanto a Du Pin o Sr. Carlos Pereira não se dignou declarar-nos a qual dêles se referia. A história da teologia conhece dois escritores dêste nome, ambos iscados de galicanismo e jansenismo. O primeiro Du Pin (1657-1719) viu a sua *Nouvelle Bibliothèque* proibida em Roma pela Congregação do Índice. Du Pin, sênior (1783-1865), senador e várias vêzes presidente da Câmara dos deputados, escreveu, entre outros trabalhos, *Les libertés de l'Eglise gallicane* (1824), obra impugnada pelos próprios protestantes e condenada pelo arcebispo Bonald. Em qual dos dois viu o Sr. Carlos Pereira "um dos mais ardentes amigos do Papado"?

protestante. A expressão "ligar e desligar", diz êle, citando Lightfoot significa entre os rabinos proibir e permitir, declarar o direito, p. 227. — Não é concorde a opinião dos críticos a êste respeito. Mas é o que não nos importa aqui deslindar ou decidir. O que nos cumpre é tirar a claro o sentido em que *Cristo empregou a expressão.*

Antes de tudo, *podem* os têrmos "ligar e desligar", mais que uma simples sentença declaratória, exprimir uma verdadeira decisão de caráter obrigatório e jurídico? Indubitàvelmente, sim; a literatura antiga, profana ou judaica, subministra-nos provas evidentes. Na inscrição do túmulo de Isis, lêem-se, como refere DIODORO SÍCULO, os seguintes dizeres: "Eu sou Isis, rainha desta região, e ensinada por Mercúrio; tudo o que eu *ligar ninguém pode desligar*".[42] Da literatura judáica citamos JOSEFO FLÁVIO, autor quase contemporâneo de Cristo. Falando da rainha Alexandra diz-nos: "Os Fariseus insinuando-se aos poucos na intimidade da soberana, mulher simples, chegaram a ter em mãos todo o govêrno, desterrando ou revocando do exílio a seu talante, *ligando e desligando* etc.".[43]

Temos, pois, uma expressão que não só de sua natureza pode exprimir uma verdadeira jurisdição, mas que efetivamente era usada pelos autores com êste significado.

Resta-nos agora ver se *de fato Cristo* a empregou nesta última acepção.

Que entre os rabinos "ligar e desligar", não tivessem outra fôrça que a de uma declaração da lei, entende-se fàcilmente. Doutores particulares, sem nenhuma autoridade jurisdicional, suas decisões não podiam revestir caráter jurídico. Eram simples opiniões ou pareceres como as dos nossos casuístas e jurisconsultos, quando *permitem* ou *proíbem* um ato (ligam ou desligam) declarando-o lícito ou ilícito. Destarte se compreendem fàcilmente as locuções judáicas: Schammai liga, Hillel desliga, no sentido de que o rabino austero dava uma interpretação rígida da lei, enquanto o mestre de Gamaliel preferia uma solução mais benigna. São pareceres particulares cuja fôrça obrigatória não vai além da autoridade de um simples doutor a quem falece jurisdição para impor ou obrigar. Ponhamos agora a mesma expressão nos lábios de uma autoridade, de um superior, de um chefe. Outro será o significado. Proibir

42. *ὅσα γαρ ἔγω δὴσω οὐδεις δύναται λῦσαι*

43. J. FLÁVIO, *De Bello judaico*, l. I, c. 5.

e permitir já não serão meros atos declaratórios, mas sim *sentenças eficazes* que fundam um direito, criam uma obrigação. É o nosso caso. Sob a dúplice figura de pedra fundamental da Igreja e de clavígero do reino dos céus, Pedro fôra pouco antes designado chefe supremo. Seu ligar e desligar já não será de jurisconsulto mas de soberano.

Outro argumento dissipará qualquer sombra de hesitação que porventura possa ainda obscurecer uma inteligência refratária à luz da verdade. Só duas vêzes encontramos no Evangelho a expressão "ligar e desligar", ambas em S. Mateus: a primeira, no passo que estamos a examinar, a outra no cap. XVIII, 18, onde Cristo dirige aos apóstolos reunidos as mesmas palavras que antes dissera a Pedro: "tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus etc.". Ora evidentemente, neste lugar, para Cristo os têrmos "ligar e desligar" importam um poder soberano de jurisdição, porquanto dêles infere o direito de punir e de excluir eficazmente da comunhão da Igreja aos pecadores renitentes e contumazes. Se o teu irmão que pecar não ouvir a Igreja, trata-o como a gentio ou publicano (i. é, como a pecador público incorrigível e separado da Igreja). Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será igualmente ligado no céu".[44] Mas nem é mister recorrer ao

44. *Matth.*, XVIII, 15-18. Prevejo logo uma objeção na mente do leitor. Inútil dizer que para Carlos Pereira avulta logo como clava invencível contra o primado. Do c. XVIII, 18 de S. Mateus que acabamos de citar se infere que o poder de ligar e desligar, concedido antes a Pedro, foi depois estendido a todos os apóstolos. Não é, portanto, uma prerrogativa de Pedro, mas uma jurisdição comum ao colégio dos Doze. "Logo, conclui triunfante o nosso gramático, ruem por terra as altas pretensões do Papado, baseadas na absurda primazia jurisdicional das chaves". p. 226. Triunfo prematuro! É certo que o poder das chaves foi outorgado no c. XVI *só a Pedro*: é certo que em tôda a sociedade bem constituída não pode haver mais de uma autoridade suprema, independente; é certo ainda que no c. XVIII falando Cristo ao Colégio apostólico *com Pedro* repetiu no plural as mesmas palavras endereçadas antes *singularmente* a Pedro. Haverá incompatibilidade entre estas duas verdades? Nada menos. Um soberano diz a um general: "General, confio-te todo o meu exército. Tens plenos poderes para dirigir enèrgicamente a campanha e levar a pátria à vitória. Tudo o que fizeres para defender a nação desde já o sanciono como se por mim fôra feito". Dias depois fala o mesmo soberano ao estado maior no meio do qual se acha o generalíssimo escolhido: "Confio-vos o meu exército. Tendes plenos poderes para dirigir enèrgicamente a campanha etc.". Que hermeneuta sofista haverá aí que pretenda inferir das últimas palavras do soberano que já não há generalíssimo no exército e que a plenitude do comando foi estendida a cada um dos oficiais presentes? Quem poderá sustentar sensatamente haver incompatibilidade entre os poderes do Estado Maior e a chefia de um só? Ninguém. Ambas as expressões são não só conciliáveis mas apresentam jurìdicamente tôda a exatidão desejável. Diz-se em rigor de direito que um *corpo moral* possui todos os poderes de que se acha investido o seu chefe. Por que esquecer esta regra de senso comum quando se trata de interpretar o Evangelho para fantasiar contradições que não existem? Os dois textos indicam uma jurisdição comum a todos os apóstolos, a de ligar e desligar com *sentença eficaz*, mas deixam subsistir em tôda a sua integridade a prerrogativa especial de Pedro que com o poder de ligar e desligar foi constituído *exclusivamente* pedra funda-

paralelismo de outros textos. No próprio passo que interpretamos temos a prova mais inequívoca de que o poder outorgado a Pedro é verdadeiramente autoritativo e jurídico. Prossegue de fato o Evangelho: tudo o que ligares ou desligares na terra será também *ligado ou desligado nos céus*. Deus promete ratificar as sentenças de Pedro. Uma obrigação por êle imposta, *ipso facto* é válida. As suas serão decisões de verdadeiro hierarca divinamente garantidas na plenitude de sua eficácia moral e jurídica. Não há, pois, a menor dúvida que a expressão "ligar e desligar" equivale, nos lábios do divino Mestre, a um poder supremo de jurisdição na sociedade cristã.

Depois destas declarações fundamentais não há porque nos detenhamos mais em outras insignificantes objeções do adversário, que o leitor por si poderá fàcilmente resolver. Acenemo-las apenas.

S. Pedro, como é sabido, foi o primeiro (sempre S. Pedro, o primeiro!) a pregar o Evangelho aos judeus e a acolher os gentios no seio da Igreja. "Nisto *apenas* consistiu o privilégio de S. Pedro no uso das chaves", p. 226, conclui peremptòriamente o nosso comentador. — E quem lho revelou? Onde o leu êle no Evangelho? Cristo disse: "tu és a pedra sôbre a qual hei de edificar a minha Igreja", e o fundamento de um edifício é estável, permanente, duradouro como o próprio edifício que sustenta. Carlos Pereira interpreta: "Pregarás duas vêzes em primeiro lugar e com esta prioridade cronológica estão cumpridas as promessas do Salvador e realizadas as suas metáforas". Cristo disse "*tudo* o que ligares etc.", sem nenhuma restrição de tempo ou de espaço. Carlos Pereira corrige: "todo o teu privilégio consiste em abrir as portas da Igreja aos primeiros judeus e pagãos convertidos". É assim que à interpretação racional dos textos se substituem os devaneios de uma fantasia apaixonada. Dizem depois que isto é *livre exame*, e dizem bem: livre de tôdas as regras de hermenêutica, livre de tôdas as peias da verdade, livre de todos os ditames da lógica. Sem os adminículos desta liberdade a interpretação racional do Evangelho mostra no texto de S. Mateus a promessa insofismável de um primado de jurisdição, feita a Simão Pedro.

---

mental da Igreja, pastor supremo do rebanho de Cristo. Não há palavras no Evangelho dirigidas aos apóstolos separados de Pedro; há-as e várias e de outra eficácia endereçadas a Pedro separado dos colegas. Poderíamos ainda acrescentar que a *colação do primado*, feita, como veremos logo, por Cristo exclusivamente a Pedro no cap. XXI de S. João foi posterior à cena narrada no c. XVIII de S. Mateus: não há portanto a "precedência cronológica", p. 226, inventada pelo Sr. Carlos Pereira.

Investidura do Primado. — "Em resumo, uma passagem *única, isolada, metafórica* do Novo Testamento é a credencial divina que o Papado apresenta à consciência cristã da humanidade como o fundamento original dos seus direitos", pp. 214-215.

Dos três capítulos dêste requisitório formulado pelo Sr. Carlos Pereira contra a origem divina do Papado parece-nos ter já satisfeito aos dois últimos. A passagem de S. Mateus não é *isolada*, funde-se harmoniosamente com o quadro evangélico num todo homogêneo e coerente. Seu *caráter figurado* em nada prejudica à perspicuidade do pensamento que exprime.

Mas será *única*? Que o fôsse! — "Hão de convir que é *intuitivamente* contestável um título de tão fundamental importância que, em última análise, só tem em seu favor uma única declaração de Cristo", p. 214. — Francamente, não tenho esta intuição. Crê o Sr. Carlos Pereira na divindade de Cristo e na inspiração dos Evangelhos? Se não crê, estamos fora da questão; outro deverá ser o objeto da presente controvérsia que pressupõe provadas e admitidas estas verdades. Se crê, não basta *uma palavra de Deus* para firmar a mais importante das verdades, como um *fiat* bastou para a criação do universo? Cristo que merece fé se repete a mesma verdade três ou quatro vêzes (bastam? porque não mil ou duas mil vêzes?); Cristo cuja veracidade é "intuitivamente contestável" quando fala uma só vez — é uma contradição que raia pela blasfêmia. Não, Sr. Carlos Pereira, aquêle período caiu-lhe da pena num momento de inadvertência, numa arremetida de mau humor antipapal. Retrate-o, que não é de cristão.

Mas o texto não é único. A *promessa* do primado, registrou-a S. Mateus, referiu-a S. Lucas (c. XXII, 32) num texto que preferimos estudar a propósito da infalibidade do papa. A *investidura* na grande dignidade narrou-no-la S. João no último capítulo do seu evangelho: "Disse Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-me mais do que êstes? Respondeu-lhe Pedro: Sim, senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros etc.".[45]

O Sr. Carlos Pereira descarta-se diplomàticamente dêste importantíssimo texto com a simples advertência: "Em João, a tríplice recomendação de apascentar as ovelhas e os cordeiros do re-

---

45. *Joan.*, XXI, 15-17.

banho corresponde à tríplice negação, foi apenas a restauração solene de Pedro no apostolado de que decaíra" – p. 212.[46]

O julgamento é muito sumário; em consciência não o podemos subscrever. Instauremos novamente o processo. Pedro pela sua tríplice negação decaíra do apostolado. E a prova, Sr.? Primeira asserção gratuita. Segunda asserção e essa não só destituída de provas senão absolutamente falsa: a tríplice recomendação de Jesus restaurou o apostolado de Pedro. E, dado que dêle tivesse decaído, até ali não havia sido reintegrado no múnus apostólico? Não foi Pedro o primeiro dos apóstolos a quem Jesus ressuscitado honrou com uma aparição singular?[47] Mais. Antes da cena que narramos, descrita por S. João no cap. 21, conta o mesmo evangelista no capítulo anterior a aparição de Cristo a todos os apóstolos (exceto Tomé) na tarde do dia da sua Ressurreição, e as palavras que então lhes dirigiu: "Como o meu Pai me enviou assim eu vos envio a vós... Recebei o Espírito Santo, a quem perdoardes os pecados lhe serão perdoados, a quem os detiverdes lhes serão detidos".[48] Pedro favorecido por Cristo de uma visita particular, Pedro enviado por Cristo (apóstolo = enviado), Pedro investido do poder de perdoar os pecados, Pedro ainda não havia sido restaurado na sua dignidade de apóstolo? Inadmissível!

Mais profundo, mais significativo, mais momentoso é o alcance das palavras evangélicas. Examinemo-lo.

---

46. Poucas linhas acima escrevera: "À própria imaginação vivíssima do cardeal Belarmino não teria ocorrido arvorar em título de nomeação ao Papado uma simples recomendação feita a Pedro... de apascentar as ovelhas e os cordeiros de Cristo", p. 212. Não sei realmente o que dizer desta *imaginação vivíssima* de Belarmino. Acabo de ler-lhe a vida, tendo-lhe entre mãos as obras. Em todos os seus atos e escritos revela-se o homem mais simples, mais pacato, mais moderado dêste mundo. Poeta, não o foi. Na sua obra monumental de controvérsia a lógica cerrada e a documentação positiva e segura enchem-lhe de tal arte as páginas que não deixam o menor vazio aos devaneios da fantasia. Mas enfim, isto de imaginação, vê-a quem quer e onde quer. O que, porém, não acabo de admirar é como o Sr. Carlos Pereira, que não tem imaginação vivíssima, tenha ousado adiantar a afirmação acima. Da grande obra *De controversiis* de Belarmino, colha o t. I, Terceira controvérsia, *De Romano Pontifice,* Livro I e aí encontrará nada menos de 3 *capítulos inteiros* (cc. 14, 15, 16) *dedicados exclusivamente ao exame dêste argumento.* Aí verá como o príncipe dos controversistas católicos afirma sem rodeios: "at nobis difficile non erit ex hac ipsa voce *Pasce* demonstrare summam potestatem illi attribui, cui dicitur: *Pasce oves meas"* (c. 15). Aí poderá admirar com que facilidade êle demonstra que *"Lutheri ratiunculae* nihil efficiunt". Mas o Sr. Carlos Pereira possui uma habilidade singular, tôda sua, que várias vêzes havemos de pôr em evidência: a de citar e criticar autores católicos sem nunca os haver lido. Há pouco, a vítima foi Maldonado, agora é Belarmino, depois será Bossuet. Será isto viveza de imaginação?

47. *Luc.*, XXIV, 34.

48. *Joan.*, XX, 21-23.

Pedro é aqui expressamente nomeado *Pastor* universal de todos os cordeiros, de tôdas as ovelhas de Cristo, sem nenhuma exceção. O apóstolo que antes (*Joan.*, XX, 21-23) havia recebido com os outros dez uma missão comum é aqui distinguido com uma prerrogativa particular, que dêle exige um amor mais ardente, mais operoso, mais sacrificado, um amor singular, *superior* ao dos demais apóstolos: *diligis me plus his?* Esta prerrogativa é a investidura solene na mesma dignidade de chefe da Igreja, prometida em S. Mateus sob as figuras já estudadas e conferida aqui sob a imagem de pastor. Nenhuma outra exprime talvez com mais propriedade e, quase direi, com mais ternura o múnus de governar. O pastor alimenta, guia, defende, dirige, castiga as suas ovelhas. Assemelhai agora a sociedade a uma grei: o soberano será naturalmente o pastor. Não é, por isso, de maravilhar que os povos antigos do Oriente, onde é tão comum o pastorear, se tenham desde logo apoderado de imagem tão natural. Em HOMERO os reis são freqüentemente chamados *pastores de povos*.[49] Na tropologia bíblica não há figura mais usada. A Ciro rei dos Persas, diz o Senhor: "pastor meus es et omnem voluntatem meam complebis".[50] A David, o mesmo Senhor: "tu pasces populum meum Israel, et tu eris dux super Israel".[51] Não raro a Vulgata emprega *regere* onde o hebraico ou o grego dizem "apascentar".[52] Nenhuma metáfora tão comum, tão óbvia, tão insofismável para indicar a autoridade social. O têrmo *ποίμανε* usado por Cristo no nosso texto significa, portanto, "dirige", "apascenta" e sem nenhuma contestação possível indica a transmissão de um poder jurisdicional. Mais. No Novo Testamento independentemente da metáfora de pastor e rebanho, *ποιμάνειν* significa, sem mais, a autoridade de chefe. Encontra-se várias vêzes aplicado indiferentemente ao poder real (*Matth.*, II, 6; *Apoc.*, II, 27; XIX, 15) e à jurisdição eclesiástica (*Act.*, XX, 28, I *Petr.*, V, 2).

Mas por que insistir? Quem não tem presente a parábola do bom Pastor e as enternecidas palavras de Jesus: ego sum Pastor bonus? Foi êste divino Pastor que prestes a deixar a terra confiou

---

49. De Agamemnon *ποιμένα λαῶν*. Ver *Ilíada*, liv. 2, passim.

50. *Is.*, XLIV, 28.

51. 2 *Reg.*, V, 2.

52. Verifiquem os leitores em *Miqueas*, V, 2-4; *Psalm.*, LXXIX, 2; *Apoc.*, II, 27; XII, 5; XII, 15; *Matth.*, II, 6. No sentido figurado emprega a Bíblia o verbo apascentar em II, *Reg.*, VII, 7; *Jer.*, XXIII, 2; *Zach.*, X, 2. Cristo diz de si que é o bom pastor, *Joan.*, IX, 11-14; Pastor chamou-o S. Pedro I *Petr.*, V, 4, S. Paulo, *Hebr.*, XIII, 20. Era, pois, figura usitadíssima na linguagem bíblica

a Pedro, depois de lhe exigir uma tríplice profissão de amor, o cuidado dos *seus* cordeiros e das *suas* ovelhas : pasce agnos meos, pasce oves meas. Cordeiros e ovelhas que tresmalharam do redil onde Pedro é pastor não são cordeiros nem ovelhas *de* Cristo.

Relanceemos agora um olhar retrospectivo ao encadeamento dos textos evangélicos que acabamos de examinar. O plano de Cristo sôbre a sua Igreja desenvolve-se majestosamente desde os primeiros lineamentos até a sua última perfeição na luz da mais incontestável evidência. Na primeira vocação dos apóstolos, Cristo distingue logo a Simão, impondo-lhe o nome de Pedro, Cefas, símbolo da função capital que deveria exercer mais tarde. Durante o curso do seu ministério, em presença do colégio apostólico, desenvolve amplamente o significado escondido naquele nome simbólico. Rasgando com o seu olhar divino o véu do futuro, o fundador da Igreja prevê todos os assaltos que hão de tentar-se contra a sua existência, constituição e unidade, prevê tôdas as heresias, todos os cismas, tôdas as apostasias, prevê a conjuração de tôdas as fôrças do mal, — do sofisma, da violência, da astúcia, da corrupção, — contra sua obra. Prevê, e pronuncia aquelas palavras sôbre-humanas dirigidas ao humilde pescador da Galiléia : sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as potências do inferno não hão de prevalecer contra ela. "Pour le prédire il fallait être prophète, pour le tenir il fallait être Dieu" (D'AGUESSEAU). E Deus manteve a sua palavra. A rocha do Vaticano está firme. Pio XII senta-se na cátedra de S. Pedro após uma sucessão dezenove vêzes secular.

Chega enfim o instante do cumprimento dos desígnios de Cristo. O Salvador volta ao Pai, a Igreja vai começar a conquista religiosa do mundo. É o momento da realização das promessas. O primeiro papa já designado recebe então solenemente a investidura pontifical, a jurisdição de supremo Pastor : Simão, apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas.

Eis a Igreja qual saiu das mãos de Cristo. Aos nossos irmãos separados perguntamos agora : que é feito destas magníficas promessas ? Onde está a pedra fundamental ? Onde o grande edifício ? Onde as chaves ? Onde o cajado do supremo Pastor ? Talvez com Lutero, com Calvino, com Zwinglio, com Henrique VIII ? Com quem estará Cristo até a consumação dos séculos ? Com quem estava antes que nascesse o monge apóstata ? Necessàriamente com a Igreja. E como ou quando passou a sua assistência para os rebeldes à autoridade por Êle constituída ? E onde estão as provas

desta devolução de poderes ? Pobres protestantes, apelam obcecados para a Bíblia e é a Bíblia que os condena irremissìvelmente. Como outrora Cristo aos Fariseus, pode hoje a Igreja católica dizer aos seus adversários : "Examinais as Escrituras ; vós julgais ter nelas a vida e elas são as que dão testemunho de mim". [53] Um célebre protestante subjugado pela fôrça desta evidência deixou escrito : "A Igreja Católica *tira sua origem* de Jesus Cristo... Pedro foi pôsto por Cristo à frente da sua Igreja... lêde o Evangelho de S. Mateus, XVI, 18-19 e o de S. João XXI, 15 e vereis que é ineludível esta alternativa : ou negar a verdade das Santas Escrituras, ou confessar que o próprio Jesus Cristo prometeu um chefe à Igreja por tôdas as gerações vindouras". [54]

A voz dos séculos. — Interpretação imediata, literal e racional dos textos evangélicos foi a que seguimos até aqui. Como, porém, os entenderam os antigos cristãos, os velhos doutores, nossos pais na fé ? É esta não só curiosidade de erudito mas questão de momentosas conseqüências. Já existia a Igreja e os Evangelhos ainda não haviam sido compostos. Era sociedade perfeitamente organizada e ainda não se lhe conheciam códigos escritos. A primitiva comunidade dos fiéis *viveu* a sua constituição antes de a ler nas páginas mortas de um livro. Nada, pois, mais justo nem mais racional que, antes de tudo, interrogarmos esta sociedade acêrca da significação das leis de que é depositária fiel e intérprete viva. Interroguemos, portanto, a Igreja universal nos seus doutores, nos seus livros litúrgicos, nas suas assembléias gerais e poderemos estar certos de beber nestas fontes a interpretação genuina dos passos evangélicos que tão ìntimamente lhe interessam a existência e a essência mesma da sua organização social.

Comecemos pelos Padres e Doutores. Não são apenas dois nem três, não são sòmente os ocidentais nem os orientais, não são exclusivamente os escritores que floresceram nas épocas afastadas dos primórdios do cristianismo ; é a voz constante, unânime, universal no tempo e no espaço que depõe, com todo o pêso de sua irrefragável autoridade, em abono da interpretação católica.

---

53. *Joan.*, V. 39.

54. WILLIAM COBBETT, *Protestant Reformation*, letter II, n. 40. Outro protestante ilustre: "Je suis persuadé qu'on peut soutenir victorieusement ce dilemme: ou Jésus Christ n'a point organisé l'Eglise, ou l'Eglise catholique est celle qu'il a organisée". E. NAVILLE, *Thèse soutenue à Genève en* 1839, ap. AUDIN, *Histoire de Calvin*, Paris 1841, t. I, p. 313.

Entre os *latinos* lembramos TERTULIANO, o vigoroso polemista, CIPRIANO, bispo de Cartago, e primaz da África, os grandes doutores AGOSTINHO, AMBRÓSIO, JERÔNIMO, MÁXIMO, OPTATO DE MILÉVIO, LEÃO MAGNO para não citarmos senão os mais antigos e os mais ilustres em saber e santidade.

Entre os escritores *gregos* é a mesma consonância, a mesma harmonia de sentimentos. ORÍGENES, EPIFÂNIO, GREGÓRIO DE NAZANZO, GREGÓRIO DE NISSA, CIRILO DE ALEXANDRIA, NILO, TEOFILATO, CRISÓSTOMO falam na Grécia, no Egito e na Ásia Menor como Ambrósio ou Leão Magno na Itália.

S. EFREM, os livros litúrgicos da Igreja siríaca, armênia, e eslava não desferem uma nota discordante no concêrto universal.[55]

Comemoramos indivíduos. Citemos agora o testemunho coletivo da Igreja reunida em suas assembléias gerais. É sempre a mesma consonância, a mesma unanimidade em afirmar sem ambigüidade nem sombra de hesitação o primado universal de Pedro. É uma só a voz dos concílios de Éfeso, Calcedônia, Nicéia (2.º), Lião (2.º), Constança e Florença em proclamá-lo de século em século até o aparecimento de Lutero.[56]

A conclusão é óbvia. Ou o Evangelho não foi compreendido num ponto essencial durante os 15 primeiros séculos do cristianismo, ou o monge apóstata falseou o texto sagrado para legitimar a revolta do seu orgulho imenso.

Haverá ainda outro meio de chegar ao conhecimento das idéias da antiguidade cristã?

55. Entre os Santos Padres não há *um só* que *negue* ter Cristo concedido a Pedro o primado de jurisdição na Igreja universal. Nem sempre, porém, insistem no sentido literal de texto evangélico. Nas homílias e exortações ao povo, suposto sempre o sentido dogmático, desenvolvem muitas vêzes, como costumam os pregadores, as aplicações morais, úteis à edificação dos fiéis. Não era mister fazer antecipadamente polêmica antiprotestante em tôdas as práticas dominicais ou livros de ascética. Mas estas *aplicações* morais, ou ainda *acomodações* remotas não comportam de modo algum a exclusão do sentido óbvio e literal do texto. Já o notou o racionalista LOISY: "Em verdade, não é necessário provar que as palavras de Jesus se dirigem a Simão, filho de Jonas, que deve ser e foi a pedra fundamental da Igreja; que elas não se referem exclusivamente à fé de Pedro ou dos que poderão ter a mesma fé que êle; menos ainda pode aqui "pedra" designar o próprio Cristo. Semelhantes interpretações poderão ter sido propostas pelos antigos comentadores em vista das aplicações morais, e reveladas pela exegese protestante com interêsse polêmico. Mas se as quisermos transformar em sentido histórico do Evangelho não passam de distinções nulas que fazem violência ao texto". A. LOISY, *Les évangiles synoptiques,* t. II, p. 7. 8.

56. Ver apêndice. Por não sobrecarregarmos o texto com citas inumeráveis, reunimos neste apêndice as palavras textuais de tôdas as autoridades acima mencionadas. Assim poderá o leitor verificá-las diretamente e, se fôr mister, confrontá-las.

Há; e é uma ciência nova que no-lo vai subministrar. Nascida no século XIX, a arqueologia veio trazer a lume inumeráveis documentos de uma autoridade irrecusável. Os vetustos monumentos soterrados por séculos sob as ruínas amontoadas pelas invasões barbarescas ou pelas civilizações posteriores renascem em nossos dias para a vida da fé e da ciência. Enquanto as vicissitudes dos reinos e dos impérios, as devastações das guerras e as transformações da cultura se sucediam na superfície da terra, lá na escuridão fria e úmida das suas sepulturas se conservavam essas relíquias antigas, testemunhas preciosas das eras passadas, depositárias fiéis e incorruptíveis das idéias, dos sentimentos, das crenças de muitas gerações. Nas estratificações da crosta terrestre vai o alvião do geólogo desencavar os fósseis que, página por página, nos vêm reconstituindo a história da vida no globo em remotíssimas eras. Não menos valiosa e, por certo, mais interessante é a obra científica realizada pelas escavações do arqueólogo. Para o protestantismo os novos estudos causaram uma destas amargas decepções com que a verdade costuma vingar-se do êrro. No curso destas páginas mais de uma vez teremos ensejo de socorrer-nos destas informações preciosas. Cinjamo-nos, por ora, ao nosso assunto.

Se Pedro foi por Cristo constituído o supremo jerarca da cristandade, nenhuma personagem depois do Salvador deveu preocupar mais o espírito dos primeiros fiéis. E assim foi. O apóstolo privilegiado é o principal inspirador da primitiva arte cristã. Na *Storia dell'arte cristiana de* GARRUCCI se acham recenseados todos os baixos-relevos funerários conhecidos em seu tempo. Nêles se encontram 445 imagens do Salvador, 212 de S. Pedro, 47 de S. Paulo. Em menor número se acham figuradas outras personagens bíblicas.[57] Não raro a pessoa de Pedro, como freqüentemente a de Jesus Cristo, domina tôda a composição artística, constituindo o centro da idéia inspiradora que se desenvolve em numerosos quadros. Dignos de menção, sob êste aspecto, são os sarcófagos de Fermo, Arles e um outro, de origem ignota, que se conserva no Museu lateranense.[58] Quase sempre um emblema de autoridade assinala a dignidade do chefe dos apóstolos: aqui é uma cátedra, ali as chaves, acolá o volume da lei divina que lhe entrega o Salvador. Só Moisés e Pedro

57. SISTO SCAGLIA, *Manuale di Archeologia christiana,* Roma, Ferrari, 1911, p. 294. Para tôda a questão cfr. 282-310.

58. R. GARRUCCI, *Storia dell'arte cristiana,* Vol. V, Prato, 1879, Tav. 335, 340.

empunham o báculo, símbolo do poder. Rica de significação é esta aproximação freqüente entre o condutor e legislador de Israel, o chefe constituído por Deus para a libertação e guia do povo eleito, e a pedra fundamental da nova Igreja, o supremo jerarca da sociedade nascida do Segundo Pacto entre Deus e a humanidade remida.[59]

Nem se pense que estas representações são peculiares a Roma. Nas Gálias (Arles, Marselha, Lião, Avinhão, Reims, Aix), na Espanha (Madrid, Saragoça, Barcelona), na Itália (Parma, Pisa, Gênova, Verona, Milão), encontrareis sempre o mesmo simbolismo de autoridade, a mesma preeminência de importância, a mesma confissão esculpida do primado.

Escudados por tanto pêso de autoridade, por tanta unanimidade de afirmações, por tanta antiguidade irrecusável de testemunhas, podemos, sem receio de êrro, afirmar que em todo o cristianismo primitivo não se conheceu a menor hesitação acêrca da supremacia jerárquica de Pedro. É preciso chegarmos a LUTERO ou a seus imediatos predecessores para encontrarmos a primeira negação. Era tarde, muito tarde... Qualquer psicólogo que não desconheça os segredos do coração humano dirá que uma negação interessada, depois de 15 séculos, mais se assemelha a despique de orgulho mal-ferido que a argumento de persuasão sincera. O historiador confirmará as suspeitas do psicólogo dizendo-lhe: assim é, na verdade.

Acha-se agora o leitor em condições de avaliar em seu justo valor estas asserções do Sr. CARLOS PEREIRA: "Afirma a Igreja evangélica *com a maioria dos Santos Padres* que não a pessoa de Pedro, mas a pessoa teantrópica de Cristo... é a pedra, a rocha, o amplo fundamento indefectível da Igreja", p. 223;[60] e pouco adiante: o Papado é "a suprema mistificação do cristianismo legada aos tempos modernos pela superstição caliginosa dos tempos medievais", p. 249. Esta "maioria dos Santos Padres", esta "mistificação dos tempos medievais" constituem o mais impudente desafio à verdade histórica. Adiantar com tanto aprumo afirmações dêste quilate não

---

59. Neste gênero é sobretudo notável o vaso de vidro descoberto no século passado em Podgoritza. Pedro, designado expressamente pelo próprio nome, percute com um bastão, não uma rocha, mas uma árvore da qual jorra um manancial de água viva. A alusão a Moisés é manifesta. Cfr. G. B. DE ROSSI, *Bolletino di archeologia cristiana*, VI, Roma, 1868, 1-6.

60. Releia-se êste período depois do apêndice.

é abusar indignamente da credulidade dos leitores? Mas não comentemos. Qualquer inteligência mediana já poderá sentenciar por si sôbre quem argumenta com os fatos e quem mistifica a simplicidade dos ingênuos; já poderá ver de que lado esplende a luz da verdade e de que lado negrejam as trevas "caliginosas" da ignorância.

Fechemos êste parágrafo.

§ 2. — *O primado de S. Pedro no colégio apostólico.*

SUMÁRIO — Objeções do Sr. Carlos Pereira: os doze tronos; a missão de Samaria; S. Paulo "campeão antipapal"; S. Pedro e os papas. — Provas positivas da tese católica: a superioridade de Pedro nos Evangelhos; exercício do primado na Igreja primitiva.

Passemos ao exame do segundo elo que "deve prender a metafórica barca de Pedro ao cais de uma instituição divina", p. 215. Depois de haver negado que Cristo investira Simão Pedro no primado jurisdicional da sua Igreja, contende o Sr. CARLOS PEREIRA que Pedro não foi o superior hierárquico dos apóstolos. Será mister refutar separadamente esta nova asserção? Não, responde-nos o próprio adversário: "parece ocioso discutirmos êste ponto pois já se acha êle prejudicado pela discussão do primeiro. De fato, provado (!) que Pedro não é a pedra fundamental da Igreja fica destruído o ponto de apoio do seu primado de jurisdição", p. 234. *Mutatis mutandis*, vale para a resposta, o que se afirma da objeção. Demonstrada a superioridade universal conferida por Cristo a Pedro é ocioso mostrar que a sua supremacia se estende também aos apóstolos. Mas, apesar disso, não refugiremos de acompanhar o apologista protestante no segundo estádio de sua argumentação. A verdade é como um brilhante de muitas facetas; considerá-las tôdas e pôr em evidência a pureza de sua água.

Dos argumentos aduzidos pelo Sr. CARLOS PEREIRA alguns já foram expressamente analisados no parágrafo anterior.[61] Sôbre êles não voltaremos a insistir. Percorramos ràpidamente as outras pro-

---

61. Tais o argumento tirado de S. Mateus c. XVIII, 18 em que Jesus Cristo confere a todo o colégio apostólico o poder de ligar e desligar (ver p. 27) e o baseado na controvérsia sôbre a primazia debatida entre os apóstolos (ver p. 9). Ambos já foram criticados e rebatidos.

vas com que o irreconciliável inimigo do primado de Pedro cuida poder estabelecer a igualdade jurisdicional dos "Doze" no colégio apostólico.

Os doze tronos. — Falando aos apóstolos diz Cristo: "Em verdade vos digo que vós, que me tendes seguido, na regeneração, quando o Filho do Homem se tiver assentado na sede de sua majestade, estareis assentados também vós sôbre doze tronos, julgando as doze tribos de Israel".[62] Ora, infere o nosso exegeta, "não há na promessa um trono mais elevado para Pedro", p. 236. — Por uma razão muito simples, caro senhor; no céu não há nem pode haver exercício de jurisdição papal. No passo aduzido, Cristo promete um prêmio particular aos doze privilegiados de sua eleição. Ora o prêmio da glória é proporcionado à graça. No paraíso, um simples cristão poderá elevar-se em trono mais sublimado acima de papas e bispos que lhe ficaram aquém em santidade. Aos apóstolos, em vista da sua missão extraordinária e das suas relações tão íntimas com o Verbo humanado liberalizou Deus mais copiosamente os tesouros de seus dons sobrenaturais. Singularizados na graça e na perfeição moral sê-lo-ão também no galardão da bem-aventurança. Tal o significado do texto. Mas a que vem tudo isto quando se trata da supremacia de Pedro na Igreja? Versa o nosso debate sôbre uma jurisdição na *sociedade visível e militante* de Cristo e o Sr. Carlos Pereira vem-nos com o que há de acontecer *no dia do juízo, depois da ressurreição dos mortos*. Trata-se do *govêrno contínuo e normal* da Igreja na sua *existência terrena* e êle nos transporta ao que será *um dia nos céus!* Fala-se do *tempo* e êle nos leva aos *umbrais da eternidade!* Evidentemente, a pontaria errou o alvo. O texto não faz ao caso.

Missão à Samaria. — Nem mais concludente é o que se lê nos Atos: "Quando os apóstolos que estavam em Jerusalém ouviram que a Samaria havia recebido a palavra de Deus enviaram (Carlos Pereira traduz: mandaram) para lá Pedro e João".[63] "Com indubitável certeza, conclui categórico o nosso exegeta, os subalternos não mandam a seu superior", p. 238. — Não mandam, isto é, não ordenam (jubere), de acôrdo; não mandam, isto é, não enviam (mittere, ἀποστέλλειν), falso. O gramático tresleu o texto de S. Lucas.

62. *Matth.*, XIX, 28.
63. *Act.*, VIII, 14.

Entre ordenar e enviar vai grande diferença. Ordenar é mandar, determinar como senhor ou superior. Enviar diz apenas obter eficazmente que outro vá. Envia-se mandando, envia-se aconselhando, envia-se suplicando. Do simples emprêgo dêsse têrmo impossível inferir relações de igualdade ou superioridade entre quem envia e quem é enviado. Os Israelitas enviam Phinees e os príncipes das tribos a Galaad.[64] Os fiéis de Antioquia enviam Paulo e Barnabé aos apóstolos de Jerusalém.[65] É linguagem corrente dizermos: os irmãos enviaram ao pai o irmão mais velho: o capítulo enviou o bispo a Roma; o exército enviou o general ao soberano. Ora, que nos dizem os Atos? Que expressão empregam? Talvez ordenar, *jubere?* Não, mas enviar, *mittere*, ἀποστέλλειν. Não há, pois, como concluir daí a superioridade de Pedro sôbre os apóstolos ou dos apóstolos sôbre Pedro. A questão da primazia não a decide nem a pode decidir o texto. Nêle certamente não se trata de missão *potestativa*, porque S. Pedro, ao menos, não era inferior aos demais apóstolos, mas sim de missão deliberada em conselho comum e sufragada muito provàvelmente pelo próprio Pedro.

Os Samaritanos eram odiados pelos Judeus. S. Filipe pregara-lhes o Evangelho e muitos dêles foram batizados. Cumpria agora impor-lhes as mãos para que recebessem o Espírito Santo, e ao mesmo tempo unir com os vínculos da mais fraterna caridade a nova cristandade à igreja mãe de Jerusalém. Emprêsa delicada que fàcilmente poderiam malograr os preconceitos inveterados e as antipatias tradicionais entre os dois povos. A quem confiá-la, com maior esperança de êxito, senão ao príncipe dos apóstolos, por todos tido e respeitado como chefe da Igreja nascente? A eleição de Pedro em tão dificultosa emergência longe de aproveitar à tese protestante é mais uma confirmação da estima e da reverência que lhe consagravam os outros apóstolos. A Carlos Pereira não ocorreram estas considerações. Transformou primeiro o *enviar* em *mandar* e, a breve trecho, em *dar ordens*, e com o benefício desta escamoteação exegética, concluiu vitorioso pelo absurdo de "Pedro, chefe ao mesmo tempo que *recebe ordens* de seus inferiores", p. 239.

S. *Paulo, campeão "antipapal"*. — Depois de S. Lucas é São Paulo chamado ao combate contra o primado de Pedro. Na sua segunda epístola aos Coríntios escreve o apóstolo das gentes: "Cui-

64. *Josue*, XXII, 13, 14.
65. *Act.*, XV, 2.

do que em nada tenho sido inferior aos grandes apóstolos".[66] Açodado, conclui logo o exegeta protestante: "entra pelos olhos que esta asserção absoluta de Paulo é incompatível com a teoria romana", p. 240. — No entretanto nada mais óbvio e mais simples que a interpretação natural da passagem citada.

Depois da primeira viagem de Paulo a Corinto alguns pseudo-apóstolos haviam trabalhado por minar a obra evangelizadora do grande convertido. Menoscabar-lhe a autoridade pareceu-lhes o melhor alvitre para lograr o bom êxito dos seus intentos. Paulo não havia conhecido a Cristo durante a sua vida mortal, era um convertido da última hora. Com que direitos se arrogava a dignidade de apóstolo e usurpava os direitos e privilégios exclusivos dos Doze? Contra essas insinuações malignas que ameaçavam comprometer o fruto da sua pregação aos coríntios insurge indignada a consciência de Paulo e reivindica desassombradamente os títulos autênticos de sua missão. Como os Doze, também êle fôra diretamente escolhido por Cristo, também êle recebera a sagração divina do seu apostolado. Apóstolo era-o também no sentido pleno e genuíno da palavra, apóstolo, era-o tão legìtimamente como os eleitos da Galiléia e não inferior a nenhum dêles *na dignidade apostólica*. Sua igualdade aos Doze na missão evangelizadora do mundo — eis o que Paulo pretende inculcar e demonstrar aos coríntios nesta primeira epístola. Haverá, porém, no colégio apostólico uma autoridade superior, um primaz investido por Cristo na suprema jurisdição de sua Igreja? S. Paulo não o afirma nem o nega. Era aqui uma questão descabida, era assunto de todo alheio ao seu intento. Paulo passa por cima e vai direito ao âmago da controvérsia que fervia em Corinto.

Tal a interpretação dêsse texto abraçada por muitos exegetas, principalmente antigos. Outros preferem uma hermenêutica diversa, talvez mais plausível. S. Paulo não se compara aqui com os verdadeiros apóstolos mas com os semeadores de cizânia que em Corinto espargiam a confusão e a discórdia. Em outro lugar estigmatiza-os, sem ambages, com o seu verdadeiro nome de pseudo-apóstolos; aqui, chama-os irònicamente superapóstolos (supramodum apostoli). E por uma litotes magnífica lembra aos coríntios que êle, Paulo, não fizera menos pela salvação dêles que êstes inflados hiperapóstolos que se jactavam de pregar um evangelho mais puro,

66. 2 *Cor.*, XI, 5; XII, 11.

mais perfeito, mais requintado. Esta interpretação a que se aliam quase todos os intérpretes modernos[67] quadra melhor com o contexto. Nos versículos 4 e 6 que imediatamente emolduram o nosso, Paulo ocupa-se exclusivamente dos seus adversários e na enumeração dos seus títulos, matéria dos caps. X, XI e XII compara-se não com os verdadeiros apóstolos mas com os falsos evangelizadores que lhe contrastavam a missão.

Em qualquer hipótese, e mais ainda na segunda, não haverá crítico sensato que nesta perícope possa enxergar visos sequer de uma dificuldade real contra a primazia de Pedro. Carlos Pereira, porém, com aquêle desequilíbrio que tantas vêzes se lhe nota entre a inanidade das premissas e a turgidez enfática da conclusão, sentencia que a asserção de Paulo "vibra golpe mortífero na herança papal do primado de S. Pedro", p. 240.

Oportunidade de novas tiradas declamatórias contra o papado, oferece-lha um tópico da epístola aos gálatas. Ei-lo: "Quatorze anos depois subi outra vez a Jerusalém com Barnabé, levando também a Tito. Mas subi em conseqüência de uma revelação; e expliquei aos fiéis o Evangelho que prego entre os gentios, e particularmente àqueles que pareciam ser de maior consideração, por temor de não correr ou de haver corrido em vão. Quando, porém, àqueles que pareciam ser os mais consideráveis (quais tenham sido noutro tempo, pouco me importa, Deus não faz acepção de pessoas) aquêles digo que pareciam ser alguma coisa, êsses nada me comunicaram. Antes, pelo contrário, tendo visto que me havia sido encomendado o Evangelho da incircuncisão como também a Pedro o da circuncisão (porque o que obrou [Deus] em Pedro para o apostolado da circuncisão, também obrou em mim para com os gentios); e tendo conhecido a graça que me foi dada, Tiago e Cefas e João que pareciam ser as colunas [da Igreja] nos deram a mão a mim e a Barnabé em sinal de companhia, para que nós pregássemos aos gentios, e êles aos circuncidados".[68] "Ora, tendo vindo depois Cefas a Antioquia resisti-lhe pùblicamente porque era repreensível".[69]

O emprêgo do verbo "pareciam", a coordenação do apostolado de Pedro e de Paulo, a repreensão dêste àquele em Antioquia são,

67. Entre os católicos: Knabenbauer, Bisping, Ad. Maier, Reischl, Schaefer; entre os protestantes: H. A. W. Meyer, Kling-Braune, G. Schnedermann, Siegfr. Goebel.

68. *Gal.*, II, 1-9.

69. *Gal.*, II, 11.

no sentir de Carlos Pereira, três dardos mortíferos vibrados contra a primazia de Pedro.

Para a reta inteligência da linguagem de Paulo aos gálatas importa, antes de tudo, reconstruir as circunstâncias históricas dos fatos que motivaram a epístola paulina.

Como em Corinto, também na Galácia já evangelizada pelo apóstolo surdiram em sua ausência adversários e denigradores que lhe amesquinharam a missão evangelizadora.

Muitos dos judeus recém-convertidos não podiam afazer-se à idéia de que o mosaísmo, com o seu prestígio secular, com as suas promessas e milagres, com as suas gloriosas esperanças, fôsse definitivamente tramontado. Obstinavam-se em salvar-lhe ao menos a substância : a teocracia, a lei mosaica, o sacerdócio aaronítico. Daí uma oposição pertinaz e irredutível à ação de Paulo, o grande apóstolo do universalismo da nova Aliança. Na Galácia, a tática dos judaizantes era insidiosa. Sem se oporem abertamente às decisões do concílio de Jerusalém, que havia declarado caducos certos ritos e prescrições de lei mosaica, espalhavam à sorrelfa ser esta apenas uma concessão temporária às inovações de Paulo. O verdadeiro Evangelho era o que pregavam "as colunas da Igreja", Pedro, João e Tiago que, desde o princípio, tinham sido as testemunhas presenciais da vida do Mestre e os depositários autênticos dos seus ensinamentos. A fé em Cristo bastava sim para a salvação mas as observações mosaicas davam ao crente uma perfeição, um acabamento que nunca poderiam atingir os incircuncisos que não as praticavam. Paulo era um inovador perigoso. Ontem ainda perseguidor fanático de Cristo, hoje crente e pregador improvisado, na nova carreira por êle iniciada reviam tôda a presunção e o orgulho do antigo inimigo do nome cristão. O evangelho que pregava era um Evangelho mutilado e incompleto ; afeiçoara-o êle ao jeito de suas idéias revolucionárias. Importava, pois, voltar aos ensinamentos das colunas da Igreja, moldar-se sôbre a sua vida recebendo a circuncisão e submetendo-se a tôdas as prescrições da Lei antiga. Só assim era lícito aspirar às honras de verdadeiro filho de Abraão e herdeiro de suas promessas.

Estas capciosas sugestões haviam, ao menos parcialmente, surtido efeito. As novas cristandades da Galácia recém-vindas do paganismo debatiam-se na incerteza e na perplexidade. Um perigo de cisma iminente ameaçava arruinar as conquistas do grande Apóstolo. Conjurar êsse perigo justificando a sua doutrina, eis o alvo de Paulo na sua epístola.

Postas essas premissas nada mais fácil que demonstrar a máquina de guerra levantada pela exegese protestante. Examinemo-la, peça por peça.

Quanto ao verbo "pareciam", não há mais que um sofisma embarcado no equívoco de uma palavra. Carlos Pereira toma o verbo "parece" no sentido, comum na nossa língua, de ostentar a aparência de uma coisa sem lhe possuir a realidade. Daí a fácil e maravilhosa conclusão : para Paulo, os apóstolos Pedro, Tiago e João eram exteriormente julgados como colunas da Igreja, de fato, porém, não o eram ! Para o bem fundado dessa inesperada conseqüência só lhe faltou demonstrar que êsse era realmente o significado do têrmo no texto original. Essa demonstração êle julgou mais prudente deixá-la na sombra do silêncio. Mas qualquer exegeta de fracas posses sabe que o verbo, *δοκειν*, *videri*, parecer, tem, não raro, o sentido de ser alguém estimado, havido, pelo que na realidade é.[70] A fôrça, pois, da expressão e do argumento paulino é a seguinte : "Dizeis que meu evangelho não é genuíno nem autêntica minha doutrina. Pois ficai sabendo que em Jerusalém a declarei sem dissimulações aos que só para vós são os depositários do verdadeiro cristianismo, conferi com os apóstolos que indiscutìvelmente são por todos considerados como as colunas da Igreja. Condenaram-na ? Repreenderam-na ? Não. As autoridades da igreja jerosolimitana (v. 6) não me fizeram observação nenhuma, nada de novo me comunicaram, mas, com o seu consenso, aprovaram sem restrições os meus ensinamentos. Mais. Pedro, João e Tiago, aos quais como verdadeiros apóstolos competia examinar a minha doutrina, reconheceram a legitimidade do apostolado que Deus me confiara, e, em sinal de amizade fraterna, me apertaram a mão". — Dai agora ao verbo parecer o sentido imaginado pelo Sr. Carlos Pereira e o argumento paulino desossado, enervado não passa de uma puerilidade insulsa.

70. Cfr. por ex. : *Marc.*, X, 42 ; *Luc.*, XXII, 24.

Vamos à *coordenação do apostolado* de Pedro e de Paulo.

Trata-se aqui porventura do primado de jurisdição? Nem por sombra. Trata-se ao menos de uma repartição exclusiva do campo do apostolado? Nem nisso. Paulo bem sabia que Pedro fôra quem primeiro batizara os gentios e os recebera na Igreja. Alguns anos antes, êle próprio ouvira dos lábios do Príncipe dos apóstolos essa declaração formal: "sabeis que desde os primeiros dias *ordenou Deus* entre nós que *por minha bôca* ouvissem os gentios a palavra do evangelho".[71] De outro lado, Paulo nunca limitou a sua pregação aos gentios. Nas suas excursões apostólicas seu primeiro cuidado era anunciar a boa nova aos judeus. Só depois de repelido pelos obstinados filhos de Israel, dirigia-se aos incircuncisos mais dóceis e menos obcecados.[72] O passo da epístola aos gálatas não pode, pois, ser interpretado senão no sentido de uma divisão temporária e não exclusiva. Considerando *històricamente* os 12 ou 14 anos decorridos, relevava Paulo como Deus abençoara com numerosos milagres e conversões os seus trabalhos entre os gentios como abençoara os de Pedro entre os judeus. E por que razão, *sob êste aspecto* (note-se bem: não se trata aqui de jurisdição), compara S. Paulo o seu apostolado com o de Pedro? Não haviam também os outros apóstolos pregado aos judeus? Por que falar *de Pedro* aos gálatas que havia poucos anos êle, Paulo, e só êle convertera e doutrinara? Não há outra explicação plausível senão a primazia do mesmo Pedro. Só o pôsto singular por êle ocupado na Igreja, só o reconhecimento universal de sua suprema autoridade em tôdas as igrejas justificam neste passo a menção expressa do nome de Pedro e a omissão dos outros apóstolos.

Ao *episódio de Antioquia.* — Achavam-se Pedro e Paulo nesta cidade, cujos cristãos eram em grande parte convertidos do gentilismo. Adaptando-se às exigências do meio, viviam os dois apóstolos com os étnico-cristãos sem se adstringirem à observância dos preceitos da lei mosaica, já ab-rogada. Senão quando sobrevieram de Jerusalém alguns judeus-cristãos, zelosos dos ritos antigos. Temendo escandalizá-los com o seu exemplo, Pedro, pouco a pouco, começou a subtrair-se das refeições gentílicas e adaptar-se às prescrições da Lei, como, por prudência, costumavam fazer todos os

71. *Act.*, XV, 7.

72. Cfr. *Act.*, XIII, 14; XIV, 1; XVII, 1; XVII, 10; XVIII, 4; XIX, 8; XX, 21; XXI, 21; XXVI, 20; XXVIII, 17; I *Cor.*, X, 19-21.

apóstolos quando praticavam entre os convertidos do judaísmo. Tiago, em Jerusalém, foi, até ao fim, fiel observante das tradições judaicas. Paulo por igual motivo circuncidou a Timóteo e, em uma das suas viagens a Jerusalém, foi ao templo, purificou-se e ofereceu as oblações legais por quatro nazireus pobres. O retraimento de Pedro, portanto, significava apenas um ato de caridade, uma condescendência com a fraqueza dos neoconvertidos. Em Antioquia, porém, as circunstâncias não eram idênticas às da metrópole judaica. Paulo que apostolara quase sempre entre os gentios previu tôda a vantagem que do procedimento autorizado do príncipe dos apóstolos poderiam tirar os seus adversários. Efetivamente, muitos judeus e o próprio Barnabé já haviam cedido à influência poderosa do exemplo de Pedro; êles também já não comiam com os gentios. Em tão grave contingência, como única via para atalhar o perigo afigurou-se ao apóstolo das gentes mostrar pùblicamente que a atitude de Pedro, justificável em Jerusalém, não era de todo o ponto conforme com a verdade plena e definitiva do Evangelho que havia para sempre libertado os cristãos das peias quase incomportáveis da lei mosaica. Um dia, provàvelmente num dos ágapes dos irmãos, em presença de S. Pedro, advertiu-o pùblicamente:[73] "Se tu, sendo judeu, vives como os gentios e não como judeu, por que obrigas [com o teu exemplo] os outros a judaizarem?"[74] — Há nesta admoestação pública uma negação implícita do primado? De modo nenhum. S. Paulo não desobedece a nenhuma ordem de São Pedro, não se opõe à sua doutrina, não contesta a legitimidade da sua primazia, não tem uma só palavra que ponha em dúvida os seus direitos e títulos para exercer sôbre fiéis e pastores da comunidade cristã tão poderoso e eficaz ascendente. Na dificuldade da emergência, em que se achava, procura apenas reconduzir Pedro à sua primeira atitude em relação aos convertidos do gentilismo. Era o único meio de defender o seu apostolado contra as acusações insidiosas dos judaizantes. A sua não é, pois, uma repreensão *autoritativa*, de superior a inferior; não na podem admitir os próprios protestantes que defendem a paridade jurisdicional dos apóstolos. É, sim, uma correção *fraterna* que em circunstâncias graves pode e, até, deve fazer um igual ao seu igual, um inferior ao seu supe-

73. O hebraísmo *restiti in faciem* (v. 11) quer dizer resistir *pùblicamente, coram omnibus*, como diz pouco abaixo o próprio Paulo (v. 14).

74. *Gal.*, II, 14.

rior. Ditou-a a caridade em cuja linha somos todos iguais, não a autoridade que distingue hieràrquicamente os membros de um corpo social.

Fácil é agora de compreender por que S. Paulo na sua epístola aos gálatas refere com todos os pormenores o episódio de Antioquia, omitido por S. Lucas. Pedro, advertido pelo apóstolo das gentes, não só não lhe replicara, mas, anuindo, aprovara manifestamente a sua doutrina. Que melhor argumento contra os que na Galácia o acusavam de novidade do que a sanção suprema do príncipe dos apóstolos!

Tal é a única e verdadeira significação dêste célebre passo da epístola paulina que os protestantes procuram agora explorar contra o primado de S. Pedro. Conheceu-o tôda a antiguidade cristã e nunca lhe enxergou o menor vislumbre de protesto antecipado "às usurpações papais" que agora lhe empresta a crítica do Sr. Carlos Pereira. É até notável como por ocasião dêste incidente timbram os antigos intérpretes em revelar a virtude e a autoridade de Pedro. "Pedro, diz Agostinho, aceitou com santa e piedosa humildade a observação que ùtilmente lhe fizera Paulo inspirado pela liberdade do amor, deixando destarte aos pósteros o raro exemplo de se não dedignarem em ser corrigidos pelos inferiores onde quer que se desviassem do reto caminho: exemplo mais raro e mais santo que o deixado por Paulo aos inferiores que, por defender a verdade evangélica, ousarem resistir confiadamente sem lesar a fraterna caridade... Em Paulo louvemos a justa liberdade, em Pedro a santa humildade".[75]

Com efeito, a quem as considera mais de espaço, as circunstâncias do fato revelam manifestamente a superioridade de Pedro. Paulo *pregara expressamente* que se não devia judaizar. Pedro com o *seu exemplo parecia* ensinar o contrário. E a sugestão dêste exemplo era tão forte que obrigava (coegebat) não só os outros judeus, mas o próprio Barnabé, companheiro de Paulo,[76] a judai-

75. *Epist.*, 82, n. 22 (ML, XXXIII, 285-6). Cfr. também Teodoro de Mopsuesta, *In epist. ad Galat.*, n. 20, 21; Gregório Magno, *In Ezech.*, l. 2, hom. 6, n. 9 (ML, LXXVI 1002); Facundo de Hermas, *Pro defensione trium capit.*, l. 10, c. 2 (ML, LXVII, 773)

76. "Dès que S. Pierre eut cédé, Barnabé plia... A Antioche en des circumstances identiques à celles qu'il avait une première fois afrontées, cet homme si persévérant qu'il semblerait quelquefois inflexible fait subitement volte-face. Est-ce à dire que rien n'est changé que Barnabé lui même?..., une seule chose, c'est que Pierre s'est personellement remis à l'observance de la loi. Barnabé se trouva alors placé entre tout ce qu'il y a d'auto-

zarem. Como explicar a prevalência do *exemplo tácito* de Pedro sôbre a *pregação explícita* de Paulo sem admitir a persuasão universal de que Pedro sobrelevava em dignidade a Paulo e a sua era a autoridade suprema na Igreja?

Assim que todos os argumentos coligidos pelo pastor protestante contra o primado de Pedro vêm, em última análise, confirmar a tese católica. Só falseando indignamente a significação das palavras e dos fatos da Escritura pôde o Sr. Carlos Pereira apresentar aos seus leitores no procedimento de Paulo a atitude de um "campeão antipapal", p. 242. Para colorir aos olhos dos leitores a legitimidade de tão descabelada conclusão era mister não só recorrer aos artifícios de uma exegese tendenciosa mas ainda passar em injustificável silêncio todos os trechos em que o grande apóstolo das gentes insinua inequìvocamente o alto conceito em que tinha a dignidade e a primazia de Pedro. Chama-o quase sempre com o nome hebraico Cefas que lhe impusera Cristo como que a relembrar a alta função, que lhe fôra confiada, de pedra fundamental da Igreja. Tôdas as vêzes[77] que menciona os apóstolos, a Pedro cede sempre o lugar de honra. "Cada um de vós diz: eu na verdade sou de Paulo e eu de Apolo e eu de Cefas e eu de Cristo".[78] O clímax é evidente: Paulo, por modéstia, ocupa o último lugar, Cristo o primeiro, imediatamente antes de Cristo, Pedro. Tal vez, os apóstolos são reunidos sob uma expressão coletiva, só Pedro é explìcitamente nomeado numa saliência singularmente enfática: "Acaso não

rité dans l'Église d'une part [decreto de Jerusalém, Judas e Silas que o promulgaram em Antioquia, Pedro que o propôs, Tiago que o aprovou, Paulo] et de l'autre non pas l'autorité mais la conduite de Pierre; et comme les Antiochiens il suit Pierre". X. Roiron, *Saint Paul, témoin de la primauté de Saint Pierre*, nas *Recherches de Science religieuse*, 1913, pp. 511-513.

77. Só uma exceção aparente à regra geral se lê no passo já citado da epístola aos Gal., II, 9: "Tiago e Cefas e João que pareciam as colunas da Igreja" etc.. Poderíamos responder que não é certa esta lição. Os códices gregos D, E, F, G lêem: Pedro, Tiago e João. A esta ordem se atêm muitos Padres antigos, entre os quais, Tertuliano, Crisóstomo, Ambrósio, Agostinho, Jerônimo e Teodoreto. Mas não é mister recorrer a esta solução. A preferência dada aqui a Tiago explica-se naturalmente pelo alto preço em que o tinham os judaizantes que do nome do bispo de Jerusalém tanto abusavam contra a autoridade de Paulo. Para confutá-los frisa aqui S. Paulo como por Tiago, também por Tiago, primeiramente por Tiago fôra reconhecido como apóstolo legítimo.

78. I *Cor.*, I, 12. Semelhante gradação lê-se no cap. III, 22. No c. IX, 4-6 "os outros apóstolos e os irmãos do Senhor e Cefas". Cefas distinto dos demais, ainda dos que se chamavam irmãos do Senhor. No c. XV, 3-5 "Desde o *princípio* vos ensinei o que havia aprendido; que Cristo morreu... e ressurgiu e foi visto *por Cefas e depois* pelos onze"

temos nós o direito de levar uma mulher irmã assim como os outros apóstolos e os irmãos do Senhor e Cefas?".[79]

Alhures na epístola aos gálatas diz que três anos depois de sua conversão subiu a Jerusalém para *ver a Pedro* e com êle passar quinze dias.[80] Por que em Paulo esta solicitude de ver a Pedro e não aos outros apóstolos? Responde CRISÓSTOMO: "Depois de tantas e tão preclaras façanhas... foi visitar a Pedro como a superior e mais antigo". E notai a energia intraduzível do original grego sublinhado pelo mesmo CRISÓSTOMO: "Não disse ἰδεῖν senão ἱστορῆσαι que se costuma empregar no sentido de quem vai visitar as grandes e esplêndidas metrópoles, dignas de ser admiradas e conhecidas".[81]

Sinceramente, tudo isto se concilia bem pouco com a quixotesca postura de "campeão antipapal" em que o caricaturou irreverentemente o Sr. CARLOS PEREIRA.

S. Pedro e os papas. — Como chave de ouro desta série de argumentos do zeloso pastor aparece o testemunho do próprio S. Pedro. A sua atitude humilde, diz o Sr. CARLOS PEREIRA, bem mostra que "êle ignorava inteiramente possuir a posição e os títulos pomposos que em seu nome os papas sacrìlegamente assumem", p. 242. Nas suas epístolas, continua o crítico, nada há que "se pareça com um decreto do Vaticano". Em palpável contraste com os anátemas e o autoritarismo vanglorioso das bulas papais, escreve S. Pedro: "Simão Pedro, servo e apóstolo de J. C."; "esta é a rogativa que eu faço aos presbíteros, eu presbítero como êles", p. 243.

Nugas e futilidades, tudo isto. S. Pedro não proclama o seu primado? Quid inde? Mas "corria-lhe o sagrado dever... de apresentar êstes títulos à obediência dos povos", p. 243. — Não; Lutero não havia nascido. Não era a protestantes que escrevia S. Pedro, mas a cristãos, que haviam recebido o Evangelho, que lhe conheciam a autoridade conferida por Cristo, que, nem por sonho, pensavam em pô-la em dúvida. — Mas que contraste entre as epístolas de S. Pedro e as bulas papais! — Manifestamente o Sr. CARLOS PEREIRA nunca leu uma bula papal. Como S. Pedro, dirige-se o papa aos bispos saudando-os com o doce nome de irmãos. O papa assina-se: servo dos servos de Deus. Não são essas, expressões de "autoritarismo vanglorioso". — Mas os papas intimam ordens, ameaçam castigos, fulminam anátemas! — Como tôda a autoridade cônscia do seu dever, *como o humilde S. Pedro*. Vêde-o diante do Sinedrim que pretendia agrilhoar a liberdade da Igreja nascente, como opõe com hombridade às usurpações do poder civil o divino "non possumus", "é necessário obedecer antes a Deus que aos homens".[82] Vêde-o com que severidade julga e repreende pùblicamente o pecado de Ananias e Safira: e como o Espírito Santo, ratificando-lhe a sentença, fulmina de morte os culpados.[83] Vêde-o com que desassombro repele as propostas sacrílegas de Simão Mago e lhe encarece a gravidade do pecado.[84] Os papas não fizeram outra coisa. Fustigaram os vícios, condenaram os criminosos, defenderam com invicta constância a liberdade eclesiástica contra as exorbitâncias da fôrça e os caprichos dos poderes humanos. Como S. Pedro, com a humildade evangélica souberam conciliar a grandeza d'alma, a independência da Igreja, a resistência inquebrantável na defesa dos interêsses de Deus na terra. As grandes e heróicas lutas do Papado na história são apenas fases diversas da eterna guerra entre a verdade e o êrro, entre a virtude e o vício, entre o direito e a fôrça, entre o bem e o mal. Daí os ódios.

Superioridade de S. Pedro nos Evangelhos. — Percorremos tôda a bateria de argumentos assentada pelo crítico protestante contra a supremacia de S. Pedro sôbre os outros apóstolos. Não nos foi árdua a emprêsa de desmantelar todo êsse engenho de guerra. A tese católica acha-se tão fortemente blindada que não serão os dardos despontados de uma crítica apaixonada que lhe hão de varar a

79. A propósito da primeira epístola aos coríntios citemos aqui a conclusão de ROIRON: "Em resumo, pela 1.ª aos coríntios sabemos que aos olhos da Igreja de Corinto, Pedro, ainda que até então não tivesse nenhuma relação com ela, era o primeiro dos apóstolos, o maior depois de Cristo. É ponto êste de que se não pode duvidar. Nem é menos certo que Paulo, por meio do qual conhecemos o estado de espírito dos coríntios a êste respeito, não tenta de modo algum modificar essa idéia que formavam da posição superior de Pedro, na Igreja. Pelo contrário, sua linguagem é vazada em modo de confirmar os fiéis nesta sua maneira de ver. Enfim é, pelo menos, muito provável que a persuasão dos coríntios não tenha outra origem senão o próprio Paulo". XAVIER ROIRON, *Saint-Paul, témoin de la primauté de Pierre*, nas *Recherches de Science religieuse*, 1913, pp. 498-499.

80. *Gal.*, I, 18.

81. "Post tanta ac tam praeclare gesta... ascendit velut ad maiorem et seniorem". — "Non dixit ἰδεῖν sed ἱστορῆσαι quomodo loqui solent qui magnas ac splendidas urbes adeunt spectandi cognoscendique causa". *Comment, in epist. ad Gal.*, I, 11 (MG, LXI, 631). TEODORETO: "Apostolorum *principi* convenientem tribuit honorem" (MG, LXXXII, 467).

82. *Act.*, IV, 20; V, 29.

83. *Act.*, V, 3 seq.

84. *Act.*, VIII, 20.

armadura divina. A Escritura e a consciência da Igreja são broquéis que os sofismas humanos não amolgam.

Já conhecemos os textos que estabelecem irrefutàvelmente a primazia universal de Pedro sôbre tôda a sociedade cristã e, portanto, também sôbre os apóstolos.

Pedro é a pedra fundamental sôbre a qual Cristo edificou a sua Igreja. Pertencem os apóstolos à Igreja de Cristo? Logo sôbre Pedro se hão de firmar como sôbre alicerce insubstituível.

A Pedro o poder universal de ligar e desligar na terra com promessa infalível de que suas sentenças serão ratificadas no céu. Logo o exercício de sua jurisdição obrigará em consciência os apóstolos como os outros fiéis.

Pedro é constituído pastor de todos os cordeiros e ovelhas de Cristo, sem nenhuma exceção. São do rebanho de Cristo os apóstolos? Logo também êles por Pedro hão de ser pastoreados.

Haverá investidura mais evidente de uma jurisdição universal? Alardeiam os protestantes a fidelidade à Escritura. Pois bem, que nos citem um só testemunho escriturístico que demonstre haver Cristo concedido uma autoridade aos apóstolos separados de Pedro ou independentemente de Pedro. Onde os outros "onze" são chamados *pedras* da Igreja? Onde lhes foi confiado o múnus de pastor universal? Onde lhes foram dadas as chaves do reino dos céus? Apresentem-nos uma explicação plausível dêste fato inegável: Por que a Pedro e só a Pedro foram ditas estas palavras de um alcance transcendental? Se se tratava de instituir um poder comum, uma igualdade jurídica, por que não se contentou Cristo com as palavras ditas a todos os apóstolos? Por que dirigir-se tantas vêzes *singularmente* a Pedro, *exclusivamente* a Pedro: Beatus *es Simon Barjona; tibi* dabo claves; *Simon, Simon,* ego rogavi *pro te,*... confirma fratres tuos; *Simon,* diligis me *plus his? Pasce* agnos meos?

À luz destas declarações tão explícitas perguntamos sinceramente: quem violenta a Escritura? Que exegese é mais racional, mais fiel ao texto, a católica ou a protestante?

Exercício do primado na Igreja primitiva. — Mas, insiste o adversário, Pedro não exerceu jurisdição nenhuma sôbre os seus colegas no apostolado. Os *Atos* de S. Lucas não atestam o exercício do primado.

Fôsse muito embora verdade, que inferir daí? Porventura cessa de existir uma lei porque alguém não usa os direitos que ela confere? As palavras de Cristo constituem uma lei divina; se Pedro não tivesse exercido os direitos que ela lhe outorgava, é que talvez não visse a necessidade dêste exercício. Sôbre os seus co-apóstolos investidos extraordinàriamente do dom da infalibilidade não era mister pôr em ação tôdas as prerrogativas do seu poder jurisdicional. Repetimos: o não uso de um direito divinamente outorgado não provará nunca a sua inexistência.

Mas é realmente exato que os apóstolos não deram provas de reconhecer essa primazia ou que a história da Igreja primitiva não contenha vestígios do seu exercício? Assim o pensa o nosso esforçado exegeta. "Diremos com distinto escritor:[85] — a ausência de sol ao meio-dia não é mais notável do que a ausência da supremacia oficial de S. Pedro nas páginas do Novo Testamento", p. 243.

Aos fatos. Os apóstolos não deram mostras de reconhecer a primazia de Pedro? Mas por que *todos* os evangelistas, sem exceção de um só, *tôdas as vêzes*, sem exceção de uma só, em que falam dos Doze ou tecem o católogo dos seus nomes dão *sempre* a Pedro o primeiro lugar, o lugar de honra e de primazia? Não é esta prioridade altamente significativa, mormente depois das antigas contendas sôbre qual dêles era maior? Disputaram então sôbre quem era o *primeiro*. O primeiro, ei-lo agora: *"Primeiro,* Simão que se chama Pedro".[86]

A história da Igreja primitiva não conserva vestígios de exercício do primado? Abramos o livro dos *Atos*. Como é sabido, a obra de S. Lucas divide-se em duas partes. Na primeira, que se estende até o c. XII, o autor bosqueja em rápido escôrço a história dos primórdios da Igreja, a sua fundação, desenvolvimento e progresso. Na segunda, posta de lado a relação dos trabalhos dos outros apóstolos, cinge a narrativa às excursões de S. Paulo, de quem fôra quase sempre companheiro de lutas. É, pois, na primeira parte dos *Atos* que devemos procurar os vestígios primitivos da atuação do primado. Ora, quem percorre desprevenidamente estas páginas não poderá furtar-se à impressão do papel realmente singular desempenhado por Pedro. Não pretendemos que, tomado isoladamente, cada um dos fatos aí referidos seja suficiente para estabelecer a suprema jurisdição do príncipe dos apóstolos. Mas o seu complexo impõe-se;

85. Não conhecemos o nome do "distinto escritor". O Sr. Carlos Pereira não quis dar aos seus leitores o prazer de avaliar os altos quilates da sua distinção.

86. *Matth.*, X, 2.

e não há explicá-lo racionalmente senão admitindo a interpretação católica dos oráculos bíblicos que já deixamos expostos.

Folheai os *Atos*. Quem anuncia por primeiro o Evangelho aos Judeus? Pedro (I, 14). Quem batiza os primeiros gentios? Pedro (II, 41; X, 9 sg.).[87] Quem opera o primeiro milagre em confirmação da fé? Pedro (III, 1 sg.). A quem se traziam os enfermos em multidões, como outrora a Cristo, para que os curasse? A Pedro (V, 15). Quem por primeiro propõe a eleição de um apóstolo em lugar de Judas? Pedro (I, 15 sg.).[88] Quem, sempre à frente do colégio apostólico, advoga a fama dos seus companheiros e defende a glória do nome de Jesus perante o Sinedrim? Ainda uma vez, Pedro (II, 14; IV, 8). Quem inflige terríveis castigos aos primeiros violadores dos bens eclesiásticos? Quem condena o primeiro herege simoníaco? Pedro, sempre Pedro (V, 4, VIII, 20). Herodes, para agradar aos judeus prende o príncipe dos apóstolos? Tôda a Igreja ora por êle (XII, 5). Reune-se o primeiro concílio em Jerusalém para decidir a controvérsia dos ritos judaicos? Pedro é quem toma por primeiro a palavra. Pedro quem dirime a questão (XV, 7 sgs.).[89]

---

87. Notai: *a Pedro* revela o Espírito Santo de modo particular a vocação dos gentios (XI, 4); *a Pedro* nomeadamente é enviado o centurião Cornélio, pelo anjo, a fim de receber dos seus lábios a doutrina da salvação.

88. Diz o Sr. Carlos Pereira: "Pedro não assume nenhuma jurisdição papal. Apenas lembra êle a conveniência da escolha. Os irmãos propõem dois e a sorte decide", p. 243. — O protestante truca de falso o texto sagrado. Pedro não lembra *apenas a conveniência*, impõe o dever ἔδει, *oportet*. São verbos êstes que traduzem necessidade moral, obrigação. Mas por que Pedro não escolheu diretamente o substituto de Judas? S. Crisóstomo: "At non licebat ipsi Petro eligere? Licebat et quidem maxime; verum id non fecit ne cui videretur gratificare" — Hom. 3 in *Act*. n. 3 (MG, LX, 35-6). Não é só com ucasses que se manifesta a autoridade; melhor a exerce quem invoca a colaboração espontânea e inteligente dos súditos. O procedimento de Pedro não traduz falta de jurisdição, é suavidade prudente de govêrno.

89. Não, contesta o nosso gramático, Pedro "não a [assembléia] preside, não fala primeiro, nem por último resolvendo a questão. A presidência parece ocupá-la Tiago que fala por último propondo a solução aceita. Após largo debate é que Pedro se levanta para falar", p. 261. — Como se adultera a Escritura! Pedro não fala primeiro? E por que não nos diz quem foi o primeiro orador? — Pedro não toma a palavra senão "após largo debate". — Mas é natural, nem podia deixar de ser assim. Os enviados da igreja de Antioquia expuseram os seus pareceres. Alguns que haviam pertencido à seita dos fariseus opuseram-se-lhes propugnando a necessidade da circuncisão (v. 4). Eis a controvérsia, eis a questão. Quem a julga? Quem a decide? Levanta-se então Pedro e impõe a sua sentença: "Sabeis, irmãos, que desde os primeiros dias ordenou Deus entre nós que *por minha bôca* ouvissem os gentios a palavra de Deus" (v. 7). Em seguida *define*: "Cremos que somos salvos pela graça do Senhor J. C. assim como êles também o foram", XV, 11. Ouvida a definição, *omnis multitudo tacuit*, v. 12.

Insiste ainda o crítico: Mas é Tiago quem fala por último, quem resolveu a questão, quem impõe a solução aceita. Falso. Tiago não resolve coisa nenhuma. Tiago não propõe nenhuma solução nova. Fala depois de Pedro para *aderir* à sua sentença, para confirmá-la

Pedro é quem percorre as igrejas da Judéia, da Galiléia e da Samaria, visitando e consolando a todos (IX, 31-32), "como um general, comenta Crisóstomo, que passa revista às suas tropas".[90]

Por tôda a parte e sempre, na propagação da Igreja, na sua administração, na promulgação de suas leis, no exercício do poder judiciário, na defesa da fé e dos costumes, na tutela da liberdade cristã, na iniciativa e na direção dos atos comuns do colégio apostólico, Pedro giganteia entre os seus colegas como primeiro, como autoridade, como chefe supremo. Êle exerce indiscutìvelmente o primado; os apóstolos e os fiéis reconhecem-no sem hesitação nem controvérsias.[91]

Ainda assim Carlos Pereira, apadrinhado por "distinto escritor", notaria mais depressa a ausência do sol ao meio-dia que a supremacia de Pedro nas páginas do Novo Testamento! Que eclipse total da sinceridade e do bom senso!

*
* *

Depois de haver fundado as igrejas de Jerusalém e de Antioquia, as mais célebres da Ásia, o príncipe dos apóstolos fêz-se na volta do Ocidente, partindo para a conquista de Roma, baluarte das superstições gentílicas e destinada nos planos da Providência a

---

com a Escritura: "Simão tem contado como Deus primeiro visitou aos gentios a fim de formar dêles um povo para o seu nome. *Com isto concordam* as palavras dos profetas, et." (v. 14-15). Eis o que diz a Escritura. Mas que importam as Escrituras contra o empenho acirrado de mostrar que "S. Pedro não ocupa nessa assembléia eclesiástica nenhuma das posições que o papa ou os seus legados reclamaram séculos depois"?, p. 261.

90. "Quasi dux circumibat ordines suos considerans, quae pars esset coadunata quae sua praesentia egeret" *Hom*. 21, in *Act*. n. 2 (MG. LX, 165).

91. Tão evidente é a supremacia de Pedro sôbre os demais apóstolos que *tôda a antiguidade cristã* não hesitou um só instante em reconhecê-la expressamente. *Príncipe dos apóstolos, chefe dos apóstolos, cabeça do colégio apostólico* são expressões que nos deparam a cada passo a leitura dos antigos Padres. *Caput apostolorum* chamam-no S. Gregório Nisseno, *Or*. 2 de St. Steph. 4 (MG, XLVI, 733), S. Efrém, *Comment. in epist. S. Pauli*, Venetiis, 1893, p. 128. *Apostolorum princeps*: Orígenes, *Hom*. 17 *in Luc*. (MG, XIII, 1845), Eusébio de Cesaréia, In Ps. 68, 8 (MG, XXIII, 737), S. Crisóstomo, *Hom. de decem mill. talent*. in. 3 (MG, LI, 20), S. Cirilo Alexandrino, *In Joan. Evang*. I. 12 (HG, LXXIV, 662), S. Afraates, *Demonstratio 7 de poenitentibus*, n. 15, ed. Paris 1904, t. I, p. 335, S. Efrém, *Hymni et sermones*, ed. Lamy, Malines, 1882, t. I, p. LXXV, S. Jerônimo, *Adv. Pelag*., 1. 1, n. 14 (MG, XXIII, 506), S. Agostinho, *Serm*., 76, c. 2, n. 3; c. 3, n. 4 (ML, XXXVIII, 480, 481). Outras citações dos Padres e das liturgias orientais podem ver-se no Apêndice. Não se podia desejar consenso mais unânime, mais constante, mais universal. "La tradizione di tutti i secoli della Chiesa conferma quella superioritá [de Pedro sôbre os apóstolos] con tal consentimento che non si troverá Padre o scrittore ecclesiastico autorevole il quale non renda ad essa solenni e replicate testimonianze". Bólgeni, *L'episcopato*, 1789, p. 20.

centro da unidade cristã. Na cidade dos Césares estabeleceu Pedro a sua cátedra episcopal; nela, com a púrpura do seu sangue, inaugurou a dinastia imortal do supremo Pontificado.

É o que passaremos ora a demonstrar contra os sofismas da crítica protestante.

§ 3. — *S. Pedro em Roma*

SUMÁRIO — Tese católica. Provas: Testemunhos do século terceiro; do século segundo; do século primeiro; de S. Pedro. Argumento arqueológico. — S. Pedro, primeiro bispo de Roma. — Objeções do Sr. Carlos Pereira: silêncio de S. Lucas; de S. Paulo. — Conclusão.

Libertado de sua prisão em Jerusalém partiu pouco depois o príncipe dos apóstolos para a capital do Império onde fixou a sua sede episcopal.

Sôbre a evidência dêste fato histórico não pairou em tôda a antiguidade cristã a menor sombra de dúvida. Foi MARSÍLIO DE PÁDUA (séc. XIV), empenhado em defender Luís de Baviera contra o papa João XXII (notai como a negação da verdade tem sempre a sua origem nos estos de uma paixão em luta), quem primeiro lhe pôs um ponto de interrogação. Os protestantes converteram para logo a dúvida em negação formal. Não foram êles protestantes se não lançassem mão de quanta arma, boa ou má, lhes estivesse ao alcance para impugnar o odiado "papismo".

CARLOS PEREIRA navega na esteira dos seus antepassados em protestar. O estabelecimento da sede episcopal de S. Pedro em Roma é, na sua argumentação, o terceiro elo da corrente "que deve prender a metafórica barca de S. Pedro ao cais de uma instituição divina", p. 215. Ora, "a alta crítica moderna de abalizados historiadores tem mostrado à saciedade o nulo fundamento de tão generalizada tradição", p. 265.

Receio muito que esta "alta crítica moderna" tão pomposamente assoalhada seja apenas um velho preconceito de partido e que os "abalizados historiadores", tão confiadamente invocados, não passem de sectários tendenciosos que tentaram dobrar a realidade objetiva dos fatos ao apriorismo dos seus caprichos.

Consultemos com serena imparcialidade os documentos, analisemos-lhes o valor probativo e deslindemos as dificuldades protestantes.

No exame dos antigos testemunhos seguiremos o método regressivo, remontando do século III aos tempos apostólicos. Dêsses testemunhos alguns são omitidos, outros criticados pelo Sr. CARLOS PEREIRA, que, porém, confessa abertamente não os conhecer de primeira mão. O subsídios do seu estudo foi êle haurir "nos amplos mananciais da obra prodigiosa" (p. 278) de GREENWOOD, *Cathedra Petri, História política do grande patriarcado latino* Nem era mister que o declarasse. A quem quer que tenha ligeira notícia dos antigos documentos, as páginas do Sr. CARLOS PEREIRA revelam para logo um autor de todo ponto profano e peregrino no conhecimento direto das fontes históricas primitivas do Cristianismo. Não obstante, com o só auxílio de textos insulados, bebidos em segunda ou terceira derivação, abalança-se o intrépido gramático ao exame do importante debate. Não temos, pois, pela frente um historiador que no estudo direto das fontes antigas se tenha formado uma convicção pessoal. Combatemos apenas um sectário que transcreve citações e observações alheias só por lhe irem ao sabor dos preconceitos individuais.

Aos documentos.

Século III. — Em meados do terceiro século CIPRIANO (m. 258), bispo de Cartago e primaz da África, numa epístola a Antoniano diz-nos: "Vagando a sede de Fabiano, isto é, *a sede de Pedro* e da dignidade da cátedra sacerdotal, foi Cornélio criado bispo".[92]

ORÍGENES (m. 254), o maior luminar da escola de Alexandria, refere-nos que Pedro, *ao ser martirizado em Roma*, pediu e obteve fôsse crucificado de cabeça para baixo.[93]

CLEMENTE ALEXANDRINO (c. 150-215), mestre e predecessor de Orígenes, atesta-nos que S. Marcos escreveu o seu Evangelho a pedido dos *romanos que ouviram a pregação de S. Pedro.*[94]

---

92. "Factus est Cornelius episcopus, cum Fabiani locus, id est, locus Petri et gradus cathedrae sacerdotalis vacaret". *Epist. X ad Antonianum* (ML, III. 770, 773).

93. *Comment, in Genes.* t. 3 (MG, XII, 91). Cfr. EUSÉB., *Hist. Eccles.*, III, 1 (MG, XX, 216).

94. "Cum Petrus in urbe Roma verbum Dei publice praedicasset et Spiritu Sancto afflatus Evangelium promulgasset, multi *qui aderant* Marcum adhortati sunt... ut quae ab apostolo praedicata erant conscribaret". Ap. EUSÉB., *Hist. Eccles.*, VI, 14 (MG, XX, 551).

Destas palavras confessa o Sr. CARLOS PEREIRA que "se poderá inferir a presença do pessoal de S. Pedro em Roma", p. 219, inferência, porém, que "não é muito segura diante do verbo grego traduzido — *proclamar* —, visto que o têrmo original significa *proclamar como arauto*, e não implica necessàriamente a presença do proclamador", p. 291. — Engana-se: proclamar como arauto exige a presença do proclamador. Aliás basta ler o contexto para ver que esta é a única interpretação aceitável.

O autor do *Carmen adversus Marcionem,* falsamente atribuído a Tertuliano, cantou:

> Hac cathedra, *Petrus qua sederat ipse,* locatum
> Maxuma Roma Linum primum considere jussit;

e pouco abaixo:

> Constabat pietate vigens Ecclesia Romae
> *Composita a Petro* cujus successor et ipse
> Jamque loco nono cathedram suscepti Hygynus [95].

O autor da obra *Philosophumena,* que muito provàvelmente é S. HIPÓLITO e certamente floresceu no primeiro quartel do terceiro século, não destoa da voz comum. "S. Pedro, diz-nos êle, *resistiu em Roma* aos artifícios de Simão Magno que, com os seus prestígios, tentara ilaquear a fé dos romanos". [96]

Por último TERTULIANO (m. c. 222), que, pelos fins do segundo século, viveu longos anos na capital do Império, mais de uma vez faz menção da estada de S. Pedro em Roma. "Nero foi o primeiro a banhar no sangue o berço da fé. Pedro, então, segundo a promessa de Cristo, foi por outrem cingido quando o suspenderam na cruz". — "Oh! Igreja feliz [Roma], à qual deram os apóstolos com o seu sangue o tesouro de sua doutrina, onde Pedro se assemelhou ao mestre no gênero de morte, etc.". Em outra obra diz-nos ainda que Pedro batizou no Tibre como o Batista no Jordão. [97] Escreven-

95. ML, II, 1077.

96. *Philosophumena,* VI, 20 (MG, XVI, 3226).

97. "Orientem fidem Romae primus Nero cruentavit. Tunc Petrus ab altero cingitur, cum cruci adstringitur." *Scorpiac.,* c. 15 (ML, II, 151). "Habes Romam... Ista quam felix Ecclesia, cui totam doctrinam apostoli cum sanguine suo profuderunt; ubi Petrus passioni dominicae adaequatur" *De Praescriptione,* c. 36 (ML, II, 49) — "Nec quidquam refert inter eos quos Joannes in Jordano et Petrus in Tiberi tinxit" *De Baptismo,* c. 4 (ML, I, 1203) — Clemente Alexandrino, o autor do *Carmen contra Marcionem* e Tertuliano, de fato, são autoridades que remontam ao segundo século, em que floresceram. Só pela data de sua morte os nomeamos entre os do século seguinte.

do contra os hereges, o vigoroso polemista apela para a estada de Pedro na Cidade eterna, sem o mínimo receio de ser nisto desmentido.

Excetuando o de Clemente Alexandrino, por cima de todos êstes testemunhos passa o Sr. Carlos Pereira com prudentíssimo silêncio. Talvez o Sr. Greenwood não os tenha mencionado na "sua obra prodigiosa".

Nas fronteiras do III com o II século depara-nos a história o testemunho de CAIO, *presbítero* que floresceu no tempo do papa Zeferino e compôs um livro contra o catafrígio Proclo. Desta obra, hoje perdida, conservou-nos Eusébio o seguinte fragmento: "Posso mostrar-te os troféus dos apóstolos. Quer vás ao Vaticano quer à Via Ostiense encontrarás os troféus (memorias) dos fundadores desta Igreja [Roma]". [98]

Existiam, pois, em Roma nos fins do séc. II dois monumentos que lembravam aos fiéis o lugar do martírio dos dois apóstolos. A quando remontavam? Diz-nos o *Liber Pontificalis* que Anacleto (ou Cleto), segundo sucessor de S. Pedro, "memoriam beati Petri construxit et composuit". De fato, as recentes escavações arqueológicas permitem determinar com suficiente rigor a situação dêstes antigos monumentos. O sepulcro de S. Pedro achava-se juntamente com outras sepulturas e com um columbário pagão à direita da Via Cornélia que margeava o circo de Nero, no Vaticano. [99]

Século II. — Entre os autores desta época merece especial atenção S. IRINEU (m. 202). Educado na escola de POLICARPO, que, por sua vez, fôra imediatamente formado pelo discípulo predileto, só uma geração o separa da era apostólica. Passou a juventude no Oriente; criado mais tarde bispo de Lião conheceu a tradição das Gálias; durante o seu episcopado empreendeu uma viagem a Roma para estudar as origens e doutrinas da grande Igreja. O Oriente e o Ocidente falam, pois, pela bôca autorizada de Irineu. Ora, na sua grande obra *Contra as heresias,* repetidas vêzes fala-nos êle da presença de S. Pedro em Roma. Lembremos um só texto: "Mateus, achando-se entre os hebreus, escreveu o Evangelho na língua

98. "Ego vero, inquit, apostolorum trophaea possum ostendere. Nam sive in Vaticanum sive ad Ostiensem viam pergere libet, occurrent tibi trophaea eorum qui Ecclesiam illam fundaverunt". Ap. EUSÉB., *Hist. Eccl.,* II, c. 25 (MG, XX, 210).

99. Cfr. H. GRISAR, *Roma alla fine del mondo antico* (2), Roma, 1908, pp. 225-6.

dêles, enquanto Pedro e Paulo evangelizavam em Roma e aí fundavam a Igreja".[100]

A êste testemunho faz o Sr. CARLOS PEREIRA algumas observações. Diz-nos que "apenas autoriza a vaga inferência da presença de S. Pedro em Roma", p. 289. Vaga, por quê? Será possível falar mais claro que dizer que S. Pedro e S. Paulo evangelizaram em Roma? Mas com óculos esfumaçados até os esplendores do meio-dia parecem penumbras de crepúsculo. Continua o crítico: mas o testemunho de Irineu é "contrário à idéia do seu [de Pedro] episcopado transferido a seu pseudo-sucessor", p. 289. Sôbre êste ponto voltaremos logo. Não convém baralhar as questões. Por ora só pretendemos pôr em seguro o fato histórico da presença de S. Pedro na capital do Império. E para êste fim basta o citado testemunho de Irineu revestido de tantas e tais condições de veracidade que êle só bastaria à crítica mais razoàvelmente severa.

Pelo ano 170 temos outra prova no fragmento de uma carta escrita por DIONÍSIO ao papa Sotero (166-174). O bispo de Corinto, um dos homens mais célebres do seu tempo, recorda a viagem a Roma de Pedro e Paulo e compara as igrejas de Corinto e de Roma a uma seara plantada pelos dois apóstolos: "[Pedro e Paulo] assim como vieram à cidade de Corinto plantando a nossa Igreja com os seus ensinamentos, assim igualmente se foram a Itália onde vos doutrinaram e sofreram o martírio no mesmo tempo".[101]

Às apostilas do Sr. Carlos Pereira.

1.º Primeiro confessa que "a presença de Pedro em Roma é a única inferência legítima dêste documento fragmentário", mas que "nada aproveita à tradição papal visto que associa S. Paulo à fundação da Igreja de Roma prejudicando a idéia de um episcopado exclusivo de S. Paulo (êrro de imprensa: deve ser S. Pedro)", página 281. — Aproveita, Sr., em primeiro lugar porque estabelece a presença de Pedro em Roma contra "a mais alta crítica moderna". Aproveita ainda porque nada obsta que S. Pedro tivesse sido o pri-

100. "Mattheus in hebraeis ipsorum lingua Scripturam edidit Evangelii cum Petrus et Paulus Romae evangelizarent et fundarent Ecclesiam". *Adv. Haer.* L. III, c. 1, n. 1 (MG, VII, 844). Cfr. também L. III, c. 3, n. 2 (MG, VII, 848); EUSÉB., *Hist. Eccles.*, 1, V, c. 6 (MG, XX, 446).

101. "Ambo enim illi in urbem nostram Corinthum ingressi sparso evangelicae doctrinae semine nos instituerunt et in Italiam profecti cum vos similiter instituissent eodem tempore martyrium pertulerunt". Ap. EUSÉB., *Hist. Eccles.*, II, 25 (MG, XX, 210).

meiro bispo de Roma ainda que Pedro e Paulo a tivessem fundado.[102] A igreja de Jerusalém foi fundada por todos os apóstolos e só Tiago foi o seu primeiro bispo. A razão é simples. A primazia da igreja de Roma não é conseqüência do *fato material* de a haver fundado Pedro, mas sim dos títulos ao primado que só Pedro possuía e não Paulo. A Pedro e não a Paulo dissera Cristo: tu és a pedra fundamental da minha Igreja; apascenta o meu rebanho. Um general com seus oficiais *fundam* uma colônia. Quem transmite o supremo poder? Todos os fundadores? Não, só o general que o possui.

2.º "O trecho é confuso e os têrmos vagos; grande divergência tem provocado a sua tradução do original grego", p. 281. Quanto à confusão, julgue-a o leitor: Como Pedro e Paulo ensinaram em Corinto assim estiveram em Roma onde padeceram o martírio *ao mesmo tempo*. Há frase mais clara? — As divergências a que alude o adversário deixam *intacto o valor do testemunho na presente questão*, versam apenas sôbre diferentes lições gregas de outros têrmos.[103]

3.º "Pedro é aí considerado como fundador da igreja de Corinto quando sabemos pelos Atos dos Apóstolos (XVIII-II) que São Paulo é o seu exclusivo fundador", p. 281. Fundador, sim, diz o lugar citado; exclusivo, não; enxertou-o por sua conta e risco, o Sr. CARLOS PEREIRA. Aliás DIONÍSIO afirma apenas que S. Pedro ensinou aos Coríntios do *mesmo modo* (ὁμοίως), *não no mesmo tempo que* S. Paulo. Contra êste testemunho de tanto pêso quem poderá provar que o príncipe dos apóstolos na sua viagem a Roma não tenha pregado e doutrinado em Corinto? E nesse caso quem melhor o poderia afirmar que o próprio bispo coríntio que conservava os arquivos e dípticos de sua Igreja e, na sua juventude, conhecera os contemporâneos dos apóstolos?

102. Pedro e Paulo são chamados fundadores da igreja de Roma porque ambos trabalharam na sua formação, ambos nela selaram a fé com o martírio. Cronològicamente, porém, Pedro chegou antes a Roma: S. Paulo só mais tarde quando aí já medrava uma florescente cristandade, como êle próprio diz na sua epístola aos romanos.

103. Discutiu-se sôbre se se devera ler φοιτήσαντες ou φυτεύσαντες. Com Pearson e Stenglein se atêm os modernos críticos à segunda versão que diz mais naturalmente com o contexto e é a lição de todos os códigos gregos e da antiquíssima versão siríaca. Mas que tem que ver esta questão de crítica textual com a substância do depoimento? EUSÉBIO que, parece, sabia grego e possuía a obra de DIONÍSIO, cita o seu testemunho sem a menor hesitação em apoio do martírio dos dois apóstolos em Roma. A observação do Sr. Carlos Pereira só se explica pelo intuito de lançar poeira nos olhos dos leitores ingênuos.

4.º "As vagas expressões do bispo de Corinto não nos dizem se os dois apóstolos foram plantadores das duas igrejas pelo ensino falado ou escrito, pela palavra pregada ou escrita em suas imortais epístolas", p. 282. — Mesquinha escapatória! Se se trata de simples ensino escrito, Pedro e Paulo seriam fundadores de *tôdas* as igrejas apostólicas. Por que então só associá-los na fundação da igreja de Roma? E por que só Pedro e Paulo? Por que motivo não encontramos em nenhum escritor que João, Mateus e Lucas foram fundadores da igreja de Roma por seus escritos "que incontestàvelmente circulavam em tôdas as igrejas apostólicas?", p. 282. E se não basta, leia o Sr. CARLOS PEREIRA pela 2.ª vez o testemunho de DIONÍSIO: Os dois apóstolos assim como estiveram em Corinto assim se foram para a Itália onde ensinaram a fé e por ela deram o sangue. Em que análise, lógica ou gramatical, se podem entender semelhantes têrmos de duas cartas e não de duas pessoas? Por último, diz o bispo de Corinto que os dois apóstolos padeceram juntos o martírio na Itália. Foi porventura por meio "da palavra escrita em suas imortais epístolas" que Pedro e Paulo morreram mártires ao mesmo tempo?

"Disto concluímos que o testemunho de Dionísio, bispo de Corinto, não oferece base segura para afirmarmos a presença pessoal de Pedro em Roma", p. 283. — Disto concluímos que a uma crítica reduzida à senilidade de semelhantes observações não resta senão pedir aposentadoria científica.

Mais chegado ainda aos tempos apostólicos é o testemunho de PAPIAS, bispo de Hierápolis, e discípulo imediato de S. João. Tocamos já a era apostólica. Ora, PAPIAS, como nos refere EUSÉBIO, atesta abertamente que S. Marcos escreveu o seu evangelho em Roma, aprovando-o S. Pedro, e que desta cidade datou o príncipe dos apóstolos a sua primeira epístola.[104]

Da autoridade de PAPIAS descarta-se o Sr. CARLOS PEREIRA com dizer que "seus escritos se perderam" e que, segundo Eusébio, "êle pareceu ter sido um homem de fraca inteligência", p. 277, — Ponhamos os pontos nos *ii*. Que os escritos de PAPIAS se tenham perdido pouco importa à questão. EUSÉBIO que os possuía na íntegra transcreve-nos a sua afirmação e isto basta. "Homem de pouco engenho", chamou-o uma vez o autor da História Eclesiástica por haver interpretado em sentido material alguns símbolos e metáforas dos Profetas e do Apocalipse. Mas não é mister grande cabedal de

104. EUSÉB., *Hist. Ecclesiast.*, II, 15 (MG, XX, 171).

talento para saber e afirmar um fato histórico tão simples como a estada de um apóstolo em Roma. Que em matéria histórica PAPIAS fôsse autoridade digna de fé, mostra-o o próprio EUSÉBIO que o cita freqüentes vêzes em apoio de suas asserções. A pouca perspicácia do exegeta não desvirtua a veracidade do historiador.

Façamos um alto aqui e lancemos um olhar retrospectivo. Se não tivéramos outras provas da presença de S. Pedro em Roma, só por si, o depoimento concorde dos autores citados bastaria para estabelecê-la com tôda a certeza. Por uma série ininterrupta de testemunhos ascendemos dos meados do século III aos primeiros anos do século II. Não encontramos uma só voz discorde. Em Cartago e em Corinto, em Alexandria e em Roma, nas Gálias como na África, no Oriente como no Ocidente, a viagem do príncipe dos apóstolos à cidade dos Césares é afirmada unânimemente sem hesitação alguma, como fato sôbre o qual não pairou nunca a mínima suspeição de dúvida. TERTULIANO e IRINEU, CIPRIANO e EUSÉBIO, ORÍGENES e CLEMENTE ALEXANDRINO são pela crítica moderna reconhecidos como autoridades dignas de tôda a fé. Próximos ao acontecimento narrado, dispondo de inumeráveis documentos, hoje, para nós, perdidos, quem melhor que êles poderia verificar a existência do fato e confutá-lo se não fôsse autêntico? A impossibilidade moral de êrro em homens tão eruditos quão virtuosos cresce ainda de ponto se considerarmos a natureza do acontecimento atestado. A permanência de S. Pedro em Roma era um fato público e notório; seu martírio, sob Nero, deveria repercutir logo em tôda a cristandade como notícia de primeira importância. A autoridade, a supremacia, que, como veremos no capítulo seguinte, começou logo a exercer a igreja de Roma sôbre tôdas as demais, tinha como fundamento histórico a sua fundação por Pedro. Suposto falso êsse fundamento, como explicar o silêncio conivente das igrejas do Oriente, das Gálias e da África, que, sem uma voz de protesto, se submetiam à sua jurisdição? Como conceber ainda que, se Pedro houvera sido martirizado em qualquer outra igreja, permitiria ela em silêncio que a despojassem de seus títulos de glória sem reivindicar com todos os esforços para o estema nobiliárquico de sua origem a honra singular de haver sido purpureada com o sangue do grande apóstolo?[105]

105. A universalidade desta tradição impôs-se até à heresia. Todos os apócrifos ebionitas e gnósticos (os principais são: *Evangelium Petri*, *Acta Petri*, *Praedicatio Petri* e os escritos falsamente atribuídos a S. Clemente: *Recognitiones*, *Homeliae*, *Constitutiones apostolicae*) que inventaram mil lendas sôbre S. Pedro concordam todos em assentar em Roma a sede do seu episcopado.

Mas se, em face dos princípios da crítica histórica mais desapaixonadamente exigente, essas provas já seriam de si plenamente demonstrativas, não são todavia as únicas que podemos produzir. Com PAPIAS tocamos os primórdios do século II; INÁCIO DE ANTIOQUIA e CLEMENTE ROMANO levam-nos à era apostólica. Achamo-nos assim na presença de testemunhas coevas.

Século I. — INÁCIO (m. 107 ou 117), bispo de Antioquia, conviveu longos anos com os apóstolos. Condenado por TRAJANO nos princípios do século II, de viagem para Roma, onde foi supliciado, escreveu várias epístolas a diferentes igrejas, confortando-as na fé e na obediência aos superiores hierárquicos. Numa destas cartas dirigidas aos romanos, depois de lhes pedir instantemente não quisessem, com suas orações, privá-lo da palma do martírio, diz: "Tudo isto não vos ordeno como Pedro e Paulo;[106] êles eram apóstolos, eu, um condenado; êles livres, eu servo".[107] Nestas palavras INÁCIO supõe como fato conhecido de todos que Pedro e Paulo exerceram a sua autoridade entre os romanos.

Não, contesta o nosso gramático, "onde chegaram as *epístolas* dêstes dois representantes do Apostolado aí foram êles realmente mestres, sem haver em rigor necessidade da presença pessoal dêles", p. 278. — Sempre o mesmo subterfúgio ridìculamente mesquinho. Semelhante interpretação, se é que se lhe pode dar êste nome, está em irredutível antagonismo com o contexto desta epístola e o de tôdas as outras do glorioso mártir. INÁCIO não fala de doutrina, mas de *jurisdição* (διατάσσομαι) exercida pelos apóstolos entre os romanos. Mais. O magistério epistolar de Pedro e Paulo foi comum a tôdas as igrejas; por que, pois INÁCIO escrevendo aos efésios, aos tralianos, aos magnésios, não une êstes dois nomes que só associa a propósito de Roma? Por que nomeia ao mesmo tempo Pedro e Paulo senão porque ambos estiveram em Roma? Por que falar em Pedro se êste nenhuma relação teve com os romanos? De fato, se não estêve em Roma, como aos romanos não escreveu coisa alguma, nada mais de particular tinha com êles, nada mais lhes ordenara do que Tiago, Judas e João.

---

106. Carlos Pereira substitui erròneamente a verdadeira tradução por esta outra: "não sou vosso mestre como Pedro e Paulo". *Διατάσσομαι* não é ser mestre, mas exercer jurisdição.

107. "Non ut Petrus et Paulus vobis praecipio. Illi apostoli, ego condemnatus; illi liberi, ego usque nunc servus. *Ad Rom.*, c. 4; FUNK, I (2) 219.

É pois evidente que INÁCIO sabia da viagem de Pedro a Roma.[108] Veja o ilustre gramático como é arriscado aventurar-se a criticar documentos que não se conhecem senão em retalhos de empréstimo.

CLEMENTE ROMANO (m. c. 101) foi o terceiro sucessor de Pedro, conheceu-o pessoalmente em Roma e, com muita probabilidade, foi testemunha presencial do seu martírio. É, pois, uma autoridade de valor excepcional. Citemos, apesar de longo, todo o lance da sua epístola aos Coríntios, na qual alude ao martírio de S. Pedro. E para que melhor se veja a fôrça do seu testemunho ponhamos, lado a lado, o trecho que traduzo imediatamente do original grego e a versão deturpada e mutilada do gramático paulista:

Texto de S. Clemente (do original)[109]	*Versão do Sr. Carlos Pereira,* p. 276.
Mas deixemos antigos exemplos, venhamos aos atletas mais recentes, proponhamos os exemplos generosos do nosso século... Ponhamos diante dos olhos os bons apóstolos: Pedro que pelo ódio iníquo sofreu, não um ou dois, senão muitos trabalhos e depois do martírio se foi para a mansão da glória. Por causa do ódio e da inveja recebeu Paulo o prêmio da paciência; sete vêzes encarcerado, exilado, apedrejado, arauto do Evangelho no Oriente e no Ocidente, granjeou fama ilustre de sua fé. Depois de haver ensinado a justiça ao mundo inteiro veio ao extremo Ocidente	"Como Pedro e na mesma causa Paulo também recebeu a recompensa da paciência: sete vêzes foi lançado em prisões, muitas vêzes açoitado com varas e apedrejado; de sorte que, tendo sido o arauto do Evangelho no Oriente e no Ocidente, recebeu as honras da fé; porquanto depois de ter ensinado a justiça por todo o mundo e alcançado os extremos limites do Ocidente, deu êle seu testemunho diante dos supremos magistrados, e assim passou dêste

---

108. Cfr. A. HILGENFELD, *Historisch-kritische Einleitung in das N.T.*, Leipzig, 1875, p. 621. O autor é *protestante*, outrora professor de teologia em Iena. Dêle são as últimas considerações acima.

109. I *Cor.*, c. 5, 6 (*F.* I (2) 67-69).

e padeceu o martírio diante dos prefeitos e assim se partiu do mundo para o lugar santo, deixando preclaro exemplo de paciência. A ÊSTES SANTOS VARÕES *que ensinavam a santidade se associou grande multidão de eleitos que supliciados e atormentados pelo ódio foram* ENTRE NÓS [110] *de ótimo exemplo.*

mundo e entrou na morada dos bem-aventurados, tendo deixado para todos um nobre exemplo de paciência".

A referência à perseguição de Nero, em que juntamente com Pedro e Paulo foi martirizado grande número de cristãos, é manifesta. Clemente abrira a sua epístola com estas palavras: "as repentinas desgraças e calamidades que *nos* saltearam impediram-me de acudir mais cedo às vossas divergências". [111] Diante dêste testemunho que faz o Sr. CARLOS PEREIRA ou o autor de quem o transcreveu cegamente? Mutila o texto, suprimindo-lhe o primeiro e o último período e depois conclui ovante: "Ao martírio de Pedro é vaga a alusão e até parece não coincidir êle com o de Paulo. Tirar pois dêste tópico... a conclusão de que Pedro e Paulo moraram e morreram juntos em Roma é levar a conclusão muito além das premissas", p. 276. — Sem dúvida, com semelhante crítica de tesoura não há prova nem documento que resista. Mas a ciência deixou sempre êstes recursos inconfessáveis a folhetinistas falseadores ou foliculários inconscientes. [112]

Testemunho de S. Pedro. — Fechemos a série destas provas com o testemunho do próprio S. Pedro, que remata a sua primeira epístola com estas palavras: "saúda-vos a igreja eleita que está em Babilônia e Marcos meu filho", I Petr. V, 13 — Que neste passo com

110. S. Clemente escrevia de Roma e em tôda a epístola opõe sempre o *nós* — romanos, ao *vós* — coríntios.

111. Note-se de passagem a solicitude pastoral que da igreja de Corinto mostra o sucessor de S. Pedro.

112. Ouça-se o grande historiador PAULO MONCEAUX: "De ce texte célèbre on doit tirer trois indications précieuses: 1° Clement considérait Pierre et Paul comme les *apôtres* de l'Eglise romaine; 2° il admettait le martyre de Pierre à Rome; 3° il plaçait ce martyre au temps de la persécution de Néron. — Or, la lettre a été écrite à Rome vers 95, trente ans après le martyre des deux apôtres, par un homme qui les avait surement connus. Il faut être bien exigeant pour ne pas reconnaitre dans ce texte, un témoignage de premier ordre", *Revue de histoire et littérature religieuse,* mai-juin 1910, p. 227.

a expressão metafórica de Babilônia indique S. Pedro a Roma, afirmam *unânimes* todos os antigos intérpretes: PAPIAS, EUSÉBIO, CLEMENTE ALEXANDRINO, S. JERÔNIMO, etc. nem um só há que assim o não entenda. [113] Não foram, pois, "os teólogos do papado", p. 266, que inventaram a interpretação como recurso de polêmica. Foram os protestantes que naturalmente acharam uma nova exegese. Babilônia não designa a capital corrupta do império, mas outra cidade. Qual? Não no-la sabem dizer ao certo. Quem aventou Babilônia do Egito; mas esta não passava então de simples presídio militar cuja população se reduzia a um manípulo de legionários. Quem alvitrou Babilônia da Assíria; mas esta, naquele tempo, como nos atestam ESTRABÃO, PLÍNIO, DIODORO SÍCULO, LUCIANO e PAUSÂNIAS, quase de todo destruída, era pouco mais que um deserto. [114]

Os que votam por Babilônia do Egito acham inconsistentes as provas em favor de sua homônima da Mesopotâmia. Aos que preferem Babilônia de Assíria os argumentos em pró da outra parecem evidentemente nulos. É de ver aqui a fôrça tenaz do preconceito. Rejeitam os adversários a estada de S. Pedro em Roma afirmada por uma série inumerável de irrecusáveis autoridades e abraçam sem hesitar uma opinião que não tem por si *um só* testemunho. Sim, não há *um* só autor antigo que nos fale desta viagem de S. Pedro. A igreja de Babilônia que só muito mais tarde apareceu na história do cristianismo, mas ainda assim teve pretensão a origens apostólicas, nunca reclamou o nome de Pedro como fundador. E quão fácil seria? Não tinha ela, consoante a hermenêutica protestante, a prova mais irrefragável desta origem nas páginas inspiradas?

O Sr. CARLOS PEREIRA, entretanto, para tornar mais plausível a sua interpretação copia a SMITH no seu *Dictionary of the Bible*: "Em apoio da opinião de que Babilônia designa tròpicamente Roma

113. "De *Babylone* dissident veteres et novi interpretes. Veteres Romam interpretantur ubi Petrum fuisse nemo verus christianus dubitavit; novi *Babylonem* in Chaldaea. Ego veteribus assentior". HUGO GREGÓRIO, *In I Petri, Opera theologica,* Basileae 1732, t. III p. 1112.

114. "Nunc Babylone haec [Seleucia] major est. Illa magna ex parte deserta, ut intrepide de ea usurpari possit quod de Megalopoli Arcadiae quidam dixit comicus: "Magna urbs, magnum desertum". STRABO, *Geographia, l.* XVIII, c. 1. "Ipsius Babylonis exigua quaedam portio nunc habitatur maximaque inter muros pars agrorum cultui est exposita". DIODORO SÍCULO, l. II, c. 9. "Babylon chaldaicarum gentium caput diu summam claritatem obtinuit in toto orbe... Coetero ad solitudinem rediit, exhausta vicinitate Seleuciae, ob id conditae a Nicatore intra nonagesimum lapidem in confluente Euphratis". PLÍNIO, Hist., Nat. l. VI, c. 30 Cfr. LUCIANO, *Charonte,* 23; *Philopatris,* 29, PAUSÂNIAS, *Arcadica,* l, VIII, c. 23: οὐδέν ἔτι ἦν ἐι μὴ τεῖχος.

(1 Pet., V, 13) citam uma tradição narrada por Eusébio (H.E., II, 15) com a autoridade de Papias e Clemente de Alexandria, para mostrar que a I Pedro foi escrita em Roma. Oecumenius e Jerônimo afirmam que Roma era figurada por Babilônia !". Esta opinião, diz êle, deve ser "rejeitada", e poucas linhas adiante afirma que Babilônia de Assíria "nesse tempo era largamente habitada por judeus", p. 267, citando entre parênteses a autoridade de Josefo, *Ant.*, XV, 3, § 1, e Filo, *De Virt.*, p. 1023, de Franc. 1691.

Dificilmente em tão poucas linhas se poderiam amontoar mais falsidades e falsificações. Antes de tudo SMITH afirma precisamente o contrário do que lhe afivela o pastor brasileiro. Copio e traduzo, apesar de longo, quase todo o artigo de SMITH, na palavra Babilônia: "restam a considerar duas opiniões: 1.ª que Babilônia significa Roma. Em apoio desta opinião cita-se a tradição recordada por Eusébio (H. 1. II, 15), firmado na autoridade de Papias e de Clemente de Alexandria, para provar que I Petr. foi escrita em Roma. Oecumenius e Jerônimo asseveram que Roma é figuradamente designada por Babilônia. A tradição uniforme e constante dos antigos escritores cristãos é que Babilônia neste passo é nome conhecido de Roma, quartel general das influências anticristãs. Esta opinião sufragada por Grocius, Lardnen, Cave, Whitby, Macnight, Hales e outros *é hoje geralmente adotada, is the opinion generally adopted now* (Cf. *Speaker's Comm*, and Burger in Strack u. Lœckler's *Kgf. Komm.* in loco). A suposição muito natural que por Babilônia se designe a velha Babilônia de Assíria deve sua origem a Calvino "to whom it was a "stronghold of popery" e foi defendida por Lightfoot e Bentley. Mas Babilônia apesar de largamente habitada por judeus em tempos anteriores a Calígula achava-se nos fins do govêrno dêste imperador (c. A.D. 40) quase de todo despovoada de sua colônia judaica (Jos. *Ant.*, XVIII, 9, § 8) e é difícil supor que uma igreja cristã composta de hebreus convertidos nela se tenha podido estabelecer em menos de um quarto de século depois da catástrofe".[115]

115. WILLIAM SMITH, D. C. L., L. L. D., and J. M. FULLER, M. A., *A dictionary of the Bible* (2), London 1893, Vol. I, p. 332. Não posso acabar de me convencer que o pastor brasileiro tenha truncado conscientemente a citação do seu correligionário. Só me resta uma explicação que abraço sem hesitar: ou o Sr. Carlos Pereira possui outra edição do famoso dicionário ou encontrou a sua cita em outro artigo. O fato encerra, porém, uma lição memorável. As opiniões históricas de certos protestantes variam com as edições de seus dicionários ou os preconceitos dos autores de diferentes artigos. Como se vê estamos bem longe de uma verdade conquistada "pela alta crítica moderna". — E já que o Sr. Carlos Pereira mostra tão acentuada preferência pela erudição fácil das enciclopédias, consulte ainda T. K. CHEYNE and J. SUTHERLAND BLACK, *Encyclopedia Biblica*, London 1902, Vol., III, col. 3681; JAMES HASTINGS, *A dictionary of the Bible*, Edinburgh 1898, Vol. I, p. 213, onde se diz que a evidência interna e externa militam em favor da interpretação tradicional. A outra foi introduzida por Calvino "por motivos polêmicos".

Abro JOSEFO FLÁVIO no lugar indicado e que leio? Que Herodes Magno antes da era vulgar depôs a Ananel, sumo pontífice, oriundo dos judeus que haviam sido deportados em massa para Babilônia. Quem duvidou jamais dêste fato? Mas que prova êle em favor da existência de uma numerosa colônia judaica em Babilônia *na época em que S. Pedro escreveu a sua primeira epístola?* O próprio FLÁVIO, no l. XVIII, c. 9, falando dos tempos de Calígula (estamos pois na idade apostólica) conta-nos como os judeus, que habitavam na Mesopotâmia e em Babilônia, acossados pelos idólatras fugiram, a princípio, para Seleucia, mas, também aí alcançados pelo ódio homicida dos seus perseguidores, pereceram quase todos em horrenda carnificina. Outros foram dizimados pela peste. (Cf. RENAN, *L'Antichrist*² Paris 1873, p. 122, nota). O testemunho de Josefo, portanto, longe de contradizer, confirma o dos outros autores que já referimos.

E FILO? Na obra citada pelo Sr. CARLOS PEREIRA diz-nos que Petrônio (préside romano na Síria em tempos de Calígula) vira com os próprios olhos que os judeus habitavam em Babilônia e possuíam muitas outras satrapias. Para que não pareça haver contradição com o que afirma FLÁVIO basta ler três páginas adiante. Referindo-se a tempo posterior diz: *"excetuada parte de Babilônia* e de outras prefeituras, tôdas as cidades circundadas de campos férteis são habitadas por judeus".[116]

A expulsão dos israelitas de Babilônia, referida por FLÁVIO, colóca-se naturalmente entre as duas afirmações de Filo, concordando-as. Os dois autores judeus não discordam dos pagãos: PLÍNIO, LUCIANO, PAUSÂNIAS, etc. Conclusão: *a cidade* de Babilônia (Babylon-onis) não passava de um deserto; *na região* babilônia não havia judeus quando S. Pedro escreveu a sua epístola. Aí está o em que dá o repetir papagaiamente o que disseram outros. A singular prerrogativa do crítico paulista de citar autores que não conhece expõe-no freqüentes vêzes ao desmancha-prazeres destas desagradáveis surprêsas.

116. "Πᾶσαι, γάρ, ἔξω μέρους βραχέος, Βαβυλῶν, καὶ τῶν ἄλλων σατραπειῶν αἱ ἀρετῶσαν ἔχουσαι τὴν ἐν κύκλῳ γῆν Ιουδαίους ἔχουσιν οἰκήτορας". PHILO, Opera, Berolini 1915, t. VI, p. 207. A outra citação, p. 4. Na edição de Leipzig, 1829, t. VI, p. 131.

Passemos às razões intrínsecas.

Não deixam de ser interessantes as condições do nosso crítico em abono de sua mal parada exegese. Numa carta, diz êle, não está bem uma locução figurada. "Não é crível que no estilo epistolar que se distingue pela simplicidade e singeleza didática, empregasse Pedro uma figura...", p. 267. — Não sei que ojeriza lhe veio ao ilustre gramático com as metáforas. Não se usam metáforas no estilo epistolar? Mas é inaudito! Aponte-me o Sr. Carlos Pereira qualquer epistolário, sagrado ou profano, de Paulo ou de Cícero, de Mme. de Sevigné ou de Vieira, e eu lhas colherei a mãos cheias. Mas nem é necessário sair da epístola que examinamos. Cinco versículos acima pinta-nos S. Pedro o demônio que "tamquam leo rugiens circuit quaerens quem devoret". Que bela metáfora! Ademais, se o ensino de Pedro tem a forma de carta, o seu estilo conserva-se sempre nas eminências de uma nobreza e dignidade onde não só não descabem mas são até ornamento natural as locuções figuradas. E que mais viva metáfora que chamar Babilônia à cidade da qual mais tarde, na majestade tuliana do seu estilo, dirá S. Leão Magno que: "cum penes omnibus dominaretur gentibus omnium gentium serviebat erroribus et magnam sibi videbatur assumpsisse religionem quia nullam respuebat falsitatem?".[117] — E não haveria perigo de êrro ou equívoco da parte dos leitores, como parece temer o Sr. Carlos Pereira? Não havia. Entre os judeus era uso corrente apelidar Babilônia a cidade dos Césares. Entre cristãos não o era menos.[118] Qualquer dúvida que ainda pudesse pairar no espírito dissipá-la-ia Silvano, portador da carta.

A segunda consideração do ilustre pastor é simplesmente digna de lástima. "Só quarenta e tantos anos mais tarde é que a figura recebeu a sanção do N.T. com a publicação do Apocalipse... Antes do Apocalipse não consta, segundo observa Eliot, que escritor algum chamasse Roma de Babilônia", p. 267. — O que vale tanto como dizer: na epístola de S. Pedro não se deve encontrar a metáfora Roma-Babilônia porque só aparece pela primeira vez no Apocalipse. E a metáfora aparece pela *primeira vez* no Apocalipse porque não a

117. Leo Magnus, *Sermo* 1 *in Nativ. Petri et Pauli* (ML, LIV. 423).

118. Dos judeus em particular escreve Chr. Schoettgen: "Judaeis solemne erat Romam Babylonem vocare, quia eo modo quo babylonii judaeis sub templo primo vexarunt tandem totam regionem cum templo devastarunt, sic romani fecerunt templo secundo". *Horae hebraicae et talmudicae*, Lipsiae 1733, t. I, p. 1050. Cfr. ibid. p. 1125 vários textos de antigos rabinos em apoio desta asserção.

usara ainda Pedro. Aí têm os professôres de filosofia elementar um exemplo típico de círculo vicioso para propor aos seus estudantinhos de lógica.

Deixemos estas infantilidades e concluamos. Tão naturalmente se impõe aos espíritos sensatos a interpretação católica que em nossos dias, serenados os furores anti-romanos, os mais ilustres entre os críticos protestantes, de conserva com os racionalistas, a ela vão aderindo em número de dia a dia crescente. Hoffmann, Thiersch, Wiesinger, Ewald, Baur, Schwegler, Zahn, Harnack, Zeller, Renan e outros muitos já não discordam da interpretação tradicional.[119]

Vem ainda confirmá-la o inciso que imediatamente se segue às palavras que comentamos: "Saúda-vos a igreja que está em Babilônia e Marcos meu filho". Ora, Marcos nesta época (c. 1-62) não se achava em Babilônia mas em Roma. Di-lo abertamente S. Paulo em duas epístolas escritas durante o seu primeiro cativeiro na capital do império. Na epístola aos colossenses, IV, 10, "Saúda-vos Aristarco... e Marcos, primo de Barnabé"; na epístola a Filemon, v. 24: "saúda-te Marcos, etc.". Nem é tudo. O exame interno do nosso segundo evangelho, em admirável consonância com os mais antigos testemunhos históricos, atesta-nos que Marcos escreveu as suas páginas inspiradas em Roma, sintetizando nelas a pregação e os ensinamentos do príncipe dos apóstolos. Papias, Justino, Irineu, Orígenes, Clemente Alexandrino depõem contestes em favor desta verdade.[120]

119. Hoffmamn, *Schriftbeweiss*, 1855, II, 641; H. Thiersch, *Kritik der neutestamentichen Schriften*, Erlangen 1845, p. 110; Wiesinger, *Der erste Brief des Apostels Petrus*, Koenigsberg 1856, p. 339: Ewald, *Sieben Sendschreiben*, Goettingen 1870, p. 2; F. Chr. Baur. *Paulus, der Apostel Jesu Christi*(2), Leipzig, 1867, I, p. 245; A. Schwegler, *Das nacapostolische Zeitalter*, Tubingen 1846, II, 18 ss.; Zahn, *Einleitung in das N.T.*, Leipzig 1899, II(2), 17; Harnack, *Die Chronologie der altchristlichen Litteratur*, Leipzig 1897, I, 455; E. Zeller, *Zeitschrift fuer wissenschafftl. Theologie*, de Hilgenfeld, 1876, pp. 34-35; Renan, *L'Antichrist* (2), Paris 1873, p. 122: "Afin de dépister les soupçons de la police, Pierre choisit pour désigner Rome le nom de l'antique capitale de l'impiété asiatique, nom dont la signification symbolique n'échappait à personne". Citemos ainda Ph. Schaff, tantas vêzes escolhido como seguro mentor pelo nosso gramático: "Tôdas estas dificuldades [expulsão dos judeus de Babilônia, falta de documentos positivos, presença de S. Marcos em Roma no anno 61-3] obrigam-nos a voltar à primitiva exegese, única seguida na antiguidade, segundo a qual Babilônia designa Roma" *Geschichte der apostolischen Kirche*(2), Leipzig 1864, p. 368. Nesta e nas páginas precedentes encontrará o Sr. Carlos Pereira diluídos pelo seu correligionário todos os argumentos que enxertou tão sem crítica no seu "estudo dogmático-histórico".

120. Papias, *apud* Euséb., *H. E.*, l. III, c. 39 (MG, XX, 299); Irineu, *Adv. Haer.*, l. III, c. 1, n. 1 (MG. VII, 845); Orígenes, ap. Euséb., *H. E.*, l. VI, c. 25, (MG, XX, 583); Clem. Alex. ap. Euséb., *H. E.*, VI, 14, (MG, XX, 551). Cfr. Fouard, *Saint-Pierre* (2), Paris, Lecoffre, 1903, c. XX, pp. 440-457.

À vista de tudo isto podemos deixar ao crítico paulista a consolação de entoar triunfante o seu hino de vitória: "assim se desfaz como o pó diante do vento a melhor prova que os defensores do Papado possuem da estada de S. Pedro em Roma", p. 267.

S. Pedro, bispo de Roma. — Depois de havermos longamente provado a estada de S. Pedro em Roma não há por que nos detenhamos em demonstrar que o apóstolo foi outrossim bispo dessa cidade. Nega o Sr. CARLOS PEREIRA, mas com a mesma sem-razão com que recusara admitir a primeira parte da tese. O testemunho histórico tem o mesmo valor aqui como lá. Não abusaremos da paciência do leitor aduzindo nova e interminável lista de autoridades. Basta observar que IRINEU, CAIO, o autor anônimo do *Carmen adversus Marcionem*, S. CIPRIANO, S. OPTATO, S. AGOSTINHO, S. JERÔNIMO, SULPÍCIO SEVERO,[121] etc., atestam unânimes o episcopado romano do príncipe dos apóstolos. Basta lembrar que, sem exceção de um só, todos os catálogos dos bispos de Roma, organizados com a mais acurada diligência sôbre os documentos primitivos pelos antigos escritores, assim do Ocidente como do Oriente, colocam invariàvelmente o nome do Pedro à frente de todos; com êle abrem a lista nunca interrompida da sucessão episcopal de Roma.[122]

Não posso, porém, deixar de insistir sôbre o testemunho de IRINEU e de EUSÉBIO de novo falseados pelo Sr. CARLOS PEREIRA. Diz o texto de IRINEU: "Fundantes igitur et instruentes[123] beati apostoli [Petrus et Paulus] ecclesiam, Lino episcopatum tradiderunt... Succedit autem ei Anacletus. Post eum tertio locum *ab apostolis*

121 CAIO, do papa Victor, diz: "Tertius ac decimus a Petro fuit Romae episcopus". Ap. EUSÉB., *H. E.*, l. V, c. 28 (MG, XX, 511). S. JERÔNIMO, "Simon Petrus... Romam pergit *ibique* 25 annis *cathedram sacerdotalem tenuit*". *De vir., illust.*, c. 1 (ML, XXIII, 607). S. AGOSTINHO: "Petro enim successit Linus" *Epist.*, 53 (165) c. 1, c. 2 *Ad Generosum* (ML, XXXIII, 196). "Cathedra tibi quid fecit Ecclesiae *romanae in qua Petrus sedit* et in qua nunc Anasthasius sedit". *Contra literas Petiliani*, l. II, c. 51 (ML, XLIII, 300). SULPÍCIO SEVERO, falando do tempo de Nero: "Eo tempore divina apud urbem Romam religio invaluerat, *Petro ibi episcopatum gerente*". *Hist. Sacra*, l. II, n. 28 (ML, XX, 145). Os outros testemunhos já foram citados. Cfr. Apêndice.

122. Quem quiser verificar a asserção poderá consultar 19 dêstes catálogos organizados por antigos escritores latinos, gregos, siríacos, árabes, etc., apud DE SMEDT, *Dissert. in primam aetatem Hist. Eccles.*, Gand 1876, apêndice K, pp. 83-96.

123. A propósito dêste inciso pondera o nosso crítico: "Lino, segundo Irineu, foi ordenado bispo não só por S. Pedro mas também por S. Paulo. Portanto se por êste fato é êle sucessor de S. Pedro, o é também de S. Paulo", p. 287. — Não é por êsse fato, não, sr. O bispo de Roma pode ser *ordenado* por qualquer bispo. A sucessão no primado lhe advém dos títulos divinos que só Pedro e não Paulo possuía; já o dissemos.

episcopatum sortitur Clemens".[124] EUSÉBIO na sua História Eclesiástica: "Linus primus *post Petrum...* ecclesiae romanae episcopatum adeptus est".[125]

Adulterando visìvelmente o significado dos textos acima, afirma o Sr. CARLOS PEREIRA que "LINO é considerado o primeiro bispo tanto por Irineu como por Eusébio" para logo concluir: "a exclusão que fazem êstes dois eminentes doutores da antiguidade cristã do nome de Pedro da lista dos primeiros bispos de Roma dá em terra com as pretensões dêstes", p. 288. — Onde a exclusão? Onde a afirmação absoluta que LINO foi o primeiro bispo de Roma? O primeiro *depois de Pedro, depois dos apóstolos*, post Petrum, ab apostolis, isso sim, afirmam IRINEU e EUSÉBIO. Só o não vê quem tem os olhos vendados. Na sucessão episcopal de Roma os dois escritores dão a Pedro um lugar de distinção, de honra, como a apóstolo e fundador da dinastia espiritual dos pontífices, mas de modo algum o excluem do episcopado. Se Lino foi bispo de Roma e *sucedeu* a Pedro, Pedro foi outrossim bispo de Roma, que isto quer dizer *suceder*. Quem diz: SCHELLING foi depois de HEGEL o primeiro professor de filosofia em Berlim, nega porventura que também HEGEL ensinasse filosofia na capital da Prússia? Quem escreve: FILIPE V foi depois dos Habsburgos o primeiro rei da Espanha, exclui talvez os Habsburgos do trono espanhol? Irineu e Eusébio, portanto, não discordam em ponto algum do consenso dos outros escritores que já deixamos citados.[126]

Mas, neste ponto não se demora o Sr. CARLOS PEREIRA em analisar documentos. Ao fato histórico e real opõe teorias. Pedro não foi bispo de Roma porque não o podia ser; e não o podia ser por duas razões: 1) Porque os apóstolos eram bispos universais e não podiam prender-se a igrejas particulares: "absurdo é portanto ser Pedro... bispo universal... e ser ao mesmo tempo bispo local ou particular de Roma. O mesmo fôra dizer que o presidente federal poderia ser simultâneamente governador do Estado de S. Paulo", p. 273-4. — Por que, porém, seja absurdo não se dignou declarar-nos. Talvez por incompatibilidade essencial? Mas o Papa não foi sem-

124. *Adv. Haer.*, III, 3 (MG, VII, 849).

125. *Hist. Eccles.*, l. III, c. 4 (MG, XX, 222).

126. Aliás EUSÉBIO no seu *Chronicon*, em texto prudentemente calado pelo Sr. Carlos Pereira, se exprime com uma clareza insofismável: "Petrus apostolus cum primum antiochenam ecclesiam fundasset, Romam mittitur, ibique evangelium praedicans XXV annis *ejusdem urbis episcopus perseverat... Post* Petrum, primus romanam ecclesiam tenuit Linus". *Chronicon*, l. II (MG, XIX, 539, 543). À perspicácia do gramático paulista o inventar uma nova tortura crítica que o desembarace dêste texto importuno.

pre, não é ainda hoje bispo de Roma e bispo de tôda a Igreja? Porventura por ser Pedro apóstolo? Mas esqueceu o Sr. CARLOS PEREIRA que dez páginas antes (p. 262) havia chamado — e acertadamente — a Tiago, bispo de Jerusalém? A comparação aduzida prova apenas que o adversário não está habituado a analisar o valor lógico dos seus argumentos. A incompatibilidade entre a presidência da república e a de um Estado particular resulta, não da natureza das coisas (e para haver absurdo é mister antilogia nos elementos essenciais de uma idéia) mas de uma simples disposição positiva de nossa carta constitucional. Em outra constituição os dois cargos poderiam coexistir harmoniosamente numa só pessoa como uma só e mesma pessoa poderá ser chefe de sua família e presidente de sua nação, rei da Prússia e imperador da confederação germânica.

2) A segunda razão é que "não havia ainda nos tempos apostólicos episcopado no sentido técnico e restrito da palavra, no govêrno hierárquico da igreja", p. 273. Se o nosso autor deixando o seu comodíssimo método de asserir sem provas se desse ao trabalho de corroborar esta afirmação com documentos históricos de valor, veria, ao pôr mãos à obra, tôda a impossibilidade da emprêsa. Nada mais exuberantemente atestado pelos antigos monumentos que a origem apostólica do episcopado. S. Tiago foi bispo de Jerusalém no sentido técnico e restrito da palavra. S. João, no Apocalipse, dirige-se a 7 bispos da Ásia Menor que o eram no sentido técnico e restrito da palavra. S. INÁCIO DE ANTIOQUIA, contemporâneo dos apóstolos, fala-nos freqüentemente da hierarquia eclesiástica: "*Sem bispo*, sem sacerdotes e sem diáconos *não há igreja*".[127] Em cada igreja local o *bispo* é o intérprete autorizado da doutrina apostólica, é o representante de Deus. A instituição divina do episcopado é claramente afirmada na dedicatória da epístola aos filadelfos: "*O bispo*, os sacerdotes e os diáconos foram designados no *pensamento de Jesus Cristo*, que segundo a *sua vontade* os estabeleceu e confirmou pelo Espírito Santo".[128] HERMAS, S. CLEMENTE ROMANO, S. DIONÍSIO DE CORINTO, S. IRINEU, TERTULIANO, ORÍGENES, CLEMENTE ALEXANDRINO,[129] escritores do primeiro e segundo século (e princípios do terceiro) afirmam como verdade notória e indiscutível a origem apostólica do episcopado. Mais. Todos os catálogos e listas episcopais organizadas por HEGESIPO, IRINEU, EUSÉBIO para as igrejas de Roma, Antioquia, Alexandria e Jerusalém mostram-nos uma série ininterrupta de bispos cujo primeiro têrmo é um apóstolo ou discípulo imediato dos apóstolos.[130] Mas não há porque insistirmos em coisa tão evidente. LEIBNIZ, pondo a verdade acima dos preconceitos de seita, escreveu: "De discrimine episcopi et presbyteri utrum et quatenus a jure divino proficiscatur in Ecclesia quidem nulla magnopere dubitatio aut obscuritas est, protestantes vero non solum contra ecclesiam contendunt sed et inter se".[131]

Outro protestante, o barão VON STARCK reconheceu formalmente que: "em favor da *primazia do episcopado de S. Pedro* em Roma temos o testemunho de tôda a antiguidade cristã desde PAPIAS e IRINEU que viveram ambos no segundo século e dos quais o primeiro era discípulo de S. João... Afirma BASNAGE que nenhuma tradição tem por si maior número de testemunhas: pô-la em dúvida é destruir tôda a certeza histórica. Assegura PARSON que nenhum dos antigos pôs em controvérsia a fundação da igreja romana por S. Pedro e a sucessão dos papas a êste apóstolo... PUFFENDORF na sua *Monarchia Pontificis romani*... GRÓCIO nas suas *Cartas* exprimem-se declaradamente em favor da primazia da igreja romana, de sua *hierarquia* e de *sua sucessão* episcopal... verdade aliás tão incontestável que nem LUTERO nem CALVINO, nem os Centuriadores de Magdeburgo ousaram impugná-la".[132]

---

127. *Ad Trall.*, III, 1-2 (F, I(2), 205).

128. Cfr. *Ad Ephes.*, II, 2; III, 2; IV, 1 (F., I(2), 175, 177, 179); *Ad Magnes.*, II; III, 1; XIII, 1 (F., I(2), 193, 201); *Ad Trall.*, III, 1; VII, 1-2 (F, I(2), 205, 207-9); *Ad Philad*, I, 1; III, 2; IV; VII, 1; (F, I(2), 225, 227, 259); *Ad Smyrn.*, VIII, 1 (F, I(2), 241).

129. HERMAS, *Pastor*, Vis. III, 5, 1, (F, I(2), 361); CLEM. ROM., I *Cor.*, XLII-XLIV, (F, I (2), 113-115); DIONÍS. COR., ap. EUSÉB., *Hist. Eccles.*, III, 4 (MG, XX, 222); IRINEU, *Adv. Haeres.* III, 3, n. 4 (MG, VII 872); TERTUL., *De Praescript.*, XXXII (ML, II, 44); ORÍGENES, *Comment. in epist. ad Rom.*, X, 41 (MG, XIV, 1289); CLEM. ALEX., ap. EUSÉB., *Hist. Eccles.*, III, 33, (MG, XX, 258).

130. Para a igreja de Roma, Cfr. IRINEU, *Adv. Haer.*, III, 3 (MG, VII, 849-51); HEGESIPO, ap. EUSÉB., *Hist. Eccles.*, IV, 22 (MG, XX, 378); EUSÉB., *Hist. Eccles.*, II, 24 (MG, XX, 206); IV, 4; V, 12 (MG, XX, 310, 459).

131. LEIBNIZ, *System der Theologie*, Mainz 1825, p. 302. Tôda esta obra pode considerar-se como a abjuração dêste grande gênio que só interêsses de ordem material retiveram no protestantismo.

132. VON STARCK, *Theoduls Gastmahl oder ueber die Vereinigung der verschiedenen christlichen Religions-Societaetens.* Francfurt a. M. 1821, pp. 25-27. (O livro é anônimo.)

Só para a escola crítica do gramático paulista não havia ainda nos tempos apostólicos episcopado pròpriamente dito no govêrno da Igreja.[133]

Mas se, mutilando, torturando e falseando textos é possível amordaçar as testemunhas mais irrefragáveis, não se pode impor silêncio às pedras: lapides clamabunt. Aí está a arqueologia a bradar na mudez eloqüente de seus monumentos. Em Roma, os bronzes, os mármores, as pedras, os afrescos, tudo fala de S. Pedro. O túmulo do apóstolo na colina Vaticana, o célebre medalhão de bronze descoberto no cemitério de Domitila, a *cathedra Petri* do cemitério de Priscila na Via Salaria e mil outros monumentos explicados por antiquíssimas tradições locais demonstram irrefutàvelmente o episcopado do príncipe dos apóstolos na Cidade Eterna.[134]

É uma evidência plástica, "uma evidência monumental" na frase enérgica de Rodolfo Lanciani, o mais autorizado conhecedor moderno da topografia de Roma antiga. "Para o arqueólogo, diz êle, a presença e o martírio de S. Pedro e de S. Paulo são fatos estabelecidos sem a menor sombra de dúvida por simples evidência monumental".[135] Unam-se agora os testemunhos escritos com os arqueológicos e concluir-se-á com J.B. de Rossi, o Colombo da Roma subterrânea: "queste belle armonie della storia scritta con i monumenti non sono effetti del caso, na pegni della veritá dell'una e degli altri".[136]

---

133. Quem desejar mais amplo desenvolvimento da questão pode consultar Von Danin-Borkowski, *Die neuren Forschungen ueber die Anfaenge des Episcopats*, Freib. in Br. 1900; Michiels, *Les origines de l'Episcopat*, Louvain, 1900; Batiffol, *L'Église naissante et le catholicisme*, Paris, 1909; Bruders, *Die Verfassung der Kirche von den ersten Jahrzehnten der apostolischen Wirksamkeit an bis zum Jahre 170 nach Chr.*, Mainz 1904; *Dictionnaire apologétique de la foi catholique*, de D'Alès, ad v. *Evêques*.

134. Das inumeráveis memórias de S. Pedro conservadas em Roma algumas são certamente autênticas, outras de autenticidade provável, outras ainda certamente lendárias. A natureza dêste escrito não nos permite a longa digressão arqueológica necessária ao estudo minucioso de cada monumento em particular. Nosso argumento firma-se no conjunto dêles. Para o exame crítico e o valor probativo de cada memória, Cfr. H. Grisar, *Roma alla fine del mondo antico*(2), Roma 1908.

135. R. Lanciani, *Pagan and Christian Rome*, London, Macmillan, 1892, p. 123. No mesmo lugar diz ainda Lanciani: "Houve tempo que autores pertencentes a credos diferentes faziam quase um caso de consciência o afirmar ou negar *a priori* êstes fatos consoante aceitavam ou rejeitavam a tradição de uma igreja particular. Hoje é esta uma mentalidade já superada ao menos por aquêles que seguem os progressos das novas descobertas e da literatura crítica". Pouco adiante a p. 125: "Não há acontecimento da época imperial ou de Roma imperial atestado por tantos monumentos convergentes todos para a mesma conclusão — a presença e o martírio dos apóstolos na capital do império".

136. *Bollettino di archeologia cristiana*, 1864, p. 86. As escavações e descobertas posteriores só vieram reforçar as conclusões do genial arqueólogo romano. Quase meio século depois escreve Monceaux: "Les faits archéologiques, comme les témoignages irrécusables de

Objeções do Sr. Carlos Pereira. — Até aqui construímos. Construímos como os operários que trabalhavam no templo de Jerusalém, com a trôlha numa das mãos e a espada na outra, edificando e combatendo.

É tempo de provarmos mais de propósito a têmpera das armas adversárias.

Para rejeitar tanta multidão e tanto pêso de testemunhos são de esperar provas invencíveis, esmagadoras. E no entanto, quem tal crera? Não podem os protestantes alegar *um só documento positivo* em favor de sua tese. Todos os argumentos que trazem à praça são *negativos*, são argumentos deduzidos *ex silentio*. Ora, advertem todos os críticos que o argumento *ex silentio* é de uso delicadíssimo. Para empregá-lo com êxito é mister demonstrar não só que o autor conhecia o fato por êle calado mas que o devia mencionar expressamente. Semelhante demonstração exige que se conheçam por miúdo tôdas as circunstâncias de tempo, lugar, pessoas, que acompanharam o seu escrito. Preenche a prova protestante estas condições? É o que nos resta a ver.

Silêncio de S. Lucas. — S. Lucas, dizem, nos *Atos dos Apóstolos*, não menciona a viagem de S. Pedro. — Que importa? Quis êle dar-nos uma história completa da igreja primitiva? De modo nenhum. Sua narração abrange apenas os primeiros fatos ocorridos em Jerusalém para restringir-se pouco depois às excursões de S. Paulo de quem foi o *fidus Achates*. Nem mesmo de S. Paulo nos conta êle todo o ministério evangelizador. Muitas viagens fêz o Apóstolo das gentes que só conhecemos pelas suas epístolas. Ora, de S. Pedro que nos dizem os Atos? Que, libertado do cárcere em que o encerrara o rei Agrippa *abiit in alium locum* (XII, 7). Para onde, não no-lo determina. A frase de Lucas deixa, pois, tôda a sua fôrça aos nossos argumentos positivos. A própria expressão indeterminada *in alium locum* parece indicar que se trata de uma viagem extraordinária. Quando Pedro ia de um lugar para outro da Palestina ou da Ásia Menor, Lucas menciona-o sempre expressamente. Aqui, silencia. Talvez motivos de conveniência hoje a nós desconhecidos (provàvelmente, a perseguição de Nero que já

Clément et Caius, s'accordent avec cette tradition romaine, si constante, si ancienne, si vraisemblable en elle-même, à laquelle on n'oppose que des légendes tardives, sans valeur et sans portée, des gloses de fantaisie et des hypothèses sans consistance". *Revue d'histoire et de littérature religieuse*, 1910, p. 238.

negrejava no horizonte quando foram escritos os Atos) lhe aconselhavam a reticência.

— Narra-nos ainda S. Lucas (XXVIII, 15) que em chegando S. Paulo a Roma lhe saíram os irmãos ao encontro na Via Ápia, sem mencionar entre êles S. Pedro. Não declina explìcitamente nome algum. Aqui uma simples ausência temporária explica o silêncio do autor. Não pretendemos absolutamente que S. Pedro de tal modo fixasse a sua residência em Roma que dela nunca se apartasse em longas ou breves excursões apostólicas, deixando em seu lugar homem de reconhecida prudência e santidade.

— No mesmo cap. XXVIII, v. 23, conta o autor dos Atos que, convocados os principais dentre os judeus de Roma, pediram a Paulo lhes dissesse o que sentia acêrca da nova religião, porque, acrescentavam, "o que sabemos desta seita é que em tôda a parte a impugnam". E Carlos Pereira logo de concluir: "não é absolutamente crível que sendo S. Pedro bispo naquela cidade desde o ano 41... tivesse deixado os representantes da colônia judaica na completa ignorância sôbre a seita dos Nazarenos, isto é, sôbre o Evangelho de Jesus Cristo", p. 268. — Se houvera melhor atendido às circunstâncias do tempo e às disposições psicológicas dos israelitas dispersos não veria de certo esta absoluta incredibilidade do fato. Chegando a Roma, S. Pedro muito provàvelmente começou a pregar o Evangelho entre os seus compatriotas nas numerosas sinagogas que então existiam na capital do Império. Alguns abraçaram o Evangelho, outros, a maior parte, repeliram-no. Depois de inúteis tentativas o apóstolo volveu-se para os pagãos, onde mais abundante se lhe afigurava a colheita de almas. No fim de alguns anos a cristandade romana era composta principalmente de gentios convertidos; e tão depressa medrara a nova igreja que a sua fama já se havia espalhado por todo o mundo, como nos *diz o próprio S. Paulo escrevendo aos Romanos* (I, 8). Só os obdurados filhos de Israel ficaram em boa parte alheios ao grande movimento religioso da cidade dos Césares. Ademais, quer parecer-nos que os judeus não falaram a Paulo com sinceridade e lisura. Calaram talvez o muito mais que sabiam sôbre a nova religião para só exprimir o que manifestava o seu desprêzo pela "seita". Depois dos tumultos excitados em Roma, no tempo de Cláudio,[137] procuraram os fiéis da Sinagoga extremar-se dos novos prosélitos a fim de não ser envolvidos na mesma perseguição. A chegada de Paulo despertou a curiosidade dêstes soberbos próceres do judaísmo que haviam menosprezado a pregação do humilde pescador da Galiléia. O nome do antigo discípulo de Gamaliel, a qualidade de Fariseu e doutor da lei, celebrizado já nas sinagogas da Diaspora pelo ardor das suas pregações, atraíram novamente os principais da colônia judaica, que o quiseram ouvir. Mas Paulo não foi mais feliz que Pedro. Fora alguns poucos fiéis à graça, os outros endureceram na sua obstinação. O apóstolo repreendeu-os àsperamente e dirigiu-se aos gentios: "Notum ergo sit vobis, quoniam gentilibus missum est hoc salutare Dei et ipsi audient".[138]

137. Cfr. Suetônio, *Claud.*, c. 25.

Nenhuma maravilha, pois, que numa cidade em que os judeus se contavam aos milhares, alguns, induzidos pelos motivos acima, houvessem podido desprezar os cristãos e dizer, sincera ou fingidamente, a Paulo que pouco sabiam da nova "seita".

Nulo é pois o argumento tirado do silêncio de Lucas. Vamos ao

Silêncio de S. Paulo. — Na sua epístola aos Romanos o grande apóstolo saúda nominalmente mais de vinte irmãos. Ora "absolutamente é incompreensível que fôssem saudadas as ovelhas e não o pastor", p. 264. — Não é tal. S. Paulo escreve aos Efésios e não saúda a Timóteo que lhes deixara como bispo; escreve aos Coríntios, aos Gálatas, aos Tessalonicenses, aos Colossenses, aos Hebreus e não lhes saúda os pastôres. É possível que os portadores destas epístolas levassem especiais recomendações para os superiores hierárquicos. Não convinha englobar o nome do príncipe dos apóstolos numa multidão de humildes fiéis. Mais. Sabia S. Paulo que *naquela ocasião* se achava S. Pedro em Roma? Era talvez prudente nomeá-lo numa epístola pública que podia vir às mãos dos infiéis? Aí estão muitas razões que explicam o silêncio de Paulo e o tornam "absolutamente compreensível", sem de modo algum constranger-nos a rejeitar os documentos positivos já estudados.

— Mas, insiste o adversário, S. Paulo tinha por princípio "não edificar sôbre fundamento alheio" como êle o declara nesta mesma epístola.[139] "Se Pedro ali tivesse a sede de seu episcopado, S. Paulo não invadiria anàrquicamente diocese alheia", p. 264.

138. *Act.*, XXIII, 28; cfr. *ibid.*, 23-28.
139. *Ad Rom.*, XV, 20.

Passe o crú da expressão. Antes de tudo, o princípio aqui enunciado por S. Paulo não é universal nem foi por êle sempre observado com inquebrantável rigidez. É sabido que o apóstolo das gentes pregou nas igrejas de Damasco, Antioquia e Jerusalém que não haviam sido por êle fundadas. Além disso, porém, o argumento aduzido, se algo prova, prova justamente o contrário do que se pretende. Leia-se todo o capítulo XV. Aí declara Paulo que não costumava pregar o Evangelho onde Cristo já fôra anunciado a fim de não edificar sôbre fundamento alheio. *"Por isso,* continúa êle, também me via embaraçado muitas vêzes para vos ir ver e não o tenho podido fazer até agora. Entretanto, não tendo já motivo para me demorar mais nestas terras e desejando desde muitos anos ir ver-vos, quando me puser a caminho para a Espanha espero que de passagem vos verei".[140] Como se vê, o contexto funda uma conclusão oposta à que pretende o gramático brasileiro. Paulo comunica que, tencionando ir a Espanha, verá de passagem os romanos com os quais, de há muito, desejava entrar em relações. Não se deterá porém, porque não costuma edificar sôbre fundamento alheio. É a afirmação implícita de que outro edificara antes dêle. Já o dissera no princípio da epístola: "vossa fé é conhecida em todo o mundo".[141] Já confessara que "os romanos estavam cheios de caridade, cheios de tôda a ciência".[142] Pouco depois dirá que eram tão submissos aos seus superiores eclesiásticos que "a obediência dêles era notória em tôda a parte".[143]

Antes pois da vinda de S. Paulo, já havia em Roma uma cristandade florescente, cuja existência e virtude eram conhecidas em todo o mundo cristão. Quem a fundara? Pedro, respondem todos os documentos. Negando a viagem de Pedro a Roma, os protestantes puseram-se à cata de novo fundador. As hipóteses, como era de esperar, enxamearam, qual a qual mais cerebrina. A menos inverossímil para Carlos Pereira é que "tendo essa igreja o seu início mui provàvelmente nos forasteiros convertidos por S. Pedro no dia de Pentecostes em Jerusalém, o nome dêste apóstolo ficou indelèvelmente ligado à nova comunidade, de que êle fôra *indiretamente* o fundador", p. 285.

140. *Ad Rom.*, XV, 22-24.
141. *Ad Rom.*, I, 8.
142. *Ad Rom.*, XV, 14.
143. *Ad Rom.*, XVI, 19.

Não lhe peço provas históricas desta ficção poética, porque não seria capaz de me aduzir uma só. Considero a hipótese em si mesma. É admissível que os apóstolos, na sua pregação, houvessem até então descurado Roma, a capital do império? Não é infinitamente mais provável que a cidade, cabeça do mundo, fôsse convertida e cultivada na fé pelo príncipe dos apóstolos? Haverá coisa mais inverossímil que um romano convertido por S. Pedro tivesse, de volta à sua pátria, simples leigo e sem missão apostólica, não digo, persuadido um ou outro companheiro, mas fundado uma igreja que em poucos anos subiu a universal nomeada? A que extravagâncias leva um preconceito! Mais. Entre os ouvintes de S. Pedro em Jerusalém havia partos, medas, elamitas, frígios, egípcios, cretenses, árabes, etc., etc. (Act., II, 9-11). Aplicai a teoria de Carlos Pereira e tereis S. Pedro fundador *indireto* de todo êste mundo de igrejas! E, no entanto, a história, obstinada, só associa o nome de Pedro à igreja de Roma. Que mau fado persegue os protestantes! Não acham uma só vez o nome de Pedro separado do de Roma e ligado exclusivamente a outra igreja!

O exame da epístola aos Romanos, longe, pois, de invalidar os nossos argumentos anteriores vem trazer-lhes uma inesperada confirmação. Não obstante, ouçamos o costumado epifonema final do alumiado crítico: "A epístola aos romanos varre, pois, a hipótese de ter estabelecido S. Pedro, até o ano 58, sua sede episcopal em Roma", p. 265.

— Outras epístolas escreveu de Roma o apóstolo das gentes. Nenhuma razão há que prove dever-se nelas fazer menção da presença de S. Pedro. Qualquer argumento que dêste silêncio se pretenda inferir contra o fato histórico já *demonstrado com provas positivas* é radicalmente viciado na sua origem. Queixa-se por exemplo S. Paulo, na segunda epístola a Timóteo, que ninguém o assistiu na sua defesa? (2. Tim., IV, 7.) Apressa-se logo o protestante de concluir que S. Pedro não podendo ser envolvido nesta queixa "não podia estar em Roma neste tempo", p. 269. Mas quem não vê que a recriminação de S. Paulo não cai senão sôbre os cristãos que, tendo algum valimento na côrte do império, o podiam auxiliar e de modo algum atinge o pobre pescador da Galiléia, judeu como Paulo, e, como êle, sob o pêso das mesmas suspeitas e das mesmas perseguições?

Conclusão. — É tempo de rematar esta longa dissertação histórica. Da crítica imparcial a que submetemos, um por um, os argumentos da tese católica e os da sua antítese protestante, chegamos ao seguinte resultado: Pela presença de Pedro em Roma militam todos os documentos positivos *sem exceção de um só*: — testemunhos fidedignos de inúmeros escritores antigos, que, em cadeia ininterrupta, remontam do século XIV às origens do cristianismo, ao próprio S. Pedro; monumentos arqueológicos que, em admirável consonância com os documentos escritos atestam irrefragàvelmente a verdade do mesmo fato; silêncio de tôdas as demais igrejas, nenhuma das quais reclama para si a honra de possuir o corpo do príncipe dos apóstolos, ou de haver sido teatro do seu martírio. Contra esta inexpugnável bateria de documentos, que podem alegar os protestantes? *Nem um só*, notai bem, *nem um só* documento antigo que *negue* a realidade do fato. E quão fácil fôra aos antigos escritores, próximos ao acontecimento narrado, de posse de arquivos e obras hoje perdidas, refutar uma invenção de tantas e tão graves conseqüências para tôda a história e constituição hierárquica da Igreja!

Batidos no terreno das provas positivas, abrigam-se os adversários à sombra de argumentos *negativos*. S. Pedro não estêve em Roma porque não o dizem S. Lucas e S. Paulo. Argumento *ex silencio* cuja inanidade não há crítica que não reconheça. O Sr. CARLOS PEREIRA escreveu: "é evidentemente fatal à teologia infalibista (sic) êste silêncio sistemático da história da igreja primitiva",[144] p. 280. Agora que o leitor tem presentes tôdas as peças do processo, perguntamos de que parte está o silêncio sistemático da história. Há testemunhas que afirmem a estada de S. Pedro em Roma? Inúmeras, autênticas, irrecusáveis. Há algum escritor que *negue* a estada do príncipe dos apóstolos na cidade eterna? *Nem um só*.

Que pensar agora desta "alta crítica moderna" para a qual "Pedro e Paulo como fundadores de Roma são um mito semelhante ao de Rômulo e Remo como fundadores da cidade"?, p. 265. — É a negação mais radical do senso crítico. Que semelhança entre um

144. Poucas páginas antes confessara CARLOS PEREIRA "que S. Pedro e S. Paulo são pela *unânime tradição dos primeiros séculos* proclamados os fundadores dessa igreja (Roma)", p. 265. A contradição é flagrante. E que significa "esta alta crítica moderna" que constrói a história a priori independentemente de todos os testemunhos próximos aos fatos? Que telescópio de alcance portentoso inventou a ciência protestante capaz de varar vinte séculos e descobrir um fato histórico sem o auxílio de documentos e testemunhos?

fato público, ilustre, ocorrido em plena luz da história, atestado por testemunhas contemporâneas ou pouco posteriores, gravado indelèvelmente em monumentos de reconhecida autenticidade, e do qual dependem inúmeros fatos dos séculos posteriores, e uma lenda que se perde na noite dos tempos, registrada por escritores que floresceram muitos séculos mais tarde, indemonstrável com documentos ou monumentos dignos de fé e que traz em si própria o cunho da mais clara inverossimilhança?

Para honra, porém, da crítica protestante manda a lealdade confessar que os seus maiores historiadores, antigos e modernos, não perfilham a negação partidária dos escritores de libelos contra a Igreja Católica. Entre os antigos lembramos os nomes de CAVE PEARSON, HUGO GRÓCIO, NEWTON, BLONDEL, MOSHEM e PFAFF. Entre os mais recentes: HASE, HUNDHAUSEN, NEANDER, LIGHTFOOT, GIESELER e HARNACK. Citarei apenas o testemunho dêstes dois últimos. "Na idade média negaram que S. Pedro houvesse estado em Roma os Valdenses, Marsílio Patavino, Miguel Cesenas, etc. Seguiram-nos Marcus Flaccius, Claudius Salmasius e Fred. Spanheim, todos *evidentemente* levados por espírito de *partidarismo religioso*".[145] Não é diferente a linguagem do célebre reitor da universidade de Berlim: "O martírio de Pedro em Roma foi, tempos atrás, combatido por *preconceitos tendenciosos* de protestantes e críticos. Em ambos os casos o êrro promoveu o conhecimento de importantes verdades históricas e com isso prestou o seu serviço. Mas, *que fôsse êrro* é claro para qualquer estudioso que não queira fechar os olhos. Todo o aparato crítico com que Bauer impugnou a tradição é hoje justamente tido por de nenhum valor".[146]

145. GIESELER, *Lehrbuch der Kirchengeschichte*, Bonn 1844, t. I(4), p. 102.

146. HARNACK, *Die Chronologie der altchristlichen Litteratur*, Leipzig 1897, I, p. 244. Mesma observação em FILIPE SCHAFF, tão de casa ao nosso pastor. O professor de teologia na Pensilvânia atribui a negação dêste fato evidente "parte a *zêlo polêmico contra o Papado*, parte a cepticismo histórico". *Geschichte der Apostolischen Kirche*(2), Leipzig 1854, p. 366-7. Ao lado dos protestantes, ouça-se um notável crítico, historiador e arqueólogo católico, H. GRISAR: "Se tutto non inganna, l'epoca di tali impugnazioni della tradizione romana é una volta per sempre finita. Fin dal secolo XVI quando fece capolino per la prima volta la negazione, essa porta troppo chiaro il sigillo della prevenzione teologica e dell'interesse di parte. Per una simile polemica non esiste oggi una base scientifica e non si ha neppure la necessaria voglia di polemizzare". H. GRISAR, *Roma alla fine del mondo antico*(2), Trad. ital., Roma 1908, p. 235. E. M. D'HERBIGNY: "Só por ódio fanático contra a Igreja católica ainda hoje alguns ateus e propagandistas acatólicos difundem entre o vulgo a negação [da estada de S. Pedro em Roma]; ou ignoram pasmosamente a verdade histórica, ou conscientemente a impugnam". *De Ecclesia*, Paris, Beauchesne, 1921, t. II(2), p. 195.

Como se vê, ainda nas altas rodas intelectuais do protestantismo – fora, já se vê, de GREENWOOD, autor de uma "obra prodigiosa" – a "alta crítica moderna" não passa de velho preconceito sectário, de antigalha de museu, útil só para revelar à gente instruída a psicologia da polêmica protestante.[147]

147. Bibliografia. CATALDO CAPRARA, *La venuta di S. Pietro in Roma*, Roma 1872; DE SMEDT, *Dissertationes selectae in primam aetatem historiae ecclesiasticae*, Gandavi 1876, pp. 1-49; C. MACCHI, *La critica storica e l'origine della Chiesa romana*, Prato, Giacchetti, 1903; PAULO MONCEAUX, *L'apostolat de Saint-Pierre à Rome*, na *Revue d'histoire religieuse*, 1910, pp. 216-240; SANGUINETTI, *De Sede Romana B. Petri*, Commentarius historico-criticus, Romae 1867. Consultem-se também os grandes tratados *de Ecclesia* que citaremos no fim do livro I.

CAPÍTULO II

S. PEDRO, PAPA IMORTAL

§ 1. – *Perpetuidade do primado de S. Pedro.*

SUMÁRIO – Demonstração da tese católica: o Evangelho; a razão; a história e o primado do Pontífice romano.

S. Pedro não foi por Cristo constituído chefe visível da sua Igreja: primeira negação protestante. S. Pedro não estêve em Roma e menos ainda estabeleceu na cidade eterna a sede do seu principado: segunda negação protestante. S. Pedro ainda que houvesse recebido do Salvador a primazia do poder, não a poderia ter transmitido aos bispos de Roma; privilégios pessoais não se transferem por herança: terceira negação protestante.

Tais os golpes demolidores de camartelo com que o Sr. CARLOS PEREIRA se felicita de haver desnudado os alicerces do papado, "edifício de estrutura gigantesca, repousado, entretanto, sôbre a areia movediça da ignorância supersticiosa e da indiferença interesseira dos homens", p. 248.

Originalidade no argumentar? Não; é um retrilhar, com ligeiras variantes, os cansados paralogismos do velho LUTERO nas suas primeiras arremetidas contra o papa.[1] Milhares de vêzes a crítica pulverizou a inanidade dêstes sofismas. Mas os protestantes não se dão por entendidos, continuam a repeti-los com o mesmo conven-

1. Cfr. *Resolutio lutherana super propositione XIII de potestate papae*, Weimar, II, 191-7.

cimento de vitória, com a mesma satisfação de triunfo incontestado. É uma velha panóplia enferrujada de museu arqueológico e êles a envergam inocentemente como armadura açacalada para modernos combates.

Seguindo fielmente os passos do apologista brasileiro da Reforma, somos chegados à sua terceira negação. A primazia de Pedro é uma herança intransmissível que não tem nem pode ter sucessores. E por que? Os "Apóstolos eram funcionários extraordinários (que têrmo prosaico! que cheiro de repartição pública!) especiais que não tiveram nem podiam ter sucessores", p. 255; eram testemunhas oculares da ressurreição de Cristo, dotados de infalibilidade pessoal, do dom de fazer milagres, etc. Como pois podiam ter sucessores? "Para herdarem os Papas o primado, necessário é que herdem o apostolado e sejam sucessores do apóstolo antes de o serem do primaz", p. 246.

Ao ilustre gramático não ocorreu uma distinção óbvia que deslinda todo o equívoco sôbre o qual levanta a sua argumentação. No apostolado há uma função ordinária e uma função extraordinária. Esta extinguiu-se com a morte dos doze, aquela há de perpetuar-se na Igreja até o fim dos tempos. Aqui a filosofia das palavras traz-nos a contribuição de sua luz. *Ordinário*, numa sociedade, é o que pertence à sua constituição estável, *à ordem* sem a qual não pode subsistir. *Extraordinário* é o que está *fora desta ordem*, é o que depende de particulares circunstâncias, estranhas à organização regular da vida social. O ordinário é, por sua natureza, duradouro, definitivo, normal; o extraordinário é passageiro, provisório, acidental.[2] Ao ponto agora. Quando Cristo enviou os seus Apóstolos à conquista do mundo, dotou-os sem dúvida de qualidades extraordinárias exigidas pelas condições excepcionais da sua missão. Primeiros promulgadores da lei evangélica numa sociedade pagã, quis o Salvador vigorar-lhes a potência da palavra com a fôrça das obras prodigiosas. Destinados a transmitir aos séculos vindouros o patrimônio íntegro das verdades reveladas, convinha assegurar-lhes a autoridade com o dom da infalibilidade pessoal. Mas ao lado destas

2. Assim, numa sociedade o exercício do govêrno dentro das normas constitucionais é regular e estável. Circunstâncias excepcionais, porém, podem levar a nação a investir o soberano de poderes extraordinários. Ao chefe constitucional sucede então o ditador. Passado o perigo, cessam, ipso facto, as suas atribuições anormais. Aos sucessores se transmitirá a função ordinária de governar, não os privilégios extraconstitucionais de que, num momento de singular gravidade, o investira excepcionalmente a vontade da nação.

funções extraordinárias, requeridas pela fundação e estabelecimento da Igreja, deviam também os Apóstolos desempenhar uma função ordinária nesta sociedade indefectível. Não só nos primeiros tempos de sua existência, mas pelos séculos afora, precisariam os fiéis de mestres que os doutrinassem e de superiores que os governassem. Sem estas funções não há nem pode haver sociedade religiosa. No apóstolo, o taumaturgo, o hagiógrafo passarão, o mestre e o pastor se hão de perpetuar numa sucessão ininterrupta. É a análise imediata dos textos que distingue naturalmente esta dupla função.

Abramos o Evangelho e ouçamos as palavras divinas desta investidura perpétua: "Ide, pregai a todos os povos... ensinando-os a observar tudo o que vos mandei; e eu estarei convosco *todos os dias, até a consumação dos séculos*" (Math., XXVIII, 19-20). Que esplendor de evidência! Os enviados de Cristo deverão ensinar e pregar a *todos* os povos; Cristo os acompanhará com a sua assistência *até a consumação dos séculos*. Logo os apóstolos, não como pessoas físicas mas como corpo moral que se perpetua nos seus sucessores, hão de durar até o fim dos tempos.

Escusado era, pois, ao Sr. Carlos Pereira tanto dispêndio de tinta e papel para provar-nos que os papas não são testemunhas oculares da ressurreição de Cristo nem possuem o dom dos milagres e que, nisso, não podem ser sucessores de S. Pedro. Não se arrombam portas abertas. O que cumpria mostrar é que os bispos de Roma não são legítimos sucessores do príncipe dos apóstolos no *múnus ordinário* de ensinar e governar a Igreja.

Negará porventura o adversário que o primado de jurisdição seja um múnus ordinário na sociedade cristã? Dirá talvez que é privilégio pessoal conferido excepcionalmente a Pedro? É consultar o Evangelho, é ouvir a razão, é compulsar a história.

O Evangelho diz-nos que Pedro é o fundamento sôbre o qual Jesus construiu a sua Igreja, sociedade visível, que há de durar até o fim dos tempos e contra a qual não hão de prevalecer as portas do inferno. A fórmula evangélica é aqui de um relêvo empolgante. De um lado afirma a perenidade da Igreja, do outro constitui a Pedro sua pedra fundamental. Ora, a perpetuidade de um edifício é essencialmente condicionada pela estabilidade de seus alicerces. Repudiando esta pedra fundamental que é a sua autoridade de govêrno, a Igreja apartar-se-ia das intenções de Cristo, destruiria a própria organização constitucional que lhe impôs a vontade de

seu divino fundador.[3] No dia em que viesse a faltar o principado hierárquico de Simão, a pedra escolhida pelo Salvador, as portas do inferno teriam prevalecido: sem base, o edifício aluiria em inevitável ruína.

Êsse dia não despontará nunca. Há vinte séculos que todos os poderes da terra coligados arremetem contra essa rocha firmada pela mão de Deus. Há vinte séculos que a dinastia dos sucessores de Pedro continua na história como um milagre vivo, sem exemplo na ordem moral. Digitus Dei est hic.

Esteja certo, Sr. Carlos Pereira, o relógio do tempo não soará nunca a hora em que "o ídolo do Vaticano será precipitado no seio da história com o ímpeto de uma pedra, arremessada no fundo do mar", p. 250. A audácia da metáfora não logra disfarçar o quixotesco da profecia.

Diz-nos ainda o Evangelho que Pedro é sem restrições de tempo nem de lugar o pastor do rebanho de Cristo. O rebanho existe? Não há de faltar quem o pastoreie. Nunca será que as ovelhas do redil de Cristo tresmalhem, desgarradas pelo mundo, sem pastor que as apascente, guie e defenda.

Assim fala o Evangelho a quem quer que, sem as lentes esfumaçadas de Lutero, o lê com olhos puros e desapaixonados.

E a razão? Confirma admiràvelmente a palavra sagrada. Em tôdas as obras de Deus resplandece uma unidade maravilhosa, sigilo inconfundível da Sabedoria criadora.

Já na ordem física, tudo é harmonia, consonância, regularidade. Tomai uma planta em que aparece a vida na mais rudimentar de suas formas. De um pequenino germe se desenvolvem, a pouco e pouco, raiz, tronco, ramos, fôlhas, flores e frutos. A êsmo, à ventura? Não, na célula primitiva, lá estava, oculto e invisível, mas real e ativo, o princípio de unidade que havia de dirigir a grandiosa e complicada evolução. A terra, o ar, a água subministram o variado material, mas na planta está o arquiteto, que com êle levanta, segundo um plano definido, o edifício vivo. Multiplicam-se as células, mas a sua atividade é subordinada à do órgão; difereciam-se

3. "Ce n'est pas sans cause que la tradition catholique a fondé sur ce texte le dogme de la primauté romaine. La conscience de cette primauté inspire tout le developpement de Matthieu, qui n'a pas eu seulement eu vue la personne historique de Simon, mais aussi la succession traditionelle de Simon Pierre". A. Loisy, *Les Evangiles Synoptiques*, 1908, t. II, p. 13.

os órgãos, mas a sua função é subordinada à do aparelho; reúnem-se os aparelhos, mas ao acrescimento, conservação e defesa do organismo inteiro subordina-se todo o seu funcionamento. O desenvolvimento do indivíduo, a perpetuação da espécie, eis o grande objetivo unificador que estabelece a harmonia na variedade dos elementos subordinados.

Vêde o homem. No corpo, são os centros nervosos que dirigem, unificam e harmonizam tôda a vida orgânica. Do cérebro partem os infinitos filêtes nervosos que levam movimento e vida e trazem impressões e conhecimentos. Na alma, que variedade de potências! estas, materiais e orgânicas; aquelas, independentes do organismo e espirituais. A tôdas preside a vontade que empunha o cetro do govêrno. A vontade recebe luz da inteligência, a inteligência amolda-se à verdade objetiva que, em última análise, se vai identificar com Deus. Sempre a mesma lei: a ordem na unidade, a unidade na subordinação.

Passai do indivíduo à coletividade, ascendei do mundo físico ao mundo moral. É possível conceber um agrupamento humano por mais simples e elementar, sem princípio unificador, sem autoridade? A família é a primeira das sociedades naturais, a célula primigênia do grande organismo moral que se chama pátria. Contam-se os seus limitados membros, mas não lhes falta a autoridade paterna a vinculá-los na harmonia da ordem, na subordinação do amor. Crescem os indivíduos que põem a sua atividade a serviço dum fim comum? Pesa mais forte a necessidade de um poder superior. Podeis imaginar exército sem general, esquadra sem almirante?

Na sociedade civil a autoridade é a condição da ordem, da legalidade, da justiça, da própria existência. Não lhe discuto o nome. Chame-se rei ou imperador, doge ou sultão, cônsul ou presidente; concretize-se numa individualidade física ou numa pessoa moral, pouco importa: a exigência é sempre a mesma, a necessidade é sempre inevitável. Sem govêrno tendes a desordem, a revolução, a anarquia, a morte.

Ora, Jesus Cristo fundou a sua Igreja como uma grande sociedade. Poderíamos por um só instante persuadir-nos que não lhe tivesse dado um chefe em tôrno do qual se reunissem os crentes? Fôra lícito aventurar que a Providência se mostrara menos solícita com a sociedade cristã do que o foi com a sinagoga, para cuja conservação instituíra e mantivera a autoridade espiritual do supremo

sacerdócio? Uma pequenina sociedade não pode subsistir sem govêrno legítimo e regular e esta grande família destinada a acolher em seu seio os homens pelos séculos afora, a vinculá-los na unidade da fé, da esperança e do amor, teria sido abandonada às vicissitudes das paixões que dividem, sem um centro de unidade, sem um princípio de coesão, sem um chefe supremo que a instruísse, guiasse e regesse, sem uma autoridade que lhe compusesse os dissídios, resolvesse as dúvidas e conservasse a existência orgânica? Não fôra esta uma desarmonia no plano divino? Onde há uma sociedade de homens a razão exige um govêrno.

E o govêrno é permanente como a necessidade social que o exige. Admitir em Pedro um poder de jurisdição como privilégio pessoal e instransmissível é contrasenso jurídico. A autoridade é função pública cuja única razão de ser é o bem social. Pedro preferido por sua fé aos demais apóstolos para primeiro chefe da Igreja, entende-se; o cargo de supremo pastor da sociedade cristã criado para prêmio individual de um homem fôra sem razão inadmissível. É, pois, a natureza orgânica da instituição divina que exige a perpetuidade do primado. Cristo, estabelecendo uma sociedade visível, qui-la una como uma só coisa são as divinas pessoas, ut sint unum sicut et nos unum sumus. Ora, pondera S. TOMÁS, "não há unidade da Igreja sem unidade de fé... não há unidade de fé sem um chefe supremo".[4]

Deve ser bem evidente a necessidade perene da monarquia espiritual do Pontífice para que a confessem os mais ilustres protestantes que não fecham obstinadamente os olhos à luz da verdade. LEIBNIZ e GRÓCIO são talvez os mais profundos talentos de que na filosofia e na jurisprudência se podem gloriar as letras protestantes; ambos concordam em reconhecer essa necessidade fundamental. Memoremos apenas as palavras do célebre jurista holandês: "A ordem, assim nas partes como no todo, cifra-se no primado ou unidade do chefe. Foi o que em Pedro nos ensinou Cristo. Foi o que de Cristo aprendeu Cipriano, o que com Cipriano repete Jerônimo... êste chefe é entre os sacerdotes o bispo... entre os bispos o metropolita... entre todos, o bispo romano... Esta ordem deve ser permanente na Igreja porque contínua é a sua razão de ser: o perigo do cisma".[5]

4. *Contra Gentes*, l. IV, c. 76 DE MAISTRE desenvolve admiràvelmente êste pensamento: "S'il s'élevait des difficultés dans l'Eglise, si quelque dogme était attaqué, où serait le tribunal qui deciderait la question, n'y ayant plus de chef commum pour ces Eglises ni de concile oecuménique possible, puisqu'il ne peut être convoqué, que je sache ni par le sultan ni par aucun évêque particulier?". *Du Pape*, l. IV, c. 6. Ed. 1819, p. 597. O triste espetáculo da divisão e dissolução dogmática que, passados apenas quatro séculos, oferecem hoje as seitas protestantes, são a mais dolorosa confirmação experimental da necessidade inelutável de uma autoridade suprema e infalível da Igreja. Sôbre a anarquia protestante, cfr. o que diremos no l. II, c. 3.

Nada mais claro. Concluamos. A razão exige um primado perpétuo? Cristo instituiu-o. Tudo na obra divina é coerente. O edifício da Igreja foi levantado sôbre a firmeza de uma autoridade que, como rocha inabalável, lhe há de sustentar a divina estrutura até a consumação dos tempos. "Tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela".

A palavra onipotente do Verbo humanado prometeu naquele instante ao humilde pescador da Galiléia uma investidura imortal. Pedro viverá nos seus sucessores até o fim dos tempos. "Episcopalis dignitas Petri indeficiens obtinet cum aeterno sacerdotio consortium".[6] Estas palavras de S. LEÃO MAGNO recolhem na sua concisão a voz de tôdas as gerações cristãs, que, neste sentido, entenderam sempre a instituição do divino Fundador. Não é dos lábios profanados e indignos dum sacerdote fedífrago, perjuro e rebelde que iremos ouvir após mil e quinhentos anos, a interpretação genuína da magna carta que constitui o princípio de estabilidade, desenvolvimento e perfeição da sociedade cristã.

A Igreja fundou-se, organizou-se, desenvolveu-se, segundo o ideal preestabelecido pela Providência. Não podia falhar o plano de Cristo à espera de LUTERO que o viesse emendar. A constituição social do cristianismo e a sua vida no curso dos séculos são necessàriamente a realização do plano divino. Ora, desde os seus primórdios a Igreja reconheceu sempre o pontífice romano como o legítimo sucessor de S. Pedro no govêrno supremo e universal da sociedade dos fiéis. É êste concêrto admirável da consciência cristã que passamos a ouvir. Depois dos oráculos do Evangelho, depois dos ensinamentos da razão, escute-se a lição da história.

5. HUGO GROTIUS, *Votum pro Pace*, ad art. 7, *Opera Theologica*, Basileae 1732, t. IV, p. 658. Cfr. LEIBNIZ, *System der Theologie*, Mainz, 1825, p. 296. "A supressão da autoridade do Papa, observa ainda outro célebre jurista protestante, lançou no mundo os germes de discórdias infinitas. Sem autoridade suprema para pôr têrmo às discussões que de todos os lados se levantam, começaram os protestantes a dividir-se e dilacerar-se as entranhas com as suas próprias mãos (Funere protestantes in sua ipsorum viscera coeperunt)". PUFFENDORF, *De Monarchia Pontificis Romani*. Podem consultar-se outras citações de autores protestantes coligidas por DE MAISTRE, *Du Pape*, c. 9.

6. S. LEÃO MAGNO, *Sermo V* (ML, LIV, 155).

O legítimo sucessor de S. Pedro na voz da história. — Cristo, já o deixamos largamente demonstrado, instituiu uma sociedade religiosa, deu-lhe em Pedro e em seus sucessores uma autoridade suprema e indefectível, guarda da sua doutrina, baluarte inconcusso da sua unidade. Ora, a autoridade, de sua natureza, é o elemento mais visível, mais conspícuo, mais saliente no organismo social. Se ignoro onde reside o poder, como lhe posso prestar submissão? Como posso apelar para as suas decisões nas minhas dúvidas? Como conhecer a legitimidade dos seus decretos? Logo, fechando o silogismo, na verdadeira Igreja de Jesus Cristo deve existir sempre uma autoridade suprema, visível, evidentemente reconhecível às inteligências retas e aos corações sinceros.

Lançai agora um olhar sôbre o universo cristão. Onde está o grande centro da unidade católica, a grande fôrça moral que afirma serenamente a supremacia da sua jurisdição baseada na herança legítima da supremacia de Pedro? Todos os olhos se voltam espontâneamente para a cidade eterna: ei-lo; o bispo de Roma é o soberano Pontífice da cristandade.

Fora da comunhão católica encontrareis mil seitas que se dizem cristãs, a definharem na estagnação da morte, sem unidade de fé, sem unidade de regime, sem unidade de culto. Outrora eram ramos florescentes da grande árvore. O orgulho separou-as num momento de desvario; a ignorância e os preconceitos continuaram a obra cismática das paixões em revolta. Foram-se, desditosas igrejas! Mas nenhuma, ainda nos dias de sua maior enfatuação pretendeu a hegemonia universal na sociedade dos crentes.

As velhas igrejas do Oriente proclamaram-se espontâneamente autocéfalas. Cada patriarca não estende a sua jurisdição além da limitada esfera territorial que lhe assinaram as conveniências políticas, os acôrdos diplomáticos ou as transações financeiras.[7] Sofia e Atenas, Moscou e Bizâncio tratam-se como potências políticas autônomas, nem sempre aliadas mas sempre no mesmo pé de igualdade.

O protestantismo, outra fração separada da unidade católica, introduziu na hierarquia eclesiástica, como em tudo o mais, uma confusão inextricável. Henrique VIII disse: "Não quero papa porque o supremo poder espiritual sou eu; a tiara, e a coroa devem

7. Depois dos tratados que se seguiram à guerra européia, Constantinopla, acomodando-se às novas exigências territoriais, vendeu à Sérvia seis sedes metropolitanas por um milhão e meio de francos!

cingir a mesma fronte. Mas haja bispos". E houve bispos, independentes entre si e dependentes do cetro, sem nenhuma autoridade fora da Inglaterra. Lutero amputou mais profundamente: não quero bispos mas só sacerdotes. Calvino mais radical ainda: nem bispos nem sacerdotes, só ministros predicantes. Uma multidão de seitas inferiores: fora tambem os ministros e predicantes; cada cristão é o seu doutor e o seu profeta. Tôda a Reforma, portanto, nas suas infinitas modalidades, renuncia à posse do govêrno supremo das almas. E eis-nos chegados às pontas do dilema: Ou a Igreja de Cristo por êle fundada sôbre Pedro pereceu, ou é a Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Para justificar ante a consciência cristã a existência do papado não é mister acumular outras provas, cerrar mais argumentos ou multiplicar novas deduções. A infalibidade da palavra de Cristo que prometeu a indefectibilidade à sua Igreja edificada sôbre Pedro é o título divino da existência do papado, o penhor seguro da sua perene duração.

Mas vamos à prova histórica. Para o Sr. Carlos Pereira, o Papado não é instituição do cristianismo primitivo, é "o elo último de uma evolução secular, a expressão suprema de uma concentração sucessiva do poder", p. 295. Mais: "instituição essencialmente humana, o Papado é a suprema mistificação do Cristianismo legada aos tempos modernos pela superstição caliginosa dos tempos medievais".[8] — Nunca se levantou mais flagrante testemunho contra a história. O Papado nascido na Idade Média! Mas o Sr. Car-

8. **É realmente deplorável como fala o Sr. Carlos Pereira** da Idade Média. Não lhe sai a expressão da pena sem que lhe não afivele um epíteto escuro: caliginoso, tenebroso, etc. Isto em pleno século XX! Mas que homem medianamente culto, se o não cega de todo a paixão sectária, desconhece hoje os grandes trabalhos históricos com que o século passado reabilitou a Idade Média, ignòbilmente denegrida pela Renascença e pelo protestantismo que a ignoravam? Só quem de todo não estudou esta quadra gloriosa que levantou as catedrais, pensou a Suma Teológica e cantou a Divina Comédia pode malsiná-la de obscurantista. Mas as trevas não estão na época de que se escreve, estão na inteligência de quem escreve. E se não há trevas no espírito há malícia na vontade. Nada mais cômodo à polêmica sem escrúpulos do que êste grande negrume do meio, origem obscura de tudo o que molesta, berço desprezível de tudo o que se rejeita como supersticioso, imensa vacuidade de onde se sacam as explicações mais inverossímeis para dar razão de tudo... até do Papado. Mas infelizmente, na ciência séria e cônscia de sua missão, êstes recursos já passaram de moda. Hoje crêem no obscurantismo medieval o Sr. Carlos Pereira... e os autores de textos para as escolas leigas de França. A história honesta usa outra linguagem: "Nos historiens... s'arrêtant aux plus grossières apparences, écoutant les préventions les plus surannées, n'ayant pas même la pensée de rectifier, *encore moins le désir* de vérifier les vieilles allégations, ont résumé l'histoire de la première moitié du Moyen Age par ces deux mots: *ignorance* et *superstition*. Mais c'est à eux et non aux siècles qu'ils ont méconnus et calomniés que ces deux mots conviennent". Daremberg, *Histoire des Sciences médicales*, Paris 1870, t. I, pp. 254-255.

LOS PEREIRA abriu alguma vez um compêndio de história eclesiástica? compulsou os documentos e as fontes dos primeiros séculos do cristianismo? leu as Atas dos Concílios? manuseou as obras dos antigos Padres? Não? e por que se põe a escrever e a doutrinar as turbas erigindo cátedra de sabedoria teológica? Sim? e que faz então da consciência cristã e da probidade científica?

Escrevêramos volumes se quiséramos recolher todos os testemunhos e fatos históricos da antiguidade que atestam irrefragàvelmente a supremacia espiritual do papa. Não é, porém, necessário nem aqui nos fôra possível. Êstes volumes já foram escritos pela erudição mais compreensiva e pela crítica mais escrupulosa. Não os devera ignorar quem pretende impugnar o papado. Mas tudo isto é "graecis incognitum qui sua tantum mirantur".

Demais, apertados nos estreitos limites de algumas páginas não nos é permitido senão aduzir os depoimentos de maior autoridade, os fatos de alcance mais significativo. Cingir-nos-emos aos cinco primeiros séculos do cristianismo, isto é, ao intervalo que se estende da idade apostólica ao início desta era fôsca e obscura, em cujas tenebrosas oficinas a "superstição caliginosa" forjou "o grande ídolo do Vaticano", "suprema *mistificação* do cristianismo".

A quem lê despreocupadamente a história da Igreja, um duplo fato, constante e universal, para logo lhe atrai profundamente a atenção: de um lado, nos papas, a consciência firme, tranqüila, ininterrupta da sua autoridade; do outro, na Igreja, a consciência segura, confiante, luminosa da plenitude do poder divinamente outorgado ao seu chefe.

Aos fatos.

Estamos na idade apostólica. O espírito turbulento de alguns jovens suscita em Corinto distúrbios e desavenças. A paz dos fiéis é sèriamente ameaçada. Quem a restabelece? O bispo de Roma. S. CLEMENTE, terceiro sucessor de S. Pedro, escreve aos coríntios palavras afetuosas e paternas sim, como convém ao pastor comum, mas, ao mesmo tempo, repassadas de fôrça e autoridade como só as pudera escrever um superior.[9] Com a carta envia também o papa

9. "Os que não obedecem ao que êle [Cristo] *por nosso órgão* diz, saibam que hão de *incorrer em falta e envolver-se em não pequeno perigo;* nós seremos inocentes dêste pecado". *Epist. ad Corinth*, c. 59 (F. 12, 135). Abertamente declara S. CLEMENTE: 1º que Cristo fala pelos seus lábios; 2º que os renitentes serão réus de grave culpa. Haverá modo de afirmar menos ambìguamente a própria autoridade? S. IRINEU referindo-se a esta epístola chama-a "potentissimas litteras, ad pacem eos [coríntios] congregans et reparans fidem eorum". *Adv. Haeres,* III, 3, 3, (MG, VII, 850).

os seus legados para compor o dissídio. A eficácia da intervenção não se fêz esperar. Restabelecida a harmonia, por muitos anos continuaram os coríntios a ler pùblicamente nas suas igrejas, durante o ofício divino, a epístola do sucessor de Pedro. Êste fato, em que Roma intervém autoritativamente numa igreja distante, de origem apostólica, em vida de S. João, a quem fôra mais pronto e natural o apêlo, é testemunho de tanto pêso que os próprios protestantes não lhe podem obscurecer a importância. LIGHTFOOT vê neste intervento "o primeiro passo para a dominação papal".[10] CARLOS PEREIRA em pessoa confessa que êste documento "respira um certo tom de superioridade", p. 304. Mas logo dêle se descarta com esta chocha observação: "de resto, epístolas como estas escreveram-nas Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna, Dionísio de Corinto e Irineu", p. 304. Epístolas, sim; como esta, não. Por que o esforçado apologeta não tomou sôbre si a tarefa de mostrar-nos nestas outras epístolas: "o tom de superioridade que respira a do bispo de Roma"? O próprio gramático não estava convencido desta igualdade de tom, porquanto logo a seguir, acrescenta: "Ela [a epístola de Clemente] apenas indica a direção em que soprava o vento". Creio que prova algo mais. Mas arquivemos a preciosa confissão: desde a primeira idade da Igreja, vivendo ainda o discípulo predileto, quando ainda soava aos ouvidos dos fiéis o éco da pregação apostólica, *o vento que soprava dirigia-se para Roma a indicá-la como sede da autoridade religiosa.* O homem que faz agora esta confissão é o mesmo que páginas antes escrevera: "No govêrno... da Igreja cristã primitiva, nada há que, sequer de longe, se aproxime do papismo da Igreja latina", p. 295.[11]

No segundo século, por vontade de S. VÍTOR (189-199) papa, em todo o orbe cristão se reúnem sínodos a fim de uniformizar a celebração da Páscoa na Igreja e alguns bispos da Ásia se vêem ameaçados de separação da comunhão católica se recusassem aceitar o costume de Roma. Diante dêste fato os protestantes NEANDER,

10. "Undoubtelly... the first step towards papal domination". LIGHTFOOT. *S. Clement. of Rome,* London, 1890, I, p. 70.

11. Papismo! Como destoa num estudo "histórico-dogmático" ouvir ainda estas denominações pejorativas, filhas de velhos ódios. A Igreja que obedece ao Papa não tem sobrenomes humanos; tôda a gente a conhece com o nome de Igreja Católica. As alcunhas de papismo e romanismo, com que a quiseram ridicularizar os protestantes, não vingaram contra o bom senso da humanidade. Êles serão sempre luteranos, calvinistas, zwinglianos, etc., etc. A revoltosos bem está o nome de um cabecilha revolucionário. Ela será sempre a Igreja Católica. O apelido de papismo "est encore ce qu'il fut toujours, une pure insulte et une insulte de mauvais ton qui, chez les protestants même, ne sort plus d'une bouche distinguée". DE MAISTRE, *Du Pape,* 1. VI, c. 5. Ed. 1819, p. 586.

LANGEN e HARNACK reconhecem que realmente VÍTOR já se atribuía uma jurisdição sôbre tôda a Igreja. CARLOS PEREIRA irrita-se contra o santo Pontífice que deu a vida pela fé. Aos seus olhos obnubilados pelo preconceito, VÍTOR não passa de um "atrabiliário bispo de Roma", p. 309, com o qual "bem cedo se revela o *vírus* romano que tem de explodir em Leão, Hildebrando, Bonifácio e Inocêncio, e consumar-se em Pio IX", p. 305. — Como poderá conhecer a verdade quem tão apaixonadamente lê e desfigura a história? Longe dos documentos, CARLOS PEREIRA rejeita o papado como superfetação da caliginosa Idade Média: "Por quase quatro séculos não se deparam *sequer vestígios, nenhuma tradição,* nem *um simples monumento da antiguidade*", p. 301, que perpetue a memória do papado. Apresentam-se-lhe os documentos, autênticos, antiquíssimos, firmados por nomes de homens que deram o sangue pela integridade da sua fé e que a Igreja inteira venera com amor? O protestante exalta-se, atira para longe os documentos porque infeccionados com o "vírus romano", cobre de baldões a memória dos seus autores tomados de acessos de atrabílis. Haverá modo de persuadir semelhante adversário?

Prossigamos. No primeiro quartel do terceiro século, S. CALISTO (219-224) afirma-se bispo dos bispos, promulga um decreto para regularizar na África a prática da confissão, legisla sôbre a deposição dos bispos, condena a heresia dos Patripassianos.

S. ESTÊVÃO (254-257) dirige com a sua autoridade a célebre controvérsia agitada na Ásia e na África sôbre a repetição do batismo conferido pelos hereges.

No século IV, JÚLIO I (337-352) recebe a apelação de S. Atanásio, patriarca de Alexandria, de Marcelo de Ancira, de Paulo, patriarca de Constantinopla, e a alguns bispos que precipitadamente se haviam imiscuído nessas igrejas escreve: "Ignorais *ser costume* que primeiro se nos escreva e *daqui se decrete* o que fôr justo? Certo, se alguma suspeita podia pairar sôbre êstes bispos, a esta Igreja [Roma] se devera ter comunicado".[12] Dos bispos, assim ilegìtimamente depostos, vários foram, em seguida, por ordem pontifícia, reintegrados nas suas sedes. Que melhor argumento da primazia de Roma que êste antigo costume de lhe obedecerem os bispos e patriarcas assim do Ocidente como do Oriente?

12. S. ATHANASIUS, *Apolog. c. Arian.*, n. 35 (MG, XXV, 307).

S. SIRÍCIO (384-398) declara pesar-lhe sôbre os ombros, como a sucessor de Pedro, a solicitude de tôda a Igreja; para tôda a Igreja legisla e dirime controvérsias: "A regra acima [sôbre a administração do batismo], escreve êle, deve ser observada por todos os bispos que se não quiserem separar da solidez da pedra sôbre a qual Cristo edificou a sua Igreja".[13]

À medida que a literatura eclesiástica se vai opulentando de mais copioso cabedal de documentos, os testemunhos da primazia pontifícia se vão multiplicando prodigiosamente. Das primitivas eras do cristianismo, falhas e escassas são as memórias que nos restam. Sumiu-as em grande parte a voragem dos tempos.[14] E de si já não podiam ser muito numerosas numa quadra tão difícil e arriscada em que a profissão de fé constituía um perigo capital e a vida religiosa dos fiéis, sem lograr a luz da publicidade, se desenvolvia, silenciosa e retraída, à sombra amiga das catacumbas. Com a paz religiosa, porém, inaugura-se a idade de ouro da literatura cristã e o historiador vê satisfeito lourejar ante seus olhos uma seara magnífica de preciosas informações.

Entremos no século V. INOCÊNCIO I (402-417), ZÓSIMO (417-418), BONIFÁCIO I (418-422), CELESTINO I (422-432), LEÃO MAGNO (440-461), SIMPLÍCIO (468-483), FÉLIX II (483-492) e GELÁSIO I (492-496), isto é, quase todos os papas do século deixaram-nos tantos, tão conspícuos, tão incontrastáveis documentos de sua autoridade jurisdicional que a dificuldade está só em os escolher. Ao Concílio de Cartago escreve INOCÊNCIO I que o julgamento dos bispos não é definitivo "se o não confirma a autoridade da sede apostólica". Assim o ensinam *"a antiga tradição* e a disciplina eclesiástica" estribadas não em disposições humanas mas na "sentença divina".[15] ZÓSIMO numa epístola aos bispos africanos recorda outrossim "a tradição dos Padres", consoante a qual a ninguém é lícito discutir as sentenças da Sé apostólica; a Pedro e a seus sucessores "por promessa de Cristo e por lei divina" foi confiada a solicitude da Igreja universal.[16] Escreve BONIFÁCIO I a todos os bispos da Tessália: é certo por palavra divina que a Igreja romana é a cabeça de tôdas as igrejas disseminadas no mundo; "quem dela se aparta

13. P. COUSTANT, *Epistulae Romanorum Pontificum*, Paris, 1721, p. 627.
14. É sobretudo lamentável a perda dos arquivos da Igreja Romana destruídos por Diocleciano.
15. COUSTANT, *Op. cit.*, p. 888 ss.
16. COUSTANT, *Op. cit.*, p. 974 ss.

desmembra-se da religião cristã porque já lhe não pertence à constituição orgânica".[17] A S. CIRILO de Alexandria ordena S. CELESTINO que, em seu nome e por autoridade da Sé apostólica, excomungue e deponha a NESTÓRIO, patriarca de Constantinopla, caso não retrate os seus erros; confere-lhe ao mesmo tempo a faculdade de nomear outro bispo e lhe comunica haver já escrito no mesmo sentido a outros membros do episcopado a fim de que "a todos conste a sua sentença que é a sentença divina de Cristo".[18]

Não queremos fatigar o leitor multiplicando alegações, qual mais explícita, mais insofismável, mais decisiva. Não há escurecer a evidência. Os papas sempre tiveram a consciência luminosa, segura, tranqüila da sua suprema jurisdição sôbre a Igreja. Em todos os monumentos históricos, nenhum vestígio de dúvida que hesita, nenhuma sombra de inovação humana que se pretende introduzir. É um apelar constante para a antiga tradição dos Padres, um reportar-se contínuo à promessa de Cristo, à instituição divina e perpétua do primado na pessoa de Pedro e dos seus legítimos sucessores na cátedra de Roma.

E a Igreja? Levanta-se porventura contra essa autoridade como usurpação humana que vem desfigurar e desnaturar a obra divina de Cristo? Insurge-se talvez contra esta fôrça moral, superior à de todos os bispos, de todos os patriarcas, de tôdas as igrejas particulares? Muito longe disso. Não há um brado de protesto. Na consciência da Igreja, assistida sempre pela divina Providência, vive o espírito de fé, de submissão, de confiança no govêrno divinamente constituído do papa.

Quereis ouvir *a voz dos Padres* e dos grandes doutores?

É INÁCIO (m. 107 ou 117), bispo de Antioquia, contemporâneo dos Apóstolos, que, saudando aos Romanos, parece não encontrar no entusiasmo do seu fervor têrmos bastante expressivos para exaltar a grandeza singular desta Igreja que de Roma *preside à comunhão universal dos fiéis* e a cuja solicitude confia os cuidados da igreja de Esmirna, que, com o seu martírio, ficaria em breve viúva do seu pastor.[19] E qual é a missão desta Igreja "que preside a tôda

17. COUSTANT, *Op. Cit.*, p. 1037.

18. COUSTANT, *Op. cit.*, p. 1106.

19. "Ignatius... ecclesiae dilectae et illuminatae voluntate eius qui vult omnia quae sunt secundum caritatem Jesu Christi Dei nostri; quae etiam *praesidet* in loco regionis romanorum, digna Deo, digna decore, digna quae sancta predicetur, digna laude, digna, quae

a cristandade"? Continua o santo mártir: "Vós ensinastes às outras igrejas. E eu quero que permaneçam firmes as coisas que vós prescrevestes nos vossos ensinamentos".[20]

É IRINEU (m. 202), oriundo da Ásia Menor, bispo nas Gálias, discípulo de S. Policarpo e de outros anciãos da idade apostólica, Irineu em cujo testemunho falam o Oriente e o Ocidente e que proclama sem rebuços nem equívocos a *necessidade* para tôdas as igrejas de se conformarem na fé com a Igreja romana em razão de sua primazia de poder.[21]

É CIPRIANO (200-258), que, comunicando ao papa Cornélio a partida para Roma de Felicíssimo e outros cismáticos, diz: "Atrevem-se êstes a dirigir-se à cátedra de Pedro, a esta *igreja principal* de onde se origina o sacerdócio... esquecidos de que os romanos não podem errar na fé".[22] Para o bispo de Cartago, Roma é "a matriz e o tronco da Igreja católica";[23] "estar em comunhão com o papa é estar em comunhão com a Igreja católica".[24]

É AGOSTINHO (354-430), que em mil lugares, atesta inequìvocamente a supremacia do Pontífice romano. Roma é a igreja "in qua

voti compos fiat, digne casta et *universo caritatis, coetui praesidens,* Christi legem habens, Patris nomine insignita, etc.". *Ad Rom.* (F. I(2), 213), "Solus Jesus Christus illam [ecclesiam Syriae] vice episcopi reget atque vestra caritas". *Ad Rom.*, IX, I (F, I(2), 223). Fôra mister ler tôda esta epístola, respirar êste sentimento de reverência que de tôda ela se exala para formar uma idéia do alto conceito em que na idade apostólica era tida a primazia da igreja romana.

20. *Ad Rom.*, III, I, (F, I(2), 215).

21. "Ad hanc enim Ecclesiam propter potentiorem principalitatem necesse est omnem convenire ecclesiam". *Adv. Haer.*, III, 3 (MG, VII; 849). Eis na íntegra vertido o texto de IRINEU: "Com esta Igreja *em razão de sua primazia de poder* tôdas as outras igrejas, isto é, os fiéis de todo o universo *têm obrigação de se conformar*: de fato, é nela que tôdas, em tôda a parte e sempre, conservaram a tradição que vem dos apóstolos". "Il est difficile de trouver une expression plus nette: 1° de l'unité doctrinale dans l'Eglise *universelle*; 2° de l'importance souveraine, unique de l'Eglise romaine comme témoin, gardienne, et organe de la tradition apostolique; 3.° de sa prééminence supérieure dans l'ensemble des chrétientés". DUCHESNE, *Eglises séparées,* Paris 1905, p. 119.

22. *Epist.* 59, n. 14 (Ed. Hartel, 683).

23. *Epist.* 48, n. 3 (Hartel, 607).

24. *Epist.* 55, n. 1 (Hartel, 624). Tal é o sentir de Cipriano, calmo e tranqüilo, ecoando a grande voz da tradição católica. Que montam algumas expressões ressentidas pronunciadas depois pelo grande bispo contra o papa S. Estêvão no ardor de uma controvérsia religiosa que agitou e perturbou os ânimos na África e na Ásia? Magnìficamente DE MAISTRE: "Lorsque les adversaires de la monarchie pontificale nous citent *usque ad nauseam* les vivacités de ce même S. Cyprien contre le pape Etienne, il nous peignent la pauvre humanité au lieu de nous peindre la sainte tradition... Il faut de plus ne jamais perdre de vue cette grande règle qu'on néglige trop, en traitant ce sujet, quoiqu'elle soit de tous les temps et de tous les lieux, que *le témoignage d'un homme ne saurait être reçu, quelque soit le mérite de celui, qui le rend, dès que cet homme peut être seulement, soupçonné d'être sous l'influence de quelque passion capable de le tromper*". *Du Pape*, l. I, c. 8, Ed. 1819, pp. 70-68.

semper apostolicae cathedrae viguit *principatus*".[25] A sede de Pedro, pela sucessão ininterrupta de seus bispos, "*culmen auctoritatis* oblinuit, cui nolle *primas dare* vel summae profecto impietatis est vel praecipitis arrogantiae".[26]

É JERÔNIMO (340-420) que das longínquas paragens do Oriente, ao ver que Melécio, Vital e Paulino pleiteavam a sede de Antioquia, se dirige ao Papa em demanda de luz e conselho: "estar em comunhão com o romano Pontífice é estar unido à cátedra de Pedro, é seguir a Cristo, que sôbre essa pedra edificou a sua Igreja. Quem sair desta arca perecerá no naufrágio".[27]

É, ainda OPTATO DE MILÉVIO, AMBRÓSIO, GREGÓRIO DE NAZIANZO, MARCELO DE ANCIRA, VICENTE DE LERINS, PEDRO CRISÓLOGO, TEODORO, LEÔNCIO DE ARLES,[28] é o côro universal da Igreja, do Oriente e do Ocidente, a cantar harmoniosamente as glórias e prerrogativas de Pedro sempre vivo nos seus sucessores.

Tal a voz dos Padres. Ouvi agora a dos *Concílios*. É a Igreja tôda que fala nas suas assembléias ecumênicas.

Abre-se em 431 o *concílio de Éfeso*. FILIPE, legado do Sumo Pontífice assim se apresenta ao venerável consenso: "Ninguém duvida, e todos os séculos o confessam, que S. Pedro, príncipe e chefe dos apóstolos, coluna da fé e fundamento da Igreja católica, recebeu de N. S. J. C., Salvador e Redentor do gênero humano, as chaves do reino e o poder de ligar e desligar os pecados. Pedro vive e julga até aos nossos dias e sempre viverá e julgará na pessoa de seus sucessores. S. CELESTINO, seu sucessor e substituto legítimo, nosso santo e bem-aventurado Papa, a êste sínodo me envia como seu representante, etc.".[29] E todos os padres do concílio expressamente aprovaram as palavras do enviado pontifício.

Vinte anos depois, novo concílio ecumênico reune-se em *Calcedônia*. Logo na primeira sessão levanta-se o representante do Soberano Pontífice e, sem que se ouvisse uma só voz de protesto, pro-

---

25. *Epist.* 43, c. 3, n. 7 (ML, XXXIII, 163).

26. *De util. credendi*, c. 17. n. 35 (ML, XLII, 91).

27. "A pastore praesidium ovis flagito... Ego nullum primum, nisi Christum sequens, Beatitudinae tuae, id est, cathedrae Petri communione consorcior. Super illam petram aedificatam Ecclesiam scio. Quicumque extra hanc domum agnum comederit, profanus est. Si quis in arca Noe non fuerit peribit regnante diluvio... Quicumque tecum non colligit, spargit". *Epist.*, 15, n. 2 (ML, XXII, 355).

28. Muito alongaríamos estas páginas se quiséramos referir, um por um, todos os lugares dêstes e de outros doutores dos cinco primeiros séculos da Igreja, que preconizam e exaltam a primazia do Papa. O leitor poderá consultá-los nas obras que citaremos em bibliografia, no fim do livro I.

29. MANSI, IV, 1295-*B*.

nuncia as seguintes palavras: "Devo comunicar-vos uma ordem do Papa da cidade de Roma *que é o chefe de tôdas as igrejas*, com a qual proíbe que Dióscoro tome parte no Concílio".[30]

Consultai igualmente os atos do 3.º *concílio de Constantinopla*, do 2.º *concílio de Nicéia*, do 4.º *concílio de Constantinopla*[31] e ver-se-á sempre a mesma crença da Igreja universal autênticamente professada nas suas mais imponentes assembléias. Calo de indústria os concílios posteriores e cito de preferência os orientais a fim de que o leitor possa julgar com quanta verdade afirma o Sr. PEREIRA que "as pretensões do bispo de Roma de ser o chefe universal da Igreja *em tempo nenhum* foram reconhecidas pela catolicidade cristã. As igrejas do Oriente protestaram contra esta sacrílega usurpação e as do norte da Europa repetiram êste protesto no século XVI", p. 309. Esqueceu ao prudente polemista advertir os seus leitores que a grande tentativa de cisma geral no Oriente, devida à ambição de FÓCIO, data do séc. IX. Morto FÓCIO, a fração cismática voltou à unidade católica, da qual foi novamente separada no séc. XI por MIGUEL CERULÁRIO. Dois séculos depois ainda uma vez as Igrejas do Oriente e do Ocidente subscreveram no concílio geral de Lião (1245) o *dogma do primado do papa*. Só o orgulho dos imperadores e a cobiça insaciável dos patriarcas de Constantinopla levaram de novo o Oriente à via funesta do cisma. Sinceramente, depois de nove séculos de cristianismo "o protesto contra a usurpação sacrílega" vem muito tarde. O Sr. CARLOS PEREIRA, que não perde ocasião de mostrar sua ogeriza com tudo o que é medieval, por que agora acolhe sem reservas uma separação operada "nas trevas caliginosas" desta idade de superstições? Por que não nos mostra o protesto do Oriente cristão na sua idade de ouro, quando nêle floresciam os CRISÓSTOMOS, os NAZIANZENOS, os ATANÁSIOS, quando nos seus concílios se recebiam os legados do Papa com a aclamação unânime: Pedro falou pelos lábios de Leão? Nascidos de uma paixão mal sofreada os protestos de FÓCIO e de LUTERO não passam de gritos vulgares de revolucionários criminosos. Não é a consciência, é o interêsse, é a soberba, é o amor próprio mal ferido que inspiraram os dois grandes cismas que romperam a unidade cristã.[32] Sôbre os seus autores pesa na história o cargo das mais terríveis responsabilidades.

---

30. MANSI, VI, 579-*D*.

31. MANSI, XI, 659-*C*; XII, 1081-*D*; XVI, 325-*B*.

32. É verdade tão sabida que qualquer insistência pode parecer supérflua. FÓCIO reconheceu a primazia do Papa enquanto êste não lhe foi à mão no seu desmesurado desejo de subir. Só então, irritado, entrou a combater a supremacia de Roma sob o religiosíssimo

Reatemos o fio da nossa demonstração. Mais eloqüentes que as palavras são os fatos. A vida tôda da Igreja gravita em tôrno de Roma. Imaginai, por um instante, que o Papa não seja o sucessor de S. Pedro no govêrno universal das almas e tôda a história eclesiástica se torna um mistério inexplicável, um enigma sem solução.

É o Papa quem convoca, preside e confirma todos os concílios gerais desde o de Nicéia até ao do Vaticano.[33] Seu poder sôbre estas assembléias ecumênicas é universalmente reconhecido. LEÃO I cassa o cânon 28 do concílio de Calcedônia e o cânon fica sem efeito. "Convocar um sínodo sem autoridade da Sé apostólica, proclamam os legados do Papa no 4.º concílio ecumênico na presença de 600 bispos orientais, é coisa que nunca se fêz nem é lícito fazer".[34]

É o Papa quem confirma, remove, demite, reintegra bispos no Oriente e no Ocidente. CIPRIANO escreve a S. ESTÊVÃO para que substitua MARCIANO, bispo de Arles. S. DÂMASO depõe FLAVIANO, patriarca de Alexandria. S. AGAPITO exautora ANTIMO, patriarca de Constantinopla, apesar da oposição da imperatriz. NICOLAU I enumera oito patriarcas constantinopolitanos depostos pelos Romanos Pontífices. ATANÁSIO, patriarca de Alexandria, EUSTÁTIO, bispo na Armênia e TEODORETO depostos em sínodos provinciais ou gerais são restituídos às suas sedes por ordem de Roma. E o poder

---

pretexto de que a autoridade eclesiástica devia acompanhar a dignidade da capital do império, transferida do Tibre para o Bósforo. Note, pois, o Sr. CARLOS PEREIRA: Fócio *não negou o primado,* ambicionou-o, não quis destruir a tiara, desejou cingi-la. — Em LUTERO é ainda mais evidente a influência do ânimo apaixonadamente orgulhoso. Desde 1516 errara o frade teólogo em expor a doutrina católica da justificação. Impugnado pelos defensores da ortodoxia apelou para Roma. Em 30 de maio de 1518 envia ao Papa suas teses ou *resolutiones,* que deviam ser acompanhadas com uma carta em que se lêem estas formais palavras: "Agora, que devo fazer? desdizer-me não posso, e vejo entretanto que excitei grande ódio e inveja com publicar estas minhas teses... [e conclui:] Por isso, santíssimo Padre, prostro-me aos pés de vossa Santidade, a quem entrego a minha pessoa, tudo o que sou e tenho. Vossa Santidade fará o que bem aprouver: nas mãos de V. S. está o repelir ou defender a minha causa, dar-me ou negar-me razão, dar-me a vida ou tirar-ma. *Na voz de Vossa santidade reconheço a voz de Cristo,* que em vós fala e governa". DE WETTE, I, 121-122. Em 1519 diz ainda numa epístola ao Papa: "plenissime confiteor hujus Ecclesiae (romanae) potestatem esse super omnia" DE WETTE, I, 234. O Papa, guarda infalível da verdade, não podendo transigir com o êrro, condenou-o. O frade soberbo não teve a humildade de submeter o seu juízo à autoridade daquele a quem Cristo confiara a missão de confirmar os seus irmãos na fé. Inde irae!

33. Acenamos aqui muito de corrida a uma multidão inumerável de fatos. Referi-los por miúdo e documentá-los copiosamente fôra escrever um tratado inteiro de história eclesiástica. Não adiantamos, porém, uma só proposição de que não possamos, se nos fôr contestada, ministrar tôdas as provas históricas.

34. MANSI, VI, 582-B.

do Papa "em tempo nenhum foi reconhecido pela catolicidade cristã"!

É o Papa quem acredita, nos centros mais importantes da cristandade, legados e embaixadores seus, investidos de plenos poderes para decidir as causas mais urgentes. LEÃO I nomeia um apocrisiário em Constantinopla, AGAPITO acredita um representante junto ao imperador JUSTINIANO. Em Tessalônica desde o século IV residia um vigário apostólico cuja jurisdição se estendia a todos os bispos da Ilíria.

Ao Papa, de todo o orbe católico apelam, sem distinção, sacerdotes, bispos, patriarcas, ortodoxos e hereges. Roma é o tribunal de última instância. Sua sentença pode reformar tôdas as outras e por nenhuma é reformável. Em 142 MARCIÃO, excomungado pelo seu bispo no Ponto; em 251, PRIVATO, bispo condenado pelo concílio de Cartago; em 252 FORTUNATO e FÉLIX, julgados por S. CIPRIANO, apelam para Roma. Para Roma, apelou o grande ATANÁSIO, patriarca de Alexandria, apelaram CRISÓSTOMO, GREGÓRIO de Nazianzo, e FLAVIANO, EUTIQUES, AÉCIO, todos orientais. Que melhor prova da supremacia do papa? Não escreveu CALVINO que "o supremo poder reside naquele para cujo tribunal se apela"?[35] E a autoridade do papa "em tempo nenhum foi reconhecida pela catolicidade cristã"!

É na comunhão com o papa, necessária a todos os fiéis, que a Igreja põe a pedra de toque da verdadeira ortodoxia. Afirmam-no declaradamente S. CIPRIANO, S. OPTATO DE MILÉVIO, S. AMBRÓSIO, S. JERÔNIMO. Afirmam-no, com os fatos, quase todos os hereges que, ainda condenados por bispos ou sínodos particulares procuraram com tôdas as artes da fraude, da dissimulação e da astúcia conservar a comunhão com a Igreja romana. Basta lembrar os nomes de MARCIÃO, CELESTINO, amigo de PELÁGIO, MONTANO, etc.

Ao papa enfim reconhecem a soberania espiritual os supremos poderes políticos do império. GRACIANO no século IV ordena que não se entreguem as igrejas senão aos bispos em comunhão com o papa DÂMASO.[36] O edito de TEODÓSIO MAGNO que institui o cristianismo, religião do império, declara ser vontade do imperador que

---

35. CALVINO, *Institution de la Religion Chrétienne,* Lyon, 1565, l. 4, c. 7, n. 9, p. 930. Sôbre as apelações dos orientais a Roma, Cfr. P. BERNADAKIS, *Les appels au Pape dans l'Eglise grecque jusqu'à Photius,* nos *Echos d'Orient,* 1903, pp. 30-42; 118-126; 248-257; P. BATIFFOL, *Les recours à Rome en Orient avant le concile de Chalcédoine,* na *Revue d'Histoire ecclésiastique,* 1925, pp. 5-32.

36. TEODORETO, *Hist. Eccles.,* V. 2 (MG, LXXXII, 1198).

os seus súditos "sigam a religião pregada por S. Pedro aos romanos e que até hoje se conserva e é seguida pelo papa DÂMASO".[37] JUSTINIANO escreve a JOÃO II: "Apressamo-nos em levar ao vosso conhecimento tudo quanto concerne o estado das igrejas... Nem sofremos que coisa alguma seja desconhecida por Vossa Santidade *quia caput est omnium sanctarum ecclesiarum*".[38]

São imperadores cristãos? Pois não nos falta um testemunho de imperador pagão. Chegou AURELIANO em 272 a Antioquia. PAULO DE SAMOSATA, já condenado por dois sínodos, recusava entregar a residência episcopal. A causa é levada ao tribunal supremo. A sentença de AURELIANO, que EUSÉBIO chama "retíssima", foi que se entregasse o edifício a quem determinasse o bispo romano e os outros antístites da Itália.[39] Bem notória devia ser no século III a primazia do Papa sôbre tôda a Igreja para que não a ignorassem os próprios imperadores gentios.

Após esta rápida excursão pelos primeiros séculos do cristianismo podemos legìtimamente concluir com DE MAISTRE: "Rien dans toute l'histoire ecclésiastique n'est aussi invinciblement démontré, pour la conscience, surtout, qui ne dispute jamais, que la suprématie monarchique du souverain Pontife".[40] Muito de caso pensado restringimo-nos quase exclusivamente aos testemunhos dos 5 primeiros séculos.[41] Aqui é impossível falar de eclipse medieval, de obscurecimento, de superstição.

---

37. *Cod. Theodos.*, I, 16., tit. 1, c. 2.

38. *Epist.* 132, GUENTHER, *Epistolae Imperatorum, Pontificum, aliorum*, etc., 1885-1888, p. 716.

39. EUSÉB., *Hist. eccles.*, VII, 30, (MG, XX, 719).

40. DE MAISTRE, *Du Pape*, I. I, c. VI. Ed. 1819, p. 44.

41. Não quero, porém, omitir aqui o testemunho de LUTERO, que de próprio punho lavrou a sua condenação. "É certo que Deus honrou a Igreja romana sôbre tôdas as outras; nela S. Pedro, S. Paulo, 46 papas e milhões de mártires derramaram o próprio sangue e triunfaram da morte e do inferno... Não nego que o bispo de Roma seja, tenha sido e deva ser o primeiro: a esta persuasão leva-me, antes de tudo, a vontade de Deus que é visível em todo êste fato. Se Deus não quisera, o Pontífice romano nunca teria chegado a esta monarquia. Ora, a vontade de Deus, de qualquer modo que nos seja significada, deve ser acolhida com respeito. *Não é, pois, permitido resistir temeràriamente ao Pontífice romano na sua primazia.* Tão poderosa é esta razão que, ainda, não houvesse, em seu favor, nenhum texto da Escritura e nenhum outro argumento, seria bastante forte para reprimir todos os que lhe resistem... Não vejo, como se possam esquivar à tacha de cismáticos os que, indo contra a vontade divina, se subtraem à autoridade do Romano Pontífice". *Resolutio lutherana super proposit. XIII de Potestate Papae*, 1519. Weimar, II, 186. "A deferência que se deve a esta Igreja é evidente; se nos nossos dias em Roma as cousas se acham em tal estado que fôra para desejar um regulamento melhor, contudo *nem estas desordens, nem outra causa alguma* nos devem levar a separarmo-nos ou apartarmo-nos dela; muito pelo contrário, quanto mais deplorável é a condição atual das coisas, mais a ela nos devemos conservar apegados". Weimar, II, 72. Infelizmente a soberba mal dominada veio perturbar a serenidade do juízo que ditou estas linhas sensatas. A Igreja de Roma, regada pelo sangue de tantos mártires e tão manifestamente amparada pela vontade de Deus, será mais tarde a apóstata, a grande prostituta de Babilônia, a sinagoga do Anticristo.

Diante dêstes documentos e de mil outros que poderíamos fàcilmente produzir, perguntamos sinceramente a todo leitor desprevenido: havia ou não na Igreja primitiva a consciência clara, luminosa, serena da soberania espiritual do bispo de Roma? Sem esta consciência, como explicar a história? E sem negar cìnicamente a história como explicar a afirmação de CARLOS PEREIRA: "o papado, instituição essencialmente humana, é a suprema mistificação do cristianismo legada aos tempos modernos pela superstição caliginosa dos tempos medievais"?, p. 249. Ah! mistificação! Ah! superstição caliginosa!

§ 2. — *Paralogismos e ilogismos pereirianos.*

SUMÁRIO — Paralogismos: O concílio de Nicéia; o concílio da Calcedônia: a importância política de Roma; as pseudo-isidorianas; a ambição dos papas. Ilogismos: o primeiro papa; exegese de um texto de S. Mateus; vestígios antigos do papado.

Os esforços inanes do êrro são a melhor contraprova da verdade. As grandes certezas não se impõem menos à razão pela fôrça positiva dos argumentos em que se estribam do que pelos sofismas e contradições dos que as impugnam.

Tocamos de passo as provas mais conhecidas do primado de Pedro sempre vivo no bispo de Roma.[42] Reunamos neste capítulo o que de melhor no arsenal das velhas e enferrujadas armas protestantes encontrou o pastor brasileiro para combatê-lo.

Por confissão declarada do Sr. CARLOS PEREIRA ao menos no século V já existia certamente na cristandade a persuasão comum da supremacia espiritual de Roma. Ora, para argüir de êrro tôda a Igreja, para descartar desdenhosamente todos os testemunhos dos mais ilustres doutores e dos santos mais venerados, testemunhos, portanto, que reúnem no mais alto grau as condições de ciência e

---

42. Ao estudarmos adiante a infalibilidade do Papa, aduziremos muitos outros fatos e citações que provam, com não menor evidência, a sua supremacia jurisdicional. O magistério infalível na ordem da fé e a suprema jurisdição na ordem do govêrno são duas coroas, que cingem, inseparáveis, a fronte do sucessor de S. Pedro.

veracidade, é mister, que o esforçado polemista tenha encontrado na mais remota antiguidade argumentos invencíveis, provas esmagadoras de que a cristandade inteira viveu no êrro, nas trevas, na ignorância e na superstição durante mais de mil anos, até que surgisse o astro de Wittenberg a dissipar as caligens que a envolviam.

Onde, porém, êstes argumentos invencíveis? Onde estas provas esmagadoras? Onde um só texto que negue o primado de Pedro? Onde os fatos históricos, peremptórios e autênticos que demonstrem não haver a Igreja primitiva reconhecido a soberania do bispo de Roma? Nada, nada disto se lê na obra do Sr. CARLOS PEREIRA. Em lugar de provas e argumentos encontram-se em barda, hipóteses cerebrinas, em diametral oposição com a realidade dos fatos, afirmações temerárias sem o menor fundamento histórico, citações e acontecimentos erradamente interpretados, e, o que mais é, textos truncados, autores falsamente alegados, tudo emaranhado numa rêde inextricável de contradições. Às provas.

Concílio de Nicéia. — O concílio de Nicéia e o concílio de Calcedônia "reprimem as pronunciadas tendências monárquicas do patriarca de Roma", p. 311.[43] — Os textos conciliares que manifestam esta repressão, teve o Sr. CARLOS PEREIRA por de melhor conselho conservá-los no escrínio secreto de suas notas particulares. A respeito do concílio de Nicéia diz-nos apenas que: 1.º o papa não o presidiu nem por si nem por seus legados; 2.º o cânon 6.º equiparou os bispos de Roma, Alexandria e Antioquia. Falsa, uma e outra coisa.

O concílio de Nicéia foi presidido por ÓSIO, bispo de Córdova e VITO e VICENTE presbíteros romanos — *como legados do Papa Silvestre*. É ler, não os autores protestantes de 12 ou 15 séculos mais tarde, mas as fontes diretas onde se bebe a verdade genuína da história. Que Ósio tivesse presidido ao concílio, afirma-o S. ATANÁSIO, contemporâneo do fato,[44] afirmam-no implìcitamente os próprios arianos escrevendo que êle "publicara o símbolo de Nicéia"[45]. Que Ósio fôsse legado do Papa di-lo expressamente GELÁSIO DE CISICO, historiador do concílio: "Ipse etiam Hosius ex Hispaniis...

43. Lógico, sr.! Como podia o concílio de Nicéia *reprimir em* 325 "*as pronunciadas* tendências monárquicas do Patriarca de Roma", p. 311, se "*por quase quatro séculos* não se deparam *sequer vestígios, nenhuma tradição, nem um simples monumento* da antiguidade que perpetue a memória do govêrno da mais estupenda das monarquias?", pág. 301.

44. *Apolog. de fuga sua*, c. 5 (MG, XXV, 650).

45. Ap. ATANÁS, *Hist. arian.*, c. 42 (MG, XXV, 743).

qui *Sylvestris episcopi maximae Romae locum obtinebat* una cum romanis presbyteris Bitone et Vicentio cum aliis multis in consessu illo affuit".[46] Mais. SÓCRATES, na sua história eclesiástica, enumerando os bispos do concílio cita, em primeiro lugar, Ósio, depois Vito e Vicente e a seguir os demais presentes.[47] Os antigos catálogos que indicam a ordem em que os padres subscreveram o símbolo niceno dão sempre o lugar de primazia a ÓSIO, VITO e VICENTE. Como explicar esta preeminência dada a um bispo espanhol e a dois sacerdotes romanos num congresso reunido no Oriente e no qual assistiam os mais autorizados bispos de Antioquia, de Jerusalém e do Egito, senão porque representavam o bispo de Roma, cuja *autoridade* era *universalmente* reconhecida na Igreja, assim oriental como ocidental, como consta de textos explícitos anteriores ao concílio? Ainda. Se o Papa não houvera presidido ao primeiro concílio ecumênico, com que verdade poderia o legado pontifício asseverar em Calcedônia, diante de 600 bispos orientais: "synodum facere sine auctoritate Sedis apostolicae... *nunquam factum est* nec fieri licuit"?[48] Como poderia escrever SÓCRATES: "ecclesiastica regula interdictum est, ne praeter sententiam Romani Pontificis quidquam ab ecclesiis decernatur"?[48a] Com que consciência científica ousa, pois, adiantar o Sr. CARLOS PEREIRA que êste é "um fato histórico incontestável"? p. 312.

Vamos ao cânon 6 do mesmo concílio, não citado pelo autor. Ei-lo: "Conservem-se os antigos usos vigentes no Egito, na Líbia e na Pentápolis, que o bispo de Alexandria conserve o seu poder sôbre tôdas estas regiões como costuma o bispo de Roma. Outrossim em Antioquia e nas outras províncias conservem as igrejas os seus privilégios, dignidade e autoridade".

De que trata êste cânon? Porventura, do primado? Não, de modo nenhum. O cânon 6, como todos os outros cânones dêste capítulo, versa sòmente sôbre as divisões administrativas dos patriarcados. A causa que lhe motivou a promulgação não foi "reprimir as tendências monárquicas do patriarca de Roma", como sonhou o Sr. CARLOS PEREIRA, mas pôr têrmo às tentativas de MELÉCIO, bispo de Licópolis na Tebaida, que procurava eximir-se à sujeição do pa-

46. *Hist. Conc Nic.* I. II, c. 5 (MG, LXXXV, 1230).

47. SÓCRATES, *Hist. Eccles.*, I, 13 (ML, LXVII, 110).

48. MANSI, VI, 582 B.

48a. *Hist. Eccles.*, II, 17 (MG, LXVII, 219).

triarca de Alexandria. O cânon confirma "os antigos usos" sôbre a jurisdição dos patriarcas e entre êstes inclui o de Roma, que, *além de ser Papa*, é também patriarca, bispo, etc. Afirmar uma coisa, não é negar outra. O concílio afirma de passagem o direito do patriarca romano para legitimar, com a semelhança, o do alexandrino. Não lhe nega porém o primado, nem dêste *se tratava* porque não era necessário: *ninguém o contestava*.

Que êste cânon de modo algum fere as perrogativas da Sede romana colige-se ainda: 1.º de o haverem aprovado os legados pontifícios que presidiam ao concílio; 2.º de não existir nesta época, nem no Oriente, nem no Ocidente, *a menor dúvida sôbre a supremacia jurisdicional do Papa;* 3.º de o haver citado e alegado contra as ambições de Constantinopla o papa S. Leão, zelantíssimo defensor dos direitos divinos da Sé de S. Pedro; 4.º de não lhe haver dado êste sentido tôda a antiguidade que nos séculos imediatos ao concílio nunca apelou para êle contra "as usurpações crescentes" de Roma. Notável! Uma assembléia ecumênica legisla no século IV para a Igreja contemporânea; e o recôndito e indecifrável sentido dos seus cânones só o vem penetrar, muitas centenas de anos mais tarde, a agudeza da crítica protestante!

E aqui está o a que se reduz em Niceia a repressão das tendências monárquicas do patriarca de Roma: uma falsidade histórica e um cânon fantàsticamente interpretado.

Ao *concílio de Calcedônia.*[49] A prestarmos fé a quanto nos assevera o gramático paulista, "o concílio de Calcedônia em 451 declarou serem iguais os patriarcas de Roma e de Constantinopla (aequalia privilegia tribuerunt). Nesse século ainda o bispo ou patriarca da velha Roma não tinha nenhuma supremacia jurisdicional sôbre o da nova Roma", p. 300. "Debalde contra o cânon 28 protestaram os legados papais e o próprio papa", p. 312.

Novamente nos achamos diante de uma adulteração flagrante da verdade histórica. Não é cortando à tesoura três palavras de um cânon e isolando-as do contexto imediato e mediato que se investiga sinceramente a significação de um documento. Quem lê o cânon para logo se persuade que não se trata do primado universal da Igreja mas de direitos patriarcais nos quais o bispo de Constan-

---

49. Ao argumento tirado do concílio de Constantinopla, também alegado pelo Sr. Carlos Pereira, cabem as mesmas observações que faremos a propósito do concílio de Calcedônia. Inútil repetirmo-nos.

tinopla queria o *segundo* lugar depois do de Roma.[50] As circunstâncias históricas acabam de projetar copiosa luz sôbre o seu verdadeiro significado. Segundo o concílio de Nicéia, as sedes de Antioquia e Alexandria, ambas de origem apostólica, eram em dignidade as primeiras do Oriente. Anatólio, patriarca de Constantinopla, aspirava, porém, a elevar a sede da nova capital do império acima das suas irmãs mais antigas, de modo que *submetida a Roma* (secunda post illam existens) não reconhecesse outra superioridade no Oriente. É esta aspiração ambiciosa de Anatólio, insuflado pelo imperador e pelo clero bizantino, que se revela no cânon 28 do concílio calcedônio construído quase ùnicamente por padres orientais. Eis o que, reconhecendo *explìcitamente a suprema jurisdição de Roma,* pede o concílio ao Papa que com sua autoridade confirme e sancione.[51]

S. Leão, cônscio da plenitude do seu poder, julga não dever anuir aos desejos do concílio por serem inspirados por ambições mundanas e lesarem os direitos das sedes de Antioquia e Alexandria estabelecidos nos cânones de Nicéia. Com a sua autoridade, *cassa* e *irrita* a deliberação firmada em Calcedônia.[52] Neste sen-

---

50. Eis o cânon 28: "Eadem consideratione moti 150 Dei amantissimi episcopi sanctissimo novae Romae throno aequalia privilegia tribuerunt recte indicantes urbem, quae et imperio et senatu honorata sit et aequalibus cum antiquissima regina Roma privilegiis fruatur, etiam in rebus ecclesiasticis, non secus ac illam extolli ac magnifieri *secundam post illam* existentem; ut et Ponticae et Thraciae et asianae Diocesis metropolitani... a praedicto throno sanct. Constantinopolitanae ordinentur". Mansi, VII, 370. Os 150 bispos a que alude o cânon no princípio são os Padres do 1º concílio de Constantinopla, que já haviam feito a mesma proposta. Convém ainda não esquecer que êste cânon *não é conciliar.* Introduziu-o subdolamente a minoria dos bispos — os dependentes do território de Constantinopla reunidos em comissão particular — enquanto a maioria — os legados de Roma, os bispos da jurisdição de Antioquia e de Jerusalém (os do Egito já haviam partido) e os protetores imperiais do concílio, reunidos em outra comissão — se ocupava de compor o dissídio de Máximo Antioqueno com o seu predecessor e Juvenal de Jerusalém.

51. Na carta enviada pelos padres calcedonenses ao Papa: "*Rogamus* igitur et *tuis decretis* nostrum honora iudicium, et sicuti nos *capiti* in bonis adiecimus consonantiam sic et *Summitas Tua filiis* quod decet adimpleat". E no fim da epístola: "Omnem vobis gestorum vim insinuavimus ad comprobationem nostrae sinceritatis et ad eorum, quae a nobis gesta sunt, *firmitatem* et *consonantiam*". ML, LIV, 959. Os padres, pois, não "*conferem* as prerrogativas episcopais que possuía a velha Roma, à nova Roma", p. 312, como assevera o nosso protestante, *pedem* ao papa que confirme quanto deliberaram como um *pai* que satisfaz aos desejos de *seus filhos.*

52. "Consensiones vero episcoporum sanctorum canonum apud Nicaeam conditorum regulis repugnantes unita nobiscum vestrae fidei pietate *in irritum mittimus* et per auctoritatem B. Petri apostoli generali prosus definitione *cassamus*". Epist. 105, c. 3 (ML, LIV, 1000). Êste apêlo do zeloso Papa para as definições de Nicéia é mais uma prova: 1.º de que no cânon 6 do 1.º concílio ecumênico nada se disse ou decretou que lesasse as prerrogativas da sede apostólica; 2.º que o bispo bizantino não aspirava senão a uma superioridade patriarcal sôbre Antioquia e Alexandria, contràriamente ao que ficara assentado em Nicéia.

tido escreve à imperatriz PULQUÉRIA, ao patriarca ANATÓLIO e aos bispos do Oriente. Qual o efeito dêste ato peremptório e enérgico do Papa? Qual a atitude da Igreja em face da decisão do seu supremo jerarca? O imperador aquiesce; o cânon 28 é eliminado de tôdas as antigas coleções de cânones conciliares, assim latinas como gregas;[53] ANATÓLIO, patriarca bizantino, cuja causa se tratava, *submete-se* e escreve a LEÃO uma epístola em que humildemente se desculpa da ousada petição a que o induzira o clero constantinopolitano.[54] Depois do episódio de Calcedônia o patriarca de Bizâncio continuou ainda por longos anos a ocupar entre as dignidades da Igreja o mesmo posto jerárquico dos tempos anteriores.

Aí está como o concílio de Calcedônia "reprime as tendências monárquicas do patriarca de Roma". O seu célebre cânon 28, não mutilado e adulterado, mas pôsto no contexto histórico, que o moldura, longe de ser uma dificuldade contra o primado de Roma constitui-lhe uma das provas mais interessantes e irrefragáveis.[55]

Eis quanto em matéria de decisões conciliares e textos da antiguidade cristã logrou desencantar o Sr. CARLOS PEREIRA para demonstrar a "suprema mistificação do papado" forjada "entre as superstições caliginosas da Idade Média".

No entretanto aí está de pé a grande instituição e é mister explicar-lhe a origem. O afoito crítico não descoroçoa ante a dificuldade da tarefa.

Aqui nos aponta a importância de Roma, centro político de um império universal, como explicação plausível da monarquia pontifícia. — Mas esquece que é inútil fantasiar hipóteses em contradição com os fatos. Tôda a antiguidade vê no bispo de Roma o su-

53. Só mais tarde foram os gregos desenterrar êsse velho e inutilizado cânon para justificar as suas miras ambiciosas de independência cismática. A sua redação atual é, em parte, devida a manipulação de Fócio.

54. Eis um tópico da carta de ANATÓLIO a LEÃO: "Constantinopolitanae ecclesiae reverentissimus clerus est qui hoc habuit studium, et istarum partium religiosissimi sacerdotes, qui in hoc fuere concordes et sibi partium adiutores, cum et sic gestorum *vis omnis et confirmatio auctoritate vestrae beatitudinis fuerit reservata*". *Epist.* 132, (ML, LIV, 1084). E no séc. V "ainda o bispo da velha Roma não tinha nenhuma supremacia jurisdicional sôbre o da nova Roma", p. 300.

55. Pela história do sínodo de Calcedônia vê-se, de fato, que o Concílio Vaticano, ao definir ainda uma vez o primado de jurisdição do Papa não lhe atribuiu nenhuma prerrogativa que já no séc. V não tivesse exercido S. LEÃO aprovado pelo consenso universal da Igreja, assim do Ocidente como do Oriente, ainda não separado pelo cisma da grande unidade católica. Quem quiser sentir tôda a impressão da fôrça dêste argumento leia a reconstrução histórica dêste episódio feita diretamente sôbre as fontes por M. D'HERBIGNY, *Theologica de Ecclesia* (2), Parisiis, Beauchesne, 1921, pp. 119-152.

premo jerarca do cristianismo porque nêle reconhece o legítimo sucessor de S. Pedro a quem Cristo confiou o govêrno universal de sua Igreja. É o que dizem explicitamente todos os testemunhos. Esta é a verdade histórica. Sair daí é arquitetar castelos aéreos, é substituir o estudo positivo da realidade pelas construções cerebrinas da imaginação apaixonada.

Ali nos indica as falsas decretais de Isidoro, aparecidas no século IX como uma impostura que serviu "largamente aos intuitos filauciosos dos papas", p. 317. — Não adverte, porém, que no século IX, por própria confissão dos protestantes já se achava plenamente constituída e acatada a soberania dos Papas. Não nos ensina o próprio Sr. CARLOS PEREIRA que LEÃO (440-461) e GREGÓRIO (590-604) foram os primeiros papas? Por que não observar ainda que as grandes atribuições, adjudicadas aos papas pelas falsas decretais, já de há muito eram por êles exercitadas antes que as pseudo-isidorianas viessem à luz?[56]

Mais além nos descreve como as doações dos reis francos fundaram e consolidaram o poder temporal dos Papas. Mas por que balbudiar grosseiramente questões tão distintas? Uma coisa é a soberania política dos Pontífices, outra a sua supremacia religiosa, tão distante da primeira como o céu da terra. O primado espiritual é de direito divino, estriba-se na constituição essencial da Igre-

56. Como explicar, porém, essa falsificação de decretais? A crítica ainda não conseguiu projetar plena luz sôbre a origem dêstes documentos. Com certeza sabemos apenas o tempo e o lugar em que foram forjados. A França ocidental é o seu berço. Entre 845 e 857 nasceram. Quem as compilou? Com que intuitos? Só nos restam conjecturas mais ou menos prováveis. Em qualquer hipótese, que culpa têm os papas que um particular, num ângulo da cristandade, falseie antigos decretos? Já MARTINHO I punia a falsificação de documentos pontifícios em PAULO, arcebispo de Tessalônica. O 8.º concílio ecumênico renovou em 869 os mesmos estatutos contra as falsificações de Fócio. No tempo dos carlovíngios o abuso tornou-se mais freqüente. Os papas *intervieram com gravíssimas penas.* INOCÊNCIO III insurgiu-se enèrgicamente contra estas corrupções condenáveis. O sínodo de Treviri e a Bula *In coena Domini* tratam esta culpa como caso reservado, cominando aos seus fautores a pena de excomunhão. Por que requinte de má fé, pois, responsabilizar os Papas por falsificações que desde o 7.º século êles foram os primeiros a reprovar e reprimir com tanta severidade? — Se as pseudo-isidorianas lograram larga acolhida na cristandade é só porque enunciavam doutrinas comums e preconizavam direitos pontifícios universalmente reconhecidos. — O que, além disso, nos assevera o Sr. C. PEREIRA que só "em tempos modernos as letras protestantes desvendaram êsse lôgro secular", p. 317, é, de todo em todo, falso. Já no séc. XII, PEDRO COMESTOR e ESTÊVÃO, bispo de Tournai, suspeitaram a genuinidade das decretais em questão. No séc. XV, o Cardeal NICOLAU, de Cusa, o Cardeal TORQÜEMADA, GOBELIN e KALTERSEN propuseram mais abertamente as suas dúvidas. Os primeiros apologistas católicos contra a reforma luterana, ANT.º AGUSTIN, bispo de Tarragona, BARÔNIO e BELARMINO refugaram-nas decididamente por espúrias. Alegar hoje contra o Papado as decretais pseudo-isidorianas é anacronismo semelhante ao de quem pretendesse expugnar uma praça forte moderna com os aproches de aríetes pesados e arqueológicas catapultas.

ja estabelecida por Cristo, imutável, duradoura como os séculos. Na humildade das catacumbas os primeiros sucessores de S. Pedro não a possuíam menos completa, menos perfeita, que GREGÓRIO VII ou INOCÊNCIO III, entre os esplendores de sua realeza temporal. Depois de injustamente esbulhados dos seus domínios pela usurpação piemontesa não foram menos papas PIO IX ou LEÃO XIII, ou BENTO XV. A soberania político-territorial, essa é de origem humana. Foi o grande meio de que se serviu a Providência para assegurar ao chefe da cristandade a independência necessária ao exercício de sua missão espiritual. Baralhar as duas coisas para ver na realeza temporal de Roma a causa e origem de sua primazia religiosa é desconhecer a história e cincar nos primeiros elementos que definem o estado da questão. A êste escamotear sofístico chamavam os velhos lógicos "ignoratio elenchi".

Todos êstes fatores do primado romano até aqui apresentados não passam, no pensar dos nossos adversários, de simples instrumentos hàbilmente manejados pelas "ambições descomunais dos papas", p. 317. É êste descomunal ambicionar, é esta febre de insaciável crescer que constitui a mola central da poderosa máquina política que elevou aos ares o grandioso edifício da hegemonia romana.

Nada mais fútil, nada mais arbitrário, nada mais grotesco, nada mais absurdo. Onde as provas desta suposta ambição? Mostrai-me na história êstes monstros romanos devorados pela sêde de dominar. Não me comeceis, porém, por supor o que se deve demonstrar, não me estatuais de antemão como princípio indiscutível, que o primado é um poder ilegítimo para apontar-me logo em cada ato pontifício em que o papa exerce ou reivindica os seus direitos, uma tentativa de usurpação. LEÃO e GREGÓRIO, dizem-nos, foram os grandes artífices da monarquia papal. A cristandade inteira venera-os como santos, a história sagrou-lhes a grandeza com o sobrenome de Magno, a graça enriqueceu-os das mais heróicas virtudes, Deus confirmou-lhes a santidade com os mais esplêndidos milagres. E êstes seriam "os grandes ambiciosos" que transformaram a Igreja de Cristo em sinagoga de Satã!

Ambiciosos os pontífices romanos? E por que a ambição só se havia de assentar no trono de Roma? Por que Alexandria e Éfeso, Antioquia e Cesaréia, Jerusalém e Corinto não haveriam também de erguer a cabeça altiva e à ambição do Ocidente opor as ambições do Levante? Por que nos séculos de ouro da igreja oriental não viu a história avultar em cada patriarca um papa em miniatura?

Impôsto pela ambição dos papas o poder de Roma? "Mas talvez um poder que se impõe pode resistir por mil e novecentos anos ao espírito de orgulho e de revolta que agita a nossa miserável natureza? Talvez duzentos e sessenta e nove usurpadores tão diferentes por gênio e por índole poderiam vingar na opressão da mais santa das liberdades sem mudar o poder absoluto que se atribuíram? Talvez Cristo cuja divindade a heresia reconhece deixaria gemer a Igreja desonrada sob o pêso de tão longa iniqüidade?"[57]

Fôssem os Papas ambiciosos. E a Igreja? E os bispos de todo o orbe católico? Apraz-vos considerá-los como homens comuns impelidos pela fôrça das paixões que fermentam no fundo da humanidade? Como então explicar a conivência do seu silêncio? Ontem superiores autônomos, independentes, iguais; hoje, súditos obedientes, peados por uma fôrça mais alta no exercício de sua jurisdição, julgados, depostos, removidos a uma ordem do Papa, sem um brado de protesto, sem um gesto de revolta! Não é possível, porque não é humano.

Preferis encará-los como santos, homens de virtudes excepcionais, pastores zelosos, atalaias sempre vigilantes pela integridade da fé e moralidade dos costumes na Igreja? Dizei-me então por que se calaram ante esta adulteração sacrílega da obra de Cristo. Registra a história memoráveis controvérsias suscitadas pela mínima novidade na fé, pela mínima tentativa de falsear um dogma, de introduzir na linguagem cristã uma só palavra que pudesse dar azo a interpretações errôneas. Quem desconhece os tumultos e as agitações provocadas em tôda a Igreja pelas heresias de ÁRIO, NESTÓRIO e PELÁGIO, pelas discussões sôbre o batismo dos hereges, sôbre a data da celebração da Páscoa? Quantos livros publicados, quantos concílios reunidos, quantos motins no povo, quanto zêlo nos bispos, quantos anátemas fulminados! E diante da ambição crescente dêste patriarca ocidental, que não impugna um ou outro dogma mas corrompe na sua essência a constituição social da Igreja, o mundo católico emudece, curva a cabeça e genuflete! Nos quatro primeiros séculos é de fé em tôda a Igreja que os bispos são iguais, que Cristo instituiu uma federação de dioceses autônomas e independentes; no século V já é de fé que um é o monarca de tôda a cristandade ao qual devem submissão e obediência todos os outros pastôres. E esta mutação profunda, gravíssima, radical como as que

57. MONSABRÉ, *Conférences*, Conf. LVI.

mais o podem ser no credo católico, insinua-se brandamente sem suscitar uma polêmica, sem acordar um alarme nas sentinelas de Israel! Ainda uma vez, impossível!

Mas os bispos retraem-se acobardados, recolhem-se com temor ante a potência de Roma. — Ah! não se calunie a memória dêstes heróis em cujo peito palpitava um coração de mártir. Diante de que poder humano emudeceu a eloqüência de CRISÓSTOMO, vacilou a coragem de ATANÁSIO, empalideceu a intrepidez de AMBRÓSIO, calou o gênio de AGOSTINHO ou tremeu a pena de JERÔNIMO? E são justamente JERÔNIMO, AGOSTINHO, AMBRÓSIO, ATANÁSIO e CRISÓSTOMO que não só não levantam a voz da indignação e do protesto contra o bispo de Roma — fôrça moral sem exércitos nem legiões, sem armas nem tesouros — mas que apregoam altamente com o seu exemplo a soberania divina dos sucessores de S. Pedro!

Mas que o Papa lograsse enfim impor a sua autoridade a tôda a Igreja. Fôra esta a mais profunda e radical transformação de que há lembrança nos fastos da história cristã. Não se trata de um dogma recôndito cujo influxo se faz sentir quase exclusivamente nas remontadas regiões da teologia; é um novo poder que entra em ação, legisla, julga, condena, impõe e exige *obediência de todos*. Não se trata de uma inovação de insignificantes conseqüências; é uma alteração substancial que interessa à forma orgânica da Igreja. Da introdução do primado, dizem os próprios protestantes, data a perversão radical do catolicismo. Não se trata de uma modificação local ou particular; a Igreja universal, o Oriente e o Ocidente ressentem e confessam a ação onímoda e profunda do bispo de Roma no dogma, na moral, na disciplina, na liturgia. Não se trata enfim de uma metamorfose operada nos séculos mais escuros da Idade Média. LEÃO I "o primeiro dos Papas", no dizer do Sr. CARLOS PEREIRA, é do meado do século V. Ora, os séculos IV e V são os mais brilhantes da literatura eclesiástica. Estamos em plena luz duma idade de ouro da história, do dogma e da pregação católica.

Agora pergunto. É possível que tão profunda, tão universal, tão manifesta transformação se houvesse realizado sem deixar, nas antigas memórias, o menor vestígio? Apontem-nos os protestantes um só documento, um só testemunho dos tantos e tantos autores dessa época em que se *afirme* a origem histórica do papado posterior aos tempos apostólicos. IRINEU e CIPRIANO, ORÍGENES e EUSÉBIO, AGOSTINHO e JERÔNIMO, com incansável paciência, indagaram, investigaram, esquadrinharam as origens e o desenvolvimento do

cristianismo nos primeiros séculos. Encontrar-se-á nestes ou em outros escritores coevos uma só palavra, uma só frase que atribua ao Pontificado uma origem diversa da investidura divina conferida a Pedro? Não; nenhum vestígio, nenhuma sombra da grande metamorfose sonhada pelo protestantismo. Nenhuma sombra, nenhum vestígio nos hereges, nos cismáticos, nos bispos condenados, excomungados, destituídos dos seus cargos pelo Papa.

Nenhum se atreve a denunciar ao mundo católico êste "colosso de pés de barro", esta "suprema mistificação". De novo pergunto: é isto possível?

Impossível, impossível, clama a razão ultrajada nos seus princípios. Impossível e blasfemo, acrescenta a consciência cristã ferida na sua fé. É o argumento que há pouco nos indicava MONSABRÉ. Desenvolvamo-lo.

Admitida contra tôdas as leis da história e da natureza humana esta corrupção essencial do cristianismo pela Igreja romana, Deus a teria aprovado e sancionado com o mais prodigioso e estupendo milagre da ordem moral. A esta Igreja que transformara a instituição de Cristo em sinagoga de Satã, ao catolicismo que no vértice da hierarquia eclesiástica teria entronizado o Anticristo, a Providência durante dois milênios teria dispensado a mais escandalosa proteção e prodigalizado os mimos mais estimados da sua solicitude materna. Na fronte da Igreja brilham, autênticos e inconfundíveis, os caracteres da Espôsa de Cristo. Nela, a apostolicidade de origem, milagrosamente conservada através das mais variadas vicissitudes históricas. Nela, a unidade da fé, do govêrno, do culto, perpetuada entre as mais profundas revoluções intelectuais, políticas e religiosas da humanidade. Nela, a santidade da moral, a incolumidade dos princípios éticos, a fecundidade da graça santificadora, a refulgir perene, dentre as sombras escuras do século corruptor, no heroísmo admirável dos seus santos, na beneficência generosa e desinteressada das suas instituições, na autenticidade incontestável dos seus milagres. Nela, a catolicidade de sua extensão que se dilata pelo mundo inteiro a acolher à sombra de suas tendas quase quatrocentos milhões de crentes disseminados em tôdas as latitudes, habitantes de todos os continentes, filhos de tôdas as raças.

Separa-se uma seita da grande árvore católica? Revolta-se uma igreja contra a autoridade do supremo Pastor? Deus a castiga com a esterilidade, a dissolução e a morte. De Roma se separam os arianos, os nestorianos, os monofisitas. Onde estão hoje

os sequazes de ÊUTIQUES, NESTÓRIO e ÁRIO? Contra Roma levanta-se FÓCIO e arrasta ao cisma numerosas cristandades do Oriente. Que é feito hoje da igreja russa ou constantinopolitana? Sem apóstolos, sem missionários, sem doutores, sem virgindade, sem zêlo, sem heroísmo, languece na estagnação, escravizada aos poderes civis, ao jugo aviltante dos czares de todos os tempos. Contra Roma insurge-se o protestantismo que contamina grande parte do Setentrião da Europa. Que é o protestantismo depois de quatrocentos anos? Um nome de revolta a cobrir um grande organismo religioso em dissolução irremediável à espera que o vento dos séculos lhe dissipe os últimos restos em poeira impalpável. Onde a unidade da fé nestas mil seitas que se fulminam anátemas recíprocos em tudo e só fraternizam no ódio ao Papado? Onde a unidade de culto nesta multidão de igrejas sem altar nem sacrifício e cujos adeptos ou depravam o sentimento religioso nas práticas supersticiosas do iluminismo [58] ou se estiolam na indiferença de um racionalismo cético? Onde o heroísmo das virtudes cristãs nestes pastores casados, nestes ministros que fogem ao martírio, nestas donzelas que já não sabem jurar eterna virgindade ao virgem Espôso das almas?

Como então? Cristo, que prometera assistir à sua Igreja todos os dias até à consumação dos séculos, permitiria assim a conservação, o desenvolvimento, a grandeza, o brilho da Igreja prevaricadora e fulminaria de esterilidade e de morte as depositárias fiéis da sua doutrina? Não! Não! Nunca! Impossível e absurdo aos olhos da razão; escandaloso e blasfemo à luz da fé.

Ilogismos. — Mas não há talvez mais gloriosa prova da instituição divina do Papado do que as contradições palpáveis dos que a impugnam. CARLOS PEREIRA oferece-nos mais um exemplo memorável desta impotência congênita do êrro contra a verdade. As suas afirmações encontram-se, entrechocam-se, destroem-se num caos indescritível de flagrantes antilogias.

O capítulo sôbre "os germes do Papado", rompe-o êle com estas auspiciosas e promissoras palavras: "mais claras e autênticas que as cabeceiras do Nilo são as origens do Papado", p. 301. — A audácia dos modernos descobridores devassou por completo as veladas origens do rio misterioso. Hoje, o estudantinho de geografia, com o mapa diante dos olhos, aponta-lhe as nascentes e segue-lhe, trecho a trecho, o avolumar progressivo das águas caudalosas. Mais "clara e autênticamente" nos ensinará o explorador brasileiro a origem e o desenvolvimento histórico do Papado. Ouçamo-lo atentamente: "Em 590 é elevado ao sólio pontifício GREGÓRIO I, o Grande... *o primeiro dos papas*", p. 315. Nada tão claro e peremptório: GREGÓRIO MAGNO é o primeiro dos papas. Antes do primeiro poderá haver outro? Para C. PEREIRA, sim. Volvei trezentas páginas atrás e lêde: "LEÃO O GRANDE (440-461)... é o primeiro a sonhar com uma monarquia universal, com sede em Roma e por chefe o papa", p. 7. Seria simples sonho? Não; é realidade realíssima. De fato, aparece "com Leão I, no século V, o primado de S. Pedro", p. 297. Também aqui tudo é claro e autêntico. GREGÓRIO I é o primeiro papa, mas já 150 anos antes tinha surgido com LEÃO I o primado de S. Pedro. Mas será LEÃO definitivamente o primeiro papa? Ainda não: "Com Vítor I (190-202) temos o primeiro movimento do feto papalino no seio da história", p. 309. E já o papado se move em feto no século II. Quando foi concebido? Não no-lo diz o diligente investigador: as cabeceiras do Nilo cobrem-se novamente com o véu do mistério. Se remontardes ao primeiro século encontrareis em CLEMENTE "um certo tom de superioridade que é a manifestação inconsciente (como o sabe o ilustre crítico?) do espírito dominante do antigo povo-rei", p. 304.

Destarte para determinar "clara e autênticamente" a origem do Papado, remontamos dos fins do século VI, em que aparece com GREGÓRIO o primeiro papa, aos últimos anos do século I em que já se manifesta em CLEMENTE o seu espírito de dominação. Estamos em plena idade apostólica. Mais um esfôrço de bôa vontade e o laborioso explorador descobriria as nascentes desconhecidas do grande rio. Lá estão elas escondidas no Evangelho: "Tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela". Desta rocha firmada pela mão de Deus brotou a caudal majestosa.

— Mas êste texto, acode o nosso crítico, a Igreja primitiva não o entendeu, os bispos de Roma o ignoravam. De fato, Leão I "é o *primeiro* a aduzir... o argumento fundado na suposta primazia de S. Pedro", p. 7. — Mas está realmente convencido o ilustre gramático que a LEÃO I cabe a invenção desta exegese? Creio que não. Abro a p. 310; "Foi êste bispo africano (S. Cipriano, 200-258) o *primeiro* a dar à celebre passagem de S. Mateus XVI, 16, o sentido do que mais tarde se serviu o papa Leão I para nela firmar a Cathedra

58. Tenho presente a seita do iluminista sueco Swedenborg e o grande movimento do "*Revival*" que, no século passado, dos Estados Unidos se propagou a numerosas comunhões protestantes da Inglaterra e da Alemanha.

Petri",[59] p. 310. CIPRIANO precedeu, pois, a LEÃO que foi o primeiro. Se o erudito pastor fôsse mais lido nos antigos documentos, daria talvez competidores a CIPRIANO: diria talvez que S. ESTÊVÃO[60] precedera a CIPRIANO; diria talvez que CALISTO tomara o passo a ESTÊVÃO. E não é maravilha. Fôra realmente mister a penetração de CIPRIANO ou a sagacidade de LEÃO — ambos primeiros a dois séculos um do outro — para desvendar os segredos de tão recôndita hermenêutica? Não sabiam todos os fiéis que Pedro fôra constituído fundamento da Igreja e que o fundamento deve durar quanto o edifício que sustenta? Não sabiam que sem interrupção lhe haviam sucedido os pontífices romanos anteriores a ESTÊVÃO e a LEÃO? Que mais é mister para entender S. Mateus?

Que! atalha ainda o Sr. C. PEREIRA, antes de S. LEÃO não pôde haver papado. Não se lhe notam sequer os vestígios: "*mais de quatro séculos* decorrem sem que surgissem na história os primeiros sintomas do seu advento", p. 295; "passou ela [a monarquia papal] *completamente* despercebida *por quatrocentos anos* a seus súditos e atravessou silenciosa e desconhecida *mais de oito gerações*", p. 301. Notai bem e depois voltai quatro páginas e lêde: "*Bem cedo*, pois [em Vítor e Clemente] se *revela o vírus romano*", p. 305. No *fim do segundo século* já se move o "feto papalino no seio da história", p. 309; "nos escritos dos padres *primitivos... são visíveis*, os germes do papismo", p. 304.

Admirável de coerência tudo isto! Nos quatro primeiros séculos não surgem ainda os sintomas do papado... mas nos padres primitivos já são visíveis os seus germes. Silenciosa e desconhecida, passou a monarquia pontifícia por quatrocentos anos... e os brados de CLEMENTE, INÁCIO, IRINEU e TERTULIANO são tão poderosos que os seus ecos atroam através de dezoito séculos até aos ouvidos do professor de S. Paulo. — Mais uma e basta. A culpa não é do senhor CARLOS PEREIRA, é dos autores que o precederam, católicos e não católicos. "Du Pin, eminente historiador, o cardeal Belarmino, Alexandre e outros perscrutaram com grande cópia de erudição os monumentos das antiguidades cristãs e tiveram de reconhecer o silêncio dos primeiros séculos sôbre um fato tão estupendo... De fato, acrescenta Samuel Edgar, *nada* se encontra sôbre a supremacia

59. Uma pergunta inocente: poderia o Sr. C. PEREIRA indicar-nos **antes de S. CIPRIANO** um exegeta que houvesse dado **"à célebre passagem de S. Mateus" o sentido de que mais tarde** se serviriam os protestantes para impugnar a Cathedra Petri?

60. FIRMILIANUS, inter Op. CYPRIANI, ep. 75, n. 17 (Hartel. 821).

de S. Pedro e muito menos do bispo de Roma nos escritos dos padres primitivos: de Clemente Romano, Hermas, Barnabé, Inácio, Policarpo, Justino, Irineu, Clemente de Alexandria, Atenágaras, Taciano, Teófilo e Tertuliano. Os historiadores católicos romanos supracitados[61] só encontraram referência ou alusão à dignidade pontifical do bispo de Roma cêrca do ano 370", p. 301. — E no entanto, quem tal o crera? O que não logrou encontrar o empenho dos apologistas católicos conseguiu afuroar a erudição do Sr. CARLOS PEREIRA. A quatro, apenas quatro páginas de distância desbota-se-lhe da memória o que tão desabaladamente afirmara e escreve mui sèriamente: "em Inácio, Irineu, Tertuliano, Cipriano, como em Clemente, descobrimos os germes ou começos inocentes (sic!) do Papado", p. 305.

Poderia excogitar-se antilogia mais escandalosa? Mistérios da lógica protestante!

Mas façamos ponto final. Assim se vinga a verdade: estigmatizando o êrro com o ferrête indelével da contradição.

61. Não me dei ao trabalho de verificar DU PIN. O leitor já sabe que há dois escritores dêsse nome; ambos deixaram várias obras. O Sr. CARLOS PEREIRA, como de costume, dispensa-se de citações exatas. Alexandre! Há tantos Alexandres nesse mundo! Mas contra o indefeso BELARMINO é certo que ainda uma vez levanta o Sr. CARLOS PEREIRA aleive inqualificável. BELARMINO nos quatro primeiros séculos não encontrou referência ou alusão à dignidade pontifícia do bispo de Roma? E onde o leu o clarividente crítico? Tome a obra *De Controversiis* do grande Cardeal; abra o Tomo I, Controversia III, *De Romano Pontifice*, caps. 14, 15, 16. Aí verá que, em favor da dignidade pontifical do bispo de Roma, dentre os escritores dos quatro primeiros séculos, cita BELARMINO 6 testemunhos autênticos de pontífices (c. 14), 7 de escritores gregos (c. 15) e 5 de escritores latinos (c. 16); ao todo, 18 *preciosos documentos* (em complexo cita BELARMINO 58 *testemunhos* da antiguidade, mas os outros são posteriores ao séc. IV). — Como explicar tão audaciosa falsificação? Não posso acabar comigo que o gramático levasse em ânimo adulterar acinte as obras do eminente apologista da Igreja, êle, todo zêlo em assoalhar "a fraude colossal das Falsas Decretais" que sancionaram "as ambições descomunais dos papas", p. 317. Não resta senão apelar para a prodigiosa faculdade psicológica, que já lhe conhecemos, de citar e confutar autores católicos sem nunca os haver lido. Pena, que a crítica irreverente nem sempre respeite estas portentosas intuições do livre exame.

Capítulo III

O MAGISTÉRIO INFALÍVEL

§ 1. – *Magistério infalível da Igreja.*

Sumário – A Igreja, prolongamento de Cristo na história. – Necessidade dum magistério infalível. – Insuficiência da Bíblia. A Infalibilidade da Igreja no Evangelho; na consciência da cristandade. – Imutabilidade doutrinal do ensino católico. – Evolução do dogma?

A Igreja é o prolongamento de Cristo na história. Milhares de anos haviam precedido a aparição do Redentor. Durante êste longo e difícil período de preparação, Deus falara ao homem, em muitas ocasiões e de muitos modos, pelo órgão de seus profetas: "multifariam, multisque modis olim Deus loquens patribus in prophetis". *Ad Hebr.*, I, 1. Mas os seus ensinamentos confiados à guarda exclusiva de um pequeno povo num ângulo obscuro da terra não haviam irradiado a luz divina sôbre o resto do gênero humano, que acelerava a sua marcha para o abismo, envolto nas trevas da ignorância e do vício. Por último, enviou-nos Deus o seu Filho: "novissime, diebus istis, locutus est nobis in Filio". *Ad Hebr.*, I, 2. Após uma longa aurora surge o sol divino, que há de iluminar e vivificar a humanidade inteira. Foco de luz e de verdade, centro de vida e de amor, Cristo, Deus-homem, recolhe todos os raios do passado, concentra-os em si como em ponto de vivíssimo esplendor e projeta-os sôbre as gerações futuras. "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida". Língua humana nunca houvera podido pronunciar esta sentença divina. Em Cristo falava a Divindade revestida do manto de nossa natureza decaída. Dos seus lábios recebeu a família humana os tesouros da verdade, os germes da vida que a haviam de elevar à altura dos seus destinos sobrenaturais. Eis a missão de Cristo.

Mas, cerrada a vida terrestre do Redentor, como haveriam de perpetuar-se os raios de sua verdade destinada a iluminar a inteligência de todo o homem que vem a êste mundo? Por que canal as ondas de vida divina que lhe brotam do peito como de fonte inexaurível chegariam a vivificar os corações? Quem haveria de conservar acêso o archote divino, incontaminado e puro o divino manancial? Cristo veio salvar todos os homens; os ecos de sua voz hão de ouvir-se em todos os pontos do globo e durar até ao fim dos tempos. Ainda uma vez: por que via se hão de comunicar à universalidade dos homens os tesouros de verdade e de vida de que Êle é fonte perene?

Tôdas as obras divinas encontram-se na unidade fundamental de um plano harmonioso.

Na ordem natural, Deus comunica a vida ao homem por meio do homem, de geração em geração. De geração em geração, por meio do magistério vivo e oral transmite-se o patrimônio da verdade.

Criou Deus o universo com a onipotência de um *fiat*; mas conserva-o com uma ação incessante e universal, que se traduz por um sistema admirável de leis. Na origem dos sêres, Deus é criador; no seu govêrno, é Providência.

Na ordem sobrenatural, Cristo quis escolher também o homem como instrumento continuador de sua missão divina.

O sangue da vítima divina reatou no Calvário os laços de adoção filial partidos no Éden. Estava restabelecida a nova ordem sobrenatural. Era mister conservá-la, era mister, nesta ordem superior do espírito, um govêrno divino cujas leis lhe perpetuassem a existência e assegurassem o desenvolvimento e perfeição. A realidade há de corresponder a estas exigências misteriosas de harmonia no plano divino.

Durante a sua vida mortal, Cristo reúne em redor de si um punhado de homens, desbasta-lhes a rudeza, aperfeiçoa-os, instrui-os em três anos de magistério, consagra-os sacerdotes, promete-lhes o seu Espírito e finalmente, prestes a deixar a terra, confere-lhes uma grande investidura: "Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Como o Pai me enviou, eu vos envio, ide e ensinai todos os povos". Estava fundada a Igreja: sociedade humana espiritual e visível dos filhos da Redenção.

Não basta. Órgão destinado a transmitir e perpetuar a obra do Homem-Deus, cumpria ainda investi-la de todos os caracteres

que exigem a sua origem divina e a missão que lhe foi divinamente confiada.

Entre êstes, antes de tudo, a infalibilidade doutrinal. Sujeita ao êrro, a Igreja poderia, no decorrer dos séculos adulterar o depósito da verdade a frustrar a ação iluminadora do Sol das almas. Em vez de atmosfera diáfana e cristalina que transmitisse aos espíritos os seus raios vivificadores, teríamos uma nuvem escura, espêssa, opaca que interceptaria a comunicação entre as inteligências e o foco da luz eterna. Uma Igreja falível, de que nos serviria? É pura, é genuína a fonte da verdade e da vida, mas se o canal que me conduz as suas ondas pode contaminá-las de êrro e de morte, a que pró instituí-lo? Se as suas águas, rolando no tempo, pudessem carrear de mescla com a linfa divina da verdade, o lôdo e a escória da ignorância e falibilidade humana, como poderia eu dessedentar seguramente minha sêde de luz e de vida? Entre Cristo e as gerações futuras se levantaria de permeio o obstáculo intransponível de uma instituição sujeita a tôdas as taras da fragilidade humana. Lá, de pé, imóvel, rebuçado nas sombras de um passado longínquo se ergueria a figura majestosa do Salvador, como pirâmide aureolada de esplendores celestes; cá, as gerações humanas que se sucedem ávidas de seus ensinamentos; de permeio, a separá-los, um deserto, árido, calcinado, impérvio, uma atmosfera baça e esbraseada a refranger os raios divinos em miragens enganadoras. Sem a Igreja infalível, Cristo passaria na história como um dêstes meteoros brilhantes que, por momentos, inundam de claridade os abismos do espaço, mas não iluminam a longa rota do viajante perdido nas trevas que, dissipadas um instante, de novo se adensariam no seu caminho.

Sem metáfora: um dogma fixo exige necessàriamente uma infalibilidade para salvaguardá-lo.[1] Sem a promessa de uma assistência divina nenhum homem pode dizer a outro homem: tu hás de pensar e crer como eu.

— Mas, acode o protestantismo, esta certeza absoluta de atingir a doutrina genuína do Salvador, não nos falece, fora da Igreja. Temo-la na palavra divina consignada nos Evangelhos. — E quem vos diz que os Evangelhos só ensinam a verdade sem mescla de êrro? Fora da autoridade infalível da Igreja como discriminar os Evangelhos autênticos da multidão de apócrifos, que pulularam des-

1. "Un dogme indiscutable suppose une Eglise infaillible". AUG. SABATIER, *Esquisse d'une philosophie de la religion* (8), Paris (sem data), p. 277.

de os primeiros tempos? E antes de existirem os livros não existia já a Igreja? Como receberam os primeiros fiéis a Boa Nova do Salvador? A Igreja não se fundou sôbre os Evangelhos; os Evangelhos foram escritos para a Igreja e à sua guarda confiados.

Mas dou-vos que, sem a Igreja, estejais certo de possuir nos livros canônicos a pura palavra de Deus. Bastará? Não; é necessário interpretá-la autênticamente, apurar-lhe o sentido genuíno. Se emprestais à frase inspirada uma significação diversa da que lhe deu o autor divino não credes na doutrina de Cristo, credes na vossa interpretação. E a interpretação dos homens é sempre falível.

Vêde-os em ação. Que doutrina, que sistema resistiu aos assaltos intemperantes da inconstância humana? A história da humanidade é a história das variações de tôdas as idéias filosóficas, de todos os credos religiosos formulados por uma inteligência finita. Os princípios mais óbvios do senso comum foram postos em dúvida, as verdades mais fundamentais foram negadas; nada resiste às tempestades levantadas pela ignorância e pelas paixões. Onde não há um centro de unidade, onde não há autoridade infalível, cada homem dá a sua opinião, cada sábio levanta a sua cátedra e funda a sua escola muitas vêzes sem outro fim senão o de *distinguir-se*, isto é, de isolar-se e desunir. E quando uma doutrina é prática, quando os seus preceitos atingem a vida em tôdas as suas manifestações, refreiam a cobiça, mortificam a sensualidade, humilham o orgulho, é geral a conjuração dos interêsses feridos. Nenhuma verdade se defende então por si só.[2] É mister montar-lhe ao lado uma sentinela vigilante e incorruptível que rechace os assaltos, que lhe defenda a existência, a integridade, a eficácia iluminadora. Uma tocha exposta às rajadas dos ventos apaga-se; colocai-a no alto de uma tôrre, abrigai-a num invólucro de cristal; é farol.

2. Sôbre esta impotência ingênita do livro para a regeneração espiritual da humanidade ouçam os protestantes estas considerações da sabedoria antiga. O testemunho não pode ser suspeito de parcialidade; é PLATÃO quem fala: "A palavra está para a escritura como um homem para o seu retrato. As produções da pintura apresentam-se aos nossos olhos como vivas, *mas se as interrogais guardam silêncio com dignidade*... O mesmo vale da escritura que não sabe *o que convém dizer a um e ocultar a outro*. Se a impugnam ou insultam sem razão não se pode defender, *porque o seu pai não está presente para defendê-la*. Assim quem julga poder estabelecer *só pela escritura* uma doutrina clara e duradoura é um louco rematado (à letra: transborda de necessidade, πολλῆς ἂν εὐηθείας γέμοι). Se realmente êle possuíra os germes da verdade não houvera de crer que, com um pouco de líquido preto e uma pena poderia fazê-los germinar no universo, defendê-los contra as inclemências das estações, comunicar-lhes a necessária eficácia". PLATÃO, *Phedro*. Opera, Biponte, 1787, t. X. p. 381-2; Ed. de Lipsia 1819, t. I, pp. 242-4.

Nenhum legislador humano entrega as suas leis ao arbítrio da interpretação individual. Apesar de mais simples, mais concretas, mais sensíveis, as leis humanas não dispensam uma magistratura que as explique e proteja. Quem conceberia um fundador de República que, depois de lhe escrever a constituição, dissesse aos seus concidadãos: aí tendes o vosso pacto fundamental, lêde-o, interpretai-o a vosso modo e governai-vos por vós mesmos segundo os ditames de vossa jurisprudência individual? Que seria da união, da paz, da concórdia num país onde o poder legislativo fôsse desacompanhado do judiciário, onde os códigos não fôssem interpretados e defendidos pelos tribunais? Só a lei evangélica, com o seu caráter transcendente e misterioso, não precisaria de um tribunal que fôsse centro de união, oráculo da verdade e santuário da justiça?

Impossível admiti-lo; e tal é a missão da Igreja. Divinamente assistida para repelir do tesouro da verdade qualquer mão sacrílega, ela mantém no seio da humanidade sempre aceso o farol da luz divina.[3]

Negada a infalibilidade da Igreja é fôrça multiplicar as infalibilidades em cada indivíduo que lê e interpreta o Evangelho. É o que parece fazer LUTERO: "A todos os cristãos e a cada um em particular incumbe conhecer e julgar a doutrina".[4]

À luz dos fatos, porém, como sustentar semelhante paradoxo?

Em presença de um mesmo texto LUTERO dá uma interpretação, CALVINO outra, MELANCHTHON outra, ZWINGLIO outra, CARLOSTADT outra, BUCERO outra, uma os anglicanos, outra os quáquers, outra cada uma das mil seitas protestantes.[5] Serão tôdas infalíveis? Qual a verdadeira? Para chegarmos a esta babel religiosa teria Cristo confiado a sua palavra ao mundo? Não há, pois, evitar a exigência de uma autoridade infalível instituída ao lado do depósito divino, para

3. Verdade tão evidente reconhecem hoje os mais sensatos dentre os próprios protestantes. "Uma Igreja cuja doutrina é susceptível de êrro na sua essência, pode transviar e perder as almas. Igreja assim, que autoridade poderá exercer num espírito enamorado da verdade e torturado pela dúvida?... Negar a infalibilidade é negar a própria Igreja". KROGH-TONNING, *Le protestantisme contemporaine*, Ruine constitucionnelle, Paris, Bloud, 1901, p. 24. O autor é o mais abalizado teólogo moderno do luteranismo norueguês.

4. Weimar, X, 2 Abt. p. 217. Cfr. t. XL, p. 236.

5. Já em 1577, CRISTÓFORO RASPERGER, numa dissertação publicada em Ingolstadt recolhera *duzentas* interpretações diversas, propostas pelos inovadores, das palavras: hoc est corpus meum. E trata-se de um dogma fundamental, da instituição de um sacramento, da promulgação da lei sacrifical da Nova Aliança, do testamento de Cristo!

Mais adiante consagraremos um capítulo especial à análise da regra de fé estabelecida pelos protestantes.

assegurar-lhe a integridade sobrenatural. De nada vale um livro infalível em mão de homens falíveis no interpretá-lo.[6]

Uma religião divina exige uma autoridade infalível? Cristo instituiu infalível a sua Igreja. Deus, que na ordem natural prodigalizou, com mãos largas, todos os dons necessários à conservação e desenvolvimento da nossa vida física — a terra que nos sustenta com os seus frutos, o ar que nos vivifica com o seu oxigênio, o sol que nos ilumina com os seus raios — não será menos generoso em liberalizar-nos, na ordem do espírito, o alimento necessário à nossa vida sobrenatural. O divino Artista parece-se consigo mesmo em tôdas as suas obras.

Ao Evangelho: "Ide, amestrai a todos os povos, batizando-os em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar *tudo* o que eu vos mandei; eu estarei convosco todos os dias até a consumação dos séculos", *Matth.*, XXVIII, 19-20.

Os apóstolos e os seus continuadores devem evangelizar *todos* os povos, devem ensinar-lhes *tudo* o que Cristo ensinou, *omnia*. E como esta fôra emprêsa superior a simples fôrças humanas, o Salvador promete-lhes o seu auxílio, a sua assistência divina: Cristo estará com a sua Igreja não só nos seus primórdios, não só enquanto viverem os doze escolhidos da Galiléia, mas sempre, todos os dias, até à consumação dos séculos. Poderá haver promessa mais formal, mais explícita, mais inequívoca? Poderá crer-se que um magistério divinamente assistido pela própria Verdade ensine o êrro?[7] "Como o Pai me enviou, assim eu vos envio".[8] A Igreja é, pois, a continuação de Cristo na história, é o prolongamento da missão e do magistério que lhe confiou o Padre. Poderá conceber-se que a autoridade continuadora dos ensinamentos dAquêle que não engana nem se engana desvie as gerações do caminho da verdade e da salvação?

"Eu rogarei ao Padre e Êle vos mandará o Espírito consolador que ficará convosco eternamente. É o Espírito de verdade, que vos ensinará tôda a verdade... O Espírito Santo consolador que vos há de enviar o Pai em meu nome vos ensinará tôdas as coisas, e vos há de sugerir tudo o que eu vos ensinei".[8a] Não haveria contradição blasfema em pensar que o Espírito de amor e de verdade prometido para ensinar à Igreja tôda a verdade fôsse infiel à sua missão?

E poderia Cristo não prometer esta infalibilidade de sua assistência? Não o deveria Êle à sua santidade, à sua justiça, quando impôs ao mundo, sob pena de eterna condenação, a fé nas verdades pregadas pelos seus enviados? "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a tôda a criatura. Quem crer e fôr batizado, será salvo; quem não crer será condenado", *Marc.* XVI, 15-16.

O assentimento da fé, que de nós exige o Salvador, é firme, absoluto, irrevogável. Pela fé devemos estar dispostos a verter até a última gôta do nosso sangue. Ora, fôra possível esta firmeza inconcussa de convicções se pudéramos um só instante suspeitar a possibilidade de êrro na Igreja? Fôra concebível esta certeza máxima sôbre verdades que muitas vêzes transcendem as fôrças naturais da razão, se máxima também não fôra a certeza de que a Igreja não se pode enganar e é indubitàvelmente divina a doutrina que ela propõe à adesão dos crentes? No dia em que no nosso espírito despontasse a menor sombra de dúvida sôbre a fidelidade da Igreja ao seu mandato, todo o nosso edifício espiritual desabaria

---

6. Dos perigos da interpretação individual da Escritura traçou-nos um quadro eloqüente o célebre pastor protestante VINET: "La parole de Dieu ne peut sans doute avoir qu'un sens en elle-même; mais elle en aura mille dans l'esprit du lecteur... On ne cherche pas en effet dans la Bible toute la vérité, mais la vérité qui agrée et qui flatte: chacun se jette sur sa proie; riche et splendide proie, car même les vérités partielles ont dans la Bible une beauté qui en ferait de belles erreurs et l'autorité du livre leur donne une consécration imposante. On abonde dans le sens de la vérité qu'on a choisie; on exclut ou l'on néglige celles qui la complètent en lui faisant contrepoids; on ne voit dans la Bible que ce qu'on veut; en sorte que, dans le fait, chacun a sa Bible, soutient en son nom et dire de son texte les erreurs les plus antibibliques; en sorte que les caractères, les inclinations, les hommes qui diffèrent entre eux le plus profondément, se réclament tous ensemble de la Bible et que le même étendart flotte sur deux armées rivales.

Celui-ci voit dans l'Evangile Dieu descendant jusqu'à l'homme, l'homme élevé jusqu'à Dieu par le mystère de la croix; d'autres y voient l'homme auteur de son propre salut par l'accomplissement d'une morale pure; pour d'autres encore, le christianisme n'est qu'une doctrine sociale ou la forme transitoire d'une révélation qui se continue, ou la philosophie du genre humain se symbolisant dans une vie ou dans une morte réelles ou fictives: que sais-je? Tous les oiseaux de l'air, depuis l'oiseau de la nuit jusqu'à l'aigle, ami du soleil, font leur nid dans les rameaux de cet arbre immense. On n'est d'accord que sur une chose: c'est de chercher dans la Bible, non les idées de la Bible, mais la seule autorité irrecusable pour les idées qu'on a, et qu'un nom d'homme ne protégerait pas assez. C'est ainsi qu'on se joue (et qui est-ce qui en est tout à fait innocent?) de l'unique sens de cette immuable parole". A. VINET, *L'Eglise et les confessions de foi*, p. 29. Ap. AUG. NICOLAS, *Etudes philosophiques sur le christianisme*, t. III 26. Paris 1885, p. 247.

7. Observa CARLOS PEREIRA: "Isto garante a imperecibilidade da Igreja, ou mesmo, se o quiserem, a sua infalibilidade, *sem garantir*, entretanto, *a infalibilidade doutrinária de qualquer indivíduo ou corporação eclesiástica*", p. 345. — Poderia o ilustre gramático exprimir-se com mais clareza e dizer-nos explicitamente em que consiste afinal o divino privilégio que não reside em nenhum indivíduo e em nenhuma corporação? A infalibilidade prometida por Cristo seria algo parecido com uma quimera a esvoaçar pelos espaços imaginários.

8. *Joan.*, XX, 21.

8a. *Joan.*, XIV, 16-17: XVI, 13; XIV, 26.

em ruínas. Cortando-nos os nervos da vontade, a incerteza jarretearia tôdas as energias da ação.

Não só. O ato de fé, base da vida divina e sobrenatural das nossas almas, deixaria de ser um ato eminentemente racional. Dizer: "Senhor, creio tudo o que revelastes e que nos propõe a vossa Igreja, por vós constituída depositária de vossos ensinamentos; por esta fé, estou disposto a dar a minha vida", sem a certeza absoluta de que a Igreja é infalível fôra a mais rematada insensatez. Não; Cristo não poderia impor-nos um ato contrário às exigências fundamentais, à dignidade inauferível de nossa natureza. Cristo não pode ser cúmplice da superstição e do êrro. Se aos apóstolos confiou a missão de pregar o seu Evangelho, se aos homens impôs o dever de lhes prestar fé incondicionada sob pena de perder a eterna felicidade, imunizou-os necessàriamente do êrro, revestiu-os de indubitável infalibilidade.

E a Igreja desde o seu berço teve consciência dêste divino privilégio. No frontispício de suas primeiras leis lemos esta afirmação divinamente ousada: "Pareceu ao Espírito Santo e a *nós*".[9] Para S. Paulo, a Igreja é a "coluna e o firmamento da verdade".[10] Vai além o Apóstolo: "Se um anjo vos pregar um Evangelho diverso do que vos ensinamos, seja anátema".[11]

Desapareceram os apóstolos; a consciência da Igreja na sua infalibilidade não vacilou. Como no oceano existem ilhas ubertosas, rendilhadas de portos que oferecem abrigo seguro aos náufragos, assim, diz TEÓFILO DE ANTIOQUIA, instituiu Deus, no proceloso mar do mundo, a Igreja, como ilha e pôrto seguro, onde se conserva a doutrina da verdade para os que nela se refugiam em busca de salvação.[12] "Onde está a Igreja, afirma IRINEU, aí está o Espírito de Deus e o Espírito de Deus é verdade".[13] No firmamento da natureza, compara ORÍGENES, acendeu o Senhor dois grandes luminares. Também nós temos dois grandes luzeiros: Cristo e a sua Igreja. Cristo, luz do mundo, com o seu brilho ilumina a Igreja e a Igreja aclara todos os que vagueiam na noite da ignorância.[14] "Por isso, diz textualmente alhures o grande doutor alexandrino,

9. *Act.*, XV, 28.
10. 1 *Tim.* III, 15.
11. *Gal.* II, 8.
12. *Ad Autolyc.*, I. 2, n. 14 (MG, VI, 1076).
13. *Adv. Haeres.*, III, 24 (MG, VII, 966).
14. *Hom.* 1 *in Genes.*, n. 5, 7 (MG, XII, 150 sgs.).

não devemos prestar ouvidos a quantos nos dizem: eis o Cristo e não no-lo mostram na Igreja".[15] Para CIPRIANO a Igreja é a "Espôsa de Cristo, que não se pode macular com o adultério: incorrupta e pudica".[16]

Mas por quê multiplicar testemunhos? Onde e quando hesitou uma só vez a Igreja na sua divina infalibilidade? Quando deixou ela, pelo órgão dos seus Papas e concílios, de fulminar anátemas contra quem quer atentasse violar a integridade do patrimônio confiado à sua incorruptível vigilância?

E já não é uma prova de sua excepcional prerrogativa essa afirmação de infalibilidade imperturbàvelmente tranqüila e ininterruptamente continuada através de 20 séculos?

Notável singularidade! Nenhuma religião, por mais presumida de suas origens divinas, nenhuma seita, por mais arrogante na audácia de suas afirmações, levou a ousadia ao extremo de dizer-se infalível. LUTERO e CALVINO revoltam-se, impõem à viva fôrça as suas doutrinas, perseguem os seus contraditores, mas não pensam em apregoar o dogma da própria infalibilidade. ARISTÓTELES, PLATÃO e CÍCERO não conheceram essa palavra divina. A infalibilidade é uma carga mui pesada para ombros humanos. Tão alto proclama a consciência as deficiências do nosso espírito, que o mais desmesurado orgulho ainda não ousou pô-las em dúvida. As incoerências dos gênios mais privilegiados, o contínuo renovar-se dos sistemas filosóficos, as variações dos credos de tôdas as seitas aí estão, inexoráveis, a atestar a falibilidade ingênita do espírito humano. O fátuo, que, esquecido desta mobilidade das nossas construções intelectuais se levantasse um dia entre os seus semelhantes, proclamando-se infalível, seria acolhido com riso universal. Há 20 séculos que a Igreja afirma a sua infalibilidade e o gênero humano não ri.

E 20 séculos de imutabilidade doutrinal ratificam a verdade sôbre-humana de sua afirmação.[17] A filosofia, a ciência, o direito

15. *In Matth. Comment, series*, n. 47 (MG, XIII, 1669). Êste texto parece cortado de encomenda para os protestantes.

16. *De Unit. Eccles.*, c. 6 (Hartel, 214).

17. Êste fato da imutabilidade doutrinal da Igreja, cuja evidência cresce com a profundidade e vastidão das modernas investigações históricas, impõe-se aos seus mais irredutíveis adversários que se não deixam de todo cegar pelo preconceito sectário. Lembremos o já citado historiador inglês GIBBON que escrevia há mais de um século: "Foi-me impossível resistir *ao pêso da evidência histórica* que mostra como em todo o período dos quatro primeiros séculos da Igreja já eram admitidos, em teoria e em prática, os pontos principais das doutrinas do Papado". E. GIBBON, *Memoirs of my life and writings* na *Miscellaneous Works of E. Gibbon*, London, 1837, pp. 28-9.

têm uma história e é uma história de variações, correções e contradições. Só a Igreja não variou nunca, nunca se corrigiu, nunca se contradisse. Não há uma só linha do seu Símbolo riscada, não há um só artigo de fé desconfessado, não há um só dogma, que tenha empalidecido com o tempo. O que ela ensinou nas catacumbas repete-o em nossos púlpitos. Em face da incredulidade moderna armada de ciência e de crítica, ela afirma desassombradamente o que pregava outrora à fé viva das primeiras gerações. Nos templos das grandes metrópoles da nossa civilização, ecoa o mesmo credo que o selvagem, na pobreza de sua arribana, aprende dos lábios humildes do missionário. S. Ambrósio poderia repetir sob o majestoso Domo da moderna Milão as magníficas homílias pregadas aos seus diocesanos do séc. IV. Sôbre a presença real de Cristo na Eucaristia, ou as grandezas da maternidade divina de Maria, S. Crisóstomo e S. Cirilo excitariam, sob a imensidade da cúpula de Miguel Ângelo e na presença do Papa, dos Cardeais e dos fiéis de hoje, o mesmo frêmito de entusiasmo que outrora entre os cristãos de Antioquia ou de Éfeso.

E a Igreja não é uma pessoa, não é um indivíduo isolado no qual uma obstinação orgulhosa poderia explicar a imobilidade doutrinal. A Igreja são 20 séculos de gerações humanas, são legiões de povos diferentes de raça, de costumes e de cultura, sujeitos no tempo e no espaço a tôdas as causas de mudança. Fato singular! Imutabilidade divina! Explicai-a sem a infalibilidade.

Evolução do dogma? — O século XIX encantado da palavra evolução tentou aplicá-la também ao dogma. Daí equívocos funestos que importa dissipar.

Evolvem os dogmas? Sim e não. Objetivamente, não; subjetivamente, sim. Explico-me.

Quando emudeceram, gelados pela morte, os lábios do último apóstolo, fechou-se o ciclo das revelações públicas. O período de *inspiração* estava concluído, inaugurava-se o período de *assistência*. No primeiro, acendeu-se o foco de luz, no segundo, conserva-se. Uma vez constituído o depósito divino, Deus confia-o à sua Igreja. Ela o guardará intacto e inviolável até ao fim dos tempos. Nenhuma verdade há de perecer, nenhuma será acrescentada. Objetivamente, pois, não pode haver evolução, não pode haver progresso no dogma.

Subjetivamente, porém, nós podemos conhecê-lo com maior profundidade, explicá-lo com mais clareza, desenvolvê-lo em novas conclusões. A palavra divina é de inexaurível fecundidade. Quem ousará supor que uma só geração lhe tenha esgotado todos os tesouros? Os gênios depositam muitas vêzes nas suas obras germes de verdades que só um futuro distante verá desabrochar e florir. Será menos rica, menos potente a palavra de Deus? Não há também de florescer e frutificar a semente divina confiada à Igreja? Vêde com que amor, com que carinho respeitoso ela a cultiva! Vêde como, sob a assistência do Espírito que nela reside, as causas mais encontradas concorrem admiràvelmente para a expansão lógica das verdades reveladas!

São os gênios que, no desfilar dos séculos, sondam, com os olhos de águia, as profundezas dos ensinamentos divinos. Quantas harmonias não sentidas, quantos tesouros dantes ignorados, quantas belezas não advertidas não logrou descobrir a meditação profunda e afetuosa dos doutores, dos santos, dos teólogos!

São as mudadas condições da vida dos povos. Com o avançar do progresso, novas aspirações se manifestam, acentuam-se novas exigências. Em função das necessidades dos tempos, a Igreja repensa as verdades que lhe foram confiadas e tira das suas riquezas novas soluções, novas luzes para iluminar o gênero humano em tôdas as fases de sua existência histórica e social.

São os erros, são as heresias. Descansavam os fiéis tranqüilos na posse indisputada de sua fé. Surge um espírito temerário que, com a ousadia de suas negações, lança a perturbação nas almas. A Igreja consulta as fontes divinas da revelação, estuda-as, aprofunda-as e contra o êrro que surge formula, define em têrmos precisos a doutrina impugnada.[18] A definição criou o dogma? Não; defendeu-o contra a dúvida, protegeu-o na consciência dos fiéis contra os perigos de uma interpretação falsa e equívoca. A definição é o sim eterno da verdade oposto ao não do êrro que nasce.

No entretanto, os estudos suscitados pela controvérsia banham de desconhecidas claridades a verdade divina que por um instante a negação pretendera ofuscar. Um exemplo. Os primeiros cristãos criam explìcitamente que Jesus era Filho de Deus e Filho de Maria. Nesta verdade, porém, quantas outras não se incluem que êles admitiam expressamente mas nem sempre formularam com dis-

18. "Ideo divina Providentia multos diversi erroris haereticos esse permittit, ut cum insultant nobis et interrogant nos ea quae nescimus vel sic excutiamus pigritiam nostram et divinas Scripturas nosse cupiamus." S. Agostinho, *De Genesi c. Manichaeos*, I. 1. c. 1, n. 2 (ML, XXXIV), 173.

tinção! Vieram, porém, os gnósticos, vieram os arianos, os nestorianos, os eutiquianos, os monotelitas. Sob a urgência de dar uma resposta a suas multiplicadas negações, a fórmula fecunda foi meditada, analisada e dela jorrou imensa luz: explìcitamente e distintamente a Igreja enuncia e define os dogmas da consubstancialidade do Filho, da verdadeira natureza humana de Cristo, da distinção das duas naturezas subsistentes na Pessoa do Verbo, da existência de duas vontades no Homem-Deus, etc., etc. Era uma semente fecunda, hoje é uma árvore que se ostenta em tôda a pujança de seu desenvolvimento. Houve progresso, não houve mudança.

Estudo direto do dogma, progresso das ciências e da vida social, impugnação do êrro e da heresia, tais são os principais fatores humanos de que se serve a divina Providência para promover na Igreja o conhecimento mais amplo, mais profundo, mais harmonioso da verdade revelada.

Colocai diante do firmamento estrelado um observador com a vista desarmada: é um espetáculo grandioso que o extasia. Dai-lhe agora um telescópio comum: como os astros se multiplicam, como se distinguem na viveza de seu fulgor! Imaginai-o agora armado de um dêstes poderosíssimos instrumentos, maravilhas da ótica e da mecânica moderna. Que vista deslumbrante! Quantos mundos, cuja existência nem sequer se suspeitava! Como das profundezas do espaço surgem miríades de astros desconhecidos! Dizei-me: mudou-se porventura o firmamento, mudaram-se as estrêlas? Não; cresceu a potência visual do observador. Assim no firmamento das verdades da Igreja. Em si, são sempre iguais e imutáveis os dogmas revelados; em nós, porém, com o volver dos anos, manifestam-se mais claros e mais distintos.

Nada, portanto, tão simples como responder à pergunta inicial: evolvem os dogmas? Evolvem, isto é, aprofundam-se, precisam-se, definem-se, sim. Evolvem, isto é, nascem, morrem, transmudam-se, crescem por justaposição de novos dogmas, não. O primeiro evolver é vida, é progresso na verdade; o segundo, é variação, incoerência, contradição.

Aos olhos do observador sincero e maravilhado oferece a Igreja o espetáculo singular do desenvolvimento da vida aliado à imutabilidade divina da verdade. E esta admirável imutabilidade do dogma católico outra coisa não é senão o comentário histórico da promessa de Cristo: Eu estarei convosco, todos os dias, até à consumação dos séculos.

§ 2. — *Corolário fatal.*

SUMÁRIO — Onde estava a Igreja antes de Lutero? Evasivas do Sr. CARLOS PEREIRA. — "Pias testemunhas da verdade".

Da infalibilidade da Igreja que deixamos largamente demonstrada deriva um corolário fatal a tôdas as heresias. Qualquer grupo de almas batizadas que se separa da comunhão dos fiéis e rompe com os ensinamentos e tradições antigas já está condenado pela sua própria novidade. A Igreja de Cristo é una como a verdade. O Espírito Santo nela habita com a sua assistência continuada todos os dias, até a consumação dos tempos. Impossível assinalar uma época na história em que a Espôsa do Verbo se tenha desviado da senda real da ortodoxia. As promessas divinas falhariam, Cristo deixaria de ser Deus e a religião por êle instituída afundaria para sempre no pego imenso das superstições humanas.

Após 15 séculos de cristianismo levanta-se um monge no coração da Alemanha e lança ao mundo o pregão de uma reforma. Simples regeneração de costumes? Não; reforma doutrinal. O que então se chamava doutrina cristã admitida pela Igreja universal era uma adulteração profunda do Evangelho, um acervo de superstições e idolatrias, patrocinadas pelo anticristo de Roma. A Igreja se havia apartado da verdadeira fé: era mister reconduzi-la às fontes genuínas do Evangelho. Cristo errara a mão. Fundara uma sociedade fadada a destinos imortais. Plantara-a no mundo como cidade visível para acolher os eleitos. Mas apenas saída das suas mãos divinas, apenas o mundo pagão, com a paz de Constantino, viera buscar à sombra da cruz a verdade e a vida, a Igreja desfalece, corrompe-se, paganiza-se.[19] Onze séculos de ignorância, de trevas e de superstições ensombraram a obra do Salvador. Foi mister que um frade apóstata, sensual e orgulhoso apontasse no horizonte religioso da humanidade para reconduzi-la aos mananciais cristalinos do Evangelho, e, mais feliz, mais próvido, mais sábio, mais poderoso que o Cristo, fundasse uma nova Igreja de vitalidade menos efêmera, Igreja imorredoura e incorruptível, destinada a acolher sob as

19. A tão alta antiguidade remontam, segundo o Sr. C. PEREIRA, os transvios do cristianismo. "Data do quarto século a larga sementeira da cizânia que irá medrando exuberante pelos séculos em fora. Na *disciplina, na doutrina* e *no culto* operou-se a tríplice paganização do cristianismo em um lento e largo afastamento da simplicidade e pureza da Igreja primitiva", p. 6.

suas tendas as gerações do porvir. Eis a significação real do protestantismo.[20] Eis outrossim a sua condenação, a seta fatal que se lhe embebeu no peito e há de arrastá-lo à morte inevitável: haeret lateri lethalis arundo.

Se Cristo é Deus, se Cristo fundou uma Igreja, essa é indefectível e imortal como as obras divinas. Mas se a Igreja caíu no êrro, as portas do inferno prevaleceram contra ela e Cristo não manteve a sua promessa. Cristo enganou-nos, Cristo não é Deus, e o cristianismo é uma grande impostura. É tão forte a conseqüência que muitos protestantes por êste motivo *abjuraram o cristianismo*. "Se na religião partimos de um *princípio sobrenatural* (como uma revelação, a Bíblia, por exemplo ou o Corão), cumpre *necessàriamente* admitir que a Divindade, comunicando uma revelação ao homem, deve prover outrossim o modo de impedir que o sentido desta revelação não seja abandonado às arbitrariedades do juízo *subjetivo*. Esta inconseqüência de Jesus Cristo não me permite considerá-lo senão como um sábio benfeitor".[21] Ochin, outro protestante, que no dizer de Calvino, era mais sábio êle só que a Itália inteira, chegava pelo mesmo caminho à mesma conclusão. "Considerando, de um lado, como poderia a Igreja haver sido fundada por J. C. e regada com o seu sangue, e, do outro, como poderia ela ser fundamentalmente adulterada pelo catolicismo, como estamos vendo, conclui que aquêle que a estabeleceu não podia ser o Filho de Deus; faltou-lhe evidentemente a Providência".[22] E Ochin, renunciando ao protestantismo, fêz-se judeu.

Nada, com efeito, como já vimos, mais diametralmente oposto aos ensinamentos e promessas do Evangelho do que a idéia de uma

20. O pensamento é de De Maistre: "Au moment marqué et de tout temps annoncé, il [Dieu] ne dédaigna pas le sein d'une vierge; il se revêtit de notre malheureuse nature et parut sur la terre. Nous le vîmes, nous le touchâmes, il nous parla, il vécut, il enseigna, il souffrit, il mourut pour nous. Sorti de son tombeau, suivant sa promesse, il reparut encore parmi nous pour assurer solennellement à son Eglise une assistance aussi durable que le monde. Mais, hélas! cet effort de l'amour tout-puissant n'eut pas à beaucoup près tout le succès qu'il annonçait. Par défaut de science ou de force, ou par distraction peut-être, Dieu manqua son coup et ne put tenir sa parole. Moins avisé qu'un chimiste qui entreprendrait d'enfermer l'éther dans la toile ou le papier, il ne confia qu'à des hommes cette vérité qu'il avait apportée sur la terre, elle s'échappa donc comme on aurait bien pu le prévoir, par tous les pores humains: bientôt cette religion sainte, révélée à l'homme par l'Homme-Dieu ne fut plus qu'une infâme idolâtrie qui durait encore, se le christianisme, après seize siècles, n'eut été brusquement ramené à sa pureté originelle par deux misérables. Voilá le protestantisme". De Maistre, *Du Pape*, I. 4, Conclusion, Ed. 1819, Lyon. pp. 656-7.

21. Staudlin, *Magazin de l'histoire de la religion, 3e. partie*, p. 83.

22. Citado na obra *Dialogues sur le protestantisme*, p. 55.

Igreja que pode desgarrar da sua primeira instituição, pregar o êrro e a corrupção. O Espírito de Verdade habitará nela para todo o sempre: prometeu-o formalmente Cristo. Formalmente mandou-nos o Senhor que obedecêssemos à Igreja em todos os tempos e em todos os lugares. Não nos disse: Escutai a Igreja durante 300 ou 1.000 anos, mas ouvi-a sempre, sem nenhum limite de tempo, sem nenhuma reserva, sem nenhuma restrição: "quem não ouve a Igreja, seja considerado como pagão ou pecador", Matth. XVIII, 17. Ora, evidentemente, antes de Lutero existia uma Igreja, a Igreja católica, que por uma sucessão ininterrupta de pastôres ascendia aos apóstolos, e, por meio dos apóstolos, ao próprio Cristo. Esta era a Igreja instituída pelo Salvador, esta a Igreja de que falam as promessas evangélicas. Fora dela, a história não conhece outra. Quando nasceram as igrejas luteranas, calvinistas e anglicanas, já a Igreja católica tinha uma existência quinze vêzes secular. Desde Jesus Cristo só há *uma* Igreja, a grande Igreja, como a chamavam os pagãos, a Igreja, simplesmente, sem epítetos derivados de nomes humanos, como a chamamos nós. Diante dêste fato, afirmai agora, como diz C. Pereira, que essa Igreja entrou a corromper-se no 4.º século e de todo adulterou a doutrina evangélica nas "trevas caliginosas da Idade Média" e tereis anulado as promessas de sua Providência, atributo distintivo da Divindade. Staudlin e Ochin são lógicos. Entre o catolicismo e o naturalismo deísta não há racionalmente meio têrmo. Se a Igreja católica foi em algum tempo a verdadeira Igreja, nunca cessou, nunca cessará de o ser, até o fim dos tempos.[23] Senão, Jesus Cristo enganou-nos. Seitas cristãs acatólicas são superfetação parasitária destinada a uma existência efêmera.

Por uma feliz incoerência, porém, muitos protestantes não resvalaram até ao fundo do abismo. Parando à meia encosta, esforçam-se por conservar alguns restos de cristianismo. Mas nem êstes deixaram de sentir o fio cortante do argumento: onde estava a Igreja antes de Lutero? Com um aforçuramento digno de melhor causa entraram a revolver os anais do passado em busca de ascendentes em que entroncar a sua árvore genealógica. Sigamo-los por um momento neste baldado empenho.

Onde estava a Igreja antes de Lutero? "Capciosa pergunta, acode o Sr. C. Pereira, estava onde outrora estava o povo de Deus,

23. Bem dizia aquêle filósofo: Se o Messias já veio, devemos ser católicos; se não veio, judeus; em nenhuma hipótese, protestantes.

estava cativa em Babilônia. Gemia nos ergástulos da Cúria", p. 131. A reforma não a revocou "dos sepulcros da história, mas dos cárceres de Roma", p. 131.

Quem por tal esperara? O gramático paulista, inimigo jurado das metáforas, numa questão de importância transcendental, esquece a velha ogeriza e envolve nas obscuridades de um tropo enigmático a insuficiência de uma evasiva mesquinha. Pergunta-se-lhe pela existência da Igreja, de uma sociedade visível, organizada, depositária de um corpo definido de doutrinas, e êle nos responde lacônicamente: a Igreja estava em Babilônia, cativa nos ergástulos da Cúria! Como! Cristo funda um reino que, pela evidência dos seus caracteres sobrenaturais, devia atrair tôdas as almas ávidas de luz e de amor e a instituição divina eclipsa-se por séculos nos calabouços de Roma, onde, só a conseguiram lobrigar os olhos penetrantes de Lutero, fadado a restituir-lhe a liberdade! *Històricamente* poderia dizer-nos o Sr. Pereira onde se achavam os calabouços de Roma e quais os heróis que durante onze séculos no fundo dêstes subterrâneos transmitiram de geração em geração o facho da fé?

Voltemos a página em busca de maior clareza. Nova metáfora e esta dramatizada em prolongada alegoria. Inspiraram-na sem dúvida ao autor as reminiscências do ofício: é um exercício de composição escolar. "Não criaram religião nova os Reformadores; tão pouco fundaram de novo a Igreja de Cristo. O herdeiro de um trono é lançado nas masmorras de infecta prisão por uma conjuração de falsos pretendentes. Um dia, porém, de lá o tiram seus amigos. Que diferente o aspecto do infeliz príncipe! Esquálido, desgrenhado, maltrapilho, não tinha realmente parecença do que fôra e do que era. Mas ei-lo transformado e restituído ao seu estado no garbo e majestade de um rei sôbre o seu trono! Tal a Igreja. Onde estava ela antes da Reforma? Onde estava o rei antes da restauração? Ao rei não lhe privou dos direitos a violência de seus inimigos; à Igreja não lhe arrancou a vida e tão pouco a dignidade a crudelíssima opressão de hierarquia papal", p. 132.

Como composição retórica de literato noviço não está de todo má. Como resposta à "pergunta capciosa" é de uma pobreza miserável. Entre o príncipe carcerado e o príncipe livre há simples diferenças superficiais; face esquálida e face rubicunda, cabelos desgrenhados e melenas penteadas, vestes esfarrapadas e mantos de púrpura. Sob estas acidentalidades, porém, vive o mesmo homem com suas idéias, afetos e sentimentos; quem o conheceu nos grilhões, reconhece-lo-á no trono. Mas entre a Igreja antes de Lutero e a Reforma luterana, que abismo de diferença! Onde o catolicismo dizia sim, o protestantismo disse não; onde o catolicismo negava, afirmou o protestantismo.[24] Dogma, moral, culto, disciplina, tudo abre, entre católicos e protestantes, um fôsso de insondável profundidade. Não há analisador de idéias capaz de ver no cristianismo anterior à reforma um protestantismo macilento, despenteado e farroupilha. Mais; o príncipe alegórico do Sr. C. Pereira era um mortal como qualquer outro, sujeito às duras vicissitudes da fortuna humana. Um dia prevaleceram os seus adversários e aferrolharam-no nos latíbulos de uma enxovia. A Igreja traz na fronte a promessa divina de sua indefectibilidade; não haverá Igreja irreconhecível por "esquálida, despenteada e maltrapilha", não haverá "pretendentes" que a sobrepujem porque está escrito que as fôrças do mal não prevalecerão contra ela.

E aí está, em estilo metafórico e sibilino, quanto nos diz, neste passo, o Sr. Pereira em resposta "à pergunta capciosa". Em outro lugar, sob a epígrafe "precursores e prenúncios da reforma", p. 17, tenta o apologista protestante tecer, em linguagem menos alegórica, o catálogo das "pias testemunhas da verdade", em cujos corações devotos buscou asilo o cristianismo oprimido pela autocracia de Roma. E ei-lo, todo açodamento, todo afã, a revolver os anais da heresia para colher, de longe em longe, os farrapos de erros de sectários esquecidos a fim de com êles serzir uma vestidura antiga destinada a cobrir a nudez do protestantismo recém-nascido.

No século IV Vigilâncio, obscuro presbítero espanhol opõe-se ao culto dos santos e das relíquias? Eis um autêntico depositário da verdade. Que importa que S. Jerônimo e, com êle, a Igreja universal o condenasse como inovador e herege? Vigilâncio prevalece.

No século IX, Cláudio, bispo de Turim, no seu furor iconoclasta, quebra imagens? Eis um legítimo predecessor da Reforma.

E nos *dez primeiros séculos* do cristianismo, por mais que diligenciasse em escavações históricas, não logrou o protestantismo encontrar outros ascendentes. O fogo sagrado da fé, apagado em tôda a Igreja, conservou-se aceso no peito fiel de Vigilâncio e de Cláudio!

---

24. O próprio Sr. Pereira dá-nos a p. 404 uma lista de nada menos de 23 "erros principais inoculados no Cristianismo latino e refugados pelo Protestantismo, por sua incongruência original com o credo e práticas cristãs". O primeiro dêstes erros é "a falsa concepção da Igreja". Como se vê, o catolicismo começa errando pela base; não sabe o que é a Igreja. Que muito ignore também "as condições exclusivas de Salvação", o número dos sacramentos, a regra de interpretar a Bíblia, a necessidade do sacrifício, etc., etc.?

Nos séculos seguintes ARNALDO da Bréscia, PEDRO de Bruys, WICLEF, JERÔNIMO de Praga, JOÃO HUSS, SAVONAROLA, os Valdenses, e os Albigenses ressuscitam das cinzas do olvido, e as suas sombras proscritas recebem o diploma honorífico de avoengos da Reforma. Evocando assim a memória dêsses cúmplices do mesmo crime, conseguem apenas os protestantes recuar de duas ou três centenas de anos o berço impuro da sua heresia. Não nos assuste, porém, a árvore genealógica. Aproximemo-nos curiosos destas "pias testemunhas da verdade... sentinelas perdidas na noite sombria da idade média", p. 17.

CLÁUDIO, bispo de Turim, era ariano, isto é, negava a divindade do Verbo; era, ademais, discípulo de NESTÓRIO, isto é, negava a unidade de pessoa no Cristo. — Pia testemunha da verdade!

ARNALDO DE BRÉSCIA foi um frade irrequieto, turbulento, revolucionário *à la* LUTERO. Amotinou Roma contra o Papa, obrigando-o a fugir; invadiu e pilhou as casas dos cardeais. Constrangido pelo povo romano a deixar a cidade foi, por fim, prêso e justiçado por Frederico Barbaroxa. Pia testemunha da verdade!

PEDRO DE BRUYS ensinou que era inválido o batismo das crianças, que os edifícios eclesiásticos eram inúteis. Conseqüente com estas doutrinas entrou a abater cruzes e derrocar igrejas. Numa sexta-feira santa, pôs-se a assar carnes sôbre um monte de crucifixos em brasa; o povo indignado insurgiu-se e levou-o à fogueira. — Pia testemunha da verdade!

WICLEF doutrinou que a propriedade do clero é contrária à Escritura; que as autoridades civis e eclesiásticas cessam de ser legítimas, quando cometem pecado grave; que os senhores temporais podiam, a seu bel prazer, apropriar-se dos bens dos prelados que não vivessem isentos de culpa; que os súditos podiam, a seu talante, punir os superiores; que S. AGOSTINHO, S. BENTO e S. BERNARDO, se se não haviam arrependido de haver fundado ordens religiosas, estavam condenados; que tudo é Deus e a liberdade uma quimera. JOÃO HUSS e JERÔNIMO de Praga propagaram as extravagâncias de WICLEF na Boêmia. — Pias testemunhas da verdade!

Os *albigenses* tiveram origem numa infame colônia de maniqueus que do Oriente passaram à Itália e da Itália à França. Admitiam dois princípios, um do bem, outro do mal, ensinavam a metempsicose, negavam a divindade e humanidade de Cristo, a imortalidade pessoal, a criação do mundo por Deus. Em moral, pregavam a mais horrível dissolução, ensinavam a propagação da espécie fora do matrimônio à maneira dos brutos, aprovavam o suicídio, preconizavam a dissimulação e a mentira, davam-se à prática dos mais abomináveis excessos de impudicícia. Fanatizados por estas doutrinas, os novos hereges atacaram violentamente, com as instituições eclesiásticas, tôda a ordem social vigente. Saquearam mosteiros, abateram igrejas, espoliaram sacerdotes, expulsaram bispos de suas sedes, profanaram altares, violaram os vasos sagrados, conculcaram o corpo de Cristo, corromperam a justiça, talaram os campos semeando por tôda a parte o horror, a desolação e a morte. "Eram os socialistas e comunistas do tempo. Assaltaram o matrimônio, a família e a propriedade; se houvessem triunfado, a ruína universal, o retôrno à barbaria e à depravação pagã teriam sido as conseqüências de sua vitória".[25] — Pias testemunhas da verdade!

Bem se podem ufanar os protestantes de tão ilustre prosápia. Coroem muito embora estas frontes desonradas com a auréola de mártires. A sonoridade vazia de um glorioso título usurpado não vingará abafar a voz poderosa da história que os estigmatiza com o ferrête da ignomínia.

Mas passemos, por um instante, a esponja na biografia destas "pias testemunhas da verdade". Não insistamos sôbre os caminhos desta singular Providência que teria escolhido êstes refugos da santidade e da honra para vasos de eleição em que se conservasse, puro e incorrupto, o bálsamo divino do cristianismo.

Cerremos mais de perto a verdade. Foram realmente êstes antigos inovadores, pais genuinos de todos os dogmas da reforma do século XVI? É perfeita a consonância dogmática entre os seus sentimentos e as negações de LUTERO? Não. Há erros comuns, não há identidade perfeita de doutrina. Há artigos pelos quais batem fé os heresiarcas de antiga e nova fama, não há um símbolo que os reúna a todos na comunhão de uma mesma crença.

VIGILÂNCIO e CLÁUDIO combateram o culto das imagens. Mas quando assaltaram o primado de Pedro? quando preconizaram a Bíblia como regra exclusiva de fé? quando ensinaram a doutrina da justificação e mil outros erros de LUTERO?

ARNALDO de Bréscia levantou-se contra o Sumo Pontífice (daí as simpatias). Mas onde, no frade amotinador, os outros ensinamentos da Reforma?

---

25. DÖLLINGER, *Kirche und Kirchen*, München, 1861, p. 51.

WICLEF insurgiu-se contra o Papa e chamou Roma à sinagoga de Satã. Basta aos protestantes êste poderoso vínculo de afinidade para perdoarem ao heresiarca inglês a invocação dos santos, o culto das imagens, a fé no Purgatório.[26]

JOÃO HUSS admite a transubstanciação, celebra missa até à morte, invoca os santos, venera-lhes as imagens, crê nos sete sacramentos e no purgatório. Mas, como WICLEF, levantou bandeira contra o Papa e declamou contra Roma, igreja do anticristo. É êsse o único artigo fundamental do protestantismo, é a indulgência plenária que perdoa todos os pecados e cobre todos os erros.

Os Albigenses, se apresentam algumas afinidades com os luteranos, rejeitam-lhe a doutrina fundamental da justificação pela fé.

SAVONAROLA, fogoso e violento Dominicano, flagelou com desusada eloqüência os vícios de Florença. Não impugnou nenhum dogma católico, mas a sua obstinada desobediência ao Papa é um título suficiente ao diploma de "pia testemunha da verdade".

Que prova, pois, êsse esfôrço ingente dos reformadores em exumar ascendentes? Uma só verdade: e é que o protestantismo é o grande receptáculo que, na sua vasta capacidade de êrro, acolheu quase tôdas as heresias do passado. Uma só conseqüência desprende-se destas baldadas diligências históricas, e é que as doutrinas abraçadas pela Reforma estão em diametral oposição com a fé do cristianismo antigo que as repeliu sempre do seu seio como falsas e heterodoxas.

Que o protestantismo, porém, não é "uma inovação, mas uma renovação" é o que o Sr. C. PEREIRA não logrou nem sequer tornar provável. Não há nenhuma seita que perfilhe tôdas as negações e tôdas as afirmações fundamentais do protestantismo. O estigma da novidade ninguém lho apagará da fronte. Quando o presbiteriano brasileiro escreve que a Reforma é apenas "a designação nova de uma nova fase da Igreja" e que "não houve solução de continuidade na vida secular da Espôsa de Cristo", p. 131, falsifica escandalosamente a história e abusa indignamente da boa fé e da credulidade dos seus leitores, se êle próprio não é a primeira vítima inconsciente da sua ilusão. Não houve solução de continuidade na vida da Igreja? que nos mostre então o temerário apologista uma comunidade, uma associação de fiéis, que, "sem solução de continuidade" dos tempos apostólicos ao século XVI, professasse o credo proteiforme do protestantismo. Vou mais além. Que nos demonstre a continuidade histórica de *um só* dos artigos fundamentais dêsse símbolo heterodoxo: a guerra ao Papado, por exemplo, o livre exame, a justificação pela fé,[27] a negação do sacrifício da Missa ou da presença real de Cristo na Eucaristia. Vou mais adiante ainda. Desafio o Senhor CARLOS PEREIRA diante do público brasileiro a assinalar *um só homem, um só* que, antes de LUTERO, houvesse ensinado *tôdas* as suas doutrinas. Enquanto não nos vier esta demonstração categórica que deve ser a fiadora das suas asserções gratuitas, continuaremos a perguntar-lhe como TERTULIANO aos hereges do seu tempo: qui estis? quando et unde venistis? Quem sois? Donde viestes? Por que nascestes tão tarde? Em que recônditos latíbulos vos escondestes que ninguém vos conheceu antes do século XVI? Onde estava a Igreja de Cristo antes de LUTERO?

Pergunta capciosa? Não; pergunta molesta, pergunta irrespondível, pergunta que vale por si uma apologia inteira, pergunta inexoràvelmente fatal ao protestantismo.

§ 3. — *Infalibilidade do Papa*

SUMÁRIO — Um dogma desfigurado. — Noção da infalibilidade. — Objeções fúteis. — A infalibilidade na consciência da Igreja. — Definição do Concílio Vaticano. — Acusações protestantes: o concílio não foi ecumênico; — não foi livre. — Conclusão: a infalibilidade no Evangelho.

A Igreja, já o demonstramos, é infalível. Ao lado do patrimônio da verdade revelada que se deve transmitir inviolável às gerações humanas, Deus constituiu-a sentinela vigilante e incorruptível. Os impérios sucedem-se nas inevitáveis vicissitudes da história, as teo-

26. Sôbre WICLEF, guindado pelo gramático brasileiro às alturas de precursor da Reforma, ouça-se o juízo de um dos fundadores do protestantismo: "Pode julgar-se WICLEF pelos erros que enxameiam na sua doutrina. Da justiça da fé não entendeu til; confunde o Evangelho com a política; sustenta que aos sacerdotes não é lícito possuir; fala do poder civil de modo sedicioso e falaz; com a mesma sofistaria cavila sôbre a opinião universalmente recebida acêrca da ceia do Senhor". MELANCHTHON, cit. por BOSSUET, *Hist. des variations*, I. IX, n. 161.

A WICLEF negam também o diploma de precursor da Reforma os modernos protestantes: LOOFS, *Leitfaden zum Studium der Dogmengeschichte.* Halle 1906, pág. 645; A. HARNACK, *Lehrbuch der Dogmengeschichte,* III(4), Tübingen, 1910, p. 482.

27. Do seu dogma da justificação, que êle considera como a "summa christianismi". Weimar, XXV, 328, escreve o próprio LUTERO: "Nenhuma religião há, em tôda a terra que ensine esta doutrina da justificação; eu mesmo, ainda que a ensine pùblicamente, com grande dificuldade a creio em particular". Weimar, XXV, 330. Em argumento análogo CALVINO: "Pouco se me dá do que acêrca da satisfação se lê correntemente nos antigos autores. Confesso que alguns dentre êles, ou para falar com sinceridade, *todos*... neste ponto erraram ou se exprimiram com demasiado rigor", *Inst.*, I, III, c. 4, n. 38, *Opera*, II, 489.

rias nascem, vicejam e caducam, os sistemas filosóficos entrechocam-se no embate das contradições; aos destroços do naufrágio de tôdas estas instituições humanas sobrenada vitoriosa a verdade divina infalìvelmente guardada pela Espôsa Imaculada de Cristo.

Onde, porém, reside esta infalibilidade? Qual o seu órgão autêntico? A razão iluminada pela fé responde: *passivamente*, em tôda a Igreja que recebe e crê as verdades que lhe são propostas; *ativamente*, no seu chefe, no Pastor supremo, no Pontífice romano, sucessor daquele a quem Cristo confiou a missão de confirmar os seus irmãos na fé. Assim, palpita em todo o corpo a vida, mas é a alma quem lha infunde e conserva. Assim, vibram na terra a luz e o calor, mas é o sol quem lhos irradia em ondas vivificantes.

O Papa é, pois, infalível. Poucos dogmas católicos foram, como êste, falseados, deturpados, malsinados pela crítica míope e malévola de incrédulos, liberais e protestantes. Quando em 1870 o Concílio Vaticano definiu a infalibilidade pontifícia, todos êstes inimigos da Igreja mancomunaram os seus esforços numa vasta conjuração de intrigas, calúnias e insultos soezes. Literatos e políticos, folhetinistas e jornalistas de todos os matizes improvisaram-se em teólogos e, ante o público dos dois mundos, com a competência que era de esperar, discutiram, impugnaram e ridicularizaram o dogma católico. A enxurrada passou e as águas clarearam com o tempo. Dissiparam-se as névoas adensadas pela ignorância ou pela má fé e a verdade reluziu em todo o brilho de seu natural esplendor. Os católicos estreitaram os vínculos da unidade na submissão obsequiosa ao Pai comum. Os ímpios viram, pouco a pouco, despontados todos os dardos que o sofisma e o ódio haviam afiado no ardor de uma luta cega e apaixonada.

Que dolorosa impressão não nos veio, portanto, causar a diatribe do Sr. CARLOS PEREIRA contra a infalibilidade do Papa! Escrever em 1920 como em 1870 escrevia JANUS n'"O Papa e o Concílio"; mendigar cediços argumentos nos jornais protestantes e liberais de há 50 anos é mui mesquinha e mui miserável polêmica. Se além destas armas velhas, enferrujadas e inócuas al não possuía o seu arsenal de polemista bem pudera o gramático brasileiro passar silenciosamente sôbre o assunto. Se lhe não acudiu à inventiva nenhum paralogismo novo, melhor fizera em nos forrar ao espetáculo desta exposição de antigualhas de museu.

A velha e conhecida tática dos inimigos da infalibilidade consiste em desfigurar escandalosamente o dogma católico e depois

cantar fácil vitória sôbre o fantástico adversário. Recheiam ao sabor de sua imaginação um manequim monstruoso, põem-lhe na fronte o letreiro "Infalibilidade papal" e depois arremetem valorosamente a estocadas contra o temeroso espectro. Mutilam-no, dilaceram-no, esfanicam-no; e quando do inerme fantoche já não restam senão farrapos, levantam mão da luta, descansam da heróica emprêsa para logo cingirem satisfeitos a fronte com os louros do grande triunfo. É uma consolação como qualquer outra.

Contra semelhantes adversários não há senão começar por expor o verdadeiro caráter da infalibilidade. Se lhes resta um tudo-nada de amor sincero da verdade, reconhecerão fàcilmente a inanidade de tôdas estas objeções que se lhes afiguram invencíveis e que são apenas filhas de uma ignorância muito atrasada.

Ponhamos diante dos olhos a definição do Concílio Vaticano; é o documento oficial em que a Igreja ensina autênticamente a sua doutrina: "Ensinamos e definimos ser dogma divinamente revelado que: o Pontífice Romano quando, desempenhando o cargo de Pastor e Doutor de todos os cristãos, com a sua suprema autoridade apostólica define que uma doutrina relativa à fé e aos costumes deve ser crida pela Igreja universal, em virtude da assistência divina que lhe foi prometida na pessoa de S. Pedro, goza da infalibilidade com o que o Divino Redentor dotou a sua Igreja ao definir as doutrinas de fé e costumes; e que, portanto, as definições do romano Pontífice são, por si, irreformáveis e não em virtude do consentimento da Igreja.[28] Se alguém, o que não praza a Deus, ousar contradizer esta nossa definição, seja anátema".[29]

Cada palavra neste documento tem alto valor significativo. Tudo é pesado e meditado. Com rara felicidade de expressão e propriedade de têrmos, a grande assembléia condensou, precisou e ilustrou admiràvelmente o dogma católico. Não faremos senão expender a luminosa definição conciliar.

Dela, antes de tudo, se infere a verdadeira noção da infalibilidade: privilégio sobrenatural, firmado na assistência divina prometida por Jesus Cristo ao Papa, de não errar tôdas as vêzes que, falando livremente *ex-cathedra*, como supremo Doutor da Igreja uni-

---

28. Esta última cláusula foi inserida contra o êrro dos galicanos que admitiam a infalibilidade das definições pontifícias quando a elas se unia o consentimento da Igreja. Confundiam a causa com o efeito. Não são infalíveis as decisões do Papa porque a elas adere a Igreja, mas a Igreja presta-lhes o seu assentimento porque são infalíveis.

29. *Conc. Vat.*, sess. IV, c. 4.

versal, define que esta ou aquela doutrina concernente à fé ou aos costumes pertence ao depósito das verdades reveladas.

Trata-se, pois, de um privilégio concedido não à pessoa particular do Papa, mas à sua função, ao seu cargo. Não é em proveito do homem, é em benefício da Igreja que o Papa é infalível. Na esfera de sua atividade particular, o Pontífice fica sujeito ao êrro no campo intelectual e à pecabilidade no campo moral. Como homem, o Papa pode ser erudito como BENTO XIV, moralista como GREGÓRIO MAGNO, eloqüente como PIO IX. O teólogo, o escritor, o pregador são tão falíveis com a tiara como sem ela. JOÃO XXII condenou como Papa o que sôbre a visão beatífica houvera sustentado como teólogo particular. GREGÓRIO XI, no seu testamento, reprova quanto de errôneo ou contrário à ortodoxia houvera podido afirmar nos seus ensinamentos privados. Para que seja infalível é necessário que o Papa proceda como Papa, no exercício atual de sua função de chefe supremo da cristandade.

Basta? Ainda não. São múltiplas as funções do Papado. O Papa é também administrador, é rei temporal, político ou diplomata. A nenhuma destas funções é anexo o privilégio da infalibilidade. O soberano pode cometer erros administrativos e as suas vistas políticas podem não ser as mais profundas e oportunas.

No exercício de tôdas estas atribuições, os fiéis lhe devem a submissão, a reverência, o respeito que exige a sua suprema dignidade. Fôra orgulhosa temeridade que um simples soldado perdido na turba dos combatentes se arvorasse em juiz dos atos do general que vê do alto e abraça, no seu plano, o conjunto das operações militares. Mas, repito, estas decisões pontifícias não obrigam *ao ato de fé*.[30]

O que no Papa é infalível é o *Doutor*, e ainda só o *Doutor supremo* que ensina à Igreja universal. Um breve dirigido a um particular, uma carta em que o Papa louva a obra de um autor não são ainda atos dessa natureza. É necessário que o sucessor de São Pedro suba à cátedra apostólica e declare expressa e peremptòria-

30. Ouvi os bispos suíços na sua *Pastoral coletiva* de 1871, francamente aprovada por PIO IX: "O Papa não é infalível nem como *homem*, nem como *sábio*, nem como *sacerdote*, nem como *bispo*, nem como *príncipe temporal*, nem como *juiz*, nem como *legislador*. Não é infalível nem impecável na sua *vida e procedimento*, nas suas *vistas políticas*, nas suas *relações com os príncipes*, nem mesmo no *govêrno da Igreja*. É única e exclusivamente infalível quando, como Doutor supremo da Igreja, pronuncia em matéria de fé ou de costumes uma decisão que deve ser aceitada e tida como obrigatória por todos os fiéis". O Cardeal MANNING, na sua *História do Concílio Vaticano* fala do mesmo modo.

mente que esta ou aquela verdade é revelada. Então e só então é infalível. Ainda nas bulas dogmáticas ou nos documentos oficiais em que o Papa *define* uma doutrina, a infalibilidade não envolve tôdas as suas proposições. As considerações, que precedem a decisão dogmática, tudo o que a emoldura como introdução ou conseqüência não é ainda objeto de infalibilidade. Infalível é só a *definição*, isto é, a declaração solene, absoluta, irreformável de que uma doutrina relativa à fé ou aos costumes pertence ao depósito divino da revelação. A verdade assim definida exige da parte dos fiéis o ato de fé; rejeitá-la ou pô-la em dúvida é, *ipso facto*, sair da comunhão da Igreja, é cair na heresia (isto significa *anathema sit*). Eis o que quer dizer *definir; quum definit*, diz o Concílio Vaticano. Como se vê, uma definição dogmática é um ato público, raro, solene, que interessa tôda a Igreja e que por tôda a Igreja deve ser clara, explícita e indubitàvelmente conhecido. A sua fórmula há de ser de uma clareza meridiana que não possa deixar no espírito a menor sombra de dúvida. Imaginar a infalibilidade como um privilégio indeterminado e confuso de que o Papa pode usar a seu talante sem que a Igreja, por assim dizer, o saiba é desconhecer-lhe, de todo em todo, a natureza.

Depois de assim acuradamente determinar o órgão ou *sujeito* da infalibilidade, a definição conciliar, com igual perspicuidade, precisa-lhe o *objeto*. O privilégio de inerrância compreende só as questões relativas à fé ou aos costumes: *in doctrina de fide et moribus definienda*. À margem dêste campo ficam tôdas as disciplinas humanas; matemática ou ciências naturais, geografia ou história, literatura ou filosofia. Em todo êste vastíssimo âmbito da atividade intelectual do homem, a Igreja não intervém senão em quanto a fé ou a moral se podem achar interessadas. Cristo delimitou o domínio do seu magistério: iluminar as almas na tendência para os seus destinos sobrenaturais, dirigir as consciências no exercício de sua atividade moral. A revelação na ordem especulativa e na ordem prática, a verdade e a santidade sobrenaturais — eis a órbita dos ensinamentos da Igreja. É o essencial para o homem; o mais abandonou-o Deus à curiosidade das inteligências, à flutuação das hipóteses, às discussões da ciência. Aos investigadores da natureza que não estendem temeràriamente os seus estudos além das suas raias naturais, aos sábios, que, nas diferentes províncias do saber humano, usam os métodos que lhes são próprios, a Igreja deixa plena liberdade de ação intelectual. No gabinete de suas meditações ou

no laboratório de suas experiências, os homens de ciência nunca serão perturbados por uma definição pontifícia.

Resumamos. O exercício da infalibilidade pontifícia está essencialmente condicionado por estas duas cláusulas: 1.º) o Papa deve definir *ex-cathedra*, no sentido que largamente deixamos explicado; 2.º) o objeto da definição deve ser uma doutrina relativa à fé ou aos costumes.

À vista desta simples exposição do dogma católico autêntico caem por terra quase tôdas as dificuldades do Sr. C. PEREIRA.

No intuito de obscurecer a luz de uma evidência manifesta, multiplica o ilustre gramático interrogações que julga irrespondíveis. "Que significa *ex-cathedra*? Quando deixa êle (o Papa) de ser pastor e doutor da cristandade inteira? Quais as questões que escapam à fé e à moral?... Por que sinais saberemos se o pontífice exerce o ofício de doutor? Por enunciar-se numa bula, num breve, numa alocução, etc.?... Quando fixa o que em pontos de fé e costumes deve crer a Igreja tôda: *universa Ecclesia*. Mas que vem a ser a Igreja tôda?", p. 367-368. Parece-me ouvir um estudantinho de direito muito satisfeito de sua perspicácia, a pensar que enreda um velho professor: "Mas quando é que o Presidente da República fala como chefe de estado ou como homem particular? Por que sinais sabemos que êle exerce o ofício de supremo magistrado? Quando é que os seus decretos se dirigem a todo o Brasil ou a êste ou àquele ministério? E que vem a ser o Brasil todo?" Mas tudo isto é pueril. Basta saber ler e entender os têrmos. Quando PIO IX definiu a Imaculada Conceição ninguém duvidou que se tratasse de uma definição dogmática. *Ninguém;* católicos e protestantes, crentes e incrédulos, o mundo inteiro soube com certeza que o Papa definia, que falava *ex-cathedra* a tôda a Igreja, que exercia o ofício supremo do Doutor numa questão de fé. E por quê? Porque lá estava tudo expresso com uma clareza que nenhum sofisma pode obscurar. "Auctoritate D.N.J.C... declaramus, pronuntiamus, *definimus* doctrinam, quae tenet... esse a Deo *revelatam,* atque idcirco ab *omnibus* fidelibus firmiter constanterque credendam..." É claro?

Quando o Concílio Vaticano definiu a infalibilidade do Papa quem duvidou que se tratava de uma decisão dogmática? Os protestantes, certamente, não. Os católicos? Menos ainda. Veja, pois, que não é uma "dúvida angustiosa, entre teólogos de quando é o Papa infalível", p. 366. Todo aquêle exército de perguntas

não mete mêdo a ninguém; só levanta poeira para desorientar os simples.

— Outra objeção fútil. A infalibilidade é a divinização do Papa. "Divinização sacrílega do bispo de Roma", diz o nosso protestante, a p. 371. E a p. 384: "Que significa uma tal proclamação senão a apoteose e a deificação do Papa?".[31]

O Sr. C. PEREIRA antes de escrever o "estudo dogmático-histórico" esqueceu visìvelmente tôda a sua teologia. Deificação, por quê? A infalibilidade é um atributo exclusivamente divino? Sim, mas a infalibilidade absoluta, onímoda, imparticipada. Assim, também a inteligência, a vontade e a liberdade são atributos exclusivamente divinos. Dirá o Sr. C. PEREIRA que o homem é deus, porque possui inteligência que é atributo divino? Oporá, talvez, que a infalibilidade é incomunicável. Quem lho disse? *Na ordem natural, todos os homens são infalíveis acêrca dos primeiros princípios.* Ninguém erra a ponto de dizer que $1 + 1 = 3$, que o todo é menor que cada uma de suas partes, que uma coisa pode ser e não ser no mesmo tempo. Aí está a infalibilidade natural, dom comum a todo o gênero humano. Assim o quis Deus, a fim de que os primeiros princípios, alicerce e fundamento de tôdas as construções científicas, não vacilassem nas flutuações da dúvida. Na ordem sobrenatural dispôs Cristo que o Pastor supremo de sua Igreja não errasse ao ensinar-nos a sua fé e moral a fim de que não caísse em ruína todo o edifício espiritual de nossa salvação.

A infalibilidade do Papa é, pois, limitada às questões religiosas, firmada na assistência do Espírito Santo, tênue participação da infinita infalibilidade de Deus. Ver nisto apoteose, deificação, divinização, é esquecer os rudimentos da teodicéia para deslumbrar os leitores com vocábulos ocos e altissonantes.

— Um parágrafo ou capítulo inteiro é consagrado pelo apologista protestante à "Infalibilidade e a história". Seu intuito é convencer os leitores do "absurdo histórico da infalibilidade diante dos erros evidentes de muitíssimos papas na esfera vária de suas atribuições oficiais", p. 370. — É só de lamentar que nesta afanosa emprêsa tivesse o autor obliterado a noção da infalibilidade precisa-

31. Do mesmo paralogismo já se servira LUTERO para afirmar que o homem não é livre. "O livre arbítrio é nome exclusivamente divino, que só à majestade de Deus se pode atribuir... Aplicá-lo aos homens, fôra divinizá-los: não há sacrilégio maior". Weimar, XVIII, 636. O sofisma é tara hereditária na família protestante.

mente como é ensinada pela Igreja para arremeter contra um dogma imaginário. É a incurável pertinácia dos sectários: revolvem a vida particular dos papas, compulsam os seus livros ou escritos sem caráter oficial e quando acham ou julgam achar algum êrro ou pecado trazem-no à praça com a satisfação de Arquimedes: eureka, eureka.

Naturalmente todos os Padres do Concílio Vaticano, todos os teólogos e historiadores fiéis à Igreja ignoram "êstes erros evidentes de muitíssimos papas" e continuam a crer na infalibilidade com tanta firmeza que por ela, como por qualquer outro artigo de fé, estariam dispostos a dar a própria vida. Que ignorância supina a dêstes trezentos e tantos milhões de católicos que constituem a maior e melhor parte do mundo civilizado e culto! Não obstante as luzes acesas por todos os faróis protestantes no roteiro da história, êles ainda continuam obstinados e cegos a naufragar no escolho da infalibilidade do Papa! Quem lhes há de abrir finalmente os olhos para ver o que tôda a descendência de LUTERO enxerga com tanta clarividência: um enxame "de erros evidentes de muitíssimos papas"? — É isto verossímil? A realidade, porém, é que os nossos adversários, nas suas objeções, não fazem senão concentrar os fogos em posições desamparadas. Os seus tiros nem sequer atingem os primeiros panos das muralhas da inexpugnável cidadela em que se defende o dogma católico.

Mostremo-lo em alguns exemplos (percorrer todos é impossível; qualquer manual de teologia poderá amplamente satisfazer o leitor curioso). Escolhamo-los entre os coligidos pelo Sr. C. PEREIRA na elaboração do "catálogo cronológico dos seus erros (dos bispos de Roma) e graves quedas" (!), p. 371.

"O Papa Marcelino (296-303) para fugir à perseguição, tornou-se idólatra: entrou no templo de Vesta, fazendo ofertas a esta deusa", p. 371. — Queimar incenso é definir um dogma? MARCELINO ensinou porventura "na esfera de suas atribuições oficiais" ser a idolatria verdade revelada que deve ser admitida por todos os cristãos? Dada por um instante a autenticidade do fato, estaríamos em presença de um *pecado pessoal* de um Papa. Mas um gramático não deveria confundir infalibilidade com impecabilidade. A infalibilidade imuniza a inteligência contra o êrro, a impecabilidade preserva a vontade da culpa. O Papa é infalível, não impecável. Como o mais humilde pároco de aldeia, como o mínimo dos fiéis, êle se ajoelha aos pés do confessor para receber a absolvição

de suas faltas. Todos os dias, antes de subir ao altar, também o Pontífice percute o peito, repetindo: *Peccavi... meâ culpâ.* — Mas no caso presente nem o *substratum* histórico da objeção subsiste. A apostasia de MARCELINO é uma das tantas fábulas inventadas pelos donatistas contra os católicos. Um "estudo dogmático-*histórico*" não deveria dar acolhida a semelhantes lendas! Primeiro tiro que erra o alvo.

— "O Papa Libério professou o arianismo", p. 471. Outra falsidade histórica. LIBÉRIO provàvelmente não subscreveu nenhuma fórmula e se alguma assinou foi a primeira de Sirmium que é ortodoxa. É notável como até os centuriadores de Magdeburgo, fina flor do calvinismo, na sua vasta obra composta acinte contra a igreja católica, tenham vindicado o caluniado Papa da imputação malévola: "constantem certe in professione fidei Nicoenae mansisse exemplum Macedoniorum... indicat".[32] O Sr. C. PEREIRA bem poderia receber lições de crítica histórica dêstes seus antepassados de quase quatro séculos. — Outra bala perdida.

— "O Papa Honório em 625 aderiu à heresia chamada monotelismo", p. 372. Se o teólogo brasileiro estudou a controvérsia contra os monotelitas, não sei. É certo, porém, que não leu os documentos de HONÓRIO. Senão, teria visto: 1.º que as suas epístolas a SÉRGIO são perfeitamente ortodoxas e não há como delas extrair o monotelismo; 2.º que estas epístolas não são dogmáticas, não *encerram definição alguma. Di-lo expressamente o Pontífice*: "non nos oportet vel duas operationes *definientes praedicare*".[33] O Papa a declarar que não entende definir, o Sr. C. PEREIRA a obstinar-se em querer ver definições em todos os atos pontifícios. — Mais outro êrro de pontaria.

— "O Papa Clemente XIV aboliu a ordem dos jesuítas aprovada por Paulo III; Pio VII restaurou-a", p. 372. — E isto é definição dogmática? Onde enxergou o arguto crítico da infalibilidade que o breve clementino impunha, como verdade revelada, a supressão da Companhia de Jesus? Tôda a gente sabe que se trata apenas de medida disciplinar. Diante da pressão violenta das côrtes bourbônicas, CLEMENTE XIV julgou oportuno, para a pacificação dos âni-

32. *Centuriae Ecclesiasticae historiae*, etc., Basileae, 1562, Cent. IV, c. X. p. 1384. Sôbre a origem desta lenda cfr. DÖLLINGER, *Die Papst-Fabeln des Mittelalters*(2). München, 1863, pp. 48-52.

33. Ver as *Epístolas de Honório*, em ML, LXXX, 471, 475.

mos, suprimir a Companhia de Jesus. Cessada a borrasca, Pio VII houve por bem restaurá-la. Que tem que ver tudo isto com a fé e a infalibilidade? O protestante que, quatro páginas atrás, multiplicava pontos de interrogação para provar "que não se sabe com segurança onde começa e onde termina a infalibilidade catedrática do Papa", p. 368, trincha agora com um desembaraço de pasmar e, com certeza inerrável, vê infalibilidade por tôda a parte. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. — Ainda uma vez esbanjamento inútil de munição. A cidadela católica nem sequer é atingida por estas descargas inofensivas de pólvora sêca.

Mas paremos aqui. Já se vai vendo que não é tão fácil como assim provar os "erros evidentes de muitíssimos papas". Todos os fatos alegados ou são històricamente falsos ou caem à margem da questão. É mister refazer todo êste capítulo. É mister pôr-se pacientemente a manusear de novo a história da Igreja a ver se é possível desencantar algum "êrro evidente", não esquecendo, porém, que se trata de provar que um Papa *definiu* uma doutrina e que outro Papa *definiu* a contraditória. Antes de levar a efeito esta preciosa descoberta — autêntica, provada e documentada — é de bom conselho não exibir velharias de Janus que nem sequer atingem o âmago do debate. Qualquer católico medianamente instruído devolve estas sediças objeções, notando-as à margem com o ferrête do velho sofisma, que Aristóteles chamou *ignoratio elenchi*: ignorância do estado da questão.

— A simples explanação do dogma católico da infalibilidade é suficiente, como acabamos de ver, para desmantelar quase tôda a armação de dificuldades laboriosamente levantada pelo protestante brasileiro. Há, porém, outra ordem de objeções que está a exigir-nos peculiar resposta. O dogma definido no Concílio Vaticano, assevera o Sr. C. Pereira, é uma novidade desconhecida na antiga Igreja. "A infalibilidade do Papa... é coisa completamente ignorada dos antigos padres, credos e concílios e a Igreja grega a rejeita como blasfema", p. 344. "Nenhum católico, até 1870, sabia ao certo onde residia a suprema autoridade, a *plenitudo potestatis*. Andavam tateando nas trevas em busca de um ponto de apoio", p. 344.

Quem escreveu estas linhas nunca passou os olhos por um curso de História eclesiástica. Assinale-nos o Sr. C. Pereira uma época na vida da Igreja em que as decisões dogmáticas da Santa Sé não fôssem lei suprema e irreformável para os fiéis — O que não fêz o crítico pastor façamo-lo nós: compulsemos os anais do passado.

Tão numerosos e irrecusáveis são os testemunhos da antiguidade cristã em favor da infalibilidade pontifícia que enchêramos um volume se os quiséramos recolher e citar todos. Cingir-nos-emos aos mais relevantes, onde, evidente como a luz meridiana, se manifesta o universal sentir da Igreja.

Já conhecemos o célebre texto de S. Irineu, que, refutando os hereges de seu tempo, afirma declaradamente: "Com a Igreja romana, por sua primazia, *devem* concordar tôdas as igrejas, isto é, os fiéis de todo o mundo, porque nela se conserva intacta a tradição apostólica".[34] O santo mártir não enuncia simplesmente um fato, formula um direito, *necesse est*, cumpre, importa, é necessário que tôdas as igrejas concordem com a romana. Não se poderia asserir menos inequìvocamente a infalibilidade da Sé Apostólica. Se Roma pode desgarrar da ortodoxia, pode errar na fé, como explicar o *dever* de tôdas as igrejas de concordarem com ela? — Para S. Cipriano "o êrro na fé não pode contaminar os romanos".[35] — S. Jerônimo escreve ao Papa S. Dâmaso: "Julguei meu dever consultar a cátedra de Pedro... Vós só conservais incorrupta a herança dos nossos pais... Decidi e não hesitarei em afirmar três hipóstases".[36]

Magnífico é o testemunho de S. Agostinho. Havia anos que as doutrinas de Pelágio semeavam a discórdia na Igreja. Em 416 os dois concílios de Milévio e Cartago dirigiram-se ao Papa, a fim de que anatematizasse o heresiarca. Às epístolas sinodais, cinco bispos, e entre êles, S. Agostinho, ajuntaram uma carta de caráter privado. Ao responder, congratula-se Inocêncio com os pastôres pelo zêlo de conservar a pureza da fé e pela diligência em levar ao conhecimento de Roma um negócio, cuja decisão *segundo o antigo costume* dependia da Sé Apostólica. O documento pontifício emprega os têrmos *referre, relatio* que são de estilo oficial e, segundo os usos vigentes na chancelaria do império, indicam o relatório feito à autoridade competente.

Ao teor das expressões do Papa cônscio de sua missão corresponde a atitude de Agostinho. Apenas recebida a resposta, o bispo de Hipona anuncia aos seus fiéis a sentença final nestes têrmos: "Sôbre esta causa foram enviados dois concílios à Sé Apostólica. Che-

34. Iren., *Adv. Haeres.*, III, 3, 2. (MG, VII, 849).
35. "Nec cogitare eos esse romanos... ad quos perfidia habere non possit — accessum". Epist. 69, 19 (Hartel, 683).
36. *Epist.* 15 *ad Damasum* (ML, XXII, 355-6).

gou-nos a resposta; está terminada a causa. Oxalá acabe também o êrro; causa finita est: utinam aliquando finiatur et error"[37] Mais tarde voltando ao mesmo assunto insiste na infalibilidade da decisão pontifícia: *"já não é possível duvidar neste ponto*: de hac re litteris beatae memoriae papae Innocentii *dubitatio tota sublata est"*.[38] É claro? A sentença de Roma decide em última instância as causas sôbre a fé. Roma falou, cessam tôdas as dúvidas. E "nenhum católico, até 1870, sabia ao certo onde residia a suprema autoridade"!

Em meados do século V escreve S. LEÃO ao Concílio geral de Calcedônia: "não se trata de discutir, mas de crer; a minha epístola a FLAVIANO, de feliz memória, já decidiu clara e completamente tudo o que é de fé acêrca do mistério da Encarnação".[39] E os 600 bispos, *quase todos orientais*, presentes ao Concílio, a prorromperem numa aclamação unânime: "Assim o cremos, os ortodoxos assim o cremos; anátema a quem não o crê, PEDRO falou pelos lábios de LEÃO, PEDRO vive sempre na sua sede".[40] E "a infalibilidade é coisa completamente ignorada... dos concílios"!

Antes de LEÃO, INOCÊNCIO I envia os seus legados ao Concílio geral de Éfeso que devia condenar NESTÓRIO, dá-lhes suas instruções e termina: "Se as opiniões estiverem divididas lembrai-vos que lá estais não para discutir, mas para julgar".[40a] E o Concílio obedece sem hesitar às decisões do Papa. "Obrigados em fôrça da epístola de nosso S. Padre CELESTINO... pronunciamos a lúgubre sentença contra NESTÓRIO".[41]

S. AGATÃO ao 6.º Concílio ecumênico (3.º de Constantinopla): "Nunca a Igreja apostólica de Roma se afastou da verdade; *tôda a Igreja católica, todos os concílios ecumênicos abraçaram sempre a sua doutrina* como a do Príncipe dos Apóstolos".[42] E o Concílio de Constantinopla responde ao Papa que acolheu a sua epístola como documento divinamente escrito por S. Pedro.[43] E os antigos concílios ignoravam completamente a infalibilidade!

Outra afirmação coletiva de grande pêso temos na fórmula de HORMIDAS (514-523). Depois do cisma de ACÁCIO, êste Papa impôs aos bispos a subscrição de uma fórmula de fé, como penhor de sua ortodoxia. Neste documento, entre outras verdades, se afirma que em virtude da promessa do Salvador: "Tu es Petrus, etc., na Sede Apostólica sempre se conserva imaculada a fé católica: quem a segue em tudo é ortodoxo, quem dela se aparta fica, *ipso facto*, separado da comunhão da Igreja universal".[44] Esta fórmula considerada como arras de ortodoxia foi assinada por 2.500 bispos do Oriente, pelo imperador JUSTINIANO, pelos patriarcas de Constantinopla, EPIFÂNIO, JOÃO e MENA e finalmente por todos os padres *gregos* e latinos reunidos no 8.º Concílio ecumênico (4.º de Constantinopla).[45] Que plebiscito grandioso em favor da infalibilidade do Papa! E "nenhum católico, até 1870, sabia ao certo onde residia a suprema autoridade!".

37. *Serm.* 131, 10 (ML, XXXVIII, 734).
38. *Contra 2 epíst. Pelagianorum,* 1. 2, c. 3, n. 5 (ML, XLIV, 574).
39. *Epist.* 93, 2 (ML, LIV, 937-9).
40. HARDOUIN, II, 306.
40a. *Epíst.* 17 (ML, L, 503).
41. HARDOUIN, I, 1478.
42. HARDOUIN, III, 1079.
43. HARDOUIN, III, 1438.

Mas, cumpre limitarmo-nos. Citemos ainda a definição dogmática do Concílio ecumênico de Lião (1274): "A Santa Igreja Romana possui pleno e soberano primado sôbre tôda a Igreja católica. E como essa Igreja, sôbre tôdas as outras, é obrigada a defender a verdade da fé, assim, quando sôbre a fé se levantam quaisquer questões, é *por sua sentença que se devem definir"*.[46] Gregos e latinos subscreveram esta fórmula de fé.

Como porta-voz de tôda a Escola, ouça-se S. TOMÁS D'AQUINO: "À autoridade do Sumo Pontífice pertence determinar em última instância (finaliter determinare) as *coisas da fé, a fim de que sejam por todos cridas com fé inalterável"*.[46a]

Julgue agora o leitor com que sinceridade e consciência são escritas estas linhas: "não encontramos no *silêncio* dos séculos primitivos da Igreja e nas *tradições* dos séculos posteriores *vestígio ao menos* que coonestasse perante a consciência cristã as inauditas pretenções do bispo de Roma, sequer ao primado, muito menos à infalibilidade", p. 376.

44. Ver todo êste documento em DENZINGER, *Enchridion symbolorum,* etc., n. 171-2.
45. De quanto aí fica exposto se colige a resposta à afirmação do SR. C. PEREIRA: "A Igreja Grega rejeita-a [a infalibilidade do Papa] como blasfema". Calou o prudente polemista que esta Igreja grega é a igreja cismática de FÓCIO e de MIGUEL CERULÁRIO, separada da Igreja católica depois de 9 ou 10 séculos e desde então amortalhada na imobilidade dos corpos sem vida.. Os concílios de Éfeso, Calcedônia e Constantinopla, a subscrição *universal* da fórmula de Hormidas patenteiam a fé ortodoxa do Oriente nos áureos tempos de sua juventude cristã. Que uma igreja *cismática* qualquer, grega ou protestante, rejeite *depois de sua separação* a infalibilidade do Papa contra o qual se revoltou, não pode valer como testemunho da verdade: é uma conseqüência fatal do crime de apostasia, é uma negação psicològicamente necessária.
46. MANSI, XXIV, 70.
46a. *Summ. Theolog.,* 2-2ae, q. 1, a 10.

Concílio Vaticano.[47] — O Concílio Vaticano, portanto, outra coisa não fêz senão definir um dogma que foi sempre crido e confessado na Igreja católica. Quem pretendesse argüir da novidade da definição à novidade da crença, confundiria duas coisas distintas: uma verdade de fé e a sua definição. Definir uma verdade não é criá-la, é reconhecê-la, sancioná-la, determiná-la, apresentá-la, como em uma moldura, clara e circunscrita, às almas dos fiéis.

Mas então por que não foi definida antes a infalibilidade do Papa? Porque não era necessário, porque não era *contestada*. Os dogmas definem-se quando são negados ou postos em dúvida. Só então intervém a Igreja e com a sua decisão tranqüiliza as consciências perturbadas. A divindade do Verbo, consubstancial ao Padre, só foi definida pelo concílio de Nicéia, no século IV quando o arianismo a pôs em discussão. Direis que a Igreja primitiva não acreditava na divindade de Cristo? O panteísmo, como heresia, só foi condenado no Concílio Vaticano. Cuidareis que até ao século XIX o cristianismo não acreditava num Deus pessoal e distinto do mundo?

O mesmo sucedeu com a infalibilidade do Papa. Nos primeiros séculos da Igreja não há *vestígios de dúvida* acêrca desta verdade. Só nos séculos XIV e XV, depois do grande cisma do Ocidente, um ou outro autor, lígio às ambições de reis e príncipes, começou a impugnar a plenitude da autoridade do Soberano Pontífice. LUTERO, queimando a Bula de LEÃO X que o condenava, foi o primeiro a negar com os fatos a infalibilidade que *pouco antes confessara com os lábios.*[48] O galicanismo e jansenismo ressentiram-se de influências protestantes. No entretanto, a Igreja católica não cessa de opor às negações da heterodoxia a afirmação da verdade antiga; estuda os documentos revelados e quando a questão se acha suficientemente elucidada em todos os seus aspectos para cortar ensejo a futuras dúvidas define o dogma impugnado.

47. Bibliografia. *Acta et decreta Concilii Vaticani,* Collectio Lacensis, t. VII, Freiburg i. B. 1890; FESSLER, *Das Vatikanische Concilium,* Wien 1871; MANNING, *The true Story of the Vatican Council,* London 1877; ID., *The Vatican Decrees in their bearing on civil allegiance,* London 1875, (contra a obra de GLADSTONE do mesmo título; HERGENROETHER, *Anti-Janus,* Eine historisch-theologische Kritik der Schrift "der Papst und das Council", Freiburg i. B. 1870; ID., *Katholische Kirche und christlicher Staat* in ihrer geschichtlichen Entwickelung, Freiburg i. B. 1872, c. 72; E. CECCONI, *Storia del Concilio ecumenico Vaticano* scrita sui documenti originali, Roma 1873; GRANDERATH, *Geschichte des Vatikanischen Konzils* nach den autentischen Documenten, 3 vols., Freiburg i. B. 1903-1906. E. CAMPANA, *Il Concilio Vaticano,* Vol. I, Zugano-Bellinzona, 1926; CUTHBERT BUTLER, *The Vatican Council,* 2 vols. London, 1930.

48. DE WETTE, I, 122.

Naturalmente nos arraiais protestantes o Concílio Vaticano havia de levantar grande celeuma. Para o escritor brasileiro êle "assinala o pináculo da pirâmide da hierocracia papal", p. 343. Não basta. O caráter ecumênico do Concílio é contestado. Um concílio geral, diz o Sr. C. PEREIRA, deve ser "composto de bispos que representem legalmente seus rebanhos e a universalidade dos fiéis do Oriente e do Ocidente; e além disso devem êles ser livres na discussão e no voto. Ora, isto não se deu no Concílio Vaticano", p. 359.

Nesta parte de seu trabalho o mentor do gramático brasileiro é o Rev. Dr. LITTLEDALE.[49] Sempre o mesmo vêzo de abandonar as fontes históricas, genuínas e imediatas, para abeberar-se em derivações longínquas e contaminadas. É o processo da "alta crítica moderna" protestante.

Reconstituamos a verdade histórica. O concílio não foi composto de bispos que representassem a universalidade dos fiéis. — Primeira falsidade. O número dos Padres do Concílio variou em diferentes épocas. Alguns que vieram logo a princípio retiraram-se depois por doença ou por motivos urgentes que os chamavam às próprias dioceses, outros sobrevieram mais tarde, depois de aberto o concílio. Tomemos a 3.ª sessão, realizada a 24 de abril de 1870. Nela votaram 667 Padres, dos quais 43 cardeais, 9 patriarcas, 8 primazes, 107 arcebispos, 456 bispos, 1 administrador apostólico, 20 abades e 23 superiores de ordens religiosas. Entre os patriarcas, 4 eram orientais; entre os arcebispos, 23 gregos e orientais (8 armenos, 5 caldeus, 4 maronitas, 3 sírios, 1 melquita, 1 rumeno). Dos 456 bispos, pertenciam à Europa 297, à América 73, à África 9, à Ásia 46, à Austrália 13; 18 eram bispos titulares. Com exceção dos dois concílios de Calcedônia e do 2.º Lateranense, cujo número de bispos presentes não é conhecido ao certo, o Concílio Vaticano

49. Entre outros trabalhos escreveu êste Dr. RICARDO FREDERICO LITTLEDALE um libelo contra a Igreja católica intitulado *Razões óbvias contra a união com a Igreja de Rome (Plain Reasons against the joining the Church of Rome,* London 1884) que se tornou um arsenal de objeções protestantes. Muitos males tem produzido êste requisitório calunioso, mas, certamente contra as previsões de seu autor, foi nas mãos da Providência instrumento de algum bem. Refiro-me à conversão do Rev. W. O. SUTCLIFF. "Bem lançadas as contas, escreve êste convertido do anglicanismo, êsse livro me ajudou a abraçar o catolicismo. Conhecendo o grego e o latim e tendo fácil entrada nas melhores bibliotecas foi-me possível verificar as suas asserções e o resultado foi que fiquei tomado de horror à vista das *extraordinárias adulterações ou incompreensões dos textos citados. Roads to Rome,* being personal records of some of the more recents converts to the catholic Faith with an introduction by His Eminence Cardinal VAUGHAN, compiled and edited by the Author of "Ten years in Anglican orders", London, 1911, p. 266.

superou em número de Padres a todos os concílios ecumênicos da Cristandade.[50]

O Sr. C. PEREIRA não podia deixar de desfigurar tudo isto. "A maior parte dos prelados foram preparados com anos de antecedência e *nomeados a dedo* pelos que tramavam *na sombra* a conspiração da infalibilidade", p. 359. — Os membros do Concílio, Sr., não são *nomeados,* nem a dedo nem sem êle. De direito nêle tomam parte todos os bispos da cristandade. *A todos, sem exceção de um só* convidou Pio IX.[51] Só não compareceram os que se achavam legìtimamente impedidos. A infalibilidade não foi tramada na sombra. A proposta de sua definição não partiu de Pio IX nem se achava entre as apresentadas pela S. Sé aos bispos; foi alvitrada pela grande maioria dos Padres que suplicaram ao Papa quisesse incluir entre as definições conciliares a de uma doutrina que foi sempre pùblicamente ensinada na Igreja.

De fato, os membros do Concílio ecoavam o ensinamento católico. Ainda nos últimos tempos a infalibilidade era ensinada nas universidades de Lovaina, Praga, Colônia, Ingolstadt, Würzburg, etc. Mais evidente ainda se manifesta a unidade doutrinal da Igreja católica nos numerosos sínodos provinciais que antes do concílio ecumênico de 1870 se pronunciaram sem reticências pelo magistério infalível do Papa. Lembraremos apenas na *Alemanha* o concílio de Colônia (1860), na *Hungria* o de Strigônia (1858) e Colozka (1864), na *França* o de Reims (1857), na *Boêmia* o de Praga (1860), na *Holanda* o de Utrecht (1865), na Inglaterra o de Westminster (1852), na *Irlanda* o de Thurles (1850), no *Canadá* o de Halifax (1857) e os de Quebec (1851 e 1868), nos *Estados Unidos,*

50. Para informações mais pormenorizadas Cfr. J. FESSLER (secretário do Concílio), *Das Vatikanische Concilium,* Wien, 1871, pp. 11-23.

51. Nas letras apostólicas em que PIO IX anunciava a próxima convocação do Concílio lêem-se estas formais palavras: "Por isso queremos e ordenamos que *de tôda parte* tomem parte neste concílio ecumênico *todos,* assim os veneráveis irmãos Patriarcas, arcebispos, bispos, como os nossos diletos filhos, os abades e *todos* os demais a quem por direito ou privilégio foi concedido tomar assento nos concílios gerais e nêles manifestar o seu parecer". *Acta et Decreta Concilii Vatic.* Coll. Lac. t. VII, p. 4-5. A isto chama o Sr. C. Pereira nomear a dedo! — Nem se limitou o convite do augusto Pontífice a todos os prelados do orbe católico. Numa epístola endereçada aos bispos cismáticos do Oriente assim fala PIO IX: "De novo a Vós nos dirigimos, e com a maior insistência vos rogamos, admoestamos e suplicamos, queirais intervir a êste Sínodo geral como os vossos maiores intervieram ao 2.º Concílio de Lião", etc. *Acta et Decr.,* p. 8. Os *próprios protestantes* e todos os demais acatólicos não foram excluídos da solicitude do Pastor comum. *Act. et Decr.,* pp. 8-10. Lamentamos não poder trasladar aqui todo êste documento que exala uma ternura, um amor de pai aflito pelo desvario de filhos estremecidos. Estou que ao ler as expressões carinhosas do grande Papa se comoveria até o Sr. C. PEREIRA, que não perde ensejo de bolsar indignas injúrias e cuspir imerecidos baldões sôbre a memória do Venerando Pontífice.

os de S. Luís (1835 e 1858), de Nova Orléans (1856 e 1860), de Baltimore (1852, 1855, 1858, 1866), no *Equador* o de Quito (1869), na *Austrália* o de 1865.[52] A verdade católica era ensinada na Europa como na América e na Oceania com uma publicidade e consonância admiráveis. LITTLEDALE provàvelmente calou tudo isto. E com LITTLEDALE, C. PEREIRA. E era necessário êsse silêncio para deixar todo o seu efeito à frase: assim se tramava na sombra a conjuração da infalibilidade.

— "O concílio foi organizado como uma sociedade secreta", página 359. — Não foi tal. Tôda a gente soube e sabe o que nêle se passou sem excluir o Sr. C. PEREIRA. É só de lamentar que não tivesse consultado diretamente as Atas do Concílio, mas fôsse beber informações em libelistas apaixonados como FRIEDRICH e LITTLEDALE.

— "Representando os bispos aos leigos, o valor de seus votos deve estar em relação ao número dêstes. Ora a oposição incluía os bispos das mais populosas dioceses", p. 360.[53]

Que portentosa descoberta! Onde aprendeu o Sr. C. PEREIRA que os bispos são *deputados* dos leigos em matéria de fé? Pobres protestantes! Separados da pedra que dá firmeza à Igreja volteiam como ventoinhas a todo o sôpro da opinião pública dominante. Hoje prevalece a democracia nos governos civis? Seja democrático à sua imagem e semelhança também o govêrno eclesiástico. — Não é assim. Nas modernas democracias a autoridade vem de baixo; na constituição dada por Cristo à sua Igreja desce

52. Cfr. atos dêstes concílios na *Collectio Lacensis.*

53. Entre os membros da oposição enumera o Sr. C. PEREIRA os arcebispos de Paris, Breslau, Colônia e Viena (p. 360). Não é exato ou, pelo menos, não é completo. Êstes bispos opuseram-se não ao dogma em si mas à opportunidade da sua definição. Parecia-lhes que a decisão dogmática do Concílio suscitaria novas dificuldades à Igreja da parte dos governos civis e empeceria a conversão dos incrédulos. O tempo mostrou que eram infundados êstes temores. Vêr os postulados dêstes bispos nas *Acta et Decreta Conc. Vat.,* p. 944 sq. O postulado subscrito pelos arcebispos de Praga, Viena, Colônia e outros professa abertamente a infalibilidade: "insuper eruditi piique viri *vere docent* quae S. Petri sucessor de fide moribusque ex cathedra loquens constituat etiam absque Ecclesiarum consensu quomodocumque demonstrato irrefragabilia esse", *Op. cit.,* p. 944. O arcebispo de Paris, DARBOY, escrevia em 1871: "C'est surtout la question de l'opportunité qui nous tenait au coeur." Quase na mesma data DUPANLOUP: "Je n'ai écrit et parlé que contre l'opportunité de la définition; quant à *la doctrine, já l'ai toujours professée* non seulement dans mon coeur mais dans des écrits publiés". *Op. cit.,* pp. 997-999. — O mesmo se diga dos patriarcas de Antioquia e Babilônia e dos arcebispos de Tiro, Sidonia, Beirute e Alepo, que o Sr. C. PEREIRA põe, sem mais explicações, entre os membros da oposição, pretendendo que a atitude dêstes pastôres anulou os votos do Oriente na maioria. Não lhe lembrou informar aos seus leitores que mais de 20 bispos orientais e, entre êles, os patriarcas de Constantinopla, de Alexandria e os arcebispos de Cesaréia, Ancira, Erzerum e Trebizonda, subscreveram o pedido de definição do dogma.

do alto. Aos apóstolos disse Cristo: *Docete*; a seus fiéis impôs o dever de os ouvir: *qui vos audit, me audit*. E foi o que sempre se viu na Igreja. Mostre-nos o Sr. PEREIRA *um só* concílio em que o valor do voto de um bispo fôsse proporcionado ao número dos seus diocesanos. Se assim fôra, se as grandes metrópoles de luxo, da corrupção e da incredulidade dessem maior pêso ao voto dos seus pastôres, nos antigos sínodos os bispos heréticos de Constantinopla (que os houve muitos) teriam arrastado a concha da balança. Não; os antigos bispos tinham todos igual direito de voto e as suas decisões conciliares atribuíam-nas não aos milhares ou milhões de leigos que pastoreavam mas à assistência do Espírito Santo.

Segunda asserção e segunda falsidade: no concílio Vaticano não houve liberdade de discussão. — A proposta da infalibilidade foi discutida de dois modos: em geral, na Constituição dogmática "*De Ecclesia*" de que fazia parte, e em particular separadamente dos outros capítulos da mesma constituição. O primeiro debate prolongou-se por 14 congregações, e nêle falaram, além do relator, 64 *oradores*; só foi encerrado por votação da maioria. A discussão particular sôbre o cap. 4 (da infalibilidade) durou 11 dias inteiros, durante os quais usaram da palavra 57 *Padres*. *Só quando todos os oradores* inscritos terminaram as suas considerações e nenhum outro pediu a palavra, se pôs têrmo ao debate. Que assembléia permite maior liberdade de discussão?

Quanto ao voto. Na votação solene de 18 de julho, sob a presidência pessoal do Papa, de 535 Padres presentes, 533 aprovaram a definição e 2 a rejeitaram (um italiano e um americano). Se dois votaram pela negativa, foram livres. Com igual, ou antes, com maior facilidade, 20 ou 200 teriam votado no mesmo sentido sem que ninguém lhes tolhesse a liberdade. — Mas, dirá o protestante, alguns bispos da minoria retiraram-se de Roma antes da sessão solene.[54] — Retiraram-se livremente; vendo que a definição seria

54. "Imediatamente após esta votação preliminar, quase todos os bispos da minoria deixaram abruptamente Roma, depois de terem lavrado um protesto contra os processos do Concílio. Determinou a fuga o receio de sua segurança pessoal", p. 362. A que leitor persuadirá o Sr. CARLOS PEREIRA que Pio IX ameaçasse os bispos da minoria?! E levantam-se aleives desta gravidade sem um documento! — Quanto ao protesto, o gramático brasileiro prestaria relevante serviço à crítica se o trouxesse à luz da publicidade. É cousa até hoje desconhecida. Na carta mui respeitosa com que os bispos da minoria se despediram do Papa, o único motivo da partida que alegam é a piedade e reverência filial: "Pietas enim fidelis et reverentia... non patiuntur nos in causa personam Sanctitatis vestrae adeo proxime concernente palam et in facie Patries dicere: Non placet". *Acta et Decr.*, p. 994. A pena venenosa do apologista da Reforma perverte esta delicadeza em protesto, esta ausência justificada dos bispos em fuga, por temor de "sua segurança pessoal".

aprovada pela maioria não quiseram, por conveniências que todos compreendem, dar uma negativa inútil. Apenas, porém, foi definida a infalibilidade, todos os bispos, *sem exceção de um só*, prestaram, reverentes, a homenagem de sua fé e o obséquio de sua submissão ao dogma definido.[55] Em todo o orbe católico não houve a apostasia de uma só consciência episcopal!

Mais. Contra a acusação de falta de liberdade protestaram altamente os próprios Padres que intervieram na grande assembléia. Durante o Concílio, KEANE, bispo irlandês, depois do Concílio, MAC HOLE, também irlandês, que se opuseram à definição, e os bispos alemães, entre os quais havia muitos da minoria, reunidos solenemente em Fulda[56] repeliram pùblicamente com indignação a calúnia de que se lhes houvesse peado a liberdade de discussão ou de voto. Nada, porém, escapa às vistas de lince dos críticos protestantes; no mais recôndito latíbulo das consciências dos bispos presentes aos debates em Roma, vêem mais êles, que os próprios prelados. Êstes a declararem que foram livres, os censores protestantes, que ao concílio não assistiram, a porfiarem que o não foram!

Tenta por último o Sr. C. PEREIRA negar à odiada definição o caráter conciliar. Não foi o concílio, foi só o Papa quem definiu a própria infalibilidade: "O Papa é infalível porque êle o diz e êle o diz porque é infalível", p. 366. E o arguto crítico triunfa com êste círculo vicioso que "para estupor da humanidade pensante é o alicerce em que se firma o dogma estupendo da infalibilidade papal", p. 366. — Não creio que a humanidade pensante se deixe tomar tão fàcilmente de semelhantes estupores. A definição é tão manifestamente conciliar que ninguém, exceto o Sr. C. PEREIRA, duvidou jamais desta evidência. Nenhum teólogo ou canonista católico hesitou um só instante em reconhecer à definição vaticana o seu verdadeiro e genuíno caráter, e parece-me que os católicos devem conhecer algo do direito canônico que rege a Igreja. — Não, embarga mais competente o gramático brasileiro, no Concílio Vaticano a definição rompe com estas palavras: *Nos sacro approbante Concilio*,

55. Cêrca de duzentos bispos que, ou se achavam ausentes da sessão de 18 de julho, ou durante as sessões preliminares haviam dado o *non placet* ou o *placet juxta modum* timbraram em significar imediatamente a sua plena adesão ao dogma recém-definido. Salientamos as adesões dos arcebispos de Paris e de Colônia, dos patriarcas de Antioquia e Babilônia, dos arcebispos de Beyrute, Tiro e Sidônia. Cfr. *Act. et Decr.*, pp. 995-1004.

56. "Solange die Berathungen dauerten, haben die Bishoefe, wie es ihre Ueberzeugung forderte und es ihrer Amtspfliche entsprach, ihre Ansichten *mit unumwundener Offenheit und mit der nothwendigen Freiheit auspesprochen*". *Carta pastoral* dos bispos alemães reünidos em Fulda, em Setembro de 1870. *Acta et Decreta*, p. 1734.

docemus, definimus, etc.; no Concílio de Trento, outra foi a fórmula: *Oecumenica et generalis Tridentina Synodus in Spiritu Sancto legitime congregata, praesidentibus in ea iisdem Apostolicae Sedis legatis... haec statuit, fatetur, etc.*, p. 364-5.

Cavilações e tricas de causídico à míngua de razões. Que o Papa com a aprovação do Concílio, que o Concílio *sob a presidência* do Papa defina uma verdade, igualmente conciliar em ambos os casos é a definição. Os têrmos são diversos, a realidade é a mesma. A primeira fórmula é usada de preferência nos concílios presididos pessoalmente pelo Papa,[57] a segunda nos outros, presididos por legados pontifícios. Não há, pois, porque sofisticar sôbre as palavras.

*
* *

Concluamos. A definição do dogma da infalibilidade pontifícia não é senão o remate glorioso pôsto no século XIX pela mais augusta e imponente assembléia da cristandade à grandiosa tradição católica que por quase dois mil anos ecoou na história os divinos ensinamentos do Evangelho. Sim, é no Evangelho, na palavra inspirada do Espírito Santo, nos livros sagrados, veículos do ensinamento autêntico do Mestre, que o dogma católico prende a profundidade e solidez de suas raízes divinas. Implícita e explìcitamente, mas sempre com insofismável clareza, ensinam-nos os escritos inspirados a infalibilidade do Supremo Pastor da Igreja. Saibamos ler estas páginas admiráveis.

Pedro, tu és a rocha sôbre a qual edificarei a minha Igreja, contra a qual não hão de prevalecer os assaltos do inferno. Pedro é o fundamento indefectível da Igreja imortal. É possível que os alicerces postos pelo divino Arquiteto na base do grandioso edifício das almas venham a aluir sob o picão demolidor dos alvenéis do êrro? No dia em que o Papa impusesse a tôda a cristandade uma

57. Assim no *IV Concílio de Latrão* (1215): Nos autem, sacro approbante Concilio, credimus, etc., MANSI, XXII, 990, 994. Assim no 2.º *Concílio de Lião* (1274): Nos, sacro approbante Concilio... damnamus. MANSI, XXIV, 81. D. Assim no *Concílio de Viena* (1311-12): Nos... sacro approbante Concilio duximus eligendam. MANSI, XXV, 411 D. Afirmar, pois, que "o Concílio do Vaticano corrige o êrro do de Trento", p. 365, é apenas dar mostra de que da história da Igreja só se conhecem os aleives levantados pela ignorância e má fé dos libelistas de profissão. A maravilha do gramático revela apenas a sua inexperiência nestes estudos em que é, de todo em todo, profano.

doutrina falsa, vacilaria a Igreja e as potências do mal haveriam prevalecido contra as promessas de Cristo.

A Pedro foram dadas as chaves do reino dos céus. E o divino clavígero arrastaria as almas às portas do inferno?

A Pedro foi concedido o privilégio de ver ligado e desligado nos céus quanto êle houvesse ligado e desligado na terra. E os céus confirmariam o êrro, a mentira, a falsidade?

A Pedro, o ofício de pastorear os cordeiros e ovelhas de Cristo. E o supremo pastor, em vez do pábulo de vida, daria às almas, sôfregas de verdade e de amor, o alimento envenenado e corrupto da morte?

Não. Propor estas hipóteses é excluí-las. Tão novas, tão desusadas, tão sublimes palavras, Cristo não as podia dirigir a um homem sem emancipá-lo da possibilidade do êrro. Não podia impor aos fiéis o dever de obediência a um Pastor, a um Mestre, a um soberano sem lhe conferir ao mesmo tempo o privilégio de sua assistência infalível. Imaginai, por um instante, que o Papa ensinasse um dia um êrro a tôda a cristandade. Que faria a Igreja? Submeter-se? O êrro a destruiria. Revoltar-se? Seria o suicídio, calcaria aos pés o preceito divino de Cristo que lhe prescreveu a obediência fiel à autoridade por Êle constituída.

Quereis ainda mais explícita a promessa da infalibilidade? Abri o Evangelho de S. Lucas: "Simão, Simão, Satanás vos pediu com instância para vos joeirar como trigo; mas eu roguei *por ti* para que não desfaleça a tua fé, e tu, uma vez convertido, confirma os teus irmãos".[58] Cristo orou, e na sua oração divinamente eficaz firma-

58. Referindo-se a esta passagem de S. Lucas, diz o Sr. C. PEREIRA, à pág. 212, que é apenas subsidiária para a demonstração do primado de S. Pedro: "Cristo anuncia apenas a queda de S. Pedro, promete orar por êle para que não lhe falte DE TODO a sua fé". O DE TODO vem relevado em versalete. Só é pena que não se ache no texto. O gramático inventou-o de raiz e para fazer mossa no ânimo dos leitores pôs a sua invenção em versal. Privilégios da exegese do livre exame. — Mais. Cristo anuncia *apenas* a queda de S. Pedro? Não; faz muito mais, *ora* por êle para que a *sua fé não desfaleça,* impõe-lhe o dever de *confirmar os seus irmãos.* Por que mutilar o texto? — Já não queremos insistir no terceiro falso testemunho levantado aqui a Belarmino: "À própria imaginação vivíssima do Cardeal Belarmino não teria ocorrido arvorar em título de nomeação do Papado uma simples recomendação feita a Pedro, em Lucas, de confortar os seus irmãos", p. 212. O leitor já deve estar familiarizado com o inefável privilégio do gramático brasileiro. — Se o Sr. C. PEREIRA em vez de manusear SHAAF, JANUS ou LITTLEDALE versasse com mão diurna e noturna as fontes genuínas do ensinamento cristão, saberia que não só "a imaginação vivíssima" do Card. BELARMINO *(De Rom. Pontif.* I. 4, c. 3) senão também CIRILO ALEXANDRINO, LEÃO MAGNO, GELÁSIO, AGATÃO, TEODORO STUDITA, TEOFILACTO, GREGÓRIO VII, ANSELMO, TOMÁS D'AQUINO, BOAVENTURA, SCOTO, TOMÁS DE VILANOVA, SUAREZ — por não lembrar senão os que me ocorrem à memória, — viram no texto de S. Lucas a promessa de infalibilidade feita por Cristo a S. Pedro e a todos os seus sucessores.

-se a infalibilidade de Pedro: *Oravi pro te ut fides tua non deficiat.* Tua fé será sempre pura, verdadeira, luminosa. Poderia orar também por teus irmãos, para todos poderia pedir esta firmeza inconcussa, mas não é mister, orei por ti e a ti imponho o dever de confirmar e iluminar os teus irmãos, *confirma frates tuos;* firmar a base é firmar o edifício inteiro.

Enquanto fôr eficaz a oração de Cristo, Pedro confirmará infalìvelmente os seus irmãos. Enquanto durar a Igreja de Cristo, será firmada na rocha indestrutível contra a qual não prevalecerá o poder das trevas.[59]

59. Bibliografia relativa ao livro I. *Obras técnicas:* BOUIX, *Tractatus de Papa,* 3 vols., Paris-Lyon, 1869-1870; M. D'HERBIGNY, *Theologica de Ecclesia*(2), 2 vols., Parisiis, Beauchesne, 1920-21; C. GUTBERLET, *Lehrbuch der Apologetik,* III(2), Muenster, 1899; PATR. MURRAY, *Tractatus de Ecclesia Christi,* 3 vols., Dublinii, 1860-1866; OTTIGER, *Theologia fundamentalis,* t. II, Freiburg. i. B., 1911; PALMIERI, *De Romano Pontifice*(3), Prati, 1902; ROSKOVANY, *Romanus Pontifex tamquam primus Ecclesiae et princeps civilis et monumentis omnium saeculorum demonstratus,* 20 vols., Nitriae et Comaromii, 1867-1890; SCHANZ, *Apologie des Christentums,* III(3), Freiburg i. B.; 1906, STRAUB, *De Ecclesia Christi,* 2 vols. Oeniponte, 1912; WILMERS, *De Ecclesia Christi,* Ratisbonae, 1897; H. DIECKMANN, *De Ecclesia tractatus historico-dogmatici,* 2 vols., Freib. i. B. Herder, 1925; BAINVEL, *De Ecclesia Christi,* Paris, Beauchesne, 1925; R. M. SCHULTES, *De Ecclesia catholica,* Paris, Lethielleux, 1926.

Obras de vulgarização científica para pessoas cultas: BATTIFOL, *L'Eglise naissante et le catholicisme,* Paris, 1909; *La Paix constantienne et le catholicisme*(2), Paris, 1914; *Le catholicisme de Saint Augustin*(3), Paris, 1920; *Le siège apostolique*(2), Paris, 1924; G. BONOMELLI, *La Chiesa*(3), Milano, 1910; BOUGAUD, *Le Christianisme et les temps présents,* T. IV(7), Paris, 1907; L. DUCHESNE, *Eglises separées*(2), Paris, 1905, c. IV, pp. 113-163; DE MAISTRE, *Du Pape,* Paris, 1819; H. PERREYVE, *Entretiens sur l'Eglise catholique*(4), 2 vols., Paris, 1901; L. PRUNEL, *L'Eglise*(4), Paris, Beauchesne, 1919; W. SOLOVIEW, *La Russie et l'Eglise universelle*(2), Paris, 1889, I. II; A. 45 POULPIQUET, *L'Eglise catholique*(2), Paris, Ed. de la Revue de Jeunes, s. d. (1923).

LIVRO II

A REFORMA PROTESTANTE

Capítulo I

ORIGEM E PROGRESSO DA REFORMA

§ 1. — *Missão religiosa de Lutero.*

Sumário — O "profeta de Wittemberga". — Exame de suas credenciais: milagres e profecias. — Perfil moral de Lutero e dos outros reformadores.

Lutero começou por negar. Negou a autoridade, negou a tradição, negou o magistério eclesiástico, negou a Igreja orgânica, visível, hierárquica. Com que direito? Com que títulos? Não existia havia 15 séculos o cristianismo? Não ascendiam os seus pastôres, os seus bispos, os seus papas, por uma sucessão ininterrupta até aos apóstolos, até ao próprio Cristo?

— Mas a Igreja católica havia perdido o espírito primitivo, havia adulterado os ensinamentos do Evangelho, havia-o sobrecarregado com uma farragem de superstições humanas, havia-o prostituído com a idolatria de Babilônia.

— E como o sabe êle? como o prova? Não havia Cristo prometido a sua assistência infalível à Igreja? Não lhe havia assegurado que com ela estaria *todos os dias* até à consumação dos séculos? Não importa: Lutero entrincheira-se na Bíblia. A Escritura será o seu escudo contra todos os adversários. — Mas a Bíblia, quem a interpreta? Não a possuía, não a possui porventura a Igreja católica? Não a liam todos os Santos Padres e Doutores? Não a conheciam todos os concílios? Não a vulgarizavam todos os santos reformadores? E por que a nenhum ocorreu a idéia de começar uma reforma destruindo a Igreja em nome da Escritura, de embandeirar

a Bíblia em pendão de revolta contra a autoridade constituída por Cristo?

Lutero, porém, possui um segrêdo especial de exegese desconhecido de tôda a antiguidade eclesiástica. Êle, o frade despeitado, guinda-se às alturas proféticas de novo evangelista, recebe diretamente ilustrações do Espírito Santo, comunica com o santuário da Trindade [1] e dos seus recessos inacessíveis traz ao mundo o dom de uma hermenêutica sacra, de cujo bôjo sai um cristianismo todo novo.

Destarte, de conseqüência em conseqüência, Fr. Martinho é obrigado a arvorar-se uma missão divina, a atribuir-se uma legação religiosa especial.

Ora, onde estão as credenciais desta embaixada extraordinária? Nenhum homem pode levantar-se no meio dos seus semelhantes e afirmar, sem provas cabais, que é um enviado do Altíssimo. Nenhum homem pode guindar-se à trípode dos oráculos e daí legislar religião para a humanidade sem antes demonstrar apodìticamente a autenticidade de sua missão plenipotenciária. Religião, só Deus a pode impor ao homem. Falar à consciência religiosa, ensinando verdades a crer e preceitos a praticar, sem títulos divinos, sem autorização divina, sem sanção divina, é embuste, é impostura, é charlatanismo. Nossa dignidade de sêres racionais revolta-se contra semelhantes exploradores da credulidade pública. — Profeta de Wittemberga, onde estão as cartas de crença de tua missão divina?

A garantia que temos da origem celeste de uma doutrina reside na autoridade recebida do alto por aquêle que no-la propõe.

Ora os sinais com que Deus chancela a autoridade dos seus enviados são os milagres: milagres que se manifestam na ordem física, milagres que resplendem na santidade irrepreensível do divino enviado. Só o milagre, intervenção extraordinária da divina onipotência, pode autenticar as missões do céu.

Com milagres provou Jesus a sua messianidade; [2] com milagres sigilou Deus a embaixada dos seus apóstolos; [3] no milagre reconheceu sempre a apologética cristã, firmada nos princípios da razão e nos ensinamentos dos livros inspirados, a assinatura inimitável do divino Autor nas suas manifestações extraordinárias à humanidade.

1. "Certus sum dogmata mea me habere de caelo". Weimar, X, 2 Abt., p. 184.
2. Joan., V, 36; X, 37-38; XV, 22; Matth., XII, 39-40.
3. 2 Petr., I, 18; 2 Cor., XII, 12; Marc., XVI, 20.

O próprio Lutero reconheceu a necessidade desta autenticação celeste. Querendo impedir a pregação de Tomás Münzer em Mulhouse, escreve em 1524 aos magistrados desta cidade que, se o turbulento inovador não puder provar com obras extraordinárias a sua missão, não o recebam. "Se êle disser que Deus e o seu espírito o enviam como aos apóstolos, que o prove com prodígios e milagres; do contrário, proibi-lhe a pregação". [4]

Quando Carlostadt, apelando para ilustrações divinas, o contradisse, Lutero intimou-o a demonstrar com milagres a sua vocação: "é necessário que Deus manifeste com obras milagrosas que revoga os seus antigos preceitos". [5] E alhures: "quem quer pôr em campo alguma novidade ou ensinar doutrinas diversas deve ser chamado por Deus e comprovar a sua vocação com verdadeiras ações prodigiosas. Quem não a puder demonstrar dêste modo, abra mão da emprêsa *et in malam rem abeat*". [6]

Julgando-o por esta craveira, que milagres fêz Lutero? que milagres fizeram os primeiros reformadores para atestar o caráter divino de sua missão? De todos os protestantes escreveu, gracejando, Erasmo, que até então não haviam endireitado a perna a um cavalo coxo. Lutero acabou por perceber esta lacuna na sua missão, mas, por um dêstes truques de sofista em que era useiro e vezeiro, virou de bordo e proclamou o milagre uma inutilidade... Depois, triunfando exclama: "não hão de ver milagres feitos por nós", porque, se os fizéramos, o mundo os havia de atribuir ao diabo! [7]

E profecias? — Há uma que ocorre freqüentemente nos escritos dos primeiros inovadores: a iminente ruína do Papado. Lutero gostava muito do verso "pestis eram vivens, moriens tua mors ero, papa". Inseriu-o numa carta em 1527; mais tarde, com um pedaço de giz, escreveu-o nas paredes do quarto onde, poucas horas depois, o salteou de improviso a morte. — Depois de quatro

4. De Wette, II, 538; Weimar, XV, 240.
5. Weimar, XVIII, 96-97.
6. Weimar, XX. 724.
7. Erl., XII, 218-21; XLVI, 205.

séculos podemos dizer que a esmagadora realidade histórica não abonou os títulos proféticos do vate saxônio.[8]

Além dos prodígios físicos, que são extrínsecos ao taumaturgo, há outro milagre de ordem moral, que, por assim dizer, se consubstancia com a sua própria pessoa: é a santidade da vida. Um homem que pode atirar aos seus adversários a luva, dizendo-lhes: *quis ex vobis arguet me de peccato?* um homem, em cuja veracidade não pode caber a mínima suspeita de impostura, merece lhe prestemos fé. Nesta grandeza moral, superior à fragilidade humana temos uma fiança de que Deus está com êle. Salvas as proporções necessárias, o que se diz de Cristo vale de um puro homem que se apresenta na história com uma missão divina.

Ora, deram os primeiros reformadores êste espetáculo edificante de santidade? Oh! se o protestantismo pudera passar uma esponja sôbre as nódoas que lhe enxovalham as origens vergonhosas! Mas a história não se apaga e a verdade beneficia sempre de suas lições indeléveis.

Pouco a pouco, a despeito de dificuldades inauditas, rasgou-se o véu que cobria ao mundo as torpezas e incoerências destas vidas vergonhosas e a posteridade pregou os patriarcas do protestantismo no pelourinho da ignomínia e da execração pública.

Não é meu intuito humilhar aqui os protestantes. Quisera tão sòmente iluminá-los. Verdades que amargam são muitas vêzes verdades que salvam.

LUTERO inaugura a sua missão com o gravíssimo pecado do sacrilégio e da apostasia. Jovem, era livre. Um dia, enamorado do ideal evangélico de perfeição, desejoso de seguir de perto a Cristo, estende espontâneamente a mão sôbre o altar e pronuncia os votos religiosos de pobreza, obediência e castidade. Passam os anos. Raia o dia do seu sacerdócio. Ainda uma vez, quando o crisma

8. Depois de LUTERO, outros protestantes comprometeram os seus créditos de videntes na mesma emprêsa arriscada. "On sait qu'une maladie du protestantisme aussi ancienne que lui, fut la manie de prédire la chute de la puissance pontificale. Les erreurs, les bévues les plus énormes, le ridicule le plus solennel, rien n'a pu le corriger; toujours il est venu à la charge". DE MAISTRE, *Du Pape*, Conclusion, Paris-Lyon, 1819, p. 669. Quem tal crera? Também o Sr. C. Pereira não trepida em voltar à carga e ainda uma vez afrontar êste "ridicule le plus solennel". O catolicismo é um "colosso de pés de barro", p. 378. E dura há 20 séculos! — "O reinado de Pio IX terá assinalado a data fatal da suprema decadência", p. 379. É o que provam evidentemente os brilhantes pontificados de Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI. — "O ídolo do Vaticano será precipitado no seio da história com o ímpeto de uma pedra arremessada no fundo do mar", p. 250. E êste prognóstico se publica no ano de mil novecentos e vinte do nascimento de N. S. J. C.! — E se a história disser um dia que o vidente de S. Paulo não passa de um visionário vulgar!

sagrado lhe ungia as mãos, o neolevita renova a consagração do religioso. Mais tarde, que faz LUTERO de tôdas estas promessas firmadas com a santidade inviolável do juramento? Quebra a fé empenhada, rasga os seus compromissos, atira o burel de religioso às urtigas e enxovalha a candura da estola sacerdotal no lôdo de um casamento duplamente sacrílego!

O orgulho fizera o fedífrago, o orgulho cegou o doutor. Na sua auto-suficiência dir-se-ia que esqueceu não só a humildade evangélica mas as reservas da modéstia mais elementar. Até ao aparecimento do seu Evangelho *ninguém* soubera quem era Cristo, que eram os sacramentos, que era a fé, quem era Deus e a sua Igreja.[9] Os Santos Padres, os Apóstolos, os Concílios, a Igreja tôda errou! Sua doutrina é a única verdadeira. "Muito embora a Igreja, AGOSTINHO e os outros doutores, PEDRO e APOLO e até um anjo do céu ensinem o contrário, *minha* doutrina é tal que só ela engrandece a graça e a glória de Deus e condena a justiça de todos os homens na sua sabedoria".[10] Qualquer dos seus sequazes, as crianças que estudaram os seus ensinamentos, sabem mais em matéria de religião e de cristianismo que todos os religiosos e tôdas as escolas católicas.[11] — Que demência de soberba!

Mais ao vivo ainda se revela o frenesi desta inteligência decaída, nestas palavras que não têm semelhantes nos fastos do despotismo e do orgulho humano. "Quem não crê como eu é destinado ao inferno. Minha doutrina e a doutrina de Deus são a mesma coisa. Meu juízo é o juízo de Deus".[12] "Tenho certeza que meus dogmas vêm do céu... êles hão de prevalecer e o Papa há de cair a despeito de tôdas as portas de inferno, a despeito de todos os poderes dos ares, da terra e do mar".[13] "Não devemos ceder aos ímpios papistas... Nossa soberba contra o Papa é necessária... Não havemos de ceder nem a todos os anjos do céu, nem a Pedro, nem a Paulo, nem a cem imperadores, nem a mil Papas, nem a todo o mundo... a ninguém, cedo nulli".[14] "Êste LUTERO não vos parece um homem extravagante? Quanto a mim, penso que êle é *Deus*. Senão, como teriam os seus escritos e o seu nome a potên-

9. Weimar, XXX, 3 Abteilung, 317.
10. Weimar, XL, 1 Abt., 132.
11. DE WETTE, IV, 21.
12. Weimar, X, 2 Abt., 107.
13. Weimar, X, 2 Abt., 184.
14. Weimar, XV, 1 Abt., 180-1.

cia de transformar mendigos em senhores, asnos em doutores, falsários em santos, lôdo em pérolas!"[15] Orgia de orgulho satânico ou caso de patologia mental?

Não é pois de maravilhar que êste homem assim enfatuado de sua ciência, depois de haver negado a infalibilidade do Papa e proclamado a liberdade de exame para legitimar os próprios excessos, se tenha arvorado em cátedra inerrante de fé, constrangendo os seus sequazes a curvarem submissos a fronte ante os arestos inapeláveis de suas decisões infalíveis. Não houve tirania mais insuportável nem arrogância mais impetuosa que a dêste pregador do livre exame. Todos os seus correligionários gemem sob o pêso de seu jugo de ferro. MÜNZER dizia: "há dois papas: o de Roma e LUTERO, *e êste* mais duro". Ao seu confidente BULINGER escrevia CALVINO: "já não é possível suportar os arrebatamentos de LUTERO: cega-o a tal extremo o amor próprio que não vê os próprios defeitos nem tolera que o contradigam"; e a MELANCHTHON: "com que impetuosidade fulmina o vosso Péricles! Singular exemplo deixamos à posteridade quando preferimos abrir mão de nossa liberdade a irritar com a menor ofensa um homem só! Dizem que é de gênio arrebatado, de movimentos impetuosos; como se esta violência não se exaltasse com lhe comprazerem os outros em tudo. Ousemos ao menos soltar um gemido livre".[16] "Vivo na escravidão, como no antro de Ciclope", murmura por sua vez MELANCHTHON.[17] Contra CARLOSTADT, seu antigo mestre, que em tirar as conclusões da nova doutrina foi além do que pretendia o reformador, obteve o decreto de expulsão da Saxônia e não o readmitiu senão com a promessa de "não defender em público, por palavra ou por escrito, suas opiniões contrárias às de LUTERO".[18] A MÜNZER, por motivo análogo, cassou a liberdade de palavra, apesar do "verbum Dei non est alligatum", que êle tantas vêzes invocara contra a Igreja católica. Assim entendia LUTERO o livre exame!

Ao ver esta prepotência com que o chefe da Reforma impunha despòticamente as suas opiniões, crê tôda a gente sensata que nada mais firme, nada mais assentado e maduramente refletido que a nova doutrina. Êrro. O inculcado emissário divino que modestamente se prefere a todos os doutores do céu e da terra, que blasona

15. Ed. Wittemb. 1551, t. IV, p. 378.
16. CALVINI, *Opera*, XII, 99.
17. Cfr. BOSSUET, *Hist. des variations*, l. 5, n. 15, 16.
18. Weimar, XVIII, 86 sg.

de inspirado do Espírito Santo, que recebeu "os seus dogmas do céu", hesita, retrata-se, contradiz-se, assenta e destrói dogmas pelos motivos mais fúteis, muda de opinião como um ator de roupa.

Trata-se do batismo incondicionado. A 12 de maio de 1531 escreve LUTERO a LINK: "quanto ao batismo condicionado, depois de diligente ponderação *definimos* (!) que deve simplesmente eliminar-se da Igreja". Poucas horas bastaram para mudar-lhe o cânon definido após "diligente ponderação". No *dia seguinte*, novamente inspirado sem dúvida, escreve a OSSIANDRO: "Não posso condenar o batismo condicional dado às crianças de cujo batismo se duvida".[19]

Em 1519 escreve: "Confesso plenamente o supremo poder da Igreja Romana; fora de Jesus Cristo, Senhor Nosso, nada no céu e na terra se lhe deve preferir".[20] Esta Igreja "é a predileta de Deus; não pode haver razão alguma, por mais grave, que autorize a quem quer que seja a apartar-se dela e, com o cisma, separar-se da sua unidade".[21] Em 1520 na sua *Epístola luterana* tece os mais rasgados encômios a LEÃO X, louva-lhe a vida intemerata, superior a qualquer ataque.[22] Nesse mesmo ano já LEÃO X é o Anticristo, e a Igreja romana "uma licenciosa espelunca de ladrões, o mais impudente dos lupanares, o reino do pecado, da morte e do inferno".[23]

Em 1519, dois anos depois de haver iniciado pùblicamente a pregação da Reforma, defendendo-se dos adversários, ensina o culto dos santos, a existência do purgatório, a oração pelos defuntos, a prática do jejum, etc.[24] Alguns anos depois rejeita tudo isto como idolatria, superstição e fanatismo.

Em 1541, jura por Cristo que, ao iniciar a sua pregação contra o dominicano TETZEL não sabia nem o que significava a palavra indulgência![25] E pensar que as indulgências foram o primeiro cavalo de batalha contra Roma, o especioso pretexto com que o monge augustiniano saiu a público para divulgar os seus erros e pregar a revolta![26]

19. DE WETTE, IV, 254, 256.
20. DE WETTE, I, 234.
21. Weimar, II, 72.
22. DE WETTE, I, 498.
23. DE WETTE, I, 522, 500; Weimar., VII, 44.
24. Weimar, II, 69 ss.
25. Erl., XXVI, 50 ss. Aqui, porém, como tantas outras vêzes, LUTERO, falta à verdade. Mas o caráter do homem revela-se do mesmo modo.
26. Pretexto, dizemos, porque antes de 1517, no seu comentário da epístola aos Romanos já LUTERO havia desgarrado da tradição católica, ensinando erros palmares acêrca da

Quanto à origem e legitimidade de sua missão, em pouco mais de 15 anos, LUTERO mudou *pelo menos* 14 vêzes de parecer.[27]

O oportunismo decidia da escolha. Uma opinião servia-lhe para combater os católicos, outra para defender-se dos colegas, uma terceira para pacificar os ânimos turbulentos nas comunidades recém-formadas. O guarda-roupa do ator era bem provido: havia trajes para tôdas as personagens e todos os papéis.

Não fôra difícil continuar êsse elenco. Quase não há dogma importante sôbre o qual LUTERO não tivesse, em épocas diversas, sustentado o sim e o não.

Não são menos instrutivas para o conhecimento da psicologia do reformador as razões que o induziam a abraçar suas opiniões. Acêrca da comunhão sob uma ou duas espécies escreve êle na sua *Fórmula da Missa*: "Se um Concílio ordenasse ou permitisse as duas espécies, *por despeito ao Concílio*, nós só receberíamos uma, ou mesmo, nem uma nem outra e anatematizaríamos os que, em virtude desta ordenação, recebessem as duas".[28]

De outra feita, declara haver finalmente suprimido a elevação da hóstia por despeito ao Papado e de havê-la conservado por tanto tempo por despeito a CARLOSTADT.[29] Com igual baixeza escrevia em 1523: "Se acontecesse que um, dois, mil ou mais concílios decidissem que os eclesiásticos pudessem contrair matrimônio, preferiria, confiando na graça de Deus, perdoar a quem, por tôda a vida, tivesse *uma, duas ou três meretrizes*, do que aquêle que, consoante à decisão conciliar, tomasse mulher legítima e sem tal decisão não a pudesse tomar".[30] É ainda a mesma disposição dum ânimo acirrado contra os odiados papistas que lhe ditava estas linhas: "enquanto êles (os papistas), a seu juízo, triunfam de uma heresia minha, quero propor outra".[31] Que mescla de trivialidade, licença e mentira num reformador evangélico!

Lembremos ainda um fato: a célebre disputa sacramentária que dividiu os inovadores em dois campos irreconciliáveis, e teve comêço nesta cena de taverna. Após um sermão do mestre, CARLOSTADT entra com êle na Taverna do Urso Negro (Jura) e declara-lhe não poder tolerar a sua opinião sôbre a presença real. LUTERO, com ar desdenhoso, desafia-o a impugná-la por escrito e promete-lhe, se o fizer, um florim. Saca então da algibeira a moeda. CARLOSTADT aceita-a. Espuma o vinho; os dois combatentes apertam-se as mãos e bebem à saúde um do outro. Estava declarada a guerra aos 22 de agôsto de 1523. Ao despedir-se diz CARLOSTADT: "Possa ver-te esmagado por um rôlo!" Recambiando-lhe a amabilidade, LUTERO: "Mil raios te partam antes de saíres da cidade!". — "Eis o novo evangelho, eis os atos dos novos apóstolos", conclui BOSSUET referindo o edificante episódio.[32]

Mais sobrenatural é o motivo que o induziu a suprimir a missa. Foi vitória da terrível dialética do demônio. LUTERO narra por miúdo esta cena e conclui: "Nem é de maravilhar porque a lógica do diabo era acompanhada de voz tão espantosa que se me gelava o sangue nas veias. Compreendi então por que amanhecem alguns mortos; é porque o demônio pode matar e sufocar os homens, e, sem chegar a tais extremos, enredá-los no seu disputar em tais embaraços que podem ocasionar a morte; eu mesmo o experimentei muitas vêzes".[33] Mente LUTERO nesta revelação? é um impostor. Fala a verdade? e que crédito merece então um homem que teve por mestre em cristianismo o pai da mentira? Aos admiradores do reformador o escolher uma das aspas do inevitável dilema.

Na citação acima já terá notado o leitor que papel importante desempenhou o diabo na vida íntima do heresiarca. Com efeito, Satanás não o deixa um instante tranqüilo; acompanha-o de dia e de noite, na Igreja e na adega. Mais de uma vez declarou LUTERO que a sua vida fôra "uma série de duelos" com Satã. Com o diabo dormia êle mais vêzes de que com a sua Catarina. Em tôda a parte o via: na nuvem que passa, no raio que fuzila, no trovão que ribomba, nas florestas, nas águas, nos desertos, empestando os ares e os campos. Diabos se escondem nas serpentes e lagartos, nos macacos e nos papagaios; diabo na mosca que vem pousar nas páginas do seu livro, diabos, até, nas nozes que lhe envia uma admiradora. O espírito do mal é o deus ex-máquina que desata todos os nós difíceis. À sua ação maligna atribui o refor-

---

concupiscência, do pecado original, da justificação, do livre arbítrio e da graça. Desde 1515 estava êle maduro para a apostasia. A prègação de TETZEL foi apenas um dêstes imponderáveis que muitas vêzes bastam para desencadear um cataclismo irreparável.

27. Cfr. DOELLINGER, *Die Reformation*, III, 205 ss.
28. Cfr. BOSSUET, *Hist. des Variations*, l. 2, n. 10.
29. Erl., XXXII, 420, 422.
30. Weimar, XII, 237.
31. Weimar, VI, 501.

32. BOSSUET, *Hist. des variat.*, l. II, n. 11. Cfr. GRISAR, *Luther*, II, 321; Weimar, XV, 340.
33. *De abrogatione missae privatae (Von der Winkelmesse)*, Weimar, XXXVIII, 198.

mador tôdas as desordens morais, tôdas as calamidades sociais desencadeadas por suas doutrinas subversivas.[34]

Esta obsessão diabólica que torturava a alma do infeliz renegado espelha-se em todos os seus escritos. De diabos está cheio o seu estilo; algumas das suas páginas dir-se-iam escritas no inferno. No opúsculo contra o duque Henrique de Brunswick, o demônio tem a honra de ser nomeado 146 vêzes; no livro dos concílios em 4 linhas se fala 15 vêzes de diabos.[35] Os adversários da Reforma, têm "o coração satanizado, persatanizado e supersatanizado". A LUTERO cabe a inglória iniciativa de haver pôsto em voga êste novo gênero de literatura, a literatura diabólica, em cujo diapasão afinaram o tom os outros reformadores.

Sinceramente, esta linguagem, estas incertezas e contradições doutrinais, esta frivolidade em construir e destruir dogmas, esta soberba luciferina dizem bem num enviado do céu para restaurar o cristianismo?

Até aqui não acenamos senão aos vícios que mancham a parte superior do homem. Mas por uma lei infatigável da divina Providência, a soberba do espírito é castigada com as rebeldias da carne. Desce abaixo do bruto quem se arvora em divindade.

LUTERO oferece à história mais um triste exemplo desta punição providencial. Em 1521, uns restos de educação católica ditavam-lhe estas palavras de uma carta a ESPALATINO: "Santo Deus! os nossos Wittembergenses quererão casar também os frades? A mim é que não hão de impingir mulher... Toma tento e não cases para não incorreres nas tribulações da carne".[36] Com os anos, as novas doutrinas abriram brecha no seu propósito. Em 1525, estalou às súbitas no mundo reformado a inesperada notícia[37] que LUTERO, aos 41 anos, havia casado com Catarina de Bora, egressa cis-

34. Sôbre a demonologia e demonomania de Lutero, cfr. GRISAR, *Luther*, III, 231-257.

35. Em 1541 quando os turcos ameaçavam invadir a Alemanha, publicou LUTERO a seguinte oração: "Sabeis, Senhor, que o diabo, o papa e o turco não têm razão nem direito de nos vexar, porque nunca os ofendemos. Mas porque confessamos que vós, Padre, vosso Filho, Jesus Cristo, e o Espírito Santo sois um só Deus eterno, nos odeiam e perseguem. Se renunciarmos a esta fé, nada teríamos que recear dêles". Erl., XXXII, 89. — Quanta cegueira! quanta calúnia! O diabo, o papa e o turco no mesmo plano! O papa que persegue a LUTERO pela sua fé na SS. Trindade! LUTERO que se gloria de nunca haver descontentado o demônio!!

36. DE WETTE, II, 40, 41.

37. No dia seguinte ao do casamento de LUTERO escrevia JUSTO JONAS a ESPALATINO: "Rei insigniter novae nuncia tibi venit haec mea epistola: Lutherus noster duxit uxorem Catharinam de Bora. Heri adfui rei".

terciense. Que acontecera? O reformador resolvera-se repentinamente ao casamento para fechar a bôca às más línguas.[38] As más línguas, porém, não taramelavam sem motivo. Numa carta de 1525 endereçada a RÜHEL, conselheiro de Mansfeld, dizia o heresiarca: "se posso, a despeito do demônio (sic!) inda hei de casar com a *minha* Catarina, antes de morrer".[39] Como quer que seja a impressão causada nos contemporâneos e correligionários foi das mais desfavoráveis. LUTERO percebeu-o. "Com êste meu casamento tornei-me tão desprezível que os anjos se hão de rir e os demônios chorar. Só em mim escarnece o mundo a obra de Deus como ímpia e diabólica".[40] Numa confidência a CAMERÁRIO dizia MELANCHTHON: "Lutero era um homem extremamente leviano [é a interpretação mais benigna do grego usado pelo humanista reformador: ἐστιν ὁ ἀνὴρ ὡσ μάλιστα εὐχερής] e as freiras [por êle soltadas dos conventos] que lhe armavam laços com grande astúcia acabaram por envisgá-lo. O freqüente comércio com elas teria talvez efeminado um homem mais forte e de mais nobres sentimentos e ateado o incêndio".[41] Qual tenha sido o resto da vida do ex-frade circundado dêsse elemento feminino capaz, no dizer de MELANCHTHON, de enervar constituições morais de mais robusta envergadura, é fácil imaginar e inconveniente dizer.[42]

38. "Maligna fama id effecit ut Doctor Martinus insperato fieret conjux", escrevia BLOCHINGER a ESPALATINO. Ap. MENKENII, *Scriptores rerum Germanicarum*, t. II, 645.

39. DE WETTE, II, 655.

40. DE WETTE, III, 2, 3. A vida escandalosa de LUTERO já tinha começado havia mais tempo, como se pode ver desta carta datada de 1522 ao amigo ESPALATINO. Não me atrevendo a tirá-la em linguagem, aí vai ela sob os véus pouco transparentes, entre nós, do latim: "Ceterum, quod de meo conjugio scribis nolo hoc mireris me non ducere qui sic *famosus sum amator*. Hoc magis mirum quod qui toties de conjugio scribo et *misceor feminis*, quod non jamdudum femina factus sum, ut taceam, quod non duxerim aliquam. Quamquam si exemplum meum petis, habes ecce potentissimum. Nam *tres simul uxores habui* et tam fortiter amavi ut duas amiserim quae alios sponsos accepturae sunt... Tu vero segnis ille amator, ne unius quidem audes maritus fieri". DE WETTE, II, 646. — A BERNARDO KOPPE, que raptara Catarina de Bora, escreve LUTERO: "Saiba que estou ligado à cauda de minha Kette". DE WETTE, III, 9.

41. MELANCHTHON, *Brief an Camerarius über Luthers Heirat vom* 16 *Junii* 1525, von P. A. KIRCH, Mainz, 1900, p. 8, 11. Esta carta preciosa para a história foi escrita originàriamente em grego. CAMERÁRIO na sua edição das cartas de MELANCHTHON (1565) falsificou-a (como outras epístolas) e o texto falsificado foi acolhido no *Corpus reformatorum*, 1, 774 (com a data de 24 de julho). O autógrafo que se conserva atualmente na biblioteca do príncipe Chigi (transferida, há pouco, para a Vaticana), foi achado no último quartel do século passado e publicado por W. MEYER, no relatório da sessão da Academia de Munique em 1876.

42. Como explicar tamanha decadência moral num religioso? O fato não encerra nenhum enigma para quem conhece os princípios da ascética cristã. O hábito não faz o monge. O religioso infiel aos deveres de sua profissão e às inspirações da graça pode resvalar nos mais profundos abismos da degradação. *Corruptio optimi pessima.* Quanto nos é lícito conjeturar, pelas próprias confidências de LUTERO, sôbre o drama interior que

Raras vêzes a vida licenciosa vai desacompanhada dos excessos intemperantes da mesa. Em LUTERO, a febre de concupiscência carnal era estimulada pela embriaguez e pela crápula. No trincar, dizia êle, não quero que outros entrem em competência comigo "quia non omnes ferunt meos labores".[43] À sua Catarina escrevia em 1540: "Vou comendo como um boêmio e bebendo como um alemão, louvado seja Deus!".[44] Em 25 de julho de 1534 de novo à Catarina: "Ontem aqui bebi mal e depois fui obrigado a cantar; bebi mal e sinto-o muito. Como quisera haver bebido bem ao pensar que bom vinho e que boa cerveja tenho em casa, e mais uma bela mulher... Bem farias em mandar-me daí tôda a adega bem provida do meu vinho e, o mais freqüentemente que puderes, um barril de tua cerveja".[45]

De Wartburgo (14 de maio de 1541) mandava dizer: "Aqui passo todo o dia no ócio e na embriaguez".[46] Na noite em que o reformador, em companhia de outros, chegou a Erfurt (19 de outubro de 1522) não se fêz senão "beber e gritar, como de costume",[47] escreve MELANCHTHON presente à cena. Os excessos do copo chegaram a fazer-lhe mal à saúde. Em 15 de janeiro de 1531 escrevia a LINK: "a dor de cabeça, contraída em Coburgo por causa

---

se desenrolou na sua alma, foi esta infidelidade que arrastou o apóstata à ruína fatal. Em 1516 (26 de outubro), escrevendo a LANGE em Erfurt, depois de enumerar as mil ocupações que lhe dissipavam o espírito, dizia o frade: "Raras vêzes me *sobra tempo necessário para rezar o breviário e celebrar;* acrescentem-se minhas próprias tentações da carne, do mundo e do diabo". DE WETTE, I, 41. Já nesta época êle podia dizer com verdade o que confessava em 1520: "sei que não vivo em conformidade com o que ensino". DE WETTE, I, 402. "Confesso-te, escrevia ainda no mesmo ano de 1516, que minha vida mais e mais se aproxima do inferno; de dia para dia me vou tornando pior e mais miserável". ENDERS, I, 16. Mais tarde em 1519 (20 fev.) escrevia a seu superior STAUPITZ: "Sou um homem exposto e implicado na sociedade, na crápula, nos movimentos carnais, na negligência e em outras moléstias, a que se vêm ajuntar as do meu próprio ofício". DE WETTE, I, 232. Excomungado em Worms (1521), retirou-se para Wartburgo onde o eleitor Frederico lhe ofereceu um asilo. Longe de entrar em si e arrepender-se, o infeliz frade entregou-se à ociosidade e à moleza. A 13 de julho escrevia textualmente a MELANCHTHON: "Ego hic insensatus et induratus sedeo in otio, proh dolor! parum orans, nihil gemens pro Ecclesia Dei, *quia carnis meae indomitae uror magnis ignibus.* Summa: qui fervere spiritu debeo, *ferveo carne, libidine, pigritia, otio, somnolentia".* DE WETTE, II, 22. "Orate pro me, quaeso vos, *peccatis enim immergo in hac solitudine".* Ibid. p. 26. Não assim se preparam moralmente os a quem Deus confia a missão de reformar a sua Igreja. De negligência em negligência, de queda em queda, de pecado em pecado, rolou o infeliz religioso até a grande apostasia. Terrível exemplo! Lição terrível! Cfr. GRISAR, *Luther,* I(2), 222-227.

43. *Tischreden,* ed. Kroker, 1903, n. 318.

44. BURKARDT, *Dr. M. Luth. Briefwechsel,* Leipzig, 1866, p. 357. Cit., por H. BRÜCK, *Lehrbuch der Kirchengeschichte*(4), Mainz 1888, p. 614.

45. DE WETTE, IV, 553.

46. "Ego otiosus hic et crapulosus sedeo tota die". DE WETTE, II, 6.

47. *Corpus reformatorum,* I, 579.

do vinho velho, ainda não foi debelada pela cerveja de Wittemberga".[48]

O nobre motivo por que o reformador ia pedir ao aturdimento do vinho e da cerveja a distração e a paz que não encontrava na consciência, declara-o êle próprio numa carta consolatória a um amigo (6 de nov. de 1530). JERÔNIMO WELLER era trabalhado de freqüentes acessos de melancolia. LUTERO, como bom diretor espiritual, manda-lhe esta receita anti-hipocondríaca: "Quando te vexar o diabo com êstes pensamentos, palestra com os amigos, bebe mais largamente, joga, brinca ou ocupa-te em alguma coisa. De quando em quando se deve beber com mais abundância, jogar, divertir-se e mesmo fazer algum pecado em ódio e acinte ao diabo para lhe não darmos azo de perturbar a consciência com ninharias... Quando te disser o diabo: não bebas, responde-lhe: por isso mesmo que me proíbes hei de beber e em nome de J.C. beberei mais copiosamente... Por que pensas que eu bebo, assim, com mais largueza, cavaqueio com mais liberdade e banqueteio-me com mais freqüência, senão para vexar e ridicularizar o demônio que me quer vexar e ridicularizar a mim?... *Todo o decálogo se nos deve apagar dos olhos e da alma,* a nós tão perseguidos e molestados pelo diabo".[49] E se bem o aconselhava, melhor o fazia. Era em comezainas pantagruélicas, entre o espumar dos vinhos generosos e os vapores das iguarias fumegantes que se reuniam os concílios dos novos reformadores e se decidiam as questões mais transcendentes do dogma e da moral evangélica.

Na manhã seguinte à da morte de LUTERO encontraram-no por terra com o abdome intumescido pelo "demasiado comer e beber. O reformador tivera no dia precedente uma mesa ricamente preparada e abundância de vinhos doces e estrangeiros".[50]

Assim acabou como um gastrônomo e libertino vulgar o apóstata que se arvorara em reformador do cristianismo.[51] "Na jerar-

---

48. DE WETTE, IV, 213.

49. DE WETTE, IV, 188.

50. PAULUS, *Luthers Lebensende und der Eislebener Apotheker Johann Landau,* Mainz, 1896, p. 5.

51. Tal é o LUTERO histórico. Porque, como já observou um teólogo protestante, "il faut distinguer deux Luther: l'un mythique, l'autre historique. Ordinairement, l'on ne s'occupe que du mythe, orné de toutes les perfections. Dès que quelqu'un veut l'apprécier, on chausse le cothurne; on le prend de haut; *on fait litière de la réalité.* Et le plus triste, c'est que, si l'on veut ménager ce culte envers Luther, il faut recourir à d'étranges procédés pour juger le personnage. *Citer ses propres paroles est une insulte et rapporter ses actes une infamie.* Et si d'aventure l'on veut, d'une main, crayonner un portrait du vrai Luther, il faut, de l'autre, couronner la tête du mythe d'un nimbe de

quia dos anjos rebeldes, em que pese aos seus amigos, LUTERO ocupa o degrau mais baixo, mais próximo do lôdo e do pântano".[52]

E as sombras morais do homem projetam-se sôbre tôda a sua obra. Ante o espetáculo desta vida desregrada, temos o direito de pedir aos nossos adversários que nos demonstrem com razões peremptórias que êste monje devasso, beberrão, grosseiro e insultador foi o eleito de Deus para reconduzir à sua pureza primitiva a Igreja de S. TOMÁS e de S. BERNARDO, de S. GREGÓRIO e de S. LEÃO, de S. AGOSTINHO e de S. IRINEU.

O perfil moral dos outros reformadores não é mais edificante que o do seu patriarca.

CALVINO adoece do mesmo orgulho que o mestre. Aos 26 anos, sem nenhuma formação teológica séria, publica a sua *Christianae religiosis institutio*, em que abraça tôda a doutrina cristã necessária à salvação e traça a carta de marear pela qual orientará, nas mais sublimes e intrincadas questões do dogma e da moral, tôda a sua atividade de reformador improvisado. Para êste jovem de 5 lustros tôda a Igreja romana, todos os SS. Padres erraram grosseiramente na inteligência do Evangelho! Êle só, em três anos de estudo privado e feito de afogadilho, elevou-se ao conceito genuíno das grandes verdades ignoradas pelo mundo inteiro. É o farol luminoso a brilhar solitário na treva universal. Falando da satisfação devida pelos pecados cometidos, escreve: "Pouco me abala o que a respeito da satisfação anda por aí a cada passo nos escritos dos antigos. Vejo com efeito que muitos dêles, antes, falando francamente, quase todos cujas obras chegaram até nós desgarraram, neste ponto, da verdade"[53] Ai de quem se atreve a discordar do jovem doutor! Estultos, loucos, frenéticos, sofistas, ébrios, furiosos, sacrílegos, rábulas, sicofantas, bêstas-feras, ateus, asnos, porcos, são os delicados epítetos com que êle mimoseia os seus mais venerandos adversários.[54] Todo o seu estilo está marchetado com es-

sainteté. Faute de cette souplesse, on fera crier au scandale". KROGH-TONNING, *Le Protestantisme contemporain*, Ruine doctrinale, p. 19.

52. TH. MAINAGE, *Témoignage des Apostats*(2), Paris, Beauchesne, 1916, p. 76.

53. CALV., *Inst. Rel. Christ.*, t. III, c. IV, n. 38; *Opera*, II, 489.

54. "Quel homme fut jamais plus tranchant, plus impérieux, plus décisif, plus divinement infaillible à son gré que Calvin, pour qui la moindre opposition, la moindre objection qu'on osait lui faire était toujours une oeuvre digne de Satan, un crime digne du feu?". ROUSSEAU, *Lettres de la Montagne*, Amsterdam, 1764, 2e lettre, t. I, p. 103. Vá o leitor observando como todos êstes inimigos da infalibilidade constituída por J. C. se vão guindando às alturas de oráculos divinos em nome do livre exame. Que ironia! Que terrível castigo infligido à soberba pela justiça imanente das coisas que é a expressão da Providência no govêrno da humanidade!

tas gemas preciosas. Enfermava em Ratisbona em 1541 o célebre teólogo JOÃO ECKIUS. CALVINO escreve: "Dizem que ECKIUS convalescerá; o mundo ainda não merece ser libertado desta bêsta".[55] Diz bem esta gíria das badernas num restaurador do "cristianismo evangélico"?

Mas não pararam em palavras os excessos de sua intolerância. Êle, que em impugnar a Igreja católica reclamou tôdas as liberdades e tôdas as licenças, mal firmou o seu poder em Genebra, instituiu uma inquisição em cujo confronto empalidecem os maiores rigores do S. Ofício espanhol. Penas severíssimas a quem voltasse ao catolicismo, a quem não assistisse aos sermões dos novos predicantes, a quem ousasse proferir palavra contra as suas doutrinas ou a sua intangível pessoa. "Il faisait soigneusement enregistrer depuis des années les moindres propos tenus contre lui et contre sa doctrine de la prédestination, avec laquelle il s'était tellement identifié, qu'il était aussi dangereux de parler contre ce dogme que contre lui; les pauvres étaient trainés dans les cachots, fouettés, honnis, promenés par la ville en chemise et nu-pieds, une torche à la main pour expier ce qu'il lui plaisait d'appeler des blasphèmes".[56] SEBASTIÃO CASTILLO, reitor do ginásio e outrora amigo do reformador, porque dêle discordou em alguns pontos de doutrina, foi acusado, destituído do cargo e expulso de Genebra. PEDRO AMEAUX, senador, por haver proferido num banquete, entre as alegrias do vinho, algumas palavras contra CALVINO foi encarcerado e condenado à mais humilhante das reparações.[57] BOLSEC, pelo grande delito de haver julgado falsa a doutrina calvinista da predestinação, depois de várias semanas de enxovia, foi condenado ao destêrro.

Outros, mais infelizes, pagaram com a vida a imperdoável ousadia de contrariar o tiranete de Genebra. JAIME GRUET, por haver dado de cão ao reformador, depois de submetido à tortura, foi decapitado em 1547. MIGUEL SERVET, médico espanhol, por haver negado a Trindade e censurado algumas opiniões do mestre, ape-

55. *Opera*, XI, 217.

56. J. B. GALIFFE, *Notices génealogiques sur les familles genévoises*, Genève, 1836, III, 545. O autor é protestante.

57. Eis os têrmos da sentença: "Qu'il soit condamné à devoir faire le tour de la ville en chemise, tête-nue, une torche à la main, et depuis, devant le tribunal, venir crier merci à Dieu et à la justice, les genoux en terre, confessant avoir mal et méchamment proféré les dites paroles vilaines, en étant déplaisant d'icelles avoir dites, le condamnant aussi à tous les dépens et que la sentence soit proférée publiquement", GALIFFE, *Nouvelles pages d'histoire exacte*, 1863, p. 60.

sar de protestar que não havia cometido nenhum crime em Genebra e de pedir debalde se lhe concedesse um advogado, foi prêso e mandado à fogueira. Em opúsculo especial, tentou CALVINO justificar o seu proceder em face da Europa. Os colegas MELANCHTHON, BULLINGER e MUSCULUS aplaudiram a energia de sua atitude.[58] À pena semelhante à de SERVET só se furtou o italiano J. VALENTINO GENTILI, mediante humildes deprecações; mais tarde, porém, foi decapitado em Berna.

Causa horror percorrer os processos criminais de Genebra, durante o govêrno dêste "prêtre tyran qui soumit Genève à la plus infâme servitude".[59] "Quant au nombre de ces autos-da-fé on peut assurer qu'il n'étaient pas, à beaucoup près *par année* ce qu'il fut par *mois*, on pourrait dire *par semaine*, sous le règne de Calvin, ou l'on eut souvent plusieurs spectacles de ce genre dans la même journée".[60] "Deux années de règne de Calvin virent éclore 414 procès criminels... Il y a des *centaines* de procès de ce genre pour *chaque* année de cette époque que l'on a osé appeller les plus belles pages de notre histoire".[61] O mesmo autor em outra obra, falando-nos das execuções capitais, diz: "Ces exécutions, dont 30 concernent des hommes et 28 des personnes du sexe se répartissent ainsi selon la nature du supplice: 13 personnes pendues, 10 décapitées, dont 55 écartelées par dessus le marché, et 35 brulées vives après l'imputation du poignet droit, quelques-uns après avoir été en outre tenaillées avec des pinces rouges au feu".[62] "Nous pensons qu'en soit assez pour édifier le lecteur sur la douceur, l'intégrité et les prétendues hautes lumières de la justice calviniste, a une époque ou elle avait encore, dans son propre intérêt, des ménagements a garder. On peut, d'après cela, se faire une idée de ce qu'elle fut lorsque son chef se vit maitre absolu de la situation, lorsque le bourreau eut ordre de porter toujours son glaive sous le bras, a l'époque en-

58. Citemos apenas MELANCHTHON, o "meigo" MELANCHTHON que escrevia a CALVINO: "A Igreja, hoje e sempre, te deve e deverá eterna gratidão". *Corp. Ref.*, VIII, 362; a BULLINGER em 1555: "foi justa a sentença contra Servet... e admiro-me como haja ainda quem reprove a sua severidade", *Corp. Ref.*, VIII, 523; dois anos mais tarde, em 1567; "condenando a Servet os magistrados de Genebra deixam aos pósteros memorável exemplo de piedade". *Corp. Ref.*, IX, 133.

59. GALIFFE, *Notices généalogiques*, III, 538.

60. GALIFFE, *Nouvelles pages d'histoire exacte*, p. 105, ss.

61. GALIFFE, *Notices généalogiques*, etc., III, 544.

62. GALIFFE, *Nouvelles pages*, p. 100. "De 1542 a 1546, que foi o período mais brando do seu govêrno contam-se 58 execuções capitais, 76 desterros e 900 prisões" JEANTET, *Histoire de la persécution religieuse à Genève*, Paris, Lecoffre, 1879, p. 473.

fin, ou la moyenne des procès n'était plus seulement de 40 a 50, mais de 200 a 300 par année".[63]

Na cegueira de seu orgulho, o chefe do protestantismo suíço caiu nas mais extravagantes ridicularias. Eis algumas amostras das suas proibições moralizadoras: "Sont défendues aux noces au banquet, toutes confitures, excepté la dragée, a peine de 60 sols".[64] "Tout espèce d'amusement fut proscrite comme invention du diable, sous des peines très sévères, et surtout le jeu, les chansons et la danse".[65] "On cherchait tellement a anéantir toute espèce de liberté, qu'on défendit d'aller boire de l'eau d'une fontaine à la montagne, qui avait la réputation de guérir la fièvre, prétendant que c'était un fait d'idolatrie. Il y a des masses de dénonciations et d'interrogations de gens punis pour s'être guéris de cette manière (1556).[66] CALVINO, como aliás todos os reformadores, foi um grande supersticioso. E é êste homem que o Sr. C. PEREIRA, numa comparação, cuja irreverência raia pela blasfêmia, não hesita em assemelhar ao "Paulo do cristianismo restaurado de que Lutero era o Pedro", p. 53.[67]

De HENRIQUE VIII, o homem das 7 mulheres, voltaremos a falar mais tarde. Por agora basta esta confissão de um protestante inglês: "Pelo respeito devido aos conselhos do meu país não quisera falar do insignificante motivo que produziu êste grande acontecimento (a apostasia), mas é tão conhecido que passá-lo em silêncio pudera parecer afetação: foi a paixão ilícita de HENRIQUE por

63. GALIFFE, *Nouvelles pages*, p. 105.

64. *Calvin à Genève*, art. 141.

65. GALIFFE, *Not. Généal.*, III, 381. Apesar destas medidas severas da polícia reformadora, a imoralidade alastrou em Genebra como em todos os lugares onde prevaleceu a Reforma. "Vers la fin de la carrière du réformateur... l'immoralité... a, tout à coup, atteint son apogée. Le système de répression avait donc bien mal réussi". GALIFFE, *Quelques pages d'histoire exacte*, p. 95. "Jamais l'immoralité secrète ne fut plus grande à Genéve que précisement à l'époque qui devait plus que toute autre servir de pierre de touche à ce même système, appliqué exclusivement à ceux qui étaient censés s'y être volontairement soumis". *Ibid.*, p. 96. Cfr. pp. 96-98.

66. GALIFFE, *Not. généal*, III, 528. Sôbre os excessos e tirania de CALVINO em Genebra, cfr. J. B. GALIFFE, *Quelques pages d'histoire exacte*, soit les procès criminels intentés à Genève contre A. Perin et Laurent Maigré. Mém. de l'Institut National Genévois, 1862; In. *Nouvelles pages d'histoire exacte*, soit le procès de P. Aimeaux,, Mém. 1863; F. W. KAMPSCHULTE, *Joh. Calvin, seine Kirche und sein Staat in Genf.* I, Leipzig, 1869; *Calvin à Genève, Quelques pages de sa vie à l'occasion* du 300me *anniversaire de sa mort*, par un genévois, Genève, 1864.

67. Dos colaboradores de CALVINO contentar-me-ei com a observação de GALIFFE: "Plusieurs des collègues du réformateur eurent des histoires très scandaleuses dont les détails ne peuvent entrer dans un ouvrage destiné aux deux sexes: je pourrai en publier quelques unes en latin pour l'édification des tartufes". *Notices généalogiques*, I. III, p. 381, nota.

ANA DE BOLEYN. Se a paixão e o capricho não houveram influído nas disposições dêste monarca êle teria conservado as suas relações amistosas com a S. Sé; o título de *Defensor da fé* que adquirira com os seus escritos lhe seria devido até à morte, e seus sucessores poderiam usá-lo, sem que fôsse, como é hoje, uma irrisão para o doador e para o dom. Mas a *passagem da Igreja a uma seita é quase sempre pelo caminho dos vícios e a volta duma seita à Igreja é sempre pelo caminho da virtude...*

Se o motivo foi desprezível, os meios foram ainda mais horríveis, etc." [68]

ZWINGLIO, pároco suíço, foi expulso da paróquia pelos seus costumes dissolutos. Antes de demolir o dogma já havia feito tábua rasa do Decálogo. Fêz-se então reformador, casou-se apesar de sacerdote, mas infelizmente a sua mulher não era a única que lhe freqüentava a casa. Os escândalos eram públicos e mais de uma vez êle os confessou abertamente. Aos irmãos que, solícitos de sua boa fama, lhe pediam explicações sôbre as más vozes que corriam a seu respeito, respondia em 1522: "Se vos disserem que peco por orgulho, intemperança e libidinagem, crede sem dificuldade; infelizmente sou sujeito a êstes e ainda a outros vícios".[69] Numa súplica ao bispo de Constança, para que suprimisse o celibato eclesiástico: "Arsimus pro pudor! tantopere et multa indecore gessimus".[70]

Depois, a fim de evitar os escândalos que neste ponto dava aos fiéis, pedia ao bispo a abolição do celibato: "Per igitur communem Christum, per libertatem ejus sanguine partam, per paternum affectum, quem nobis debes, per miseriam animularum nostrarum, per vulnera conscientiarum, per quidquid est divinum, quidquid est humanum, te oramus, ut supplices clementer respicias, ac quod temere aedificatum est cum consilio demoliri sinas".[71] A súplica é assinada por 10 sacerdotes, o último dos quais ZWINGLIO.

TEODORO BEZA, discípulo de CALVINO, assinalou-se também pelo seu espírito de libertinagem e poesias licenciosas. Viveu com Mme. Cláudia, já esposada a um alfaiate de Paris que ainda vivia. Esta infeliz houve de padecer muitos desprazeres por causa das numerosas concorrentes que lhe freqüentavam a casa. Exortado um dia a converter-se ao catolicismo, o velho sectário abaixou, envergonhado, a fronte e apontou o quarto onde se achava a concubina.

68. WILLIAM FITZ, *Lettre d'Atticus*, Paris, 1862, p. 112. Ap. AUG. NICOLAS, *Études philosophiques sur le christianisme*(26), Paris, 1885, p. 268.

69. *Werke*, I, 325.

70. *Werke*, I, 204.

71. *Werke*, I, 206.

CARLOSTADT, ECOLAMPÁDIO e BUCERO eram sacerdotes que, infiéis aos seus juramentos, saudaram com palmas o advento da Reforma que lhes abria a porta do matrimônio. A primeira preocupação dos novos evangelistas foi escolher uma companheira que lhes mitigasse os dissabores do apostolado.

O exemplo de cima é contagioso. Onde os mestres são o que acabamos de ver, que serão os discípulos? Diz-no-lo a história. Êstes padres e frades apóstatas, que, impacientes da disciplina monástica, se bandearam para o partido reformado, não puderam sequer conservar-se nesta mediania moral de qualquer homem honesto. Quem negara a fé jurada a Deus, como havia de ser fiel à palavra dada a uma mulher? A poligamia começou a alastrar entre os novos evangélicos. O "pároco" MIGUEL KRAMER tinha três mulheres. SEBASTIÃO FLASH, pregador luterano, fala-nos da "permuta entre as mulheres (commutationem uxorum)" freqüente entre os reformados. De um predicante superior afirma: "queria concluir comigo um contrato sôbre a troca de mulheres e, ao ver que por motivo algum me induzia a cometer semelhante delito, tentou constranger-me à viva fôrça. O sentimento do pudor veda-me o demorar-me mais largamente sôbre fatos análogos".[72]

Mas ninguém estigmatizou com mais violência ou pintou com mais cruel realismo os costumes e o caráter moral dos primeiros reformadores do que os seus próprios chefes. Nas rusgas internas, que sempre estiveram na ordem do dia entre os protestantes, punham ao soalheiro tôdas as misérias domésticas. Mestres e discípulos mimoseavam-se com as mais descabeladas verrinas. Ouçamos primeiro o juízo dos mestres.

Para LUTERO, CARLOSTADT é "um diabo doméstico e traidor";[73] JOÃO AGRÍCOLA "um grande soberbo e temerário que quer aparecer só e, no seu orgulho e arrogância, passa acima dos outros";[74] os sacramentários (ZWINGLIO, CARLOSTADT, ECOLAMPÁDIO, SCHWENKFELD)

72. *Professio catholica M. Seb. Flaschii*, p. 219, ss.

73. Weimar, XVIII, 213. Quando em 1541 noticiaram a LUTERO a morte de CARLOSTADT com a circunstância de que o demônio tinha aparecido ao moribundo para levar-lhe a alma ao inferno: "Que maravilha? disse o reformador, recebeu o prêmio que havia merecido". DE WETTE, V, 463.

74. Erl., LXI, 11.

são "assassinos das almas, homens satanizados, persatanizados, supersatanizados, de coração malvado e língua mentirosa".[75]

Para Calvino, Lutero "é um grande vicioso. Oxalá trabalhasse por melhor coibir a violência que lhe ferve sempre nas veias, oxalá se aplicasse a conhecer melhor os seus vícios; Melanchthon é inconstante e cobarde, Ossiander um sedutor, uma bêsta-fera incapaz de ser domesticada; Augiland, ministro em Montbéliard, um orgulhoso, rixador e arrebatado; Memmon, um infeliz maniqueu; Bucero, alma servil que já não sabe encontrar palavras para amansar a ferocidade de Lutero e dos seus".[76]

Os discípulos, se bem recebiam, melhor davam. De ambos os lados a aljava era bem provida; os virotões ervados cruzavam-se e feriam fundo em ambos os campos. Lutero, no sentir de Ecolampádio, é "calumniandi magister et sophistarum princeps".[77] "Creio que desde os tempos dos Apóstolos, escrevia Leo Judae em 1534, não houve quem falasse tão obscura, tão ridícula, tão ìmpiamente como Lutero".[78] "Deus me condene, dizia por sua vez Zwinglio, se Lutero não excede em estultícia a Faber, em impureza a Eck, em ousadia a Cochlaeus, numa palavra, a todos em todos os vícios".[79] Calvino, no sentir de Melanchthon, era um caráter obstinado; de uma arrogância intolerável acrescentava Beaudoin; segundo Bucero, o vírus da maledicência passara-lhe nas veias como o da raiva nos cães danados; para Papiro Masson, sob uma aparência de modéstia e simplicidade, o reformador genebrino alimentava um orgulho, uma sêde de sangue insaciável. O luterano Faber tôdas as noites antes de deitar recitava esta oração: "Senhor Jesus, esmagai depressa sob os nossos pés a cabeça de Satã e livrai a vossa igreja da peste calviniana".[80] Poderíamos encher ainda várias páginas de citações análogas em que os pais do protestantismo, ou assoalhassem a verdade, ou mùtuamente se caluniassem, sempre se desprestigiavam moralmente.

Mas paremos aqui. Não continuemos a ouvir êste tiroteio de amabilidades. Não queremos ser cruéis em abusar da superioridade de uma vitória incontestável. Os protestantes honestos e sinceros cobrem o rosto de pejo ante êste espetáculo que os acabrunha. Mas a vergonha é salutar, a confusão é o começo da resipiscência. Se ainda se lhes não embotou de todo na consciência o senso cristão respondam lealmente: é possível que Deus, para reformar o cristianismo e reconduzi-lo à sua pureza primitiva, tenha escolhido por instrumentos êstes abortos de teratologia moral?[81]

75. Erl., XXXII, 404.
76. Ap. Audin, *Histoire de Calvin*, II, 373-4; I, 269.
77. Zwingli, *Opera*, VIII, 165.
78. Ap. Grisar, *Luther*, II, 229.
79. Ap. Grisar, l. c.
80. Ap. Audin, Vie de Calvin, II, 374; I, 270. Aí vêm indicadas as fontes contemporâneas.

§ 2. — *Progresso da Reforma e suas causas.*

Sumário — Causas predispositivas: corrupção dos costumes e humanismo. — Causas próximas: internas e externas.

A revolta religiosa explodida na Saxônia propagou-se ràpidamente por tôda a Europa Setentrional. Ao cabo de alguns anos, a Suíça, a Alemanha, a Inglaterra e a Escandinávia estavam contaminadas do vírus luterano. "Nesta simultaneidade maravilhosa descobre-se o dedo de Deus", p. 56, comenta piedosamente Carlos Pereira.

Creio que não há aí matéria para maravilhas nem razão para invocar o dedo de Deus. As causas naturais — históricas e psicológicas — explicam cabalmente a rápida difusão da Reforma, imprimindo-lhe ainda uma vez um ferrête de ignomínia.

Várias razões, que não podemos desenvolver aqui, provocaram a decadência dos costumes cristãos no clero secular e regular, durante os séculos precedentes. A reação reformadora empreendida enèrgicamente pela Igreja produzira frutos copiosos mas ainda não havia ultimado a sua tarefa.[82] O mal alastrara por imensa extensão e lançara profundas raízes nas paixões humanas. Em princípios do século XVI contavam-se ainda, infelizmente, muitos mostei-

81. *Bibliografia.* Audin, *Histoire de la vie, des ouvrages et des doctrines de Calvin*, [illegible] vols., Paris, 1841; Audin, *Histoire de la vie, des écrits et des doctrines de Martin Luther*(5), [illegible] vols., Paris, 1845-46; F. Bichler, *Luther in Vergangenheit und Gegenwart*, Regensburg u. Wien, 1918; Cristiani, *Luther et le luthéranisme*, Paris, 1908; H. Denifle, *Luther und Luthertum*, 2 vol., Mainz, 1904-09; K. Germanus, *Reformatorenbilder*, Freiburg i. B. 1883, pp. 53-113; H. Grisar, *Luther*, 3 vol., Freiburg i. B. 1912; A. M. Weiss, *Lutherpsychologie als Schlüssel zur Lutherlegende*, Mainz, 1906. Ver a nota 1, da p. 205.

82. Lamentamos profundamente não poder bosquejar, ao menos a largos traços, a cruzada empreendida pela Igreja, no século anterior ao protestantismo, contra os agentes de corrupção que lavravam no seio da cristandade. Ordinàriamente não se conhecem senão as sombras desta época de crise. Mas há também luzes e luzes de intenso fulgor. Contento-me com indicar ao leitor as obras seguintes: J. Guiraud, *Histoire partiale, histoire vraie*, t. II(14), Paris, 1912, c. XIII, La réforme catholique avant Luther, pp. 288-319; Imbart de la Tour, *Les origines de la Réforme*, t. II, *L'Eglise catholique, la crise et la Renaissance*, Paris, Hachette, 1909; J. Janssen, *Geschichte des deutschen Volkes*, t. I, 17-18. Freiburg i. B., 1897; L. von Pastor, *Geschichte der Paepste, seit dem Ausgang des Mittelalters*, t. I-IV(4), Freiburg i. B. 1889-1909.

ros relaxados, muitos pastôres e dignitários eclesiásticos esquecidos de sua elevada missão religiosa. Era um caldo de cultura favorável ao desenvolvimento e multiplicação do bacilo protestante.

Além disto, a prolongada ação do *humanismo*, com o seu paganismo renascente, exercera nos ânimos uma influência dissolvente que veio agravar a situação geral.

Mas se êstes fatores intelectuais e morais explicam a diátese da época, outras são as verdadeiras causas da propagação do movimento protestante: *internas* umas, outras *externas*.

Nas próprias doutrinas da reforma se encontra a primeira explicação de sua virtude expansiva. Aos sacerdotes e religiosos, impacientes do jugo da disciplina eclesiástica e saudosos da liberdade dos filhos do século, escancarava ela, de par em par, as portas da mal sofrida clausura, relaxava todos os vínculos morais, isentava da fidelidade aos votos e aliciava com as perspectivas douradas do cobiçado matrimônio. Os filhos abastardados de santos patriarcas saudaram com júbilo a pregação do novo Evangelho, como a indulgência plenária de tôdas as culpas passadas e o advento da suspirada liberdade legal do vício. A quantos parecia pesado o jugo da moral evangélica sorriu a Reforma com sorriso de mãe complacente. O protestantismo enriqueceu assim com os refugos da Igreja católica.[83] Há quatro séculos que se repete esta velha história.

Assim se atraía o clero corrompido. Para os leigos e principalmente para os príncipes havia os bens eclesiásticos a tentar-lhes a cobiça. Disse sem rebuços um incrédulo "que o verdadeiro fundamento da Reforma foi o desejo de furtar a prataria e as ricas alfaias dos altares".[84] A urna de S. TOMÁS de Cantuária enriquecia o fisco de avultada soma? Foi o suficiente. O santo mártir foi degradado e as riquezas do seu túmulo fizeram parte do seu crime. Na Westfalia, em Munster, Soest e muitas outras cidades da Alemanha setentrional e meridional, a passagem para a nova religião operou-se como um verdadeiro movimento bolchevista.

---

83. Aos seus prelados quando se congratulavam de haver lucrado, com a apostasia de algum sacerdote católico, "um novo irmão", costumava dizer CARLOS II de Inglaterra: "Se ganhastes um novo irmão, brevemente tereis também uma nova irmã". Narra o cronista FREIBERG: "No tempo em que o evangelho foi pela primeira vez pregado entre nós (na Prússia, em 1525) era um contínuo procurar mulher e marido e muito buscados eram os padres e monjes. Porque no princípio possuíam ainda o dinheiro das fundações votivas e a gente se lhes apinhava ao redor". Cit. por MECKELBURG, *Die Königsberger Chroniken*, 1865, p. 165.

84. O verdadeiro fundamento da Reforma foi "a pretence for making spoil of the plate, vestures and rich ornaments belonging to the altars". HUME's *Hist. of Engl. Elisabeth*, c. XL, anno 1568, cit. por DE MAISTRE, *Du Pape*, l. III, c. 5, ed. de 1819, p. 517.

A todos, sacerdotes e leigos, a Reforma oferecia as inestimáveis vantagens de uma doutrina cômoda, folgada e de sobrancelhas desfranzidas. Não há negar que a dispensa do jejum e da penitência, a supressão do confessionário, poderoso freio moral mas duro à natureza, a glória do céu conquistada só pela fé sem nenhum esfôrço pessoal e sem a bagagem molesta das boas obras meritórias, deviam ressoar a milhares de ouvidos como o repique festivo de uma "boa nova".[85] O livre exame, elevando o indivíduo a árbitro supremo em matéria de religião, era outrossim muito para lisonjear o orgulho humano.

E assim foi. A "liberdade evangélica" atraiu as multidões com o engôdo de suas aplicações práticas. As palavras de LUTERO oferecem-nos a prova. "O Evangelho hoje em dia encontra aderentes que se persuadem não ser êle senão uma doutrina que serve para encher o ventre e dar larga a todos os caprichos".[86] "A gente se fixou nesta idéia do Evangelho: "Ah! é verdade que Cristo nos anuncia no Evangelho a liberdade? Então, já não queremos trabalhar, mas comer e beber e cada um estende o saco para que se lhe encha o ventre".[87] Em 1545 escrevia no mesmo sentido MELANCHTHON: "Com zêlo e amor abraçam o Evangelho porque nêle vêem um atalho para a licença que sacode todos os jugos".[88]

Já começamos a entrever que não foi precisamente "o dedo de Deus" o grande propulsor do movimento religioso do século XVI.

A par destas causas internas concorreram bem cedo outras influências exteriores que se podem cifrar na *habilidade de propaganda dos novos pregadores* e no *apoio do poder civil*.

Não há escurecer que LUTERO e muitos dos seus companheiros deram provas de finos psicólogos (não digo de honestos moralistas)

---

85. "Não é porventura uma boa nova, dizia LUTERO, quando um se acha afogado em pecados e vem o Evangelho e diz: "Confia e crê; os teus pecados te são, sem mais, perdoados?". Erl., XVIII, 260.

86. Weimar, XXXIII, 2.

87. Weimar, XXXIII, 4.

88. *Corp. Reform.* V, 725. Eis o original de MELANCHTHON: "Quare cum existimant Evangelii doctrinam esse rectam et compendiariam viam ad obtinendam licentiam, quae omnia onera excutit, quodam caeco studio feruntur ad amorem Evangelii". Cfr. muitas outras citações em DOELLINGER, *Die Reformation*, t. I (2), pp. 289-359. FREDERICO II da Prússia escreveu sem atenuações: "Si donc on veut réduire les causes des progrès de la Réforme à des principes simples, on verra qu'en Allemagne ce fut l'ouvrage de l'intérêt, en Angleterre, celui de l'amour, et en France, celui de la nouveauté, ou peut-être, d'une chanson, *Mémoires pour servir à l'histoire de la maison de Brandeburg*, Oeuvres primitives de Fréderic II, Potsdam, 1805, t. I(6), p. 40.

na escolha dos meios por que insinuaram as novas doutrinas nas massas populares.

O largo período medieval de guerras entre o império e a península itálica, os contrastes políticos entre o imperador e o Papa fomentaram durante séculos a aversão, ora secreta, ora ostensiva, entre as duas raças. Alemães e italianos não se viam de bons olhos. O monje agostiniano soube hàbilmente explorar êste veio fecundo da psicologia popular. A revolta contra a supremacia espiritual do Papa revestiu fàcilmente aos olhos do vulgo o caráter de reivindicação patriótica, de independência e exaltação nacional. Consciente ou insconscientemente, povos e príncipes entraram nestas vistas políticas e fizeram servir a separação religiosa às miras de ambições temporais.

Neste intuito, os primeiros reformadores não pouparam meios de desprestigiar Roma e o Papado. O povo ouve sempre de bom grado quantos oradores se insurgem contra a autoridade, fustigando-lhes os costumes desregrados e inculcando-se arautos de melhor porvir. É fácil imaginar com quanta avidez afluíram as massas aos discursos tribunícios de LUTERO, que, em arrojos de eloqüência popular, arremetia contra papas, cardeais, bispos e religiosos. Onde e quando deixou o escândalo de exercer sua atrativa doentia sôbre a alma das turbas? [89]

A ironia vilã, o insulto grosseiro, a sátira deslavada, tudo servia para condimentar as arengas populares e apimentar os escritos de vulgarização ao sabor dos paladares derrancados. [90] A escurrilidade no estilo do monge saxônio é de uma baixeza inferior a qualquer qualificação. Quereis exemplos? Ouvi êstes trocadilhos de sarjeta: *Vaccultas* em vez de *facultas*, *cacolyca Ecclesia*, em vez de *catholica*; os professôres de Lovaina são *nostrolli magistrolli*; *coelestissimus* na sua pena transforma-se em *scelestissimus*, *sanctissimus* em *satanissimus*. Outros equívocos mergulham tão fundo na obscenidade que uma pena limpa não os pode transcrever. Escutai ainda estas truanices do seu polemizar: "um asno sabe que é asno, uma pedra sabe que é pedra, e êstes asnos de papistas não sabem que são asnos"; "o papa não me pode dizer que sou asno, êle bem sabe que, pela bondade de Deus e sua graça particular, sou mais douto nas escrituras que êle e todos os seus jumentos". Para cobrir de ridículo sacerdotes e religiosos, êle acha bufonerias dêste jaez: "Se êles pelo sacerdócio não nos podem mostrar senão a tonsura, a unção e a veste talar, nós os deixaremos gloriarem-se nestas imundícies porque sabemos que fàcilmente pode tosar-se uma porca ou um tronco, ungi-lo e vesti-lo com uma sotaina". [91] Que trivialidade de histrião! A vilania desta linguagem, que apenas se compreende numa taverna de almocreves, mal se compadece realmente com a dignidade de reformador evangélico! Mas a freguesia da feira ria e batia palmas; o saltimbanco continuava a chocarrear. [92] O estilo é o homem.

A peçonha da calúnia vinha envenenar as farpas da sátira grosseira. Não há talvez na história exemplo de campanha difamatória mais indigna e abjeta que a empreendida pelos reformadores contra Roma. As personagens, as doutrinas, os ritos, os usos, as ações da Igreja católica, tudo passava pelos dentes daquela grande entro-

---

89. Excelentemente DE MAISTRE: "Le coeur humaine est naturellement révolté. Levez l'étendard contre l'autorité, jamais vous ne manquerez de recrues. Non serviam. C'est le crime éternel de notre malheureuse nature". *De l'Eglise gallicane*, c. 4, Lyon, 1821, p. 33.

90. Sôbre as sátiras e pasquins dêste tempo cfr. SCHADE, *Satyr. u. Pasquille aus d. Reformationszeit*, Hannover, 1856, 3 vols. Em pintar caricaturas frívolas e obscuras ocupou-se principalmente o conhecido pintor LUCAS KRANACH. LUTERO e MELANCHTHON nas tavernas de Wittemberga aviltaram-se até a baixeza de ilustrar as monstruosas figuras do "papa-asno" e do "frade-boi". Algumas destas caricaturas podem ver-se em DENIFLE, *Luther und Luthertum*. t. I(2), 827, 832, 837, 840. Mais pormenores sôbre esta indigna campanha de caricaturas podem ver-se nos estudos recentíssimos de H. GRISAR, F. HEEGE, *Luthers Kampfbilder*, Freiburg i. B. Herder, 4 Hefte. "Nous rougissons encore, escreve DE MAISTRE, pour la nature humaine, en lisant dans les écrits du temps les sacrilèges injures vomies par ces premiers novateurs contre la hiérarchie romaine". *Du Pape*, Conclusion, Lyon, 1819, p. 664.

---

91. Weimar, XII, 189. Cfr. DENIFLE, *Luther*, etc., I(2), p. 300 ss.; BOSSUET, *Hist. des variat.*, l. 1, n. 33; l. 6, n. 39. No calão das badernas, com LUTERO corre parelhas CALVINO. Que arrieiro desbocado, numa arremetida de cólera, encontraria estas facécias para saudar os Padres do Concílio Tridentino? "Salve tridentícolas, soldados de Netuno, ignorantes, estúpidos, asnos, porcos, bêstas, legados do Anticristo, ventres ociosos, cadáveres pútridos, padres cornudos, monstros pestilenciais, padres auritos, filhos da fé romana, isto é, da grande prostituta". Ver o original latino ainda mais veemente em AUDIN, *Histoire de la vie de Calvin*, Paris, 1841, II, p. 376. O vocabulário é rico e sonoro, é digno do "Paulo do cristianismo restaurado".

92. Os contemporâneos reconhecem a linguagem descomposta e inconveniente do ex-frade. BULLINGER, reformador suíço, assim o julgava em 1545: "É infelizmente inegável e manifesto que ninguém, tratando da fé e de assuntos graves e importantes escreveu jamais de modo tão áspero, tão rude, inconveniente e contrário à moderação e bons costumes cristãos como Lutero". DOELLINGER, *Die Reformation*, III, 263. TOMÁS MOORE, aliás tão moderado, pinta-lhe assim, num realismo cru o estilo obsceno: "Nihil habet in ore [Lutherus] praeter latrinas, m..., stercora, quibus foedius et spurcius quam ullus unquam scurra scurratur... Si pergat scurlilitate ludere nec aliud in ore gestare quam sentinas, cloacas, latrinas, m..., stercora, facient quod volunt alii, nos ex tempore capimus consilium, velimusne sic baccantem... cum suis m... et stercoribus cacantem cacatumque relinquere". *Responsio ad convitia Lutheri* 1523. *Opera*, Lovanii, 1566, p. 116. O apóstata tinha consciência desta mordacidade, mas eis como se desculpa: "Não posso negar que sou mais violento do que convém; mas os meus inimigos que o sabem não deviam atiçar o cão". "Quase todos me condenam a mordacidade". DE WETTE. I, 479. ZWINGLIO com o seu estilo descabelado dizia: "Quando leio os seus livros [de Lutero] parece-me ver um animal imundo a grunhir num jardim de perfumadas flores; tão impuramente, tão pouco teològicamente, com tanta impropriedade fala LUTERO de Deus e das cousas sagradas". *Opera*, II, 192.

sagem e saía vilipendiado, adulterado, mutilado, falseado. Alguns exemplos bastarão para convencer o leitor. Falando do matrimônio escreve LUTERO: "Os papistas ensinam que o matrimônio é verdadeira impureza e pecado em que se não pode servir a Deus". "O Papa, o diabo e a Igreja são inimigos do estado matrimonial... para êles êsse estado não passa de comércio ilícito, pecado, coisa impura, rejeitada por Deus".[93] "O Papa nos seus livros chama o estado matrimonial, estado pecaminoso, em que não se pode prestar a Deus um culto que lhe seja agradável".[94] Por LUTERO, respondam-me os protestantes: onde afirma o Papa semelhante coisa?

Tratando da absolvição e querendo demonstrar que os religiosos são absolvidos graças às suas boas obras, LUTERO *trunca a fórmula católica* (que êle tantas vêzes ouvira e recitara), omitindo-lhe a parte essencial: "ego te absolvo a peccatis tuis", para, mais tarde, propor estas mesmas palavras, como a única e verdadeira fórmula de absolvição, inventada por êle e desconhecida dos papistas.[95]

LUTERO aplicou em tôda a linha o princípio psicológico que êle próprio formulara nos seus primeiros anos: "os hereges não são bem acolhidos se não pintam a Igreja como má, falsa e mentirosa. Só êles querem passar por bons: a Igreja há de figurar como ruim em tudo".[96]

93. Erl., XXV, 369, 373.

94. Erl., XLIV, 376.

95. Weimar, XII, 1 Abt., 264. A verdadeira fórmula propõe-na êle num sermão em 1540. Se não fôra a brevidade do espaço demonstraríamos com numerosos exemplos como LUTERO, *conscientemente*, falsificou textos, truncou citações, alterou palavras para caluniar e vilipendiar a Igreja católica. Não foi LUTERO quem disse em 1520: "Para enganar e subverter o papado julgamos que *tudo nos é lícito*"? DE WETTE, I, 478. Não foi LUTERO quem, no caso da bigamia do landgrave de Hasse, escreveu: "Que mal haveria em dizer para o bem da Igreja [da luterana] uma boa e grossa mentira?". Não foi LUTERO quem, em 1530, a propósito da atitude tomada contra os católicos na dieta imperial, escreveu a MELANCHTHON: "Se conseguirmos evadir a intervenção da fôrça, durante a paz emendaremos fàcilmente *os nossos enganos* e *os nossos erros* (dolos ac lapsus nostros facile emendabimus) porque sôbre nós reina, a misericórdia de Deus"? DE WETTE, IV, 156. — Sr. CARLOS PEREIRA, mire êstes textos do seu grande patriarca antes de escrever que "o fim justifica os meios" "é grande princípio da moral jesuíta", p. 440. — À luz dos seus escritos e atos como aparece verdadeiro o juízo de DENIFLE: "Em LUTERO não encontramos um homem que de modo algum mereça o nome de reformador, mas um agitador, um revolucionário para o qual não havia sofisma por mais ousado, malícia por mais astuta, mentira por mais grave, calúnia por mais atrevida, de que se não servisse para justificar a sua apostasia da Igreja e dos princípios que, no passado, haviam sido seus". DENIFLE, *Luther und Luthertum*, I(2), 298.

96. Weimar, III, 45. Cfr. IV, 363. Eis a êste respeito alguns juízos dos contemporâneos do reformador. O luterano JERÔNIMO PAPPUS: Lutero "em caluniar não tem igual". ERASMO: "Revelarei a todos que mestre insigne és em falsificar, exagerar, maldizer e caluniar. Mas já tôda a gente o sabe... Na tua astúcia sabes torcer a própria retidão, desde que o teu interêsse o requeira. Conheces a arte de mudar o branco em prêto e de fazer das trevas luz". FRANCISCO ARNOLDI, de um escrito do heresiarca: "há nêle tantas mentiras, quantas palavras". JOÃO DIETEMBERGER: "É o mais mentiroso de quantos homens vivem debaixo dos céus". PAULO BACHMANN: "As mentiras de Lutero excedem em grandeza ao monte Olimpo". E ainda: "Não é um homem que erra, é o espírito maligno, espírito para o qual nenhuma mentira, nenhuma falsidade, nenhuma impostura é demasiada". JORGE, *duque de Saxónia:* "Até aqui não nos havia ensinado a Sagrada Escritura que Cristo houvesse escolhido para o apostolado e a pregação do seu Evangelho, mentiroso tão de profissão e tão impudente". Cfr. êstes e muitos outros testemunhos coevos, assim protestantes como católicos, apud GRISAR, *Luther*, II, 452, e ss.

CALVINO, navegando na esteira do mestre, não cora de escrever estas enormidades: "Ninguém ignora que aparência de religião professavam há muito tempo e ainda hoje professam o Papa e todo o colégio dos cardeais. O primeiro ponto capital da arcana teologia que entre êles domina é que Deus não existe; o segundo é que, quanto se lê e ensina acêrca de Cristo não passa de mentira e impostura; o terceiro, que quanto diz a Escritura acêrca da vida eterna e da ressurreição final são meras fábulas e isto, acrescenta, é "coisa conhecídissima de quantos conhecem Roma".[97] Quem se não havia de levantar, todo ardor e todo zêlo, contra esta igreja degenerada em covil de ateus, materialistas e idólatras? Sim, também idólatras e para justificar mais êste epíteto, adulterou-se a doutrina tão simples do culto dos santos e das imagens. Aqui a calúnia ja não é de um indivíduo, ainda que chefe de partido, é da *apologia* da confissão augustana, documento oficial do protestantismo. Eis as suas palavras: "Alguns há que atribuem claramente a *divindade* aos santos afirmando que vêem os mais secretos pensamentos do nosso coração... Fazem dos santos não só intercessores, mas *mediadores da redenção*. — Não falamos das abusões do povo, mas da opinião dos doutores (sic!...) Da invocação dos santos passaram às imagens. Honraram-nas, pensando que tivessem uma virtude secreta como os magos dizem haver nas imagens esculpidas em determinadas épocas".[98]

97. CALVINO, *Inst. de la Relig. chrét.*, l. 4, c. 7, n. 27. Êste trecho inqualificável merece citado no original: "Mais qu'est ce que j'en [des Papes] nomme trois ou quatre, comme si on estoit en doute quelle est la Chrestienté dont les Papes, avec tout le Collège des cardinaux ont fait profission desja par longues années, et font encores à présent? Le premier article de leur théologie laquelle ils ont entre eux, est qu'il n'y a point de Dieu. Le second, que tout ce qui est escrit et tout ce qu'on presche de Jésus-Christ, n'est que mensonge et abus. Le troisième que tout ce qui est contenu en l'Ecriture touchant la vie eternelle et sa résurrection de la chair, ne sont que fables". *Opera*, IV, 714; Trad. lat., I, 625-6.

98. *Apologia*, ad art. XXI, c. De Invoc. *SS. Corp. Reformat.*, XXVI, 588, 589, 592. Outro antigo teólogo de grande fama entre os protestantes não hesitou em escrever que: "entre a idolatria pagã e a invocação dos santos não há mais que simples diferença de nome". CHEMNITZ, *Examen Concilii Tridentii*, Ed. de Berlim, 1861, p. 71.

E tudo isto se escrevia sem pestanejar, se imprimia, se vulgarizava e enraizava nas populações protestantes que, na sua ingenuidade, ainda hoje acreditam em tôdas estas enormidades da grande meretriz de Babilônia!

Mais um fato. LEÃO X, como é sabido, recorrera a todo o orbe católico pedindo esmolas para a construção da grande basílica de S. Pedro. Um predicante do tempo, ULRICO HUTTEN, escrevia: "A tal igreja de S. Pedro não passa de uma comédia representada pelo Papa para recolher dinheiro. Êle nem pensa em construí-la. O que afirmo, continuava o honesto evangélico, é a verdade mesma, o Papa solicita recursos de todo o universo para a basílica de S. Pedro, e nela só trabalham dois operários, um dos quais é coxo".[99] Que prazer ouvir no século XX a êste bom protestante afirmar como "a verdade mesma" que Leão X não pensava em construir a basílica Vaticana!

A hipocrisia foi o último ardil de que lançou mão a Reforma nascente para introduzir as suas doutrinas. Muitas populações católicas passaram-se para a heresia quase sem o perceber. A princípio se conservava a missa e a aparência externa dos ritos católicos, depois, pouco a pouco, se mutilavam as palavras do cânon e se expunham à adoração do povo hóstias não consagradas até que os ânimos se fôssem dispondo a receber tôda "a verdade". Assim, no regulamento para as funções religiosas na Saxônia Eleitoral, a missa solene foi conservada nas cerimônias externas, mas LUTERO suprimiu o cânon e tudo quanto nas coletas se refere à oblação, "porque o povo não podia perceber" a mutilação sacrílega, mas quis se conservasse a elevação para contentá-lo.[100] Aos seus, advertia ZWINGLIO "que a princípio apresentassem só as peras doces deixando as amargas para o fim". Como se vê, ainda uma vez, o maquiavélico princípio: o fim justifica os meios, foi pelos chefes da reforma admitido em teoria e largamente aplicado em matéria religiosa.

A raiz de onde germinavam como frutos espontâneos a calúnia, a sátira, a hipocrisia e a violência da propaganda reformista, é mais íntima e profunda: é um ódio entranhado e irreconciliável à Igreja católica. Depois do amor, não há estímulo mais potente à atividade humana do que o ódio. Como o amor, o ódio cega; e

99. Cit. por DE MAISTRE, *De l'Eglise gallicane*, l. 2, c. 13, ed. 1821, 302.

100. Cfr. RICHTER, *Die evang. Kirchenordnungen d. 16 Jahrund. Urkund. u. Regest.*, Weimar, 1846, 2 vols.

centuplica as fôrças. Foi nesta paixão dos precitos que LUTERO hauriu a sua energia indomável na guerra àquela contra a qual Jesus Cristo havia predito se haviam de conjurar tôdas as potências do inferno. A destruição, a morte do Papado por todos os meios, é o grande ideal do apóstata saxônio. Como Moisés destruiu e pulverizou o bezerro de ouro, diz êle, "assim devemos nós fazer, com o Papado, até reduzi-lo a cinzas".[101] "Desejo ver abolidos, extintos, arrasados todos os mosteiros. Oxalá Deus os arrase, como outrora Sodoma e Gomorra, num mar de fogo e enxôfre do céu, para que dêles não fique sôbre a terra nem sequer memória".[102]

Se os monumentos da fé católica despertavam tais sentimentos no desditoso egresso, as pessoas não se furtavam menos aos desejos de sua vingança homicida: "Se eu pudesse colhêr unidos numa casa todos os franciscanos, atear-lhes-ia fogo... Eia, ao fogo todos!"[103] Os religiosos "não são dignos de se chamarem homens, nem mesmo deveriam chamar-se porcos".[104] Mas o ódio só se sacia no sangue, e o sangue dos católicos desejava-o LUTERO para nêle lavar as mãos. "A mim me parece que, a continuar esta fúria dos romanistas, já não nos resta outro remédio senão que imperador, reis e príncipes, com as armas e a violência, assaltem esta peste do mundo e dirimam a questão não com palavras mas com o ferro... Se punimos os ladrões com a fôrça, os bandidos com a espada, os hereges com o fogo, porque não havemos de agredir com as armas êstes mestres de perdição, êstes cardeais, êstes papas, tôda esta sentina da Sodoma romana, porque *não havemos de lavar as nossas mãos no seu sangue?*[105]

Não bastava odiar de morte em vida; o ódio, como o amor, aspira à eternidade. O ódio ao Papa foi o grande testamento de LUTERO. Em 1537 enfermou o heresiarca em Esmalcalda. A doença agravou-se tanto que se julgou iminente o desenlace. O moribundo compôs então uma oração que terminava com estas palavras: morro no ódio do Papa (ego morior in odio papae). A 25 de fevereiro declarou queria que o seu epitáfio fôsse: "Pestis eram

101. Weimar, XXVIII, 762.

102. Weimar, VIII, 624.

103. *Tischreden*, na coleção de Mathesius, n. 305.

104. Erl., XLVII, 37. — Outros tópicos semelhantes contra bispos e papas apud DENIFLE, *Luther u. Luthertum*, I, 241-348.

105. "Cur non... manus nostras in sanguine istorum lavamus?". Weimar, VI, 347. Cfr. ibid., p. 427. É essa alminha pura, êsse cordeirinho inocente, que ousa escrever: "Em verdade nunca desejei nem fiz mal aos papistas; quisera tão sòmente reconduzi-los ao verdadeiro Cristo". Erl., XXXI, 389.

vivens, moriens ero mors tua Papa". No dia seguinte julgaram poder transportá-lo para Wittemberga: LUTERO não queria morrer na cidade onde então se achava o legado pontifício. No momento da partida, o enfêrmo recebe as despedidas dos amigos, e ao pôr-se em movimento o carro traça com a mão uma cruz e diz "Deus vos encha de suas bênçãos e de ódio ao Papa". MATHESIUS, seu discípulo, então presente, conta-nos que no veículo LUTERO declarou as suas últimas vontades e fêz o testamento, deixando aos seus amigos, os seus sermões e *odium papae*.[106]

Eis a triste herança que o pai do protestantismo legou aos seus filhos, pelos séculos afora!

Tôda esta grande máquina de guerra montada contra Roma, apesar de tão bem manejada pelos seus construtores, ainda assim não explicaria, só de per si, a rápida difusão da heresia, se o poder civil não lhe viesse bem cedo trazer o inestimável refôrço da espada. Com a promessa dos bens eclesiásticos, com oportunas concessões morais,[107] com a perspectiva da mais completa independência, LUTERO e os seus acólitos souberam aliciar reis e príncipes, que puseram logo as suas armas a serviço da propaganda "evangélica". Foi a violência, que, quase em tôda a parte, oprimindo as consciências, implantou a reforma do "livre exame". Com o advento do protestantismo soçobrou a liberdade religiosa e política para ceder lugar à revivescência pagã do cesarpapismo.

Na *Inglaterra* basta lembrar as páginas sanguinosas e as loucuras tirânicas e teológicas de HENRIQUE VIII, o rei adúltero, de ISABEL, a rainha "virgem", e de CROMWELL, o désposta fanático. O venerando bispo FISHER e o ex-chanceler TOMÁS MOORE foram as mais ilustres das numerosas vítimas que pagaram com a vida a audácia de não reconhecer a supremacia espiritual da coroa. Com a introdução do protestantismo prevaleceu a doutrina que o rei era "vigário de Deus na terra, o Papa do seu reino, o expositor nado da verdade religiosa e o canal da graça".[108] JAIME I trazia sempre

106. Para indicação de fontes e mais pormenores dêste episódio, cfr. GRISAR, *Luther*, II, 361.

107. Compare-se o proceder de Lutero que autoriza a bigamia do landgrave Filipe com o de Clemente VII em face do divórcio de Henrique VIII.

108. The King was to be the Pope of this Kingdom, the vicar of God, the expositor of catholic verity, the channel of sacramental graces. He arrogated to himself the right of deciding dogmatically what was orthodox doctrine and what was heresy, of drawing up and imposing confessions of faith... He proclaimed that all jurisdiction, spiritual as well as temporal, was derived from him alone". MACAULAY, *The History of England*, Leipzig, 1849, I, 54.

nos lábios o seu direito divino, a onipotência de suas ilimitadas prerrogativas. "Leis e evangelho, faço-os como bem me apraz".[109] Ainda em tempos modernos Lord CLARENDON, historiador e estadista, afirmava que a supremacia espiritual dos reis da Inglaterra era "a melhor metade de sua soberania".[110]

Na *Escócia*, com o calvinismo entrou a mais absoluta tirania das consciências.[111] O poder civil começou a oprimi-las despòticamente em favor das novas doutrinas. Quem celebrava a missa pela segunda vez era punido com pena de morte. A vida particular e doméstica foi submetida às violências e violações discricionárias dos beleguins oficiais. Os presbiterianos entraram a servir-se da arma poderosa da excomunhão com tal excesso que nenhum cidadão podia viver seguro; quase tôdas as ações da vida íntima eram denunciadas ao fôro presbiteriano. À sombra de um sistema desumano de espionagem, denúncias e intrigas coloridas com as aparências de zêlo religioso, aclimou-se no solo escocês a liberalíssima Reforma.

Na *Dinamarca* foi a introdução do protestantismo obra de CRISTIANO II, por suas crueldades cognominado o Nero do Norte. CRISTIANO III continuou a mesma política, encarcerou os bispos, confiscou-lhes os bens, expulsou os religiosos em nome da liberdade evangélica e proclamou-se chefe supremo da Igreja dinamarquesa. À sua comunidade religiosa deu constituição e bispos subordinados, que a governassem sob a sua única e imediata autoridade de bispo-máximo.

Os 25 artigos publicados em 1569 impunham a todo o estrangeiro que quisesse entrar na Dinamarca uma profissão de fé luterana em que se declarava a invocação dos santos "uma idolatria",

109. "Do I make the judges? Do I make the bishops? Then, God's wauns! I make what likes me, law and gospel". JOHN FORSTER, *Hist. Essays*, London, 1858, I, 227. Veja-se o contraste dos países submetidos "ao absolutismo papal". Sob FILIPE II, um pregador espanhol adiantou, num púlpito de Madrid, a seguinte proposição: "O rei tem poder absoluto sobre as pessoas e propriedade dos seus súbditos". A frase foi condenada pela Inquisição e o pregador deveu retratar-se no mesmo púlpito e declarar "que os reis não têm sôbre os súbditos outro poder senão o que lhe concediam os direitos divinos e humanos, e de modo algum um poder proveniente de sua livre e absoluta vontade". ANTÔNIO PEREZ, nas suas *Relações*. Cfr. *Université Catholique*, XXII, p. 74. É sabido que a teoria do "direito divino" dos reis, aventada pelo protestante JAIME I, foi enèrgicamente combatida pelos apologistas católicos SUAREZ e BELARMINO.

110. "The better moiety of their sovereignty". *Edinburgh Review*, t. XIX, p. 435.

111. KNOX, que introduziu a Reforma na Escócia declarou abertamente que ao poder civil competia a ordenação religiosa do país. "To the civil magistrate specially appertains the ordering and reformation of Religion". *Westminster Review*, t. LIV, p. 453.

a missa "um ídolo do anticristo", o purgatório, "uma invenção diabólica". A extinção do culto das imagens, a abolição do celibato, a introdução da língua vernácula na liturgia, tudo foi feito a golpe de decretos reais com as respectivas sanções de multas, confiscação de bens, exílio e morte.

Destarte a opressão violenta do catolicismo entrou nos costumes do govêrno. Ainda em 1777 e 1789 se decretava pena de morte contra o sacerdote católico que ousasse pôr os pés em território dinamarquês!

Na *Suécia*, GUSTAVO WASA bateu o mesmo caminho. Dois bispos católicos, JACOPSON e KNUT foram decapitados; os outros constrangidos a fugir; o patrimônio eclesiástico, recolhido ao fisco real; o culto católico, por tôda a parte proscrito. Exacerbado pelos atos de prepotência e libertinagem que no seu entusiasmo pela liberdade evangélica praticavam os soldados alemães, o povo mais de uma vez recorreu às armas para defender a religião de seus pais. Gustavo afogou no sangue estas reivindicações das consciências oprimidas.

Na *Suíça*[112] foi o senado, na *Holanda* foram os estados gerais, que *decretaram* o protestantismo, religião oficial.

Na *Alemanha* não foi menos violenta a opressão da fôrça bruta. Aí vulgarizaram os inovadores o princípio: quem domina no território, domina na religião (cujus regio illius et religio). À autoridade do Papa substituiu LUTERO a tirania dos soberanos sôbre as consciências.[113]

---

112. Do Calvinismo em Genebra assim fala o protestante GALIFFE: "une religion [a de Calvino] essentiellement intolérante établie *par la force brutale contre la persuasion intime... Calvin était abhorré de la masse de la nation; sa doctrine était si peu populaire que, à l'exception d'un moine défroqué, Jacque Bernard, il ne se trouva pas un seul Génévois qui voulut être ministre dans tout le courant du seizième siècle. On les forçait d'aller entendre des sermons qui leur paraissaient absurdes et impies; les rénitents étaient mis au crotton, au pain et à l'eau, et ensuite au cachot. C'est ainsi que le calvinisme fut planté sur notre terrain, ou il ne peut produire que les fruits les plus amers". J. B. GALIFFE, *Notices généalogiques*, etc., III, 403.

113. A João, príncipe eleito de Saxônia, escrevia LUTERO (22 de nov. 1526): "Agora que no principado de V. A. cessaram a coação e a autoridade do Papa e do clero e todos os conventos e capítulos cairam nas vossas mãos, *a vós como a chefe supremo incumbe o dever de regulamentar também tôdas estas cousas*". DE WETTE, III, 136. CALVINO escrevia a 22 de outubro de 1548 ao duque de Somerset, então regente da Inglaterra, que lhe incumbia o dever de exterminar com a espada todos os que se opusessem ao estabelecimento da nova Igreja, isto é, os católicos. *Opera*, XIII, 81. E como os protestantes só admitem a Bíblia como regra da fé, no convênio de Naumburgo (1554), os teólogos luteranos aduziram como argumento da submissão da igreja aos príncipes, aquilo do Psalmo 27, 7: Attollite portas, principes, *vestras*, etc.! — O atribuir aos príncipes o supremo poder em matéria de religião é doutrina corrente e oficial entre luteranos e reformados. *Confessio*

Os príncipes não se fizeram rogar; empunharam o báculo que lhes oferecia a nascente heresia e entraram a legislar com desassombro em matéria religiosa. As ordenações eram naturalmente ditadas pelas novas doutrinas; quem se não quisesse sujeitar, deixasse as terras do príncipe-papa. "A fim de prevenir funestas sedições e outras desordens o príncipe não deve tolerar no seu território nenhuma seita ou divisão",[114] proclama LUTERO. A opressão do catolicismo pela fôrça armada foi a conseqüência de semelhante princípio que obrigava os súditos a trocarem de credo quando trocavam de soberano. No Congresso da Paz da Westfália, (1648) WOLFGANG VON GEMMINGEN declarou, que "uma cidade do Palatinado, desde a Reforma, já havia mudado 10 *vêzes* de religião, consoante os seus príncipes eram luteranos ou calvinistas".[115]

À evidência desta verdade histórica prestou homenagem o célebre ministro JURIEU: "Il est incontestable que la réformation s'est faite par la puissance des princes. Ainsi, à Genève, ce fut le Sénat; dans d'autres parties de la Suisse, ce fut le Grand Conseil; en Hollande, ce furent les Etats Généraux; en Suède, en Danemark, en Angleterre, en Escosse, les rois et les parlements. Les pouvoirs de l'Etat ne se contentèrent pas d'assurer la liberté aux partisans de la Réforme; ils allèrent jusqu'à enlever aux papistes leurs Eglises et à leur défendre tout exercice public de leur religion".[116]

Assim, por tôda a parte, as violências do braço secular ultimaram e consolidaram a obra de expansão empreendida pela propaganda dos chefes da revolta religiosa. Reis e parlamentos, prínci-

---

Helvetica posterior (1562), art. XXX; *Confessio Scotica* (1560), art. XXIV; *Confessio Ungarica* (1562), art. XXXII; *Westminster Confession* (1647), cap. XX, n. 4; *Confessio Sigismundi* (1614); ap. E. F. KARL MÜLLER, *Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche*, in authentischen Texte, mit geschichtlichen Einleitung und Register, Leipzig, 1903, respectivamente pp. 220, 261-2, 447, 586-7, 835.

114. Cfr. JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes*, t. III, 57-70.

115. PFANNERI, *Hist. pacis Westph.* 1, ss. 42. Ap. DOELLINGER, *Kirche und Kirchen*, p. 55.

116. JURIEU, cit. por ALZOG, *Universalgeschichte der christlichen Kirche* (7), Mainz, 1860, p. 841. Quão justa é, pois, a observação de DOELLINGER: "Històricamente, nada é mais falso que afirmar ter sido a Reforma um movimento favorável à liberdade de consciência. A verdade é precisamente o contrário. Para si, certamente, luteranos e calvinistas reclamaram a liberdade de consciência como todos os homens em todos os tempos. Mas concedê-la a outrem quando êles eram superiores em fôrça, foi o que nunca lhes passou pelo pensamento. Todos os reformadores tinham em mira a total supressão e extermínio da Igreja católica, como a cousa mais natural do mundo". *Die Kirche und die Kirchen*, 1861, p. 68. EDGARD QUINET: "Onde quer que a liberdade de consciência não foi oprimida, o protestantismo não tardou em desaparecer".

pes e nobres, impuseram o protestantismo aos povos sob a sanção das penas mais severas. Onde não encontrou o apoio da espada, a Reforma não vingou. *Em nenhuma região do mundo o protestantismo se estabeleceu pelo livre exame.*[117]

Não é, pois, mister gritar "maravilha", nem apelar para uma intervenção especial do Céu. Sem "o dedo de Deus", o paraíso terrestre do Corão e a cimitarra de Maomé já haviam produzido em outras eras o mesmo efeito. A Reforma do século XVI bateu a mesma estrada de lôdo e de sangue.

117. Em tôdas as discussões serenas e livres entre católicos e protestantes, êstes foram sempre manifestamente batidos. Basta lembrar as célebres controvérsias entre S. FRANCISCO DE SALES e TEODORO BEZA, o cardeal DU PERRON e DUPLESSY, MORNAY, BOSSUET e CLÁUDIO JURIEU.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO PROTESTANTISMO

§ 1. — *A regra de fé protestante e a Bíblia.*

SUMÁRIO — Regra de fé na Igreja católica. — Regra de fé protestante. — Sua crítica à luz do Evangelho.

Se Cristo, sob pena de eterna condenação, nos ordena aderir à sua doutrina, deve subministrar-nos os meios necessários de conhecê-la com certeza. Quais êstes meios? Tal é, na sua simplicidade, a questão importantíssima da regra ou norma de fé.

Depois de quanto deixamos largamente expendido na 1.ª parte dêste trabalho, a resposta da Igreja católica não pode ser duvidosa. Recordemos os resultados adquiridos.

Cristo instituiu uma sociedade orgânica, hierárquica, visível — a sua Igreja, *Ecclesiam meam,* e constituiu-a depositária do patrimônio das verdades reveladas. "Ide e ensinai, disse Êle aos seus apóstolos, *tudo* o que eu vos mandei; eu estarei convosco *todos os dias* até a consumação dos séculos". *Math.,* XXVIII, 20. "Eu vos enviarei o Espírito Santo que vos ensinará tudo o que eu vos disse". *Joann.,* XIV, 26. Com estas palavras, o divino Salvador fundou, entre os homens, um magistério autêntico, vivo e indefectível. Sua Igreja será "a coluna e o firmamento da verdade". 1 *Tim.,* 15. Não nos resta, pois, nenhuma sombra de dúvida: a Igreja é a depositária autorizada da verdade, o seu magistério é a regra viva de nossa fé. A assistência especial do Espírito divino, assegurada por

uma promessa infalível, não lhe permitirá nunca alterar um iota da doutrina que lhe foi confiada.

As fontes, aonde, através dos séculos, vai a Igreja beber e interpretar, sem possibilidade de êrro, os ensinamentos de Jesus, são a Bíblia e a tradição. A Bíblia é a palavra divina escrita; à Igreja pertence guardá-la, preservá-la da corrupção dos tempos, dar-lhe a interpretação autêntica. Mas nem todos os apóstolos escreveram, nem os que escreveram limitaram os seus ensinamentos à palavra escrita. Pregaram o Evangelho e constituíram sucessores, depositários fiéis das verdades ensinadas oralmente e encarregados de as transmitir às gerações seguintes. O complexo destas verdades divinas atestadas pelos apóstolos e conservadas pelos que lhes sucederam é o que pròpriamente chamamos tradição católica. A liturgia, a arqueologia cristã, os decretos dogmáticos, os concílios e principalmente os escritos dos Santos Padres e Doutores da Igreja constituem os monumentos em que se conserva esta tradição primitiva. Diremos então que as obras dos Santos Padres, tomadas singularmente, são documentos infalíveis, equiparáveis à Escritura? De modo nenhum. A fim de que o testemunho patrístico constitua argumento de tradição divina, é necessário que se verifiquem simultâneamente as seguintes condições: 1.º) que a matéria de que trata seja *dogmática* ou *moral*. Tudo quanto escrevem os SS. Padres sôbre outros assuntos tem apenas a autoridade de um escrito humano; 2.º) que falem como *doutores* ou *testemunhas públicas*, isto é, que ensinem ser uma verdade *revelada* ou atestem a crença de seu tempo em uma *doutrina como revelada*. Tôdas as explicações do dogma ou interpretações da Escritura propostas como opiniões pessoais não têm absolutamente valor dogmático; 3.º) que atestem uma verdade em *consenso moralmente unânime*. Não sendo os SS. Padres pessoalmente infalíveis, é possível que um ou outro, por circunstâncias particulares de tempo e lugar, desgarre da verdade revelada. A história mostra-nos, de fato, que esta hipótese não é mera possibilidade.

Ora, verificadas estas cláusulas, quem não vê que a autoridade dos SS. Padres constitui um argumento irrefragável em favor da revelação de um dogma? Com efeito, supor então a possibilidade de êrro é supor que a Igreja se possa enganar, é supor que a Igreja, pelos órgãos do seu magistério, pelos seus bispos e doutores, possa haver ensinado universalmente e por séculos uma falsidade como verdade divina. Que seria nesse caso de sua infalibilidade? Que seria da assistência prometida por Cristo? Que seria da auto-

ridade da própria Escritura que a chama *coluna e firmamento da verdade*?

Tal na sua simplicidade, coerência e harmonia a doutrina católica. Se o Sr. C. PEREIRA, *antes* de discutir sôbre êstes assuntos importantes, tivesse tido a advertência de abrir um manual de teologia, não houvera escrito que "Roma arbitràriamente estende essa infalibilidade aos infinitos e indefinitos documentos eclesiásticos que ela chama *tradição e voz da Igreja*", p. 32. *Não!* Roma nunca perpetrou tal desacêrto. Mas, nos seus momentos de lazer, o ilustre gramático entrega-se com volúpia ao desporto intelectual de devanear doutrinas fantásticas, para depois ter o fácil prazer de confutá-las — e cantar triunfo contra a odiada Roma. Mas, senhor, não são êsses processos de polêmica séria!

Passemos agora à doutrina protestante acêrca da regra de fé.

Se LUTERO tivesse vivido no século XX, outra houvera sido, muito provàvelmente, a evolução de suas idéias. No dia em que Roma o condenasse, o frade soberbo atiraria o burel às urtigas e passaria para os arraiais do racionalismo e do livre pensamento. Um opúsculo ou artigo de gazeta viria pouco depois dar conta ao público dos motivos de sua nova atitude religiosa. A Igreja asfixia as inteligências. Os dogmas de Roma já não eram compatíveis com as suas profundas convicções. Seu espírito precisava de ar e luz. A atmosfera medieval de um convento não era feita para a sua alma livre. Inteligência, coração, necessidade de ação social, tudo o convidava de há muito a romper os grilhões com o que o vinculara uma resolução irrefletida da juventude. Só esperava a oportunidade e esta oferecia-lhe agora o novo ato de tirania papal. Doravante se envergonharia do nome de católico: seria livre pensador, racionalista; seguiria a corrente poderosa dos espíritos fortes da época.

Outras, porém, eram as condições do século XVI. A linguagem dos egressos de hoje fôra então um contra-senso e um anacronismo. A sociedade não havia ainda perdido o pudor cristão para vitoriar pùblicamente as fanfarronices da incredulidade chibante. VOLTAIRE e NIETZSCHE, D'HOLBACH e HAECKEL ainda não tinham apontado no horizonte da filosofia sem fé.

O frade renegado quis apesar de tudo conservar-se cristão. Mas como salvar o cristianismo depois de negado o poder do Papa e conculcada a autoridade da Igreja a quem Jesus o houvera confiado? No espírito de fr. MARTINHO faiscou uma idéia luminosa.

Ao fugir do santuário, sobraçou furtivamente um livro que jazia no altar. Era a Bíblia. Com ela haveria de reconstruir todo o edifício religioso que a revolta acabara de destruir na lógica de suas conseqüências. A pedra desencaixada do antigo templo seria o fundamento da nova construção que premeditava.

E sôbre a Bíblia o frade fundou uma religião nova. Quis honrá-la ainda com o título glorioso de cristianismo, mas a posteridade, mais justa, deu-lhe um nome de partido; chamou-a luteranismo, chamou-a protestantismo.

Na nova seita não há autoridade, não há unidade, não há magistério de fé. Cada sectário recebe um livro que o livreiro lhe diz ser inspirado e êle devotamente o crê sem o poder demonstrar; lê-o, entende-o como pode, enuncia um símbolo, formula uma moral e a tôda esta mais ou menos indigesta e farraginosa elaboração individual chama cristianismo evangélico. O vizinho repete na mesma ordem as mesmas operações e chega a conclusões dogmáticas e morais diametralmente opostas. Não importa; são irmãos, são protestantes evangélicos, são cristãos, partiram ambos da Bíblia, ambos forjaram com o mesmo esfôrço o *seu* cristianismo.

Aí está o protestantismo na sua essência. Sôbre dogmas particulares não há por que inquirir, nem discutir. Não os tem, ou cada indivíduo tem os seus. Só um princípio é comum às mil variações da seita proteiforme: a suficiência da Escritura interpretada pelo livre exame dos indivíduos. "A Bíblia, só a Bíblia, nada senão a Bíblia — eis a religião do Protestantismo evangélico", pp. 34-5, doutrina o Sr. C. Pereira.

Analisemos êste princípio fundamental à luz da própria Bíblia, à luz da história do cristianismo primitivo e à luz da razão e do bom senso.

*
* *

"A Bíblia, e só a Bíblia: eis a única regra de fé". Verdade capital, fundamento de todo o cristianismo e que, por isso mesmo, se devera encontrar expresso com uma clareza insofismável na própria Escritura. No entanto, abro a Bíblia, percorro-a de cabo a cabo, e não a encontro *uma só vez* nem sequer acenada! Que terrível decepção! Para firmar a sua norma de fé, o protestantismo começa por violá-la flagrantemente. A contradição irrompe logo pela primeira porta e crava-se no coração do sistema.

Lutero e os seus discípulos encalçados pela lógica dos católicos deram-se a folhear as Escrituras à cata de textos que os justificassem. Baldado esfôrço. Nenhum protestante instruído ousaria hoje fazer gala das investigações exegéticas dos primeiros reformadores. Nem foram mais felizes os que lhes sucederam na desesperada emprêsa. Assim, da sua excursão pela imensa seara bíblica colheu o Sr. C. Pereira não mais de três textos! Quereis ver-lhes a fôrça demonstrativa?

O primeiro é de S. João, V. 39 "examinai as Escrituras". — O seu significado nem de longe acena à tese protestante. Cristo num discurso apologético prova contra os seus adversários a divindade de sua missão. Invoca primeiro o testemunho do Padre, depois o do Precursor, apela em seguida para os seus milagres e finalmente num argumento *ad hominem* aduz a verificação das profecias escritas: "Vós examinais[1] as Escrituras cuidando ter nelas a vida eterna; pois são elas que dão testemunho de mim". Ver nestas palavras — dirigidas não aos discípulos mas aos adversários, propostas não como regra de fé do cristianismo senão como prova apologética do seu messiado — uma confirmação da teoria protestante, é zombar da Escritura e insultar o bom senso dos leitores.

O segundo texto é tirado de S. Mateus, XIII, 43. Ao terminar a explicação da parábola do trigo e do joio diz Jesus: "Quem tem ouvidos de ouvir, ouça". O Sr. C. Pereira vê aí tôda a doutrina da Reforma: só a Bíblia é regra da fé; só o livre exame deve interpretá-la. Se, a grande esfôrço, não chegais a enxergar naquelas palavras tôdas estas importantíssimas verdades, a culpa é vossa. Falta-vos aquela agudeza de intuição que caracteriza a exegese do ilustrado gramático.

O Apocalipse de S. João subministra-lhe outro passo não menos peremptório: "Bem-aventurado aquêle que lê e ouve as palavras desta profecia". I, 3. O que diz o Discípulo amado, entende-se fàcilmente. Ler e ouvir a palavra inspirada é fonte de felicidade. A Igreja a lê todos os dias na sua liturgia e aconselha repetidamente a sua leitura aos fiéis. Mas daí à afirmação protestante vai um abismo que nem a hermenêutica mais atrevida é capaz de saltar.

Com estas infantilidades proferidas em tom de seriedade aruspicina, julga-se o Sr. C. Pereira no direito de concluir: "êstes passos

1. O contexto mostra evidentemente que *scrutamini* é forma de indicativo, não de imperativo.

e muitos outros[2] da Sagrada Escritura importam em um reconhecimento formal do direito, e, ainda mais, do dever do livre exame e juízo privado no estudo do código divino", p. 36. Quem tem ouvidos de ouvir ouça... e pasme diante desta lógica de por aí além!

Mas se a Escritura, nem mesmo torturada, dá um só texto em favor do protestantismo, a sua origem, a sua índole, as suas declarações formais depõem concordemente contra êle.

Jesus Cristo só ensinou de viva voz, não escreveu uma só linha. — E todo o cristianismo deveria apoiar-se num livro! E Cristo não nos deu êste livro! E Cristo não disse aos seus apóstolos: Sentai-vos, escrevei ou viajai e distribui Bíblias; senão: ide e pregai; quem vos ouve, a mim ouve. E os apóstolos foram fiéis à sua missão; poucos escreveram e pouco, todos pregaram e muito.

Já a Igreja estava fundada, já o cristianismo se havia propagado e *não havia ainda um livro do Novo Testamento!* O primeiro evangelho de S. Mateus, escrito em aramaico saiu na Palestina vários anos depois da ascensão do Senhor; o último, de S. João, veio à luz nos derradeiros anos do primeiro século. Durante êste tempo a Igreja crescia e prosperava em todo o mundo. Qual era então a regra de fé dos cristãos? Qual o vínculo da doutrina *integral* de Jesus? O ensino oral, vivo, autêntico dos apóstolos ou dos a quem êles confiaram o govêrno e a doutrina das cristandades.[3] Em que dia, em que ano, em que época cessou esta economia para dar lugar ao reino do livro? Só a Bíblia o deveria dizer. Di-lo? Não. Antes como depois da Bíblia, a Igreja continua sempre como a fundou Cristo, como a estabeleceram os apóstolos, afirmando o direito de ensinar de viva voz, de examinar e interpretar os livros que se apresentam como inspirados. Na história, nenhum vestígio de ab-rogação da antiga regra de fé.

Seria mesmo possível esta ab-rogação? Seria possível que a Igreja, mais tarde, substituísse outra norma de crer à que foi ensinada, praticada e inculcada pelo próprio Cristo e pelos Apóstolos?

2. Que pena terem êles ficado no tinteiro do erudito pastor.

3. Em duas admiráveis conversões relatadas por S. Lucas salienta-se com admirável relêvo a necessidade do ensino oral. Saulo, prostrado no caminho de Damasco pergunta a Jesus: Senhor, que quereis que eu faça? — Levanta-te, entra na cidade, e aí te *dirão* o que deverás fazer. *Act.*, IX, 6. Não lhe dá uma Bíblia. — Voltava de Jerusalém o eunuco da rainha Candace de Etiópia e lia Isaías. Filipe, apóstolo, movido pelo Espírito Santo aproxima-se e pergunta-lhe: crês porventura que entendes o que estás lendo? — E como o poderei entender, torna o eunuco, *se não houver alguém que mo explique?* Sobe então o apóstolo ao carro e, tomando ocasião do passo que acabara de ler, evangeliza-o e administra-lhe o batismo. *Act.*, VIII, 26, sgs. — Onde a suficiência da Escritura interpretada pelo livre exame?

Mas, enfim, os apóstolos escreveram alguma coisa; escreveram evangelhos e epístolas. Porventura pretenderam encerrar nestes escritos todo o cristianismo, todo o depósito das verdades reveladas? Basta considerar-lhes a índole e natureza para responder imediatamente e sem tergiversar: não. S. Mateus escreve para provar aos hebreus que Jesus é o Messias prometido. Da vida do Salvador escolhe os fatos que lhe faziam ao intento e omite os outros. São Marcos, que resume a pregação de S. Pedro, é ainda mais conciso e poucas notícias novas adianta às que já escrevera S. Mateus. Aos evangelistas anteriores S. Lucas acrescenta algumas parábolas, alguns milagres, alguns episódios da vida do Senhor. S. João, a pedido dos fiéis, toma a pena para pôr em maior relêvo a divindade de Cristo, contra as heresias nascentes dos corintianos, ebionitas e nicolaítas.

E as epístolas? — Escrevem-nas os seus autores, segundo a oportunidade, para corrigir um êrro, estirpar um preconceito, expor uma doutrina, premunir contra uma heresia, dar um conselho, etc. Surgem escândalos na igreja de Corinto? Dirige-lhe S. Paulo duas epístolas veementes. Ilaqueiam os judaizantes a boa fé dos Gálatas? Escreve-lhes o apóstolo precavendo-os contra as suas insídias. A Timóteo, a Tito manda conselhos, exortações, instruções sôbre o modo de governar a Igreja, etc. — Em todo o Novo Testamento não há um só compêndio ordenado da doutrina cristã, nada que se pareça com um manual, um código, um catecismo destinado a substituir o magistério vivo e ser para o futuro o canal exaustivo do ensinamento cristão. À vista dêste caráter evidentemente *ocasional* de todos os livros inspirados do N.T., como afirmar que só a Bíblia é fonte de fé, que só nela se encerram tôdas as verdades religiosas?

Há mais. Os próprios apóstolos que deixaram escritos e precisamente os que *por último escreveram*, são os primeiros a declarar que *não escreveram tudo*, são os primeiros a insistir em que se conserve a *tradição* do seu ensino *oral*. S. João remata o seu Evangelho advertindo que Jesus fêz muitas outras coisas que não se acham escritas no seu livro nem em livro algum.[4] O mesmo apóstolo termina as suas duas últimas epístolas dizendo expressamente que não quis confiar tudo à tinta e ao pergaminho, reservando para o comunicar *de viva voz*: *os ad os loquemur*.[5]

4. JOAN., XX, 30; XXI, 25.
5. 2 JOAN., 12; 3 *Jo.*, 14.

S. Paulo não se cansa de inculcar a necessidade da tradição oral. Aos tessalonicenses: "Estai firmes, irmãos, e conservai as *tradições* que aprendestes ou *de viva voz* ou por epístola nossa".[6] Na mesma carta: "Nós vos prescrevemos... que vos aparteis de todos os irmãos que andem desordenadamente e não segundo *a tradição* que receberam de nós".[7] A Timóteo: "O que de mim *ouviste* por muitas testemunhas, ensina-o a *homens* fiéis que se tornem idôneos para *ensinar* aos outros".[8] Aí está claro o ensino vivo, transmitido por tradição de uns a outros. O apóstolo já velho, nas vésperas do martírio, adverte a Timóteo a necessidade de prover quem continue o seu magistério. Nada de livre exame das Escrituras; sempre o ensino oral feito por mestres autorizados.

Nas suas duas epístolas ao mesmo discípulo, insiste ainda São Paulo para que conserve o bom depósito: bonum depositum custodi.[9] Com os corintos, na sua primeira epístola, congratula-se porque haviam conservado as suas tradições orais: "sicut *tradidi* vobis, praecepta mea sustinetis".[10]

De todos êstes textos o Sr. C. Pereira *nem uma palavra!* Em vez de cantar em todos os tons o mesmo estribilho: a Bíblia, e só a Bíblia — fôra melhor que a patenteasse aos seus leitores e lhes dissesse sinceramente: "Julgai. Em todo o N.T. nem uma só vez se propõe explìcitamente ou implìcitamente a regra protestante. Em mil lugares diversos se inculca a necessidade do ensino vivo, a importância de conservar a tradição, a insuficiência da Escritura, que, segundo afirma S. João, não encerra tudo o que ensinou o Salvador. Jesus Cristo nunca mandou aos seus discípulos que folheassem um livro para achar a sua doutrina, mandou pelo contrário aos fiéis, que *ouvissem* aos que Êle mandara pregar: quem vos ove, a mim ouve; se algum *não ouvir a Igreja,* seja considerado como infiel e publicano, isto é, não pertencente à minha Igreja; se algum não vos receber nem ouvir as vossas palavras, saindo da casa ou da cidade, sacudi o pó dos sapatos; Pai, oro, não só por êsses (Apóstolos), mas por todos os que hão de crer em mim *mediante a sua palavra* a fim de que sejam todos uma coisa só. Foi Jesus ainda quem prometeu o seu Espírito de Verdade, a sua assistência espiritual, *todos os dias* até à consumação dos séculos, para que os Apóstolos, vivendo moralmente em seus sucessores, continuassem até ao fim dos tempos a ensinar sempre tudo o que Êle nos mandou. Eis, meus caros leitores, *o que diz a Bíblia*".

6. 2 *Thess.*, II, 15.
7. 2 *Thess.*, III, 6.
8. 2 *Tim.*, II, 2.
9. 1 *Tim.*, VI, 20; 2 *Tim.*, I, 14.
10. 1 *Cor.*, I, 14.

Assim devera falar o Sr. C. Pereira, se desejasse ser sincero e realmente lhe interessasse o conhecimento exato e fiel das Escrituras. Mas é mais fácil repisar o estafadíssimo chavão: A Bíblia, só a Bíblia. É mais cômodo passar a esponja na história e continuar a escrever: Roma fecha a Bíblia; só a Reforma abriu aos povos o Livro da palavra de Deus.

§ 2. — *O princípio fundamental do protestantismo à luz da história e da razão.*

Sumário — A regra de fé no cristianismo primitivo. — O exclusivismo do princípio bíblico condenado pela razão e pelo bom senso.

A regra da fé cristã deve ser evidentemente tão antiga como o próprio cristianismo. Preenche o cânon protestante esta condição essencial? O estudo direto da Bíblia que fizemos no parágrafo anterior mostrou-nos a tôdas as luzes que durante o primeiro século da Igreja, o magistério vivo dos apóstolos e dos seus sucessores era o veículo principal do ensino religioso. A história vai agora demonstrar-nos que os séculos seguintes não conheceram outra norma dogmática. Os testemunhos são inumeráveis; escolheremos os mais antigos.

Três grandes vultos, Inácio, Policarpo e Clemente Romano, emergem no fim do primeiro século e constituem o elo de união entre os Apóstolos de que foram discípulos imediatos e as gerações posteriores do 2.º século. Qual a regra da fé inculcada por êstes porta-vozes do ensino apostólico?

Eusébio resume nestes têrmos o conteúdo das epístolas de S. Inácio: "Advertia, antes de tudo, as igrejas das diversas cidades, evitassem, sôbre tôdas as coisas, as heresias que começavam então a nascer e alastrar e exortava-as a se aterem *tenazmente à tradição dos apóstolos*".[11] Com efeito, na sua epístola aos Efésios escreve o santo mártir: "Antes exortei-vos a vos conservardes unânimes na

11. Euséb., *Hist. Eccles.*, III, 36, (MG, XX, 287).

doutrina de Deus: pois Jesus Cristo, nossa vida inseparável, é a doutrina do Pai, como a doutrina de Jesus Cristo são *os bispos constituídos nas diversas regiões da terra;* cumpre, portanto, que sejais concordes no sentir do bispo... A quem envia o Pai de família para governar os seus, devemos acolher como aquêle que no-lo envia. É, pois, evidente que o bispo deve ser considerado como o próprio Senhor".[12] Os pastôres legìtimamente constituídos e em comunhão com a Igreja católica são, como se vê, a verdadeira norma de fé, à qual se devem ajustar os fiéis para permanecer na verdadeira doutrina de Jesus Cristo; são os *intérpretes autorizados* do evangelho, os representantes visíveis de Deus em cada igreja local. Sôbre êste ponto insiste INÁCIO em quase tôdas as outras epístolas.[13]

S. POLICARPO nos exorta, a fim de evitarmos as heresias, a que "deixando a vaidade de muitos e as falsas doutrinas, sigamos a doutrina que possuímos, por tradição desde o princípio: ad *traditam* nobis ab initio doctrinam convertamur".[14]

Como POLICARPO, discípulo de S. João, fala CLEMENTE, discípulo de S. Pedro e seu sucessor na cátedra de Roma. Aos Corintos escreve assim: "Os apóstolos mandados por J.C. foram os que nos pregaram o Evangelho. Jesus Cristo foi mandado pelo Padre; assim Cristo vem de Deus, os apóstolos de Cristo. Êstes, pois, recebidas as ordens... partiram para anunciar o reino de Deus e constituíram bispos e diáconos para os que haviam de crer".[15] Aí estão, pois, os bispos destinados pelos apóstolos a continuar o ensino vivo aos novos fiéis. A doutrina que deverão crer não nos vem do livre exame ou da inspiração individual, mas é-nos transmitida pela "gloriosa e venerável regra de nossa tradição".[16] Aliás, o simples fato de escrever CLEMENTE esta carta é uma prova magnífica do magistério autêntico transmitido pelos apóstolos aos seus sucessores. IRINEU assim nos relata o fato: "sob CLEMENTE, havendo nascido forte discórdia entre os irmãos de Corinto, a Igreja de Roma escreveu-lhes uma carta enérgica, "potentissimas literas" exortando-os à paz, reparando-lhes a fé, e anunciando-lhes a tradi-

12. S. INÁCIO, *Ad Ephesios*, III-IV (F, I(2), 177-179).
13. Cfr. *Ad Philadelphos*, n. II-III (F, I (2), 225-227); *Ad Trallianos*, n. VII (F, I (2), 207); *Ad Magnesios*, n. VI-VII (F, I(2), 195-197), *Ad Smyrnaeos*, n. VIII (F, I(2), 291). 195-197), *Ad Smyrnaeos*, n. VIII (F, I2, 291).
14. *Epist. ad Philippenses*, n. VII, 2 (F, I(2), 275).
15. *Epist. ad Corinthios*, c. XLII (F, I(2), 113).
16. *Ibid.* VII, 2 (F, I(2), 71).

ção que havia pouco tinham recebido dos apóstolos".[17] A primitiva Igreja não conhecia a Bíblia, "único juiz das controvérsias", como pretendem os reformadores.

Na geração seguinte, chamamos a depor outros três nomes que, pela vastidão dos seus conhecimentos, pelas controvérsias em que tomaram parte, são testemunhas superiores a tôda exceção. Falamos de IRINEU, TERTULIANO e ORÍGENES. IRINEU fala-nos da tradição com uma clareza admirável. Em todo o seu livro *Adversus haereses,* escrito contra os gnósticos, o bispo de Lião opõe aos inovadores, como argumento invencível, a tradição viva, pública, infalível da Igreja. Citemos, entre inumeráveis outros, os passos seguintes: "Aí está patente, a quantos querem ver a verdade, *a tradição dos apóstolos,* manifesta em tôda a Igreja disseminada pelo mundo inteiro: podemos enumerar os bispos constituídos pelos apóstolos e os seus sucessores até nós: nenhum dêstes ensinou ou conheceu o que êstes agora devaneiam".[18] "Não devemos buscar nos outros a verdade que é fácil *receber da Igreja,* pois os apóstolos, a mãos cheias, versaram *nela, como em riquíssimo depósito, tôda a verdade*... Êste é o caminho da vida".[19] E o santo polemista conclui a suficiência dêste magistério vivo, *ainda quando nos faltassem as Escrituras*: "E se os apóstolos não nos houvessem deixado as escrituras, não cumpria seguir a ordem da tradição *por êles ensinada aos a quem confiava a sua Igreja?* A esta economia se adaptam muitos povos bárbaros que crêem em Cristo, porque, *sem papel nem tinta,* trazem a salvação escrita pelo Espírito nos próprios corações e conservam diligentemente a tradição antiga".[20]

À voz de IRINEU nas Gálias, faz eco a de TERTULIANO na África. Tôda a doutrina do valoroso apologeta sôbre o modo de polemizar com os hereges, largamente exposta no livro *De Praescriptionibus,* resume-se nestas idéias: Nas discussões contra hereges é de pouca utilidade apelar para a Escritura, porque os adversários, quando não a corrompem ou mutilam, ao menos lhe pervertem o sentido, e, muitas vêzes, não se pode alcançar, com certeza, o significado de um texto a não ser pelo magistério autêntico da tradição.

17. *Adv. Haeres.*, III, c. 3, n. 3 (MG, VII, 850).
18. *Adv. Haeres.*, III, 3, 1 (MG, VII, 848).
19. *Adv. Haeres.*, III, 4, 1 (MG, VII, 855).
20. *Adv. Haeres.*, III, 4, 1 (MG, VII, 855). Cfr. ainda: III, 24; I, 10; V, 20; IV, 26, 33, etc., etc., (MG, VII, 966, 551, 1.177, 1.053, 1.077).

Todo o vigor da luta, deve, pois, concentrar-se em *saber onde reside êste magistério autêntico do qual se deve receber assim a Escritura como a sua legítima interpretação*. – O livro de Tertuliano parece talhado de encomenda para os protestantes. Mas ouçamos diretamente as palavras do valente polemista: "De nada vale a discussão das Escrituras. A heresia não aceita alguns dos seus livros, e se os aceita corrompe-lhes a integridade, adulterando-os com interpolações e mutilações, ao sabor de suas idéias, e se, algumas vêzes admite a Escritura inteira, perverte-lhe o sentido com interpretações fantásticas... Não se deve, pois, apelar para a Escritura, nem implantar a questão em campo onde não pode haver vitória, ou, pelo menos, vitória certa. De fato, ainda que o confronto das Escrituras não deixasse as duas partes no mesmo pé, a boa ordem pede que primeiro se proponha – e é o de que agora disputamos – determinar quem possui a verdadeira fé, a quem pertencem as Escrituras, por quem, a quem e quando foi confiada a disciplina que nos faz cristãos (quibus sit tradita disciplina qua fiunt christiani). Onde estiver a verdade da disciplina e da fé, *aí se achará a verdade das Escrituras, da sua interpretação e de tôdas as tradições cristãs*".[21]

Pouco adiante é ainda mais frisante o seu argumentar. Leia-se em tôda a energia o original latino: "Si haec ita se habent ut veritas nobis adjudicetur, quicumque in ea regula incedimus, *quam Ecclesia ab apostolis, apostoli a Christo, Christus a Deo tradidit*, constat ratio propositi nostri definientis non esse admittendos haereticos ad ineundam de Scripturis provocationem, quos *sine Scripturis probamus ad Scripturas non pertinere*".[22]

Fechemos a tríade com o testemunho de Orígenes. É a igreja grega, harmonizando com a africana e a gaulesa, no concêrto da Igreja universal. Assim escreve o grande catequista alexandrino: "Como são muitos os que pensam possuir a verdade de Cristo e alguns dêles opinam diversamente dos antigos, conserve-se a pregação eclesiástica ensinada pelos apóstolos segundo a ordem de sucessão (servetur ecclesiastica praedicatio per successionis ordinem ab apostolis tradita) e que até ao presente existe nas igrejas: *só se*

21. *De Praescript.*, c. 19 (ML, II, 31).

22. *Op. cit.*, c. 37 (ML, II, 50-1). Cfr. *Adv. Marcionem*, I, 21; IV, 5 (M, II, 270, 366).

deve crer na verdade, que em ponto algum discorda da tradição eclesiástica e apostólica".[23]

Não nos é necessário continuar a série de citações. Com Orígenes chegamos até ao meado do século III. Daí por diante as testemunhas multiplicam-se extraordinàriamente, e, a respigar-lhes os textos, encheríamos sem dificuldade um volume. Recordemos apenas o dito célebre de Agostinho: "ego evangelio non crederem nisi me catholicae ecclesiae commoveret auctoritas";[24] a frase esculptória de S. João Damasceno: "qui secundum Ecclesiae catholicae traditionem non credit, hic infidelis est";[25] a palavra autorizada de Crisóstomo, o grande intérprete das Escrituras: "Os apóstolos não ensinaram tudo por escrito, mas muitas coisas sem escrituras, e estas são igualmente dignas de fé. Tenhamos, portanto, como digna de fé, também a tradição da Igreja. Há tradição? basta".[26]

E pela mesma doutrina afinam S. Hilário, S. Atanásio, São Basílio, S. Gregório Nisseno, S. Jerônimo, S. Epifânio, S. Cirilo Alexandrino, S. Vicente de Lerins, numa palavra, todos os Padres e Doutores, gregos e latinos, antigos e recentes.[27]

Não obstante o pêso esmagador de tantas autoridades, o Sr. C. Pereira continua a afirmar, para uso e edificação dos seus leitores, que "diante da história imparcial, o Protestantismo outra coisa não é que o catolicismo primitivo sacudindo de si o romantismo papal", p. 51. A tradição representa um "dos elementos extranhos, acres-

23. Orígines, *De Principiis*, l. I, n. 2 (MG, XI, 116).
Mais explìcitamente ainda, se é possível: "Quoties [haeretici] canonicas proferunt Scripturas, in quibus omnis christianus consentit et credit, videntur dicere: ecce in domibus verbum est veritatis (alusão a Matth., XXIV, 26). *Sed nos illis credere non debemus nec exire a prima et ecclesiastica traditione, nec aliter credere nisi quemadmodum per successionem Ecclesiae Dei tradiderunt nobis*". In Matth. Comment. series (MG, XIII, 1667).

24. S. Agostinho, *Contra epistolam Manichaei quam vocant fundamenti*, c. 5, (ML, XLII, 176).

25. Jo. Damasc., *De fide orthodoxa*, t. 4, c. 10 (MG, XCIV, 1127).

26. Jo. Chrysost., In 2. Thess. Hom. 4, n. 2 (MG, LXII, 488).

27. S. Hilarius, *Opus hist.* Fragm. 7, n. 3, 4 (ML, X, 697); S. Athanas., *Encycl. ad episcopos*, n. 1 (MG, XXV, 226); S. Basil., *Homelia c. Sabellianos* (MG, XXXI, 607, 610); S. Greg. Nyss., *c. Eunomium*, l. 4 (MG, XLV, 654); S. Epiphan., *Adv. Haeres.*, Haeres. 55, n. 3 (MG, XLI, 978); S. Hieron., *Ad Theophilum*, Epist. 63, n. 2; S. Augustinus, *De Bapt. c. Donatistas*, l. 2, n. 12; l. 4, n. 30-1 (ML XLIII, 133, 174); S. Cyrill. Alex., *Homilia Paschalis*, 8, n. 1 (MG, LXXVII, 558); S. Vincent. Lirin., *Commonitorium*, nn. 2, 3, 27, 29 (ML, L, 640, 641, 674, 677). É justa, pois, a confissão do protestante Lessing: "É inegável que a tradição oral foi um tempo a única fonte da verdade e é absolutamente impossível assinalar uma época em que ela não só se tenha tornado fonte secundária, mas em tudo e por tudo cessado de ser fonte". Lessing, *Werke*, Leipzig, Philipp. Reclam (sem data), t. VI, Theologische Streitschriften, p. 306.

cidos ao credo cristão na romanização paganizante com o volver dos séculos tenebrosos da barbárie mediévica", pp. 51, 34. Já esperávamos pelas caligens medievais. Felizmente as trevas não estão na idade média, como acaba de ver o leitor, estão mais próximas de nós; são outros cérebros, que não os medievos, os ofuscados pelo fumo da ignorância. O cânon protestante, "só a Bíblia", é desconhecido de tôda a antiguidade. Para encontrá-lo é necessário afastarmo-nos 15 séculos das origens do cristianismo e chegarmos ao frade revoltado. Realmente para estabelecer uma regra de fé era tarde... era muito tarde.

*
* *

Depois de ouvirmos a Bíblia e consultado a história é justo que, por último, demos audiência à razão e ao bom senso.

Razão e bom senso exigem que a regra de fé seja universal: universal objetivamente, abraçando tôdas as verdades reveladas e universal subjetivamente, estendendo-se a todos os indivíduos que a devem aplicar para orientar-se com segurança na mais grave, na mais transcendente, na mais vital das questões humanas, a questão religiosa. A regra protestante não satisfaz a nenhum dêstes requisitos fundamentais como passamos fàcilmente a demonstrar.

É possível só com a Bíblia estabelecer com certeza todos os dogmas revelados? Evidentemente, não. Há, pelo menos, uma verdade, verdade fundamental e pressuposta a tôdas as demais, que, sem manifesto círculo vicioso, não se pode assentar com a autoridade exclusiva da Bíblia. É a existência da própria Bíblia como livro revelado, como palavra inspirada de Deus. Quais são os livros que fazem parte da coleção sagrada? Como se pode provar que foram êles escritos por inspiração e sob o ditado do Espírito Santo? — Por meio da mesma Bíblia? Mas a Bíblia não o diz, pelo menos, de todos os livros. Onde afirmam S. Mateus ou S. Marcos que os seus evangelhos são inspirados? E se o afirmassem, deveríamos, sem mais exame, prestar-lhes fé? De ver está que não. Se um livro é divino, só porque êle o assevera, a quantos livros humanos não se deveria estender esta prerrogativa! Tôda a literatura religiosa da Índia, da China, da Caldéia, da Pérsia e do Egito entraria, assim de roldão, na categoria das divinas escrituras. Os Vedas, o Y-King, o Zend-Avesta e o Corão se imporiam à docili-

dade da nossa fé com o mesmo direito que o Pentateuco ou os Evangelhos, Isaías ou S. Paulo.

Deveríamos, porventura, recorrer à crítica histórica? É o que parece insinuar o Sr. C. Pereira quando escreve: "Como documento histórico (a Bíblia) está sujeita naturalmente às leis da crítica histórica, que deve examinar os seus títulos, verificando a sua *autenticidade e genuinidade*, e só depois de seu veredictum é que se pode estabelecer a sua *canonicidade*", p. 84. — Ingenuidade infantil! A crítica histórica não pode dizer coisa alguma sôbre a *inspiração* de um livro. É êste um caráter sobrenatural que exorbita, por completo, da esfera de suas atribuições. Tomai-me o 3.º evangelho. Armai-vos com todo o arsenal da arte crítica. Estudai-o interna e externamente. Qual será o resultado da vossa análise? Que o 3.º evangelho foi escrito em grego, por volta do ano 60, por um discípulo de S. Paulo chamado Lucas. Nem mais nem menos, como vos afirma com a mesma certeza que a epístolas aos Coríntios (não as canônicas de S. Paulo) foi escrita pouco depois do ano 90 por S. Clemente, discípulo de S. Pedro. Mas é inspirado o Evangelho de S. Lucas? É inspirada a epístola de S. Clemente? A crítica emudece; para questões desta ordem falece-lhe de todo a competência.

Mas, dirá algum protestante antiquado com o Sr. C. Pereira, no estabelecer a canonicidade "entra um outro elemento, aliás importante, que é o testemunho interno do Espírito Santo", p. 84. — Outro subterfúgio ridículo de advogado em talas. Quem vos assegurou êsse testemunho interno do Espírito Santo? Como se faz êle sentir à consciência? Quem poderá *com sinceridade* afirmar haver experimentado em si esta ação divina discriminatória de livros inspirados? E quem não vê que recorrer a êsse critério individual, vaporoso, inverificável é achanar o caminho aos mais desastrosos excessos do subjetivismo? O mesmo testemunho interno do Espírito Santo que segreda aos ouvidos de Lutero que a epístola de S. Tiago é "uma epístola de palha", murmurará aos de Calvino que é um livro inspirado. Ouvi a crítica do princípio protestante feita por um teólogo norueguês, o mais autorizado dos autores luteranos dêste país. "Nada entre o livro e o leitor, mas quantos absurdos teóricos! Nada entre a alma e Deus, mas quantas impiedades na prática! E seria isto a verdade! Seria isto a salvação! E a êstes princípios confiaria eu a minha eternidade! O Espírito Santo está em mim. Êle é quem me inspira, quem me guia... Mas todos dizem que possuem o Espírito Santo e o seu

procedimento me diz que o não possuem. O Deus da verdade seria então o Deus da confusão! Não seria mais o Deus da paz?"[28]

Sem uma autoridade infalível fora da Bíblia, é, portanto, impossível afirmar a inspiração e organizar o cânon ou catálogo dos livros inspirados. O protestantismo, negando a existência desta autoridade, pôs-se na contraditória e insustentável necessidade de jurar fé por um livro cujo caráter divino é incapaz de demonstrar. Já WISEMAN fizera notar a ridícula situação do protestante que "depois de comprar uma Bíblia inglêsa impressa por Thomas Basket ou qualquer outro impressor da mui excelente majestade de El-Rei, a folheia com a confiança de quem a houvera recebido imediatamente das mãos do Todo-Poderoso, como outrora Moisés recebeu as tábuas da lei no Sinai, entre coriscos e trovões".

Lacunosa no seu aspecto objetivo por insuficiente para assentar todos os dogmas, muito menos pode a Bíblia considerar-se como norma subjetivamente universal. Cristo, que mandou pregar o Evangelho a todos os homens, sem distinção alguma, não podia estabelecer como veículo único de sua doutrina um órgão de transmissão que não estivesse ao alcance de todos. A Escritura manifestamente não se acha nestas condições. Hoje, as sociedades bíblicas da América e da Inglaterra multiplicam e difundem as suas edições com relativa facilidade. Mas transportemo-nos aos tempos anteriores ao descobrimento da imprensa. São 14 séculos em que um só exemplar da Bíblia representava uma soma considerável de trabalho, de despesas e de tempo. Dizem-nos os historiadores que no século XI escasseavam tanto as Bíblias que era mister uma fortuna, uma verdadeira fortuna, para adquirir-lhes um exemplar. Só os reis, os príncipes, os mosteiros, as colegiadas e universidades podiam permitir-se êsse luxo. Reproduzir com o estilete no pergaminho uma cópia do livro sagrado demandava a vida inteira de um homem: tarefa longa, enfadonha, sumamente custosa. Como obter então os exemplares necessários?[29] E os pobres? Não deu

28. KROGH TONNING, *Le protestantisme contemporaine*, Ruine constitutionelle, p. 40-1. O ilustre teólogo norueguês, professor de universidade e pároco em Cristiânia, depois de profundos estudos sôbre a antiguidade cristã atestados em obras de grande valia, renunciou em 1900 os pingues benefícios eclesiásticos da sua igreja nacional para buscar no seio do catolicismo a verdade e a paz de consciência que não encontrara na igreja luterana. O escrito que citamos é anterior à sua conversão.

29. Num momento de distração todo preocupado em desembaraçar-se de um texto molesto de S. Irineu, o Sr. C. PEREIRA deixou cair da pena esta confissão preciosa: "poucos eram os que no seu tempo podiam recorrer aos raros manuscritos canônicos existentes nos centros cristãos", p. 286. Por que então arvorar em regra de fé universal um livro *raro*,

Jesus como um dos caracteres de sua missão a evangelização dos pobres? (Luc. IV, 8).

Os deserdados da fortuna incapazes de arcar com as despesas dos grandes rolos de pergaminho morreriam à fome; o pão da palavra divina não seria repartido aos pequeninos. A ser verdadeiro o cânon protestante, fôra mister que o Salvador juntamente com a sua doutrina trouxesse também à terra os tipos de Gutemberg. E bastaria? Ainda não. Não basta ter um livro, é mistér lê-lo. E quantos sabem lêr? Verdade é que o Sr. C. PEREIRA afirma "que o culto reformado repousa sôbre um livro — A Bíblia: o protestante *deve*, pois, *saber ler*", p. 121. Mas nos 15 séculos que precederam a Reforma não se sabia que a instrução obrigatória era cláusula essencial para salvar-se; nos 4 séculos que se lhe seguiram, o analfabetismo continuou a ser a condição da maior parte do gênero humano, nem parece ser para breve o dia em que todos os homens poderão deletrear a sua Bíblia. Que turba infinita fora do caminho da salvação pelo imane delito de não ter passado pela cartilha! "Pobres almas inocentes, dizia LESSING, como vos compadeço, vós que falais uma língua na qual a Bíblia não foi ainda traduzida! E vós também que não sabeis ler! Pensáveis que sendo batizados éreis cristãos! Infelizes, aprendei que saber ler é tão necessário à salvação como ser batizado".[30]

Dirá alguém: os que não sabem ler recorram ao pastor. Impossível e ilógico. O Sr. C. PEREIRA põe logo embargos: "Se eu tenho de responder por mim, devo *por mim mesmo* julgar: não pode haver imputabilidade onde não há discernimento. A responsabilidade individual em seguir a verdade religiosa implica forçosamente a liberdade individual na aquisição inteligente dessa verdade", p. 35. E aí está aonde leva a lógica protestante. A grande massa da humanidade incapaz de responsabilidade por ignorância do abc. LOMBROSO povoou os cárceres de impuníveis por fatalidade biológica. CARLOS PEREIRA povoa o mundo de irresponsáveis por analfabetismo. O antropólogo italiano argúi expressamente a justiça humana de iniqüidade, por não haver convertido as prisões em hospícios; o pastor brasileiro (influxo inconsciente

a que *poucos* eram os que podiam recorrer? O cristianismo não é para todos? e para todos os tempos? A verdade, norma de fé, pode andar sujeita às vicissitudes do progresso material ou às desigualdades da fortuna?

30. LESSING, *Beiträge zur Geschichte und der Litteratur*, ap. AUDIN, *Histoire de Calvin*, Paris, 1841, t. II, p. 49.

de sua profissão gramatical?) acusa implìcitamente a bondade divina de não haver transformado o mundo em imensa escola, onde a humanidade, soletrando o "b-a ba" começasse a ser responsável e susceptível de obrigações religiosas.

Mas, independentemente dos embargos do Sr. C. PEREIRA, o recurso ao pastor "como é natural no católico assim é ilógico no protestante; ilógico e irrisório", como o disse STRAUSS. Para o católico, o pároco representa o bispo de quem recebe sua missão e autoridade de ensinar. O bispo em comunhão com o Papa representa na sua diocese a doutrina da Igreja universal e infalível à qual Cristo fêz a promessa indefectível de assistência divina. Nada, pois, mais justo, nem mais racional, que descansar tranqüilamente nos ensinamentos ministrados, em nome de uma autoridade que se sabe infalível. Para o protestante, ao invés, o ministro é um homem isolado, falível, sem missão, que anda talvez ocupado ainda em formar o seu credo religioso, que hoje ensina uma coisa, amanhã outra, conforme as novas revelações que lhe vai descobrindo o livre exame de sua Bíblia. E, suposta já terminada a redação do seu símbolo, que autoridade tem êle para impô-lo aos outros? A opinião particular de um homem é falível. Como construir sôbre esta base vacilante o edifício divino da fé? Como confiar cegamente a uma probabilidade humana os riscos da minha eternidade? Com que direito impor aos simples fiéis o jugo da *infalibilidade* fictícia do primeiro predicante que se arvora em missionário sem credenciais? Por que razão deveria o homem do povo confiar os interêsses mais sagrados de sua consciência ao primeiro aventureiro, que, elevando-se alguns palmos acima da turba dos seus ouvintes, com uma Bíblia ou simulacro de Bíblia na mão, se inculca intérprete do Altíssimo, e aqui prega a divindade de J.C., ali a nega, aqui confessa a presença real, ali a condena como blasfêmia, aqui afirma a necessidade das boas obras, ali a rejeita? E esta fé proteiforme, esta doutrina de camaleão, que varia com as circunstâncias de lugar e de tempo, poderá ser para o cristão o apoio inconcusso de suas convicções religiosas, a norma de sua fé, o asilo seguro de sua consciência atribulada nas incertezas, nos trabalhos e nos sofrimentos da vida? Ah! como se compreendem os desabafos confidenciais destas almas aflitas! "Que infelicidade a nossa, dizia um protestante ao conselho da chancelaria de Leyser, que desespêro o nosso, pobres habitantes do campo, ao ouvirmos as blasfêmias que se dizem contra a nossa santa religião! Na nossa desventura já

não sabemos a quem prestar fé, em quem pôr as nossas esperanças! Nossos próprios ministros perderam todo o direito à nossa confiança; uma é a sua linguagem nos púlpitos, outra nas rodas sociais, onde nos tratam como imbecis a quem faltam as fôrças para suportar a verdade".[31] Fatos ànálogos poderiam citar-se fàcilmente em barda. Referirei um só. A uma missão pregada pelo P. DAMEN S. J. em Brooklyn assistiam vários protestantes. Terminada a conferência, um dêles, natural da Virgínia, bom presbiteriano, foi ter com o seu ministro e pediu-lhe a explicação de um passo da Escritura. Quando o pastor lhe expôs, insistiu: "Está absolutamente certo que êste é o sentido do texto? Outros protestantes lhe dão um significado diverso". "Ah! meu caro amigo, tornou o pastor, nós nunca podemos estar certos de nossa fé!". "Se é assim, passe bem! Não posso estar certo da minha fé na igreja protestante? vou aonde possa encontrar esta certeza". E fêz-se católico.

É pois inevitável. Não podendo fiar-se do ministro, cada crente, segundo a doutrina protestante, deverá formar o próprio credo, interpretando individualmente a Bíblia. Quem não sabe ler não pode ser cristão.

Vamos além. Suponhamos superados todos êstes obstáculos. A humanidade inteira, graças à Reforma, sabe ler. Graças às sociedades bíblicas inglêsas e norte-americanas todos os homens aí estão com a sua Bíblia sob o braço. Está resolvida a questão? Não ainda; agora é que começam as dificuldades mais sérias.

A Bíblia é uma coleção de 72 livros escritos originàriamente em hebraico e grego por autores antiqüíssimos que viveram num espaço de 15 séculos. Nela se encontram todos os estilos e gêneros literários desde a história até a poesia, épica ou dramática, lírica ou didática, desde a simplicidade dos preceitos práticos até às alturas sublimes da mais remontada teologia. Tal é o livro de que cada homem deve extrair o seu credo e os seus mandamentos.

Antes, porém, de chegar a estas conclusões dogmáticas e morais, cumpre-lhe resolver um sem número de dificuldades preliminares. Dificuldades *lingüísticas;* sabe grego? sabe hebraico? Se o não sabe, quem lhe assegura a fidelidade da versão que tem entre mãos? Quantas vêzes a tradução, não é, ainda involuntàriamente,

31. JACOBI. (protestante) *Que dois-je croire et espérer pour le repos de mon âme?* Zelle. 1791, pp. 22-3 Ap. AUG. NICOLAS, *Études philosophiques sur le christianisme*, Paris, 1885, t. III, p. 243.

uma traição do original?[32] O "livreiro da mui excelente Majestade del-Rei" é o único fiador neste negócio em que êle joga a sua eternidade. Dificuldades *críticas*. Os livros atuais são íntegros? Não foram mutilados, interpolados, adulterados no curso de tantos séculos?[33] Não cincaram os mil copistas que os trasladaram? Mão sacrílega não lhes profanou a pureza divina? — Esta dificuldade cresce de ponto na hipótese dos nossos adversários. De quem receberam os protestantes a Bíblia? Da Igreja católica. Antes que nascessem, quem foi por 15 séculos a depositária do livro divino? A Igreja católica.[34] Mas se a Igreja católica é uma Babilônia corrompida, um anticristo que tudo perverteu e adulterou na doutrina revelada, quem lhes assegura que não alterou também o livro inspirado? Se o depositário do precioso tesouro não é infalível e honesto, quem poderá fiar da integridade do depósito? Dificuldades *gramaticais*. Qual é o verdadeiro sentido de um texto, o seu sentido literal, o seu genuíno sentido teológico? Dificuldades *exegéticas*. Um texto não é isolado, é mister conhecer-lhe o contexto, é

---

32. São os protestantes os primeiros a reconhecer a imperfeição das próprias Bíblias tiradas em vulgar. Pastôres e bispos anglicanos escreveram volumes para mostrar os erros da versão inglêsa do rei Jaime. Numa assembléia de ministros, reunida em S. Luís, um presbiteriano sustentou a necessidade de rever a tradução atual que não contém menos, dizia êle, de *trinta mil erros*. Trinta mil erros! já é alguma coisa num livro que deve servir de guia único e certo no caminho da salvação!

33. Um exemplo: cai nas mãos do leitor uma bíblia luterana. Lê na Epíst. aos Romanos que o homem é justificado *só* pela fé (III, 28). E o pobrezinho que mui provàvelmente ignora que aquêle *só* não é do Espírito Santo, mas de LUTERO, formula o seu dogma: está escrito que basta a fé sem obras para me salvar. A outro simples operário impingem-lhe como inspirada uma bíblia de ZWINGLIO. Onde Cristo disse: "Êste é o meu corpo", o reformador suíço traduziu: isto *significa* o meu corpo. E o infeliz a concluir que Jesus Cristo não está realmente presente na Eucaristia!

O Dr. HARRISON, beneficiado protestante de Cantuária, dá também êle a sua edição da Bíblia, e, sem mais cerimônias, corta todos os trechos que se referem ao inferno. Eis o que valem as Bíblias protestantes!

34. Declarou-o sinceramente LUTERO: "Reconhecemos que no papismo existe a verdadeira escritura sagrada... Devemos confessar a verdade: no papismo encontra-se a palavra de Deus, a missão apostólica, o verdadeiro batismo, o verdadeiro sacramento do altar, as verdadeiras chaves para a remissão dos pecados, o verdadeiro catecismo... E quanto à sagrada escritura e ao púlpito, é dos papistas que os tomamos; sem o papismo que saberíamos nós?" t. IV, p. 227 b. ed. de Wittemb. 1551.

Aqui o pastor brasileiro dá um quinau no grande patriarca: "O protestantismo do século XVI, diz êle, recebeu a Bíblia do protestantismo de todos os séculos" 423-4. A frase é de efeito. Evoca à imaginação as sombras erradias dos protestantes de todos os séculos (ficção poética!) que acodem pressurosos a entregar o livro sagrado ao pimpolho alemão recém-emancipado da tirania papal e herdeiro predestinado das desconhecidas glórias avitas. A história é mais prosaica, aferra o fato na sua singela realidade e deixa as figuras de retórica inflada aos poetas, a quem, dizem, tudo ousar é permitido. Ora, o fato é que FREI MARTINHO, quando, cansado de viver catòlicamente, deixou o burel, levou consigo a Bíblia que encontrou no seu velho convento, onde certamente não a tinha escondido o "protestantismo de todos os séculos".

mister ilustrá-lo com outros lugares paralelos. S. Paulo pode explicar Isaías, ou, em aparência, contradizê-lo. Mais. Para entender escritos tão antigos cumpre ainda conhecer os tempos, os lugares, os usos e costumes, o ambiente social, político e religioso de vários povos antigos. Não há fazer exegese sem aperceber-se de antemão de um vasto arsenal de história, geografia, etnografia, linguística, paleografia e arqueologia. Mais ainda. Na escritura há verdades que se devem crer e preceitos que se devem praticar; há prescrições locais e temporárias e prescrições perpétuas e universais. Tudo isto deve ser analisado, discutido, discriminado antes de se redigir um símbolo ou formular um código moral. Proceder doutra maneira fôra precipitação prematura, imprudente, irracional. Antes de ter certeza absoluta de que o texto em que me estribo é autênticamente divino e indubitàvelmente inspirado, não posso razoàvelmente fundar nêle uma fé divina, infalível, disposta a derramar o sangue pela firmeza de suas convicções. Ninguém arrisca imprudentemente a vida, ninguém joga desassizadamente a própria eternidade nas probabilidades de um talvez.

E pensar que todo êste ingente trabalho intelectual deve ser feito por pobres operários, pela mulherzinha do povo, pelo lavrador dos campos! E pensar que só na virilidade começa a inteligência a amadurecer para o estudo de semelhantes questões e que, portanto, a infância e a juventude ficariam privadas do benefício da religião, entregues às angústias da dúvida ou às apatias da indiferença! Quem ousará crer da bondade divina que tivesse eriçado de tantas dificuldades o acesso ao Evangelho, às consolações sobrenaturais e divinas do Cristianismo? Não; a razão e o bom senso revoltam-se indignados contra a possibilidade de semelhante hipótese. A via escolhida pela Providência para transmitir a religião entre os homens é mais plana, mais batida, mais conversável, é a via real por que se comunicam os ensinamentos intelectuais e sociais, indispensáveis à vida humana: a via da tradição, a via da autoridade. "L'homme est un être enseigné", disse LACORDAIRE. Nos outros domínios da nossa atividade, onde o êrro não tem conseqüências eternas, a autoridade conserva a sua falibilidade humana. No domínio da fé, imposta em sua integridade sob pena de eterna condenação (qui non crediderit condemnabitur, *Marc.*, XVI, 16), Deus promete a assistência de sua inerrância como garantia da conservação intangível de seus ensinamentos. À consciência humana impôs o Salvador o dever de ouvir os seus enviados como a Êle em pessoa — qui vos audit me audit — mas tranqüiliza-a logo na sua

fé, empenhando a palavra divina como fiança que, até ao derradeiro dia, os sucessores dos seus apóstolos ensinarão sem mescla de êrro *tudo* o que Êle nos prescreveu: "ensinai aos povos tudo o que vos mandei, eu estarei convosco todos os dias até à consumação dos séculos".[35]

Tal é a majestosa harmonia do plano divino. Destarte leva-nos a razão à regra de fé católica e condena irremissìvelmente o livre exame protestante, não só como repugnante aos ensinamentos da Escritura e da antiguidade cristã, senão ainda como contrário às exigências mais elementares do senso comum e às idéias mais simples que formamos da justiça, da bondade, da misericórdia do nosso Pai que está nos céus.[36]

---

35. MATTH, XXVIII, 20. A necessidade insubstituível de uma autoridade divina e a sua existência a refulgir brilhante na fronte da Igreja católica tem sido para muitos racionalistas cultos um motivo de conversão sincera. AUGUSTIN THIERRY assim escrevia ao P. GRATRY: "Je suis un rationaliste fatigué qui me soumets à l'autorité de l'Eglise. Je vois les faits; je vois par l'histoire la necessité manifeste d'une autorité divine et visible pour le developpement de la vie du genre humain. Or, tout ce qui est en dehors du christianisme ne compte pas. De plus tout ce qui est en dehors de l'Eglise catholique est sans autorité: toutes les sectes ne sont qu'oubli, mépris, négation. Donc l'Eglise catholique est l'autorité que je cherche et je m'y soumets". GRATRY, *Connaissance de l'âme* (8), Paris. 1920, t. I, Préface, p. XXXIV, nota.

36. KROGH TONNING, o célebre teólogo que já citamos várias vêzes, sintetiza admiràvelmente a insuficiência do princípio protestante nestes têrmos: "La Bible ne peut pas être le principe unique de connaissance religieuse. Sa nature même l'en empêche; aucun de ses textes ne le prouve; plusieurs s'y contredisent; aussi haut qu'on remonte, elle ne l'a jamais été, aussi loin qu'on aille, elle ne le sera jamais. Il faut à coté et à la portée de tous, une garantie sûre de son origine, de sa pureté, de son authenticité, de la sûreté de son texte dans l'ensemble et dans le détail, de la sûreté aussi de sa traduction, enfin de la rectitude de son interprétation. Sans cela notre principe biblique n'a pas plus de consistance qu'une *phrase dans l'air*". *Le Protestantisme Contemporain*, Ruine Constitutionelle, p. 16. Em outro volume: "Notre principe exclusif, "La Bible seule" ne vit que par la force de *préjugés doctrinaires*. On finira par ouvrir les yeux. Ce qui nous appellons la parole de Dieu n'est trop souvent que ce que nous avons mis nous même dans la Bible. Dans les affaires temporelles on n'a pas la naiveté de croire qu'une societé puisse subsister sur un code de lois, sans un pouvoir qui interprète et juge". *Le Prot. Contemp.*, Ruine Doctrinale, p. 16.

CAPÍTULO III

CONSEQÜÊNCIAS DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO PROTESTANTISMO

§ 1. — *Causas que retardaram a dissolução religiosa do protestantismo.*

SUMÁRIO — Efeitos imediatos do livre exame. — "Catolicização" prática do protestantismo. — Escravização ao poder civil.

O livre exame é um vírus dissolvente a cuja energia corrosiva nenhuma religião pode resistir. Um dilema impõe-se inelutàvelmente à inteligência: ou uma autoridade externa, estabelecida por Deus como árbitro infalível nas coisas de fé ou o indivíduo arvorado em juiz supremo do seu credo religioso; ou a Igreja católica conservando a unidade do dogma e da moral, ou o individualismo subjetivista perdendo-se nos devaneios vaporosos de um sentimentalismo polimorfo.

Nos primeiros dias da Reforma, LUTERO não calculou tôdas as conseqüências do seu princípio subversivo. Sem temperamentos nem reservas, atirou-o em tôda a sua crueza às massas que êle concitava à revolta. No tratado *contra Henricum regem Angliae*, publicado em Wittemberga em 1522, afirma sem rebuços: "a *todos* os cristãos e a *cada um* em particular pertence conhecer e julgar a doutrina. Anátema a quem lhes tocar um fio dêste direito".[1] Era a teoria do sacerdócio universal. Todos os fiéis são reis e sacerdotes, senhores absolutos na interpretação das Escrituras, livres de ex-

---

1. Weimar, X. 2 Abt., p. 217.

por e ensinar a fé. Fôra o pretexto de que se valera o frade obscuro para levantar o estandarte da rebelião contra a Igreja universal.

Amestrado, porém, pela experiência, bem cedo viu o reformador aonde levavam as conseqüências de tão desastradas premissas. A sua obra apenas encetada desabava em ruínas, fragmentava-se em poeira impalpável. Era literalmente o *quot capita tot sententiae*. Já em 1525, escrevendo aos "cristãos de Antuérpia" deplorava a anarquia dogmática nestes têrmos: "Êste não quer o batismo, aquêle nega os sacramentos; quem admite outro mundo entre êste e o juízo final, quem ensina que Cristo não é Deus; uns dizem isto, outros aquilo, em breve serão tantas as seitas e tantas as religiões quantas as cabeças. Há mais estultice que acreditar alguém ser inspiração do Espírito Santo quanto lhe cruza pelo pensamento ou lhe acode em sonho?".[2]

Para salvar então a Reforma ameaçada de dissolução logo ao nascer, o astuto frade arripiou carreira. Conservando *especulativamente* o princípio do livre exame, renunciou-o na *prática* para adotar o princípio católico da autoridade.

O protestantismo na frase de BOUGAUD *catolicizou-se*. Os seus chefes entraram a deplorar a ausência da disciplina e do govêrno da Igreja que haviam coberto de baldões e insultos soezes. "Se o mundo durar mais tempo, escrevia LUTERO a ZWINGLIO, será mister receber do novo os decretos dos concílios a fim de conservar a unidade de fé contra as diversas interpretações da Escritura que por aí correm".[3] MELANCHTHON reclamava o prestígio da antiga jerarquia: "desejáramos que fôsse grande a autoridade dos bispos".[4] "Sem a supremacia do Papa, dirá mais tarde GRÓCIO, é impossível conservar a unidade".[5] Mas voltar a Roma e submeter-se ao pastor constituído por Cristo não era para a soberba dos revoltados. Ensaiaram-se então vários sucedâneos do papa. LUTERO compôs um *catecismo obrigatório*, fulminando anátemas e enviando a todos os diabos quem dêle se atrevesse a discordar. Era um *papa de papel*, na expressão irônica de BUCERO. Já os reformados não deviam buscar "na Bíblia e só na Bíblia" a doutrina da salvação. Wittemberga lhes impunha a nova fé com plena autoridade infalível. Mas se a arraia-miúda e ignorante se conformava com a nova situação, as cabeças pensantes arrostaram os anátemas e continuaram a construir e destruir dogmas a seu talante. CALVINO publicou as *Instituições* e já sabemos com que severidade de penas impôs aos genebrinos o seu credo absurdo.

---

2. Weimar, XVIII, 547; DE WETTE, III, 61.

3. Cit. por BOUGAUD, *Le Christianisme et les temps présents*, t. IV(7), p. 289. Sôbre o desejo de reconstruir a jerarquia eclesiástica e as ordenações episcopais do "papa" Lutero, cfr. GRISAR, *Luther*, III, 159-167.

4. *Corp. Reformt, II*, 869.

5. H. GROTIUS, Via ad pacem ecclesiasticam, Opera theologica Basileae, 1732, p. 617.

Entretanto, a discórdia continuava a lavrar cada vez mais profunda e mais extensa. Os próprios chefes no ardor das discussões já se não entendiam. Recorreram então às assembléias gerais, arremedilhos dos concílios católicos. Em Augsburgo reuniram-se os maiorais da seita e formularam a célebre *confissão augustiana* (1530), redigida por MELANCHTHON. De seu lado, ZWINGLIO formulara também a *sua confissão*, BUCERO propunha uma terceira: a *confissão tetrapolitana* ou de *Strasburgo*. Apenas os protestantes se viram na contingência de formular um símbolo, as contradições pulularam por tôda a parte. Em todo o caso, as fórmulas simbólicas eram ainda assim um arrimo para estear o edifício vacilante da nova fé. Os concílios, sob o nome de sínodos provinciais ou nacionais, entraram também nos usos da seita e ainda uma vez substituíram o princípio de autoridade ao do livre exame. "Prometemos diante de Deus submetermo-nos a quanto fôr estabelecido e resolvido na vossa assembléia, a pô-lo em execução com todo o nosso zêlo, persuadidos que Deus presidirá à vossa reunião e vos guiará pelo seu Santo Espírito em tôda a verdade e justiça pela regra de sua palavra". É a fórmula de juramento do sínodo protestante de Vitré (1617). Os católicos não falariam diversamente do concílio Vaticano. Onde o livre exame? Onde a decantada liberdade de formular individualmente a própria fé pela interpretação imediata das Escrituras? Onde "a Bíblia e só a Bíblia e nada mais que a Bíblia", do nosso ingênuo gramático?

Destarte, pouco a pouco, mediante catecismos e confissões, o princípio católico foi substituído na vida prática ao princípio protestante. A necessidade de viver exigia êste sacrifício. Hoje, na Alemanha, na Inglaterra, na Suécia, em tôda a parte onde o protestantismo se conserva organizado e pode chamar-se ainda religião, o ensino da fé é feito tal qualmente nos países católicos.

Quem imagina um pai de família dando uma Bíblia ao filho e dizendo-lhe: "menino, aí tens o código de tua religião, lê-o e, com o testemunho interno do Espírito Santo, formula o teu cristianismo". Não; ninguém leva a lógica dos princípios a tal extremidade. O bom senso prevalece. A criança vai à paróquia, estuda a

sua doutrina cristã, ouve o pastor, crê e admite o que lhe dizem dever crer e admitir para salvar-se. A maior parte do povo não lê a Bíblia e muito menos a interpreta; assiste no templo à sua leitura e abraça a explicação que lhe entende dar o seu ministro. O livre exame é para as classes intelectuais.[6] Aí é que êle produz as suas ruinosas conseqüências. Para as massas, a autoridade impõe-se despòticamente. De quando em quando, dos próprios arraiais do protestantismo levanta-se um brado de indignação e de revolta das consciências oprimidas. "Não se pode imaginar, escreve HARLESS, escravidão mais vergonhosa para as igrejas que obrigar os fiéis a curvarem o colo sob um jugo que lhes fabricam os teólogos, hoje de um modo, amanhã de outro".[7]

A catolicização prática do protestantismo foi a primeira remora que lhe retardou a dissolução imediata. Para viver, a Reforma abjurou o princípio que lhe dera nascimento; comprou a existência a preço da contradição. O poder civil foi a segunda fôrça de que lançaram mão os reformadores para unir as partes do edifício que estalava por tôdas as junturas. Um papa de papel era, de manifesto, insuficiente. Era mister um papa de carne e osso e, mais, espada à cinta.

Já tivemos ensejo de ver a primeira função da fôrça na implantação do protestantismo. Para separar-se de Roma, recorreu a Reforma à violência do ferro. Uma vez separada, apelou ainda para a sua intervenção a fim de conservar ao menos um simulacro de unidade que lhe prolongasse a agonia.

Como é humilhante ver todos êstes orgulhosos revoltados, que blasonavam de emancipadores da liberdade espiritual, curvarem, rendidos, os joelhos ante os reis da terra e dizerem-lhes submissos: "César, que és imperador, sê também pontífice: empunha numa das mãos o cetro, na outra o báculo; sê nosso chefe espiritual; manda e te obedeceremos, fala e te creremos. Ao arbítrio de tua vontade

6. Nem esta afirmação é verdadeira na sua universalidade. O Sr. C. PEREIRA, por exemplo, pertence sem dúvida ao número dos protestantes cultos. Cuidais que êle pratica o livre exame? Engano. Em todo o seu livro não há uma interpretação original do livro sagrado. Em coisas de fé êle não lê "a Bíblia e só a Bíblia e nada mais que a Bíblia", lê também SCHAFF, GREENWOOD, LITTLEDALE, etc., etc. Com os óculos que lhe emprestam êstes escritores lê e explica a Escritura aos seus clientes brasileiros. Sem o mínimo receio de errar, afirmamos, por exemplo, que a exegese do *tu es Petrus* bebeu-a o nosso autor em outras fontes que não diretamente na leitura da Bíblia. Fôra fazer injúria ao bom senso natural do gramático atribuir-lhe a paternidade de semelhante monstruosidade hermenêutica.

7. HARLESS, *Feuille périodique*, t. I, p. 33.

entregamos as nossas consciências; dos teus lábios queremos receber o símbolo de nossa religião".

Por um prato de lentilhas vendeu a Reforma o morgado espiritual que 15 séculos de catolicismo haviam transmitido, como herança intangível, à humanidade libertada por Cristo dos grilhões de César. O fruto generoso do sangue de milhões de mártires, as conquistas seculares das lutas épicas do papado contra as invasões sacrílegas do cetro imperial, a magna carta da liberdade das consciências promulgada no Evangelho: dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus — tudo foi sacrificado pelo protestantismo para adiar o têrmo de uma vida efêmera, inelutàvelmente fadada à dissolução da morte.

LUTERO, em texto que já deixamos citado, foi o primeiro a proclamar a fusão dos dois poderes. MELANCHTHON na Alemanha, ZWINGLIO na Suíça, GRÓCIO na Holanda, JURIEU na França, enveredaram pela estrada que lhes abrira o mestre.

"É certo, escreve êste último, que os príncipes são os chefes natos da igreja cristã, senhores assim da religião como do estado".[8]

Os fatos obedeceram à teoria. Já o deixamos evidenciado. Na Inglaterra, uma lei proclamou logo a supremacia espiritual da coroa. O anglicanismo recebeu os seus 39 artigos da infalibilidade de ISABEL. Já não era um papa, era uma papisa.[9] Um funcionário público visita as igrejas como "Vigário do rei". JAIME I, ao tomar as rédeas do governo declara sem ambages: "faço o que me apraz: leis e evangelho". A segunda confissão de fé da Escócia leva por título: Confissão geral da verdadeira fé cristã segundo a palavra de Deus e *as atas do nosso parlamento*. A religião tornou-se logo um ramo da administração pública como a marinha e as finanças. GUSTAVO na Suécia publicava mandamentos prescrevendo orações e jejuns e os rematava assim: "saibam todos que se alguém violar

8. "Antes de tudo, diz ainda JURIEU, esta piedosa emprêsa [da união das igrejas] não se pode levar a têrmo sem o auxílio dos príncipes de um e de outro partido, porque *tôda a Reforma foi feita com a autoridade dêles*". Pouco adiante, a fim de resolver as eternas controvérsias dogmáticas entre as seitas, alvitra que "os teólogos falem como advogados, os políticos ouçam e *julguem sob a autoridade dos príncipes*". Aí está: a Reforma foi feita pela autoridade dos príncipes; os príncipes são os árbitros soberanos em matéria essencial de fé. Citações de BOSSUET, *Hist. des variations*, aditamento ao liv. XIV. MELANCHTHON ensinava que era lícito recorrer a castigos corporais contra os católicos e que os poderes civis tinham o dever de anunciar e defender a lei divina. *Corp. Reformt.*, IX, 77; VII, 666; XI, 328.

9. Ainda quase em nossos dias não vimos os bispos anglicanos ajoelhados diante da rainha Vitória a prestar-lhe o juramento que a reconhece soberana espiritual da Igreja de Henrique VIII?

a presente ordenação não escapará à nossa cólera e ao castigo que merecer".[10]

Em Basiléia, os leigos tomaram as chaves do reino dos céus, e, como escreve MYCON a CALVINO, o magistrado fêz-se papa. Em Montbélliard, o primeiro efeito da Reforma foi uma reunião geral dos cidadãos para saber o que *ordenava o príncipe acêrca da ceia.*

Esta escravização ao poder civil perpetuou-se nos países protestantes. Em princípios do século passado FREDERICO GUILHERME III, de Prússia, com o fim de unificar as diferentes confissões protestantes, compilou pessoalmente uma espécie de liturgia (*Agenda*) e por lei de 1829 a impôs a tôdas as igrejas. Alguns predicantes e comunidades tiveram a veleidade de opor-se. Os predicantes foram destituídos ou encarcerados; às comunidades relutantes a aceitação foi intimada militarmente.[11]

Graças a êste compromisso aviltante, o protestantismo abordoado ao estado pôde arrastar por séculos os passos trôpegos de um inválido condenado à sepultura.

A catolicização incoerente de sua organização religiosa, a interferência profana da autoridade leiga: eis as duas causas extrínsecas que adiaram a dissolução fatal a que o livre exame condenara irremissìvelmente a Reforma no século XVI. Adiaram, não a conjuraram para sempre. O veneno mortal lavra-lhe surdamente no

---

10. AUGUSTIN THEINER, *La Suéde et le Saint-Siège*, t. I, p. 379.

11. O "caso Yatho", é uma prova recente da eficácia da intervenção civil para impedir a completa dissolução interna do protestantismo. Yatho, ministro em Colônia, foi citado em 1911 ao supremo Tribunal eclesiástico (Oberkirchenrat) de Berlim para defender-se do delito de heresia. O predicante não só não admitia a divindade de Cristo e a inspiração do Novo Testamento, mas negava até a existência de um Deus pessoal. O tribunal declarou-o incapaz de preencher funções eclesiásticas. Nos círculos leigos e até nas rodas do clero "liberal" a condenação levantou imenso escarcéu. Choviam os protestos contra a demissão do honesto pastor; multiplicavam-se as mensagens de simpatia à vítima da intolerância do tribunal berlinês. O incidente ia tomando proporções gigantescas e ameaçava a paz interior da Igreja evangélica. Que fazer? Igreja ligia ao Estado, ao Estado recorreu e a fôrça pôs têrmo à contenda. Comentando o fato, diz CHATTERTON-HILL: "A Igreja Luterana protestante, para proteger-se, achou necessário no ano da graça de 1910 erigir um tribunal do Santo Ofício, no qual um Papa criado pelo estado, revestido de infalibilidade por decreto do Estado, julga — sem possibilidade de apelação — um ministro protestante por delito de heresia. Seria eficaz esta intervenção tardia para salvar a ortodoxia? Isso é outra questão" *The sociological value of Christianity*, London, 1912, p. 226. A história pormenorizada do incidente Yatho pode ler-se em J. B. KISSLING, *Der deutsche Protestantismus*, 1817-1917, Münster i. W., 1917, t. II, pp. 378-83. Que de fato não tenha sido eficaz mostra-nos a declaração de EMIL SCHULZE, em 1914. Alarmado ante a dissolução crescente da igreja evangélica, o desnorteado pastor não vê outra salvação senão a interferência mais ativa do Estado. "À Igreja Romana, *única que ainda está firme,* não nos é possível voltar. (Porque, amável pastor?). A quem dirigirmo-nos? Só o *Estado nos pode salvar*". *Die Christliche Welt*, 1914, n. 391. Uma Igreja que solta êste grito de salvação desesperada é uma Igreja irremediàvelmente condenada à esterilidade e à morte.

organismo e dia virá em que todos os paliativos humanos serão impotentes para impedir-lhe a total desagregação.

Estudemos em rápido escôrço a marcha desta decomposição crescente.

§ 2. — *Multiplicação de seitas.*

SUMÁRIO — Desagregação sectária do protestantismo. — Prodígios de acrobacia intelectual em defesa de uma causa perdida: a "harmonia fundamental" do Sr. Carlos Pereira.

O primeiro sintoma de desequilíbrio orgânico de uma sociedade religiosa é a fragmentação em seitas. A diagnose histórica do protestantismo revela-lhe o aparecimento desde os primeiros dias de sua existência. Mal LUTERO congregara um manípulo de sequazes sob a sua bandeira, ZWINGLIO na Suíça, a rufo de caixa, tocava a reunir sob o estandarte que lhe conservava o nome e CALVINO em França recrutava outro exército irreconciliável com os dos seus irmãos em protestar. Inglaterra não quis jurar fé a nenhum dos grandes *condottieri* do continente. Com britânico ecletismo fundiu, num amálgama indigesto, doutrinas católicas, luteranas e calvinistas e hasteou o pendão do anglicanismo. Anglicanismo, calvinismo, zwinglianismo e luteranismo — quatro nomes, quatro tendências, quatro partidos, que nenhum compromisso político, nenhuma habilidade diplomática conseguiu jamais caldear num todo coerente na sua unidade orgânica e doutrinal.

Pelo contrário, os agentes de divisão continuaram o seu trabalho dissolvente. No interior de cada uma destas grandes seções pulularam as seitas menores. Anabatistas, antinomistas, antitrinitários, socinianos, latitudinários ou arminianos, gomaristas ou antilatitudinários, episcopalianos, presbiterianos, etc. etc., digladiavam-se em todos os países protestantes. Daí por diante cada século viu surgir dezenas de novas facções. Qualquer cabeça desequilibrada, fanática ou mística, que se sentia com vigor de rasgar novos horizontes religiosos à humanidade, reunia fiéis e fundava uma igreja. Atualmente o número de seitas protestantes desafia a mais paciente estatística. Avalie o leitor.

Na Alemanha registravam-se há poucos anos, 37 igrejas regionais (*Landeskirchen*) sem contar as "igrejas livres".

Na Inglaterra o *Whitaker's Almanac* contava em 1895, 274 denominações religiosas. Só na cidade de Londres e arrabaldes há para cima de 100! Que Babel! E em cada seita as confissões de fé sucedem-se como as fôlhas numa árvore!

As famílias reproduzem em miniatura o estado da nação. Vêde a de SPENCER: uma espécie de museu religioso. Entre vivos e mortos, na genealogia do filósofo, havia huguenotes, hussitas, metodistas e anglicanos. O pai de Herbert era quaker, a mãe, metodista, um tio, anglicano, outro, adepto da seita ascética de Cambridge. O futuro paladino do agnosticismo devia ter ouvido na sua juventude discussões teológicas em tôdas as solfas.

Aos outros países protestantes, porém, levam a palma os Estados Unidos. Aí o governo não estende a sua sombra protetora a nenhuma "confissão" em particular.

Sob o sol comum da liberdade, a florescência sectária é de uma exuberância pasmosa. Os relatórios oficiais acusavam, não há muito, 56 seitas principais que, unidas às secundárias, perfazem o belo total de 288. Os seus adeptos mudam de confissão religiosa como quem passa de uma sociedade comercial para outra que promete mais pingues dividendos. Já ninguém pensa numa igreja verdadeira. As seitas que se vão formando cada dia chamam os americanos denominações evangélicas; o que já lhes caracteriza bem a natureza. Entre elas podeis contar adventistas, batistas regulares, batistas do sétimo dia, batistas de comunhão livre, batistas dos seis princípios, unitários, discípulos (campbelistas), metodistas, africanos, episcopais, metodistas livres, metodistas primitivos, ocidentais, metodistas independentes, morávios, mormônios, Nova Jerusalém, reformados, presbiterianos regulares, presbiterianos da velha escola, quakers, luteranos, espiritualistas, wesleyanos genuínos, etc., etc. Não há recear que a música enfade pela monotonia dos instrumentos; mas onde a harmonia que caracteriza a verdade?

Harmonia! Salta-nos pela proa o Sr. C. PEREIRA: o protestantismo a possui na sua unidade livre e fundamental. "O que se deve admirar no protestantismo não são as variedades denominacionais de sua vida histórica, mas a unidade fundamental dos credos de tôdas as numerosas agremiações evangélicas ortodoxas", p. 65.[12]

12. Duas observações a propósito. Primeira. Se o frisar nos dogmas fundamentais não tolhe, no sentir de C. PEREIRA, às mil seitas protestantes o seu caráter cristão por que êste empenho encanzinado em combater a Igreja católica? Não reconhece o nosso pastor que ela, "como parte integrante da cristandade professa em seu credo e em suas práticas todos os grandes dogmas e instituições do cristianismo"?, p. 396. Se é amor da verdade o móvel da propaganda protestante não seria mais louvável que o zêlo dos seus bibliófilos itinerantes, em vez de se despender em injúrias e doestos contra o catolicismo, se empregasse em compor as desavenças de família? — A segunda observação é um conselho de segurança pessoal. Ao dizer dos próprios protestantes é possível salvar-se na Igreja romana que conserva todos os dogmas fundamentais. Segundo a doutrina católica, fora da verdadeira Igreja de Cristo não há salvação. Não é, pois, de prudência elementar viver e morrer no seio do catolicismo? Se os nossos adversários não aceitarem o conselho, sejam ao menos coerentes com o seu princípio do livre exame. Deixem-nos a nós católicos na posse tranqüila do que julgamos verdade infalível, e quanto a si, procedam como lhes ditar a consciência iluminada e sincera. Propaganda protestante é ilogismo.

Nada mais interessante do que ver os prodígios de acrobacia intelectual do nosso gramático para defender uma causa irremediàvelmente perdida. Vejamo-lo em ação.

Seu primeiro cavalo de batalha é a cansada distinção de JURIEU entre dogmas fundamentais e dogmas não fundamentais. "As diferenças que dividem as várias denominações protestantes não são *fundamentais*... os artigos de fé em que elas concordam são mais numerosos do que os em que discordam", p. 71. — Nem esta magra consolação é verdadeira; mas adiante. "É patente a *harmonia fundamental* dos credos ou confissões de fé", p. 67. As várias denominações protestantes "constituem uma unidade moral, pela *harmonia fundamental* de seus credos", p. 134.

Há, pois, que distinguir no cristianismo dogmas fundamentais e dogmas não fundamentais. Os protestantes divergem nestes e concordam naqueles. Destarte salva-se a "harmonia fundamental" e a liberdade! Dois pombos de uma chumbada. Milagreira distinção!

Examinemo-la de perto, começando, como é de razão, pela Bíblia. Em que passo de Escritura leu o Sr. C. PEREIRA que há dogmas que se devem crer e dogmas que se podem impunemente negar? E no entanto que verdade mais importante que esta? Que dogma haverá mais fundamental que o fundamento dos dogmas fundamentais? Em resposta, a Bíblia "única regra de fé" emudece! Jesus Cristo e os apóstolos falam-nos em mil lugares da *unidade de fé* sem distinção de espécie alguma, relativa à liberdade de crer. "Ensinai *tudo* o que eu vos mandei", *Matth.*, XXVIII, 20; "quem crer será salvo, quem não crer será condenado", *Marc.*, XVI, 16. "Se um anjo do céu vos evangelizar o que não vos evangelizamos, seja anátema", *Gal.*, I, 8; "sêde solícitos em conservar a unidade de espírito no vínculo da paz, um Senhor, uma fé, um batismo, um Deus". *Ephes.*, IV, 3-6. Aqui a unidade de fé é posta no mesmo plano das

unidades indivisíveis do batismo e da divindade. Aos coríntios: "peço-vos, irmãos, em nome de N.S.J.C., que digais todos a mesma coisa, e entre vós não haja cismas; sêde perfeitos no mesmo sentimento e no mesmo parecer". 1 *Cor.*, I, 10.

Como não se acha tal distinção na Bíblia, assim nem vestígios dela se observam em tôda a antiguidade cristã. Nas grandes discussões religiosas nunca se debateu se um dogma era ou não fundamental no sentido protestante.[13]

Percorram-se as atas dos concílios, leiam-se os escritos dos santos Padres, revolvam-se todos os monumentos da Igreja primitiva, nunca se ouvirá a voz de um herege ou cismático que se defenda com pretextar que sua negação não atinge um dogma fundamental. Foi mister que viesse Jurieu, no século XVII, a ensinar-nos esta distinção capital no cristianismo e destarte presumir salvar na Babel protestante a "harmonia fundamental".

Não se encontra semelhante distinção na Bíblia, não se encontra na história do cristianismo primitivo. Não se encontra porque não se podia encontrar.

Nada mais contrário à natureza da fé, mais irracional, mais injurioso a Jesus Cristo. Uma proposição ou é revelada ou não. Revelada, exige a nossa fé absoluta: negá-la fôra desprezar a autoridade de Deus. Não revelada, ou é êrro, e crê-la como verdade divina é superstição e fanatismo, ou é verdade natural e admitimo-la não por fé senão por ciência.

Quem rejeita uma só verdade contida na revelação já não tem fé. A fé é o assentimento da nossa inteligência a uma verdade, afiançada pela autoridade de Deus. Escolher dogmas é pôr acima da autoridade divina a própria razão, é crer em si, não em Deus. Concretizemos num exemplo: o calvinista, lendo a Bíblia, convence-se que Cristo é Deus; ao mesmo tempo, porém, não ignora que o sociniano, lendo a mesma Bíblia, chega à conclusão oposta. Em que se baseia a fé no calvinista? Na sua opinião pessoal, no seu próprio juízo que lhe diz estar êle na verdade e o colega no êrro. O protestante, pois, crê não na Bíblia mas em si, na própria razão individual que a interpreta, o que equivale a dizer que não crê absolutamente. Sua fé é um modo de ver, uma opinião huma-

13. Dizemos no sentido protestante porque em outro sentido a distinção é admissível. A Unidade e Trindade de Deus, a Encarnação, Paixão e Morte de N. S. J. C. chamam-se mistérios principais ou dogmas fundamentais da nossa fé, não porque os outros se possam impunemente negar, senão porque constituem como o centro da doutrina cristã, em tôrno do qual gravitam todos os outros dogmas.

na, essencialmente vacilante e mutável. O racionalismo, como já observou Strauss, é o paradeiro fatal do protestantismo.

Vêde ainda a que incoerências arrasta a defesa de uma posição falsa. Tomai-me um dogma: a presença real de Cristo na Eucaristia. Admitiu-a Lutero, admitem-na algumas seitas protestantes; rejeitou-a Calvino, rejeitam-na algumas facções reformadas: logo não é dogma fundamental. Conculcar aos pés a hóstia consagrada ou curvar diante dela os joelhos em humilde adoração serão atos indiferentes, igualmente agradáveis a Deus e que não lesam a substância do cristianismo! Na metáfora do nosso gramático, são bemóis ou sustenidos insignificantes que, para os ouvidos duros do protestantismo, não desafinam na harmonia fundamental. Mas, protestante, que adoras Cristo na Eucaristia, se Cristo nela não está presente, já não és cristão, és idólatra. Protestante, que pisas a hóstia consagrada, se Cristo nela está presente, como poderás agradar a Deus se és sacrílego abominável? Bagatelas, dirá o gramático teólogo, questões "de ordem secundária", "idiossincrasias do espírito humano na apreensão integral do cristianismo", p. 65. A que cegueira não leva a obstinação do partidarismo!

Vamos adiante. Há dogmas fundamentais e dogmas não fundamentais. E quem os discrimina? Que autoridade fará a separação delicada? Os indivíduos? Mas são falíveis e cada qual conserva a sua autonomia na interpretação das Escrituras.

As coletividades? Os sínodos, provinciais ou nacionais? Mas as suas decisões não têm fôrça obrigatória, porque nem êles são infalíveis nem podem em caso algum atentar contra a soberania do sentir individual. Nestes apuros, os teólogos patrocinadores da cerebrina distinção de Jurieu deram tratos à fantasia para formular uma regra, um critério que lhes permitisse discernir os dogmas que se devem crer dos dogmas de credulidade livre. E para logo revelou-se a "harmonia fundamental". Aí vai, colhida à pressa, uma dezena de normas propostas.

São fundamentais todos os dogmas contidos na Escritura. — São fundamentais só os dogmas contidos expressa e explìcitamente na Escritura. — São fundamentais os dogmas que a Escritura declara necessários à salvação. — São fundamentais os dogmas talmente essenciais ao cristianismo que, sem êles, a religião de Cristo cessaria de existir. — São fundamentais os dogmas que foram cridos sempre, por todos e em todos os lugares. — São fundamentais os dogmas da Igreja primitiva. — Locke é mais explícito e menos exi-

gente: são fundamentais a existência de um Deus remunerador, a fé no Cristo Messias e a suficiência da Escritura interpretada individualmente como regra de fé e de costumes. — São fundamentais, diz ainda outra regra, os dogmas em que concordam todos os cristãos.

Inútil determo-nos em fazer a crítica de cada uma destas normas. Entra logo pelos olhos a sua elasticidade, ambigüidade e incoerência. O livre exame exercido sôbre cada uma delas abre a porta a todos os destemperos do capricho individual. Considerai, por exemplo, a última que é típica. Suponhamo-nos em face de 300 denominações que concordam em dez dogmas. Logo são fundamentais. Amanhã, uma das trezentas, no legítimo exercício dos seus direitos protestantes, rejeita um dêles. Já os dogmas que reúnem o sufrágio universal descem a nove. O décimo desmerece de sua fundamentalidade para ocupar um lugar subalterno na multidão obscura dos dogmas secundários. Depois de amanhã, outra seita lembra-se de riscar do símbolo comum um dos nove. Mais outro fundamental apeado de sua dignidade. E assim, de dia para dia, o crivo do livre exame vai continuando a sua função de joeirar dogmas até reduzi-los a poeira impalpável. E tudo isto, em boa lógica protestante, é coerente, é justo, é incoercível.

Que fazer contra a realidade inegável? Que posição tomar contra êstes *enfants terribles* do protestantismo, contra os unitários e socinianos, contra os da escola liberal que não poupam a Trindade de Deus e a divindade de Cristo? Para salvar a "harmonia fundamental", C. PEREIRA lança mão de um alvitre extremo: expulsa-os do protestantismo, fulmina-lhes a excomunhão, estigmatizando-os com o ferrête de hereges, p. 67. Hereges? Por que, severo gramático? Sois infalível? Que autoridade tendes para lançar anátemas contra irmãos que usam do mesmo direito do livre exame que tão estrênuamente vindicais para vós? Não; entre protestantes não pode haver hereges. Voto pela coerência do sínodo de Lausana (1857) que, não afinando na harmonia do intransigente pastor brasileiro, altamente protesta (o sínodo não renuncia a seus direitos hereditários) contra tais restrições arbitrárias. "Cristão, define êle, é todo aquêle que apela para Cristo. Le chrétien est celui que se réclame du Christ".[14]

14. Ap. F. MARTIN, *De l'avenir du protestantisme et du catholicisme*, Paris, 1869, p. 24.

Se Cristo é Deus ou não, é ninharia sem importância. Assim, nos amplos bojos desta definição há lugar para o maometano que vê em Cristo um grande profeta e também para o racionalista ímpio que venera em Cristo o homem "qui ne sera surpassé", "un principe inépuisable de renaissances morales", aquêle no qual "s'est condensé tout ce qu'il y a de bon et d'élevé dans notre nature".[15] Como vê o nosso pastor, ainda assim triunfa a indestrutível harmonia fundamental. A essência Cristo está salva. O mais são nonadas, "idiossincrasias do espírito humano na apreensão integral do cristianismo".

O Sr. C. PEREIRA lança a barra mais longe. Não satisfeito com tentar escurecer o fato evidente da discórdia protestante, forja uma filosofia para justificá-la teòricamente. A divisão, o dissídio, o desagregamento são guindados à altura de critério da vida e da verdade. "Variar é a lei da natureza e até a condição da vida e da harmonia. Só não varia o que é estagnado e morto", p. 64.

Ainda aqui tresvaria a lógica do ilustre polemista. Variar é a lei. A lei do êrro, das opiniões humanas, das probabilidades movediças, sim. A lei da verdade, da ciência, da palavra de Deus, não. A verdade é una, eterna, imutável, sempre idêntica a si mesma no incessante ondear do êrro. O primeiro homem que contou disse: dois e dois são quatro. Dois e dois são quatro, repetirá a última criança que fizer uma soma. A aritmética de hoje é a aritmética de PITÁGORAS e de ARQUIMEDES. A geometria do século XX é a geometria de EUCLIDES.

Haverá progresso, ampliação de conhecimentos, acréscimo de novas descobertas; negação das verdades adquiridas, contradição das certezas demonstradas, nunca. O que vale para a ciência humana é com maioria de razão indubitável quando se trata de revelação divina. "Veritas Domini manet in aeternum". Uma religião, cujos fastos levam por título: "História das variações das igrejas protestantes" já está confutada.[16]

15. RENAN, *Vie de Jésus*(18), Paris, 1833, pp. 475, 468, 474.

16. C. PEREIRA, naturalmente indigna-se contra a obra prima do bispo de Meaux. Só as controvérsias sacramentárias, diz êle, "ofereceram a Bossuet o assunto para triunfos vazios. Não lhe adviesse êsse tópico, por êle decantado em todos os tons, grande armazém de suas variações e o bom do bispo ver-se-ia em lamentável embaraço", p. 68. Evidentemente o Sr. C. PEREIRA não leu BOSSUET ou não no entendeu. GIBBON, protestante mais escrupuloso, quis conhecer *de visu* a obra depreciada pelo nosso gramático; leu-a e declarou nestes têrmos a impressão dessa leitura: "Na *História das variações*, assalto tão vigoroso quão bem dirigido, o autor, combinando com muita felicidade o raciocínio com a narração, percorre os defeitos, os transvios, as incertezas e as contradições dos nossos primeiros reformadores, cujas variações, como êle hàbilmente sustenta, trazem o sigilo do êrro, enquanto a unidade

Não rege, pois, a verdade nem é científico o princípio invocado pelo Sr. C. Pereira. Variedade na unidade é regra de estética. E ainda no campo da arte, o seu significado é bem diverso do que supõe o nosso gramático. Variedade importa então multiplicidade de elementos que conspiram na unidade harmônica do ideal estético; nunca, porém, sucessão ou coexistência de partes que se opõem em contraste dissonante e contraditório. Deus, beleza suma, é imutável por essência. Na variedade imóvel das Pessoas que subsistem na unidade de uma só natureza está o encanto sempre antigo e sempre novo da Formosura infinita.

A Igreja espelha, a seu modo, a eterna beldade de Deus. Todos os gênios do cristianismo desde Agostinho até Chateaubriand, teólogos ou artistas, extasiaram-se na contemplação dos seus dogmas, tão variados, tão coerentes, tão harmoniosos na unidade indivisível de sua verdade imutável.

Fora da Igreja, o protestantismo só nos oferece a variedade de mil seitas rivais que põem e contrapõem, edificam e destroem, afirmam e negam, num caos de indizíveis contradições. É a variedade da incerteza, a incoerência da dúvida, a inconstância do êrro. Negação do ideal religioso.

A distinção gasta de Jurieu e as afirmações inconsistentes de uma filosofia avariada foi o que de melhor soube repisar o Sr. C. Pereira em defesa da harmonia fundamental do protestantismo. As outras razões que ainda alega são de tal quilate que chega o leitor a duvidar se lhe falam sèriamente ou se o querem meter à bulha.

Aqui, depois de enumerar uma dúzia de confissões ou credos elaborados em pouco mais de um século pelas seitas protestantes de diversos países — confissões ou credos, que discordam em pontos

nunca interrompida da Igreja católica é sinal e testemunho da verdade infalível... Li, aprovei, acreditei". *Memoirs of my life and writings*, nas *Miscellaneous works of E. Gibbon*, London, 1837, p. 29. Quase um século depois de Gibbon, análoga é a impressão de outro protestante ilustre: "*L'Histoire des variations*... est une oeuvre d'une singulière puissance au point de vue philosophique comme au point de vue historique. Je n'oublierai jamais l'impression que me fit il y a longtemps... la première lecture de ce livre. Je l'avais pris avec une curiosité méfiante et malveillante. Je m'attendais a y trouver un pamphlet suranné, plein d'erreurs et de préjugés ou la mauvaise foi s'enveloppait de rhétorique déclamatoire. Quelle ne fut ma surprise en y trouvant une oeuvre encore éclatante de vie et de jeunesse, de l'intérêt le plus attachant...; d'oú les violences, la déclamation, le dénigrement systématique sont également absents; où tous les faits sont accompagnés de leurs preuves: où Luther et Mélanchthon m'apparaissaient pour la première fois dans la complexité de leur caractère et de leur activité! J'etais irrité et subjugué en même temps". G. Monod, *Revue Historique*, t. 49 (1892). p. 103. — Como se vê, o livro de Bossuet não precisa do *placet* do gramático brasileiro para ter entrada na galeria das obras imortais. Monumento de bronze, arrosta triunfante o vendaval dos séculos e os gilvazes e rabiscos de transeuntes obscuros.

tão fundamentais como o número e natureza dos sacramentos, a presença real de Cristo na Eucaristia, a jerarquia eclesiástica, o sacerdócio, etc., etc., — conclui com uma seriedade aruspicina: "tôda essa atividade confessional do protestantismo, revela de modo incontestável a sua unidade dogmática, embora ásperas e tempestuosas controvérsias teológicas baldassem reiteradas tentativas de união formal", p. 67.[17] — Será possível que doze confissões — e o autor não lhes exgotou o número — que se sucedem, se corrigem, se contradizem nas mesmas questões de fé, revelem unidade dogmática? Será possível que apesar desta "incontestável unidade dogmática" se baldassem reiteradas tentativas de união formal? Por que, em cada nação, formula cada seita um símbolo diverso, se comunga em unidade dogmática com as confissões elaboradas anteriormente? Sinceridade; aduzir as confissões protestantes como sinal de unidade dogmática é zombar do bom senso dos leitores.

Zombar do seu bom senso e fazer pouco caso da sua instrução. Depois de exaltar a "incontestável unidade dogmática" dêstes velhos formulários, por que não revelou também o Sr. C. Pereira aos seus fiéis que, hoje, todos êstes monumentos simbólicos, feitura de mãos humanas, caíram para nunca mais surgirem? Quem insuflará um sôpro de vida no cadáver da confissão de Augsburgo? Que protestante há que se julgue obrigado em consciência a seguir as arbitrariedades da exomologese de Calvino ou de Zwinglio?

A supressão dos símbolos estava na lógica do protestantismo.[18] A sua introdução, motivada em outras eras pelas exigências de certa unidade exterior, estava em irredutível antagonismo com o livre exame, alma da Reforma. Na luta inevitável venceu o princípio da autonomia individual. Hoje os formulários simbólicos não pas-

17. Quão diferente do nosso pastor julgava Grócio as infinitas confissões que via pulularem sob os seus olhos: "Confessiones factae sunt variis in locis variae atque *inter se pugnantes* et non modo quae factae erant partes non potuere unquam inter se coalescere, sed et novae quotidie exortae sunt particulae, tot *ut nemo sit qui earum possit inire numerum*. Et ut fecunda est ista seges unoquoque sibi licere credendi quod alius ante usurpavit, credibile est novas, quotidie exstituras". H. Grócio, *Votum pro pace Ecclesiae, Opera theologica*, Basileae, 1732, t. IV, p. 654. Êste futuro que para nós já é passado confirmou as previsões do célebre jurista.

18. "L'église de Genève n'a et ne doit avoir, comme réformée, aucune profession de foi précise et commune â tous ses membres. Si l'on voulait en avoir une en cela même on blesserait la liberté évangélique, on renoncerait au principe même de la réformation... Si ces églises et ces synodes... ont pretendu prescrire aux fidèles ce qu'ils devaient croire, alors par de telles décisions ces assemblées n'ont prouvé autre chose sinon qu'elles ignoraient leur propre religion." J. J. Rousseau, *Lettres de la montagne*, II lettre.

sam de "farrapos de papel". Eis em que se resolveu a "unidade dogmática" tão assoalhada pelo pastor brasileiro.[19]

— Mais além são as ordens religiosas invocadas em símile justificador da Babel protestante. As agremiações evangélicas "no seio do protestantismo têm o seu paralelo nas ordens monásticas ou religiões no seio do romanismo", p. 69. Cá e lá, a diversidade não tolhe a unidade fundamental. — Santo Deus! será concebível tanta ignorância! As ordens religiosas, ilustre pastor, não diferem *num só* dogma. Tôdas recitam o *mesmo símbolo*, tôdas praticam o *mesmo culto*, tôdas obedecem à *mesma autoridade* do Sumo Pontífice. Diferem só no modo de exercer a própria atividade. Umas dão-se à contemplação, outras ao apostolado; estas consagram-se à instrução da juventude nas escolas, aquelas à cura dos enfermos nos hospitais. Não elaboram confissões, não joeiram dogmas, não interpretam a seu talante a Escritura. Onde o paralelismo? Onde a comparabilidade? — Como é penoso e humilhante estarmos a recordar num escrito polêmico contra um "estudo dogmático-histórico" estas noções elementares do catecismo da infância!

Por derradeiro, apela o nosso adversário para os congressos protestantes como testemunhos irrecusáveis da harmonia fundamental das mil e uma seitas evangélicas. "Esta unidade moral e dogmática afirma-se freqüentemente em convenções ou congressos ecumênicos", p. 134. — Que candura! Que santa ingenuidade! Se o reunir-se em congressos fôra sinal de consenso nas idéias e de concórdia nos afetos, há quanto tempo estaria resolvido o grande problema da pacificação internacional!

Quantas conferências entre estas nações que ainda ontem se entredevoravam nos campos de batalha e hoje se vêem divorciadas por interêsses antagonistas e ódios irreconciliáveis! A verdade é que as seitas protestantes se reúnem como as nações; em demanda de uma paz cujas vantagens reconhecem, de uma unidade que almejam mas da qual perderam o segrêdo. Nas assembléias protestantes só existe concórdia quando se debatem questões adiáforas, quando se propõem meios de difundir bíblias ou se alvitram estratégias para hostilizar a Igreja romana. Então sim, as seitas divergentes cerram fileiras contra o inimigo de tôdas. Pobres protestantes! Pobres cristãos! condenados a não terem por vínculo de unidade senão um ódio comum!

19. Ver em AUDIN, *Histoire de Calvin*, Paris, 1841, t. II, pp. 106-115, como as diversas comunidades protestantes da Suíça e da Alemanha se emanciparam sucessivamente da coação doutrinal das confissões simbólicas. — Em 1905, quando foi do congresso protestante de Berlim, o pastor RADE, diretor do *Christliche Welt* e teólogo liberal, atirou aos conservadores êste cartel de desafio: "Citem-me os ortodoxos um só professor culto que, em nossos dias, siga, à letra, as confissões de fé e as Escrituras". Ninguém levantou a luva.

Mal, porém, sôbre o tapête da discussão se põem questões dogmáticas, as divergências estalam com a incompressibilidade de facções irredutíveis. Há mais de trezentos anos que se congregam sínodos e conferências protestantes: *ainda se não conseguiu até hoje formular um símbolo que obtivesse o sufrágio universal dos dissidentes*.

Na Inglaterra reúnem-se batistas, congregacionalistas, metodistas, presbiterianos e cristãos bíblicos; formulam um catecismo, publicado em Londres em 1899 e reunindo em 52 respostas a síntese das verdades em que concordavam as seitas deliberantes. Não eram passados poucos meses e já o formulário tinha sido rejeitado por uns como demasiadamente explícito e completo, por outros como nìmiamente breve e vago. E voltaram à independência do livre exame. Outra tentativa mais universal foi a da *Aliança evangélica*. Quatro grandes assembléias, entre outras menos importantes, reuniram-se em Londres, Berlim, Genebra e Paris para unificar os dissidentes. Cada conferência formulou a sua confissão. Eram nove os artigos assentados na primeira convenção de Londres (1846) que reunia 800 delegados de 50 denominações diversas. Genebra reduziu esta já leve bagagem dogmática a só 4 artigos. Em Paris baixaram a 3. A Trindade, o pecado original e a expiação já haviam sido riscados. O último dos concílios cancelou também a divindade de Cristo que Paris tìmidamente conservara. Eis a "unidade dogmática e moral" que se afirma nos congressos protestantes.

Não; é inútil multiplicar sofismas contra a evidência esmagadora da realidade. Em boa lógica, só uma via se abre ao Sr. C. PEREIRA para convencer os seus leitores da "harmonia fundamental", da "unidade moral e dogmática" dos seus correligionários. Formule o pastor brasileiro um símbolo de fé, discrimine-lhe, um por um, os diferentes artigos, precise-lhes, sem ambigüidades, a significação de todos os têrmos e em seguida, documentos na mão, prove que tôdas as seitas protestantes o professam. Essa sim, na sua simplicidade, fôra a única demonstração concludente. A qualquer outra, o leitor desenganado encolherá os ombros e, com um sorriso cético, dirá de si para si aquilo de Job "frustra aperit os suum et absque scientia verba multiplicat". *Job*, XXXV, 16.

Parece que o próprio Sr. C. PEREIRA depois de exgotar os recursos de sua sofística nesta emprêsa de Sísifo se convencesse enfim

da inutilidade de tantos esforços. Ao cabo, deixa cair os braços num gesto de desalento e, após haver decantado em tôdas as claves a sua "harmonia fundamental", murmura resignado em tom de lá menor: "O grande problema da união cristã não pode ser resolvido por uma volta à uniformidade de crença e de organização externa",[20] p. 72.

É só para lamentar que o ilustre pastor que "lê a Bíblia e só a Bíblia" se esquecesse de abrir o seu Novo Testamento. Aí encontraria nos lábios de Cristo a promessa infalível da unidade que haveria de distinguir a sua Igreja. "Pai Santo, guarda em teu nome aquêles que me deste para que sejam uma mesma coisa, como nós o somos (*ut sint unum sicut et nos unum sumus*)... E não rogo sòmente por êles, rogo também por aquêles que por meio de sua palavra hão de crer em mim para que sejam uma mesma coisa, assim como tu, Pai, o és em mim e eu em ti, a fim de que êles sejam em nós uma mesma coisa para que o mundo creia que tu me enviaste". *Joan.*, XVII, 11, 20-21. Em S. Paulo acharia que os cristãos devem ser "um só corpo, um só espírito, um só batismo, *uma só fé*. *Ephes.*, IV, 4-5. Em todo o Evangelho veria que Cristo estabeleceu uma Igreja, *uma só*. Nunca nos fala de igrejas mas de Igreja: edificarei a *minha* igreja... quem não ouvir *a igreja* seja considerado como pagão e pecador. *Matth.*, XVI, 18, XVIII, 17. As parábolas trazem sempre ao espírito a idéia de unidade, de corpo social organizado sob o govêrno hierárquico de uma autoridade suprema. A Igreja é *um reino*, onde um só rei governa; é *um rebanho*, sob o cajado de um só pastor (*unum* ovile et *unus* pastor); é *uma família* dirigida pela autoridade paterna; é *uma árvore* informada, na multiplicidade de seus órgãos, por um só princípio vital. Quem não recebe a sua seiva, quem se separa de seu tronco é um ramo estéril destinado ao fogo. Aí está a unidade, caráter essencial da Igreja.

Nem podia ser de outra forma. A unidade é o sigilo inconfundível e inseparável da verdade. "Le caractère essentiel de la verité, escreveu um protestante ilustre, et précisément ce qui en fait le lien social par excellence, c'est l'unité. La verité est une; c'est porquoi les hommes qui l'ont reconnue et acceptée sont unis;

20. Já o leitor terá observado o palmar da contradição. Como é possível a afirmada "unidade dogmática" onde é confessadamente impossível a "uniformidade de crença"? Porventura a lógica do livre exame outorga aos seus discípulos a franquia de fundir os contraditórios e de casar o sim e o não nos acordes da mesma harmonia fundamental?

union que n'a rien d'accidentel ni d'arbitraire, car la vérité ne dépend ni des accidents des choses ni de l'incertitude des hommes; rien de passager car la vérité est éternelle; rien de borné car la vérité est complète et infinie. Comme la vérité, l'unité sera donc le caractère essentiel de la société qui n'aura que la vérité pour objet, c'est-á-dire de la société spirituelle. Il n'y pas, il ne peut y avoir deux sociétés spirituelles; elle est de sa nature unique et universelle. Ainsi est née l'Eglise; de lá, cette unité qu'elle a proclamée comme son principe, cette universalité qui a été toujours son ambition".[21]

Inconscientemente, portanto, o pastor brasileiro fêz a apologia da verdade católica. Aqui confessa que a uniformidade de crença é impossível no protestantismo. Em tôda a sua obra declama contra a concentração crescente do romanismo. Com esta expressão, a sua pena, tresvairada pelo preconceito, deforma a admirável unidade da Igreja católica tanto mais esplêndidamente visível em nossos dias quanto mais evidente é o esfacêlo e a decomposição doutrinal dos dissidentes. Nela e só nela, a uniformidade de crença é um fato. O mesmo credo é recitado por quase quatrocentos milhões de fiéis espalhados em tôdas as nações, em tôdas as latitudes do globo. O camponês eleva a sua inteligência à altura do mesmo símbolo que extasiava o gênio de AGOSTINHO, de BOSSUET e de PASCAL. Os filhos do povo, humildes e ignorantes, bebem a verdade na mesma taça que os potentados da fortuna e da ciência. Um só é o pastor do imenso rebanho de Cristo: Pedro sempre vivo na pessoa de seus sucessores, Pedro a quem, antes de deixar a terra, disse o Salvador: "apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas". Para as inteligências retas, para os corações sinceros não há possibilidade de equívocos: a Igreja católica é a Igreja de Cristo.

§ 3. — *Dissolução dogmática do protestantismo.*

SUMÁRIO — Destruindo dogmas. — Cristianismo adogmático. — Rumo do niilismo religioso.

Analisando no parágrafo anterior a desagregação sectária da pseudo-reforma, mais de uma vez se nos ofereceu a oportunidade de frisar as profundas divergências doutrinais que separam as várias denominações evangélicas. No estudo presente queremos mais

21. GUIZOT, Histoire de la Civilisation en France(2), Paris 1846, I, p. 316.

de sobremão demorar-nos no exame da crescente dissolução dogmática que vai minando a existência religiosa do protestantismo. Será outra verificação da "harmonia fundamental" alardeada pelo gramático brasileiro.

A p. 71 escreve êle: "Tôdas [as denominações protestantes] aceitam as Escrituras inspiradas, como regra suprema de fé e prática, a salvação pela graça e podemos dizê-lo, todos os artigos do credo dos apóstolos". Quero crer na sinceridade do autor. Mas para conciliá-la com a afirmação acima será mister admitir no nosso teólogo uma pasmosa inconsciência do estado presente do protestantismo. Qualquer leitor medianamente instruído em crítica religiosa, ao ver aquela asserção tão despejada, tão segura de si, tão sem reservas, não deixará de sorrir compassivamente à vista de tamanha ingenuidade. A realidade é muito mais pavorosa do que julga inocentemente C. PEREIRA. Não há um só dogma, *um só*, por mais importante e fundamental, que não tenha caído desfeito em pó sob a clava infatigàvelmente demolidora do livre exame.

Afirmamo-lo. Mãos às provas.

Neste ponto, como nos demais, os primeiros reformadores, com o seu exemplo, abriram a porta aos mais atrevidos excessos. LUTERO, rejeitando a transubstanciação, admite contudo a presença real de Cristo na Eucaristia, ao menos durante a missa; ZWINGLIO nega-a como blasfêmia e idolatria contrária às Escrituras. CALVINO propõe sôbre a graça e a predestinação uma doutrina pessoal; luteranos e zwinglianos impugnam-na com belicoso ardor. JORGE MAIOR ensina em Wittenberg que "as boas obras são necessárias à salvação"; AMSDORF opõe-lhe a antítese: "As boas obras são prejudiciais e nocivas à salvação". FLÁVIO ILÍRICO afirma que, sendo o pecado original a substância da alma, esta é incapaz de cooperar em qualquer ação boa; VITORINO STEIGEL levanta-se em Iena como paladino da possibilidade da cooperação. É a famosa controvérsia *sinergística*. Sôbre a justificação, OSSIANDER sustenta em Kœnigsberg lutas memoráveis contra os luteranos. As desavenças doutrinais sôbre a ceia entre FILIPE MELANCHTHON e LUTERO dão origem à controvérsia cripto-calvinista contra os filipistas. No outro extremo, anabatistas e unitários, tirando as últimas conclusões do livre exame, recusam admitir a Trindade de Deus e a divindade de Cristo.

Destarte, em pouco tempo os dogmas capitais do cristianismo haviam sido abalados pela dúvida ou destruídos pela negação. E era ainda a primeira fase na derrocada geral.

Com razão disse SABATIER, professor da faculdade teológica protestante de Paris, que a revisão da teologia e do dogma entre os seus correligionários está sempre na ordem do dia. É a essência mesma do protestantismo. Nisto está a sua razão de ser. No dia em que cessasse de reformar e protestar, no dia em que reconhecesse uma autoridade exterior, como regra e norma de fé, nesse dia deixaria de ser protestantismo, nesse momento se suicidaria. E por isso já se diz hoje nos círculos adiantados da seita que os protestantes que ainda estão com LUTERO não o compreenderam. LUTERO conquistou-lhes o direito de protestar. Seus verdadeiros discípulos, os herdeiros genuínos do espírito de tão grande pai, serão os que usarem de igual direito para protestar contra êle, como êle protestou contra Roma. Os que vieram depois reivindicarão com igual energia a prerrogativa de protestar contra a geração presente. É assim e só assim que se pode conservar o protestantismo: protestando e protestando sempre.[22]

Dêsse direito visceralmente encarnado no princípio constitucional da Reforma usaram e abusaram os modernos descendentes dos seus primeiros heróis. Não percorreremos aqui, um por um, os diversos dogmas do cristianismo abatidos pela crítica impiedosa do livre exame. Citaremos apenas as verdades que, no dizer de quase todos os antigos reformadores, constituem os pontos fundamentais, imutáveis, insubstituíveis da religião cristã.

---

22. Já o observara DE MAISTRE: "Si le protestantisme porte toujours le même [nom] quoique sa foi ait immensément varié c'est que son nom étant purement négatif et ne signifiant qu'une renonciation au catholicisme, moins il croira et plus il protestera, plus il sera lui même". *Du Pape*, 1. 4, c. 5, Paris, 1819, p. 588. BALMES insiste de preferência na elasticidade acomodatícia do têrmo: "No espaço indefinito indicado por êste nome, tôdas as seitas se ajuntam, tôdas as aberrações encontram lugar. Negai com os luteranos o livre arbítrio, renovai com os arminianos os erros de Pelágio, admiti a presença real com uns, rejeitai-a com os zwinglianos e calvinistas, negai, se quiserdes, com os socinianos, a divindade de Cristo, combatei ao lado dos episcopalianos ou dos puritanos, atirai-vos, se vos apraz, às extravagâncias dos quakers; não importa, não deixais por isso de ser protestante, contanto que protesteis sempre contra a autoridade de Roma. O têrmo é tão desmesuradamente vasto que dificilmente podereis sair dêle por maiores que sejam as vossas aberrações; esta é a planície imensa que se distende aos olhos dos que saem das portas da cidade santa". *El protestantismo comparado*, etc., c. 1. Os próprios reformadores não definem melhor o nome. Para WEBSTER, o protestante é "a christian who protest against the doctrines and practices of the roman catholic Church". Querendo definir uma religião, o grande dicionarista não encontrou um conteúdo doutrinal positivo; caracterizou-a por uma aversão comum. O protestante essencialmente é "o espírito que nega". Nem foi mais feliz o bispo de Saint-David quando definiu a sua religião: "a abjuração do papismo". Para HEGEL, os seus correligionários "são unidos na nulidade". Os descendentes de Lutero não são irmãos, são conjurados. A sua unidade é o avêsso da unidade católica, é a *unidade católica hostilizada*. O catolicismo une na afirmação, o protestantismo encontrou o seu vínculo de união na hostilidade e no ódio — Triste união!

O mistério da *Santíssima Trindade* é a base do cristianismo. Deus Padre, Criador; Deus Filho, Redentor; Deus Espírito Santo, Santificador: eis a fórmula sintética em que se consubstancia todo o dogma... Ouvi o moderno protestantismo.

A Trindade não se encontra na Escritura: "não é cientìficamente possível fundar na Bíblia a doutrina da Trindade eclesiástica... com isto, porém, nada perde o cristianismo, porque esta doutrina é como uma pedra de escândalo para milhares de homens sèriamente religiosos (!) e moralmente cônscios que não podem absolutamente concordar com ela".[23] Antes, bem lançadas as contas, houve vantagem, porque não é esta uma verdade cristã, salutar, mas ou aberração politeística[24] ou extensão filosófico-pagã do monoteísmo.[25] Levada por estas poderosíssimas razões, a igreja unida do Palatinado houve por bem suprimir, no seu último catecismo, o primeiro dos nossos dogmas.[26]

A existência *do pecado* é outra verdade inseparável da religião cristã. Onde não há pecado não há culpa moral, onde não há culpa moral não há necessidade de redenção; onde não há redenção não há Cristo Redentor, não há Cristianismo. Sabeis o que é o pecado na moderna dogmática protestante? Simples atavismo, sobrevivência de primitivos institos animais, volta aos costumes das primeiras fases evolutivas do homem. O homicídio é uma reincidência nos impulsos da bêsta feroz; a transgressão do sexto mandamento, simples retôrno aos hábitos dos animais, nossos primeiros ascendentes.[27] Convirá o Sr. C. Pereira que o ilustre autor alemão não lê "a bíblia e só a bíblia e nada mais que a bíblia".

Com o pecado rui o dogma *da Redenção*. A Escritura, diz o protestante moderno, não conhece um resgate, um sofrimento, uma idéia jurídica de satisfação.[28] Não podemos entender como o sangue

23. Schenkel, *Bibellexikon*, Leipzig, 1869, t. II, p. 25.

24. Trümpelmann, *Die moderne Weltanschaung und das apostolische Glaubensbekenntniss*, Berlin, 1901, p. 220.

25. F. Loofs, *Leitfaden zum Studium der Dogmengeschichte*, Halle, 1893, p. 83.

26. O pároco Traube no seu escrito *Staatschristentum oder Volkskirche, ein protestantisches Bekenntnis*, declarou que nunca batizara em nome da SS. Trindade. Mauritz, pároco em Bremen, confessou pùblicamente que desde 1900 empregava uma fórmula batismal de própria lavra. O escândalo foi grande. O senado julgou dever intervir. Por decreto dos venerandos padres conscritos foram rebatizadas 600 crianças lavadas pelo atrevido pároco. Cfr. H. Rost, *Die Kulturkraft des Katholizismus* (2), Paderborn, 1919, p. 286.

27. Trümpelmann, *Op. cit.* p. 331, 334.

28. Fr. Nitszch, *Lehrbuch der evangelischen Dogmatik*, Freiburg i. B., 1892. p. 504 sgs.

de Cristo seja mais apto para a purificação das nossas consciências que o sangue das antigas vítimas do sacrifício.[29]

Mas S. Paulo inculca em mil lugares a eficácia do sangue de Cristo. Que importa? Não nos devemos deixar influenciar pelas suas afirmações. As idéias de Paulo são filhas de seu passado de fariseu, nasceram da antiga dogmática farisaica.[30] "Pode, portanto, afirmar-se que a idéia de ser Cristo nosso representante é hoje entre protestantes concordemente rejeitada".[31]

Quem escreve estas linhas não pode admitir a divindade do Salvador. E, de fato, a *divindade de Cristo*, dogma central de tôda a nossa religião, é hoje repelida pela maior parte dos teólogos da outra margem. A dificuldade da prova está só na colheita das citações na seara imensa da literatura teológica de modernos luteranos e reformados. "É fórmula já desacreditada pelo seu cunho teológico,[32] introduzida no cristianismo parte pelo pensamento judaico,[33] parte, talvez, pela especulação filosófica do tempo.[34] Wendt, professor em Iena: quando Cristo afirmou ser Filho de Deus, quis significar, única e simplesmente, que era, com o mesmo título que os apóstolos, objeto do amor e da solicitude divina, que, em retôrno, êle, como os discípulos, lhe havia consagrado um amor filial.[35] Para Weizsäcker, "Filho de Deus" significa legado, enviado de Deus e nada mais.[36] Para A. Harnack, professor em Berlim "Cristo é simplesmente um homem eleito por Deus e cheio de seu espírito".[37] Pfleiderer e Kaftan, professôres em Berlim, Beyschlag em Halle, não conhecem outra linguagem. Em Zürich, A. Meyer, professor de teologia bíblica, doutrina desassombradamente: "Hoje baseados em provas convincentes (?) tiradas da verdade e da religião, renunciamos conscientemente ao dogma da divindade de Jesus".[38] Em Paris, na Faculdade teológica protestante, ensina Sabatier: "Jesus foi simples homem...

29. Wernle, *Die Anfaenge unserer Religion* (2), Tübingen, 1904, p. 502.

30. J. Kaftan, *Dogmatik*, Freiburg i. B. 1897, p. 459.

31. No *Christliche Welt*, 1902. p. 641.

32. Paul Iaeger, no *Christliche Welt*, 1902, p. 643.

33. Fr. Nitzsch, *Lehrbuch der evang. Dogmatik*, p. 507 sgs.

34. Loofs, *Leitfaden*, etc., p. 53.

35. H. H. Wendt, *Die Lehre Jesu* (2), Göttingen, 1901, p. 445 sgs.

36. Weizsaecker, *Das apostolische Zeitalter der christlichen Kirche* (2), Freiburg i. B., 1890, p. 123.

37. A. Harnack, *Lehrbuch der Dogmengeschichte* (3), Freiburg i. B., 1894, t. I, p. 182 sgs.

38. Arnoldo Meyer, *Was uns heute Jesus ist*, Tübingen, 1907, pp. 17, 29.

Por maior que seja a auréola com que a superstição popular ou a especulação dogmática lhe tenham cingido a fronte, a ciência não pode renunciar à explicação de seu aparecimento em conformidade com as leis gerais que regem a humanidade".[39] "Para nós, escreve um historiador das idéias teológicas do protestantismo moderno, os títulos "Messias", "Filho do Homem", "Filho de Deus", têm apenas o valor de parábolas históricas. Não conhecemos nenhum nome que nos revele a essência de Jesus. Jesus é para nós um desconhecido que nos chega sem nome".[40] Eis o último resultado da teologia protestante; Jesus é um grande Desconhecido!

Nem se creiam sejam estas, negações isoladas de hipercríticos irreverentes.

É doutrina corrente nos grandes centros de cultura teológica. Em tôda a Alemanha, só há duas faculdades protestantes que ensinam a divindade de Cristo: Erlangen e Rostock. E WEISS referindo-se à sua pátria, não hesita em afirmar que "fôra difícil encontrar hoje dez teólogos acatólicos de certo valor que não despojem abertamente a Cristo da divindade".[41]

Das universidades alastrou-se bem depressa a negação pelo mundo evangélico dos pastôres e dos leigos que estudam. A grande heresia ariana que abalou tôda a sociedade cristã do século IV, já não faz mossa nas consciências cauterizadas dos filhos de LUTERO. STRAUSS relega a vida de Cristo entre as lendas mitológicas e continua a usufruir pacìficamente um benefício eclesiástico como ministro protestante. GORHAM prega pùblicamente contra a divindade de Cristo e nem por isso deixa de ser membro da igreja anglicana. Como revelação do estado psicológico das comunidades protestantes, êstes fatos são sintomáticos. Mas temos mais ainda; temos a adesão corporativa dos pastôres evangélicos à tese essencialmente destruidora do cristianismo. Já vimos uma das assembléias da "Aliança evangélica" riscá-la em 1866 da fórmula dos dogmas cristãos. LANGIN, pastor em Carlsruhe, antigo membro do sínodo geral de Bade, em novembro de 1893, negou sem ambages que Cristo era Deus. Os teólogos badenses aprovaram-lhe pùblicamente a negação. Quando RENAN publicou o seu romance sôbre "a vida de Jesus" (alguns míopes chamaram-no história crítica), viu-se o escândalo da adesão pública de 1500 pastôres dos 1800 que então contava a Holanda. Poderá ainda chamar-se cristã a religião dêstes ministros que já não sabem curvar o joelho e dizer: "meu Senhor e meu Deus!"

39. A. SABATIER, na *Encyclopédie des sciences religieuses*, de Lichtenberger, Paris, 1800, t. VII, p. 342.

40. A. SCHWEITZER, *Geschichte der Leben Jesu-Forschung*, Tübingen, 1913, p. É a 2.ª edição da obra que saiu em Tübingen em 1906 com o título *Von Reimarus zu Wrede*; nesta edição o texto citado se acha a p. 401. — Em sentido análogo aos autores citados falam na Alemanha: J. RICHL, O. HOLTZMANN, K. WEIDEL, F. SCHMIDT, F. NIBERGALL; na França: E. STAPFER, A. REVILLE, H. MONNIER; na Inglaterra: A. ROBINSON, J. E. CARPENTIER, CHEYNE, etc., etc., Cfr. FILLION, *Les étapes du rationalisme* (2), Paris, 1811, pp. 181-272. E todos êstes são nomes de pastôres evangélicos ou de professôres de teologia nas universidades onde se formam os futuros ministros. Por aí se poderá avaliar o que se ensina e se prega hoje ao povo protestante.

41. A. M. WEISS, *Die religiöse Gefahr* (3), Freiburg i. B., 1904; na trad. ital. de Tamburini, Firenze, 1905, p. 48.

Razão de sobra, pois, assistia ao ministro evangélico STEEG quando em 1867, num relatório oficial, dizia: "O nome de protestante comum a tão grande multidão de homens cobre imensas variedades... Elas subsistem no mesmo país, na mesma cidade, na mesma rua. Nem se cuide que sejam de pequena importância. Não; são por vêzes muito profundas. Que distância separa a igreja anglicana, que professa o símbolo de Atanásio das igrejas unitárias que consideram a Trindade como uma blasfêmia? Para o luterano, os sacramentos são veículos da graça divina. O calvinista não vê nêles mais que sinais comemorativos. Que profissão de fé, que catecismo poderia reunir o consentimento dos batistas, dos metodistas, dos milenários, das seitas fundadas por Penn, Zinzendorf, Isving, Darby Rapp, Miguel Hahn, etc., sem falar das grandes igrejas oficiais? Se das igrejas passarmos aos indivíduos que as compõem, mais consideráveis são ainda as diferenças. Pode afirmar-se, alto e bom som, que *não há um só ponto de doutrina* admitido por uns que não seja por outros rejeitado ou submetido a interpretações opostas. E não me refiro sòmente aos pontos secundários mas aos *dogmas que se dizem fundamentais*, aos que definem a pessoa de Jesus Cristo, a natureza do pecado, a autoridade da Bíblia".[42] E contra esta relação oficial, lida em Paris diante de 80 ministros, não se levantou uma voz de protesto.

Com esta fé arruinada pela base, fácil é de prever qual será a pregação dos ministros evangélicos. Que poderão dizer êstes pastôres às suas ovelhas? A incredulidade, que lhes devasta a alma, devera naturalmente impôr-lhes a mudez das consciências sem convic-

42. O relatório de STEEG pode ler-se por inteiro no jornal protestante *Le disciple du Christ*, 15 mai 1867. Mesma confissão em KROGH-TONNING: "Où trouver dès à présent une communauté protestante qui soit d'accord sur un corps de doctrines bien determiné? Partout, *une confusion sans bornes, même dans les matières les plus essentielles*". *Le Protest. contemp.*. Ruine constitutionelle, p. 43. Como se vê, só à hiperestesia música do gramático brasileiro é sensível à "harmonia fundamental" destas desafinadas doutrinas.

ções. Por outro lado, porém, os mandamentos dos consistórios, as injunções do poder civil, as rendas pingues dos benefícios eclesiásticos aconselham-lhes a não deixar os púlpitos. Nesta alternativa, os honestos e sinceros pastôres resignam-se ao aviltante mister de comediantes religiosos. Já ROUSSEAU, nas suas *Cartas da montanha*, nos faz a confidência de que "les ministres ne savent plus ce qu'ils croient, ni ce qu'ils veulent, ni ce qu'ils disent... on leur demande si Jésus Christ est Dieu, ils n'osent répondre, on leur demande quels mystères ils admettent, ils n'osent répondre... on ne sait pas même ce qu'ils font semblant de croire et que l'intérêt décide seul de leur foi".[43] Êles mesmos preconizam esta indigna hipocrisia, ensinando "que o eclesiástico protestante não é obrigado a subscrever uma profissão de fé senão para a paz e tranqüilidade pública, *sem outro fim* que o de conservar entre os membros de uma mesma comunidade a união exterior".[44] Isto escrevia-se há século e meio. Em nossos dias, acentuando-se a babilônia dogmática, PAULSEN pretende ainda demonstrar como um pastor, que na universidade é discípulo de STRAUSS, possa "por considerações pedagógicas" calar as suas opiniões numa aldeia e falar ao povo simples dos campos a linguagem tradicional da Bíblia.[45]

Que degradante situação a dum ministro evangélico! Se prega o dogma, mente; se o cala, desprezam-no. Imaginai agora qual será a sua autoridade no púlpito ao comentar a Bíblia. O povo ingênuo crê ouvir uma exposição das verdades cristãs e assiste à representação de uma farça. Os "cultos" iniciados nos segredos dos bastidores, escutam-no com um sorriso cético e dizem lá com os seus botões aquilo de Dante: creio que êle crê que eu creio.[46]

Mas voltemos a nós e prossigamos no estudo das fases descendentes da decomposição doutrinal do protestantismo.

Destruídos os muros e antemurais do cristianismo, derrocada a cidadela central da divindade de Cristo, os teólogos evangélicos não levantaram mão da faina demolidora. Restavam ainda os alicerces; cumpria revolvê-los e não deixar pedra sôbre pedra.

43. J. J. ROUSSEAU, *Lettres écrites de la montagne*, Amsterdam, 1764, Seconde lettre, t. I, pp. 78, 80, 82.

44. Cf. CES CHAVEAUX, *Considérations sur les études necessaires à ceux qui aspirent au saint ministère*, Yverdun, 1771, pp. 105-06. O autor era ministro protestante e professor de teologia na Academia de Lausana. Cit. por DE MAISTRE, *Du Pape*, Paris, 1819, p. 486.

45. PAULSEN, *System der Ethik* (8), Stuttgart u. Berlin, 1906, t. II, pp. 242-43.

46. I'credo ch'ei credetti ch'io credessi. *Inf.* XII. 9.

Porque razão na ruína universal da fé havia de ficar de pé a *Bíblia* como livro inspirado, como fonte exclusiva da revelação? Abaixo a Bíblia! A pretensão dos católicos, diz HERMANN, de que devo considerar como verdade tudo o que se acha na Escritura, é contrária à consciência dos protestantes. "Parece-nos que cometeríamos um pecado se considerássemos como verdadeira uma proposição cujo pensamento não é nosso. E se a encontramos na Bíblia, podemos decidir-nos a esperar que sua verdade se nos revele quando nos tornarmos mais clarividentes e mais fortes. O propósito de a considerar sem mais como verdadeira nenhuma vantagem nos pode trazer".[47] Os princípios da Escritura, em si e por si só, não são obrigatórios nem cientificamente seguros.[48] A Bíblia não é um livro de normas de fé;[49] sua leitura não passa de um "estímulo à energia do pensamento e à autonomia da vida interior".[50]

Que significam em outros têrmos tôdas estas frases senão que a Bíblia é um livro humano, sem nenhum caráter sobrenatural? Não faltam, aliás, declarações mais explícitas neste sentido. A velha doutrina da inspiração, diz SULZE, está hoje definitivamente abatida por todos os teólogos científicos.[51]

As Escrituras são trabalhos literários como quaisquer outros; antes, muitas obras clássicas, que se desprezam como humanas, estão acima do Antigo Testamento, muito menos digno da humanidade.[52] Os livros sagrados são produtos de arte elaborados no gabinete de estudo, cheios "de finezas de teologia artística" e "de sutilezas alexandrinas".[53]

Estabelecidas estas normas preliminares, atiraram-se os exegetas protestantes à sua "científica" tarefa e dos livros sagrados fizeram a mais horrível e sacrílega chacina. Os modernos professôres "ocupam-se açodadamente em dilacerar as páginas inspiradas dos livros divinos... Quem mais, quem menos, quase todos os lentes de universi-

47. W. HERMANN, *Roemische und evangelische Sittlichkeit* (3), Marburg, p. 5.
48. W. BEYSCHLAG, *Das Leben Jesus* (4) Hale, 1902, t. I, p. 18.
49. HEIDRICH, *Handbuch für den Religionsunterricht*, III(2), 235.
50. A. SABATIER, *Esquisse d'une philosophie de la Religion* (8), Paris, (sem data), p. 249.

51. SULZE, no *Christliche Welt*, 1900, p. 414. Na mesma revista, destinada às altas rodas intelectuais do protestantismo, outro escritor: "A autoridade da Sagrada Escritura que outrora sem dificuldade era tida como fundamento da fé, hoje, precisando também ela ser pela fé sustentada, já não pode ser considerada como princípio do cristianismo, fixo e admitido por todos". G. VON ROHDEN, no *Christliche Welt*, 1895, p. 75.
52. A. TRÜMPELMANN, *Die moderne Weltanschauung*, etc., pp. 301, 312.
53. A. JÜLICHER, *Einleitung in das Neue Testament* (3), Tübingen, 1901, pp. 209, 135, 136.

dade (em nota excetua um só) concordam em afirmar que a Escritura é falível, inquinada de defeitos, erros e contradições.... Daí as desavenças, as discussões eternas entre os professôres de teologia, dos quais um destrói o que outro assevera como certo".[54]

Uma por uma, foram assim rasgadas tôdas as páginas dos livros divinos e atiradas ao vento. "A teologia histórica moderna, três quartos céptica, conserva apenas nas mãos o evangelho de Marcos, dilacerado e em farrapos".[55]

Eis o paradeiro final do famoso "a Bíblia e só a Bíblia"! Aliás, como já observamos, a exaltação da Escritura foi para LUTERO um simples pretexto, um rótulo religioso para cobrir a sua revolta contra a Igreja. Quando disputava contra os católicos, guindava a Escritura ao sétimo céu.[56] Se, porém, lha opunham às inovações temerárias, desembaraçava-se dela como de uma "escrava, que se devia deixar para ater-se a Cristo, rei e senhor da Escritura".[57] Às vêzes descomedia-se ao estremo de chamar a Moisés "herege excomungado, precito, pior que o papa e o diabo".[58] Por esta amostra se vê que, no desprêzo dos livros santos, os modernos discípulos não se mostraram indignos de tão grande mestre.

Pulverizados todos os dogmas, só restava erigir o adogmatismo em princípio. Os protestantes não recuaram ante êste extremo desesperador.

SEMLER (1725-1791) foi o primeiro a distinguir o dogma da religião. LESSING (1729-1791), por isso saudado como "pai do protestantismo liberal", separou-os nitidamente. KANT, SCHLEIERMACHER e HEGEL, em lugar do dogma, substituíram, como árbitro supremo das convicções religiosas, a razão (*Vernunft*, de Kant), o sentimento (*Gefühl*, de Schleiermacher) e a idéia (*Begriff*, de Hegel). Na alheita de tão abalizados guias enveredou todo o protestantismo progressis-

54. ROHNERT, *Was lehren die derzeitigen deutschen Professoren der evang. Theologie über die hl. Schrift und deren Inspiration*, Leipzig, 1892, pp. 2-3.

55. A. SCHWEITZER, *Geschichte der Leben-Jesu-Forschung*, Tübingen, 1913, p. 339. Na 1.ª edição, p. 305.

56. "Ego vero adversus dicta Patrum, hominum, angelorum, daemonum pono non antiquum usum, non multitudinem hominum sed unius maiestatis aeternae verbum evangelicum... Hic sto, hic sedeo, hic maneo, hic glorior, hic triumpho, hic insulto papistis, thomistis, henricistis"... *Contra Henricum regem Angliae*, Weimar, X, 2 Abt., pp. 215-16.

57. "Tu urges servum, hoc est Scripturam... hunc servum relinquo tibi, ego urgeo Dominum qui rex est Scripturae... Hanc solutionem neque diabolus neque ullus iustitiarius tibi eripere aut evertere potest". Weimar, XL, 1 Abt., p. 420.

58. "Si prudens es longissime ableges Moysen balbum et blaesum cum sua lege... Hic simpliciter sit tibi suspectus ut haereticus excommunicatus, damnatus, deterior papa et diabolo, ideo prorsus non audiendus". Weimar, XL, 1 Abt., p. 558.

ta. "Os trabalhos dos melhores e mais clarividentes teólogos do nosso século tendem ao mesmo alvo: desembaraçar o cristianismo dos véus e peias dogmáticas".[59] HARNACK, colega de PFLEIDERER, preconiza o estudo da história dos dogmas como um dos meios mais eficazes para libertar-nos do cristianismo dogmático e acelerar o contínuo processo de emancipação.[60] JEANMAIRE confessa a peito aberto: "Les libéraux disaient autrefois: nous ne voulons pas de religion établie *sur Jésus*, nous voulons suivre la religion *de Jésus*. Eh bien! il faut, je crois, faire un pas de plus dans la sincerité et avouer au monde que nous ne pouvons guère avoir *la même théologie, la même conception métaphysique* que Jésus de Nazareth. Mais nous pouvons, nous devons avoir la même piété intérieure et *cela nous suffit* pour nous sentir membres de son corps que est l'église chrétienne universelle".[61]

E que significa um cristianismo adogmático? Significa uma religião sem conteúdo doutrinal, sem dogmas, sem culto, sem ritos, sem fé, sem moral. Nosso caminho para Deus é o "espírito livre", a "fé livre", a "graça livre". "O cristianismo, diz SABATIER, é apenas um estímulo moral, uma consolação que se nos propõe, não uma doutrina".[62] "Não podemos, diz um professor de teologia de Heidelberg, nem devemos considerar o cristianismo como verdade absoluta, imutável, completa".[63] As exigências de nossa consciência religiosa impõem-nos a fé num Infinito imperscrutável. O cristianismo oferece-nos símbolos excelentes para representarmos com a imaginação êste grande desconhecido: eis todo o seu significado, todo o seu valor. Na história da evolução humana é uma das muitas formas por que se manifesta e corporiza o instinto religioso.

Mas, se assim é, que possuem os cristãos a mais que os sequazes de BUDA, ZARATUSTRA ou MAOMÉ? Estamos em pleno subjetivismo, em pleno niilismo religioso.

Nestas alturas ou nestas profundidades, compreendemos a frase de SPITTA: "Cada indivíduo procura no Cristianismo o seu cristianismo, a sombra que lhe faz bem"; "tenho a minha religião não por-

59. O. PFLEIDERER, *Die Entwicklung der protestantischen Theologie* in Deutschland seit Kant und in Grossbritannien seit 1825, Freiburg i. B., 1891, p. 494.

60. A. HARNACK, *Lehrbuch der Dogmengeschichte*, Tübingen, 1900. I (4), pp. 3-25.

61. *Le Protestant*, 20 Fev. 1909, cit. nos Etudes, t. 121 (1909), p. 694.

62. A. SABATIER, *Esquisse d'une philosophie de la religion* (8), Paris, Fischbacher, sem data, I. II, c. 2, § 3; c. 3, § 2.

63. TROELTSCH, *Die Absolutheit des Christentums und die Religionsgeschichte*, Tübingen u. Leipzig, 1902, p. 82.

que seja verdadeira, senão que é verdadeira porque é minha";[64] compreendemos ainda o dito de Paulsen "ser ligado em mim só pela minha razão, eis o em que consiste a *magna carta* do cristianismo";[65] compreendemos a confissão da célebre condessa Ida de Hahn-Hahn, luterana: "minha religião é religião individual; minha fé é *minha* fé; pouco importa qual seja a nossa fé contanto que seja a *nossa* fé. É a fé que bem-aventura, disse Cristo, não esta ou aquela fé";[66] compreendemos, por último, a declaração de Monod, historiador de valia e protestante convencido: "a Reforma foi um movimento filosófico destruidor do cristianismo positivo e do princípio de autoridade em matéria de fé; *não há autoridade nem certeza dogmática fora da tradição eclesiástica representada pelo catolicismo* e o protestantismo outra coisa não é senão *uma série ou coleção de formas religiosas do livre pensamento*".[67] Boa definição: o protestantismo é o panteão de tôdas as religiões. Tal o resumo sintético da lição dos fatos.

Poderia conceber-se ainda uma dissolução mais profunda? Sim. O homem quando se precipita no resvaladouro do êrro, raras vêzes pára à meia encosta; despenha-se quase sempre até ao fundo do abismo. Tal a sorte dos protestantes.

A existência de um Deus pessoal e de uma vida futura são verdades racionais que servem de base insubstituível a qualquer religião positiva. O picão da crítica negativista acabou por atingir também êstes profundos alicerces da religião natural, respeitados até pela porção mais sadia da filosofia pagã. Paulsen afirma sem hesitar que a fé num Deus pessoal e transcendente é insustentável.[68] Evitemos a personalidade de Deus, aconselha Trümpelmann;[69] rejeitemo-la como uma contradição formal, acentua Biedermann.[70] Estamos em pleno ateísmo. Também esta suprema negação, último de-

64. Spitta, *Mein Recht auf Leben*, p. 419. Três paginas atrás escrevera: "a essência vital do cristianismo evangélico consiste em assimilar-se livremente o evangelho na medida das necessidades religiosas pessoais", pp. 415-16. Cit. por V. Cathrein, *Glauben und Wissen* (3), Freiburg i. B., 1903, p. 216.

65. Paulsen, *Philosophia militans* (3), Berlin, 1908; pp. 52-53. Aí está! Começou-se com a magna carta da Bíblia para acabar na magna carta do racionalismo. Mas tudo é lógico e o êrro nem sempre é livre na escolha dos seus descaminhos.

66. Ida de Hahn-Hahn *Orientalische Briefe*, 1844, t. I, p. 310. É sabido como mais tarde a célebre escritora se converteu ao catolicismo.

67. *Revue historique*, t. XLIX, mai-août, 1892, p. 103.

68. Paulsen, *System der Ethik* (8). Stuttgart u. Berlin, I, pp. 429-30.

69. Trümpelmann, *Op. cit.*, p. 53.

70. Cfr. G. Ch. Bernh. Pünier, *Geschichte der christlichen Religionsphilosophie seit der Reformation*, Braunschweig, 1883, t. II, pp. 292 sgs.

grau na decadência religiosa, se vai pavorosamente alastrando entre os ministros "evangélicos". "A liberdade protestante degenerou em anarquia; a pastôres ateus chega-se a permitir que batizem em nome da "Verdade, da Beleza e do Bem"... O cristianismo do clero é de tal modo relaxado que o pastor ateu continua no exercício de suas funções... O ateísmo é pregado do alto dos púlpitos por eclesiásticos protestantes".[71]

Quanto à vida de além túmulo não temos necessidade de fantasiar nenhuma mitologia do além;[72] uma continuação pessoal depois da morte é coisa de todo inimaginável;[73] a imortalidade "é um sonho que de mil maneiras sonharam todos os povos", remata sem mais Paulsen.

Nada mais há que negar. O protestantismo pode descansar triunfante. Sua obra de destruição é completa: "uma imensa incerteza apoderou-se da sociedade cristã".[74]

Recapitulemos e concluamos. Os patriarcas da Reforma inauguraram a revolta religiosa, rejeitando a autoridade divinamente constituída em sentinela da ortodoxia, em guarda infalível do patrimônio revelado e da unidade da fé. Em seu lugar embandeiraram a autonomia individual, o talante individual, o capricho individual, sob o rótulo do livre exame, como árbitro supremo e inapelável em matéria religiosa. Estava aberta a estrada a todos os excessos. Já dissera M. de Stael: "Os primeiros reformadores julgaram poder colocar as colunas de Hércules do espírito humano no horizonte das próprias luzes, mas desconsideradamente esperaram que os pósteros se haveriam de submeter às suas decisões como infalíveis, depois de haverem rejeitado essa infalibilidade na Igreja católica".[75]

Postos os princípios seguiram-se as conseqüências com a fôrça irresistível das necessidades lógicas. Os dogmas, uns após outros, caíram sob os golpes do livre exame. Não ficou de pé nem o dogma central da divindade de Cristo. A que se reduzia então o cristianismo? — Mas era mister salvar nome tão glorioso na história da civilização humana. Inventou-se para isso o cristianismo adogmático, isto é, o mais radical subjetivismo religioso condecorado com o título da religião antiga. E como a pobre razão humana desajudada

71. H. Schäfer, *Jesus in psychiatrischer Beleuchtung*, Berlin, 1910, pp. 168, 173, 176.
72. Trümpelmann, *Op. cit.*, p. 388.
73. Stendel, *System der Ethik* (8). t. I, p. 444.
74. H. Scholz, no *Christliche Welt*, 1901, p. 1036.
75. M. de Stael, *De l'Allemagne*, 4e. partie, c. 2; ed. de Paris, 1813, t. III, p. 264.

das luzes da fé e arrastada pela impetuosidade das paixões sem freio, cai sempre abaixo de si mesma, a pseudo-filosofia religiosa acabou por envolver nas trevas da negação as verdades primordiais que foram sempre os polos da religião e da moral. Onde havia unidade campeou a anarquia, onde esplendia a revelação entronizou-se o racionalismo, onde se firmava a certeza entrou a vacilar o ceticismo, e, com o ceticismo, a indiferença, a desesperança e a morte.

Das profundidades dêste abismo elevemos o olhar e contemplemos desiludidos esta "unidade dogmática e moral" assoalhada pelo pastor brasileiro, esta concordância das seitas protestantes que "aceitam todos os artigos do credo dos apóstolos". Na simplicidade de sua inconsciência, o Sr. C. Pereira, não mostrando sequer suspeitar o que tem sido a história dogmática do protestantismo, continua a embalar os seus leitores brasileiros com os acordes monótonos de sua "harmonia fundamental". Mas a realidade não se suprime, os fatos não se destroem. O protestantismo dilacerado até às entranhas morre, vítima do vírus fatal que lhe inocularam os seus progenitores.

Em frisante oposição ao otimismo de douradas ilusões do nosso ingênuo teólogo, lúgubre e agourenta é a voz que irrompe, incoercível, dos protestantes perspicazes ao contemplarem o progresso acelerado e inevitável desta decomposição rebelde à assepsia de todos os meios humanos.

Em França, é Gasparin que no opúsculo *Agonie du protestantisme* escreve: "São tantos os sintomas de morte no protestantismo francês que é impossível não o crer chegado a êste ponto do desenvolvimento em que começa a decadência e se aproxima o fim. Para a igreja de Calvino soou a hora da morte".[76]

Na Inglaterra, é o célebre doutor anglicano Jessop que assim fala da sua igreja: "Uma sociedade incapaz de suportar uma reorganização... é uma sociedade que não pode ser defendida. Acha-se atualmente in *articulo mortis*. Sua dissolução poderá ser retardada por algum tempo mas não se lhe poderá conservar indefinidamente a vida, envolvendo-a em flanelas ou abrigando-a de tôdas as correntes de ar".[77] Nos Estados Unidos, Ewer, ministro episcopaliano, a uma série de conferências dadas em Nova-York pôs por tí-

76. Gasparin, *Agonie du protestantisme français*, p. 7, 8, cit. por Bougaud, *Le christianisme et les temps présents*, t. IV (7), p. 311. E. Schérer não hesita em afirmar que "à l'heure qu'il est le protestantisme se voit livré à une crise qui menace son existence". *Mélanges d'histoire religieuse*, Paris, 1865, p. 236.

77. *The Nineteenth Century*, jan. 1896.

tulo "o malôgro do protestantismo". Nelas prova o autor que em tôda a parte onde o protestantismo assentou o pé se seguiu a incredulidade mais radical, porque o seu princípio outra coisa não é senão o racionalismo.[78]

Na Noruega, ouçamos a voz abalizada de Krogh-Tonning: "Há um fato cuja realidade, por sua nímia evidência, só escapa aos olhos pouco penetrantes, e é que atualmente a igreja luterana caminha fatal e progressivamente para a sua completa dissolução. Sim, sem dúvida, ao considerarmos o que se passa no seio desta igreja, devemos reconhecer a assinatura do tempo nesta palavra sinistra e sem equívocos: destruição".[79]

Na Alemanha, é Hartmann quem assim se exprime: "O princípio protestante da negação crítica da autoridade chegou às suas derradeiras conseqüências... com a inteira dissolução do cristianismo positivo e com o enfraquecimento e destruição completa da religião. Sob êste nome só existe uma irreligião inteiramente mundana".[80] A tutela benévola do estado conservou por longo tempo as formas exteriores da igreja luterana. Mas os próprios protestantes reconhecem que no dia em que lhes faltasse êste apoio a igreja oficial cairia desfeita em ruínas. "Ninguém pode duvidar, escreve Rohrbach, que do momento em que as igrejas regionais da Alemanha, hoje oficialmente reconhecidas, fôssem obrigadas a viver sem a sombra do estado e a estima, que ainda por interêsses pessoais, lhes mostram as classes elevadas, perderiam em pouco tempo a sua importância, que se veria limitada ao pequeno círculo das próprias comunidades religiosas".[81] É por êste motivo, nota Oscar Stillich, que ainda nos nossos dias se batem os nacionalistas liberais pela união da igreja e do estado. A separação "acarretaria sem dúvida conseqüências mui diversas para a Igreja católica e para a evangélica. Na *livre concorrência* a mais bem organizada levaria a melhor. Êste mêdo da superior organização da Igreja católica é a razão capital por que o liberalismo já não inclui no seu programa a antiga aspiração".[82]

Enfim, em todo o mundo intelectual e social do protestantismo se verifica a palavra angustiada do Dr. Zahn: "tudo se dissolve. A

78. Ewer, *Conférences religieuses*, p. 302. Ap. Bougaud, loc. cit.

79. Krogh-Tonning, *Le protest. contemporain*, Ruine constitut., Paris, 1901, p. 10.

80. Hartmann, *Le religion de l'avenir* (2), Paris 1877, c. VIII, pag. 130-31.

81. Paulo Rohrbach, *Der deutsche Gedanke in der Welt*, 76, 90.° milheiro, p. 121.

82. Cit. por H. Rost, *Die Kulturkraft des Katholizismus* (2), Paderborn, 1919, p. 281.

igreja histórica da Reforma já não existe. Caminhamos para o paganismo".[83]

Ante a lição persuasiva dêstes fatos, não é mister ser profeta nem filho de profeta para enxergar no futuro; basta ter olhos de ver. A lógica dos princípios e dos fatos, os ensinamentos históricos do passado e do presente projetam torrentes de luz sôbre o porvir. Ao protestantismo só resta a alternativa de voltar ao seio da Igreja católica e reconquistar, com a unidade, o segrêdo perdido da vida cristã, ou de dissolver-se fatalmente na incredulidade do racionalismo. Em qualquer hipótese, é irremissìvelmente condenado a desaparecer como o gnosticismo, o arianismo, o nestorianismo e todos os outros grandes ramos separados da Igreja, em cujo único tronco circula a seiva cristã de vida imortal. Do protestantismo, como de tôdas as heresias passadas dirá um dia a história: o protestantismo foi.[84]

83. Ap. KROGH-TONNING, *Le protest. contemp.*, Ruine doctrinale, Paris, Bloud, 1910, p. 19.

84. Bibliografia. *Sôbre a evolução e dissolução dogmática do protestantismo.* Entre os antigos: BOSSUET, *Histoire des variations des églises protestantes*, 1688; PLANCK, (protestante) *Geschichte der Entstehung, der Veraenderung und der Bildung unseres protestantischen Lehrbegriffs*, Leipzig, 1799. Entre os modernos: L. A. FILLION, *Les étapes du rationalisme*, dans ses attaques contre les Evangiles et la vie de J. C. (2), Paris, Lethiellieux, 1911; J. B. KISSLING, *Der deutsche Protestantismus* 1817-1917, 2 vols. Münster i. W. 1917-18; G. GOYAU, *L'Allemagne religieuse, le Protestantisme*(2), Paris, Perrin, 1898; LICHTENBERGER, *Histoires des idées religieuses en Allemagne* depuis le XVIIIe. siècle jusqu'à nos jours(2), 3 vol., Paris, Fischbacher, 1888; H. PINARD DE LA BOULLAYE, *L'étude comparée des religions*, Paris, Beauchesne, 1922, cc. 5-6, pp. 176-279; A. M. WEISS, *Die religioese Gefahr*(5), Freiburg i. B., 1904.

LIVRO III

A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO

Capítulo I

A IGREJA, A REFORMA E A GRANDEZA ECONÔMICA E POLÍTICA DAS NAÇÕES

§ 1. — *A prosperidade material dos povos como critério religioso.*

Sumário — O argumento protestante. — Idéia da civilização de um povo. — O critério protestante à luz da razão, da história e do evangelho. — Eficácia social do cristianismo. — Réplica e tréplica : um fato e sua interpretação.

A religião católica é a verdade cristã na inteireza da sua unidade indivisível, no esplendor de tôda a sua beleza, em tôda a eficácia de sua influência civilizadora. A heresia protestante é cristianismo mutilado, degenerado, desarticulado na admirável estrutura dos seus dogmas e contaminado na pureza ilibada de sua moral. Princípio de vida, o catolicismo salva e eleva os povos. Germe de discórdia e de corrupção, o protestantismo trava as sociedades no seu movimento de progresso e civilização cristã. É a conseqüência espontânea da eficácia natural da verdade e do êrro na evolução da humanidade. Aqui como sempre a história põe o sêlo irrecusável da confirmação dos fatos às conclusões teóricas da filosofia social.

Da dissolução do império romano, gangrenado até à medula pelo paganismo, e da rudeza bárbara das hordas invasoras, que a começar do século IV irromperam do Norte e do Oriente e retalharam a herança de Augusto, a Igreja com o esfôrço regenerador de uma perseverança multissecular tirou estas obras-primas da civilização que foram as grandes nações cristãs da Europa moderna. Ali saneou a corrupção, aqui abrandou a fereza, por tôda a parte instruiu, educou,

humanizou, cristianizou. Na ordem política, Carlos Magno e São Luís, na ordem literária, Corneille, Racine, Fénelon, Bossuet, Dante, Tasso, Petrarca, na ordem filosófica, Agostinho, Tomás d'Aquino, Suarez, na ordem artística, Murilo, Velasquez, Fra Angélico, Miguel Ângelo, Rafael, na ordem moral, Francisco de Assis, Vicente de Paulo, encarnam aos olhos do observador extasiado a influência multiforme de sua ação civilizadora. Cristãos e católicos todos, santos muitos dêles, êsses grandes gênios que, no vigor da inteligência ou na fôrça da realização estética, em nada cedem aos maiores da antiguidade pagã e de muito se lhes avantajam na elevação do ideal, imprimiram em tôdas as suas obras o cunho indelével da inspiração cristã. Nunca a realidade se aproximou tanto do ideal humano.

Surgiu a Reforma, e, com ela, a desordem, o furor, a intolerância, o ódio, a depravação geral dos costumes. A unidade cristã foi dilacerada, a Europa religiosamente dividida. Durante mais de um século, o movimento ascendente da civilização nos países reformados foi como que tolhido por uma paralisia geral. Mais tarde, por um esfôrço de reação inerente à natureza humana contra todos os excessos e abusos da liberdade, por uma influência, incônscia talvez, mas nem por isso menos verdadeira das idéias católicas, o nível moral das nações protestantes, sem atingir as alturas de outrora, elevou-se de muito acima das desordens que desonraram o berço da Reforma, enquanto um complexo feliz de causas geográficas e políticas lhes favorecia admiràvelmente o desenvolvimento econômico.

No século XIX as raças anglo-saxônicas tomaram decididamente o passo sôbre os povos latinos, na expansão comercial e na influência política. Incontrastável na sua generalidade, o fato subministrou logo aos adversários do catolicismo — protestantes e livres pensadores — uma nova arma de combate. Entoaram-se em tôdas as solfas hinos de louvor ao progresso dos povos protestantes; deplorou-se a degeneração das nações católicas votadas pelo seu apêgo às tradições da Igreja à irremediável decadência. Às raças latinas, socialmente impotentes e estéreis, deu-se o lúgubre epitáfio de "raças mortas".

Já em 1854 Napoleão Roussel publicava em 2 volumes uma obra intitulada: *Nações católicas e nações protestantes comparadas sob o tríplice aspecto da prosperidade, da cultura e da moralidade.*[1]

1. Napoleon Roussel, *Les nations catholiques et les nations protestantes comparées sous le triple rapport du bien être, des lumières et de la moralité*, Paris, 1854, 2 vols. in 8.

A substância da argumentação do pastor cifra-se num paralelo entre as modernas nações que se dizem protestantes e as chamadas católicas. Considerai, diz êle em suma, de um lado a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, de outro a Espanha, a Áustria e Portugal.

Que expansão social, nas primeiras, que comércio, que indústria, que bem-estar, que progresso! Nas outras, que estagnação, que esterilidade, que impotência econômica e política!

Donde desigualdade tão frisante? Outra causa não há senão o protestantismo de umas e o catolicismo de outras. Daí a conclusão última: nas doutrinas reformadas está o segrêdo da prosperidade dos povos; a fidelidade aos ensinamentos da Igreja católica é, para as nações, germe de decadência e de morte.

O resultado da guerra franco-prussiana, exaltando o poderio militar e a influência política da Prússia com detrimento e humilhação da França católica veio tornar mais tentador o argumento. Não lhe resistiu às seduções o economista belga Emílio Laveleye. Em 1875 publicou na *Revue de Belgique* um artigo intitulado: *De l'avenir des peuples catholiques; étude d'économie sociale*. Uma segunda edição ampliada veio à luz em Paris em 1899.[2]

Nestes últimos tempos, o argumento tornou-se lugar comum em certas rodas intelectuais. Não o poderia passar em silêncio o nosso gramático polemista que se esforçou por acumular, nas páginas do seu trabalho, quanto se tem dito e escrito contra a Igreja católica. Como em outros pontos, porém, assim também neste assunto, nenhuma novidade, nenhuma originalidade, nenhum fruto de estudo pessoal. Sem conhecer as poderosas investigações históricas da ciência moderna, sem se preocupar, como de costume, com as respostas exaurientes dos escritores católicos, C. Pereira limita-se a repetir e sumariar a tese do "sapientíssimo professor de Liége", p. 125, o qual, por sua vez, calando a fonte, havia tomado de empréstimo os seus paralelos ao velho Roussel.[3]

2. O artigo foi publicado em opúsculo separado de 32 págs. no mesmo ano de 1875, Paris, Germer-Baillière.

A resposta não se fêz esperar. Deu-a um compatriota de Laveleye, o Barão de Haulleville, *De l'avenir des peuples catholiques*, 1876. Após longo silêncio, o êxito da guerra hispano-americana pareceu ao impenitente professor de Liège senão um novo argumento ao menos uma oportunidade para tirar à luz uma 2.ª edição do seu opúsculo, com o título ampliado: *De l'avenir des peuples catholiques avec les opinions de Gladstone, Michelet, Quinet, Sismondi, d'Hulst, et quelques autres écrivains*, Paris, Fischbacher, 1899, in 16.º, p. 108.

3. Aliás êste gênero de argumento não é de invenção dos protestantes. Os pagãos já os haviam precedido de mais de mil anos. No século V, o mundo romano foi devastado por inúmeras calamidades. Os bárbaros invadiam o império; Alarico (408-410) tomava

Não nos cingiremos a responder-lhe as duas ou três dificuldades. Alargaremos a esfera do debate e quanto nos permitem as estreitezas dêsse trabalho, abraçaremos o problema em tôda a sua amplitude. O vulgarizado e especioso da objeção estão a exigir de nós êste estudo sério e imparcial.

Qual o verdadeiro conceito de prosperidade e civilização de um povo? Até que ponto e em que medida essa prosperidade pode servir de padrão ou critério para avaliar, com justeza, a verdade de uma religião e, nomeadamente, do cristianismo? São duas questões que se apresentam espontâneamente no limiar do nosso estudo e que importa resolver com clareza sob pena de nos perdermos num labirinto de equívocos e paralogismos.

Civilização e progresso são dêsses nomes modernos que, a poder de repetidos, entraram no domínio geral de publicistas, oradores e tribunos demagogos de tôdas as côres e matizes. Encontrá-los-eis na pena e nos lábios de todos. Saídos do domínio da ciência, restrito, pela natureza das coisas, a um número relativamente pequeno de iniciados, irromperam no campo imenso da imprensa, do teatro, do romance, da praça. Ganharam assim em popularidade o que perderam em exatidão. No vago e ambíguo de sua generalidade encontraram o segrêdo da sua eficácia emotiva sôbre as turbas indoutas, tornando-se destarte o veículo dos mais grosseiros sofismas. Para o ateu naturalista, progresso é sinônimo de emancipação de tôda a idéia religiosa; para o evolucionista, vale quanto a vitória na luta pela existência com a eliminação dos fracos e sobrevivência dos fortes; para o socialista revolucionário, significa o sonho social do futuro baseado na destruição do estado presente de coisas. Uma Rússia bolchevista é o paraíso terrestre por êles plantado no horizonte de suas esperanças.

---

e incendiava-lhe a capital. A grande civilização caía em pedaços. E Roma era cristã! E o império se havia convertido em grande parte à religião da cruz! A objeção surgiu logo nos lábios dos infiéis: "Outrora quando no Capitólio se sacrificava a Júpiter, Roma era a fôrça, o poder, a vitória, a glória. Hoje, quando os nossos templos estão fechados e a lei não permite senão os sacrifícios dos cristãos, desprotegidos dos deuses que desamparamos, caímos na desonra, na escravidão e na morte". O argumento tinha muito de especioso para os espíritos superficiais: merecia uma refutação séria. O gênio de AGOSTINHO, em plena controvérsia pelagiana, não hesitou em consagrar-lhe as horas livres de treze anos de estudos. Em 326 saiu-lhe da pena *A cidade de Deus*, o grande tratado de filosofia da história, onde satisfaz a tôdas as questões que então atormentavam as inteligências. (Consulte-se principalmente o cap. 24 do livro 22.) No *De quantitate animae*, c. XXXIII, n. 72, volta o santo doutor ao mesmo assunto. Neste passo depois de enumerar as grandes conquistas da civilização material, conclui: "Magna haec et omnino humana. Sed est adhuc partim doctis atque indoctis, *partim bonis ac malis animis copia communis*". Leiam-no os protestantes e na humilhante companhia dos pagãos vejam pulverizados todos os seus sofismas pelo maior gênio do cristianismo antigo.

Cumpre, portanto, restituir a êstes têrmos proteiformes o sentido preciso que lhes deu o cristianismo. Importa, antes de tudo, determinar a noção exata de civilização humana, de progresso cristão.

O Estado é para o homem, não o homem para o Estado. A sociedade não é fim, é meio. Na sua dignidade inauferível de pessoa, o ser racional tem um fim próprio, individual e inalienável. O objetivo de sua vida é a expansão da atividade física, intelectual, moral e religiosa em cujo exercício se consubstancia a sua felicidade terrena, que prepara, como aurora, os esplendores meridianos da bem-aventurança eterno. A vida social é o grande meio impôsto pela natureza a esta expansão harmônica da personalidade humana na variedade multiforme dos seus aspectos. Proporcionar, portanto, aos seus membros a oportunidade de desenvolver orgânicamente tôdas as suas virtualidades – eis o escopo da sociedade, o alvo a que deve mirar o esfôrço coletivo do progresso civilizador.

No homem, porém, individualmente considerado, há uma jerarquia essencial de faculdades que importa respeitar. As exigências do espírito sobrelevam em importância e dignidade às satisfações do corpo. Os interêsses imóveis da eternidade prevalecem sôbre as preocupações transitórias do tempo. A vida intelectual transcende a vida física: a ambas sobranceia a vida moral e religiosa. Rompei êste equilíbrio: degradastes o homem. O gladiador de inteligência raquítica e enfezada, de sentimentos morais e religiosos atrofiados é, nas suas formas agigantadas, nos seus músculos de aço, mais um animal de forma humana, que homem. Sem elevação de espírito, sem delicadeza de sentimentos, a exaltação da fôrça bruta é uma excrescência teratológica. "A vida humana é uma harmonia. Cada elemento, por mais precioso em si, não tem valor relativamente ao todo se não permanece no seu lugar, dominando o que deve dominar mas também subordinando-se ao que lhe é superior".[4]

Ora, destinada por sua essência não a subverter mas a desenvolver a natureza, a sociedade deve, antes de tudo, acatar esta subordinação essencial das faculdades humanas. Acima da economia política, os interêsses da inteligência; primando ao desenvolvimento das fôrças intelectuais, a expansão da vida moral e religiosa.

Vistas à luz desta verdade, a florescência da agricultura, do comércio e da indústria, a extensão, rapidez e comodidade das vias de

---

4. SERTILLANGES, *De l'Eglise*(3), II, p. 145, Paris, Lecoffre, 1919.

comunicação, o poderio dos exércitos e a eficiência das armadas, representam apenas o primeiro e mais baixo estádio da civilização. Se, *pari passu,* não o acompanham os progressos do espírito, tendes uma sociedade forte, rica, lutadora, uma sociedade pagã, como Atenas ou Roma; não formastes ainda uma sociedade plenamente humana, uma sociedade cristã, uma sociedade feliz.[5] Se, pelo contrário, no seio de uma mediocridade material lograstes elevar o espírito e educar o coração de um povo, não atingistes ainda a perfeição do ideal, mas conseguistes realizar o mais imporatnte dos fatôres da sua felicidade. Assim, nas ruínas físicas de um organismo minado pela enfermidade pode arder a chama do gênio e brilhar a auréola da santidade com a paz inefável de suas profundas consolações.

Podemos, pois, distinguir na civilização, como na personalidade humana, um elemento material e um elemento espiritual, o corpo e a alma da civilização. As mesmas leis que regem a atividade individual na expansão de suas fôrças, regulam, outrossim, a atividade social no seu desenvolvimento orgânico. Aqui, como lá, vigoram *a lei do progresso,* que comunica o impulso a tôdas as fôrças vitais: *a lei da dependência transcendental* que sobrepõe os interêsses espirituais e eternos às solicitudes materiais e efêmeras: *a lei da harmonia* que respeita a subordinação hierárquica das faculdades na reciprocidade das suas influências. Dentro das linhas intransponíveis traçadas por essas normas absolutas, pode avançar com segurança e liberdade o grande movimento do progresso. Sem as destruir, as circunstâncias de tempo, de raça, clima e situação geográfica, assinaladas pela Providência à vida de cada povo, virão imprimir-lhe a feição própria e característica de sua individualidade social. É assim que nos quadros imensos da história da humanidade poderemos encontrar aquela variedade harmônica de moldes de civilização a reproduzir, de algum modo, no mundo das sociedades, a infinita diversidade de tipos que, nos limites de uma mesma natureza essencialmente imutável, realizam os indivíduos humanos.

Concluamos. Sociedade ideal seria aquela que pudesse proporcionar à totalidade dos seus membros uma justa abundância de

5. Prova experimental dêste asserto temos nesta agitação que abala as sociedades modernas. Desenvolveu-se febrilmente a civilização material, mas não se estimulou com igual solicitude o progresso moral e religioso: os povos não são felizes. "Plus l'humanité voit se multiplier les moyens dont elle dispose pour se rendre l'éxistence agréable, plus elle se convainc de l'impossibilité de surmonter, de cette manière, l'angoisse de la vie et d'atteindre au bonheur ou même au contentement". HARTMANN, *La Religion de l'avenir* (2), Paris, 1877, c. VIII, p. 138.

todos os recursos necessários ao desenvolvimento individual e específico de suas aptidões físicas, intelectuais e morais. Ideal inatingível, mas que nos oferece a inestimável vantagem de um critério seguro para avaliar o grau de civilização de um povo; ideal que servirá de padrão fixo por onde aferir a verdadeira grandeza das nacionalidades. Uma sociedade será tanto mais próspera e feliz quanto maior fôr o número de indivíduos a que estender os seus benefícios e mais variados e eficazes os meios que lhes subministrar ao desenvolvimento humano de sua vida material e espiritual.

A importante diferença que acabamos de estabelecer entre a civilização material e econômica e a civilização espiritual e humana aplana-nos o caminho para resolver a segunda questão preliminar que nos propusemos: até que ponto o progresso de um povo pode servir de critério à verdade de suas crenças religiosas.

Objeto principal da religião e, falemos logo concretamente, objeto principal do cristianismo não é satisfazer às aspirações terrenas da ambição humana, mas estabelecer as relações entre a criatura e o Criador, unir o homem a Deus pela graça que santifica, elevá-lo das preocupações terrenas às grandezas futuras da eternidade. À pureza dos costumes, à elevação dos afetos religiosos é que se estende a esfera natural de sua influência direta.

Iluminar-nos a inteligência com a luz das verdades reveladas que devem servir de norma à nossa atividade moral; fortificar-nos a vontade na luta contra as revoltas das paixões e os apetites desregrados da concupiscência de uma natureza originàriamente viciada pelo pecado, eis o fim da religião ensinada por Cristo e por êle confiada à sua Igreja. Fora desta atmosfera superior onde se desenvolve a vida moral e religiosa do cristão, a influência da Igreja é profunda, poderosa, eficaz, mas *indireta*. É mediante o influxo nas idéias e nos costumes que ela atinge todos os outros ramos da atividade humana.

O cristão, fiel à prática dos seus deveres, será honesto, justo, casto, caridoso, compassivo, magnânimo. Com o cortejo de tôdas estas virtudes será necessàriamente modêlo de operário, de patrão, de administrador, de juiz, de chefe de estado. E a sociedade inteira, no círculo imenso das relações econômicas, industriais e políticas, beneficiará da eficácia benfazeja da ação religiosa.

Cumpre, porém, não esquecer nunca que esta influência por mais certa, íntima e universal, não deixa de permanecer indireta. Outros são os fatôres que atuam diretamente na prosperidade econômica dos

povos. A situação geográfica, a fertilidade do solo, a salubridade do clima, as riquezas mineralógicas, as qualidades etnológicas do povo, o seu desenvolvimento científico, a concurrência dos êmulos, a facilidade das comunicações, a marcha complexiva da economia mundial, são as causas diretas, que, subtraídas à influência da religião, atuam imediatamente na prosperidade dos povos. Sem o concurso dêstes fatôres, fôra baldado qualquer esfôrço para elevar o edifício da grandeza econômica de um povo. A natureza os distribui com a liberdade dos seus caprichos, a história os modifica com a contingência das suas variações, a religião os desenvolve e dirige na fecundidade de sua ação maravilhosa, mas *não os poderá nunca suprir*. Os gelos das zonas polares ou as areias adustas do Saara não verão jamais fervilhar na imensidade deserta de suas brancas planícies o enxame ativo e laborioso de um povo florescente.

Como a prosperidade econômica, tão pouco pode a influência política de uma nacionalidade servir de estalão por onde aferir a verdade de suas doutrinas religiosas. Uma e outra dependem do jôgo das causas naturais. Um êrro de diplomacia, uma aliança infeliz, o desastre de uma batalha podem acarretar a queda do poderio político de um povo. A catástrofe de uma grande guerra pode envolver nas desgraças do infortúnio comum uma Alemanha protestante, uma Áustria católica, uma Bulgária cismática e uma Turquia muçulmana. Quem poderia prever qual teria sido o estado político do equilíbrio europeu no último quartel do século XIX se outra fôra a sorte das armas em Sadowa e Sedan? Dirá alguém que os desacertos de um general, a eficiência destruidora dos explosivos ou o número das carabinas são função dêste ou daquele credo religioso?

Não obstante a evidência rudimentar destas considerações, é justamente na grandeza terrena e na prosperidade econômica das nações anglo-saxônicas no século XIX que os protestantes vão buscar os seus argumentos em pró da superioridade da Reforma. E o que é mais de maravilhar é que desta "invencível objeção" se servem não só os representantes do baixo clero mas até os mitrados cultos do episcopado anglicano. "Vejamos, dizia há alguns anos o bispo de Sador, como Deus abençoou a Inglaterra desde que abraçou os princípios da Reforma e como continua a abençoá-la na medida de sua fidelidade a êsses princípios. Há 350 anos, os nossos cofres estavam vazios, a nossa terra devastada pela guerra das Rosas; não tínhamos comércio nem colônias. Hoje é glória nossa que o

sol não se põe no império britânico. Deus derramou sôbre a nossa pátria tôda a sorte de suas bênçãos".[6]

Formidando argumento! Arcas cheias e arcas vazias! Quem poderá pôr em dúvida que o catolicismo com os seus cofres despejados não valha o protestantismo com as suas burras abarrotadas de esterlinas!

O livro de Napoleão Roussel não nos oferece menos ridículos exemplos desta lógica inexpugnável. Estamos na Irlanda, numa paróquia de 4.000 almas. Quereis saber o que valem êstes 4.000 católicos? Juntos possuem um arado, um carro, 16 ancinhos, 8 selas para homens, 3 para mulheres, 7 talheres, 93 cadeiras, 243 tamboretes, 23 gansos, 3 peruas, 2 colchões, 8 cestos, 8 candeeiros de cobre, 3 relógios de algibeira, 1 escola e um padre. Chapéus, relógios de parede, botas, beterrabas e cenouras são coisas que não existem. "Passemos agora o canal e depois de haver visto as misérias da católica Irlanda consideremos o bem-estar da reformada Escócia". — É decisivo! À vista daquele cadastro de hospital, quem não conclui que a religião de um povo que não tem botas nem cenouras e que só possui 27 gansos e 3 peruas é necessàriamente falsa!

Mas sigamos o Sr. Roussel na sua instrutiva viagem. Chegamos a Suíça. Estamos num cantão católico. A primeira palavra que nos irrompe dos lábios: "Que imundície! Que fisionomias pálidas, macilentas, esverdeadas!" Evidentemente, o catolicismo descora as faces mais rosadas. Continuando a excursão entramos em Flül. "Esta localidade católica apresenta-nos logo uns 4 escrofulosos, 6 leprosos e uma meia dúzia de infelizes maltrapilhos, que pareciam ir à cata da sepultura". Está dito: ser católico é ter disposição para a lepra.

Mas desviemos o olhar amargurado destas cenas de misérias.

Vamos descansar a vista e... refocilar o estômago num cantão protestante. "Que cultura, que abundância, que indústria, exclama, radioso e triunfante, o nosso Napoleão. Zurique, com os seus lindos arredores [obra certamente do protestantismo] afigurou-se-me como a sede da sabedoria, da temperança, do bem-estar, e da felicidade... Entramos numa casa de campo. A dona da casa oferece-nos logo leite e queijo e põe-nos à mesa nove ou dez grandes colheres de prata". Como hesitar ainda! Quem tem nove ou dez colheres de

6. *The Record*, 22 fev. 1895, p. 184.

prata é necessàriamente o homem ou a mulher mais feliz dêste mundo. Sua religião não pode deixar de ser verdadeira.

Todo o livro do Sr. NAPOLEÃO ROUSSEL é afinado neste tom. Que maravilha se os homens sensatos o acolheram com risos e chacotas? Ouvi a crítica espirituosa do insuspeito LEMOINE: "Nous avions ouvert ce livre avec le désir d'en dire tout le bien que nous pourrions; mais avec la meilleure volonté du monde, il nous est impossible de le considérer ni comme un bon livre, ni comme une bonne action. L'auteur est, nous n'en faisons aucun doute, un homme honnête et honorable; et pourtant, avec des intentions que nous voulons croire excellentes, il a fait une oeuvre dont le dernier mot est le matérialisme le plus cruel, le plus insensible, le plus désespérant. En vérité, si un ministre de l'Evangile n'a qu'une morale comme celle-lá à présenter au monde, si, protestant ou catholique, quel qu'il soit, il n'a point d'autre conclusion à tirer de l'histoire, alors il ne reste plus aux hommes qu'à se bien nourrir, à ce bien porter et à faire bien leurs affaires: les plus riches seront toujours les plus vertueux. Cette lecture serre le coeur: elle indignerait et elle révolterait, si l'auteur n'était, nous en sommes convaincu, un homme digne de respect...

"NAP. ROUSSEL démontre, à grands renforts de chiffres, que les protestants sont infinement plus heureux en ce monde que les catholiques; qu'ils ont plus de rentes, plus d'actions industrielles, plus de couverts d'argent, plus de chemises et plus des bottes. Jusqu'à present nous avions cru qu'au jour du jugement dernier, Dieu mettrait d'un coté les bons et de l'autre les méchants. Mais dans le système de M. Roussel l'humanité est partagée en deux catégories: celle des gens gras et celle des gens maigres. Dieu ne sondra plus les reins et les coeurs, mais les estomacs. Si M. Roussel permettrait à S. Pierre de garder l'entrée du paradis, certainement il lui donnerait pour consigne, comme aux Tuileries, de ne laisser passer que des gens bien portants et bien vétus; dans sa théologie, pour être sauvé, une mise décente est de rigueur".[7]

E o Sr. CARLOS PEREIRA? Não são menos interessantes as suas provas de superioridade incontestável do protestantismo. Êle não teve, como o Sr. ROUSSEL, a ventura de saborear os queijos protestantes da Suíça, nem de extasiar-se ante os reflexos da baixela de prata

7. JOHN LEMOINE, no *Journal des Débats*, 12 sep. 1854, 3.ª pág. Apud YVES DE LA BRIÈRE, *Études*, 1905, t. 104, p. 634. Ver quase todo o artigo transcrito por HAULLEVILLE, *De l'avenir des peuples catholiques*, c. III.

nas casinhas de campo das pitorescas cercanias de Zurique. Mas a leitura do artigo *The Christian Church* da Enciclopédia Britânica não lhe ministrou menos valiosos subsídios para uma demonstração cabal. Fala agora a eloqüência irresistível das estatísticas. Quem pode fazer face a uma carga cerrada de algarismos?

Calculai a área total do mundo, dividi-a entre as nações agrupadas por seus credos religiosos. Quereis ver o resultado? As nações protestantes ocupam 35% da área do nosso planêta; as católicas só 28%. O restante pertence a gregos ortodoxos e a pagãos. Evidentemente o catolicismo é inferior ao protestantismo. Eu tomo a área total da África, comparo-a com a da minúscula Bélgica. Como não hei de inferir daí que o fetichismo das tribos hotentotes sobreleva ao credo religioso dos heróicos súditos do rei Alberto?

A segunda estatística é da população. Em 1700 eram 90 milhões os católicos e 32 milhões os protestantes; em 1900 os católicos são 242 milhões e os protestantes 500 milhões![8] Que diferença esmagadora! Ponde de um lado 400 ou 500 milhões de chins, de outro 25 ou 30 milhões de brasileiros e vereis como Cristo desaparece diante de Confúcio.

Não vos basta ainda? Considerai a difusão das línguas. Como se espalharam as línguas anglo-saxônicas! O inglês e o alemão (com o russo), falados em 1800 respectivamente por 20 e 60 milhões de sêres humanos são em 1890 garganteados por 111 e 150 milhões de glotes, enquanto o francês e o espanhol passam apenas de 31 e 26 a 51 e 42 milhões. A conseqüência é sempre a mesma. A inegável superioridade das raças protestantes é tão clara como a do shintoísmo japonês sôbre o cristianismo polaco. São mais numerosos os que falam a língua dos nipões que o idioma de Sobieski. — E por que não se comparou a difusão do espanhol com a do holandês ou a do italiano com a do sueco?

8. Por agravo de culpa, tôdas as estatísticas do Sr. CARLOS PEREIRA são falseadas. Não me demorarei em demonstrá-lo. Qualquer estudantinho de geografia, com o auxílio do seu compêndio de escola, poderá fazer a verificação. Mas não posso deixar de relevar êste número de protestantes: 500 milhões!! Onde os achou o diligente gramático? Esqueceu porventura que duas páginas antes havia escrito: "Deverá atingir a 200 milhões a população protestante do mundo?", p. 133. Ou quererá talvez, com aquela elevada cifra, indicar o número dos que vivem *sob govêrno protestante?* Mas, nem assim é exata. E, nesse caso, por que não fazer o mesmo com os católicos que, de fato, contando sòmente os que se professam tais, excedem de muito os 300 milhões? E que significado tem aquêle número? Que provam em favor do protestantismo os 200 ou 300 milhões de hindus, *pagãos,* que gemem sob o jugo britânico? Que provam êsses 200 ou 300 milhões de infelizes que em mais de um século de dominação, a Inglaterra soube subjugar e explorar mas não soube humanizar nem cristianizar?

E o Sr. CARLOS PEREIRA de concluir triunfante: "Bastam êstes dados estatísticos para contrastar o atrofiamento sucessivo dos povos que vivem sob o cetro papal, e o vigor e a pujança crescente dos que obedecem livremente ao influxo vital da Bíblia aberta", p. 136. Infelizes católicos que fecharam a Bíblia!

Parece incrível como entre polemistas que se inculcam por homens sérios, tanta voga hajam conseguido semelhantes infantilidades. Como seria acolhido o crítico que propusesse o pêso do papel como craveira para a comparação das obras intelectuais?

Mas não é só a razão com a evidência de suas demonstrações, como deixamos apontado, mas a história inteira que se insurge contra o valor da prosperidade econômica e da influência política de uma raça, elevado a critério de suas crenças religiosas. Façamos-lhe três ou quatro aplicações históricas, e o absurdo das conseqüências fará ressaltar a inanidade dos princípios.

Quereis concluir a excelência da astrolatria e do culto de Ísis e de Osíris sôbre o monoteísmo? Ascendei a 1300 anos antes da nossa era, e comparai a Palestina com o Egito. Na terra dos Faraós que florescência comercial e científica, artística e literária! Sistema duodecimal de pesos e medidas, metalurgia do ouro e da prata, arquitetura que elevou as pirâmides, astronomia, geometria, poderio político, tudo florescia nas margens ubertosas do Nilo. A esta civilização, cujas ruínas deslumbram o nosso século, que pôde opôr no campo da prosperidade terrena a humilde descendência de Israel?

Avançai alguns séculos, e para provar a superioridade do politeísmo vulgar sôbre o judaísmo mosaico, ponde, frente a frente, o império de Augusto e o reino de Judá. O império romano foi a mais forte e poderosa organização que ainda construíram mãos de homem. Durante séculos, o mundo civilizado foi romano. Da cidade eterna irradiavam estas vias admiráveis de comunicação que iam ter às extremidades da terra. O seu Senado legislava para o mundo. À sombra de suas legiões descansavam províncias que eram reinos. O mavioso idioma do Lácio era falado por todos os homens cultos. Em doloroso contraste, o reino dos Macabeus, sem artes, sem indústria, sem influência política, chorava, sob as garras das águias de Roma, a perda irreparável da sua independência. Quereis daí inferir que o culto de Júpiter tonante sobrelevava em verdade e elevação moral a religião de Javé?

Se voz apraz instituir o paralelo num mesmo povo entre diversas fases da sua evolução social, comparai a Grécia de Péricles com a dos nossos dias. Que nação pode ufanar-se de um passado mais glorioso? Não foi a Hélade a pátria da filosofia, da ciência, da história e das artes? SÓCRATES, PLATÃO e ARISTÓTELES, EUCLIDES, ARQUIMEDES e HIPÓCRATES, FÍDIAS, PRAXÍTELES e APELES, TUCÍDIDES, SÓFOCLES, EURÍPIDES, DEMÓSTENES, não rasgaram nos domínios da verdade e do belo ideal, novos e amplíssimos horizontes à humanidade? Diante dêstes gigantes, são pigmeus os filhos da Grécia moderna, desta Grécia que faz consistir quase tôda a sua cultura em desenterrar e classificar nos museus as relíquias gloriosas da sua civilização passada. Aplicai o critério protestante, e chegareis à conclusão de que à religião atual da Grécia é preferível o antigo Olimpo, povoado de deuses e de deusas que, se aparecessem em forma humana no meio das sociedades modernas, iriam, sem exceção, acabar irremissìvelmente numa cela das nossas penitenciárias.

Apresso-me a chegar ao século X e XI para demonstrar, a-la protestante, a supremacia do Islã sôbre o cristianismo, o primado do Corão sôbre o Evangelho. Em nenhuma época da sua história atravessaram os povos cristãos crise tão aguda. Enquanto o cisma de FÓCIO e as discórdias das guerras civis agitavam e dilaceravam a cristandade, a civilização árabe medrava com rapidez maravilhosa. As costas da África e da Ásia Menor, a Espanha, onde outrora florescia a religião da cruz, caíam subjugadas pela cimitarra muçulmana que ameaçava a Itália e a Europa inteira. À expansão política e militar respondia a cultura intelectual e artística. Os árabes abriam escolas, fundavam bibliotecas, comentavam ARISTÓTELES, cultivavam a aritmética, a álgebra, a geometria, a geografia e a medicina, construíram Córdova, Granada e Sevilha. Por um momento — que durou dois séculos — o gênio ardente da raça, a embriaguez da vitória, os ardores de uma imaginação vivaz, os impulsos indefiníveis da glória que triunfa, prevaleceram sôbre as conseqüências deletérias dos princípios de depravação e de morte que incubavam no seio do islamismo. Nunca se pôde falar com mais propriedade da marcha ascendente das nações árabes e da decadência progressiva dos povos cristãos.

Mais outra aplicação que desta vez nos permitirá assentar a superioridade do catolicismo sôbre o protestantismo. Estamos no século XVII, poucos anos antes da paz de Westfália. Qual era então o estado das nações protestantes? Inglaterra convulsionada pelas revoluções religiosas e políticas que levavam CARLOS I ao cadafalso; Alemanha reduzida a um montão de ruínas fumegantes sôbre as quais fervia ainda o sangue derramado em 30 anos de guerra civil implacável. E as nações católicas? Passavam entre si o cetro da prima-

zia. No século XVI, Portugal descobrindo a Índia e o Brasil, Espanha colonizando a América e dominando a Europa com CARLOS V e FILIPE II, atingiam o apogeu do seu esplendor. Mais tarde, no século seguinte, quando nas mãos menos hábeis dos sucessores dêstes dois grandes monarcas, o facho do prestígio espanhol entrava a empalidecer, tomou-o a França, dobrou-lhe de intensidade o brilho e produziu o século de LUÍS XIV.

Mas, basta de apreciações históricas. O leitor poderá multiplicá-las à vontade. Apressemo-nos em tirar-lhes a conclusão. O critério protestante é de uma elasticidade maravilhosa. Basta deslocá-lo no tempo para demonstrar sucessivamente a verdade de tôdas as doutrinas e profissões religiosas desde o catolicismo até ao paganismo. O que equivale a evidenciar-lhe a falsidade. Em boa lógica, conseqüências falsas não podem derivar de premissas verdadeiras. Quando, pois, se concedesse a preeminência atual, econômica e política das nações protestantes, nenhuma inferência se poderia deduzir dêste fato em favor do conteúdo doutrinal e religioso da Reforma.[9]

*
* *

Demos um passo adiante. Ouvimos a filosofia e a história, consultemos agora a fé. Falou-nos a razão na evidência de suas provas, confirmaram-na os fatos na linguagem irresistível da realidade que se impõe; demos a palavra ao Evangelho na simplicidade divina de sua verdade infalível.

À luz dos ensinamentos de Cristo, que valor tem o critério da prosperidade terrena como prova da verdade do cristianismo genuíno?

Abro o livro inspirado e leio: "Meu reino não é dêste mundo. — Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro com detrimento de sua alma? — Não acumuleis tesouros na terra. — Quem quiser ser meu discípulo, renegue a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me".

Todo o ensinamento de Cristo só visa um alvo: desapegar o homem dos bens perecedouros da terra e elevá-lo aos grandes pensamentos da eternidade. Santidade, justiça, paz interior, felicidade no céu, promete-as Cristo, em mil lugares, aos seus discípulos. Bens terrenos, prosperidade material, nunca. Só num passo do Evangelho encontro esta promessa. É de Cristo? Não; é do tentador que mostrando a Jesus todos os reinos do mundo e a sua glória, lhe diz: tudo isto te darei se, dobrando o joelho em terra, me adorares. *Matth.*, IV, 9.

Envia Jesus os seus discípulos à conquista espiritual do mundo e que lhes diz? Não lhes dá certamente o conselho daquele estadista francês falando aos deputados: enrichissez-vous. Tão pouco lhes manda construir estradas de ferro, fundar bibliotecas, abrir universidades e institutos técnicos, expandir o comércio, aperfeiçoar a agricultura, desenvolver a indústria. Não; o que lhes diz é: pregai penitência, anunciai o reino de Deus.

E como entendem os Apóstolos a missão do Mestre? Ouvi a S. Pedro: Senhor, deixamos tudo para vos seguir. S. Paulo, que nas suas excursões apostólicas vira os esplendores de Éfeso, Atenas e Roma, para si não quer senão o necessário à subsistência, aos seus discípulos não deseja senão a paz interior, a caridade de Deus e a graça de Jesus Cristo.

Que diriam os primitivos cristãos educados nesta escola, como se escandalizariam as legiões de mártires que renunciaram aos bens mais preciosos da terra para conservar os infinitos tesouros da graça, ao ouvir um bispo anglicano apelar para as libras esterlinas e colônias da sua Inglaterra como sigilo infalível da verdade cristã?

Não fariam mal em ler com atenção o Novo Testamento êstes polemistas que trazem a cada passo nos lábios a Bíblia e recriminam aos católicos de a fecharem. Não fariam mal em meditar as bem-aventuranças evangélicas: bem-aventurados os pobres em espírito, bem-aventurados os que choram, bem-aventurados os que têm fome e sêde de justiça, bem-aventurados os que sofrem perseguições pela justiça, etc. Mas, parece que dizem os protestantes nas suas apologéticas como o médico de MOLIÈRE: "nous avons changé tout cela". Outras são as beatitudes da Reforma "evangélica": bem-aventurados os governos cujos cofres estão abarrotados de ouro, bem-aventuradas as famílias que possuem colheres de prata, bem-aventurados os povos cuja bandeira cobre muitos milhões de quilômetros quadrados.

Que o argumento tirado da prosperidade terrena das nações se encontre manejado contra a Igreja católica pela pena de um materialista, de um ateu, ou de qualquer outro dêsses numerosos adversários neopagãos, *quorum Deus venter est* e cuja vista não se eleva um palmo acima da terra, não se justifica, mas entende-se. Vê-lo, po-

9. "Pela maior riqueza dos seus sequazes, não é possível demonstrar a verdade de uma religião. Onde judeus e protestantes exercem, lado a lado, a sua atividade, os judeus quase sempre levam a palma. Ninguém inferirá dêste fato a verdade da religião de Israel". H. PESCH, *Nationalekonomie*, Freiburg i. B., 1909, t. II, p. 720.

rém, arvorado em bandeira de combate, por um escritor protestante, por uma inteligência que se diz cristã, é lastimável, é inefàvelmente doloroso. Doloroso, sobretudo, porque revela uma alma metalizada, uma idéia material e mesquinha do cristianismo, um conceito mercantil da religião. Cristo teria vindo fundar uma como sociedade anônima para levantar o crédito e a influência política das nações. Dá pingues e rendosos dividendos? É boa. Dá défices? Não presta; dissolva-se. É o critério grosseiro do selvagem que mede a grandeza do homem pelo vigor e elasticidade dos seus músculos.

* * *

Mal raciocinara quem, do que levamos dito, inferisse que o catolicismo é hostil à grandeza material dos povos. Com o mesmo ardor de convicção profunda com que rejeitamos o critério protestante, vindicamos para a Igreja católica, a glória de ser, *em paridade de condições naturais*, um agente poderosamente eficaz da verdadeira prosperidade ainda terrena das nações. "A Igreja, diz o grande Leão XIII, obra imortal do Deus misericordioso, ainda que por sua natureza mire diretamente a salvação das almas e a felicidade eterna no céu, oferece todavia na ordem temporal, tantas e tão preciosas vantagens, que mais e maiores não as poderia proporcionar, se diretamente e acima de tudo fôra destinada a desenvolver a prosperidade da vida presente".[10]

Com efeito, Deus é o autor da sociedade civil como é da natureza humana. Deus é quem lhe determina na felicidade temporal o seu fim próximo. Como admitir, pois, que, abraçando a verdadeira religião, os povos deveriam sacrificar a sua razão de ser social e sofrer necessàriamente uma decadência econômica e política? Tal antinomia entre a ordem natural e a sobrenatural não é concebível na sabedoria dos planos da Providência. "Se o cristianismo é a verdadeira doutrina religiosa, é outrossim a verdadeira doutrina social, a doutrina civilizadora por excelência". A proposição de LAFORÊT tem a evidência de um axioma. A confirmá-lo aí estão, de mãos dadas, a filosofia e a história.

10. Encícl. *Immortale Dei*, 1885.. O grande papa consagra aqui com a chancela da sua autoridade, o pensamento de MONTESQUIEU: "Chose admirable! La religion chrétienne, qui ne semble avoir d'autre object que la félicité de l'autre vie, fait encore notre bonheur dans celle-ci. *Esprit des lois*, l. 24, c. 3. Sôbre o mesmo pensamento volta Pio XI na sua memorável encíclica *Ubi arcano Dei:* Quamquam enim, ea [Ecclesia] divino iussu, recta spiritualibus nec perituris bonis intendit, tamen ut omnia sunt apta inter se ac nexe cohaerent, prosperitati etiam, terrenae tum singulorum hominum tum ipsius humanae societatis sic favet ut plus favere minime posset, si iisdem omnino provehendis instituta esse videretur.

A filosofia. Examinai, um por um, os grandes princípios sociais ensinados pela Igreja católica, de cuja ação fecunda germinou a moderna civilização, filha do cristianismo, em antítese com a civilização pagã. Quem aboliu a escravidão e pregou a igualdade e fraternidade humana? Quem, ensinando a nossa origem divina e a grandeza dos nossos destinos elevou mais alto o valor da personalidade humana? Quem reabilitou o trabalho manual e declarou guerra sem quartel ao ócio, pai de todos os vícios? Quem impôs a todos, como dever indeclinável, a grande lei do trabalho, não só para ganhar o pão cotidiano senão ainda para ser útil a seus irmãos e merecer o céu? Quem fundou a sociedade em seus verdadeiros alicerces, inculcando de um lado, aos súditos, como dever de consciência, a obediência e fidelidade às autoridades legítimas, ensinando, do outro, aos príncipes e soberanos que o poder não lhes foi por Deus concedido para vantagem pessoal, senão para defesa do direito e da inocência, para utilidade e serviço público? Quem defendeu sempre a propriedade contra as utopias subversivas do comunismo? Quem lhe estabeleceu o genuíno conceito contra as ambições açambarcadoras do capitalismo, apontando no proprietário menos um senhor absoluto do que um administrador pôsto por Deus, não só para usufruir os seus bens mas para fazê-los frutificar em pró dos seus irmãos e em benefício da sociedade? Quem protegeu a santidade da família contra a corrupção pagã, as discórdias do divórcio e as ignomínias do amor livre? Quem pregou com mais eloqüência a justiça, a probidade, a sinceridade, a paciência, a tolerância no infortúnio, a moderação nas riquezas, a caridade em tôdas as suas formas? A Igreja Católica. O Protestantismo impugnou alguns dêstes princípios fundamentais, esterilizou a fecundidade de outros e os que ainda conserva não são seus, recebeu-os da mãe divina que repudiou no delírio da sua revolta.

Ora, são essas normas encarnadas nas leis e nos costumes que vivificam os povos e os guiam à prosperidade e à grandeza. O protestantismo e sua filha primogênita, a Revolução, semearam outras idéias e outros ideais. Foram ventos que haviam de desencadear tempestades. Estas tempestades nós as contemplamos com os nossos olhos. E hoje, em meio às procelas que convulsionam as nações, são ainda êstes grandes princípios sociais ensinados e in-

culcados pelo catolicismo que brilham no horizonte das sociedades como farol de esperança e íris do futuro.

E a história? Muito antes de aparecer o protestantismo no cenário da vida dos povos, já a Igreja católica havia dado as mais esplêndidas provas de sua eficácia civilizadora. Foi ela quem instruiu e educou a Europa. Ela, quem das hordas bárbaras que golpearam o império romano nos últimos anos de sua decrepitude,[11] plasmou as nacionalidades modernas, e, depois de um esfôrço multissecular, as viu antes da Reforma, elevar-se a um grau de prosperidade terrena, que, considerada a diversidade de tempos, não teme o confronto dos povos mais florescentes dos nossos dias.

Vêde as repúblicas italianas.

Florença nos últimos séculos da idade média já era célebre por suas manufaturas. Sob os Médicis tocava no século XV o apogeu do desenvolvimento. Seus bancos dominavam as finanças da Europa. Nêles levantavam os príncipes os seus empréstimos. Eduardo III de Inglaterra pediu-lhes meio milhão para custear a guerra contra a França. Seus operários reunidos em corporações já haviam resolvido o problema da liberdade do trabalho contra as opressões do capitalismo. No seio desta prosperidade econômica floresciam as ciências e as artes. Dante, o divino poeta, Boccacio, o prosador clássico, Cimabue, Lippi, André del Sarto, mestres da pintura, Cellini, o escultor delicado, Guicciardini, historiador, Américo Vespucci, o audaz navegante, eram florentinos.

Veneza, pelo bem pôsto de sua situação geográfica, expandiu de preferência o seu comércio por via marítima, tornando-se uma potência naval de primeira ordem. No século XIV possuía uma frota mercantil de 3.000 navios e uma esquadra de guerra de 40 unidades, tripuladas por 11.000 homens. Anualmente zarpavam do seu ancoradouro imensas armadas que se faziam na volta da Armênia, do Mar Negro e do Egito. Espanha, França e Flandres recebiam também por via do mar os seus produtos e contracambiavam-nos enviando as próprias mercadorias. Estradas terrestres levavam os artigos venezianos a Viena, Hamburgo e às cidades ribeirinhas do Reno. A república dos doges era o grande empório comercial do Meio-Dia. Com as cruzadas ofereceu-se-lhe o ensêjo de grande expansão colonial. Em 1204, Constantinopla caía em seu poder. Mais tarde, a Moréia, o Épiro, Creta, Cipro e outras ilhas do arquipélago viram flutuar nas suas cidades os estandartes da rainha do Adriático. Ao seu seio afluíam, por inúmeras artérias comerciais, as imensas riquezas do Levante, da Ásia Menor, da Arábia, das costas de todo o Mediterrâneo e das Índias. No século XV contavam-se mais de mil proprietários cujas rendas oscilavam entre 4 e 79 mil ducados, numa época em que com 3 mil ducados se construía um palácio real.

11. "C'est l'église chrétienne [leia-se católica, a única que existia em face da barbárie invasora] qui a sauvé le christianisme ; c'est l'Eglise avec ses instructions, ses magistrats, son pouvoir, qui s'est defendue vigoureusement contre la dissolution intérieure de l'Empire, contre la barbarie, qui a conquis les barbares, qui est devenue le bien, le moyen, le principe de civilisation entre le monde romain et le monde barbare". Guizot (protestante), *Histoire de la civilisation en Europe,* Paris, 1873, 2.e leçon, p. 51. Cfr. 5e. e 6e. leçon, pp. 123-189 ; e 3e. leçon, p. 83. Littré : "Le grand agent du salut social aux V, VI e VII siècle fut l'Eglise". Cfr. *Etudes,* 1868, p. 86 : *Les études historiques d'un positiviste au moyen-âge.*

Gênova, no Tirreno, tornou-se com o tempo uma rival poderosa de sua irmã do Adriático. Depois das cruzadas obteve preciosos privilégios comerciais. A Sicília, a África do Norte, as costas meridionais da França, a Alemanha, a Flandres, a Grécia, o Levante, a Ásia Menor estavam em contínuo intercâmbio de produtos com a ativa república da Ligúria.

Milão começou a prosperar depois da batalha de Legnano (1176). Sua posição, nas férteis e risonhas planícies do Pó, orientava-lhe naturalmente o desenvolvimento para a agricultura e as manufaturas. Como em Florença, os artistas faziam-lhe prosperar a indústria com suas corporações independentes e laboriosas. Sob os Visconti (1395-1447) e os Sforza (1450-1535) a capital lombarda era ainda uma cidade rica, industrial e poderosa ; nem perdeu de todo a sua prosperidade sob o domínio espanhol (até 1714) e austríaco.

Do surto econômico de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha, antes do advento da Reforma, trataremos mais adiante.

Em presença dêstes fatos a ninguém assiste o direito de acusar a Igreja de paralisar o progresso material dos povos ou de pôr obstáculos e remoras ao surto econômico das nações que vivem à sua sombra.

— Assim foi, parece-me ouvir aqui um protestante renitente, assim foi em antigas eras quando só a Igreja senhoreava o campo religioso da cristandade. Mas depois que catolicismo e protestantismo se defrontaram na mesma arena, o curso dos fatos enveredou por outro caminho. A marcha ascendente das nações que abraça-

ram os novos princípios da Reforma e a decadência progressiva das que permaneceram fiéis ao catolicismo demonstram, com a ineficácia social dêste último, a superioridade incontestável do protestantismo.

A instância, como se vê, supõe *um fato* e dá-lhe *uma interpretação*. Um fato: a superioridade das nações protestantes. Sua interpretação: esta superioridade é devida, como à causa primeira, à ação fecunda do protestantismo no campo social. Submetamos o fato a um exame verificador e a interpretação a uma crítica elucidativa.

É bem conhecida a história do dente de ouro narrada por FONTENELLE. "Em 1593 circulara o boato que, na Silésia, a um menino de 7 anos, a quem haviam caído os dentes de leite, nascera um de ouro no lugar dos molares. HORSTIUS, professor de medicina na universidade de Helmstad, em 1595 escreveu-lhe a história, opinando ser ela em parte natural, em parte milagrosa: Deus enviara êste dente para consolar os cristãos molestados pelos turcos. Que consolação! Que relação entre um dente de ouro e os cristãos e ainda os turcos! No mesmo tempo, RULLANDUS compunha nova história do prodigioso dente. Passados dois anos, outro sábio, INGLOSTETERUS insurgiu-se contra as opiniões de RULLANDUS. Êste replica-lhe com grande cópia de doutrina e erudição. Terceiro grande homem, LIBAVIUS, recolhe ainda quanto sôbre o assunto se havia já escrito, e, naturalmente, acrescenta seu modo de ver individual. A tamanhas obras e de tanta ponderação só faltava uma coisa: que o dente fôsse de ouro. Consultado o ourives, verificou-se que se tratava apenas de uma fôlha metálica hàbilmente aplicada ao dente. Começaram por escrever livros e depois consultaram o ourives".[12]

Não estaríamos também nós em presença de um dente de ouro assim? A superioridade econômica das nações protestantes é um fato verdadeiro e universal? Mas quem ousaria pô-lo em dúvida? Considerai a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos; ponde-lhe em confronto a Espanha, Portugal ou México. Hesitais ainda? Hesito. São aquelas as únicas nações protestantes e estas as únicas católicas? Não há aqui uma seleção arbitrária? Baralhai outra vez as cartas e distribuí os naipes. Tomai França, Itália e Bélgica, colocai-lhes ao lado Dinamarca, Suécia e Noruega. Agora os trunfos estão conosco e a partida ganha. Se, de fato, o protestantismo é a causa da grandeza dos povos, onde quer que atue sem peias produzirá necessàriamente o seu efeito natural. E que nações mais protestantes que as escandinavas? Se o catolicismo é germe de morte, por que algumas nações católicas marcham na vanguarda dos povos cultos?

12. Cit. por BERSOT, *Mesmer, le magnétisme animal*, pp. 189-91.

Antes, pois, de buscar as causas do fato cumpre demonstrar-lhe a *universalidade*. A proposição fundamental do argumento devera basear-se numa indução completa de um e outro lado. Só depois de assentar em alicerces indiscutíveis a superioridade de *tôdas* as nações protestantes e a inferioridade de *tôdas* as nações católicas é que se poderia, não digo concluir, mas ventilar a questão da causa desta diferença. Digo ventilar a questão e não concluir a tese, porque poderia muito bem dar-se a conjuntura de um momento histórico em que as mesmas *causas naturais* que promoveram o progresso das nações protestantes, empeceram o desenvolvimento das católicas. O fato seria então verdadeiro, mas a conclusão falsa. Estaríamos em face do conhecido sofisma: post hoc, ergo propter hoc.

Outra observação. Chamam-se protestantes os Estados Unidos, a Alemanha e a Inglaterra; católicas a França, a Itália, Espanha e Portugal. É possível, sem muitas ressalvas, fazer, hoje, no ponto de vista religioso, esta divisão rigorosa? É possível traçar estas linhas geométricas e separar os povos segundo a sua religião, como se separam as casas, num taboleiro de xadrez? Não o cremos. Na atmosfera espiritual em que respiram as sociedades modernas, de envolta com o oxigênio da verdade que vivifica as inteligências, acham-se em suspensão os germes de mil erros, emanações deletérias de quantos sistemas subversivos tem produzido a filosofia transviada dos últimos séculos. Impossível tentar uma discriminação exata de tantas e tão encontradas influências.

A coexistência de cidadãos pertencentes a diversos credos religiosos num mesmo país torna ainda mais complicada a solução do problema. Na Grã-Bretanha os católicos são cêrca de 7 milhões e representam quase um quinto da população total. Nos Estados Unidos, segundo as últimas estatísticas, vivem cêrca de 23 milhões de católicos. Dos 110 milhões da população total, 60 se declaram sem religião alguma. Entre os que se dão como aderentes de alguma confissão religiosa há, além dos católicos, cêrca de 2 milhões de judeus e 20 a 22 milhões de protestantes, fragmentados em centenas de seitas doutrinàriamente opostas, e sem outro vínculo de união além do ódio comum à Igreja católica. A influência religioso-social destas igrejinhas não poderá deixar de ser diminuída, combaten-

do-se e neutralizando-se recìprocamente as doutrinas contrárias. Em coerência e unidade de princípios e em número de fiéis, nenhuma seita protestante pode comparar-se com os católicos. Já em 1910 o notava, entre nós, RUI BARBOSA: "O princípio das igrejas livres no Estado livre tem duas hermenêuticas distintas e opostas: a francesa e a americana. Esta, sinceramente liberal, não se assusta com a expansão do catolicismo, a mais numerosa hoje de tôdas as confissões nos Estados Unidos *que nêle vêm um dos grandes fatores de sua cultura e da sua estabilidade social*".[13]

Na Alemanha é ainda mais elevada a percentagem católica. Mais de um têrço (exatamente 36,06 %)[14] dos súditos alemães professam o catolicismo. Não só a Baviera mas as florentíssimas províncias renanas da Prússia são, em quase sua totalidade, fiéis à Igreja. Os católicos formam no Reichstag o partido mais notável. Por que injustiça, pois, lançar todo o progresso dêstes povos a crédito do protestantismo, eliminando sistemàticamente a grande contribuição da parte católica? As nações em que domina quase incontrastada a Reforma — países escandinavos — não são precisamente as que marcham na dianteira da civilização européia.

Maiores restrições impõem-se ainda em se tratando das chamadas nações católicas. Quem ignora a violência das paixões hostis à Igreja que há mais de um século se apoderaram dos governos das nações latinas? Quem não sabe que revolução, livre-pensamento, maçonaria, protestantismo, finança judaica constituem hoje nestes países uma aliança poderosa de influências anticatólicas? A começar da revolução francesa, êstes povos, que, sob a tutela da Igreja católica, haviam atingido o apogeu de sua grandeza econômica e política, entraram a persegui-la, a desvirtuá-la, e amesquinhá-la. Todo o século XIX está cheio dêste lamentável dissídio entre a Igreja e o Estado. Desterrar a Deus e a sua Igreja das leis, das instituições, das escolas, dos exércitos, dos hospitais, dos tribunais, de tôdas as relações da vida civil e política, parece ter sido o rumo norteador de seus governantes. Que muito tenham decaído? O contrário, sim, é que fôra para maravilhar. Não se nos fale, pois, sem muitas reservas do catolicismo dêstes povos.

13. RUI BARBOSA, *Plataforma* de 1910, § 6. O Estado e os cultos.

14. Êstes dados como os seguintes se referem ao estado anterior à guerra. A agitação presente da Europa não nos permite fundar nenhum argumento sôbre estatísticas recentes, que, aliás, nem sempre se encontram, nem são necessárias ao nosso intento.

A Igreja arrastada nos seus bispos e sacerdotes à barra dos tribunais, peada na liberdade de seus movimentos, manietada no exercício de sua atividade civilizadora, não pode de modo algum responder pelo colapso que tomou a alguma destas nações. No frenesi do delírio, elas rejeitaram ou amaldiçoaram a mão benfazeja que as elevara tão alto e que nas convulsões das grandes crises que atravessavam lhes oferecia ainda a medicina de infalível eficácia regeneradora. A sua decadência política foi um castigo da apostasia oficial dos seus governos. "É evidente que Itália, França, Espanha e Portugal só deixaram de ocupar os primeiros lugares entre as nações, quando perderam o espírito católico. Foi nos séculos de fé que a Espanha conquistou o Novo Mundo e as Filipinas; Portugal, as Índias e o Brasil; França, o Canadá. Hoje, de envolta com o espírito católico, perderam êstes povos o sentimento da autoridade, da autoridade religiosa, da autoridade política, da autoridade civil, da autoridade doméstica e esta perda seria a causa única da sua decadência".[15]

O fato, portanto, que devia servir de base à argumentação protestante vacila na sua existência; falece-lhe universalidade, falece-lhe o exclusivismo das influências religiosas absolutamente necessário para o fundamento lógico de uma interpretação plausível em abono do protestantismo.

Resta, porém, uma verdade: a grandeza *atual* de *algumas* nações *em sua maioria* protestantes e a estagnação ou, se quiserem, a decadência de *algumas* nações, em grande parte de sua população, ainda católicas. Fôra, com efeito, pueril fechar os olhos ante a grande prosperidade material da Alemanha ou da Inglaterra e a inferioridade relativa de certas nações católicas.

Qual, porém, a significação dêste fato? Supõe êle, porventura, no protestantismo uma fôrça vital a cuja ação profunda devem os povos germânicos e anglo-saxônicos a florescência de sua prosperidade presente? Prova talvez no catolicismo a existência de um princípio paralisador e asfixiante a cuja influência mortífera devem algumas nações católicas a sua prostração atual?

É o que nos resta a examinar. Cumpre-nos ora inquirir as causas verdadeiras dêste duplo fato social para dar-lhe a genuína e racional interpretação.

15. MOIGNO, *Splendeur de la foi*, t. IV(3), Paris, 1883, p. 690.

§ 2. — *Decadência das nações católicas?*

SUMÁRIO — Espanha. — Portugal. — França. — Áustria. — Itália. — Bélgica. — Irlanda. — Conclusões.

Comecemos por lançar um rápido olhar sôbre a evolução social dos povos católicos.

Espanha. — Poucos povos possuem uma história tão gloriosa como o espanhol. Oito séculos de luta titânica, heróica, iluminada sempre pelos grandes ideais da unidade religiosa e da liberdade pátria, asseguraram aos descendentes do Cid o domínio da península ibérica. Não há um torrão do solo hispânico que não tenha sido regado pelo sangue de seus filhos, um palmo de território que não haja sido teatro de grandes heroísmos.

Libertada finalmente a nação do jugo opressor e do alfange muçulmano, substituído em tôda a parte o estandarte da cruz aos guiões do crescente, a Espanha elevou-se ràpidamente ao zênite de sua grandeza. No século XVI, sob os reinados de CARLOS I e de FILIPE II, era a primeira potência da Europa. Pelo poder de seus exércitos e pela ascendência de seus diplomatas, dominava as relações políticas do Ocidente. O descobrimento da América e a exploração das colônias ultramarinas, enriquecendo-lhe o erário, sustentaram por algum tempo o esplendor da glória nacional.

Bem cedo, porém, entrou a declinar o astro de sua fortuna. Não é difícil apontar as causas desta decadência.

Durante o largo período de sua formação nacional, a guerra foi o elemento vital do povo espanhol. O comércio, a agricultura e a indústria atraíam-lhe menos as simpatias. Aos mouros e judeus deixaram a tarefa de cultivar os campos e de exercer o tráfico. Quando em 1492 um decreto de expulsão desterrou os judeus, numerosos estrangeiros, — genoveses, franceses meridionais e alemães — acudiram à península para suprir, com o seu espírito de iniciativa mercantil, a insuficiência dos nacionais. As leis de FERNANDO e ISABEL e mais tarde de CARLOS V, sem conseguir transformar radicalmente os costumes inveterados de sete séculos, lograram contudo dar certo desenvolvimento à agricultura e à indústria. Infelizmente numerosas disposições legislativas — impostos proibitivos, monopólios, etc. — inspirados em falsos princípios econômicos do tempo e emanados do próprio CARLOS V, e, mais ainda, dos seus sucessores, travaram o desenvolvimento material do país, no mesmo tempo em que a colonização ultramarina, estimulada pela sêde do ouro, o desfalcava de elementos vitais de primeira importância. O precioso metal versado então a mãos cheias no mercado espanhol elevou extraordinàriamente o preço das mercadorias, colocando o país numa situação de manifesta inferioridade em face dos seus concorrentes europeus. A datar desta época (1570), a política espanhola de FILIPE II e dos soberanos menos aptos que lhe sucederam [16] tomou uma orientação exclusivamente *financeira*, causa de prejuízos ainda maiores que os produzidos pelos desacertos anteriores. As numerosas guerras sustentadas nos séculos XVI, XVII e XVIII (com a Holanda em 1579, com a Inglaterra em 1588, etc.), a invasão napoleônica, a perda sucessiva de quase tôdas as colônias de além-mar vieram arruinar esta organização financeira, levantada sem sólidos alicerces econômicos e prepararam a bancarrota do país. [17]

Golpes não menos sensíveis à sua influência política foram os desastres navais. Nenhuma potência marítima foi tão infeliz nas suas emprêsas militares como a Espanha. Já sob o reinado de CARLOS V o infortúnio a perseguia. Na primeira expedição organizada contra a Algéria, sob o comando do célebre almirante HUGO DE MONGADA, uma furiosa tempestade destruiu 30 navios e sepultou nas ondas 4.000 marinheiros. Segunda expedição enviada em 1541 contra BARBA-ROXA sofreu ainda maiores desgraças: perderam-se 150 navios e 8.000 tripulantes. Menos infeliz foi a terceira emprêsa (1562) mas ainda assim 20 navios e 3.000 homens foram devorados pelas tempestades. No ano seguinte em uma batalha, perto de Cádis, novo temporal afundou 15 navios e 2.000 homens. Mas a maior catástrofe naval que ainda presenciou o mundo foi a da Ar-

16. Pouco antes de morrer, referindo-se a seu filho, dizia FILIPE II: "Deus que me concedeu grandes estados, não se dignou dar-me um sucessor capaz de os governar".

17. Sôbre a história circunstanciada da evolução econômica da Espanha, cfr. KONRAD HAEBLER, *Die wissenschafftliche Blüte Spaniens in 16 Jahrhundert und ihr Verfall*, Berlin, 1888; ID, *Geschichte Spaniens unter den Habsburgen*, Gotha, 1907, c. 11, Finanzplaene, p. 272-290. "L'histoire d'aucun peuple, escreve um especialista, ne démontre d'une manière plus éclatante les maux qui peuvent résulter de l'ignorance ou du mépris des lois économiques. Aucun gouvernement n'a été imbu de plus de préjugés et n'a commis plus d'erreurs que le gouvernement espagnol; et les habitants d'aucune contrée n'ont expié, plus durement, les fautes de ceux qui les gouvernaient. Ruine de l'agriculture, de l'industrie, du commerce, perte des colonies, amoindrissement de l'influence diplomatique: telles furent les tristes conséquences *des mauvais systèmes administratifs* suivis par les ministres espagnols des dix-septième et dix-huitième siécle. (A responsabilidade pesa mais sôbre os do séc. XVI que os do séc. XVIII.) GOURY DU ROSLAN, *Essai sur l'histoire économique de l'Espagne*, Paris, Guillaumin (sem data) pp. 1-2.

mada invencível em 1588. Dêste imenso desastre data a decadência do poder mundial da península. Os séculos seguintes viram ainda desastres menores até ao aniquilamento da frota espanhola pelos couraçados norte-americanos na batalha de Santiago de Cuba.

Convém ainda não esquecer tôdas as desvantagens que a situação geográfica do estendido território da coroa de Filipe II lhe acarretou na longa e porfiada luta contra adversários poderosos. A necessidade de povoar, colonizar e defender regiões imensas reduziu em pouco tempo o número de habitantes da metrópole; de 14 milhões que eram no tempo dos reis católicos, a população baixara no reinado de Filipe IV a 6 ou 7 milhões apenas.

Mais. Espanha deveu combater às vêzes contemporâneamente nos Países-Baixos, na Itália e no Ultramar. A extensão das distâncias, as dificuldades das vias de comunicação, a quase impossibilidade de dirigir e avitualhar, com segurança e presteza, exércitos tão afastados, colocaram-na em posição manifestamente desvantajosa em relação à França e à Inglaterra que combatiam em casa ou perto dela. Com que eqüidade pois atribuir à influência religiosa um êxito desfavorável em semelhantes campanhas?

Além destas causas de ordem econômica, geográfica, política e militar, importa lembrar ainda outra de ordem intelectual e social: a introdução das idéias revolucionárias do século XVIII. Aranda e Grimaldi sob Carlos III inauguraram a luta contra a Igreja. Desde então o empenho insensato de estabelecer, com a opressão e a violência, uma nova ordem civil baseada em princípios diametralmente opostos aos princípios católicos, que haviam feito a grandeza e elevado o prestígio da nação espanhola, produziu uma série de revoluções e discórdias intestinas, causa desta instabilidade social que lhe caracteriza a história do século XIX. As sociedades secretas apoderaram-se do govêrno e assinalaram-se por medidas anti-sociais de caráter tirânico e opressor. Em 1835 o ministro hebreu Mendizabal suprimiu dois mil conventos e institutos religiosos, confiscou os bens eclesiásticos e vendeu-lhes a preço vil os mais preciosos tesouros artísticos.

A guerra contra os Estados Unidos veio dar o último golpe à pátria de Cervantes. Foi uma injustiça flagrante, mas a nação vítima sofreu-lhe com nobre altivez tôdas as conseqüências materiais. Com os republicanos do norte ficaram os louros inglórios de um fácil triunfo militar e as vantagens econômicas e territoriais da vi-

tória da fôrça; com os vencidos, a superioridade moral do direito e a grandeza do heroísmo na adversidade.[18]

Nos nossos dias a Espanha levanta-se da sua longa prostração. É de todos conhecido o seu ressurgimento econômico, industrial e político para nêle insistirmos longamente. Ao mesmo tempo, nunca a organização e ação social católica estiveram mais florescentes.

Uma última observação antes de concluirmos. Na sua longa decadência material, a Espanha nunca se descoroou das glórias intelectuais e artísticas. Os povos pagãos, decaído o prestígio de seu poderio, viram adensar-se sôbre as ruínas da sua grandeza as trevas da ignorância e do obscurantismo literário e acelerar-se, do mesmo passo, a decomposição dos costumes. A nobre nação católica, humilhada e vencida, conservou o vigor da inteligência e a pureza da moral. No domínio da filosofia e da teologia, da literatura e das artes continuou a produzir gênios de merecida celebridade mundial, verdadeiros mestres *di color che sanno*. Só no terreno das ciências experimentais, comparada com a da Itália e da França, a sua produção tem sido relativamente insignificante. Talvez a inferioridade industrial do país não tem pôsto à prova da concorrência os recursos do seu gênio inventivo. Talvez uma tendência natural do povo o inclina espontâneamente às especulações abstratas ou às belezas ideais da arte. A tôdas as nações não reparte a Providência os mesmos dons. Dos industriosos norte-americanos conhecemos ilustres físicos, químicos, eletricistas, inventores; mas estamos ainda à espera de seus gênios filosóficos e artísticos.

Concluamos agora. As causas de decadência da Espanha são tôdas de ordem natural. Nelas nenhuma ação exerceu o seu catolicismo. Sinceramente, quem poderá com eqüidade responsabilizar a Igreja dos desacertos econômicos dos seus governantes, dos infortúnios militares dos seus cabos de guerra ou do egoísmo imoral de seus concorrentes? Quem ousará afirmar que se no Escurial governasse não Filipe II mas um príncipe protestante não se teriam desencadeado os ventos que desarvoraram e afundaram a Armada invencível? Em todo o caso, sempre ficará de pé esta grande verdade: a Espanha gloriosa, a Espanha que, a poder de heroísmos, se libertou do jugo muçulmano, a Espanha que em poucos anos se ele-

---

18. "A história desta guerra, observa uma revista norte-americana, se alguma vez se escrever com verdade, cobrirá os Estados Unidos de eterno opróbrio". Cfr. *The Review*, de S. Luís, 27 de fev., 6 e 13 de março de 1902.

vou a primeira potência mundial, a Espanha que descobriu e colonizou a América foi a Espanha católica.

Portugal. — Com ligeiras alterações podemos aplicar a Portugal as considerações feitas acima a respeito da evolução econômica e social da sua irmã ibérica.

Data do século XV a grandeza lusitana. Sem haver sido antes uma nação de grande atividade industrial, os descobrimentos marítimos, as riquezas da Índia e da América elevaram-na em pouco tempo às alturas de uma grande potência. Era possível conservar por largos anos tão extenso império colonial com tão reduzida metrópole? Não sei se era possível; dificílimo, era-o certamente. Coração tão pequeno, sem uma hipertrofia perigosa, não podia impelir com vigor o sangue vivificante nas artérias de tão vasto e desproporcionado organismo.

A esta insuficiência cardíaca vieram juntar-se outras causas de enfraquecimento. A reunião com a coroa de Espanha (1580) estendeu ao pequeno reino vizinho as conseqüências desastrosas da política financeira de Filipe II e de seus sucessores. A Holanda aproveitou hàbilmente esta crise de fraqueza para apoderar-se de uma parte de suas possessões ultramarinas. A restauração de 1640 não lhe restituiu imediatamente as fôrças e as riquezas para reconquistá-las. Quase só lhe restava o Brasil e êste não tardou a separar-se da metrópole novamente abatida pela invasão napoleônica.

A difusão das idéias revolucionárias vieram agravar êste estado de anemia social. Quando se queria paz, união, fôrça, elas semeavam os germes da divisão, do enfraquecimento, das discórdias civis. O infeliz Portugal foi mais uma vítima do frenesi anticatólico que alucinou as raças latinas do século passado. A revolução de 1910, com o seu cortejo vergonhoso de barbaridades e opressões, veio pôr o remate à obra nefasta do jacobinismo. Só na restauração desinteressada dos princípios religiosos e sociais do catolicismo encontrarão os descendentes dos antigos lusos o segrêdo daquela grandeza que deu ao mundo Nuno Alvares, Gama, Albuquerque e Cabral.

A estas rápidas considerações poremos o mesmo fêcho que às precedentes sôbre a Espanha. Portugal "que descobria a Índia, circunavegava e civilizava a África, povoava a América, escrevia as *Décadas* de Barros, compunha os *Lusíadas* de Camões, e edificava Belém" [19] era Portugal católico.

19: Almeida Garret, *O Arco de Santana*, c. 17; Obras completas, Ed. de Teófilo Braga, Rio-Lisboa (sem data), t. II, pp. 36-7.

França. — As páginas mais gloriosas da história francesa foram escritas por heróis católicos: Carlos Magno, S. Luís, Joana d'Arc. Educada pela Igreja, a França amadureceu bem cedo para a civilização. Formada e adulta, cuidou poder dispensar o seu auxílio materno. Entreviu a grande idéia da liberdade e fraternidade universal e atirou-se cegamente à sua realização.

Na maior crise da sua história, a experiência da Igreja, profunda conhecedora do coração humano, tê-la-ia levado, sem abalos nem comoções, ao zênite da glória. A Filha primogênita da Igreja voltou-lhe as costas e o mundo assistiu aos horrores pagãos de um espetáculo sem exemplo, a uma orgia sanguinária de paixões encandecidas e desencadeadas.

A apostasia oficial da França tem sido o gênio mau de sua civilização. Nos estados modernos fortemente centralizados, com a potência enorme que se resume nas mãos do govêrno, um país não pode medrar e desenvolver-se livremente quando os poderes públicos se colocam em oposição com as fôrças do povo. Em discórdias civis, em facções políticas, em competições mesquinhas se despendem incalculáveis tesouros de energia vital, furtados ao crescimento orgânico do país.

Datam de bem longe os germes desta hostilidade entre o govêrno e a religião do povo francês. Os ciúmes da coroa contra a influência do poder espiritual começaram por algemar a liberdade da Igreja para depois enfraquecê-la e exterminá-la. Para não remontarmos a Filipe o Belo, já Luís XIV no absolutismo que concentrara o estado na sua real pessoa, a França em Paris e Paris em Versalhes, começou a entravar a ação benéfica do papado. Ao bafo de sua proteção desenvolveu-se o galicanismo. O jansenismo que lhe nasceu ao pé, na hipocrisia estóica de seus rigores morais, fechou os corações às influências benéficas da graça canalizada pelos sacramentos e preparou na desesperança dos pusilânimes o terreno à incredulidade. Luís XV que, sem possuir as esplêndidas qualidades, herdara todos os vícios do rei Sol, entregou a Igreja às chacotas levianas do voltaireanismo e aos assaltos furiosos da filosofia enciclopedista.

Destas fontes contaminadas nasceu a torrente da impiedade que alagou a França moderna. Nesta obra nefasta de descristianização progressiva, boa parte da responsabilidade cabe ao protestantismo. A revolução é filha legítima da Reforma. Foi em Londres, nos círculos da sociedade sociniana dos livres-pensadores, que Voltaire jurou ódio e destruição à Igreja. Foi nas doutrinas cépticas e demoli-

doras de HUME e BAYLE que se inspirou o grande dicionário dos enciclopedistas. De Genebra trouxe o protestante ROUSSEAU o seu *Contrato social*. Em Holanda imprimiram-se e de Holanda se propagaram quase todos os ruins livros desta época. De Berlim se estendia à sombra protetora do patrocínio real que cobria e dava alento aos seus autores.[20]

Desde êstes dias nefastos não logrou ainda a França oficial reabilitar-se completamente nas suas tradições de catolicismo. O imperador corso reabriu as igrejas, reconstruiu a jerarquia eclesiástica que muito havia sofrido com a passagem do tufão revolucionário. Mas a igreja que êle pretendia reconstruir não era a Igreja de Jesus Cristo, era uma Igreja ao sabor de seus gostos: uma espécie de polícia dócil às suas ordens para a pacificação dos ânimos,[21] um sustentáculo moral dependente de seus caprichos, para apoiar-lhe o trono, uma instituição religiosa tradicional que aos olhos do povo lhe aureolasse a glória com o nimbo de resplendores celestes.

Durante a restauração o veneno anti-religioso do enciclopedismo continuou a intoxicar largamente os ânimos. Entre 1818 e 1824 as obras de VOLTAIRE se reproduziram em doze edições e as de ROUSSEAU em treze, enquanto o monopólio da Universidade educava as novas gerações no racionalismo e no panteísmo. Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX assistiram à plena eclosão dêstes germes incubados por tão longo tempo nas classes dirigentes da França. A Igreja foi espoliada e expulsa, o clero perseguido, as ordens religiosas exiladas, o ensino laicizado, os católicos excluídos sistemàticamente dos cargos públicos e das cátedras universitárias, Deus desterrado da constituição, dos tribunais, da escola. O grito de GAMBETTA: "Le cléricalisme, voilà l'ennemi", fazia eco à blasfêmia de VOLTAIRE: "écrasez l'infâme".

Tais foram nos últimos tempos as relações do govêrno francês com a Igreja. Por que, pois, chamar sem muitas reservas, a França

20. Em sermão pronunciado em 1795 dizia um professor de teologia anglicana em Cambridge: "muito receio que neste ponto os estados protestantes tenham mais culpa do que talvez pensam; tôdas as produções ímpias e a maior parte das imorais que tão poderosamente contribuíram para a apostasia dos nossos dias foram compostas e impressas nos países protestantes". *Quinzaine*, 16 de julho de 1899. Cit. por FLAMÉRION, *De la prospérité comparée des nations catholiques et des nations protestantes*, pp. 55-56.

21. "Gendarme en soutane" diria VEUILLOT, a propósito de NAPOLEÃO como disse a propósito DE THIERS: "M. THIERS voudrait aujourd'hui fortifier le parti des révolutionnaires contents et repus, dont il est le chef, d'un corps de gendarmes en soutane à cause de l'insufisance manifeste des autres". Carta a M. RENDU, bispo de Annécy, de 2 de março de 1849.

oficial um estado católico e responsabilizar o catolicismo pela sua decadência? Se algo prova o paralelismo dos fatos históricos é justamente a influência civilizadora da Igreja que prova. Os povos educados sob a sua tutela não encontrarão o segrêdo perdido de sua grandeza senão na volta confiada ao regaço daquela que os embalou na infância e lhes assistiu nos grandes dias da prosperidade. A apostasia da França foi política? Política será a sua decadência. Excluíram das leis e do ensino os princípios morais do catolicismo, subtraíram o matrimônio à legislação cristã, violando-lhe a santidade com a legitimação do divórcio? O nível da moralidade baixou,[22] o neomaltusianismo alastrou as suas práticas criminosas, desorganizou-se a família, diminuiu a natalidade e o país inteiro ressentiu as conseqüências econômicas e políticas do decrescimento da população.

Mas o povo francês é um povo admirável. Nas reservas inexauríveis de energia espiritual acumuladas nos séculos de fé, êle encontra uma fôrça de resistência, um princípio de ressurreição que causa maravilha. Dois séculos de esforços titânicos não vingaram apagar-lhe no coração os sentimentos católicos. Ao lado da França voltaireana que moteja e duvida, da França sectária que odeia e persegue, da França revolucionária que abate e destrói, vive e palpita a França católica que crê e ora, perdoa e edifica. Escarnecida e atribulada, ela concentrou e intensificou a sua vida sobrenatural para expandi-la em milagres de zêlo e prodígios de caridade. Seus 50.000 sacerdotes e 200.000 religiosos oferecem ao mundo cristão o espetáculo consolador da virtude, da ciência, do sacrifício, do heroísmo elevado a norma de vida cotidiana.

Parece-nos impossível que as suas grandes iniciativas civilizadoras, o sangue generoso de seus mártires, a dedicação acrisolada de suas irmãs de caridade não pesem na balança da Providência para resgatar os crimes de seus governos e os delírios de seus momentos de embriaguez. O bom senso, que lhe é tão natural, há de prevalecer sôbre os artifícios de seus sofistas. As lições da experiência acabarão por iluminar-lhe o caminho do futuro.

Já de há anos que no horizonte de sua intelectualidade se delineia um movimento de reação contra o sectarismo anticlerical. A

22. Restituindo a M. D'HULST alguns documentos que êste lhe emprestara, TAINE aterrorizado pela decadência moral de Paris, disse ao prelado: "Se a Igreja pelos milagres do seu zêlo não conseguir reconquistar estas massas pagãs para delas fazer um povo de crentes, adeus civilização francesa". Referido por BAUNARD, *Un siècle de l'Eglise de France*(4), Paris, 1906, p. 501. Sôbre a moralidade em França, voltaremos a falar mais tarde.

volta ao cristianismo como único meio de salvação é preconizada por pensadores de alto valor e de diferentes escolas.

Falando em geral das raças latinas já dissera o pensador espanhol DONOSO CORTÉS que tinham sido envenenadas, e LE PLAY: "elles ont touché à quelqu'un des principes sociaux qui font les peuples prospères".[23] É o que já se vai reconhecendo em França.

TAINE escreveu: "Il n'y a que lui (le christianisme) pour nous retenir sur notre pente fatale, pour enrayer le glissement insensible, par lequel incessamment et de tout son poids originel, notre race rétrograde vers les bas-fonds".[24] Mais perto de nós PAULO BOURGET: "Une longue enquête sur les maladies morales de la France actuelle m'a contraint de reconnaître à mon tour la vérité proclamée par des maîtres d'une auctorité bien supérieure à la mienne: Balzac, Le Play et Taine, à savoir, que pour les individus comme pour la société, le christianisme est à l'heure présente la condition unique et nécessaire de santé et de guérison".[25] Nem fôra difícil colher citações como estas em DESJARDINS, G. DURUY, A. LEROY-BEAULIEU, BRUNETIÈRE, E. DE VOGÜE, etc.

São sintomas consoladores. Ao sôpro dêstes ares oxigenados sente-se renascer a esperança no coração. Não, não se pode falar de decadência da França. Foi uma doença, uma crise, uma tempestade. As armas da cidade de Paris representam um navio balouçado pelas ondas com o mote: *fluctuat nec mergitur*. Aí está em três palavras a história da França moderna.

Mas se um dia, a pátria de VOLTAIRE vier a submergir e perder-se entre os vagalhões da terrível procela que a agita, responsáveis do imane desastre serão os que a desencadearam. A Igreja respeitada e obedecida, fê-la grande: perseguida e algemada, fêz tudo para salvá-la; definitivamente oprimida, com a sua ausência seria a sua

23. O próprio RENAN que tanto trabalhou na obra de descristianização, num dos seus momentos de bom senso, parece ter entrevisto a mesma verdade: "Il se peut que dans notre ardeur révolutionaire nous ayons poussé trop loin les amputations; qu'en croyant ne retrancher que des superfluités maladives, nous ayons touché à quelque organe essentiel de la vie si bien que l'obstination à ne pas se bien porter tienne à quelque grosse lésion faite dans les entrailles". Cit. por BOUGAUD, *Le christianisme et les temps présents*, t. IV(7), p. 327. Mais claramente LE PLAY: "Imersos em sofismas guindados a axiomas, nosso espírito fecha-se ante a evidência dos fatos que temos debaixo dos olhos e despreza as verdades tradicionais que todos os povos prósperos continuam a respeitar... deslocamo-nos em esforços estéreis para criar uma sociedade nova, destruindo violentamente os usos e costumes que fizeram a grandeza dos nossos avós para inspirar-nos em quimeras condenadas pela própria natureza do homem". *L'organisation de la famille* (3), Tours, 1884, pp. XVII-XVIII.

24. TAINE, *Origines de la France contemporaine*(25), Paris, 1907, t. XI, p. 147.

25. P. BOURGET, *Préface de ses oeuvres*, 1900.

perdição. Não se bebe impunemente veneno, não se rejeita, sem arriscar a vida, o único antídoto eficaz.

Áustria. — A Áustria foi talvez das nações católicas a mais hábil em estorvar a ação benéfica da Igreja no último século. Sem as violências do sectarismo francês, o febronianismo e o josefinismo estancaram as fontes da vida religiosa no país. Aqui como lá se seguiram os mesmos efeitos na decadência dos costumes.

Outra causa, porém, de ordem puramente natural, contribuiu poderosamente para o enfraquecimento do grande império. Refiro-me ao princípio das nacionalidades, proclamado e vulgarizado no século XIX. A Alemanha e a Itália deveram-lhe a sua unidade. Nos Balcãs, a Grécia, a Sérvia, a Bulgária e a Rumânia reconquistaram a sua independência. Foram os beneficiários do princípio; outros sofreram-lhe as conseqüências desagradáveis. Nenhum, porém, com tanto perigo de vida como esta grande unidade política constituída por tantas unidades étnicas heterogêneas. Na esperança da autonomia, magiares, tchecos, croatas, rutenos, polacos, eslovenos, rumenos e italianos fremiam sob a coroa dos Habsburgos, relaxando com os seus particularismos nacionalistas os vínculos da união e da paz social. Os desastres da última guerra precipitaram a divisão e o esfacêlo. Destarte, o mesmo movimento geral de idéias sociais a que deveu a Alemanha a sua unidade política, minou os alicerces da monarquia dualista. Em tudo isto não há que apurar responsabilidades religiosas, católicas ou protestantes.[26]

Itália. — A vida das nações na sua evolução política reproduz em grande as vicissitudes da vida individual. Como os indivíduos, os povos nascem, desenvolvem-se, atingem o apogeu da virilidade e depois entram a declinar até eclipsar-se nas penumbras da decrepitude ociosa ou abismar-se de todo nas sombras de uma noite indefinita. O eixo da civilização desloca-se. O sol, que outrora iluminara estas nações nos dias do seu esplendor, tramonta e vai vivificar com os seus raios outras raças, outros continentes. Será mister esperar então no silêncio e na obscuridade de uma hibernação multissecular a aurora de um novo dia para recomeçar o mesmo ciclo. É a lição da história.

26. Antes, se alguma culpa há, é do lado dos protestantes. O grande arquiduque vítima da tragédia de Serajevo, declarou um dia em têrmos enérgicos que os verdadeiros culpados das discórdias intestinas nas regiões cisleitãs, eram os que haviam apostatado da fé e da pátria, levantando a brado pangermanista e anticatólico: *Los von Rom.*

À razão investigadora do filósofo, a difícil tarefa de assinalar na ação multiforme dos agentes físicos, econômicos, militares, sociais, morais e religiosos, as causas que determinaram assim a ascensão como o declínio destas grandes instituições humanas.

Já tivemos ensejo de admirar a grandiosa expansão civilizadora das cidades italianas nos últimos séculos da idade média. Cumpre-nos agora investigar as causas de sua relativa decadência nos séculos posteriores.

A primeira foi o descobrimento da América e dos novos caminhos para as Índias. "A mudança nas grandes vias comerciais do mundo é uma questão vital para os povos".[27] Ora, com as emprêsas marítimas do século XVI, o eixo do comércio europeu, que tinha o seu centro no Mediterrâneo, deslocou-se para o Atlântico. As nações ribeirinhas do grande oceano — Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Holanda — beneficiariam da nova ordem de coisas com detrimento das repúblicas italianas. Ao mesmo tempo, as conquistas do turco despojavam-nas das suas melhores colônias e lhes fechavam o caminho do Oriente. Em 1517 SALIM I apoderava-se do Egito. Gênova já em 1475 perdera Kafa. Veneza viu fugir-lhe Creta na guerra de 1645-1669 e, no século seguinte, com exceção de algumas ilhas jônias, quase tôdas as outras possessões do Oriente e da Ásia Menor.

No continente não foram menos desfavoráveis à Itália as novas relações comerciais. As manufaturas de sêda de Tours e de Lião, fechando a porta aos produtos similares da Toscana — uma das conseqüências da aliança dos Médicis com a casa de França — estancaram-lhe a principal fonte de riqueza. Os trabalhadores e operários da península emigraram em massa para a França e a Inglaterra. Em dois séculos, a população da Toscana baixou de 3 milhões a 1.200.000 habitantes. Por esta mesma época, a política maquiavélica, sacrificando o bem nacional à chamada razão de estado e inspirando aos príncipes italianos uma série de medidas econômicas errôneas — impostos proibitivos, tributos opressores, etc. — foi outra peia a travar o desenvolvimento material do país.

Nos fins do século XVIII e princípios do XIX as guerras napoleônicas devastaram e empobreceram os estados da península. Finalmente depois da invenção do vapor e suas aplicações a quase tôda

27. KARL KNIES, *Die politische Oeconomie* vom Standpunkte der geschichtlichen Methode, Braunschweig, 1853, p. 77. Sôbre a influência econômica dos fatores geográficos, políticos, históricos e intelectuais, cfr. ibid., pp. 70-123.

a maquinaria moderna, a falta de carvão, nervo da indústria, colocou a Itália em situação de manifesta inferioridade relativamente à França, Inglaterra e Alemanha.

Enquanto êstes agentes geográficos e econômicos atuavam desfavoràvelmente no bem material do povo, outras causas sociais, influindo num plano superior, semeavam, em quase tôda a península a discórdia e a revolução. A influência nefasta dos carbonários e de outras sociedades secretas nos destinos da Itália durante o século XIX constitui uma das páginas mais tristemente instrutivas de sua história. Não quero entrar em pormenores odiosos.

É sabido ainda que no novo estado de coisas criado pela revolução piemontesa, os católicos por 50 anos se abstiveram de qualquer intervenção política no govêrno do país. A oligarquia parlamentar, na falta de partidos organizados, estêve por vêzes a pique de arruinar completamente a nação, enquanto a propaganda socialista fazia terríveis estragos e dividia os seus habitantes em facções armadas, disseminando os germes da guerra civil. Uma fôlha liberal de Berlim o *Nationalzeitung* já há anos havia observado que à Itália faltou "um centro que moralizasse os negócios parlamentares".

Os horizontes políticos parecem atualmente desanuviar-se, iluminando-se o futuro com réstias de claridade e de esperança. As lições da guerra não serão talvez perdidas.

Bélgica. — Até agora estudamos nações outrora oficialmente católicas e florescentes em que um complexo de causas naturais, atuando de concêrto com uma cega política anticristã, determinou um eclipse mais ou menos longo e profundo nos esplendores da sua antiga grandeza material.

A Bélgica em nossos dias oferece-nos o exemplo de uma nação católica, desde 1884 governada por uma maioria católica, e no auge da prosperidade econômica e intelectual. A sua situação geográfica, a atividade da raça, a riqueza de suas minas, a fertilidade do solo, tudo a talhava para um grande povo num pequeno território. O catolicismo de súditos e govêrno impediu-lhe porventura o surto do progresso? É ver.

Nenhum país tem uma população mais densa: 7 milhões de almas vivem numa área insignificante. E vivem felizes na abundância e na prosperidade. Grande parte de seus habitantes são agricultores e dêstes cêrca de 65 % proprietários. O comércio e a indústria ocupam o resto da população. O país possui a mais perfeita rêde ferroviária do mundo. Tudo progride, tudo prospera neste povo ad-

mirável. "Nous frétillons dans la prospérité" escrevia há poucos anos um radical belga. A exportação, que em 1840 era de 139 milhões de francos, elevou-se em 1903 a 1.949 milhões. O comércio total de 3.282 milhões em 1870 passou a 7.005 em 1901. Sob o govêrno católico aumentou de 1/4. A começar de 1889 a Bélgica alcançou o primado na exportação: 292 francos por habitante. Segue-se-lhe a Suíça com 265.

Com êste maravilhoso surto econômico não se desenvolveram o pauperismo e a miséria que são o fundo negro da prosperidade de outros países, nomeadamente da Inglaterra. A plutocracia dos milionários, não absorve, como ervilhaca daninha, a seiva que devia alimentar o povo. Os monopólios e "trusts" não escravizam o trabalho e o comércio livre. Sob o govêrno católico cada habitante paga 29 francos de impostos e taxas, enquanto esta soma é na Alemanha de 32 frs., nos Estados Unidos de 49, na Inglaterra de 65 e na França de 76. Até hoje é o país que melhor resolveu a questão social, espantalho de outros povos do velho mundo. Com o seu admirável sistema de instituições sociais — cooperativas, mutualidades, sindicatos, institutos de beneficência — a Bélgica marcha à frente da civilização européia.

É glória singular esta de um govêrno católico, que a Bélgica "as a result of its administration, stands to-day industrially among the five greatest countries; socially a shining example, copied by many and second to none; morally a worthy exponent of true christian principles".[28]

E a instrução? Em 1884, 345.687 alunos freqüentavam as 4.887 escolas dependentes do estado. Em 1897 o número das escolas era de 6.608 e o dos alunos de 764.272. Em 13 anos, o govêrno católico havia duplicado a freqüência escolar.[29]

Que prova mais evidente, mais palpável de que o catolicismo não contraria o progresso material e intelectual dos povos que se lhe confiam? Podemos, pois, concluir com EDUARDO DUMONT: "L'éclatante prospérité de la Belgique actuelle est un éloquent et péremptoire démenti à tous ceux qui prétendent que les pays catholiques sont irrémédiablement voués à la décadence. Les pays catholiques qui sont en décadence sont ceux qui ne sont pas restés catholiques".[30]

28. *The Month, May*, 1910, p. 105.
29. Cfr. VERMEERSCH, *Manuel social*, Louvain, 1900, p. 260. Outras estatísticas não menos significativas na 2.ª ed. da mesma obra, Louvain, 1904, p. 354.
30. Cit. por YVES DE LA BRIÈRE, *Etudes*, t. 104, 1905, p. 640.

Irlanda. — Não quisera ocupar-me aqui da infeliz Irlanda. Mas alguns polemistas protestantes, refinando a crueldade com o sarcasmo, requintando a injustiça com o cinismo, não hesitaram em invocar o exemplo desta desafortunada nação como prova da índole mortífera da influência social do catolicismo. Já ouvimos a NAPOLEÃO ROUSSEL todo ocupado em fazer o inventário de uma pobre aldeia irlandesa. LAVELEYE recanta o mesmo estribilho. C. PEREIRA, navegando na esteira do "sapientíssimo professor de Liège", depois de confessar que até ao século XVI "sobrepujavam os irlandeses" afirma que "de então para cá os escoceses levaram decidida vantagem". Por quê? "Duas populações, lado a lado, da mesma raça, sob o mesmo regime político,[31] que outro fator pode explicar o contraste senão os respectivos sistemas religiosos?", p. 119.

Estas palavras me persuadem que o Sr. C. PEREIRA não conhece a história da Irlanda. Se a conhecesse, ao menos por estratégia polêmica, calaria êste confronto. Vou adiante. Se o adversário não ignorasse o martírio desta nação heróica, nobre vítima da intolerância protestante, encontraria no seu coração honesto e generoso um grito de indignação humana contra a barbárie cruel que imolou um povo aos ódios de uma seita.

De fato, "tôda a história não nos oferece coisa alguma que se possa pôr em confronto com os padecimentos da nação irlandesa".[32] Do dia em que a Inglaterra, arrastada pela paixão de um rei sensual e ambicioso, se separou da Igreja para abraçar os princípios da Reforma, começou o longo calvário da nação mártir.

O primeiro suplício foi a expropriação e confiscação de bens. ISABEL, JAIME I, CARLOS I, CROMWELL despojaram os proprietários irlandeses de suas terras para reduzi-los à miséria e à escravidão. "Nos fins do século XVII os católicos irlandeses e anglo-irlandeses não possuíam mais que a sétima parte de sua ilha".[33]

31. Aí já vão dois erros em meia frase: escoceses e irlandeses nem são da mesma raça nem vivem sob o mesmo regime político. Aliás o argumento teria o mesmo valor que êste outro: Escolhei dois estados da união brasileira, sensivelmente desiguais na prosperidade e progresso econômico (deixo-os à escolha do leitor) e depois aplicai o raciocínio do nosso gramático: Duas populações, lado a lado, da mesma raça, sob o mesmo regime político, que outro fator pode explicar o contraste senão os respectivos sistemas religiosos? O pastor sociólogo, apesar de formado na escola de "sapientíssimo" professor, não conhece outros coeficientes da prosperidade econômica senão a raça e o regime político!
32. BANCROFT, *History of United States*, London, 1861, t. IV, p. 46.
33. BANCROFT, *Op. cit.*, t. IV, p. 47; LINGARD, *History of England*(4) London, 1838, t. IX, c. 2, p. 149; c. 5, p. 342.

Seguiu-se-lhe o do exílio e extermínio jurídico. Sob CROMWELL mais de cem mil cidadãos foram desterrados, vinte mil vendidos como escravos para a América, seis mil crianças de ambos os sexos lançadas fora da ilha e vendidas.[34] De uma feita, mil donzelas foram arrancadas aos braços de suas mães, levadas a Jamaica e aí expostas ao mercado como escravas.[35]

Mas a fidelidade do povo à fé dos seus maiores não cedia à violência dos perseguidores. Novos suplícios: o extermínio feroz, a matança em massa. Quando os exércitos de CROMWELL entraram triunfantes na ilha oprimida, o sangue dos seus filhos correu em torrentes. Conta-se que o tirano-profeta baixara ordem de trucidar todos os católicos dos 16 aos 60 anos, de arrancar os olhos aos de 6 a 16 e de traspassar o seio às mulheres. A soldadesca infrene atirou-se à carnificina. Impossível determinar o número das vítimas.[36] Em Tredagh e Wexford não sobreviveram mais de 30 pessoas. Com alegria feroz, HUGO PETERS bradava aos seus: "Eia, senhores de Tredagh, 3.552 inimigos aqui foram mortos; nenhum poupado; vêde, venho agora do templo aonde fui dar graças ao Senhor". À vista das maiores atrocidades, CROMWELL exclamava: Deus o quer.

Depois dêsses horrores, as execuções da justiça. Como se não bastara o sangue já derramado, para exterminar de todo os católicos ainda restantes, erigiu o regente um tribunal, conhecido sob o nome de açougue (*Cromwell's slaughter house*). As sentenças de morte e de exílio por êle pronunciadas acabaram de semear a desolação e o terror na desventurada ilha.[37]

A morte e a deportação não deram todo o resultado que se esperava. Como nas perseguições da Roma pagã, o sangue dos mártires era semente de cristãos. O catolicismo radicava-se cada vez mais profundamente no coração do povo fiel; 8/9 dos irlandeses eram ainda fiéis à fé avita. Excogitou-se então novo expediente: a

34. C. CANTÚ, *Storia Universale*(3). Torino, 1846, t. XVII, p. 395. (Cfr. BERNH. LESKER, *Irland's Leiden und Kämpfen*, Mainz 1881, p. 26 ss.

35. GUSTAVO DE BEAUMONT, *L'Irlande sociale, politique et religieuse*(7), Paris, 1863, t. I, p. 75.

36. "Durante todos os séculos da sua existência não creio que a Inquisição condenasse à morte tantas vítimas quantas em 11 anos (1641-1652) sacrificou a Inglaterra para protestantizar a Irlanda". C. CANTÚ, *Storia Universale*(3), Epoca XII, c. VI, Torino. 1843, t. XII, p. 204.

37. Cfr. G. BEAUMONT, *l'Irlande*(7), t. I, p. 74; P. F. MORAN, *Historical sketch of the persecution suffered by the catholics of Ireland under the rule of Cromwell*, Dublin, 1862, LINGARD, *History of England*(4), t. X, c. 5, 296 sgs.; B. LESKER, *Irland's Leiden*, p. 25 sgs.

excomunhão social, o ilotismo. Todos os católicos, como bêstas-feras que se aferrolham em jaulas, foram expulsos das outras regiões da ilha, logo divididas entre os invasores, e encurralados na província de Connaught. Quem lhe ultrapassasse os limites poderia ser morto por qualquer cidadão.[38] Aí viviam os antigos proprietários e senhores, excomungados do convívio social, como párias num inferno terrestre de fome e de misérias.

Mas a palavra de extermínio da Irlanda havia sido pronunciada pela Inglaterra. A violência e a crueldade tinham exaurido os seus recursos e a Irlanda perseverava católica. Impossível continuar indefinitamente esta política de sangue. Inaugurou-se então, sob Guilherme de ORANGE, o último gênero de suplício, o mais duradouro e o mais degradante: o suplício legal, a perseguição pacífica das leis. Aos membros das duas câmaras foi impôsto (oh! livre exame!) um juramento em que se declara idolatria a transubstanciação, o sacrifício da missa e a invocação dos santos. Era excluir de vez do govêrno do país todos os católicos que lhe constituíam a maioria e entregá-los à mercê da minoria opressora.[39] O arsenal das leis ficava nas mãos exclusivas dos protestantes; nêle se forjaram as novas armas da perseguição organizada em política.[40]

Leis para impedir que os católicos viessem a ser proprietários: um católico não podia possuir um cavalo cujo valor passasse de 5 esterlinas e se um protestante pudesse asseverar que excedia esta soma, era autorizado a apoderar-se do animal, pagando 5 guinéus (1696); nenhum católico podia comprar bens fundiários nem arrendar terreno por mais de trinta anos (1703); se o lucro obtido das terras assim alugadas ultrapassava um têrço das entradas, o protestante, que o descobrisse podia apropriar-se do excesso (1710); morrendo um católico, se na sua descendência havia um protestante, êste era declarado único herdeiro dos bens com exclusão de todos os parentes católicos ainda mais próximos.

Leis para conservar os oprimidos na ignorância e no aviltamento: proibição aos protestantes de instruir católicos e a êstes de abrir

38. LINGARD, *History of England*(4), t. X. c. 6, p. 369. Ao católico que porventura viesse implorar a compaixão dos seus perseguidores se lhe respondia com o anátema: Vá para o inferno ou para Connaught. Era a alternativa entre a morte e o ostracismo. Cfr. B. LESKER, *Irland's Leiden*, etc., p. 27.

39. Aliás as leis expressas de 1692 e 1703 excluíram os católicos do parlamento; outra, de 1728, privou-os do direito de voto.

40. Tôdas estas leis, extraídas dos estatutos do parlamento irlandês e publicadas em 18 vols. em Dublin, 1779 foram recolhidas por G. DE BEAUMONT, *l'Irlande*(7), t. I, pp. 90-147; C. CANTÚ, *Storia Universale*(3), Torino, 1846, t. 17, pp. 1074-1079.

escolas ou enviar os filhos ao continente em busca de instrução e ciência; autorização aos magistrados de enviar os filhos das famílias católicas à Inglaterra para se instituírem nos princípios da Reforma (1704).

Leis para sufocar a religião do país e escravizar as consciências: nas famílias católicas, se a mãe se declarava protestante, o pai perdia o direito de educar catòlicamente os filhos; os sacerdotes fiéis, condenados ao exílio, os apóstatas amparados oficialmente com honorários anuais de 20, 30 e 40 esterlinas (1704, 1705). Enquanto os ministros do culto nacional eram assim condenados ao exílio e à miséria, ao infeliz povo se impunham os mais pesados tributos para sustentar a igreja oficial e assegurar o primado do anglicanismo.

Em 1834, o arcebispo de Cashel, o mais pobre dos arcebispos "anglicanos" da Irlanda, tinha uma entrada anual de 161 mil francos. Nesta mesma província, quase na sua totalidade católica (apenas 5% dos seus habitantes eram protestantes), 20 milhões eram anualmente devorados pelos ministros de um culto que não era o do povo e metade dêste infeliz povo era todos os anos flagelada pela fome.

Eis o misérrimo estado a que a liberal e protestante Inglaterra reduziu a desventurada Irlanda! E êste estado de coisas durou por mais de três séculos.[41] Os primeiros temperamentos à severidade das leis datam dos fins do século XVIII e principalmente da campanha gloriosa de O'Connel que conseguiu em 1829 o *bill* de emancipação dos católicos ingleses. Para a nação mártir não foi ainda o esplendor da liberdade, foram os primeiros raios de uma feliz aurora que há de ter o seu meio-dia. A justiça da humanidade na voz da história responsabilizará o protestantismo inglês de não haver poupado violências, extorsões e atrocidades inauditas para eliminar da família das nações uma das raças mais belas, mais fortes, mais inteligentes, mais industriosas, que só na sua longa fidelidade à religião avita tem o testemunho mais eloqüente de sua grandeza moral.

Mas o protestantismo foi sempre assim, intolerante e fanático desde o seu nascimento. E se por tôda a parte, onde logrou triunfar, não deixou após si tão longo cortejo de sevícias e de misérias, é que não encontrou em tôda a parte vítimas de igual resistência.

41. Cai a talho a observação de Newman: "O catolicismo não tem necessidade de fundar-se no poder civil. A Irlanda é uma prova. Aí... foi êle perseguido por mais de três séculos e hoje ainda domina mais forte que nunca. Apontem-me uma nação que nas mesmas condições se conservasse luterana ou calvinista por cem anos". Newman, *Lectures on the present position of the catholics in England* (6), London, 1889, lect. II, pp. 55-6.

À vista dêste quadro negro de que apenas esboçamos as linhas principais, escrevi agora, como o escárnio do algoz que insulta a sua vítima, a inconsciente pergunta do Sr. C. Pereira: "Duas populações, lado a lado, da mesma raça sob o mesmo regime político (!!!), que outro fator pode explicar o contraste senão os respectivos sistemas religiosos?".

Não; para honra do protestantismo fôra melhor correr o véu do silêncio sôbre esta história de sangue e de iniqüidade. A Irlanda é "esta nação mártir na qual parece que a Providência tenha querido expor aos olhos do mundo no longo durar de três séculos, quantos suplícios pode sofrer a fé e inventar a intolerância sem que a primeira ceda à segunda, para glória de uma e eterna confusão da outra".[42]

Um olhar retrospectivo. Desta rápida excursão pelas principais nações católicas da Europa desprendem-se, necessárias e óbvias, as conclusões seguintes.

A decadência econômica de algumas dentre elas prende-se, como efeito espontâneo, ao jôgo das causas físicas e políticas, sôbre as quais nenhuma influência direta pode exercer a religião.

A decadência social e política, visível em abalos que lhe minaram a estabilidade dos alicerces, é fruto da revolução e da apostasia dos antigos princípios católicos. Se representarmos com uma parábola a trajetória de sua grandeza política e com outra a de sua fidelidade à religião católica, verificaremos fàcilmente que as duas curvas desenvolvem paralelamente os seus ramos ascendentes e descendentes.

Onde as fôrças naturais e a Igreja se uniram em harmoniosa aliança nasceu êste primor da civilização moderna que se chama Bélgica.

§ 3. — *Marcha ascendente das nações protestantes?*

Sumário — Holanda. — Países escandinavos. — Suíça. — Alemanha. — Inglaterra. — Estados Unidos. — Conclusões.

Passemos a examinar a marcha ascendente das nações protestantes e comecemos pela menor dentre elas:

Holanda. — Povo ativo, industrioso e comercial eram já os holandeses quando em meados do século XVI abraçaram a Reforma. A introdução do calvinismo assinalou-se logo pela extinção das liber-

42. Aug. Nicolas, *Du protestantisme et de toutes les hérésies dans leur rapport avec le socialisme* (2), I. II, c. 2.

dades políticas e religiosas. "A religião calvinista, diz Niebuhr, revelou em tôda a parte, na Inglaterra, na Holanda e em Genebra, a sua sêde de sangue. Foi uma nova Inquisição que não teve, porém, nenhum dos merecimentos da católica".[43] Não obstante, os erros políticos das côrtes espanholas facilitaram a independência do país e a sua expansão marítima. O império colonial holandês estendeu-se em poucos anos pela África, Ásia e América à custa de Portugal, Espanha e também Inglaterra. Não foram certamente as regras da moral e do direito que presidiram a estas conquistas. Mas não responsabilizamos por isso ao protestantismo. O desenvolvimento marítimo dos Países Baixos tocou então o seu apogeu. Dos 20.000 navios que constituíam nesta época a frota mercantil da Europa 16.000 navegavam sob a bandeira holandesa.

Foi, porém, uma prosperidade efêmera. A segunda metade do século XVII marca o primeiro declínio desta grande potência, rainha dos mares. França e Alemanha entraram cedo a lutar em concorrência comercial. A Inglaterra crescera e fortificara-se. A sorte das armas na guerra de 1651-52 foi-lhe favorável e a Holanda, pelos mesmos processos por que expoliara os católicos espanhóis e portuguêses, viu-se esbulhada pelos seus correligionários britânicos. Umas após outras, quase tôdas as suas colônias passaram para o domínio inglês.

Trabalhado internamente durante o século XVIII por intermináveis discórdias religiosas e civis, o país entrou em franca decadência. Por fim foram chamados os estrangeiros e os holandeses viram, sem pejo, prussianos, belgas e franceses retalharem o coração da pátria. Em 1787, os prussianos conquistaram Amsterdão; em 1795 os franceses se assenhorearam de todo o seu território que passou a ser uma província dependente de Paris.

Hoje, a pequena Holanda, ainda rica mas amesquinhada, depois de ver esboroar-se o seu grande império de outrora, passou a ocupar um lugar modesto no convívio das nações civilizadas. O protestantismo não fêz a sua grandeza política, o protestantismo contribuiu em parte para o seu desmoronamento final. Sua trajetória de grande potência, descreveu-a tôda nos seus ramos — ascendente e descendente — no seio da Reforma.

Em nossos dias, a Holanda volta insensìvelmente à unidade católica.

---

43. Niebuhr, *Nachgelassene Schriften*, Hamburg, 1842, p. 288.

Países escandinavos. Suécia. — Dos primeiros anos do século XVI, quando a Suécia entrou a fazer parte do monopólio hanseático, data o seu desenvolvimento econômico. As vitórias de Gustavo Wasa (1523) elevaram-na bem cedo a grande potência militar. Foi êste príncipe, para o qual a religião não passava de instrumento de ambições políticas que, a poder de fraudes e de violências, introduziu o protestantismo em seu país. Implantando-o de fato, negava continuamente que se tratasse de introduzir uma nova doutrina. Cinqüenta anos mais tarde, o povo não tinha consciência da mudança e julgava-se ainda católico. Ao dolo repugnante aliou a opressão da fôrça bruta. Decapitou bispos, confiscou o patrimônio da Igreja, proscreveu rigorosamente o culto católico.

Durante os reinados de Carlos IX (m. 1611) e de Gustavo Adolfo (1611-1633) que conquistou à Alemanha a ilha Rügen, a Pomerânia e os bispados de Bremen e de Verdem, as manufaturas e indústrias prosperaram e o comércio marítimo desenvolveu-se a ponto de rivalizar com a Holanda. A Reforma, porém, havia implantado no país o govêrno absoluto, alternadamente gerido pelos reis e pela nobreza. Em 1680 declararam os deputados da nação que o rei não era ligado a nenhuma forma de govêrno e em 1682 que os estatutos e ordenações já o não obrigavam a ouvir os estados. Êstes, antes chamados "estados da nação" passaram a denominar-se "estados de sua majestade". Era a volta do absolutismo pagão: a vontade do rei é lei. O soberano podia governar a seu bel-prazer. Com o assassínio de Carlos XII, o poder absoluto passou para as mãos da nobreza; a revolução de 1772 restituiu-o a Gustavo III.

Segundo o historiador da Suécia, Geijer, a introdução da Reforma produziu três efeitos: 1) o povo deixou pouco a pouco de participar nos negócios da igreja que passou a ser uma forma exterior do regime monárquico e aristocrático, um apêndice clerical dos ofícios civis e militares do estado; 2) inaugurou-se um novo direito civil, segundo o qual os bens dos municípios e aldeias — rios, instalações hidráulicas e tôdas as terras incultas — eram propriedade da coroa; 3) implantou-se o desequilíbrio social pela perturbação da harmonia entre as relações naturais civis dos estados. "Introduziu-se então esta desordem nas relações naturais entre as diversas classes da sociedade, esta desarmonia na ordem política que de 300 anos a esta parte imprimiu à história sueca seu caráter incerto e variável e causou uma série de mudanças que até 1789 não se haviam visto em nenhum estado europeu. A três dos seus soberanos assassinou

a nobreza do país: ERICO XIV, CARLOS XII e GUSTAVO III; dois foram depostos: SIGISMUNDO e GUSTAVO IX; expulsa finalmente a dinastia nacional, o país e a coroa dados ou vendidos a um oficial estrangeiro, a um general de Napoleão".[44]

Antes, porém, desta época já a prolongada guerra de CARLOS XII (1697-1718) com a Rússia, a Dinamarca e a Polônia havia arrastado o país à orla do abismo. Perdidas as suas possessões, a prosperidade econômica entrou a declinar. A Suécia continuou protestante.

Noruega e *Dinamarca* constituíram até 1814 um único reino. O protestantismo foi nêle introduzido por CRISTIANO II, o Nero do Norte. Mesmas sevícias contra os católicos, mesmas execuções de bispos e deportações de religiosos, mesmas confiscações de bens eclesiásticos, cortejo inseparável desta liberal e tolerante Reforma que com o ódio no coração e a espada à cinta vinha restituir o antigo espírito do Evangelho e da Igreja primitiva, com a única diferença que os primeiros cristãos morriam mártires, os novos, os reformadores os faziam.

A prática da violência gerou o absolutismo, de cujos flancos nasceu espontâneamente a escravidão. "Escravidão de cães pesou de novo sôbre os agricultores dinamarqueses... Reis e nobres dividiam entre si o poder; os próprios filhos dos predicantes e sacristães eram escravos".[45]

Os nobres serviram-se da Reforma para apoderar-se não só dos benefícios eclesiásticos mas ainda das propriedades do livres camponeses. A agricultura entrou a decair, a população diminuiu e as terras outrora cultivadas ficaram reduzidas a desertos.

Novos privilégios exaltaram tanto o poderio da aristocracia que, de fato, reis e burgueses não passavam de servos dos nobres. A revolução de 1660 (FREDERICO III) quebrou êsse poder da nobreza mas concentrou-o nas mãos onipotentes do soberano. Uma lei real promulgada em 1665 determinava que o rei não devia prestar juramento algum, não contraía obrigação de espécie alguma, mas com poder absoluto podia fazer o que bem lhe aprouvesse. A miséria dos agricultores foi novamente agravada com as confiscações em proveito da coroa. Em 1701 foi abolida a escravidão, mas substituiu-a logo outro jugo não menos pesado. Uma ordem de 1764 prendia o camponês à gleba. Durante um século, os seus efeitos fizeram sentir-se desastrosamente no descrescimento da população, no desaparecimento das herdades e na decadência geral da instrução. Só em 1804 foi concedida a liberdade pessoal a 20 mil famílias. A revolução de 1848 quebrou o despotismo da coroa, colocando-lhe ao lado um ministro e um parlamento.

44. DOELLINGER, *Kirche und Kirchen*, München, 1861, p. 103.
45. BARTHOLD, *Geschichte von Rügen und Pommern*, IV, 2, 294.

Econômicamente, não obstante êste tristíssimo estado social, a Dinamarca começou a prosperar nos fins do século XVI, estendendo as suas colônias até às Índias orientais e ocidentais. A neutralidade observada nas guerras do século XVIII proporcionou-lhe um longo período de paz exterior. Ainda aqui, porém, o século XIX inaugurou-lhe a decadência. Em 1807, inglêses e franceses, bombardearam sob o comando de NELSON, a capital do país e queimaram-lhe 700 navios (meio expedito de desembaraçar-se de concorrentes molestos). Em 1814 os dois reinos separaram-se; em 1864 a Alemanha conquistou as duas florentíssimas províncias do Schleswig-Holstein. O protestantismo não conseguiu salvar a Dinamarca da derrota nem elevá-la à grandeza de outrora.

Suíça. — ROUSSEL, LAVELEYE e C. PEREIRA, que os segue dòcilmente, viram na diferença de prosperidade entre os cantões católicos e os protestantes mais uma prova da superioridade do protestantismo. Esqueceram, porém, de nos falar das diversas condições climatéricas e geográficas que explicam naturalmente esta desigualdade sem fazer apêlo à diferença de credos religiosos.

Os cantões protestantes de Neufchatel, Vaud, Zürich, Genebra, Schafhouse, Rhodes exteriores de Appenzel estendem-se, nas margens dos grandes lagos, pelos *vales risonhos e férteis* que se desdobram aos pés do Jura, enquanto os cantões católicos de Zug, Alto Valais, Schwitz, Uri e Rhodes inferiores ocupam as regiões das *altas montanhas*. Aqui, o solo é pedregoso e alcantilado, os vinhedos não medram nestas terras revestidas de neve; o comércio e a indústria, sem grandes vias de comunicações, não se podem desenvolver em regiões fragosas. As magras pastagens são quase o único recurso lucrativo dos habitantes.

Por êsse mesmo motivo os grandes núcleos urbanos, as grandes cidades comerciais e industriais — Berna, Basiléia, Zürich e Genebra — acumularam-se naturalmente nas regiões que mais tarde foram protestantes. À vista destas diferenças, é pueril explicar a inferioridade de alguns cantões e a superioridade de outros por influências opostas do catolicismo e do protestantismo. A mesma desigualdade econômica subsistiria se uma só fôsse a religião de todos os cantões helvéticos ou se os montanhosos e áridos fôssem protestantes e os outros

católicos. A Reforma não mudaria as condições naturais e a configuração geográfica do solo.

Se se comparam os cantões católicos com a faixa protestante de Waadt *que se acha em idênticas condições de altitude*, a vantagem é dos católicos. O católico Wallis oferece-nos na sua população sadia e vigorosa, na qual dificilmente se encontra um pobre, outro exemplo de prosperidade econômica.

Todos sabem que na protestante Noruega cêrca de 75% do solo é refratário a qualquer cultura. Que diríamos do apologista que, da comparação destas terras sáfaras e improdutivas com as fertilíssimas planícies da França ou da Lombárdia pretendesse tirar uma prova triunfante em favor da superioridade econômica do catolicismo? O argumento de Laveleye e de C. Pereira não tem mais valor.

Alemanha. — A Alemanha é a pátria do protestantismo. Seu maravilhoso desenvolvimento econômico, industrial, científico e militar, que, na segunda metade do século XIX, a elevou ràpidamente à altura das primeiras potências européias, não poderia deixar de ser largamente explorado pelos polemistas superficiais, como argumento invencível, contra a eficácia civilizadora do catolicismo.

Apagando com um traço de pena a história de muitos séculos, êstes improvisadores de filosofia social conservaram apenas dois fatos: a reforma luterana e o progresso do século XIX. E ligando-os com um vínculo de causalidade postiça, concluíram pressurosamente: aquilo produziu isto.

Mas a história não se deixa assim esbulhar de seus direitos e a verdade acaba infalìvelmente por dissipar a cerração adensada pelos preconceitos de partido.

"A história dos séculos XIV e XV atesta-nos um surto no trabalho profissional e um bem-estar comum dos operários como juntos não se encontram em nenhuma outra época. É tempo de rasgar o véu estendido sôbre o estado econômico dêsse período histórico bem como sôbre os tão falsos quão indignos preconceitos acêrca do operário alemão da idade média".[46]

Com efeito, muito antes da rebelião do monge saxônio já a Alemanha havia atingido um elevado grau de prosperidade material. Todos os economistas e historiadores conhecem a florescência da Liga

46. G. Schönberg, *Zur wirtschaftlichen Bedeutung des deutschen Zunftwesens im Mittelalter*, Berlin, 1868, p. 51.

Hanseática. Organizada a princípio contra os piratas e corsários escandinavos, começou a dilatar-se nos fins do século XII. Nos princípios do seguinte era uma vasta aliança das mais ricas e populosas cidades alemães. A confederação era dividida em quatro grandes distritos a cuja frente se achavam Colônia com 20 cidades, Braunchsweig com 30, Danzig com 8 e Lubeck, capital da confederação. Todo o comércio da Europa setentrional estava nas suas mãos, como o do Mediterrâneo no poder de Veneza. Na Rússia, na Inglaterra, na Suécia e na Flandres multiplicavam-se as suas feitorias. A linha do Reno abria-lhe o caminho para intercâmbios comerciais com o centro e o meio-dia da Europa.

Tôda esta maravilhosa atividade de comércio exterior supunha no interior do país grande vitalidade agrícola e industrial. E assim era. As florestas da Suécia e da Polônia haviam sido transformadas em risonhos campos cultivados. As minas de chumbo e estanho eram exploradas e os mineiros alemães, célebres em tôda a Europa, eram procurados e contratados pela Inglaterra e Espanha. Seus negociantes e banqueiros faziam empréstimos ao imperador, aos reis de França e Espanha e a quase todos os grandes senhores do continente. Seus estaleiros povoavam os mares de navios. A arquitetura levantava êstes grandiosos edifícios e estas admiráveis igrejas que são ainda hoje o orgulho e a glória da arte alemã.

Podemos, pois, concluir com Philippson que "no comêço da idade moderna era a Alemanha um dos países mais industriosos, mais povoados e mais ricos do mundo. Os próprios filhos da culta Itália admiravam o número dos seus habitantes, o seu bem-estar, a sua atividade profissional. Segundo os cálculos mais exatos, contava a Alemanha 30 habitantes por km^2 o que dá uma população aproximada de 20 milhões de almas, numa época em que a França não contava mais de 10 e a Inglaterra 2,5 e a Escócia umas 800 mil almas".[47] Tal era a Alemanha católica.

47. M Philippson, *Die Nation*, 1896, n. 24, p. 362. "É coisa conhecida que, antes da Reforma, durante os séculos XIV e XV, a vida civil na Alemanha atingiu uma prosperidade econômica, uma riqueza artística, uma independência política, a que mais tarde, só após longa decadência, conseguiu gradualmente elevar-se no século XIX". Joseph Mausbach, *Religion, Christentum, Kirche*, Kempten u. München, 1913, t. III, p. 206. Sôbre a prosperidade da Alemanha medieval, cfr. J. Janssen, *Geschichte des deutschen Volkes* seit dem Ausgang des Mittelalters, t. I(16-18). Freiburg i. B., 1897; E. Michael, *Die Geschichte des deutschen Volkes* seit dem dreizehnten Jahrhundert bis zum Ausgang des Mittelalters, t. I-VI, Freiburg i. B., 1897; Richard Ehrenberg, *Hamburg und England* im Zeitalter der Koenigin Elisabeth, Iena, 1896.

No primeiro quartel do século XVI estalou a grande revolução religiosa. Qual o seu efeito sôbre o bem-estar nacional? Ouçamos testemunhas insuspeitas. O protestante DROYSEN: "Nunca houve revolução que causasse mais profunda e miserável ruína. Como uma batalha, tudo foi desorganizado e pôsto em questão, primeiro no campo do pensamento, depois, pelas conseqüências ràpidamente deduzidas, em todos os estados, em tôdas as disciplinas, em tôdas as ordens".[48] LAURENT, professor liberal na universidade de Gand: "A Reforma foi uma revolução. Mais do que qualquer outra, trouxe consigo um danoso cortejo de sangue e de ruínas... na Alemanha uma guerra de 30 anos *que atrasou a sua civilização de um século*; por tôda a parte, cismas e ódios que dilaceraram a cristandade e ainda hoje se não extinguiram".[49]

De fato, o protestantismo "nasceu como uma fúria, com as armas na mão; não como um evangelho com doçura e milagres mas como um Corão, todo armas e furores" (BERULLE). Roubar conventos, destruir igrejas, profanar coisas santas, amotinar populações pacíficas, minar a autoridade, semear discórdias, esparzir sangue fraterno foi a sua primeira obra. A guerra dos camponeses pôs todo o país a ferro e fogo. O absolutismo dos seus príncipes sucedeu ao antigo regime político. A decadência precipitou-se de catástrofe em catástrofe. Em 1570, a principal feitoria na Rússia, Nowgorod foi destruída. Em 1597 ISABEL tirou-lhes a de Londres. Da Escandinávia foram desterrados os negociantes alemães. Mais tarde, a guerra dos 30 anos (1619-1648) acabou de prostrar o florescente país de outrora. Os príncipes armados contra o imperador chamaram em seu auxílio exércitos estrangeiros. Tudo foi talado e assolado. A população, em pouco tempo dizimada pelos assassínios, pela peste e pela fome, ficou reduzida a um têrço. O comércio, a agricultura, a indústria foram aniquilados; apenas Hamburgo, Bremen e Lübeck, sem conservarem o antigo esplendor, sobreviveram à ruína geral. O território pátrio foi retalhado e dividido entre as potências inimigas: Suécia apoderou-se de várias províncias do norte, França anexou a Alsácia e a Lorena.

Juntamente com estas depredações no campo econômico, o protestantismo inaugurou a decadência das liberdades civis e políticas, firmadas na Idade Média. "Resultado natural da Reforma foi o au-

48. JOH. GUSTAV. DROYSEN, *Geschichte der preussischen Politik*, Leipzig, 1859, t. II, 2. pp. 145-46.

49. LAURENT, *Etudes sur l'histoire de l'humanité*, VIII, 433.

mento do poder dos príncipes e magistrados e a diminuição da liberdade na pequena nobreza, nos operários e nos camponeses".[50] É só percorrer a evolução social dos principais estados submetidos à influência protestante.

No *Mecklemburgo*, a aristocracia firmou o seu domínio. Os bens eclesiásticos confiscados foram dilapidados em festas e divertimentos. As antigas liberdades civis cassadas. Os agricultores perderam a liberdade pessoal e pelas ordenações de 1633, 1646 e 1656 foram *reduzidos à escravidão*. Repristinou-se o direito romano dos escravos e introduziu-se em 1660 a pena de morte. A situação do camponês legalmente pouco diferia da do negro. Com êle se negociava como com bois e cavalos. *Só* em 1820 foi a escravidão abolida.

Na *Pomerânia* mesmos efeitos: exaltação do poder absoluto, abatimento do povo reduzido ao ilotismo. Uma ordenação de 1616 declarava que os lavradores eram escravos, sem direitos civis. Tal estado de coisas prolongou-se *até ao século XIX*.

No *Braunschweig-Hannover*, o govêrno teocrático dos príncipes, guindado ao mais radical absolutismo, cassou a antiga autonomia das cidades, destruiu a liberdade civil e substituiu o direito prussiano pelo romano.

No *Brandeburgo*, com o empobrecimento dos nobres e das cidades, criou raízes, no século XVII, o poder absoluto dos príncipes. As execuções militares, até então desconhecidas na Alemanha, foram introduzidas para defesa do trono. FREDERICO GUILHERME (1640-1688) ultimou a evolução para o despotismo absoluto. De 1656 em diante já se não convocavam os Estados Gerais. Os tributos, impostos contra o protesto dos estados, foram cobrados à mão armada. Os lavradores perderam parte dos seus bens; nobres e camponeses emigraram para a Polônia, 12 mil herdades ficaram desertas. Foi uma tirania sem exemplo, dizem as crônicas contemporâneas.

Na *Prússia*, FREDERICO I, FREDERICO GUILHERME I e FREDERICO II implantaram o regime do absolutismo. Em matéria profana e religiosa o soberano era o árbitro das consciências. FREDERICO GUILHERME I, inteiramente convencido da sua onipotência, violentava os juízes a bengaladas, reformava-lhes as sentenças a seu talante e man-

50. H. LEO, *Lehrbuch der Universalgeschichte*(3), Halle, 1853.

dava enforcar cidadãos "sem delongas processuais". Invadindo o domínio religioso, entrou pessoalmente a reformar com o mesmo despotismo. Em 1729 chegou a proibir que se levasse uma cruz nos enterros; era uma relíquia do papismo!

Eis o estado econômico e político[51] a que se achava reduzida a infeliz Alemanha. Foram necessários mais de dois séculos para que ela pudesse convalescer da prostração geral com que a abateu o protestantismo. Sob o cetro de FREDERICO II, rei sem fé e sem costumes, escarnecedor do cristianismo, a Prússia começou a reafirmar a sua potência no equilíbrio político europeu. NAPOLEÃO humilhou-a pouco depois. Mas novo complexo de circunstâncias favoráveis — liga dos principais estados alemães em 1833, confederação germânica sob Bismarck, vitória sôbre a França[52] — permitiram-lhe em breve reconquistar o tempo perdido e marchar a passo acelerado para os cimos do fastígio político e militar a que atingiu antes da grande catástrofe de 1918.

Neste admirável progresso tanto influiu o protestantismo quanto o catolicismo. A prosperidade das diversas províncias do império germânico mede-se, não pela diversidade de suas confissões religiosas, senão pelas condições geográficas e geológicas do solo. Opõe-se algumas vêzes a inferioridade econômica da Baviera católica à prosperidade da Saxônia protestante. Mas no ponto de vista agrícola, a Saxônia com os seus ricos terrenos de aluvião é uma das regiões mais férteis da Europa central; a Baviera, com exceção dos prados que bordam as margens do Danúbio e constituem a parte menor do reino, tem no Alto-Palatinado e na Alta-Baviera um solo avêsso à cultura, em grande parte arenoso e semeado de blocos erráticos, onde o clima é destemperado e os invernos rigorosos. O cultivo dos cereais é muito limitado; a indústria de laticínios constitui quase tôda a fonte de riqueza. Mais frisante ainda é a diferença no ponto de vista geológico. Das suas minas, mal extrai a Baviera, anualmente, um milhão de toneladas de hulha. A Saxônia, muito menor, tira anualmente das ricas bacias do Erz-Gebirge e Mittelgebirge mais de 5

51. Nos capítulos seguintes estudaremos mais de sobremão a decadência intelectual e a corrupção dos costumes que se seguiram ao movimento "reformador".

52. Parece incrível! Quereis saber por que a França foi derrotada pela Alemanha? Ouvi ao Sr. C. Pereira: "Com a revogação do edito de Nantes em 1685, sob Luís XIV, empobreceu-se a França pela larga emigração de huguenotes que foram levar à Holanda, à Inglaterra e à Prússia aquela prosperidade e fôrça que provocou a catástrofe de 1870", p. 52. Quem haveria de pensar que o destêrro de alguns milhares de reformados havia de causar, dois séculos mais tarde, o desastre de Sedan? Só o Sr. C. PEREIRA possui o segrêdo destas profundas intuições na filosofia da história.

milhões de toneladas de hulha e um milhão e meio de toneladas de lignite. Que muito se tenham aí desenvolvido as grandes indústrias? A cornucópia da abundância protestante não teria enriquecido o subsolo bávaro. O catolicismo não poria embargos à exploração das grandes jazidas saxônias.

Outro contraste. A Prússia oriental — de Berlim a Königsberg — é, salvo raras exceções, uma região pobre. A indústria não medra nas suas cidades. O solo — formação quaternária revestida de camadas de areia, argila e marga, é imprestável para a agricultura, que a uniformidade do clima torna ainda mais difícil. De onde em onde, encontram-se ainda extensões que se assemelham a verdadeiros desertos.

Outro é o espetáculo que nos apresentam as províncias renanas. Alegres vinhedos, louros trigais tapizam as margens ubertosas do grande rio, que oferece em todo o seu percurso uma via natural e fácil de comunicação. As riquíssimas jazidas do Sarre, do Ruhr, do Eschweiler — cobiçado pomo dos vencedores da grande guerra — são reservatórios inexauríveis de hulha. A só bacia do Ruhr, pouco antes da conflagração européia, dava anualmente para cima de 52 milhões de toneladas do precioso combustível, alimento da indústria moderna. Daí as grandes fábricas de tecidos, as imensas fundições de ferro, as poderosas forjas que se elevam de Elberfeld a Colônia.

Ora, a Prússia renana, com esta brilhante prosperidade, *é uma das regiões mais católicas do mundo*, enquanto a Prússia oriental com a indigência que vimos, *é a região mais protestante* da Alemanha. Merecimento do catolicismo? culpa do protestantismo? Evidentemente não. As causas naturais explicam perfeitamente o fato. Julgasse LEVELEYE com a mesma imparcialidade e a sua tese da superioridade econômica dos países reformados se desfaria como um castelo de cartas.[53]

Inglaterra. — Depois da Alemanha é a Inglaterra o mais forte baluarte do protestantismo. Negar-lhe a grandeza comercial, a pros-

53. ROUSSEL, na obra citada, t. I, p. 384 e segs., opondo a Áustria católica à Prússia protestante tira argumento da florescência econômica de tôdas as províncias prussianas. A prosperidade das regiões renanas *católicas*, servia poderosamente na pena do consciencioso pastor, para assentar a superioridade social do protestantismo! O Sr. C. PEREIRA não abusa menos indignamente da inexperiência dos leitores, quando, copiando cegamente a Macaulay, escreve: "quem quer que na Alemanha passe de um principado católico romano para um protestante... sente logo que tem passado de um grau de civilização inferior a um grau superior", p. 117. — Já advertimos como algumas províncias católicas ocupam os primeiros lugares na confederação alemã, e algumas protestantes, os últimos. Passe destas para aquelas e escreva o período às avessas.

peridade econômica, a influência política, fôra pueril. Investigar, porém, as causas desta hegemonia no domínio do progresso material e terreno, indagar se e até que ponto o protestantismo nela influiu é interessante estudo de filosofia social. Esbocemos-lhe as linhas principais.

Itália, Flandres e Alemanha precederam de muito o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha. Os grandes empresários comerciais de Veneza, Gênova e da liga Hanseática enviavam as suas frotas mercantis aos portos da ilha e aí compravam as matérias-primas — principalmente lã — que depois trabalhavam nas suas fábricas e manufaturas. Os objetos de ouro e prata cinzelados nos mosteiros eram quase o único produto de exportação inglêsa.

Pouco a pouco, porém, os seus industriosos habitantes começaram a tornar-se independentes da influência estrangeira. HENRIQUE I (1190), fundando uma fábrica de tecidos com o auxílio de operários flamengos, deu o primeiro impulso à indústria nacional. As cruzadas e a Magna Carta outorgaram franquias e privilégios aos seus negociantes. As corporações operárias organizavam-se e cresciam em número e poder. EDUARDO III (1331), que figurava na corporação dos armeiros (reis democráticos daqueles bons tempos!) atraiu ao país novas colônias de trabalhadores do continente. Destarte, em meados do século XIV, já era a Inglaterra uma potência comercial de valor. *Desta época* data o seu grande surto econômico.

Sob HENRIQUE VII[54] nos fins do século XV, felizes tratados celebrados com a Dinamarca (1490), com Florença (1490) e com a Flandres (*Intercursus Magnus* 1496) rasgaram novos horizontes ao comércio marítimo, no qual com o tempo tanto havia de exceler. Os navios inglêses lançavam-se na volta de Portugal, Espanha, Veneza, Flandres, Prússia, etc. O descobrimento do novo mundo encontrou a Inglaterra já preparada para tomar o seu lugar entre as grandes potências marítimas da Europa.[55]

Neste tempo, a Inglaterra vivia feliz; foi a verdadeira idade de ouro da sua prosperidade. Associados em grandes corporações, seus operários eram independentes e viviam com fartura do fruto dos seus

54. "This reign (de Henrique VII) may indeed by taken as marking the period, when England began to be something of a commercial power, and henceforth she more and more asserts herself as such". GIBBINS, *History of the commerce in Europe*, p. 97.

55. "By the time of the great discoveries of the explorers of the New World, England was almost ready to take her place among the great commercial nations of Europe". GIBBINS, *Op. Cit.*, p. 98.

suores. Salários altos, víveres baratos. Trabalho moderado, entremeado pelas festas religiosas. O fantasma negro do pauperismo ainda não havia abatido sôbre os seus filhos. Sob um céu sempre carregado, a vida era fácil, alegre, prazenteira. O *spleen* era doença desconhecida. Inglaterra era a Inglaterra "jovial" por excelência, *the merry England*. Não havia milionários que morressem de tédio, não havia pobres que morressem de fome.[56]

A fronte loura dos católicos filhos de Albion não a ensombrara ainda êste véu de tristeza com que anuviou mais tarde uma heresia sêca, sem afeto, sem amor, sem festas, sem culto, sem altar, sem tabernáculo.

Mas o protestantismo veio. O mesmo príncipe sensual e perdulário que separou a Inglaterra da comunhão católica estêve a pique de arruiná-la completamente. HENRIQUE VIII cismático foi a antítese de HENRIQUE VII católico. O pai elevara o reino às alturas de uma grande potência; o filho arrastou-o à orla do abismo. Por sua morte, o povo estava reduzido à miséria e a influência do país por terra.[57]

56. Os historiadores sérios que se ocuparam dêste período são contestes em afirmá-lo. "I have stated more than once were the fifteenth century and the first quartel of the sixteenth were *the golden age* of the english labourer, if we are to interpret the wages which he earned by cost of the necessaries of life. At no time were wages, relatively speaking, so high and at no time was food so cheap". JAMES E. THOROLD ROGERS, *Six Centuries of work and wages*. The history of english labourer, London, 1886, p. 326. O socialista KEIR HARDIE: "The protestant Reformation by despoiling the monasteries of their land, the one refuge to which the needy worker could fly for succour, also told heavely against the poor; whilst the new gospel of individual salvation lent the senction of religion to the selfish creed of "each for himself", which was then just beginning to assert itself as the dominant principle in business. *Under its beautiful influence*, old customs and habits and the old communal traditional life of the people in town and country were ruthlessly broken and destroyed and *that era of desolation and harren inhumanity* entered upon from which only just now beginning to emerge". *From Serfdom to Socialism*, c. V. WILLIAM COBBETT, na sua obra *Protestant Reformation* demonstra que a revolta religiosa não foi uma reforma senão uma "devastation of England which was, at the time when this event took place, *the happiest country, perhaps*, that the world had ever seen" e "this devastation *impoverished* and degraded the main body of the people". O mesmo autor na *carta* XVI institui um paralelo entre a Inglaterra do século XIX e a Inglaterra católica de antes da Reforma e prova com irrecusáveis documentos que no ponto de vista da riqueza econômica, do poder político, da liberdade civil e da felicidade geral do povo, a Inglaterra católica era de muito superior à Inglaterra protestante. Sôbre a modificação profunda introduzida pela Reforma no caráter inglês, assim se exprime Lord MANNERS: "The English people, who of yore were famous of all Europe for their love of manly sports and their sturdy good humour, have year after year been losing that cheerful character and contrariwise been acquiring habits and thoughts of discontent and moroseness". Lord JOHN MANNERS, *Plea for National Holy Days*, London, 1843, p. 7.

57. "Never was a contrast more violent than between father and son. The one was extravagant to such a degree *that he succeded in ruining the infortunate people over whom he reigned*. The foreing police of the father are cautius, prudent, and, on the whole, successful, that of the son was reckles, blundering and desastrous. Henry VIII succeeded to a position of great strenght. He held the balance of power in the Western-Europe. At the

"A Inglaterra de 1540 apresenta-nos o espetáculo de um país devastado; obras de arte e tesouros de saber, acumulados pelos séculos, tudo desaparecia".[58]

A crise determinada pela revolução religiosa não foi, porém, tão longa e desastrosa como na Alemanha. A situação insular da Grã-Bretanha pô-la ao abrigo das incursões estrangeiras e das devastações das guerras desencadeadas no continente pelo protestantismo. O sangue católico continuou impunemente a ser derramado em torrentes, os súditos fiéis à antiga religião continuaram a ser oprimidos pela tirania de uma legislação desumana, mas a evolução econômica, com o impulso da velocidade preconcebida, prosseguiu o seu curso normal. Os tratados comerciais, a expansão do poder colonial, a liberdade das suas instituições políticas, as privilegiadas condições geográficas e geológicas de seu solo foram, nos séculos seguintes, os principais agentes da grandeza econômica, comercial e industrial da Inglaterra. Qual a influência do protestantismo em cada um dêstes fatôres?

Sôbre a felicidade dos tratados e a sabedoria de suas leis econômicas e comerciais não nos é necessário entrar aqui em pormenores. São efeitos naturais da previdência dos legisladores, da perspicácia dos governantes. O protestantismo não pode sensatamente vindicar para si nenhuma ação sôbre êstes dotes da natureza.

Com moral não se constroem estradas de ferro, disse alguém. Mas sem moral pode construir-se o edifício de um grande império colonial. Uma revisão jurídica dos atos de aquisição dos seus vastos domínios não seria certamente favorável à Inglaterra. A justiça, o direito internacional foram mais de uma vez sacrificados à prepotência da fôrça e às ambições de uma política sem escrúpulos. É coisa sabida que o interêsse comercial inspirou quase sempre a diplomacia e as alianças inglêsas. Portugal, Espanha, França e Holanda

conclusion of his reign, England was of no more account in the political system of the time than Portugal or Naples. *Sovereign and people were alike improverished*". J. E. D. THOROLD ROGERS, *Op. cit.*, p. 321. O protestante MACAULAY assim nos descreve o reinado do soberano a quem a Inglaterra deve a separação da Igreja católica: "Um rei que se não pode retratar senão dizendo que foi o despotismo personificado, ministros sem princípios, aristocracia rapace, Parlamento servil — foram os instrumentos que libertaram a Inglaterra do jugo de Roma. A emprêsa encetada por Henrique VIII, o assassino de suas mulheres, foi continuada por Somerset, o assassino do próprio irmão, e completada por Isabel, que mandou executar a sua prima. Nascida de uma paixão brutal, alimentada por uma política egoísta, a Reforma na Inglaterra não apresenta nenhum dos caracteres que a distinguiram nas outras regiões(?)". MACAULAY, *Review of Hallam's Const. Hist. Cit.* por LODIEL, *Nos raisons de croire*, p. 489.

58. CH. S. DEVAS, *The key to the World's Progress*(2), London, 1908, p. 72.

não raras vêzes experimentaram à sua custa que, nas revelações internacionais com a Inglaterra, nem sempre a fôrça serve ao direito.

A perda da armada invencível (1588), aniquilando o poder naval da Espanha pôs as suas colônias à discrição dos corsários inglêses. O injusto tratado de Methuen (1703) entregou o comércio colonial português nas mãos dos seus astutos negociadores. A queda de Antuérpia, a primeira praça comercial do Ocidente, tomada duas vêzes pelas tropas espanholas (1567-1585), permitiu a Londres conquistar a primazia sôbre a sua rival holandesa. O despôjo das colônias bátavas começou então e prolongou-se pelos séculos XVII e XVIII. A guerra dos sete anos (1756-1763) e as posteriores nos fins do século XVIII transferiram para o domínio britânico as florescentes colônias da coroa da França[59] na América (Canadá) e nas Índias. Tôdas estas regiões conquistadas, a trôco da proteção política e da organização social que receberam da metrópole, cederam-lhe as próprias riquezas. Seus portos fechados por muito tempo ao comércio das outras nações (leis de 1650, 1660, 1663) asseguravam um escoadouro seguro e rendoso aos produtos inglêses, que outras leis proibiam se manipulassem ou fabricassem nas colônias (lei de 1719 para as manufaturas de lã e de 1750 para os objetos de ferro).[60]

Não sabemos até que ponto pretende o protestantismo apropriar-se a prerrogativa de inspirador da política colonial da Inglaterra. Nós, católicos, certamente lhe não disputamos nem invejamos esta glória. Em todo êste movimento açambarcador da diplomacia britânica só vejo a ação de causas naturais: vitórias de guerra, habilidade de manejos, opressão de fracos. Influxo moral e religioso, digno de louvor, nenhum.

Outra causa da grandeza do Reino-Unido são incontestàvelmente as suas admiráveis instituições políticas, inspiradas por um sôpro vivificador de liberdade sadia. Sob êste regime altamente liberal, educou-se um povo empreendedor, desenvolveram-se as iniciativas in-

59. "The ostensible reason of our declaration of war was the invasion of Holland, then our ally, by France. The real reason of it were that the capitalists and commercial party in England were afraid that the conquests which the new French Republic was already beginning to make, might help France to secure again her hold position as the most formidal rival of English commerce. If no the rival could be finally struk down, England was sure of the control of the world's markets". GIBBINS, *Op. cit.*, p. 175.

60. Lord CHATHAM dizia ao parlamento: "The British colonies of North America had no right to manufacture even a nail for horseshoe". LORD SHEFFIELD: "The only use of american colonies or West Indian Islands is the monopoly of their consumption and the carriage of their produce". Ap. GIBBINS, *Op. cit.*, p. 148. Foi esta política asfixiante que determinou em parte a insurreição e a independência dos Estados Unidos e a conseqüente mudança de orientação da metrópole em relação às outras colônias.

dividuais, floresceram o direito e a justiça. A quem deve a Inglaterra as suas instituições liberais? Porventura ao protestantismo? Não, trouxe-as do catolicismo. A *Magna Carta*[61] (1215) e o *Parlamento britânico* (1268), os dois pólos em tôrno dos quais gravita tôda a sua vida jurídica, *são instituições da Inglaterra católica*, são a última cristalização das leis que lhe deram os reis e barões católicos. Que fêz a Reforma em nascendo? Tudo para destruí-las e aniquilá-las.

Causa horror estudar o regime de opressão e tirania implantados por ela, durante séculos, neste solo fecundo em que a Igreja cultivava a grande árvore da liberdade. Os reis "convertidos" ao protestantismo impuseram pela fôrça a tôda a nação um credo religioso que não era o nacional. De um dia para outro, os católicos que constituíam a quase totalidade da população viram-se na dolorosa alternativa de escolher entre a apostasia e o exílio ou a morte. Grande parte da nação foi assim posta tirânicamente fora da lei. O sangue dos mártires correu então em rios. Só nos últimos anos do reinado de Isabel foram executados 61 sacerdotes, 47 leigos e 2 nobres. Não é fácil avaliar a cifra dos imolados à sêde sanguinária da rainha "virgem". "Digo na minha história, escreve Joan Milner, que no tempo de Isabel foram sacrificadas 200 pessoas pela fé. Na realidade, porém, consegui os nomes de 204 postos à morte por êste único motivo só nos últimos 20 anos do seu govêrno. Além disto, acho uma relação circunstanciada de 90 indivíduos católicos, quase todos com os seus nomes, que sob o mesmo govêrno morreram no cárcere e mais 105 condenados a degrêdo perpétuo. Informa-nos escritor contemporâneo que 1.200 católicos, de um modo ou de outro, pereceram vítimas da perseguição antes de 1588, isto é, no período em que foi menos feroz".[62]

61. A Magna Carta foi uma confirmação e extensão das leis promulgadas por S. Eduardo. Concedeu-a João sem Terra *para honra de Deus e exaltação da S. Igreja* e por conselho do primaz de Cantuária e dos outros bispos do reino: "Per consilium venerabilium patrum nostrorum Stephani Cantuariensis episcopi, totius Angliae primatis et *Sanctae Romanae Ecclesiae* Cardinalis, Henrici Dublinensis episcopi, Petri Wintoniensis, Jocelinii Bathoniensis et Glaston Hugonis Lincolnensis, Valteri Vigornensis, Willielmi Conventrensis, Benedicti Roffensis, Episcoporum, et magistri Pandulphi domini Papae familiaris", etc.

62. "Em geral os tribunais não interrogam testemunhas. Por meio de perguntas astutas e capciosas procuram extorquir do réu a confissão de haver voltado à religião católica, de haver acolhido em casa um sacerdote, de haver recebido no continente ordens sacras, ou, pior ainda, de haver reconhecido a supremacia do Papa. Bastava um dêstes delitos para ser arrastado ao patíbulo. Bastava também mudar de religião para evitar a pena capital. Todos, porém, rejeitavam a oferta com desdém. À acusação seguia-se a execução e a vítima, com poucas exceções, era estrangulada no completo uso de suas faculdades". Lingard, *History of England*(4), London, 1838, t. IV, c. IV, c. 6. p. 295.

E não foi só Isabel a oprimir. O arsenal de leis montado pelos reis da Inglaterra contra os católicos é formidável. Para perseguir a capricho, o magistrado sectário não tinha senão a dificuldade da escolha. Eis em ordem cronológica, algumas destas leis promulgadas no curso de quase dois séculos:

1563: contra quem recusasse prestar o juramento que reconhecia a supremacia espiritual da rainha, pena de confiscação de bens na primeira vez, de morte em caso de reincidência.

1581: pena de morte ao sacerdote que ousasse ouvir confissão; multa de 20 esterlinas a quem não assistisse aos ritos anglicanos;

1585: confiscação de bens e pena de morte contra todo o sacerdote, jesuíta ou seminarista que ousasse permanecer ou entrar em território inglês; mesma pena contra quem ousasse hospedá-los ou protegê-los;

1587: perda de 2/3 das próprias rendas contra quem recusasse freqüentar a igreja anglicana;

1670: autorização concedida aos juízes de paz de penetrar à noite, em casa onde se reunissem assembléias religiosas diversas das da igreja anglicana e punir com enormes multas os assistentes;

1677: os católicos, ainda nobres, privados de voto no parlamento;

1688: um *bill* dêste ano, renovado em 1701 exclui do território inglês todos os católicos e as suas consortes;

1700: prêmio de mil esterlinas a quem prendesse sacerdote ou bispo católico, ou provasse que êle havia celebrado missa;

1736-1757: quem recusasse prestar o juramento que reconhecia a supremacia espiritual do soberano, era pôsto fora da lei, não podia invocar-lhe a proteção, nem ser tutor dos próprios filhos, executor ou administrador de testamentos, nem legatário ou donatário de qualquer benefício;

1805: dispõe o Parlamento que um rei inglês que passasse ao catolicismo, fique, *ipso facto*, privado da coroa;[63]

63. Disposição análoga encontra-se em quase todos os "liberalíssimos" estados protestantes. Na Suécia, a Constituição de 1809 exigia, para o rei e para todos os oficiais públicos, a confissão luterana. Esta disposição de direito público foi conservada na Constituição da Noruega de 1814. O mesmo se diga da Dinamarca e de muitos estados alemães.

Aí está uma legislação que ninguém certamente chamará liberal.[64] Nunca se conculcou com tanto cinismo a mais sagrada das liberdades do que sob o regime do tolerante e liberal protestantismo.[65]

Resumindo : durante o tempo do catolicismo, lançaram-se os verdadeiros fundamentos da liberdade inglêsa. Nos séculos XIV e XV, FROISSAR e COOMINES descrevem-nos os inglêses como o povo mais livre e mais ativo da Europa. Quem o reconheceria nos tempos de ISABEL ? O parlamento submetera os interêsses mais sagrados, os direitos sacrossantos da consciência aos caprichos de uma mulher. A Igreja anglicana, humilhada aos pés do trono cuja soberania absoluta reconhecera, transformara-se na "serva obediente da monarquia, na mais pertinaz inimiga da liberdade pública".[66] Foram tais as condições introduzidas pelo protestantismo, que, no dizer do mesmo historiador,[67] se houveram durado por mais tempo, a Reforma, no ponto de vista político, teria sido a maior maldição que ainda pesou sôbre a Inglaterra. MACAULAY não é o único protestante que assim o julga. O povo inglês, afirma MACGREGOR, caiu no mais profundo abismo de degradação política e civil a que é possível resvalar a energia física e moral da raça anglo-saxônia.[68]

Os primeiros assomos da liberdade religiosa no império britânico começaram em meados do século XVIII, *por iniciativa dos católicos*, na colônia norte-americana de Maryland. Sob o govêrno católico,

---

64. Sôbre as leis anticatólicas da Inglaterra, cfr. WATERWORT, *A digest of the penal Laws passed against catholics*, Dolman, London ; *Du mouvement religieux en Angleterre*, par un catholique. A decadência da liberdade não se manifestou só na opressão da consciência religiosa. Apenas, com o reinado de EDUARDO VI, foi introduzido o Calvinismo, germinou ao seu lado a escravidão formal. A nova legislação, desumana e cruel, era de todo desconhecida nas tradições inglêsas. Pessoas robustas mas ociosas (e para provar a ociosidade bastavam três dias sem trabalho), mendigos e vagabundos eram marcados no peito com ferro em brasa, reduzidos a escravos, alimentados a pão e água, encarcerados e sujeitos a trabalhos forçados. "A statute, characterised by a barbarous and ruthless severity, wholly unworthy of the legislation of any christian people" comenta PASHLEY, *Pauperism and Poor laws*, London, 1852, p. 180. Essas leis foram renovadas por Isabel. Até meninos de 14 e 15 anos, que pediam esmolas, eram estigmatizados com o ferro candente. Só em 1597 foi a estigmatização substituída pela flagelação até ao sangue ou pela condenação às galés.

65. "A história dos católicos, desde Isabel até aos começos do século XIX cifra-se tôda numa série de infortúnios causados por leis bárbaras e por perseguições sustentadas com tanta perseverança que, nos anais do cristianismo, não acham confronto senão nos primeiros séculos da Igreja, quando lutavam a religião da Cruz e o paganismo". CAPECELATRO, *Newman e la religione catholica in Inghilterra*. Desclée, 1886, Introduzione, p. 48. Os fatos confirmam evidentemente o já citado juízo de DOELLINGER : "Històricamente, nada mais inexato do que afirmar que a Reforma foi um movimento para a liberdade de consciência. A verdade é precisamente o contrário"... *Kirche und Kirchen*, p. 68.

66. MACAULAY'S *Essays*, Paris, 1843, p. 76.

67. Idem, p. 153.

68. MACGREGOR, *History of the British empire*, London, 1852, I, p. CCLXX.

êste pequeno estado prosperou por algum tempo em paz e tolerância mútua. Depois de uns vinte anos, porém, numerosos protestantes, pagos pelo govêrno da mãe-pátria, destruíram a ordem estabelecida e implantaram a religião oficial da Inglaterra, promulgando leis severas contra o exercício do catolicismo.[69]

Tal é a verdade histórica que ninguém hoje desconhece como outrora.

"Que precisamente os tempos católicos fôssem na Inglaterra os tempos do desenvolvimento da liberdade civil, que pelo contrário a Reforma introduziu a servidão, o absolutismo, a perda da autonomia jurídica, não o sabia outrora um entre mil inglêses, e os que o sabiam, guardavam-se de o dizer".[70]

Passemos ao último coeficiente da expansão econômica da Inglaterra : as condições geográficas e geológicas do solo. A situação insular no norte do Atlântico, preservou-a das devastações e de inúmeras guerras que ensangüentaram e assolaram as nações continentais ; assegurou-lhe uma posição invejável no intercâmbio comercial com a América ; dispensou-a de manter um exército permanente e numeroso, que em outras terras defrauda tantas fôrças vivas ao trabalho produtor. Além disto, as riquezas mineralógicas de ferro e carvão — nervos da indústria moderna depois das descobertas das máquinas de vapor e das suas inumeráveis aplicações — colocaram-na também numa situação privilegiada em relação a muitos outros povos não menos ativos e industriosos, porém menos felizes na partilha das riquezas naturais. A substituição crescente da hulha branca alterará talvez, num futuro não remoto, o equilíbrio industrial moderno em benefício de outras regiões.[71]

---

69. Cfr. MACMAHON'S *Hist. view of the government of Maryland*, Baltimore, 1831, p. 198-250 ; BANCROFT, *History of the United States*, Boston, 1834. — "In Maryland, escreve um teólogo protestante, as the Roman Catholics claim, the rights of conscience were *first fully* recognised in this country. *This is a fact.* I never know disputed by good authority, and, though a Protestant with all my heart, I accord them the full praise of it with the frankest sincerity". THOMAS COIT, *Puritanisme or a Churchman's defence*, New-York, 1855. Cit. por DOELLINGER, *Kirche und Kirchen*, pp. 72-3.

70. MANNING, *The Vatican decrees in threier bearing on civil allegiance* by Henry Edward, Archbishop of Westminster, London, Longmans, 1876, pp. 91, ss.

71. É difícil exagerar a importância da hulha para o desenvolvimento econômico dum país. Diretamente dela depende quase tôda a nossa indústria ; indiretamente, mediante a indústria e os meios de transporte — linhas de navegação e estradas de ferro — o comércio e a agricultura. Pode afirmar-se, sem perigo de êrro, que no estado atual das aplicações científicas à utilização das fôrças naturais, o progresso material de um país é função de suas jazidas carboníferas. Ora, por uma singular coincidência, que nenhum apologista da Reforma ousará, creio eu, atribuir à influênia dos prinípios religiosos de LUTERO, os

Mas não há por que nos determos em considerações desta ordem. Pretenderá porventura o protestantismo quinhoar alguma parte na distribuição gratuita dêstes tesouros naturais? Não construamos apologias cristãs com a hulha negra ou com a hulha branca.

De quanto levamos dito, concluirá todo o leitor sensato com o Cardeal Vaughan que "a Inglaterra atingiu os cimos da sua grandeza, não porque lançou o brado: ao inferno os papas; senão porque teve nas mãos todos os trunfos". O edifício da sua grandeza não o construíu o protestantismo; o protestantismo não o salvará do desmoronamento se êle vier um dia a desabar, como vaticinam alguns economistas e políticos com privilégio de videntes. Católica, a Inglaterra teria sido igualmente grande, igualmente forte, igualmente poderosa, e, sem dúvida nenhuma, muito mais feliz.

Sim, mais feliz, porque a Inglaterra de nossos dias é um povo forte mas não é um povo feliz. Sob as aparências brilhantes de uma prosperidade externa, reina, em larga escala, a dor, a miséria, a imoralidade. O catolicismo a teria preservado dos dois grandes flagelos que lhe pesam sôbre a vida social como uma maldição horrível: o trabalho das crianças e o pauperismo.

Quando os chefes da indústria se queixavam do aumento dos impostos, um estadista inglês, Pitt, pronunciou esta palavra sinistra: lançai mão dos meninos. E êstes sêrezinhos cândidos, frágeis e delicados foram atirados ao ar infecto e corruptor dos grandes ambientes industriais — flores que se estiolam sob o bafo abrasador das fornalhas, vítimas inocentes sacrificadas ao ídolo Moloch do capitalismo insaciável. Que espetáculo desumano! Contemplai estas louras criancinhas de 7, 9, 12 anos, quando mais precisam do calor das afeições domésticas, a entrarem em legiões para as oficinas, a traba-

países protestantes são os mais ricos em carvão fóssil. Aí está uma estatística da extração total do precioso combustível (1902) em diversos países:

Estados Unidos	266 milhões de ton.	França	31 milhões de ton.
Inglaterra	230 " " "	Bélgica	22 " " "
Alemanha	150 " " "	Rússia	16 " " "
Áustria	33 " " "	Espanha	2,700 " " "

Dos países ricos em hulha só a Bélgica é católica. Quereis ver o seu progresso econômico? Eis uma estatística do aumento da exportação (1906):

Alemanha	16%	Estados Unidos	21%
Inglaterra	18%	Bélgica	27%

Se o catolicismo fôsse causa fatal de decadência, que exegese dar à maravilhosa prosperidade do reino de Alberto I? — Esta só consideração, tão óbvia, da distribuição geológica da hulha resolve em grande parte, e satisfatòriamente, a objeção tirada do desenvolvimento econômico e industrial dos povos protestantes. Cfr. Lemozin, *Questions actuelles*, t. 95.

lharem aqui 12, ali 16 horas por dia. Vêde-as ao sair: pálidas, anêmicas, definhadas e abatidas pela fome, a procurarem no leito comum de uma trapeira o esquecimento embrutecedor das mágoas da vida, que tão cedo lhes amanheceu com o seu cortejo de dores e misérias. Desmaiaram-lhes nas faces as rosas da saúde. Apagou-se-lhes dos olhos o brilho da inocência. Já lhes não ilumina a fronte a luz do ideal.

Eis uma menina de onze anos. Nunca na sua vida ouvira uma palavra do céu e da outra vida. Um meninozinho perguntado quem era Jesus Cristo, responde: um rei de Londres, antigo, antigo[72]. Que hão de ser um dia, adultas, as gerações que crescem assim?[73]

E o pauperismo? Custa a crer nas testemunhas oculares que nos revelam a extensão e a intensidade desta chaga hedionda que corrói as entranhas da sociedade inglêsa. São multidões os miseráveis que vivem na Inglaterra sem pão, sem casa, sem esperança. Dois milhões, acusavam as estatísticas de 1840, dois milhões repetem lùgubremente as estatísticas de 1910. O flagelo não diminui.[74]

"Em um século, de 1748 a 1848, a população da Inglaterra quase triplicou; neste mesmo tempo, o pauperismo oficialmente reconhecido cresceu na razão de 1 para 8".[75] Tomai Londres. Em meados do século passado, distribuiu-se a esmola oficial a 307.000 indigentes, quase tantos, observa Pashley, quantos eram os romanos alimentados pela pátria sob Júlio Cesar, segundo o testemunho de Suetônio e de Diônio Cássio. Os subsídios das corporações paroquiais e das pessoas particulares distribuem-se a um número duplo de pobres, de modo que Londres conta atualmente um pobre por quatro

72. Fatos dolorosos como êste, poderá o leitor colhê-los em barda nas informações oficiais dos ministérios inglêses e nos inquéritos sociais que revelam os sintomas assustadores desta crise de raça, dêste atentado aviltante contra a dignidade humana.

73. "It may be noticed that the practice of setting children prematurely to work... *prevailed in the seventeenth century* to an extent which, when compared with the extent of manufacturing system, seems almost incredible. At Norwich, the chief seat of the clothing trade, a little creature of six years old was thought fit for labour". Macaulay, *The history of England*, Leipzig, 1849, t. I. p. 412.

74. "Notwithstanding our assumed moral and material progress and notwithstanding the enormous annual expenditure amounting the nearly sixty millions a year upon poor relief, we still have a vaste army of persons quartered upon as unable to support themselves, an army which in numbers *has really shown signs of increase than of decrease*". Relação dos comissários régios sôbre a administração das leis dos pobres, de 1909, cit. por Havelock Ellis, *The problem of Race Regeneration*, 1911, p. 32. Sôbre a situação do pauperismo em Londres cfr.: o *Times* de 26 de dez. de 1904: dados estatísticos numerosos e conclusões alarmantes; J. E. Nève, *Le paupérisme à Londres*, nas *Questions actuelles*, t. 77 (11 mars 1905), pp. 313-318.

75. Roberto Pashley, *Pauperism and Poor Laws*, London, 1852.

habitantes e oficialmente um por oito.[76] Lêde ainda a relação publicada pelo ministério do Interior em 1891 : 30 mortos de fome num só ano. [77] Ouvi a afirmação dos oficiais do *London Comity Council*, que numa noite, percorrendo os quarteirões da grande cidade, recolheram 1797 infelizes que não tinham o agasalho de um telheiro. A polícia arrebanha êstes miseráveis, entulha-os nas *Work-houses* mal arejadas e aí os deixa a respirar uma atmosfera física e moralmente corrupta, a aviltar-se nas mais baixas ignomínias da degradação humana !

Nem se cuide ser êste um mal particular de Londres. É uma endemia nacional que grassa com igual intensidade nas cidades e nos campos, nas grandes colmeias industriais das aglomerações urbanas como nas populações esparsas dos condados agrícolas. Na Escócia, um têrço das famílias não tem para morada mais que um só quarto, e dois terços apenas dois.[78] E que míseras celas ! A maior parte nunca é visitada pelos raios do sol. Ainda há pouco, mais de 700.000 casas na Inglaterra foram declaradas insalubres. "Milhares de sêres humanos, diz o cardeal VAUGHAN, vivem alojados em piores condições, que o gado e os cavalos de muitos Lords e cavaleiros".[79]

É horrível a extensão do flagelo mas é ainda mais pavorosa a sua intensidade. O "pobre" na Inglaterra é uma expressão lacônica para designar o ínfimo grau da miséria e da abjeção humana. Os que designamos com êste nome nas nações latinas são remediados, são abastados em comparação dêstes desditosos. Contemplai os

76. Os relatórios do govêrno nem sempre representam a cifra exata, porque, como ainda observa PASHLEY, só levam em conta o número dos pobres registrados nos livros oficiais em duas épocas do ano, 1 de janeiro e 1 de julho. Servindo-se de outras informações e baseado em outros cálculos, chega o mesmo autor à conclusão de que, nos últimos dez anos, (a obra de Pashley é de 1852) o número real dos indigentes é três vêzes maior do que resulta dos indicados como socorridos *(chargeables)* num determinado dia.

77. Conta a história que um dia foi dito ao Papa GREGÓRIO I que em Roma morrera de fome um pobre. O grande pontífice verteu lágrimas de compaixão e por três dias fechou-se nos seus aposentos, dolorido e como que envergonhado de aparecer diante do povo.

78. Lembre-se aqui o leitor dos róseos idílios do Sr. N. Roussel e do Sr. C. Pereira e compare-os com os negros desta realidade horrorosa.

79. O regime das nossas *Work-house*, dizia o Times em 1862, é tal que nelas não quiséramos pôr os nossos cães. — Sôbre a multidão dos pobres, MACAULAY dá êsses números aproximativos : "At present the men, women and children who receive relief appear from the official returns to be in bad years one tenth of the inhabitants of England, and in good years one thirtheenth. Gregory King estimated them in this time at more than a fifth". *The History of England*, Leipzig, 1849, I, 414. E, em nota, na pág. seguinte : "King and Davenant estimate the paupers and beggars in 1696, at the incredible number of 1.330.000 out of a population of 5.500.000. In 1846 the number of persons who received relief appear from the official returns to have been only 1.332.089 out of a population of about 17.000.000".

quadros hediondos da desgraça humana esboçados por testemunhas que viram e se horrorizaram : "Em meio a uma destas vielas fétidas, donde se ouve o rolar dos carros e o tropel dos cavalos, desci por oito ou dez degraus a um subterrâneo onde contemplei com meus olhos quanto segue : trinta ou quarenta criaturas, homens, mulheres, crianças, jovens e moças dormem juntos confusamente em aposentos tão grandes como caixões de dez pés quadrados ; os molambos que os cobrem de dia são à noite atirados às cordas estendidas sôbre as camas de palha dêsse rebanho, de modo que os corpos, protegidos por inúteis cobertas esfarrapadas, aparecem em sua quase nudez como uma exposição de carne humana. No meio dêste amontoamento que permite apenas pôr os pés no solo, mal se distinguem grupos que parecem indicar a existência de famílias ; asquerosas crianças serpeiam entre um homem e uma mulher ; pés e braços, cabeças e troncos se entrançam em tramas indescritíveis. Não exagero, não, repito-o, digo apenas o que vi".[80] Nestas condições de existência, tôda a gente compreenderá a que profundidades de embrutecimento e corrupção há de necessàriamente descer a moralidade e a dignidade humana.

A êstes sêres abjetos em que a miséria apagou os últimos vestígios da majestade da nossa natureza, não resta senão a degradação da ignorância, o aturdimento do vício, o torpor estúpido da embriaguez. "Chamamos degradação, diz, entre outros, o relator CLAY, capelão em Preston de uma prisão de menores, o estado de um indivíduo que não pode murmurar uma prece, não sabe o nome do rei nem conhece o mês do ano. Sôbre 3.000 jovens, encontrei 1.588 nesta extrema ignorância ; 1.290 meninos e 293 meninas são de todo incapazes de receber uma educação moral e religiosa ; falar-lhes de vício e de virtude é falar-lhes uma linguagem desconhecida". "Em 1850, diz ainda o nosso relator, sôbre 1.636 presos, 674 não sabiam ler, 646 ignoravam o nome do Salvador e não sabiam uma palavra de oração, 111 não podiam recitar em ordem os meses do ano, mas 713 sabiam perfeitamente as aventuras dos ladrões Turpin e Jayme Shep-

80. EUGÊNIO RENDU no seu *Rapport à l'Empereur sur l'instruction primaire à Londres*, 1852. LÉON FAUCHER : "Na paróquia de Saint-George (Hanover Square) um inquérito, dirigido por Lord Sandon, descobriu que 929 famílias não têm para habitação mais que um quarto para cada uma e em 623 casos a família se achava reduzida a uma cama. O médico do quarteirão, M. Toynbee, cita o exemplo de uma família de 5 pessoas na qual uma cama só reunia pai e mãe, ambos de 50 anos, um filho de 20 anos, doente do peito, uma filha de 17, escrofulosa e ainda um menino mais novo". *Etudes sur l'Angleterre*, Paris, 1856, I, 22. Poupamos ao leitor os horrores de cenas semelhantes que fàcilmente se poderiam descrever respigando citações em relatórios, inquéritos, etc. ...

pard e os admiravam como amigos dos pobres, dizendo que se êles haviam roubado, não haviam roubado senão dos ricos em favor dos pobres".[81] "Em Glasgow, dez mil indivíduos embriagam-se no sábado à tarde logo após a paga, e embriagados ficam no domingo, na segunda e às vêzes na terça-feira. Nesta mesma cidade prendem-se 20.000 mulheres ébrias a ponto de se não poderem ter em pé. Em Edimburgo, cidade puritana, criaram-se vastos estabelecimentos onde em larga escala se põe em prática a arte de perder a razão por um penny".[82]

Aos recursos do trabalho acrescentam as mulheres o da venda infame dos seus corpos desonrados. Em Londres há para mais de 100.000 destas infelizes. Mas de moralidade nos países protestantes voltaremos a falar em outro lugar.

O pauperismo na Inglaterra acabou por aviltar a natureza nas classes inferiores: "Certamente, conclui RENDU, o sentimento da dignidade humana não existe, nem em germe, nos antros da capital do Reino Unido". Neste abismo de depravação, o homem embrutecido já não tem brio nem para revoltar-se!

Quais as causas dêste terrível flagelo? Os economistas apontam várias, oriundas das condições da moderna vida social: introdução dos grandes maquinismos na indústria,[83] repartição desigual do solo, acumulando em poucas mãos imensos latifúndios, distribuição do capital que permite aos proxenetas milionários a exploração opressora do proletariado, a própria legislação inglêsa destinada a reprimir o pauperismo, obra de Henrique VIII, Eduardo VI, Isabel, etc.... Não negamos a influência de todos êstes fatôres.

Contestamos, porém, a sua suficiência para explicar tão desastrosos resultados. As mesmas causas atuaram em outros países e em nenhum dêles produziram o pauperismo em tão larga escala. "Há sem dúvida mais miséria, mais sofrimento nos nossos pobres em Inglaterra que em nenhum outro país do mundo".[84] "É humilhante confessar que a população da Grã-Bretanha apresenta uma proporção de idiotas superior à de qualquer outro país na Europa".[85] Há, pois, outra causa que convém investigar. Num estudo original sôbre êste assunto, AGOSTINHO COCHIN chega à seguinte conclusão: "Dado o mesmo grau de pauperismo e as mesmas fôrças para combatê-lo, *o protestantismo produz um efeito incomparàvelmente menor que o catolicismo*, e esta diferença não se explica senão pela inferioridade dos meios morais de que dispõe o protestantismo".[86]

Eis a verdadeira chave dêste mistério de degradação no seio da civilização britânica. Em nenhum outro país a administração pública se tem preocupado tanto com a questão da pobreza como na Inglaterra. A verba de subvenção aos pobres absorve nos orçamentos anuais milhões e milhões de esterlinas.

O "impôsto do pobre" pesa sôbre tôda a população. O arsenal de leis é o mais complicado que se conhece.[87] Mas tudo isto é *caridade legal*, que não moraliza nem alivia o pobre, onde falta a *caridade-virtude cristã*. "A mesma abundância destas leis não prova grande abundância de virtude. Quando a lei tão de perto toca a ordem moral é para *impor* a virtude, que a religião já não sabe *inspirar*. A lei exterior vem assim em auxílio da lei interior que desfalece".[88] O inglês dá dinheiro e recusa a sua pessoa, abre a bôlsa e fecha o coração. A Inglaterra vota milhões para alimentar o pobre mas não o moraliza; teme-o como um flagelo, não o ama como irmão. Às suas obras e instituições não soube o protestantismo inspirar o sôpro da caridade divina do Cristo. Infeliz igreja anglicana! Perdeste o segrêdo do amor avangélico ao pobre. Teus pastôres já não têm o acento de BOSSUET que ensinava à côrte de Luís XIV a *eminente dignidade do pobre na Igreja, os seus direitos e as suas prerrogativas*.[89] O estado coroou-te rainha, mas o cisma que te separou do tronco onde circula a seiva vital do cristianismo, fêz-te estéril.

---

81. Cit. por AUG. NICOLAS, *Du protestantisme et de toutes les hérésies*, etc., I. II, c. 5. Cartas de Agostinho Cochin ao autor, no fim da mesma obra. Outra testemunha: "Parmi 14.000 maîtres et maîtresses en 1857, il n'y en avait pas moins de 708 qui étaient obligés de signer par une croix. Dans les *ragged-schools* de Londres, em 1853 le révérend M. Clay trouvait sur 3.000 enfants, 1.588 garçons et filles qui ne connaissaient même pas le nom de Dieu. Le rapport de sir John Pakington au Parlament en 1855 atteste que des milliers d'individus n'ont aucune notion de vice et de vertu, et même que dans une année, en une seule prison il s'est trouvé 1.300 personnes qui ignoraient qu'il y eut des mois dans l'année et des divisions du temps". *Feuilles historiques de Munich*, janvier, 1856.

82. MOIGNO, *Splendeurs de le foi*(4), Paris, 1888, t. IV, p. 694.

83. Uma fábrica, disse um Lord ilustre, é uma invenção para manufaturar dois produtos: algodão e pobres: a contrivance for manufacturing two articles: cotton and paupers.

84. SIDNEY SMITH, cit. por CHAS. LESTER, *The glory and shame of England*, 1876, Prefácio.

85. *The Daily News*, 16 Out. 1888.

86. Publicado em apêndice à obra de AUG. NICOLAS, *Du protestantisme*, etc.

87. Em 1842, Lumely, depois de advertir que recolhe apenas as leis mais importantes e ainda em vigor, cita nada menos de 117, a começar dos célebres estatutos de Isabel. Dez anos depois, em 1852 publicava um segundo volume de suplemento. De então para cá não tem diminuído nesta materia a fecundidade legislativa do parlamento inglês.

88. AG. COCHIN, *loc. cit.* A Inglaterra esqueceu que "charity to soul is the soul of charity".

89. Sermão para a dominga da Septuagésima, ed. Vives. t. VIII.

Onde está a tua maternidade fecunda? Onde as tuas Irmãzinhas dos pobres que socorrem a velhice desamparada? Onde as tuas Irmãs de caridade, as tuas Conferências de S. Vicente de Paulo que, com a esmola material, vertem no coração dos infelizes da terra o bálsamo das consolações do céu? Onde as tuas legiões de virgens que, no heroísmo da abnegação, abraçaram a bem-aventurança escondida da pobreza voluntária para aliviar os sofrimentos da miséria forçada? Na impotência sobrenatural dos teus apóstolos e dos teus pastôres pesa o castigo de tua apostasia.

Uma profunda lição de filosofia social desprende-se das rápidas considerações que vimos fazendo. A pobreza não desaparecerá nunca da face da terra. Ricos e pobres haverá sempre. A grande questão social, o grande problema da civilização cifra-se nas relações harmoniosas entre as duas grandes classes da sociedade, entre a abundância do capital e a penúria do trabalho. Dêste grande problema só existem duas soluções: a pagã e a cristã. Ou a justiça e a caridade alimentadas pelo sôpro sobrenatural da religião regulam as relações sociais e estabelece-se o equilíbrio divino do cristianismo; ou a riqueza, opressora como a fôrça e insensível como o egoísmo, reduz os 4/5 da humanidade à ignomínia do paganismo de que Roma e Atenas, com os seus milhares de ilotas e escravos bestializados, nos oferecem, na história, os mais tristes espécimes. Por mais de um aspecto assemelha-se a moderna civilização inglêsa à dos antigos romanos. O paganismo nasce no seu solo onde o cristianismo definha. Porque o protestantismo, adulterando os divinos ensinamentos do Evangelho, já não é cristianismo; mirrou-lhe a eficácia divina, estancou-lhe as fontes sobrenaturais que regeneram as sociedades.

Sim! Se a verdadeira prosperidade de um povo consiste, não na acumulação de grandes riquezas mas na sua justa distribuição, nada têm as nações católicas que invejar os esplendores externos da grandeza econômica da Inglaterra.[90] Se lhes faltam os Rotschilds

90. Já vimos como a propriedade é distribuída na católica Bélgica. Na Inglaterra a concentração das terras nas mãos de poucos senhores tem seguido uma proporção pasmosamente crescente. Em 1770 o solo dos três reinos era dividido entre 250.000 proprietários; em 1851 possuíam-no apenas 31.315 pessoas. Por esta época, Lord STANLEY revelava num discurso na Câmara dos Lordes (4 de abril de 1845) o perigo desta acumulação do capital: "O perigo para um grande país como o nosso é, em nossos dias, a acumulação da propriedade unida à extrema desigualdade com que é repartida". "Numa sociedade assim, como bem advertiu LEÃO FAUCHER, a impotência é a sorte das classes inferiores, a onipotência, o apanágio das superiores. O povo como povo fica reduzido a uma incapacidade política radical e absoluta. Daí o descontentamento geral, as tentativas de revolta. A agitação em baixo, a inquietude em cima, tal é o presente estado da Grã-Bretanha". LÉON FAUCHER, *Etudes sur l'Angleterre*, Paris, 1856, II, 103. A citação de Lord Stanley se acha na p. 100.

que enfeixam nas suas mãos as riquezas de muitos estados, os seus filhos vivem em maior abastança, em maior alegria, em maior felicidade. E só na reintegração completa dos valores espirituais do catolicismo encontrará a grande Inglaterra o segrêdo de sua felicidade perdida, só então tornará a ser a Inglaterra jovial, *merry England*.

Estados-Unidos. — Atribuir a magnificência da civilização norte-americana ao influxo protestante é querer servir, com a obstinação do ridículo, aos preconceitos de uma tese partidária, tão óbvias, tão evidentes são as causas naturais que determinaram a expansão econômica e industrial da grande República.

Depois de quanto dissemos acêrca da Inglaterra não há por que nos determos em repetir aqui considerações análogas. Os Estados-Unidos receberam da metrópole que os colonizou uma raça forte, ativa e empreendedora. O bem pôsto da sua situação geográfica, a uberdade dos seus campos, a riqueza dos seus depósitos mineralógicos, — assento natural de um grande povo — ofereceram aos novos colonos as matérias-primas de que se formam as grandes coletividades no mundo econômico e político. Para elaborá-las e utilizá-las só se queriam braços e capital. Atraiu-os a amenidade do clima, apressou-lhes a veiculação a facilidade de relações com o velho continente. As ondas de emigrantes ávidos de trabalho e de lucro, precipitando-se sôbre a jovem república, foram versar-lhe nas veias o sangue generoso que infundiu a vida e robusteceu os músculos do grande gigante.

Esquecer o influxo de todos êstes fatôres naturais tão evidentes e tão à flor da terra, para buscar nas diferenças dos credos religiosos a razão da inferioridade material da América latina, é raciocinar com cérebro de criança. Semelhantes puerilidades não se discutem, desprezam-se.

E senão apontem-me em particular a influência taumaturga do protestantismo na grandeza norte-americana. Assinalem-me por miúdo as doutrinas reformistas, os fatos, reais e determinados, em que se concretizou a sua ação civilizadora. Subtraiam-se da sua

imensa população os quase 25 milhões de católicos, que tão importante e glorioso papel têm desempenhado na política, na administração, no ensino universitário da grande República,[91] deduzam-me ainda êstes milhões inumeráveis, de indivíduos que absorvidos pela sêde do ouro, materializados pelos trabalhos da indústria moderna, vivem como máquinas a mover máquinas, sem religião, sem ideal, sem aspirações celestes, e, indiquem-me, depois dêste trabalho de decantação, no precipitado heterogêneo de protestantes importados da Inglaterra, da Alemanha, da Escandinávia, divididos em centenas de seitas e igrejinhas rivais, sem unidade de fé, sem unidade de moral, sem unidade de govêrno, a doutrina comum, a atividade comum em que se encanta, secreto e abscôndito, o talismã da prosperidade dos povos.

Uma influência, sim, exerceu o protestantismo, mas influência negativa como o seu sistema, deletéria como as suas conseqüências. O protestantismo não cobriu os défices desta grande civilização, não acendeu a luz de sublimes ideais nessa multidão de trabalhadores sequiosos de bens terrenos. Tôdas as almas nobres que ainda de todo se não metalizaram no culto de Mamona, mas conservam viva a chama do ideal, deploram o mercantilismo ianque.[92] Na América do Norte não se pergunta se um homem é honesto mas se é hábil, isto é, se sabe ganhar dinheiro. A bitola da respeitabilidade é o dólar. Defeito doloroso e de gravissímas conseqüências para a moralidade nacional. Que os princípios da Reforma tenham concorrido em algum modo para a formação desta nota psicológica característica do norte-americano é o que não é lícito duvidar. O protestantismo, acanhando os horizontes celestes, aumentou as preocupações terrenas. Por tôda a parte, cedo ou tarde, o materialismo prático há de nascer-lhe dos flancos.

Não poderíamos pôr fecho mais feliz a estas considerações sôbre a marcha ascendente das nações protestantes do que trasladando para aqui uma página de Bougaud, síntese de quanto deixamos até aqui expendido:

A grandeza das nações protestantes "foi preparada pela Igreja. Inglaterra foi católica por mil anos, não é protestante senão há três séculos.

"Foi durante êstes mil anos que ela se formou, que adquiriu as qualidades raras e altivas que a fazem grande, as suas preciosas instituições, seu júri, suas universidades, as liberdades políticas que a protegem e ainda hoje conservam. Os mais populares dentre os seus reis, Alfredo, Eduardo o confessor, Ricardo Coração de Leão, Eduardo II, Henrique V são reis católicos. Seus mais belos monumentos, catedrais, igrejas, escolas e castelos que ela com tão piedoso respeito conserva e restaura, são obra das gerações católicas. Os próprios nomes de seus colégios: Colégio de S. Madalena, de São João, de S. Albano, de S. Eduardo, do *Corpus Christi* em Oxford, do *Corpus Christi* em Cambridge, d'*All souls* ou das almas do Purgatório, etc., atestam a sua antiga fé. Acrescentemos que nenhuma raça produziu mais santos; pelo espetáculo de sua fecundidade sobrenatural ela obrigou o mundo a denominá-la *Ilha dos santos*, prova de quão profundamente durante mil anos fôra afeiçoada e formada pela Igreja católica. Entre tantas coisas que constituem a sua glória e a sua fôrça, procurai uma que seja protestante, exclusivamente protestante: não a encontrareis. Quanto nela há de grande, de liberal, de nobre lhe adveio da Igreja. Outro tanto se deverá dizer dos Estados Unidos que, com as necessárias modificações, são um prolongamento da Inglaterra.

"Quanto à Alemanha não foi menos profundo o cunho que lhe imprimiu a Igreja católica. A Prússia era um feudo da ordem teutónica. Bispos eram quase todos os seus senhores; sob o seu báculo vivia-se bem, como diz um velho provérbio do Reno. E se o gênio destas raças germânicas ficou ainda rude, porque a Igreja não pôde ultimar a sua missão, conserva contudo, na sua dureza nativa, um quer que é de elevado, de terno e de ideal que deve ao católicismo. João Tauler, Henrique Suso, Eckart, Ruysbroek, Otto de Passau comunicaram à língua alemã êsse caráter profundo e misterioso, cujo desenvolvimento foi paralisado pela Reforma e ao mesmo tempo a aptidão a exprimir o abstrato de que tanto abusam os sofistas de nossos dias.

"Numa palavra, tôdas estas raças germânicas e anglo-saxônicas foram formadas, plasmadas durante mil anos pela Igreja católica. Como não lhes havia de ficar coisa alguma do seio fecundo em que

91. Citemos apenas um fato. Sob os auspícios diretos de Roosevelt, realizou-se em Washington, em 25 e 26 de janeiro de 1906, um grande congresso para tratar da proteção à infância. Aos organizadores do congresso, que lhe apresentaram a lista dos temas e os nomes dos que deveriam tomar parte nas diferentes comissões, disse o presidente: "Nas vossas listas não vejo nenhum católico. Onde está Tom Mulry de New-York. Ninguém melhor do que êle entende dêste assunto. Se chamais os católicos para o congresso eu serei fiador das vossas resoluções; se não, não".

92. "Nulle part, en pays chrétien, la domination de l'argent n'a été aussi éhontée et aussi tyrannique". A Leroy-Beaulieu, *Le Règne de l'argent*, na *Revue des deux Mondes*, t. 108 (15 avril, 1891), p. 130.

foram concebidas, como o homem que, renunciando aos trinta anos os princípios da infância e a religião da juventude, nem por isso deixa de dever o que tem de melhor à mulher cristã que lhe foi mãe e à educação que dela recebeu?

"Ninguém contestará esta primeira observação. Mas talvez se dirá que, se a grandeza das nações protestantes foi preparada pela Igreja, foi o protestantismo que a completou, trazendo-lhe um novo e poderoso princípio de ascensão: a liberdade civil e política. É de fato o que alguns tentam afirmar. Mas a história protesta contra esta pretensão insustentável. A liberdade civil e política existia antes da Reforma e esta por tôda a parte a oprimiu. Confessa-o GUIZOT em relação à Alemanha onde reconhece que o protestantismo antes favoreceu à escravidão que à liberdade civil.[93] Idêntica demonstração deu-a DOELLINGER relativamente à Holanda, Suíça, Escócia, Suécia, Noruega e todos os países escandinavos, nos quais a heresia entravou a liberdade e exaltou o poder absoluto.[94] Do mesmo modo pensa CHATEAUBRIAND: "Lançai o olhar, diz êle para o norte da Europa, para os países em que nasceu e se manteve a Reforma; por tôda a parte, vereis a vontade única de um senhor: a Suécia, a Prússia, a Saxônia ficaram sob a monarquia absoluta, a Dinamarca tornou-se um despotismo legal. Nos países republicanos, o protestantismo fracassou; nem Gênova, nem Veneza logrou êle conquistar. Na Suíça não vingou senão nos cantões aristocráticos análogos à sua natureza e só a preço de grande efusão de sangue. Os cantões populares e democráticos Schwitz, Uri e Underwald, berço da liberdade helvética, o rejeitaram. Na Inglaterra não foi o veículo da constituição formada muito antes do século XVI no seio da fé católica. Quando a Inglaterra se separou de Roma, já o parlamento havia julgado e deposto reis; os três poderes eram distintos; não se arrecadavam impostos nem se recrutavam exércitos senão com o consentimento dos lords e dos comuns; a monarquia representativa já havia sido achada e progredia; o tempo, a civilização, as luzes crescentes teriam acrescentado as molas que lhe faltavam, sob a influência do culto católico como sob o domínio do culto protestante".[95] BALMES aprofundou êste aspecto da questão que é o verdadeiro. Da época que precedeu a Reforma traçou-nos

93. GUIZOT, *Histoire de la civilization en France*, leçon XII.
94. DOELLINGER, *L'Eglise et les églises*, c. III, p. 69.
95. CHATEAUBRIAND, *Etudes historiques*, François I.

um quadro célebre, mostrando, à evidência, que tudo estava preparado para a plena florescência da Europa cristã, no tríplice campo intelectual, moral e social. Bastava deixar correr o tempo para que tôdas as nações, com Inglaterra à frente, chegassem aos cimos da grandeza. Cimos que elas teriam atingido sob a influência do culto católico não tão bem, como diz CHATEAUBRIAND, senão mil vêzes melhor e mais ràpidamente que sob o domínio do culto protestante. Êste representa uma estagnação, uma trava de vários séculos. Eis o que demonstra BALMES e o seu capítulo[96] leva por título: o progresso da civilização paralisado pelo protestantismo".[97]

96. BALMES, *El protestantismo comparado con el catolicismo*, c. 45.
97. BOUGAUD, *Le christianisme et les temps présents*, t. IV (7), pp. 334-337.

Bibliografia: BALMES, *El protestantismo comparado con el catolicismo*, Barcelona, 1842-44 passim, principalmente c. 45; A. BAUDRILLART, *L'Eglise catholique, la Renaissance et le protestantisme*(10), Paris, Bloud, 1908; BOUGAUD, *Le christianisme et les temps présents*(7), t. IV., cc. 3-4; C. S. DEVAS, *The key to the World's progress*(2), London, 1908; FLAMÉRION, *De la prospérité comparée des nations catholiques et des nations protestantes aux points de vue économique, moral, social*, Paris, 1901; FOLLETÊTE, *De la prétendue infériorité des nations catholiques*, na *Revue de Fribourg*, 1904; GRAHAM, *Prosperity catholic and protestant*, London, 1912; G. GUTBERLET, *Lehrbuch der Apologetik*, Münster i. W. 1899, III(2) pp. 352-370; L. DE HAULLEVILLE, *De l'avenir des peuples catholiques*, 1876 M. LÉMOZIN, nas *Questions actuelles*, t. 95, (14 mars 1908) pp. 337-342; J. MAUSBACH, *Religion, Christentum, Kirche*, München, 1913, t. III, pp. 191-219; MOIGNO, *Les splendeurs de la foi*, t. IV(3), Paris, 1883; pp. 689-700; MURILLO, *Las naciones latinas en nuestros dias*, na *Razon y Fé*, 1902, t. 3, pp. 207-221; 425-438; t. 4, pp. 24-42; NAUDET, *La décadence des nations catholiques* na *Justice sociale*, 13 mai, 1905; A. NICOLAS, *Du protestantisme et de toutes les hérésies dans leur rapport avec le socialisme*, l. III. c. 5; H. PESCH, *Die sociale Befähigung der Kirche*(3), Berlin, 1911, cc. 18-19, pp. 504-581; ID., *Lehrbuch der Nationalökonomie*, Freiburg, i. B., 1909, t. II, pp. 677-730; H. ROST, *Die Kulturkraft des Katholizismus*(3), Paderborn, 1919, pp. 317-374; WEIRYCH, *Infériorité économique des nations catholiques* na *Revue sociale* de Louvain, mai 1899, pp. 214-219; juin, pp. 225-234; A. YOUNG, *Catholic and protestant countries compared in civilisation, popular happiness, general intelligence and morality*, New York, 1895 (não li esta obra); YVES DE LA BRIÈRE, *Nations protestants et nations catholiques*, nos *Etudes*, t. 104 (1905), pp. 225-242; 801-819; mesmo artigo reproduzido nas *Questions actuelles*, t. 82 (23 septembre 1905), pp. 50-74; tirado à parte em opúsculo pela Maison de Bonne Presse; G. DE LAGARDE, *Recherches sur l'esprit politique de la Reforme*, Paris, 1926.

Capítulo II

A IGREJA, A REFORMA E A CULTURA INTELECTUAL

§ 1. — *A Igreja e a cultura intelectual*

Sumário — Duas espécies de cultura. — Pregação e catecismo. — Instrução popular; escolas primárias. — Estudos superiores; criação das universidades.

A Igreja católica é a verdade. Um oceano de resplandores banha-lhe o berço. Uma imensa claridade benfazeja segue-lhe a trajetória luminosa no firmamento da história. Filha da luz, ela vive na luz como em seu elemento natural, respira a luz como o oxigênio vivificador de sua existência, esparge a luz como efusão espontânea de sua atividade fecunda.

Para averbá-la de ignorante e obscurantista fôra mister cerrar os olhos obstinados à luz da evidência, e rasgar, uma por uma, tôdas as páginas dos seus fastos gloriosos. Os adversários não recuaram ante a enormidade de semelhante delito. De que mal não é capaz uma vontade pervertida, um coração obcecado pelo fumo das paixões? Fecharam as pupilas doentias ao brilho que as molestava, adulteraram os fatos do passado, negaram as evidências do presente e ao grande mundo das pequenas inteligências, que vivem da meia luz emprestada pelas obras de fancaria, pelos libelos difamatórios, pelos folhetins de uma propaganda sem consciência, clamaram que a Igreja era inimiga das luzes e do progresso, da ciência e da filosofia, da cultura e da arte.

Que fazer ante êsse atentado sem nome? Redargüir violência com violência, opor declamação a declamação, refutar invectivas

com invectivas? Não; bastará reconstruir a história em tôda a singeleza da sua verdade, lembrando fatos incontestáveis e citando documentos que não admitem réplica. Para as almas desapaixonadas a verdade tem por si as clarezas irresistíveis da evidência. Para os espíritos partidários não há fulgor meridiano que não eclipsem os vapores tenebrosos do preconceito pertinaz.

Esbocemos, em rápido escôrço, esta reconstrução histórica de luzes e de glórias.

Distingo duas espécies de cultura intelectual: a cultura religiosa, essencialmente necessária a todo o homem para conseguir os destinos divinos de sua natureza e a cultura profana e acidental, que é um dos primeiros fatores de sua felicidade terrestre e o instrumento mais poderoso que lhe deu o Criador para firmar o cetro da sua soberania sôbre o mundo sensível.

É no campo da cultura religiosa que a Igreja exerce *diretamente* a sua ação civilizadora. Disse-lhe Cristo: ensinai a todos os povos. Ensinai-lhes, não a álgebra ou a astronomia, a química ou electrotécnica, mas o resumo substancial destas verdades eternas, sem as quais o homem cessa de ser homem para baixar ao nível de um bruto aperfeiçoado. Ensinai-lhes a origem divina de sua existência, a sublimidade sobrenatural dos seus destinos, as grandezas dos mistérios cristãos. Dizer-lhes o que devem crer e o que devem esperar para conseguir um dia a felicidade suprema de uma vida melhor, sôbre a qual já não têm poder as vicissitudes do tempo.

Eis o que é essencial ao homem. Possuísse êle a soma incalculável de todos os conhecimentos experimentais e ignorasse a substância destas verdades que lhe norteiam a atividade moral e religiosa, sua vida, sem destino nem ideais, não passaria de um grande êrro que iria fatalmente terminar numa catástrofe irremediável. Oxalá não o houvessem olvidado tantas vêzes os paladinos da instrução moderna que, esquecidos de Deus, de Cristo e da eternidade, julgaram haver achado o talismã da regeneração dos povos num punhado de noções literárias, geográficas e aritméticas.

À missão divina confiada pelo Salvador, a Igreja não foi infiel um só instante da sua existência. Apenas nascida, iniciou pela *pregação* êste ensinamento popular das verdades mais sublimes, que durante séculos não soube inventar a sabedoria pagã, constrangida, na esterilidade de sua ação impotente sôbre as turbas, a circunscrever o seu magistério a um círculo estreito de iniciados. A velhinha cristã, o humilde operário cristão, assíduo às instruções do seu pastor, não saberá talvez soletrar as páginas de um jornal mas possui,

com certeza infalível, um patrimônio de verdades sublimes de que se não podem gloriar os maiores gênios da antiguidade pagã.

Mais tarde, ela consubstanciou todos êstes ensinamentos nas páginas de um livrinho maravilhoso. Nas torturas indizíveis de uma dúvida que lhe amargurava a existência, ninguém talvez melhor do que JOUFFROY descreveu a fecundidade divina da ação universal do catecismo sôbre as inteligências. Ouvi esta página célebre: "Il y a um petit livre qu'on fait apprendre aux enfants et sur lequel on les interroge à l'Eglise. Lisez ce petit livre qui est le catéchisme. Vous y trouverez une solution de toutes les questions que j'ai posées, de toutes sans exception. Demandez au chrétien d'où vient l'espèce humaine, il le sait. Demandez à ce pauvre enfant, qui de sa vie n'y a songé, porquoi il est ici-bas et ce qu'il deviendra après sa mort; il vous fera une réponse sublime qu'il ne comprend pas (?!), mais qui est admirable. Demandez-lui pourquoi le monde a été créé, à quelle fin... pourquoi les hommes parlent plusieurs langues, pourquoi ils souffrent, pourquoi ils se battent et comment tout cela finira, il le sait. Origine du monde, origine de l'espèce, questions de race, destinée de l'homme en cette vie et en l'autre, rapports de l'homme avec Dieu, devoirs de l'homme envers ses semblables, droits de l'homme sur la création, il n'ignore rien et quand il sera grand, il n'hésitera pas davantage sur le droit naturel, sur le droit politique, sur le droit des gens, car tout cela sort, tout cela découle avec clarté et comme de soi-même du christianisme".[1]

Mas a inteligência é a rainha das faculdades humanas; seu cultivo e desenvolvimento aliado à retidão da vontade é a maior perfeição natural do homem. E a Igreja ama a natureza humana. Tudo o que a engrandece, exalta e dignifica, constituiu sempre o objeto mais afagado de suas solicitudes maternas. E não é a cultura natural da razão o veículo espontâneo dos ensinamentos da fé? Não é a natureza estudada, conhecida, admirada, o espelho mais límpido das perfeições divinas? Não nos oferecem as harmonias da criação as mais belas analogias dos mistérios altíssimos da graça? Almas apoucadas, espíritos tacanhos, entendimentos de meia luz êstes que arreceiam nos progressos da ciência um estôrvo natural às influências da religião. Não. Astrônomos, matemáticos, físicos, geólogos, historiadores, observai, numerai, investigai, desco-

1. TH. JOUFFROY, *Du problème de la destinée humaine*, em *Mélanges philosophiques*, Bruxelles, 1834, pp. 361-2.

bri, criticai. Conscientes ou inconscientes da sublimidade de vossa missão, elevais o mais belo monumento à glória do Criador, fundamentais o mais inconcusso pedestal às verdades da religião revelada. Do vértice desta pirâmide, construída pelos maiores dentre os vossos gênios, eu sinto, na minha consciência cristã, que mais seguro e mais glorioso se me desprende o vôo para as alturas da fé, inacessíveis aos vossos instrumentos. Depois do heroísmo da caridade não conheço na terra espetáculo mais belo que a fronte do gênio, aureolada pelas glórias da ciência e modestamente curvada na penumbra do santuário ou no silêncio do genuflexório, absorvida ante as grandezas inefáveis da Dividade. AMPÈRE e PASTEUR, rolando as contas humildes de um rosário entre os mesmos dedos, que, no silêncio dos laboratórios científicos, tantos segredos arrancaram à natureza — cena de paraíso!

A Igreja divinamente inspirada compreendeu bem cedo a beleza dêste espetáculo e ei-la desde o seu nascer, tôda zêlo, tôda cuidados para cultivar e aperfeiçoar a inteligência do homem, ainda no domínio dos conhecimentos naturais.

Passai ràpidamente sôbre os primeiros séculos de sua existência. Vêde-a de relance abençoando e santificando a filosofia dos JUSTINOS, dos ARISTIDES, dos ATENÁGORAS, que lhe vinham depor no regaço as mais delicadas flores da sabedoria pagã. Contemplai-a em Alexandria, em Bizâncio, em Antioquia e em Atenas abrindo universidades, fundando bibliotecas, educando os CLEMENTES e os ORÍGENES. Saudai, de vôo, esta plêiade de seus gênios, chamados AGOSTINHO, JERÔNIMO, CRISÓSTOMO, GREGÓRIO, ATANÁSIO, BASÍLIO e LEÃO, que na literatura, na eloqüência, na poesia, na filosofia, na teologia e na ética nos legaram o opulento patrimônio espiritual que enriqueceu tôdas as gerações da Europa cristã e que será lido, estudado e admirado até ao fim dos tempos.

Demorai-vos, porém, um pouco mais de sobremão em contemplar maravilhados a sua grande obra educadora nos séculos de crise para o progresso da humanidade. Com a irrupção quase simultânea das hordas barbáricas, caíram, desfeitos em pó, os últimos restos da civilização pagã. Instituições políticas e sociais, monumentos de arte, tradições antigas, tudo levou de roldão, no seu avançar irresistível, a imensa onda invasora. Neste novo ambiente social, sem tradições literárias e científicas, começou a Igreja a desenvolver a sua grande atividade restauradora. Foi nos mosteiros dos seus religiosos, — oásis de paz semeados nos campos talados pelas novas raças a se entrechocarem em embates épicos, — que se preservaram

da total ruína as obras-primas da antiguidade clássica. No silêncio dêstes asilos, protegidos e santificados pela religião, conservou-se o fogo sagrado da ciência. Daí, como de foco intenso, irradiaram as luzes que haviam de iluminar a nossa civilização. Admirável a obra científica realizada na obscuridade anônima do recolhimento por êstes monges incansáveis, que empregavam as horas não ocupadas pela salmodia ou pelo sono escasso em transcrever e arquivar pacientemente a herança intelectual do passado!

Um só convento, asseverou o racionalista GIBBON, prestou mais serviços às letras que as duas Universidades de Oxford e Cambridge, juntas. "Uma abadia, escreve por sua vez AGOSTINHO THIERRY, não era só um lugar de oração e contemplação, era outrossim um asilo público contra a invasão da barbárie. Refúgio dos livros e das ciências, nelas havia também oficinas de tôda a espécie, e suas terras eram modelos de herdades. Às suas escolas vinham instruir-se os conquistadores, que por bem entendido interêsse desejavam cultivar e colonizar os próprios domínios".[2]

A Itália, sede do Papado, não viu nunca as sombras da ignorância descerem sôbre os seus filhos. Dela se propagou o movimento da renascença literária por tôda a Europa. Já no século VI o concílio de Vaisson invoca o *exemplo antigo da Itália* para lembrar aos sacerdotes das Gálias o rigoroso dever de instruir e educar a juventude. Mais tarde, quando CARLOS MAGNO visitou a península, ficou profundamente impressionado pela vitalidade literária que florescia nas suas escolas e concebeu o grandioso projeto de introduzir entre os seus guerreiros o culto mais humano dos livros e das ciências. De volta ao império, ordena pelas célebres *capitulares* de 797 que por tôda a parte se instituam escolas. E onde foi êle buscar os seus professôres? Entre os monges e os sacerdotes. FRIDEGÍSIO, RABANO MAURO e principalmente ALCUINO, monge de York, foram a alma da renascença carlovíngia. E onde se abriram as novas escolas? Ao pé dos mosteiros e das igrejas. Multiplicaram-se então por tôda a Europa as *escolas monacais*, anexas aos conventos, tendo cada uma duas seções, uma para os religiosos, outra para os

2. A. THIERRY, *Essai sur l'histoire du tiers état*, ch. I, ap. HETTINGER, *Apologie des Christentums*(9). Freiburg, i. B., 1908, t. V, p. 392. "On peut le dire sans exagération: l'esprit humain proscrit, battu de la tormente se réfugia dans l'asile des églises et des monastères; il embrassa en suppliant les autels, pour vivre sous leur abri et à leur service, jusqu'à ce que des temps meilleurs lui permissent de reparaitre, dans le monde et de respirer en plein air". GUIZOT, *Histoire de la civilisation en France*, t. I, p. 137.

leigos; as *escolas catedrais* adidas às sedes diocesanas, contendo igualmente duas subdivisões, respectivamente franqueadas aos clérigos e aos seculares. Além destas duas espécies de escolas, de muito, as mais numerosas, acompanhando a côrte, fundaram-se também as *escolas palatinas,* regidas por membros do clero.[3]

Tôda a legislação eclesiástica dêste tempo respira a grande solicitude da Igreja pela instrução e educação das massas. No direito canônico se encontra com admirável energia condensado todo o seu pensamento a êste respeito: "A ignorância é a mãe de todos os erros. A ignorância é apenas tolerável num leigo; num sacerdote é inexcusável, imperdoável". Tôda a atividade foi sempre norteada por êste ideal. No século VIII, Teodolfo, bispo de Orléans, baixava o seguinte decreto: "Os sacerdotes mantenham escolas nas aldeias e nos campos; se qualquer (quislibet) dos fiéis lhes quiser confiar os seus filhos para aprender as letras, não os deixem de receber e instruir, mas ensinem-lhes com perfeita caridade. Nem por isso *exijam salário ou recebam recompensa alguma,* a não ser, por exceção, quando os pais voluntàriamente a quiserem oferecer por afeto ou reconhecimento".[4] Êste decreto foi adotado, palavra por palavra, pelos regulamentos eclesiásticos da Inglaterra.

Leis semelhantes enunciadas em têrmos análogos encontram-se em quase todos os concílios da época. Lembremos os de Aix-La-Chapelle (789), Thionville (805), Mogúncia (813), Roma (826), Paris (829), Valência (855). O 3.º concílio ecumênico de Latrão

---

3. Na sua coleção de capitulares do grande imperador, escreve ANSEGÍSIO, abade de S. Vaudrile: "Carlos quis que se abrissem escolas em todos os mosteiros e bispados a fim de que os *filhos dos homens livres do mesmo modo que os filhos dos servos* aprendessem gramática, música e aritmética". "Um sem número de fatos atesta que os mosteiros eram, em tôda a parte, focos de educação não sòmente para os jovens clérigos senão também para a juventude leiga". MONTALEMBERT, *Les moines d'Occident,* Paris, 1877, t. VI, p. 176. Falando do estado das letras antes de Carlos Magno (do séc. VI ao VIII) GUIZOT se admira "de la merveilleuse activité intelectuelle de cette époque et du grand nombre des oeuvres littéraires qu'elle a produites". E o progresso acentuou-se com o tempo. Nos sécs. X e XI a só escola de Fleury contava cinco mil estudantes. Sôbre a difusão do ensino na Europa nos primeiros séculos da idade média e os serviços prestados pelos monges às ciências, às letras, à educação e à história, cfr. MONTALEMBERT, *Les moines d'Occident,* t. VI, I. XVIII, c. 4, pp. 142-238; FREDERICO OZANAM, *Études germaniques,* Paris, Lecoffre, 1855, t. IV, c. 9, pp. 388-553 (t. IV das obras completas). Resumindo a influência social dos monges anglo-saxônios diz MONTALEMBERT: "Alegramo-nos de haver dado quase a cada página dêstes volumes a demonstração do que fizeram [os monges] para a nutrição intelectual da Inglaterra. Vemos que entre os anglo-saxões, como entre os celtas da Irlanda, da Caledônia, da Câmbria os mosteiros eram os únicos centros de educação religiosa e liberal e que a instrução nêles tanto procurada era a um tempo muito vária e muito literária". *Op. cit.* t. V, I. XVI, c. único.

4. SIRMOND, *Concilia Galliae,* II, 215.

reunido em 1179 no seu cânon 18 assim legislava para a Igreja universal: "A Igreja de Deus, como mãe piedosa tem o dever de velar pelos pobres aos quais pela indigência dos pais falecem os meios suficientes, a fim de que possam fàcilmente estudar e progredir nas letras e nas ciências. Ordenamos, portanto, que em tôdas as igrejas catedrais se proveja um benefício conveniente a um mestre, encarregado de ensinar *gratuitamente* aos clérigos dessa igreja e *a todos os alunos pobres*".[5]

O resultado dêsse esfôrço imenso para desbastar a rudeza daquelas raças foi povoar tôda a Europa de institutos de ensino primário. Onde se elevava um templo, abria-se-lhe ao lado uma escola. Graças a êste zêlo incansável, a França, a Inglaterra e a Alemanha viram florescer em seu solo êstes seminários ferazes das ciências e das artes.

Na sua obra, *L'éducation populaire dans l'Allemagne du Nord,* E. RENDU, inspetor geral da Universidade de França, assim se exprimia a respeito da Alemanha nos tempos que precederam imediatamente a Reforma: "O *catolicismo* enchera a Alemanha, como o *resto da Europa,* de escolas populares; decretara que o clero admitisse nestas escolas os filhos dos servos e dos livres; que todo o sacerdote encarregado de cura das almas exercesse o magistério ou por si ou por meio de um clérigo; que os bispos nas suas visitas procurassem abrir escolas onde não existissem; que o pastor de cada paróquia subministrasse aos pobres ensino *gratuito*... A Igreja católica fizera mais. Antecipando o pensamento de S. João Batista de la Salle, os discípulos de Gerardo van Goote ensinavam aos pobres a ler e escrever, a religião e as artes mecânicas. Dos Países Baixos, onde havia sido fundada a Ordem, levaram êstes irmãos no século XIV a luz da ciência e da caridade a ambas as margens do Reno, à Westfália, à Saxônia, à Pomerânia, à Prússia e à Silésia. No mesmo tempo os mosteiros de religiosas subministravam às filhas do povo as professoras que a Reforma lhes havia de tirar... Destarte o catolicismo havia lançado a pedra angular do ensino, constituindo assim para o povo como para os literatos a base da civilização germânica".[6]

---

5. MANSI, XXII, 227-228. O 4.º Concílio de Latrão confirmou êste decreto e o ampliou a tôdas as igrejas que se achassem em condições de manter um professor de gramática: MANSI, XXII, 999.

6. E. RENDU, *De l'éducation populaire dans l'Allemagne du Nord,* Paris, 1855, pp. 6-7.

PAULSEN não fala diversamente: "Na idade média a cultura foi popular. Todos tinham uma língua, uma fé, uma poesia, uma Igreja, uma arte; do século XV em diante observa-se um desmembramento do corpo social em doutos e ignorantes, ou, como hoje se diz, em pessoas cultas e incultas. A renascença foi sua causa próxima ou a sua primeira manifestação".[7]

Concluamos com o célebre protestante HURTER na sua clássica *História de Inocêncio III*: "Só os espíritos superficiais, que nunca lançaram um olhar sôbre os documentos da época, ou os espíritos orgulhosos, obcecados pela pretendida superioridade de seu tempo ou pelo ódio sistemático, ousam acusar os Papas da idade média de haver favorecido a ignorância".[8] Com HURTER afinam todos os autores que conhecem a história. Citarei um só, em quem não pode caber suspeição de parcialidade, o Sr. LOUANDRE: "Nous entendons répéter chaque jour, même par des lettrés, que le moyen âge a systématisé l'ignorance, que le clergé abêtissait les populations pour les dominer, que les nobles ne savaient pas même signer leur nom et qu'ils s'en faisaient honneur. Les recherches de M. de Beaurepaire sur l'instruction publique dans la diocèse de Rouen, l'*Histoire des écoles de Montauban* du Xe au XVIe siècle et quelques autres monographies locales montrent ce qu'il en est de ces assertions... L'ancienne France ne comptait pas moins de 60.000 *écoles*; chaque ville avait ses groupes scolaires, comme on dit à Paris, chaque paroisse avait son pédagogue, son *magister*, comme on dit dans le Nord. Au XIIIe siècle, tous les paysans de la Normandie savaient lire et écrire... Avant 89 il n'éxistait pas moins de dix-neuf villes d'Universités ou se pressaient de nombreaux élèves. Les nobles pas plus que les villains n'étaient hostils au savoir et aux lettres... L'enseignement public était très florissant au moyen âge... La guerre de cent ans et les guerres de religion lui portèrent un coup fatal".[9]

Que dizer agora do nosso gramático que, sem pestanejar, afirma muito sèriamente aos seus leitores que "a organização da instrução popular data da Reforma", p. 121, e que "o analfabetismo é a vida cancerosa da Igreja Romana; a ignorância, a condição do

7. PAULSEN, cit. por SCHANZ, *Apologie des Christentums*(3); trad. ital. de Pellegrinetti, Firenze, 1910, t. III, p. 187.

8. HURTER, *Geschichte Papst Innoc. III*, Hamburg, 1836. Trad. ital. de Cesare Rovida (Milano, 1840, t. III, p. 496).

9. CH. LOUANDRE, *Les études historiques en France depuis la guerre*, na *Revue des Deux Mondes*, 15 janv. 1877, pp. 452-3.

seu florescimento"?, p. 126. Evidentemente, ou êste homem calunia ou nunca abriu um livro sério de história.

Até aqui quase só nos ocupamos da solicitude da Igreja em instruir as multidões, os pequeninos e os pobres. Bem cedo, porém, ela se esforçou por alargar os horizontes da cultura intelectual e *criou as universidades*, sementeiras fecundas de homens ilustres, vastos laboratórios da ciência moderna.

Datam do século XII (c. 1100) as primeiras universidades erigidas na Europa. O seu número multiplicou-se ràpidamente em tôda a cristandade. Em estudo magistral sôbre essa matéria.[10] DENIFLE conta 55 universidades fundadas até ao ano de 1440.[11] Se a estas acrescentarmos mais 12 escolas superiores a que falsamente se atribuiu êsse título,[12] temos um total de 67 institutos de ensino superior, fundados na Europa, no intervalo de pouco mais de dois séculos, após a luta pertinaz contra a ignorância e as outras conseqüências das invasões bárbaras. Dêstes institutos, a Itália possuía 31, a França 14, a Espanha 9, a Áustria-Hungria 5, o Império germânico 3, a Inglaterra 2, a Irlanda 1, Portugal 1, a Suíça 1.

Só esta distribuição geográfica mostra para logo onde se achava o centro da cultura, o foco donde irradiavam as luzes para tôda a Europa: é a Itália, sede do Papado.

Mas, sob a direção de DENIFLE, particularizemos mais. Qual a origem destas universidades? Impossível dar uma resposta geral. Podemos, neste ponto de vista, distribuí-las em quatro grandes categorias. À primeira pertencem as universidades constituídas antes de 1230, *ex-consuetudine*, sem nenhum diploma de fundação. São 11: Paris, Bolonha, Oxford, Orléans, Angers, Salerno, Pádua, Vercelli, Reggio, Modena e Vicenza.[13] A começar daquela data não se encontra nenhuma universidade fundada sem diploma. As erigidas com diploma *exclusivamente* PAPAL constituem a segunda categoria e são 21.[14] A 3.ª categoria compreende 13 universidades

10. H. DENIFLE, *Die Universitäten des Mittelalters bis* 1400, Berlin, 1885.

11. Dêste número, porém, cumpre deduzir 9 universidades, cujos diplomas de fundação não chegaram a ser executados. São elas: na *Itália* 4: Fermo, Verona, Orvieto, Lucca; na *França* 1: Pamiers; na *Irlanda* 1: Dublin; na Suíça 1: Genebra; na *Espanha* 2: Valência e Alcalá. Algumas destas foram efetivamente erigidas depois de 1400, têrmo a que cingiu Denifle as suas investigações. DENIFLE, *Op. cit.*, pp. 630-655.

12. São elas: Macerata, Lião, Brescia, Messina, Palermo, Viena, Parma, Reims, Todi, Pistoia, Mantua, Parma. DENIFLE, *Op. cit.*, pp. 221-231.

13. DENIFLE, *Op. cit.*, pp. 231-301.

14. Eis as mais célebres, distribuídas geogràficamente: *França* 5: Tolosa (Gregório IX, 1229), Montpellier (Nicolau IV, 1289), Avinhão (Bonifácio VIII, 1303), Cahors (João XXII, 1332), Grenoble (Bento XII, 1339); *Itália* 4: Roma 2 universidades, a da Cúria Pontifícia

fundadas por diploma *exclusivamente imperial ou principesco*.[15] Na 4.ª categoria incluem-se 10 outras universidades, cuja origem é devida a *diploma papal e imperial ou principesco, juntamente*.[16] Assim das 44 universidades fundadas com diploma até 1400, 31, isto é, quase 3/4 foram total ou parcialmente criação da Igreja. Às outras concederam os Papas proteção, auxílios e privilégios.

O século seguinte, prolongado até a explosão da Reforma, não foi menos fecundo em criações universitárias. Infelizmente não temos para êste período a guia preciosa e autorizada de um DENIFLE. Mas ainda assim conseguimos averiguar a fundação de 30 universidades, devidas umas à munificência de príncipes católicos, outras à iniciativa exclusiva dos Papas e bispos, outras ainda à colaboração harmoniosa dos dois poderes. Geogràficamente, assim se distribuem êstes grandes estabelecimentos de ensino: Alemanha 11; França, 6; Itália, 3; Espanha, 3; Escócia, 33;[17] Bélgica, 1; Suíça, 1; Dinamarca, 1; Suécia, 1.[18]

(Inocêncio IV, 1244-45) e a Sapiência (Bonifácio VIII, 1303), Pisa (Clemente VI, 1343), Ferrara (Bonifácio IX, 1392); *Alemanha* 3: Heidelberg (Urbano VI, 1385), Colônia (Urbano VI, 1388), Erfurt (Urbano VI, 1389); *Hungria* 2: Pécs (Urbano V, 1367), Buda (Bonifácio IX, 1389-90); *Inglaterra* 1: Cambridge (João XXII, 1318); *Espanha* 1: Valladolid (Clemente VI, 1346), etc. DENIFLE, *Op. cit.*, pp. 301-424.

15. As mais conhecidas: *Espanha* 5: Valência (Afonso VIII, 1212-14), Salamanca (Fernando III, 1243), Sevilha (Afonso o Sábio, 1254), Lérida (Jaime II, 1300), Huesca (Pedro IV, 1354); *Itália* 4: Arezzo (Carlos IV, 1355), Siena (Carlos IV, 1357), Nápoles (Frederico II, 1224), Treviso (Frederico o Belo, 1318); *França* 1: Orange (Carlos IV, imp. 1365). DENIFLE, *Op. cit.*, pp. 424-515.

16. Eis as mais importantes: *Itália* 4: Perúgia (Comune di Perugia, 1266, Clemente V, 1308), Florença (Senhoria 1321, Clemente IV, 1349), Placência (João Galeazzo, 1398, Inocêncio IV, 1248), Pavia (Carlos IV imp. 1361, Bonifácio IX, 1389); *Áustria-Hungria* 3: Praga (Carlos IV imp. 1348, Clemente VI, 1347), Viena (Rodolfo IV, duque d'Áustria, 1365, Urbano V, 1365), Cracóvia (Casimiro, 1364, Urbano V, 1364); *Portugal* 1: Lisboa-Coimbra (D. Dinis, 1288-1309, Nicolau IV, 1290); *Espanha* 1: Perpignan (Pedro IV de Aragão, 1349, Clemente VI, 1243). Cfr. DENIFLE, *Op. cit.*, 515-630.

17. Das 4 universidades mais importantes da atual Escócia presbiteriana, só uma, a de Edimburgo, parece ser de fundação protestante (Jaime VI, 1582), as outras três, Glasgow, Aberdeen e St. Andrews, são de origem católica. Digo parece, porque, segundo o protestante KEITH, o verdadeiro fundador da Universidade de Edimburgo foi o bispo católico de Orkney, ROBERTO REID (1558).

18. Mais particularmente: *Alemanha*, 11: Wurzburgo (1402, Bonifácio IX), Leipzig (1409, Alexandre V), Rostock (1419, Martinho V), Greifswald (1456, Calixto III), Friburgo in Baden (1455), Tübingen (1477), Ingolstadt (1459, Pio II), Treviri (1450), Mainz (1476, Sixto IV), Wittemberga (1502), Francoforte a. Oder (1506, Julio II); *França* 6: Aix na Provença (1409), Poitiers (1431), Caen (1437, Eugênio IV), Bordaux (1441), Nantes (1463, Pio II), Bourges (1465, Paulo II); *Itália* 3: Turim (1412), Parma (1422), Catânia (1445); *Espanha* 3: Alcalá (1499), Barcelona (1450, Nicolau V), Valência (1452); *Escócia* 3: St. Andrews (1411, bispo H. Wardlaw), Glascow (1453), Aberdeen (1494); *Bélgica* 1: Lovaina (1426); *Suíça* 1: Basiléia (1460, Pio II); *Suécia* 1: Upsala (1477); *Dinamarca* 1: Copenhague (1479, Sixto IV).

Resumindo: No decurso de pouco mais de 3 séculos (XII-XVI), no seio de uma sociedade emersa, não havia muito, da barbárie, lutando contra todos os obstáculos de um ambiente sem patrimônio intelectual hereditário, *a Igreja católica, coadjuvada por príncipes e soberanos católicos com um esfôrço civilizador gigantesco, conseguia dotar a Europa de* 97 *institutos superiores de ensino*.

Não menos que o número, era notável a atividade intelectual das universidades medievais. Direito, medicina, línguas,[19] artes, ciências, filosofia, teologia, tudo se ensinava e cultivava com ardor. Em 1388 a Universidade de Bologna contava 68 professôres (sem contar os teólogos, que, membros de institutos religiosos, não recebiam vencimentos públicos) assim distribuídos: direito canônico 12, direito civil 27, medicina 14, artes 15. Em 1474 a Universidade de Ferrara numerava 51 professôres: 14 de direito romano, 9 de direito canônico, 2 de grego e os mais de medicina, filosofia, artes e letras latinas. O corpo docente da Sapiência de Roma em 1514 constava de 88 lentes: 20 de direito civil, 11 de direito canônico, 15 de medicina, 4 de teologia, 38 de artes, isto é, filosofia, matemáticas, retórica e gramática.

Ao número dos mestres correspondia a freqüência dos alunos. A língua latina usada no ensinamento facilitava a afluência da juventude de tôdas as nações aos grandes centros de cultura. Em 1200 Bolonha contava dez mil estudantes: italianos, lombardos, francos, normandos, provençais, espanhóis, catalães, inglêses, germanos, etc. Pouco antes da Reforma, no século XVI, as universidade de Zwoll, Bois-le-Duc, Colônia, Deventer eram freqüentadas respectivamente por 800, 1.200, 2.000 e 2.200 estudantes. A de Viena contava 3.000 e sob Maximiliano I, 7.000; a de Lovaina, fundada por Martinho V, no século XVI, segundo o testemunho de JUSTO LÍPSIO numerava 7 a 8 mil escolares e 2.000 estudantes de leis; as de Paris e Cracóvia, nos seus melhores tempos, atingiram a elevadíssima cifra de 15 mil estudantes.

---

19. Um decreto de CLEMENTE V, no Concílio de Viena de 1311, ordenava que se abrissem cursos de línguas orientais: hebreu, caldeu, árabe, armênio, etc. Poucos anos depois, Paris, Bolonha, Oxford, Salamanca, Roma já tinham os seus *magistri linguarum*. Antes, porém, do decreto do concílio vienense já a iniciativa particular havia promovido com êxito os estudos linguísticos. Em 1350 S. RAIMUNDO DE PEÑAFORT alcançava do geral dos domínicos João Teutônico, a ordem de fundação de escolas para o árabe e êle próprio as iniciava, abrindo uma em Tunísia, outra em Múrcia. Quase na mesma época o B. RAIMUNDO DE LULO consagrava 10 anos ao estabelecimento do Colégio da Trindade de Miramar, destinado ao estudo do árabe e aprovado em 1276 por João XXII. A propaganda ativa dêste zeloso missionário junto aos papas e cardeais preparou em grande parte o decreto do Concílio de Viena.

A fim de facilitar aos pobres o acesso aos estudos superiores, a caridade católica fundara, em quase tôdas as universidades, bôlsas ou becas de subvenção. Em Paris contavam-se 610 bôlsas fundadas pelo clero;[20] em Lovaina havia mais de 40 colégios ou casas destinadas a hospedar e alimentar os estudantes diligentes e talentosos mas sem recursos financeiros.

À vista dêste rápido esbôço quem ousará acusar a idade média de obscurantismo ou inculpar a Igreja católica de haver estorvado o progresso das ciências?

Nem só na fundação das universidades consistiu a ação da Igreja em prol da cultura. Percorrei a história dos Papas e numerai, se possível, as suas benemerências científicas. Ouvi esta página de FREPPEL: "Seria infinito se quisesse enumerar todos os serviços prestados pelo Papado às ciências e às letras. Mostrar-vos-ei um Papa à frente da renascença da literatura grega e latina; os prófugos de Constantinopla que vêm buscar asilo à sombra do trono pontifício; Lascaris, no Esquilino, ao lado do palácio de Leão X ensina o grego à Europa admirada; Nicolau V que mantém uma legião de doutos que vão à cata de manuscritos, por todo o mundo; Pio II, o douto Enéias Sílvio, que une a própria ciência às luzes dos seus protegidos. E para mais nos aproximarmos dos nossos dias citarei Paulo IV que favorece a Copérnico nas suas imortais descobertas; Gregório XIII, que pede à astronomia um cômputo mais regular dos meses e dos dias;[21] SIXTO V que amplia a Biblioteca Vaticana,[22] maravilha do mundo; URBANO VIII cujas poesias latinas figuram com razão entre os melhores trabalhos do gênero nos tempos modernos, e finalmente o grande Bento XIV, ao qual prestava homenagem o próprio Voltaire que nêle saudava o homem mais douto do século XVIII".[23]

20. O pio e douto cônego ROBERTO DE SORBON fundou em 1232 o colégio de Sorbona (donde, mais tarde o nome dado a tôda a universidade) para auxiliar os estudantes pobres. O colégio Mirton, fundado em Oxford, em 1274, o colégio de S. Pedro (Peterhouse) fundado em Cambridge em 1284 foram os primeiros dos numerosos institutos análogos das duas célebres universidades inglêsas. Em Bolonha antes de 1400 já se contavam 6 grandes colégios, entre os quais o espanhol, devido à munificência do Cardeal ALBORNOZ (1364) e que ainda hoje se conserva.

21. Como é sabido, GREGÓRIO XIII reformou em 1582 o calendário juliano que apresentava nesta época uma diferença de 11 dias do calendário astronômico. As nações católicas abraçaram logo a indispensável reforma. Os protestantes, por ódio ao Papado (oh! espírito científico!) recalcitraram por quase dois séculos. A Inglaterra só o adotou em 1752, a Suécia em 1753, os Estados alemães em 1776. Naturalmente não convinha ceder à verdade, só porque promulgada pelo Papa! Era preferível estar em contradição com a ciência que em harmonia com Roma! Ainda hoje, a cismática Rússia, por acinte ao Sumo Pontífice, caminha no seu calendário com um atraso de 12 dias em relação ao resto do mundo civilizado.

22. Ainda em nossos dias, a Santa Sé adquiriu por 600.000 liras a riquíssima biblioteca dos príncipes Barberini, com 50 mil volumes e uma preciosa coleção de 12.000 manuscritos. LEÃO XIII franqueou aos doutos de todo o mundo os salões da magnífica biblioteca Vaticana que, uma das melhores do mundo, conta atualmente cêrca de 60.000 codices e 8.000 incunábulos. Quem viu no palácio dos Papas esta plêiade de sábios (mais de 250 que afluem anualmente para estudos prolongados) a enriquecer a ciência com a investigação dos tesouros da antiguidade, por mais sectário, não lhe sobra ânimo de acusar a Igreja católica de hostil ao progresso científico.

Voltemos a página e estudemos a influência da Reforma na cultura intelectual da Europa.[24]

§ 2. — *A Reforma e a cultura intelectual.*

SUMÁRIO — Aniquilamento da razão na teologia de Lutero. — Desorganização do ensino primário. — Decadência das escolas secundárias e superiores. — Guerra às belas-artes.

Acabamos de demonstrar com a história na mão que, ao nascer a Reforma, já na Europa cristã, de há muitos séculos se havia delineado, sob o alto patrocínio da Igreja, o grande movimento intelectual que preparou os esplendores da civilização moderna. As escolas primárias extraordinàriamente multiplicadas cobriam o Ocidente cristão. As Universidade franqueavam as suas portas à juventude ávida de saber. Os monumentos de arte aformoseavam as cidades; as catedrais góticas, milagres de ciência, arte e fé, elevavam as suas agulhas e as suas ogivas como testemunhas perenes da alta cultura das gerações que as idearam e executaram.

À Reforma já não restava nenhuma iniciativa no campo intelectual. Cronològicamente a Igreja a precedera de muitos séculos na obra civilizadora. Só a uma glória podia ela pretender: a de

23. Outro distinto historiador recente: "Citer les noms de Pie II, de Nicolas V, de Jules II et de Léon X, c'est évoquer le souvenir de la plus puissante et de la plus efficace protection que la vie intellectuelle du genre humain ait jamais reçue d'une autorité souveraine". G. KURTH, *L'Eglise aux tournants de l'histoire*(5), Bruxelles, 1913, p. 153.

24. *Bibliografia.* Sôbre a influência da Igreja na cultura intelectual podem consultar-se: BALMES, *El protestantismo comparado con el catolicismo*, Barcelona 1842-44, cc. 69-72; BRENNAN, *What Catholics has done for science*, New-York, 1898; CHATEAUBRIAND, *Le génie du christianisme*; M. FRANCIS EGAN, *Glories of the Catholic Church in Art, Litterature and History*, Chicago, 1896; HETTINGER, *Apologie des Christentums*(9), Freiburg i. B., 1908, t. V, c. 21, pp. 176-291; LODIEL, *Nos raisons de croire*, Paris (sem data) maison de la Bonne Presse, cc. III, VI; L. PRUNEL, *L'Eglise*, Paris, Beauchesne, 1919: Append. III, L'Eglise et l'enseignement primaire avant la Révolution, pp. 306-329; L. A. PAQUET, *L'Eglise et l'éducation à la lumière de l'histoire et des principes chrétiens*, Québec, 1909: I. Partie, pp. 1-56; SCHANZ, *Apologie des Christentums*(3), Freiburg i. B. 1906, t. III, § 15; pp. 659-692; G. P. SINOPOLI GIUNTA, *Storia letteraria della Chiesa*, 2 vols., Torino-Roma, Marietti, 1920-22; ZAHM, *What the Church has done for science*, Notre Dame, Indiana, Trad franc. de FLAGEOLET, *Science catholique et savants catholiques*, Paris, 1895.

secundar esta ação benfazeja, ultimando a tarefa iniciada e guiando ràpidamente os povos ao fastígio da grandeza espiritual, longa e laboriosamente preparada pelos esforços dos séculos que a precederam.

Esta glória, infelizmente, não a podem vindicar os reformadores. O grande movimento anticatólico provocado no século XVI pela revolta de LUTERO foi a maior remora ao progresso das ciências e das letras nos tempos modernos. O advento do protestantismo inaugurou uma crise intelectual em que por quase dois séculos se debateram os países que o abraçaram.

Esta tese, que a mais de um leitor há de causar a maravilha de um paradoxo, é a que empreendemos agora demonstrar. Seremos largos em citações e em citações contemporâneas e em citações de protestantes.[25] Não se trata de declamar mas de provar e provar uma verdade histórica. Fatos e documentos irrefragáveis serão os alicerces inconcussos, sôbre os quais havemos de fundamentar as nossas conclusões.

Levados pelo ódio cego ao Papado e a tôdas as suas instituições, os primeiros reformadores envolveram no mesmo anátema tudo o que a Igreja católica havia criado, protegido, abençoado.

As maldições começaram contra a natureza humana e as mais nobres das suas prendas: a razão e a vontade.

Para a filosofia católica, a razão é a mais excelente das faculdades humanas. Na ordem puramente natural é o farol luminoso que orienta tôda a nossa atividade. Na ordem sobrenatural, sem nada perder de sua dignidade nativa, ela se eleva e enobrece, pondo ao serviço da revelação divina o melhor de suas luzes. À razão pertence conduzir o homem à fé. À filosofia incumbe a nobre missão de guiá-lo aos umbrais da teologia. As universidades são o vestíbulo do templo. Entre a razão e a fé, portanto, nenhuma contradição possível; dons, uma e outra, do mesmo Deus, pai de tôdas as luzes, harmonizam-se nos laços da mais estreita aliança. E eis porque a Igrèja, coluna infalível da verdade, como defendeu em todos os tempos o depósito da revelação contra os assaltos da heresia, assim tutelou com não menor energia os direitos da razão, amesquinhada pelas mutilações do cepticismo ou pelas cavilações dos sofistas.

25. Dificilmente ao leitor brasileiro será dado ter à mão êstes documentos contemporâneos da origem da Reforma e que constituem os preciosos cimélios das bibliotecas da velha Europa. Poderá, porém, consultá-los nas obras clássicas de DOELLINGER, DENIFLE, JANSSEN e GRISAR que citaremos em bibliografia no fim dêste capítulo e do seguinte.

Não assim entendeu LUTERO. O princípio fundamental da sua reforma religiosa repousa sôbre o *aniquilamento da razão*. A mais nobre das nossas faculdades de conhecimento é radicalmente incapaz de elevar-se a Deus. "Nas coisas espirituais e divinas a razão é completamente cega".[26]

Razão e fé, ciência e teologia se contradizem como inimigas irreconciliáveis. "A Sorbona, mãe de todos os erros e de tôdas as heresias, professa um princípio detestável, afirmando que uma proposição verdadeira em teologia deve também necessàriamente ser verdadeira em filosofia".[27] Destarte em conseqüência de suas doutrinas religiosas foi LUTERO levado a admitir a teoria das duas verdades: uma tese pode ser verdadeira em teologia e falsa em filosofia, impor-se ao crente como verdade revelada e repugnar ao sábio como contradição formal. Devemos crer o que a inteligência nos demonstra como absurdo. É a renúncia à lógica e o suicídio da razão.[28]

Nesta alternativa de optar pela razão ou pela fé, qual o dever do crente? *Aniquilar a razão, estrangulá-la como uma bêsta feroz.* "É necessário reduzir a inteligência e a razão ao estado de faculdades latentes e mortas em que se acham na infância; só assim poderemos chegar à fé, pois a razão contradiz a fé".[29] "Os verdadeiros crentes sufocam a razão depois de lhe dirigir esta advertência: ouve-me, razão minha, tu és cega, louca, nada compreendes das coisas do céu. Não levantes tanto clamor, emudece e não penses que podes julgar a palavra de Deus. Assim fecham os crentes a bôca da fera, a que nenhuma outra fôrça poderia impor silêncio e esta é a obra mais meritória, o sacrifício mais agradável ao Senhor".[30] "A razão é diametralmente oposta à fé; o verdadeiro crente nada tem que ver com ela. Mais. Incumbe-lhe o *dever de destruí-la inteiramente e sepultá-la*. É verdade que os anabatistas fazem da razão o facho da fé, dizem que a sua missão é iluminá-la e indicar-lhe o caminho. A

26. Erl. XLV, 336; XLVII, 128; LI, 400.

27. Walch, X, 1398. Cfr. DENIFLE, *Luther und Luthertum* I(2), 638 sgs. DOELLINGER, *Die Reformation*, I(2), 481.

28. Sôbre a teoria das duas verdades em Lutero cfr. E. ZELER, *Geschichte der deutshen Philosophie*, München, 1873, p. 29. STOECKEL, *Geschichte der Philosophie des Mittelalters*, Mainz, III, 512, ss.; Ver nota precedente

29. Erl. XLIV, 156 ss.; *Luther's ungedr. Predigten* herausgegeben von Bruns, p. 106.

30. "Fides rationem mactat et occidit illam bestiam quam totus mundus et omnes creaturae occidere non possunt... Sic omnes pii... mortificant rationem, dicentes: Tu ratio, stulta es, non sapis quae Dei sunt, itaque ne obstrepas mihi, sed tace non judica, sed audi verbum Dei et crede. Ita pii fidem mactant bestiam maiorem mundo, atque per hoc Deo gratissimum sacrificium et cultum exhibent". Weimar, XL, 1 abt., 362.

razão irradiar luz? Sim irradia luz, como... (vá em alemão o resto) wie ein Dreck einer Laterne".[31]

Por vêzes o seu estilo intemperantemente cínico e descomposto encontra para vilipendiar a razão expressões tão baixas e obscenas que só acham parelha nas suas invectivas contra Roma. Veda-nos o pudor traduzir aqui estas salacidades de bordel. Depois de acabrunhar a nobilíssima entre as faculdades humanas com o ultraje ignominioso de prostituta, termina atirando-a ao lugar mais imundo da casa.[32] Assim falava o grande reformador nos seus *sermões*, assim ultimava o seu curso de pregações em Wittemberga — como se remata uma orgia.

Depois destas ignomínias, que maravilha que "os emancipadores da razão humana" se desmandassem contra os seus mais abalizados representantes e tentassem extinguir todos os focos donde ela irradia a sua claridade?

Aos olhos de LUTERO, ARISTÓTELES, não passa de um "comediante que por muito tempo enganou a Igreja com as suas máscaras gregas"; é "um Proteu, o mais astuto enganador dos espíritos; se não fôra de carne, não deveríamos hesitar em ver nêle o diabo".[33] "De TOMÁS DE AQUINO duvido se se salvou ou se condenou... TOMÁS escreveu muitas heresias e inaugurou o reino de ARISTÓTELES, devastador da santa doutrina".[34]

As universidades são "espeluncas de assassinos", "templos de Moloch", "verdadeiras cidades do diabo na terra". O ideal fôra destruí-las tôdas. O estudo da literatura clássica é uma ciência ímpia, pagã, diabólica. "O deus Moloch, a que os hebreus sacrificaram os seus filhos, é hoje representado pelas universidades às quais imolamos a maior e melhor parte da nossa juventude... O que, porém, nunca se poderá bastantemente deplorar é que a juventude é, nelas, instruída nesta ciência ímpia e pagã que tende a corromper

31. Erl. XLIV, 156 ss.

32. Aí vai velado nas obscuridades do alemão o texto íntegro: "des Teufels Braut, Ratio, die schöne Metze, eine verfluchte Hure, eine schaebige aussaetzige Hure, die hoechste Hure des Teufels, die man, auf dass sie hässlich werde, einen Dreck in's Angesicht werfen solle, auf das heimliche Gemach solle sie sich trollen, die verfluchte Hure, mit ihrem Dunkel, usw". Erl. XVI, 142-148. DOELLINGER, I(2), p. 480; DENIFLE I(2), 639. Erl. XX, p. 479. Quase tôdas as palavras que começam por maiúscula são palavras infames.

Ver outros impropérios contra a razão no *Comment. in epist. ad Galatas*, III, 6. Ed. Irmischer, I. 331. Ed. Weimar XL, 1 abt: a razão é "atrocissimus Dei hostis", p. 363, fons fontium omnium malorum", p. 365.

33. DE WETTE, I, 15.

34. Weimar, VIII, 127.

miseramente as almas mais puras e os ânimos mais generosos".[35] "As escolas superiores mereciam ser destruídas até aos alicerces; desde que o mundo é mundo *não houve instituição mais diabólica, mais infernal*".[36] "Se a revelação cristã condena evidentemente a carne e o sangue, isto é, a razão humana e tudo o que do homem procede, como incapaz de nos levar a J.C., claro está que tudo isto não passa de mentiras e trevas. E no entanto as altas escolas, estas escolas diabólicas fazem grande alarde de suas luzes naturais e guindam-nas até aos céus, como se fôssem não só úteis senão indispensáveis à manifestação da verdade cristã. Assim que hoje é coisa perfeitamente estabelecida que tôdas *essas escolas são invenção do demônio* para obscurecer o cristianismo... Nelas se ensina que a luz divina ilumina a luz natural como o sol ilumina e faz ressaltar um belo painel: tôdas essas são idéias pagãs e não doutrina de J.C. Por esta forma as escolas instruem os seus doutores e sacerdotes mas é o demônio quem fala pelos seus lábios, etc., etc.".[37]

Como se vê, a Reforma desde os seus primórdios, com suas tendências subjetivas e sentimentais, assumiu uma posição declaradamente antiintelectualista.

Com razão, pois, escreve PAULSEN: "O protestantismo na sua origem e na sua natureza é *irracional*: a razão, por si mesma, nada pode conhecer de quanto concerne à fé. A palavra de Deus: eis a única fonte de fé. O papel da razão em face da Sagrada Escritura é meramente formal: determinar-lhe o sentido genuíno. A teologia não passa de uma exegese filológica: *grammatica in sacra pagina occupata*. Uma demonstração racional e filosófica das verdades da salvação não é nem possível nem necessária... Tal a concepção de Lutero".[38]

Eis a doutrina; vejamos-lhe os frutos. Eis os princípios; estudemos-lhes as conseqüências. Os frutos e as conseqüências foram a baixa geral no nível dos estudos, a decadência literária e científica

35. Walch, XIX, 1430.

36. Walch, XII, 45.

37. Walch, XI, 459, 599. As três últimas citações apud DOELLINGER, *Die Reformation*, I(2), 475-77.

38. PAULSEN, *Philosophia militans* (3), Berlin, 1908, pp. 38-39. "Enquanto permaneceu fiel às doutrinas de Lutero e Calvino, a igreja protestante não teve poesia, nem história, nem filosofia. Sim, certamente, enquanto as comunidades protestantes foram luteranas não tiveram filosofia e quando acolheram uma filosofia cessaram de ser luteranas. Tanto foge a sua fé da filosofia e a sua filosofia da fé". MOEHLER, *Gesammelte Schriften und Aufsaetze*, Regensburg, 1839-40, I, 260. Desta filosofia antiintelectualista nasceu uma tendência hostil às conquistas científicas já realizadas. "A Reforma sepultou injusta e odiosamente muitos conhecimentos de que estavam de posse os seus contemporâneos, tornando-se assim responsável da crise posterior do Protestantismo". A. HARNACK, *Lehrbuch der Dogmengeschichte*, III(4), Tübingen, 1910, p. 871.

em tôda a parte onde a Reforma prevaleceu. É o que já observara ERASMO: "Ubicumque regnat Lutheranismus ibi literarum est interitus"[39] e em outro lugar: "Ubicumque sunt ibi jacent omnes bonae disciplinae cum pietate".

Particularizemos. Foi no *ensino popular* que primeiro exerceram sua influência mortífera as doutrinas reformadoras. A instrução dos pobres e dos humildes recebeu o primeiro golpe.

Aqui não quero outro testemunho senão o do próprio LUTERO. Em 1524 numa carta aos burgomestres e conselheiros das cidades, lamentava êle: "De dia para dia experimentamos como nos países alemães *as escolas vão caindo em completa ruína*. Desde que faltaram os mosteiros e as fundações, já ninguém quer ensinar os próprios filhos e obrigá-los a estudar. Isto é obra do demônio" (personagem infalível nos escritos do reformador)... Sob o papado, "o demônio havia estendido as suas rêdes por meio dos mosteiros e das *escolas* de tal maneira que *sem um milagre de Deus não era possível que delas escapasse uma criança*".[40] Mas depois que as suas rêdes foram destruídas pela palavra de Deus *"já não cuidam de aprender coisa alguma"*... "Agora que a luz do Evangelho nos libertou das contribuições e roubos dos clérigos por que não empregais uma parte do que economizastes na educação da juventude? Dos particulares não há que esperar, queiram ou possam fazer coisa alguma para estabelecer novas escolas. Os príncipes e senhores a quem incumbe êste dever ocupam-se em viagens, cavalgadas, patinações, torneios ou vergam sob o pêso dos interêsses importantes da adega, da cozinha e da alcova". "Por isto, meus caros conselheiros, nas vossas mãos ponho eu todo êste negócio; mais que os príncipes e senhores tendes para isso ocasião e oportunidade".

Os destinatários da mensagem, porém, não se deram por entendidos. Cinco anos depois (1529) deplorava Lutero que "os conselheiros em tôdas as cidades e em quase todos os governos *deixassem perecer as escolas*, como se estas fôssem livres, ou êles houvessem sido exonerados do dever de zelar pela instrução".

Quão fundadas eram estas queixas depreende-se de uma carta do próprio LUTERO datada de 1525 ao Príncipe eleitor da Saxônia:

---

39. Carta de Basiléia a W. Pirkheimer, 1528, *Opera*, Ed. Clericus, Lugduni Batavorum, 1702-1706, III, col. 1139. Cfr. DOELLINGER, *Die Reformation*, I, 470-71.

40. Note-se: por obra do demônio e dos frades havia tantas escolas e tão freqüentadas que era necessário um milagre de Deus para que um menino não recebesse instrução. E o Sr. Carlos Pereira a escrever "O analfabetismo é a vida cancerosa da Igreja Romana"! p. 126.

Tão geral era a desordem no país que "a não se começar logo uma vigorosa organização com auxílio do govêrno, em breve não haveria nem paróquias nem *escolas* nem *alunos*". Em novembro do ano seguinte em outra epístola: "Aqui já não há disciplina nem temor de Deus, porque, perdido o mêdo ao Papa, cada qual faz o que bem lhe parece". Para a educação dos meninos pobres *"faltam sacerdotes e escolas"*.

Com o passar dos anos, a crise da escola tornava-se cada vez mais aguda. Em 1530 o reformador levanta a voz e dirige-se a tôda a Alemanha: "Uma das maiores astúcias do malvado Satanás" é enganar os homens do vulgo que não mandem os seus filhos à escola nem os apliquem aos estudos. Não havendo *já esperança dos monges e das freiras e dos párocos*, como até ao presente, persuadem-se que não havemos mister de nenhum homem erudito, nem de estudar muito, mas só de descansar e fazer por bem comer e enriquecer... Caros amigos, *vendo que os homens do vulgo se afastam das escolas e retiram de todo os seus filhos dos estudos* para os dedicarem só aos cuidados do bem viver... resolvi dirigir-vos esta exortação... Quando gemíamos sob a tirania do papado *abriam-se tôdas as bôlsas e não havia mãos a medir em dar para as igrejas e as escolas*. Então *podiam levar-se os filhos* aos mosteiros, às fundações, às igrejas e *às escolas*. Agora que se deveriam fundar boas escolas e igrejas, e não só fundá-las de qualquer modo, mas sustentá-las depois de fundadas, *cerram-se tôdas as bôlsas com cadeados de ferro*".[41]

Eis as benemerências de LUTERO no ensino primário. Depois de destruir as antigas escolas católicas, disseminadas pelo território alemão em tão crescido número que só por milagre não as freqüentaria uma criança, entra a fazer apelos a particulares, conselheiros e príncipes *para que fundem escolas*. Mas as bôlsas dos particulares fecham-se com cadeados de ferro, os conselheiros e príncipes divertem-se em guerras e montarias, em torneios e banquetes. A êstes clamores perdidos no vazio reduz-se tôda a *ação prática* do reformador.

Contra esta realidade esmagadora, que monta o sediço paralogismo mais uma vez repisado pelo gramático paulista: a Reforma

---

41. Os trechos citados e muitos outros não menos expressivos podem ler-se em JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes*, t. VII (13-14), p. 16, Freiburg i. Br. 1904. Nas obras de Lutero, o manifesto "An die Ratherren aller Staedte deuschen Landes, dass sie christliche Schulen aufrichten und halten sollen" acha-se na ediç. Weimar no t. XV. 27-53; o sermão de 1530 "dass man Kinder zur Schule halten soll", Weimar, 2 Abt., pp. 517-588.

fêz da Escritura a única regra de fé; mas para conhecer o Evangelho é necessário saber ler; logo a Reforma "contraiu a obrigação de pôr cada um no estado de se salvar pela leitura da Bíblia", p. 126. Isto é um *silogismo* e a história consta de *fatos*. O que devera ou pudera ter feito a Reforma pertence ao domínio das coisas possíveis impérvias tanto a mim quanto ao Sr. C. PEREIRA; o que de fato fêz, acabamos de ouvir e é o que nos interessa aos que vivemos de realidades e não de possibilidades.

Do ensino primário se alastrou o contágio da desorganização e da desordem e contaminou outrossim as formas mais elevadas da instrução. Ouçamos êste grande epicédio, êste concêrto fúnebre entoado pelos contemporâneos sôbre a morte das ciências e das letras.

CAMERÁRIO, um dos mais ardentes propagadores da Reforma, lamenta a ruína dos estudos "dêstes excelentes estudos que no passado constituíam o mais belo ornamento e o mais nobre recreio dos espíritos. Quem não lembra o vivo ardor pela ciência que animava a juventude dos nossos tempos? Quem ignora a consideração e a estima em que era tido o talento? As coisas, ainda mal! mudaram de aspecto. Hoje, aos estudos não há nem amor nem estima, mas aversão. Os espíritos desgarraram da luz apenas nascente do Evangelho para mergulharem no êrro e nas trevas".[42]

EUSÉBIO MÊNIO, professor de matemáticas em Wittemberga: "Sinto grande confusão em comparar o desleixo da nossa época (1553) com o zêlo e ardor pelos estudos que, no século passado, se manifestava em tôda a parte. Os homens menos instruídos envergonhavam-se então de não saber algo de matemática e de física; hoje, estas ciências são tão descuradas que, nas numerosas fileiras dos estudantes, raríssimos são os que não ignoram o que outrora era familiar até aos meninos de escola".[43]

"Eu não sei como explicar o fato, diz por sua vez TOMÁS LÂNSIO, professor de direito em Tubinga, mas as ciências, de par com os bons costumes e a autoridade política, nos abandonam e emigram para o outro mundo".[44]

O descaso dos estudos manifesta-se outrossim pelo desprêzo aos homens de ciência. Em vez da estima pública e da proteção oficial que caracterizam as épocas policiadas e os países cultos, os sábios não encontravam nas multidões senão indiferença e sarcasmo. "*Sob a antiga Igreja*, diz CRISTÓFORO PELÁGIO, professor em Francoforte, as coisas não corriam assim; mestres e alunos cumpriam com zêlo e alegria o seu dever. Presentemente, em meio a esta raça de ciclopes e de vândalos, as artes e as boas letras caíram mais baixo que não sob os antigos bárbaros. Muito me maravilho ainda, como, não obstante o desprêzo e o ódio que por cá se mostram aos estudos, ainda se encontrem na Alemanha vestígios das musas. O povo e não sòmente o povo mas aquêles que deviam dar bom exemplo, tratam hoje os doutos como se tratavam outrora os bobos e foliões".[45] Com Pelágio afina PETRI, escrivão da cidade de Mulhouse. Não se poderá negar "que nestes últimos tempos, graças ao aperfeiçoamento da imprensa, tiveram os nossos maiores grande número de doutos assinalados, comparáveis não só, mas superiores aos sábios da antiga Roma e Grécia; não havia na nossa pátria cidadezinha e, por assim dizer, cantinho de terra que não possuísse alguns. Depois, porém, diminuiu singularmente a estima que então se consagrava aos cultores das musas. Que digo? Tornaram-se de tal modo alvo de aversão que se apontavam a dedo como monstros e até as crianças os perseguiam com apupos e injúrias... Tão geral em nossos dias é êste desprêzo dos doutos que os próprios príncipes os afastam de seus conselhos e para os grandes cargos dão preferência aos homens de espada e aos nobres educados entre as loucas dissipações do mundo".[46]

Que diferença há entre os chefes da igreja evangélica e os bispos papistas? pergunta CORDI, amigo de LUTERO e professor de medicina em Marburgo. "Nenhuma, responde, a não ser que, onde dominam os primeiros, as ciências e as letras estão em decadência: onde os bispos conservaram a influência, prosperam sob a sua proteção".[47]

Êstes depoimentos individuais, que se poderiam multiplicar sem dificuldade, são confirmados pelos relatórios oficiais, inquéritos e provisões públicas.

42. CAMERARII, *Praecepta morum et vitae*, Lipciae, 1555, p. 1-5.
43. EUSEBII MENII, *Oratio de vita Jac. Milichii*, Witembergae, 1562, B.
44. LANSII, *Mantissa Constitutionum*, p. 67.

45. CHRIST. PELAGII, *Pleias orationum sacrarum*, Francoforte, 1618, N. 2 b. — O. 2 b.
46. JAKOB HEINRICH PETRI, *Der Stadt Mülhausen Geschichten*, Mülhausen, 1838, p. 494.
47. Quanto Evangelici distent discrimine dicam
 Papistis ab episcopis?
Non fas est, nisi quod, rerum potentibus illis
 Bonae cadant jam literae,
Quarum magna sub his tamen emolumenta fuerunt
 Dignumque juxta praemium.
EURICI CORDI, *Opera poetica*, s. l. et. a. f. 109, 278.

Nas atas dos privilégios concedidos em 1529 à universidade de Marburgo pelo eleitor FILIPE de Hessen lê-se a seguinte declaração de motivos: "Considerando que as artes, as letras, as ciências e os estudos liberais, em geral, *nos últimos tempos* caíram em grande descrédito entre o povo ignorante e ameaçam cair mais profundamente; considerando que a aversão pública aos livros, aos estudos e aos próprios doutos é tão profunda e manifesta que, parece, nada se deseja mais ardentemente que ver o mundo livre dêles; considerando que, se nos não apressamos em pôr eficaz remédio a semelhante estado de coisas, os estudos se vêem ameaçados, para breve, de total ruína, etc., etc.".[48]

Os inspetores encarregados em 1573 de visitar as igrejas e escolas da Saxônia assim se exprimem no seu relatório: "De todos os males que afligem a nossa sociedade e ameaçam a Igreja e o Estado de próxima queda, o mais deplorável é talvez o mau estado das escolas inferiores nas cidades e a falta de zêlo pela religião e pela ciência que em professôres e estudantes de dia para dia sempre mais se observa".[49]

Em Hasse a fúria dos pregadores evangélicos havia destruído tôdas as escolas. Vinte anos mais tarde, o conselho da cidade de Cassel, numa memória ao Eleitor, declarava que "a burguesia de há muito estava queixosa porque os meninos, depois de freqüentar por vários anos a única escola da cidade, não conheciam ainda as declinações e conjugações e nem ler bem sabiam". Com o tempo agravou-se êste estado de coisas e em 1635 reconhecia o govêrno que "se não se dessem pressa em remediar os males que dêle haviam resultado, tôda a sociedade corria risco de cair na desordem, no embrutecimento e na barbárie".[50]

Modernamente, PAULSEN não faz senão resumir a impressão geral que se desprende dos fatos e documentos da época, quando escreve que, no fim do século XVIII, isto é, depois dos dois séculos imediatos à implantação da Reforma, "as universidades alemãs caíram no mais baixo estado que ainda se viu, na estima pública e na influência sôbre a vida espiritual do povo alemão".[51]

---

48. ROMMEL'S *Philipp der Grossmüthige*, Landgraf von Hessen, III, p. 348.

49. STROBAND, *Institutio literata*, III, 328.

50. CARR FRIED. WEBER, *Geschichte der staedtichen Gelehrtensschule zu Cassel*, von 722-1599, Cassel, 1843, p. 17; von 1599-1709, Cassel, 1844, p. 61.

51. PAULSEN, *Die deutschen Universitaeten und das Universitaetsstudium*, Berlin, 1902, pp. 49-50.

Fora da Alemanha, o protestantismo frutificou por tôda a parte a mesma ignorância. Citemos de carreira para não incorrermos em demasias fastidiosas.

Na *Inglaterra*, declarava em 1563 o *Speaker* da Câmara baixa: em conseqüência das rapinas e saques das fundações, ficou frustrada a educação da juventude e cortados os estipêndios dos professôres. Atualmente existem menos 110 escolas que outrora e as restantes são mal freqüentadas. Por isso, observa-se uma surpreendente diminuição de homens instruídos.[52] Nas duas Universidades de Oxford e Cambridge, os numerosos colégios fundados nos tempos católicos, eram na sua maioria, pròpriamente destinados aos pobres. Com a Reforma foram aristocratizados. Mais tarde fundaram-se novas escolas superiores, mas os pobres foram sistemàticamente excluídos.

Ouvimos, há pouco, os lamentos pela falta de homens cultos. Esta inferioridade intelectual pesou por quase dois séculos sôbre a Inglaterra. Fale um autor insuspeito, que organizou uma estatística interessante dos tempos em que a Grã-Bretanha jazia num "oceano de protestânticos resplandores". "O período é de 1600 a 1787, escreve W. COBBETT, período em que a França jazia sob o *tenebroso despotismo* da Igreja católica, como se exprime o jovem Jorge Rosa ou sob a *ignorância e superstição monacal*, na frase de Blackstone, enquanto estas ilhas [Inglaterra, Escócia e Irlanda] nadavam num mar de luzes irradiadas por Lutero, Crammer e seus sectários. Eis sem mais o quadro:

	Inglaterra, Escócia e Irlanda	*França*	*Itália*
Juristas	6	51	9
Matemáticos	17	52	15
Médicos e cirurgiões	13	72	21
Naturalistas.	6	33	11
Historiadores	21	139	22
Dramaturgos	19	66	6
Gramáticos	7	42	2
Poetas	38	157	34
Pintores.	5	64	44
Total . . .	132	676	164[53]

---

52. COLLIER'S, *Eccles. History of Great Britain*, II, 480 e HALLAM, *Introduction to the litterature of Europe*, Paris, II, 39, cit. por DOELLINGER, *Kirche und Kirchen*, p. 209.

53. WILLIAM COBBETT, *The Protestant Reformation*, letter I. Ver aí expostos os critérios objetivos que serviram de norma ao autor na organização do quadro acima.

Na *França*, o protestantismo nunca chegou a prevalecer; ainda assim a sua primeira irrupção foi assinalada por uma desorganização no ensino. "L'introduction du protestantisme en France eut une première conséquence, celle de retarder notablement la restauration de l'enseignement primaire en paralysant les efforts de l'Eglise et en annullant pour un temps les effets de l'invention de l'imprimerie".[54] DE BEAUREPAIRE aponta-nos a causa desta decadência da instrução popular: "L'enseignement populaire était généralement confié aux ecclésiastiques et aux clercs qui aspiraient a le devenir; il était assez ordinairement mis à la charge des fabriques et partout il était placé sous la surveillance du clergé. Il est donc aisé de concevoir combien les écoles durent souffrir des attaques dirigées par ceux de la religion nouvelle contre le culte catholique".[55]

Na *Suíça*, da Universidade de Basiléia escrevia ECOLAMPÁDIO em 1529: "Quase tôdas as escolas foram fechadas, e nas que até aqui eram freqüentadas por muitos alunos, vêm-se ao presente pouquíssimos, como se estivéramos em tempo de peste; assim foram as coisas boas e úteis envolvidas com as inúteis no desprêzo geral".[56] Poucos anos depois, outro pedagogo suíço assim frisava a incapacidade pedagógica e organizadora da Reforma: "Se quisermos levantar as escolas que até aqui tão deplorável e diabòlicamente foram destruídas, dispersas e devastadas, devemos de novo restituir os ofícios eclesiásticos à sua natural dignidade".[57]

Na *Dinamarca*, as escolas decaíram a tal ponto que numa circular dirigida em 1594 pelo senado aos bispos (protestantes) do reino se comunicavam várias instruções para impedir a ruína geral dos estudos que *não se podia negar ser iminente*.

Na *Suécia* mesmos danos, mesma influência perniciosa. Em duas epístolas dirigidas em 1533 e 1540 pelo rei à nação lemos o tópico seguinte: "Estamos convencidos e vos informamos que as escolas nas cidades do reino se acham em deplorável estado de decadência. Onde *outrora* havia trezentos estudantes não há hoje mais de cinqüenta. Grande número de paróquias existe, em que as escolas se acham completamente desertas, o que não pode deixar de causar imensos prejuízos ao reino".[58]

O autor citado acaba de indicar-nos outra via por onde fàcilmente podemos julgar da decadência introduzida pela Reforma nos institutos superiores de ensino: o exame dos registros de matrícula. Ao unânime testemunho dos contemporâneos acrescentemos a aridez eloqüente dos algarismos.

A universidade de *Colônia*, que no fim da idade média era a mais célebre das universidades renanas e chegara a contar cêrca de 2.000 estudantes, com a revolução político-religiosa entrou ràpidamente a decair de sua antiga grandeza. Em 1521 só se acham inscritos 251 alunos, em 1527, 72 e em 1534 apenas 54!

Erfurt era outro centro intelectual que desempenhara importantíssimo papel na evolução espiritual da Alemanha. Consultemos-lhe as matrículas. Em 1520, encontramos ainda 311 estudantes; no ano seguinte êsse número baixa a 120, em 1522 a 72, para conservar-se até 1527 abaixo de 14. "Todos os estudos científicos jazem por terra, escrevia HENRIQUE HERBEROLD, reitor da Universidade, as honras acadêmicas são desprezadas, na juventude estudiosa desapareceu todo o pudor". O próprio LUTERO, lembrando-se dos tempos de sua juventude, quando estudava em Erfurt, confessava mais tarde: "Tal era outrora a consideração e a fama da Universidade de Erfurt que, em seu confronto, tôdas as outras não passavam de pequenas escolas; hoje, desapareceu tôda essa glória e majestade; a Universidade está inteiramente morta".[59]

Em *Leipzig*, a matrícula atingia nos anos de 1507-1510 a elevada cifra de 1.948 estudantes; em 1517-1520 desce a 1.445; em 1527-1530 a 419; em 1537-1540 a 686, número êsse desconhecido nos anais da Universidade havia mais de um século.

Em *Rostock* a inscrição de novos estudantes é também índice da decadência. Em 1524 inscrevem-se apenas 44 estudantes, em 1525, 15 e nos anos seguintes apenas 8!

---

54. ALLAIN, *L'instruction primaire en France avant la révolution*, p. 44. Cit. por A. PAQUET, *L'église et l'éducation*, etc., Québec, 1909, p. 93.

55. Cit. por L. A. PAQUET, ibid.

56. THOMMEN, *Geschichte der Universitaet Basel*, 1532-1632, Basel, 1889, p. 305.

57. CONRADO CLAUSER, *De educatione puerorum*, Basileae, 1544, p. 94. J. B. GALIFFE assim resume a ação de CALVINO sôbre o progresso científico: "Genève comprimée et sterilisée par son despotisme, n'a produit pendant des siècles que des théologiens... Bien loin d'avoir accéleré la marche de son siècle, il le cloua si fermement à lui, qu'il resta stationnaire pendant plus de 100 ans et ne put se remettre en mouvement qu'avec une peine et une lenteur inouies. Je crois avoir étudié l'histoire aussi profondément et aussi consciencieusement que qui que ce soit, et très certainement je ne suis sous l'influence d'aucune partialité personelle". J. B. GALIFFE, *Notices généalogiques*, etc., III, 107-08.

58. S. THYSELIUS, *Unkunden z. Schwed. Ref.-Gesch, unter Gustav I Wasa*, no *Zeitschrift fuer hist. Theologie*, de Niedner. 1847, pp. 226 ss., 244.

59. Erl. LXII, 287.

A Universidade de *Wittemberga*, quartel-general do reformador, contava na primeira metade do século XVI cêrca de 3.000 estudantes; em 1598 eram apenas 2.000, e em 1613, 786.

Mesma decadência em *Ingolstadt e Francoforte*. Compreende-se agora o juízo severo de R. Worther, teólogo suíço, que visitou os institutos superiores de ensino da Alemanha e, em 1568, escreveu as suas impressões: "As universidades alemãs acham-se ao presente em tal estado, que, fora a ignorância e negligência dos professôres e a despudorada imoralidade que nelas reina, nada há digno de atenção".[60]

À vista de todos êstes documentos, nenhum leitor sensato poderá ainda duvidar da causa dêste descalabro geral dos estudos nos países reformados. A indisciplina e desregramento de costumes em professôres e alunos foram a causa imediata, a pregação dos reformadores que assoalhavam uma doutrina imoral e desprestigiavam a ciência, a causa remota. Tal é a lição que se desprende espontânea do exame dos depoimentos contemporâneos.

A corrupção de costumes na juventude, a impaciência de disciplina não se conciliam com a aplicação ao estudo e o amor desinteressado da ciência. Colégios e universidades se haviam convertido em focos de dissolução. Na própria Saxônia, a Universidade de Wittemberga, onde dogmatizava Lutero, era tida como sentina pestilencial (faetidam cloacam diaboli) e dizia-se às mães que melhor fôra apunhalar os próprios filhos que mandá-los lá a estudos.

Num discurso à Universidade, dizia Melanchthon em 1527: "Quando considero como decaiu o pudor e domina a insolência, aperta-se-me de dor o coração. Nunca se mostrou a juventude tão petulante contra as leis. Agora só quer viver segundo o capricho, não se submete a ninguém, surda à palavra de Deus e às leis". Quatro anos mais tarde, numa exortação aos estudantes: "Não é vontade de Deus que vos ajunteis aqui como uma multidão de ébrios para bacanais ou como centauros para bródios".[61]

Joaquim Camerário, outro protagonista da Reforma, escrevia em 1536 que muitas vêzes lhe tinha assaltado a dúvida "se não fôra preferível suprimir de todo as escolas públicas a manter estabelecimentos de ociosidade que só parecem destinados a asilos de pecados e de vícios; quisera falar contigo de viva voz sôbre essas coisas, porque

60. Ms. Bibl. Monac., n. 175. Doellinger, *Die Reformation*, I(2), 509.

61. *Corpus Reformatorum*, X, 934, 939.

não são destituídas de fundamentos as queixas". E lembrando-se dos tempos de sua juventude escrevia ainda o célebre filólogo alemão em 1555: "A educação e a vida são hoje muito diferentes do que na nossa puerícia"; e em 1561: "entibiou o fervor dos estudos: já não há quem dêles se ocupe com seriedade; correm todos temeràriamente aos empregos públicos e tudo se governa e administra de tal jeito que os espíritos reflexivos não podem deixar de temer a ruína iminente das instituições liberais e dos estudos de erudição".[62]

Glareano, professor da universidade de Friburgo, em carta de 21 de janeiro de 1550 ao amigo Egídio Tschudi queixava-se: "A juventude de hoje é tão pervertida que se assemelha à dos tempos de Sodoma e Gomorra. Embriaguez, infidelidade, irreverência aos santos e desprêzo de Deus apoderaram-se de todos os espíritos". Três anos mais tarde ao mesmo amigo: "O temor de Deus desapareceu da Alemanha; a gente tem a palavra de Deus nos lábios e Satanás no coração".[63]

Em Thorn o colégio dos professôres assim informava o conselho da cidade em 1588: "Não é mister descrever por miúdo os males de que adoecem as escolas; são patentes a todos. A vida viciosa e o desaparecimento completo do pudor doméstico são a fonte de todos os outros males".[64] Não exagerava Lutero, quando em carta ao príncipe Jorge de Anhalt dizia: "Vivemos em Sodoma e Gomorra; de dia para dia tudo vai de mal a pior".[65] Sodoma e Gomorra é de fato a comparação que ocorre mais freqüente na pena dos contemporâneos para descrever o dilúvio de corrupção que alagava o país e no qual afundava principalmente a juventude escolar.

Mas o exemplo vinha de cima. Se os estudantes eram devassos e indisciplinados, os professôres não eram menos negligentes nos seus deveres profissionais.

De Rostock escrevia João Culmann em 1555: "impossível fazer a visita de todo o Mecklemburgo; os professôres estão, quase todos, ausentes; aqui há apenas 100 estudantes e êstes ameaçam tam-

62. Cfr. estas e outras citações de Camerarius apud Doellinger, *Die Reformation*, I(2), 524-527. Lutero também confessa a diferença dos tempos de sua juventude: "quando eu era menino, escrevia êle, corria pelas escolas o provérbio: non minus est negligere scholarem quam corrumpere virginem... e êste era então o pecado que se julgava mais grave". Weimar, XV, 33.

63. Schreiber, *Henrich Lorite Glareanus, seine Freunde und seine Zeit*, Freiburg i. B., 1837, pp. 89-90.

64. Stroband, *Institutio literata*, III. Praef. 3, a 3, d. 4. b.

65. De Wette, V, 615.

bém de se dispersar".[66] Passa-se meio século e Rostock não melhora. É de 1604 esta informação de PEDRO FABRICIUS ao seu amigo Jorge Calixto: "Não pode haver maior indolência do que a que domina aqui em tôdas as faculdades. Professôres há que há três anos têm êsse título e ainda não fizeram uma só preleção e nem mesmo puseram os pés numa aula".[67] Em 1584, o duque GUILHERME V visitou pessoalmente a universidade de Ingolstadt. Depois de lembrar quanto fizera para elevar o nível do estabelecimento, deplora que todos os seus esforços "na maior parte dos professôres não tenham produzido resultado algum; não só não melhoravam, mas eram agora mais descuidados e negligentes que em nenhuma outra época".[68]

Sôbre a pregação das novas doutrinas pesa, em última análise, a responsabilidade desta deplorável decadência da instrução. Navegando na esteira sulcada por LUTERO, muitos dos novos apóstolos iniciaram uma verdadeira campanha contra as escolas. Eram fundações católicas; bastava para se tornarem alvo dos seus ódios e assaltos. Em Wittemberga, berço do protestantismo, os protestantes GEORGE MOHN e GABRIEL DÍDIMO proclamaram do alto do púlpito que o estudo das ciências era inútil e até pernicioso; que não se podia fazer ação mais meritória que destruir escolas e academias. Resultado: a escola da cidade transformou-se em padaria.[69]

Em 1539, assim se queixava a Universidade de Leipzig ao duque HENRIQUE: "Os predicantes nos púlpitos recorrem a todos os meios para tornar odiosos ao povo os estudantes e tôda a Universidade; desprezam e desprestigiam os estudos filosóficos e humanísticos como pagãos e diabólicos; injuriam diante do povo os mestres e doutores, chamando-os de asnos que nada entendem da Sagrada Escritura, quando êles próprios não são capazes de dizer três palavras em latim".[70]

Em Basiléia, GLAREANO fazia observação análoga: "Muitíssimos pregadores se esforçaram ostensivamente por implantar sôbre as *ruínas da Igreja e da ciência* uma espécie de oclocracia ou domínio

66. GOERGES, *Lukas Lossius*, em Schulmann des 16 Jahrhunderts, Lüneburg, 1884, 10 A. 2.

67. C. L. TH. HENKE, *Georg Kalixtus und seine Zeit*, Halle, 1853, I, 86, p. 2.

68. PRANTL, *Geschichte der Ludwig-Maximilians-Universitaet in Ingolstadt, Landshut und München*, München, 1872, II, 320-21.

69. *Epistola de Torgaviensibus Antistibus*, Wittembergae, 1744, p. 16.

70. WINER, *De facultatis evangelicae in Universitate Lipsiae originibus*, Lipsiae, 1839, 23.

da plebe ignorante, sob a direção de predicantes demagogos. Também aí se professava que o estudo do latim e do grego era inútil e até nocivo ao cristão. Os mestres de boas letras eram acusados ao povo como fautores de paganismo e de tendências pagãs.[71]

Em Brandeburgo, o margrave, depois de deplorar a ruína dos estudos e a volta à antiga barbárie, publicava uma ordenação contra os pastôres, responsabilizando-os do presente estado de coisas, porque "descreditaram a ciência e impeliram a juventude a dar-se às profissões manuais".[72] "Apenas, diz URBANO RÉGIO, ouviram muitos que o cristão é imediatamente instruído e iluminado por Deus, entraram a considerar o saber como inútil. Daí a persuasão de alguns que, quanto mais ignorantes, maiores títulos julgam possuir aos dons do Espírito Santo".[73]

Agora, o contraste. Enquanto a Reforma assim envolvia a Alemanha nas sombras de um pavoroso eclipse, a Igreja organizava uma cruzada de luz para salvar a civilização européia ameaçada. As ordens religiosas, que, nos planos da Providência, surgem sempre para ocorrer às exigências da Igreja, puseram logo ao seu serviço legiões e legiões de sábios e educadores. Teatinos, barbanitas, oratorianos, somascos, lazaristas, irmãos da Doutrina cristã, beneditinos reformados e jesuítas desceram a campo para salvar pela instrução e pela fé as almas seduzidas pela ignorância e pela heresia. Não entraremos aqui em pormenores sôbre a ação civilizadora dos novos apóstolos. Diremos sòmente que em menos de 50 anos os jesuítas haviam coberto de colégios os territórios assolados pelo protestantismo. Colônia (1544), Treviri (1561), Mogúncia (1561), Augsburgo (1582), Dilinga (1563), Heiligenstadt (1575), Coblença (1582), Panderbon (1585), Würzburgo (1586), Münster e Salisburgo (1588), Bamberg (1595), Antuérpia, Praga e Posen possuíam os mais célebres dos seus estabelecimentos de ensino.

A elevada freqüência, que para logo atingiram êsses colégios, é prova evidente do zêlo da nova ordem pela difusão do ensino e da excelência dos seus métodos pedagógicos. Em Colônia, onde se ensinava não só o latim e o grego, mas ainda as matemáticas e astronomia, havia, em 1558, 500 externos e 60 internos. Vinte anos mais tarde o número dos cursos no ginásio foi elevado a 7 e a matrícula subiu a 840. Em 1581, entre internos e externos, havia mais de 1.000

71. Ap. DOELLINGER, *Die Reformation*, t. I (2), pp. 472-3.

72. *Religionsakta*, t. XI, n. 64, 66.

73. URBANI REGII, *Formulae quaedam caute loquendi*, Regiomonti, 1672, p. 13.

alunos. Nesse mesmo ano Coblença e Heiligenstadt contavam cêrca de 200 estudantes, Mogúncia 700 e Trier (Treviri) 1.000. Em 1588, a escola catedral de Münster na Westfália passou ás mãos dos novos educadores. Aí começaram a ensinar a 300 alunos; dois anos depois eram 900, em 1592, 1.100 e, pouco antes da guerra dos trinta anos, 1.300. Na Baviera, sobressaíam, entre outros, os colégios de Paderborn, Augsburgo e Munique. O primeiro, que era o ginásio da cidade, foi confiado aos jesuítas em 1585 com 140 alunos, que no fim do mesmo ano já eram 300, e no ano seguinte 400. O ginásio desenvolveu-se tão ràpidamente que, em 1614, foi elevado à categoria de Universidade (mas sem faculdade médica). O colégio aberto em Augsburgo em 1582, sete anos depois foi elevado a liceu, atingindo logo uma freqüência média de 500 a 600 estudantes. O progresso não foi menos rápido em Munique: nos primeiros anos a freqüência oscilou entre 300 e 500; em 1587 subiu a 600, em 1589 a 800 e em 1600 a mais de 900.

Em todos êstes estabelecimentos de ensino floresciam os bons costumes, vigorava a disciplina e medravam as boas letras. Não serei eu quem o há de dizer. A palavra aos protestantes contemporâneos. Em 1581, André Dudith escrevia de Breslau a um amigo: "Não me admiro ao ouvir que todos afluem aos colégios dos jesuítas. Possuem um saber variado, são eloqüentes, ensinam, pregam, escrevem, disputam, dão à juventude instrução gratuita e com um zêlo incansável; sobretudo, recomendam-se pela modéstia e vida moral incontaminada".[74] Alguns anos mais tarde, o célebre H. Grócio, lançando um olhar retrospectivo sôbre a atividade pedagógica dos filhos de S. Inácio, assim se exprimia: "Os jesuítas são tidos em grande consideração no mundo pela santidade da vida e pelo êxito com que instruem a mocidade nas belas letras. Em 100 anos, desde a sua fundação, a Companhia produziu mais homens célebres em todos os ramos do saber e eminentes na pureza da vida que nenhuma outra sociedade".[75]

Típico, porém, sôbre todos é o testemunho de Nathan Chytraeus. Investigando as causas da decadência dos estudos entre os "evangélicos", assim se exprimia o célebre professor de Rostock, numa oração fúnebre pronunciada em 1578: "Confesso que me detive ante

74. Sudhoff, *C. Olevianus und L. Ursinus*, Elberfeld, 1857, 504-5.

75. Cit. na obra *Die Jesuiten nach dem Zeugnisse berühmter Männer*, Regenburg, 1891, p. 242. O gramático brasileiro, porém, vê mais longe. Para êle: "os colégios dos jesuítas são o estímulo intelectual e moral da juventude". Que quer? São modos de ver.

a opinião dos que atribuem êste triste estado de coisas aos decretos da Providência. Mas semelhante suposição é evidentemente uma impiedade, como aliás o demonstra suficientemente a prosperidade de algumas outras escolas em que vigem tôdas as boas usanças, que asseguram a ordem e a disciplina. De fato, porque motivo poderiam os colégios dos jesuítas, não obstante as distâncias que os separam, assinalar-se pela boa ordem, pela disciplina, pelo zêlo de todos no cumprimento dos próprios deveres, se o mau estado das nossas universidades fôsse realmente efeito da vontade divina? E por que não poderemos nós, que caminhamos à viva luz do Evangelho, fazer o que fazem os jesuítas que ainda vivem nas trevas?[76] Não nos é possível negar que somos responsáveis pelos males que nos afligem. Comparai o que se vê hoje com o zêlo e ardor para o bem que animavam os nossos *antigos predecessores*. Quem poderia ler sem admiração êstes estatutos em que ainda respira a sua sabedoria? etc., etc."[77]

Se dos estudos literários e científicos passarmos à cultura das belas artes, fàcilmente verificaremos que neste campo foram ainda mais profundas as devastações da Reforma. O protestantismo não compreendeu o pensamento sublime da Igreja de pôr ao serviço da religião o que de mais fino e delicado produziu o espírito humano no domínio do belo. O templo católico é o santuário da beleza. A arquitetura, a escultura, a pintura, a decoração, a música, a eloqüência aí se estreitam na mais harmoniosa aliança para elevar a alma do crente à união com Deus que é eterna Verdade e Beleza eterna.

Estéreis como a revolta e áridos como o êrro, os filhos de Lutero não encontraram no coração gelado e ressequido pelo ódio a fibra humana, que vibrasse em uníssono com estas harmonias divinas da criação. O primeiro grito dos que protestaram foi um grito contra a arte; seus primeiros atos, atos de vandalismo atroz. Precipitaram-se sôbre os nossos monumentos religiosos, os nossos altares, as nossas estátuas e arrasaram tudo: "Imbuída do espírito do seu fundador, monge invejoso e bárbaro, diz Chateaubriand, a Reforma declarou-se aberta inimiga das artes. Riscando, por assim dizer, a imaginação das faculdades humanas, cortou as asas ao gênio e tornou-se pedestre... Se a Reforma ao nascer fôsse coroada de pleno êxi-

76. Já dizia Isaías: Ponentes tenebras lucem et lucem tenebras. V, 20.

77. *Memoriae philosophorum, oratorum*, etc., ed. Rollius, I, pp. 106-115, 140.

to, teria determinado, ao menos por certo tempo, um regresso à barbárie".[78]

É realmente incalculável o dano causado às belas-artes pelos discípulos do frade apóstata. "Os prejuízos em ouro e prata produzidos pelas suas pilhagens, escreve PRESCOTT, podem ser avaliados. As construções tão cruelmente mutiladas puderam ser retocadas pelo cinzel do arquiteto. Mas quem poderá calcular a perda irreparável ocasionada pela destruição dos manuscritos, estátuas e pinturas? É um fato doloroso que os primeiros esforços dos reformados fôssem em tôda a parte dirigidos contra êstes monumentos dos gênios, que haviam sido elevados e mantidos afetuosamente pelo patrocínio do catolicismo".[79] "Os Países-Baixos possuíam um número extraordinário de igrejas e mosteiros. A sua fina arquitetura e as suas bem trabalhadas decorações eram o sinal precoce do desenvolvimento intelectual nestas regiões. Tudo o que inventara a ciência e criara a arte, tudo o que produzira a mecânica, e prodigalizara a riqueza, havia sido recolhido nestes templos magníficos. Ora, no espaço de sete dias e sete noites, desencadeou-se o terrível ciclone que destruiu todos êstes tesouros... As artes por tôda a parte deploram os seus despojos... Apenas uma ou outra estátua e pintura escaparam à ruína. O número de igrejas profanadas pelas turbas de calvinistas fanáticos nunca pôde ser contado. Na só província de Flandres foram saqueadas 400!"[80]

Eis as benemerências da Reforma no culto das artes.

*
* *

A causa está julgada. Não declamamos. Fomos fiéis ao nosso programa: reconstruir a história em tôda a singeleza de sua verdade, lembrando fatos incontestáveis e citando documentos que não admitem réplica. Quase sempre cedemos a palavra a testemunhas insuspeitas. A conclusão que se impõe a todo espírito desapaixonado é a que expressou CARLOS VILLERS, aliás advogado ardente da Reforma: "Somos constrangidos a convir que depois da irrupção dos povos do Norte sôbre o império de Roma, nenhum acontecimento

78. CHATEAUBRIAND, *Etudes historiques sur la chute de l'Empire Romain et la naissance et progrès du Christianisme.* Ver tôda esta página citada por BALMES, *El protestantismo,* c. 72.

79. W. H. PRESCOTT, *History of the Reign of Philip the Second,* Leipzig, 1857, t. II, p. 30-31.

80. MOTLEY, *History of the Rise of the Dutch Republic,* t. I, c. 7.

causou à Europa estragos tão longos e tão universais como a guerra acesa ao fogo da Reforma. Sob êste aspecto é infelizmente verdadeiro que ela retardou o progresso da cultura geral".[81]

A época era para grandes vôos na senda do progresso. A florescência das universidades, a invenção da imprensa, a emulação dos doutos, as novas descobertas científicas, os tesouros acumulados por tantas gerações de investigadores e filósofos, a renascença da literatura clássica, tudo preparava para a cristandade uma época de luzes e de glórias. A explosão da revolta religiosa sufocou o grande movimento nascente e envolveu a Europa setentrional num manto de trevas e de sangue. Enquanto as nações que a abraçaram e promoveram, mergulhavam por quase dois séculos na ignorância,[82] a Igreja coroava o seu trabalho multissecular nos países que lhe ficaram fiéis ou que cedo rejeitaram o veneno dos inovadores. A Itália produzia o século de Leão X, a Espanha o de Carlos V, a França o de Luís XIV.

Concluamos com BALMES: "A inteligência, o coração e a fantasia não devem coisa alguma à Reforma: antes que ela nascesse já essas faculdades se desenvolviam vigorosas; depois de nascida, continuaram no seio do catolicismo com o esplendor e a glória de outrora. Homens ilustres, ornados com a auréola com que se cingiram a fronte, aplaudidos por todos os povos cultos, campeiam nas fileiras católicas. Caluniou quem disse que a nossa religião tende a pear e entenebrecer a inteligência. Não; é impossível; filha da luz, não pode produzir trevas: feitura da própria verdade, não precisa fugir os raios do sol e abater-se nas entranhas da terra, mas pode caminhar à claridade do dia, afrontar a discussão, congregar em redor de si os espíritos na certeza de lhes aparecer tanto mais pura, tanto mais bela, tanto mais admirável, quanto mais atentos e mais de perto a contemplarem".[83]

81. CHARLES VILLERS, *Essai sur l'esprit de la Réforme de Luther*(5), Paris, 1851, p. 227.

82. Por onde se vê que o progresso científico da Alemanha moderna nada tem que ver com o protestantismo. As ciências florescem hoje na Alemanha, como na França ou no Japão: por impulso geral da civilização contemporânea, fruto da semeadura feita pela Igreja católica nos séculos passados e transplantado até às regiões pagãs. Na história da cultura científica, à Reforma só cabe o papel inglório de haver retardado o momento atual.

83. BALMES, *El protestantismo comparado con el catholicismo,* c. 72.

Bibliografia. Sôbre a decadência intelectual produzida pela Reforma cfr. DOELLINGER, *Kirche und Kirchen,* München, 1861, p. 209 ss.; JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes,* Freiburg i. B., Herder, 1897, t. VII(13-14); AUGUSTE NICOLAS, *Du protestantisme de toutes les héresies dans leur rapport avec le socialisme,* 1. III, c. 3; DOELLINGER, *Die Reformation, ihre innere Entwickelung und ihre Wirkungen,* 3 vols. Regensburg, 1846-48, t. I, 408-582; ZAHN, *Science catholique et savant catholiques,* trad. do inglês por J. Flageolet, Paris, Lethielleux, 1895, 1. 4, c. 2, pp. 249-285; L. A. PAQUET, *L'Eglise et l'Education à la lumière de l'histoire et des principes chrétiens,* Québec, 1909, c. IX, pp. 79-97.

Capítulo III

IGREJA, REFORMA E MORAL

§ 1. — *A moral nas doutrinas da Reforma.*

Sumário — Introdução : a santidade na Igreja católica. Doutrinas morais da Reforma : ausência de princípios intelectuais ; determinismo fatalista : dogmas negados ; dogmas afirmados.

Com a moral entramos diretamente no campo da influência religiosa. Se outras houvessem sido na história as condições econômicas e intelectuais da humanidade, o cristianismo pudera ter atingido a plenitude do seu desenvolvimento religioso sem tôdas essas criações admiráveis que lhe constituem outros tantos títulos de glória nos fastos da civilização terrena. Mas a sua eficácia moralizadora, essa é-lhe essencial aos princípios de santidade, intrínseca à natureza de sua missão divina. Santificar os homens, arrancá-los às estreitezas do egoísmo estéril, elevá-los, pela prática da virtude, à altura do ideal cristão é o fim primeiro do Evangelho, é o campo natural onde se exerce a ação poderosamente benfazeja da verdade católica. Santa na sua origem, santa na Pessoa divina do seu fundador, santa na essência de sua constituição, santa na pureza ilibada da sua fé e dos seus ensinamentos morais, a Igreja católica conserva sempre o segrêdo de santificar a humanidade decaída ; santa, é mãe fecunda de santos.

Estorvada pelos abusos da liberdade humana, pelo influxo deletério do ambiente social, pela revolta das paixões desencadeadas, pelas ingerências do poder civil, ela triunfou sempre, em muitos dos seus filhos, de tôdas essas influências do mal.

Seus membros não foram nem são todos santos: são homens. Desdobrai as páginas da sua história. Podereis apontar épocas funestas em que os vícios do mundo contaminaram largamente as suas fileiras; podereis indicar mosteiros ou instituições religiosas que, esquecidas da perfeição evangélica, decaíram ao nível das paixões vulgares; podereis numerar sacerdotes ou bispos que mancharam o santuário com o exemplo de uma vida desregrada; podereis até contar (são raros!) Pontífices supremos que escandalizaram com os seus desmandos a cátedra apostólica, onde luziram as virtudes de Leão Magno, Gregório VII e Pio V. Cristo o havia profetizado. Na seara por Êle plantada, ao lado do trigo havia de crescer o joio; na pesca divina das almas, entre as malhas da rêde, se haviam de encontrar peixes bons e maus. A figueira estéril cresceria ao lado da árvore frutífera, as virgens loucas se irmanariam com as prudentes, Judas maquinaria o deicídio no colégio apostólico. São essas as taras inevitáveis de uma sociedade, divina na sua instituição mas humana nos seus membros.

Ao lado, porém, destas obscuridades que formam a sombra do quadro, que luzes, que resplendores sobre-humanos! Enumerai em vinte séculos de civilização os grandes heróis da virtude, os grandes benfeitores da humanidade, as grandes instituições que deram ao mundo o mais belo espetáculo da abnegação, do sacrifício, do zêlo e do amor: são frutos sazonados da seiva vivificadora da grande árvore católica. A tradição do heroísmo nunca se extinguiu na raça dos seus filhos. A chama da caridade nunca se apagou no seu seio. As árduas veredas da perfeição evangélica nunca deixaram de ser trilhadas pelas legiões dos seus soldados.

De Estêvão aos negros da Uganda contemporânea, os fastos do seu martirológio; de Jerusalém a Lourdes, a crônica dos seus milagres; dos Apóstolos às legiões dos nossos missionários, a história do zêlo; dos diáconos da Palestina e dos anacoretas da Tebaida a Vicente de Paula, a D. Bosco, às multidões das nossas virgens e dos nossos virgens, os fatos da caridade, da abnegação, da pureza, foram continuamente iluminados pelo brilho de novas páginas.

A maternidade fecunda da Igreja nas gerações dos seus santos não conheceu nunca as intermitências do exaurimento ou a impotência da esterilidade.

Mas desta árvore divina, nas tempestades de 20 séculos, destacaram-se dezenas de ramos outrora florescentes e carregados de frutos. O orgulho, revolta do espírito, e a sensualidade, revolta da carne, separaram-nos do tronco comum. Caíram, muitos com gran-

de estrondo e por algum tempo (que montam poucos séculos na grandeza dos planos divinos?) vegetaram no solo com os restos de uma vitalidade decadente. Mas, sem húmus e sem seiva, secou-os primeiro a esterilidade, desagregou-os depois a corrupção da morte. É a história de tôdas as heresias.

O protestantismo foi o último galho lascado da árvore católica. Seus restos cobrem ainda larga parte da Europa setentrional. Aos olhos de observadores superficiais apresenta ainda o viço de uma verdura luxuriante. Mas são apenas fôlhas. Flores e frutos já os não produz. A mesma infecundidade moral que esterilizou as outras revoltas religiosas feriu também a do monge saxônio. Procurai os santos do protestantismo em quatro séculos de existência, inquiri do heroísmo dos seus filhos, investigai-lhes os milagres que são sigilo da divindade; não encontrareis, sob êstes títulos, senão páginas em branco. Homens honestos, virtudes cristãs que não transcendem os limites da mediocridade, é o mais que nos podem oferecer os seus anais. A graça, nos segredos insondáveis da sua ação sobrenatural, pode ainda fecundar a boa fé e a intenção reta dos extraviados. Mas o segrêdo do heroísmo cristão, êsse perdeu-se para as almas de escol, enquanto as grandes massas, destruídas as barreiras preservadoras, se precipitaram, sob a impetuosidade torrencial das paixões, nos grandes excessos, que cedo ou tarde acarretam a completa dissolução da vida moral e religiosa.

É esta decadência do protestantismo que ora nos cumpre esboçar. Distinguiremos no nosso estudo duas questões: a questão *de direito* e a questão *de fato*. Analisando abstratamente os princípios, provaremos primeiro a incapacidade profunda e insanável em que se acha o protestantismo de promover a grandeza moral dos que o abraçaram e confirmaremos, em seguida, com o exame dos fatos, a verdade das nossas conclusões teóricas.

* * *

Na ordem natural e na ordem sobrenatural a Reforma protestante golpeou de morte os órgãos vitais da moralidade humana e da moralidade cristã.

Na ordem natural, são dois os elementos fundamentais da grandeza de caráter: princípios sólidos e imutáveis a iluminar as alturas da inteligência, fôrça e constância de querer a fortificar as energias da liberdade. Sem a firmeza das verdades eternas que lhe fixam o

ideal na corrente movediça das coisas que passam, o homem vive, ou, melhor, flutua à mercê dos acontecimentos. Cada capricho que lhe cruza pelo espírito, inspira-lhe uma resolução passageira, cada paixão, que lhe estua na alma, imprime uma orientação efêmera à sua atividade. No conflito dos apetites contraditórios nenhuma ordem, nenhuma unidade, nenhuma harmonia de tendências, nenhuma subordinação hierárquica de faculdades. É nesta hesitação vacilante acêrca dos grandes princípios moderadores da atividade humana que devemos procurar a causa primeira da crise de caracteres de que adoece a nossa civilização. JOUFFROY: "Personne n'a du caractère dans ce temps et par une bonne raison, c'est que des deux éléments dont le caractère se compose, une volonté ferme et des principes arrêtés, le second manque et rend inutile le premier".

Foi o protestantismo o primeiro a abalar nas almas a estabilidade das convicções. Perguntai ao protestante qual o princípio regulador da sua atividade moral. — A Bíblia, responderá, a Bíblia, única regra dos costumes como norma única de fé. — Mas a Bíblia quem a interpreta? A razão individual. Se vos apraz, podereis ver no livro divino, com LUTERO, a condenação da virgindade, a justificação da poligamia, a inutilidade das boas obras. A razão, pois, a razão subjetiva e mutável ao sabor das paixões, eis, em última análise, a regra de nosso operar.

As massas, desvinculadas assim da submissão a uma autoridade superior e incapazes de deduzir pessoalmente do livro inspirado um código de moral, deixar-se-ão levar pela torrente avassaladora dos apetites desregrados.

Os cultos, os intelectuais, vagando à mercê das variações da crítica racionalista, erigirão os próprios preconceitos em mandamentos éticos, construirão uma moral "independente" e oscilante sôbre a areia movediça dos sistemas filosóficos. Para o jovem inebriado com os primeiros fumos da ciência, as regras aprendidas e praticadas na infância já não apresentam a solidez racional capaz de resistir aos embates críticos dos moderníssimos mestres do pensamento. O homem maduro achará levianas e superficiais as conclusões assentadas nos fervores entusiastas da juventude. Ao velho experimentado e desiludido afigurar-se-ão inconsistentes e eivadas de orgulho as construções morais de sua virilidade.

Destarte, de povo para povo, de época para época, de indivíduo para indivíduo, de idade para idade, os princípios morais variarão com a índole, com os caprichos da moda intelectual, com as paixões que agitam e diversificam as massas humanas no espaço e no tempo.

O protestantismo em quatro séculos de existência, como não logrou assentar uma confissão de fé que reunisse o sufrágio universal das inteligências, assim não conseguiu estabelecer um código de moral que se impusesse à submissão de tôdas as vontades. A sua moralidade furta-côr, o seu preceituário de mil fórmulas cambiantes, os seus mandamentos entregues à versatilidade interesseira do egoísmo, arvorado em norma suprema de ação, comprometeram irremediàvelmente no domínio intelectual a eficácia regeneradora dos grandes e imutáveis princípios do cristianismo.[1]

Mais profundo ainda foi o golpe vibrado contra a vontade. O espírito, desenfreara-o LUTERO com o livre exame; a liberdade, encadeou-a nos elos de um determinismo fatal. Êsse homem, que uma crítica míope e pertinazmente hostil à Igreja proclamou o arauto das liberdades humanas, o emancipador dos povos livres, professa as teorias mais degradantes acêrca do livre arbítrio, rebaixa a dignidade da nossa natureza ao nível do bruto, ao mecanismo inconsciente dos autômatas.

Para a Igreja católica o homem é livre. O pecado original vulnerou-lhe a prerrogativa divina, mas não a destruiu. Na revolta das paixões desencadeadas pela primeira prevaricação, na insurreição da concupiscência e dos apetites inferiores contra os ditames superiores do espírito, a vontade, debilitada sim, mas não aniquilada, conservou na sua decadência o cetro da realeza primitiva. Ela é ainda rainha; o homem é ainda senhor de seus atos e, pela liberdade, o artífice dos seus destinos. A graça eleva, fortifica, sobrenaturaliza a vontade, mas no segrêdo insondável de sua ação nas almas, respeita-lhe sempre a independência nativa. A felicidade suprema da glória será conquista dos nossos esforços, prêmio das nossas virtudes, triunfo de nossa liberdade sôbre o mal. As palavras de S. Paulo: *gratia Dei mecum*, resumem admiràvelmente tôda a economia da predestinação divina. Deus e eu: Deus, com a sua graça, eu, com a minha livre cooperação: eis os elementos essenciais e inseparáveis da nossa glorificação sobrenatural. Não se poderia melhor conciliar a gratuidade das generosidades divinas com a grandeza da dignidade humana.

À verdade destas doutrinas que elevam, opôs LUTERO as degradações do êrro que avilta. Aos estudos católicos sôbre a liberdade

1. "L'homme est toujours disposé à échapper à la morale, et il y échappe quand cette morale n'est pas liée à une doctrine invariable". DE BROGLIE, *Problèmes et conclusions de l'histoire des religions* (2), Paris, 1886, pp. 115-16.

contrapôs um livro desmoralizador e intitulou-o *De servo arbitrio*, do arbítrio escravo. Para envilecer o homem era mister começar por desengastar-lhe do diadema a mais preciosa das suas jóias. Mas ouvi as suas próprias palavras: "A vontade do homem é semelhante a um jumento. Cavalga-o Deus? Ela vai aonde Deus a guia. Monta-lhe em cima o diabo? Ela vai aonde êle a conduz... Tudo se realiza segundo os decretos imutáveis de Deus. Deus opera em nós o mal e o bem. Tudo quanto fazemos, fazemo-lo não livremente, mas por pura necessidade".[2]

Os discípulos fazem eco à palavra do mestre. CALVINO: "Deus criou alguns para a condenação e morte eterna a fim de serem instrumentos de sua ira e exemplos da sua severidade, e a fim de que cheguem a êsse destino... cega-os e endurece-os". "Se êle determinou salvar-nos, a seu tempo nos levará à salvação; se determinou condenar-nos em vão nos atormentaríamos para nos salvarmos".[3]

ZWINGLIO: "Deus é o primeiro princípio do pecado. É por divina necessidade que o homem comete todos os crimes".[4]

MELANCHTHON: "A predestinação divina tira ao homem a liberdade porque tudo acontece segundo os seus decretos... e isto entende-se não só das obras externas mas ainda dos internos pensamentos". E, levando a doutrina às mais execrandas, porém, lógicas conclusões, não hesita em afirmar que "o adultério de David e a traição de Judas são obra de Deus como a conversão de S. Paulo".[5] — Deus, autor do mal, o homem joguête inconsciente dos seus arbítrios, tal o resumo da doutrina protestante. Nunca a blasfêmia e a indig-

2. *De servo arbitrio ad Erasmum* (1525), Weimar, XVIII, 635, 709 ss. "Foi o diabo quem introduziu na Igreja o nome de livre arbítrio". Weimar, VII, 145.

3. CALVINUS, *Inst. de la relig. chrét.*, l. III, c. 24, n. 12; c. 23, n. 12, *Opera*, IV, 521, 500. Todo o cap. 2 do livro II é consagrado a demonstrar "que l'homme est maintenant dépouillé de franc-arbitre et misérablement assujetti à tout mal". *Opera*, III, 296.

4. ZWINGLIO, *Werke*, II, 73, 184.

5. MELANCHTHON, *Comment. in Epist. ad Rom.* Ver todo o trecho em ALZOG, *Universalgeschichte der christlichen Kirche*(7), Maïnz, 1860, p. 755. — Êste trecho escandaloso, conservado por CHEMNITZ, foi expungido das edições posteriores do comentário de MELANCHTHON. — Nos *Loci theologici*, obra que LUTERO chamou "invencível, digna não só da imortalidade senão ainda de ser inserida no cânon das sagradas Escrituras" (Weimar, XVIII, 601), MELANCHTHON diz-nos que a liberdade "é um dogma ímpio infiltrado no cristianismo pela filosofia". *Corp. Ref.* XXI, 86. Mais tarde, desvinculado da influência do antigo mestre e ensinado pela experiência, o reformador humanista acolheu-se a idéias mais sensatas. — As fórmulas simbólicas do protestantismo ressentem-se das opiniões individuais dos teólogos que as elaboraram. Para umas, a liberdade é um fato, para outras, um nome ôco, sem realidade. Negação do livre arbítrio pode ver-se, por exemplo, na *Solida Declaratio*, II, De lib. arb. §§ 5, 7, 30, 44; nos *Artigos de Smalcalda*, Part. III, Art. I § 5. J. T. MÜHLER, *Die symbolischen Bücher der evangelisch-luterischen Kirche*(9), Gütersloh, 1900, respectivamente, pp. 588, 589, 596, 598, 311.

nidade, o ultraje à santidade divina e à grandeza humana concluíram mais revoltante conspiração.

E aí temos como LUTERO e os seus aniquilam o valor da personalidade. Sem livre arbítrio não há imputabilidade, não há mérito, não há moralidade. Em tudo o que se refere à sua atividade moral, o homem não passa de uma "estátua", de um "tronco inerte", de uma "pedra". São ainda comparações do chefe reformador, que considerava êste artigo da vontade escrava como a quinta essência, a fina flor da sua doutrina, "omnium optimus, et rerum nostrarum summa".[6] Após 15 séculos de liberdade cristã eis-nos novamente precipitados na escravidão do fatalismo antigo.[7]

Depois de haver assim na ordem humana desorganizado as duas grandes molas da vida moral, substituindo na inteligência a estabilidade dos princípios pela arbitrariedade do capricho e enervando a vontade com declará-la radicalmente incapaz de praticar a virtude, na sua freima demolidora atiraram-se os corifeus da Reforma sôbre o edifício sobrenatural dos nossos dogmas e, um por um, destruíram os mais divinamente consoladores.

Com todo o pêso de sua divina autoridade, Cristo impôs ao gênero humano o jugo austero da sua moral imaculada. Ao homem decaído que se revolvia no lôdo dos vícios mais abjetos, dirigiu a voz taumaturga da regeneração: sursum, para o alto! Eleva-te a rivalizar com os anjos na pureza da vida! Mas êle bem conhecia a fragili-

6. Weimar, VII, 148. Cfr. J. T. MÜHLER, *Die symbolischen* Bücher, p. 593.

7. Quereis ver ainda até a que baixezas o homem é degradado na pena de LUTERO? Lêde esta página que peço desculpas ao leitor de transcrever em toda a nudez cínica do seu realismo cru: "Sei que se alguém experimentou o temor e o pêso da morte preferira ser um porco a ver-se continuamente acabrunhado pelo vexame de semelhante opressão. Na sua lama, o suíno julga-se num leito de plumas; descansa pacìficamente, ronca suavemente, dorme tranqüilamente; não teme reis nem senhores, morte nem inferno, demônio nem cólera divina; não o agita a menor preocupação, não se inquieta mesmo com a bolota que há de comer. E se o sultão de tôdas as Turquias acertasse de passar-lhe ao lado no fasto do seu poder e de sua realeza, êle conservaria tôda a sua altivez e não sacudiria em sua honra uma só das suas cerdas. Se o enxotam, solta um grunhido, e se pudera falar diria: Pobre insensato, por que te irritas? Não tens a décima parte da minha felicidade, não passarás nunca uma só hora tão tranqüila, tão suave, tão calma, como tôdas as minhas, ainda que fôras dez vêzes mais rico e poderoso. Numa palavra, o porco vive numa segurança completa, sua vida é tôda doçuras. Se o levam para o matadouro, pensa simplesmente que é um tronco de madeira ou uma pedra que o incomoda. Até morrer, não espera a morte. Antes, no momento e depois da morte, não experimenta o que é morrer; a vida lhe pareceu sembre boa e eterna. Neste ponto, nenhum rei, nem mesmo o messias dos judeus (o que êles ainda esperam), homem algum por mais hábil, rico, santo e poderoso, o poderá imitar". Ap. PAQUIER, *Luther et le luthéranisme*, t. II, pp. 10-11. Nos inquilinos das pocilgas achou o reformador o ideal da felicidade!

Hino agora ao emancipador da dignidade humana, palmas ao libertador das consciências!

dade da nossa argila, as profundezas do abismo em que nos precipitara o pecado e por isso adoçou as severidades do dever com as suavidades do amor. Ao lado de cada espinho fêz desabrochar uma rosa. Vigorizou as pusilanimidades do nosso abatimento com os raios vivificantes da esperança. Sôbre a nossa esterilidade abriu, aos borbotões, as fontes perenes da sua graça. O protestantismo revoltado não teve fé nos excessos da caridade divina e, com a negação, introduziu a desordem nos planos admiráveis da economia salvadora.

Que de mais confortante para o miserável pecador que o dogma das *indulgências*? Que de mais consolador que o dogma do *purgatório* onde se purificam as almas dos justos das nódoas contraídas na sua peregrinação terrena? Que de mais justo e misericordioso que a *diferença entre o pecado mortal e o venial*, a estabelecer uma distinção entre os crimes que nos matam na alma a vida divina da graça e as faltas a que se não pode subtrair a nossa fragilidade? Que de mais suave que a *comunhão dos santos*, a instituir na ordem sobrenatural esta solidariedade, em virtude da qual somos fortificados pela intercessão e pelo mérito de nossos irmãos? O protestantismo levantou o alvião sacrílego contra tôdas estas admiráveis construções do amor divino. De tôdas elas não restam senão ruínas acumuladas pela negação destruidora.

Mas de tôdas as invenções da misericórdia encarnada não há outras que tão de perto toquem a nossa vida moral e tão intimamente se prendam ao coração do cristianismo como a confissão e a eucaristia.

A *confissão* é o arrependimento, é o perdão, é o propósito. O arrependimento que apaga um passado de culpas, o perdão que verte sôbre o presente o bálsamo das suas consolações inefáveis, o propósito que ilumina o futuro com as perspectivas da regeneração. Que alavanca mais poderosa para a atividade moral? Lançar freqüentemente nas consciências a sonda de um exame imparcial, resgatar com lágrimas sinceras os desvarios da nossa liberdade, firmar as energias do nosso querer com o vigor das resoluções incondicionadas, abrir tôda a alma às influências reabilitadoras da graça, aos raios da esperança, à tranqüilidade fecunda da paz de consciência — haverá humanamente falando, divinamente falando, meio mais eficaz para elevar e conservar o coração nas regiões serenas da virtude?

O protestantismo negou tudo isto, e negando-o "desconheceu um dos meios mais suaves para dar à vida do homem uma orientação conforme aos princípios da sã moral".[8] Pecaste? persuade-te que

8. BALMES, *El protestantismo*, etc., c. 30.

Deus te perdoou, que a sua justiça cobre os teus pecados, que a tua fé é inamissível e, com a fé, a graça. Se esta persuasão entrou na alma é o descanso no pecado, o hábito do mal, o endurecimento; se não, é o terror, o desespêro. Compreendo agora em lábios protestantes êstes gritos d'alma: "Oh! que não daria eu para ajoelhar-me num confessionário católico!" (M. DE STAEL). "Quem não lançou olhos invejosos ao tribunal da penitência? Quem não desejou nas amarguras do remorso, nas incertezas do perdão divino, ouvir uns lábios, que, com o poder de Cristo, lhe dissessem: "Vai em paz, teus pecados te são perdoados"?[9]

A confissão é o amor que perdoa e regenera. A *eucaristia* é o amor que se imola, o amor que se comunica às almas nos amplexos inefáveis de uma união divina. Quem não teve fé no amor misericordioso, não pôde compreender o amor unitivo. Negada a confissão, como afirmar a eucaristia? LUTERO também aqui deu o primeiro passo na via das negações. A hóstia consagrada não é o corpo de Cristo, contém-no apenas transitòriamente. CALVINO foi além e no mistério dos nossos altares viu, não uma realidade consoladora, mas apenas um símbolo, uma figura vazia de verdade. Daí à negação completa a distância era pequena e transpuseram-na logo os seus sucessores. A missa foi proscrita como rito idolátrico e os tabernáculos ficaram vazios na solidão dos templos protestantes.

Mas que vale um cristianismo sem eucaristia: sem a eucaristia-sacrifício, centro em tôrno do qual gravita tôda a vida litúrgica, sem a eucaristia-sacramento, fonte donde mana, em torrentes, a graça, vida sobrenatural dos crentes? Extinguiram o fogo; o amor entibiou-se nos corações. Estancaram os mananciais; as almas esterilizaram-se. As flores mais belas, que no cristianismo haviam desabrochado ao sol de Jesus-Hóstia, feneceram à míngua de calor e de luz. Murcharam os lírios, esmaeceram as rosas, secaram as violetas. O sacerdócio casou-se, os mosteiros despovoaram-se, o apostolado mercantilizou-se, a caridade exilada das almas buscou um refúgio nas leis e passou do coração para a algibeira. O protestantismo não tem Irmãzinhas dos pobres, Irmãos de S. Vicente, não tem ordens religiosas, não tem ministros continentes, não tem legiões de mártires nem de virgens. Onde quer que a virtude se eleva

9. E. NAVILLE, *Thèse defendue devant l'Académie de Genève*, 1839. Cit. por E. DUPLESSY, *Les apologistes au dix-neuvième siècle*(7), Paris, Beauchesne, 1910, p. 238.

à altura do heroísmo, não achou discípulos entre os descendentes de LUTERO. O heroísmo cristão alimenta-se no sangue generoso de Cristo.

*
* *

Não parou nesta primeira fase negativa a obra nefasta de desmoralização iniciada pela Reforma. Depois de negar, o protestantismo afirmou. Negou todos os dogmas que inspiram, que elevam, que sustentam as almas nas esferas sublimes do sacrifício e do heroísmo. Afirmou em seguida um dogma novo que, em si, encerra o germe não só da corrupção mas da completa dissolução da vida moral. Refiro-me à doutrina protestante da *inutilidade das boas obras*.

Falando da liberdade, já tivemos ensejo de observar como o dogma católico concilia admiràvelmente a gratuidade da graça divina com o exercício da nossa atividade livre. O auxílio de Deus, absolutamente necessário para elevar as nossas ações à ordem sobrenatural, não dispensa de modo nenhum o esfôrço da nossa cooperação. Nas finezas do seu amor, dispôs Deus que o homem fôsse o artista da sua felicidade.

Destarte, nascidas do conúbio misterioso da graça divina com o livre arbítrio humano, são as nossas ações germe fecundo de vida eterna. Verdade altamente digna da misericórdia de Deus e da grandeza do homem, verdade altamente estimuladora da nossa atividade moral. E a sagrada Escritura no-la ensina freqüentemente, inculcando a necessidade das boas obras. Que é o magnífico sermão da montanha senão uma promessa da glória aos que praticam o bem? Que razão da suprema sentença aduzirá Cristo juiz, senão as boas obras praticadas pelos eleitos e descuradas pelos réprobos? Ouvi ao Príncipe dos Apóstolos: "Procurai por meio das boas obras assegurar a vossa vocação e eleição". I *Petr.*, I, 10. Ouvi a Tiago: "a fé sem obras é morta". *Jac.*, *II*, 20. Abri os Evangelhos, lêde tôdas as epístolas apostólicas. Desta leitura resultará evidente como a luz meridiana que o cristianismo é um grande código de moral impôsto à humanidade para a sua salvação. Cristo é Redentor não só, mas legislador também. Não basta crer, é mister ajustar as obras à fé; não basta o símbolo, é necessário também o decálogo; si vis ad vitam ingredi serva mandata. *Math.*, XIX, 17.

A primeira preocupação de LUTERO e de seus amigos foi alijar a carga pesada das boas obras. Era mister forjar um novo cristianis-

mo menos carrancudo, mais ameno e prazenteiro. "A palavra Evangelho significa boa nova, doutrina grata e consoladora para as almas... ouvir que a Lei já foi observada por Cristo, que nós não a devemos observar, mas só unir-nos pela fé àquele que por nós a observou".[10]

É a doutrina da justificação pela fé, que, na opinião do heresiarca, resume a quinta essência do cristianismo, e, na realidade, é a chave de abóbada de todo o seu sistema teológico. Ei-la em duas palavras.[11]

O pecado original causou a depravação total do homem. A sua inteligência, nas coisas morais e divinas, não pode senão errar, a sua vontade, por mais que se esforce, não faz senão acumular pecados. E êste estado de decadência identifica-se de tal modo com a essência da natureza humana que é impossível uma regeneração interior, uma verdadeira renovação espiritual. Qual será então o efeito da morte redentora de Cristo? Uma justificação simplesmente externa, equivalente a uma não-imputação do pecado. Cristo satisfez por nós, Cristo mereceu-nos o céu com o seus sofrimentos. A generosidade e abundância de sua Redenção dispensam-nos de qualquer cooperação individual, de qualquer atividade própria, dispensam-nos até do *arrependimento* e do *amor*. Para ser justificado basta crer na eficácia do sangue divino. A fé cobre todos os nossos pecados.[12] Desa-

---

10. Weimar, I, 105. No comentário ao c. 40 de Isaías: "Esta é nossa doutrina que sabemos eficaz para consolar as consciências. Viveremos livres, sem lei, e nos persuadiremos que os nossos pecados nos foram perdoados", Weimar, XXV, 249.

11. Sôbre a teoria da justificação em LUTERO e a sua dissolução gradual pelas diferentes facções protestantes, cfr. J. A. MOEHLER, *Symbolik*, oder Darstellung der dogmatischen Gegensaetze der Katholiken und Protestanten nach ihren oeffentlichen Bekenntnisschriften(9). Mainz, 1884, l. I, c. 3. pp. 99-253. Desta obra clássica escreveu GOYAU: "La Symbolique est le livre le plus profond que, depuis Luther, une plume catholique allemande ait écrit sur la Réforme" G. GOYAU, *Moehler*, Paris, Bloud, 1905, p. 38. Cfr. ainda: J. SCHWANE, *Histoire des dogmes*, trad. franc. de A. Degert, Paris, Beauchesne, 1904, t. VI, 205-239; H. GRISAR, *Luther*, Freib. i. B., Herder, 1911, t. II, pp. 737-781. Êste último autor estuda a teoria de LUTERO à luz das experiências religiosas e lutas internas de consciência desta alma devorada de escrúpulos e ralada de remorsos. Não é a teologia, é a psicologia que explica a origem da justificação luterana.

12. *Livro da Concórdia*: "Et quidem *neque contritio neque dilectio*, neque ulla alia virtus, *sola fides* tamquam medium et instrumentum quo gratiam Dei, meritum Christi et remissionem peccatorum apprehendere et accipere possumus". *Solida Declaratio*, III, De justitia fidei. J. T. MÜHLER, *Die symbolischen Bücher der evangelisch-lutheranischen Kirche*(9), Gütersloh, 1900, p. 616. Na Apologia da Confissão Augustana: "*Sola fide* in Christum, non per dilectionem, non propter dilectionem aut opera consequimur remissionem peccatorum, etsi dilectio sequitur fidem. Igitur *sola fide justificamur*". *Corp. Reformat.*, XXVII, 440. Em J. T. MÜHLER, p. 100. LUTERO: "Haec est ardua et insignis dignitas veraque et omnipotens potestas, spirituale imperium in quo nulla res tam bona, nulla tam mala quae non in bonum mihi cooperetur. *Nulla tamen mihi opus est cum sola fides sufficiat ad salutem*". Weimar, VII, 57.

companhada de obras, de contrição e de caridade, ela é o processo mecânico e externo, o instrumento com que nos apropriamos os merecimentos de Cristo, alcançamos a graça e a remissão, ou, mais exatamente, a não-imputação das nossas culpas.

Coberto assim aos olhos de Deus com o manto dos méritos do Redentor (por uma ficção jurídica indigna da santidade divina), o homem continua na realidade e intrìnsecamente pecador e fonte contínua de pecados. Tôdas as suas ações, ainda depois de justificado, são pecaminosas e imundas.[13] Mas nenhum pecado, afora o da infidelidade, pode despojá-lo da graça. Se crê, é justo, ainda que cometa os maiores delitos.[14]

Eis na teoria luterana a que se reduz a obra da Redenção: Cristo, para isentar o homem de observar a lei, observou-a em lugar dêle; o homem, pela fé, atribui a si esta observância, assegura destarte a graça divina e pode descansar seguro na impunidade do seu pecado inauferível.[15]

Da teoria luterana sôbre a queda original e a justificação decorre, como inevitável corolário, a inutilidade e mesmo a nocividade das boas obras. Rigorosamente falando, até a expressão "boas obras" é um contra-senso. Essencialmente corrupto, o homem é necessàriamente pecador em todos os seus atos. A justificação exterior e forense não lhe pode sanar êste vício essencial. Esforçar-se nessas condições, por praticar as que chamamos boas obras não é senão multiplicar pecados.

Os reformadores não recuaram ante a enormidade dessas conseqüências. Antes de tudo, a inutilidade das obras na justificação do pecador. "Rejeitamos e condenamos as proposições em que se afirma a necessidade das boas obras para a salvação". Pouco antes a mesma Fórmula da Concórdia, símbolo oficial do luteranismo, assim exprimira o artigo da nova fé: "Cremos, ensinamos e confessamos que as boas obras se devem totalmente excluir (penitus excludenda), não só quando se trata da justificação pela fé, senão ainda quando se discute acêrca de nossa eterna salvação".[16]

Inúteis as boas obras; não só, senão ainda nocivas. Fale LUTERO, no seu Comentário da epístola aos Gálatas: "a lei, as obras, a caridade, os votos não só não resgatam mas agravam a maldição. Quanto mais obras fizermos tanto menos poderemos conhecer e apreender a Cristo".[17]

À vista das conseqüências imorais desta doutrina, um professor de Wittemberga, JORGE MAIOR, tentou modificá-la, proclamando as boas obras, necessárias, como condição *sine qua non*, à salvação eterna. Por tôda a parte, surgiram os contraditores, NICOLAU D'AMSDORF, amigo de LUTERO e por êle consagrado "bispo" de Naumburgo, saiu à estacada com uma obra apostólica a que deu por título: *Que a proposição "as boas obras são nocivas à salvação" é justa, verdadeira, cristã, pregada por S. Paulo e S. Lutero* (1559).

Tal a teoria da justificação nos primeiros reformadores.[18]

À luz fôsca desta doutrina como se transmuda o aspecto do Evangelho! Julgávamo-lo todos um código elevadíssimo de moral, um conjunto de preceitos sancionados com prêmios e castigos e destinado a sublimar o homem muito acima da simples lei natural. Que engano! O Evangelho é a emancipação de tôda a espécie de vínculos morais, é o fundamento de uma confiança absoluta de chegar ao céu sem esfôrço, é o código do prazer. Nêle encontra o crente um título de isenção da virtude e um rescrito de indenidade para todos os vícios. Eis a boa nova, "a doutrina grata e consoladora para as almas".

Não se admire o leitor. Tôdas essas conclusões, por mais abomináveis que pareçam a quem conserva uns restos de senso moral, encontram-se não só virtualmente na doutrina protestante da justificação, mas expressa e formalmente nos escritos dos primeiros re-

---

13. "Consequitur itaque omnia hominum quantumvis laudabilia in speciem opera plane vitiosa et morte digna peccata". MELANCHTHON, *Corp. Reformat.*, XXI, 106. Cfr Ibid., p. 108.

14. "Ita vides quam dives sit homo christianus sive baptizatus qui etiam *volens non potest perdere salutem suam quantiscumque peccatis* nisi nolit credere. Nulla enim peccata eum possunt damnare, nisi sola incredulitas: caetera omnia si... stet fides in promissionem divinam baptizato factam in momento absorbentur per eandem fidem". LUTERO, Weimar, VI, 529. "Qui credit idem et aeque magnum peccatum habet ut incredulus, credendi tamen condenatur et non imputatur... Itaque, [credens] *peccatum habens et peccans tamen manet pius*... ataque ea est vera piorum consolatio, quod etiamsi peccata habeant et committant, tamen sciant ea propter fidem in Christum non imputari sibi". Weimar, XL, 2, Abt., 96.

15. "Christus spectandus est, in quo cum peccata tua haerere videbis, securus eris a peccatis, morte et inferno. Dices enim peccata mea non sunt mea qui non sunt in me, sed sunt aliena, Christi videlicet; non ergo me laedere poterunt". Weimar, XXV, 330. "Si conscientia peccati te accusat, si ponat ob oculos iram Dei... non debes ei consentire, sed *contra conscientiam et sensus tuos judicare* Deum non esse iratum, te non esse damnatum". Weimar, XXV, 330.

16. *Formula Concordiae*, I, art. IV, n. 16 e 7; J. T. MÜHLER, pp. 533, 531.

17. Weimar, XL, 1 Abt., p. 447.

18. Digo nos primeiros reformadores porque alguns símbolos e teólogos protestantes de época posterior, sob a pressão das objeções católicas, limaram as arestas de tão angulosa doutrina, e procuraram, ainda com sacrifício da coerência sistemática, inculcar de algum modo a necessidade de outras virtudes, que não só a fé.

formadores. Alego uma ou outra citação ao acaso entre as inúmeras que se poderiam colher nas obras de LUTERO. "O Evangelho não prega o que devemos fazer; não exige nada de nós. Antes, em vez de dizer-nos: faze isto ou aquilo, manda-nos simplesmente estender as vestes e receber: toma, meu caro, eis o que Deus fêz por ti; por teu amor êle vestiu o próprio Filho de carne humana... aceita êste dom; crê e serás salvo".[19] "Não desesperes por causa dos teus pecados mas cobra ânimo e dize: posso ter feito algum bem ou algum mal, mas isto pouco importa; Cristo sofreu por mim... A isto se reduz todo o cristianismo, a sentir que não tens pecado ainda quando pecas, a sentir que teus pecados aderem a Cristo, que é salvador do pecado".[20]

Êste antagonismo entre a lei moral e o Evangelho recorre a cada passo na pena do infeliz apóstata em busca de um anestésico poderoso para a consciência dilacerada de remorsos. A fim de salvar o Evangelho é mister aniquilar a lei moral: são inimigos irreconciliáveis e incompatíveis. "É necessário que procuremos com tôdas as fôrças afastar a lei da nossa consciência quanto o céu da terra... Quando a lei te aterroriza, te acusa, te mostra o pecado, te ameaça com cólera divina e com a morte, faze como se nunca houvera existido lei ou pecado, como se só existira Cristo que é todo graça e redenção. Ou se sentes no fundo da alma os terrores da lei, repete: lei, não quero ouvir-te;... chegou a plenitude dos tempos, sou livre, já não suportarei o teu império".[21] Que esforços de uma vontade obstinada para sufocar "os terrores da lei na consciência!" Vêde-o ainda a debater-se contra a idéia de Cristo legislador e de Cristo juiz. Vêde a exorcizá-la como uma obsessão diabólica! "Se Cristo nos aparecesse como juiz irritado ou legislador que nos chama a contas, consideremo-lo como um demônio furioso e não como a Cristo".[22] Não só com as palavras mas também com as *nossas ações* e com o nosso *procedimento* exercitemo-nos com diligência [para cauterizar a consciência é mister muito exercício!] em separar Cristo de qualquer idéia de legislador a fim de que, apresentando-se-nos o demônio sob a figura de Cristo para molestar-nos em seu nome, saibamos que não é Cristo, mas que é verdadeiramente o diabo".[23]

---

19. Weimar, XXIV, 4; cfr. Weimar, XL, 1 Abt., 168.
20. Weimar, XXV, 329, 331.
21. Weimar, XL, 1 Abt., p. 557; cfr. t. XXV, 249-250.
22. Weimar, XL, 2 Abt., p. 13.
23. Weimar, XL, 1 Abt., p. 299. Edifiquemo-nos ainda nestas passagens do Reformador: "O cristão, principalmente nas tentações, não deve absolutamente pensar em lei e em

Ouvimos LUTERO, ouçamos os seus discípulos mais célebres.

MELANCHTHON: "Em qualquer das tuas ações, comendo, bebendo, ensinando ou trabalhando manualmente ainda que seja evidente que pecas em tudo isto, não te preocupes com as tuas obras; considera as promessas de Deus e crê confiadamente que no céu não tens um juiz mas um bom pai todo amor e ternura".[24] Como quem dissera: és ladrão, homicida, adúltero, caluniador? não te incomodes, tuas ações de nada valem. Lá no céu, Deus é um bom e velho papai que fecha os olhos complacentemente e perdoa tudo.

CALVINO atira a barra mais longe. À doutrina da justificação de Lutero acrescenta a da *inamissibilidade da fé*. A fé que justifica, segundo o reformador de Genebra, é um dom divino concedido ao homem *uma vez para sempre e para sempre inamissível*. Os delitos mais graves, cometidos por quem uma vez se achou em estado de graça, não o poderão nunca privar da amizade de Deus. É a predestinação infalível, a carta branca para todos os excessos.

Mas, dirá o leitor, e a Escritura? Não a haviam proclamado os protestantes regra infalível de fé? Como fechar tão obstinadamente os olhos a ponto de não ver nas páginas divinas a condenação mil vêzes repetida de doutrina tão imoral? Assim parece. Mas a Escritura deve ser interpretada pelo livre exame. Só assim é regra de fé e norma de costumes. A Escritura vale, pois, o que vale a sua interpretação. Deixada aos caprichos e paixões individuais, não há livro mais inofensivo e acomodatício. À "crítica" do leitor não faltarão nunca expedientes para trazer o texto ao sentido que se deseja. Em caso de rebeldia absoluta, aí estão os recursos extremos da crítica cirúrgica: a amputação. Quereis ver LUTERO em exercício de suas funções de livre comentador? Ouvi-o.

---

pecado... Com propriedade pode definir-se o cristão: o homem livre de tôdas as leis, no fôro interno e externo". Weimar, XL, 1 Abt., p. 235. "Erasmo e os papistas cuidam que Cristo é um novo legislador; na sua demência nada entendem do Evangelho, representam-no fantàsticamente como um código de novas leis, à semelhança do que sonham os turcos do seu Corão." Weimar, XL, 1 Abt., p. 259. "Tal é a cegueira e a loucura dos papistas que chegaram a transformar Cristo em legislador pior que Moisés e o Evangelho em lei de amor". Weimar, XL, 1 Abt., p. 141. Não destoam dos antigos os modernos protestantes, ainda que baseados em outros princípios: "Jamais Jésus ne donne de commandements qui seraient les siens et qui doivent remplacer les ordonnances de la Loi... C'est qu'il ne nous donne pas plus de devoirs à apprendre que de doctrines à croire... Jésus ne nous a pas apporté de liste de croyances à admettre et de dogmes à signer". ED. STAPFER, *Jésus, pendant son ministre*(2), Paris, 1897, p. 334-35. "Il [Jésus] ne promulgue aucune loi ni aucun dogme; il ne fond aucune institution officielle". A. SABATIER, *Esquisse d'une philosophie de la religion*(9), Paris, Fischhacher (s. data) 1. II, c. 11, § 3, p. 193.

24. MELANCHTHON, *De locis theologicis*, *Corpus Reformat*, XXI, 163-4.

Diz S. Tiago na sua epístola que "a fé sem obras é morta", que "o homem é justificado pelas obras e não só pela fé?". A epístola de S. Tiago é apócrifa, deve ser expungida do rol das escrituras canônicas como uma "verdadeira epístola de palha", *eine rechte stroeherne Epistel*.[25] Precisa o nosso exegeta de uma autoridade que confirme a sua doutrina? Lança mão de um texto de S. Paulo na sua Epístola aos Romanos: "arbitramur justificari hominem per fidem sine operibus legis",[26] e insere fraudulentamente na sua tradução alemã a palavra *só* antes de fé (*allein* durch das Glauben). Reclamam naturalmente os adversários contra semelhante *processo crítico*. LUTERO não recua e escreve a LINK: "Se o novo papista quiser importunar-nos por causa da palavra *só* responde-lhe logo: assim o quer o Dr. Martinho Lutero que diz: papista e asno são a mesma coisa. Sic volo, sic jubeo, sit pro ratione voluntas... Só me pesa de não haver acrescentado também a palavra *nenhuma*, sem obra nenhuma de *lei alguma*, o que exprime o *meu* pensamento [e o da Bíblia?] com tôda a nitidez e clareza. Por isto quero que a partícula fique no *meu* Novo Testamento e ainda que enlouquecessem todos êstes asnos de papistas não vingarão eliminá-la".[27]

Mas não basta haver criado um novo Evangelho, um Evangelho *seu*. Todos os Livros santos da primeira à última palavra protestam enèrgicamente contra o seu êrro. Que fará o grande paladino da

---

25. Erl., LXIII, 115; Walch, XIX, 142; XIV, 105.

26. Para entender-se o verdadeiro significado dêste passo cumpre observar que nêle, como em tantos outros lugares de suas epístolas, combate o Apóstolo aos Judeus que se obstinavam em afirmar a necessidade da Lei antiga (*Lei, Thorah*, era o título com que indicavam os hebreus o Pentateuco em oposição aos *Profetas*, nome com que se designavam os outros livros inspirados). Contra êsse êrro assevera S. Paulo que não são os ritos mosaicos que santificam o homem, mas a fé em Cristo, na sua Redenção, na sua justiça. De um lado, a incredulidade em Cristo e a confiança nas obras da Lei praticadas pelas simples fôrças naturais do homem, do outro a fé no Redentor e na sua justificação, como dom gratuito de Deus são aqui os membros da antítese, e não a fé no Salvador e as boas obras sobrenaturais inspiradas por esta fé. O Apóstolo distingue sempre as obras da Lei ἔργα τοῦ νόμου e as boas obras ἔργα ἀγαθὰ, καλὰ. A necessidade destas últimas, isto é, das boas obras informadas pela graça e pelo espírito do Cristo, professa-a claramente S. Paulo em mil lugares das suas epístolas. Nesta mesma, aos Romanos, II, 7, 13 escreve: "Aos que constantes no *bem operar* proclamam a glória, a honra, a imortalidade (dará o Senhor) a vida eterna... Porque não são justos diante de Deus os que ouvem a Lei, mas serão justificados os que a *põem em prática*". Aos fiéis da Galácia, V, 6: "Em Jesus Cristo nada vale o circunciso ou o incircunciso, mas *a fé que opera pela caridade*". Como se vê, acontece com os protestantes o que já dizia S. Pedro: "In quibus [i. é. nas epístolas de S. Paulo] sunt quaedam difficila intellectu quae indocti et *instabiles depravant, sicut et ceteras Scripturas ad suam ipsorum perditionem*". II Petr., III, 16.

27. Carta a Link, 12 set. 1530. Weimar, XXX, 2 Abt., 635 e 643.

Escritura? *Desprezará e rejeitará* todos os livros inspirados. Ouçam protestantes e não protestantes: "Se os nossos adversários fazem valer a Sagrada Escritura contra Jesus Cristo, nós fazemos valer Jesus Cristo *contra a Escritura*. Do meu lado, tenho o Senhor, êles têm os servos, nós, a cabeça, êles, os pés e os membros que se devem sujeitar e obedecer à cabeça. Se é míster sacrificar-se a lei ou Jesus Cristo, sacrifique-se a lei, não Jesus Cristo".[28] "Tu fazes grande caso da Escritura que é serva de Jesus Cristo; eu, pelo contrário, *dela me não importo*. À serva liga a importância que quiseres, eu quero valer-me de Jesus Cristo que é o verdadeiro senhor e soberano da Escritura e que mereceu e conquistou com a sua morte e ressurreição a minha justiça e a minha salvação eterna".[29]

Assim, depois de haver o heresiarca levantado a Escritura como pendão de revolta contra a Igreja, sacrifica ora a Escritura a Jesus Cristo. Mas sem a Igreja e sem a Escritura, que sabe LUTERO de Jesus? Cristo será apenas nos seus lábios um passaporte para todos os devaneios doutrinais, para tôdas as licenças de sua ímpia reforma. Tão verdade é que Cristo, a Escritura e a Igreja constituem uma trilogia inseparável; impossível impugnar uma destas verdades sem destruir as outras.

Destarte, atropelando a razão, conculcando a Igreja, menosprezando e falsificando a Bíblia, injuriando sacrìlegamente a Jesus Cristo, conseguiu o frade apóstata estabelecer a mais imoral das doutrinas que ainda viram os homens: a apoteose do pecado arvorado em instrumento eficaz de salvação. Tôda essa indignidade se acha condensada nas célebres palavras: "Sê pecador, e peca a valer, mas com mais firmeza ainda crê e alegra-te em Cristo vencedor do pecado, da morte e do mundo. *Durante a vida presente devemos pecar*. Basta que pela misericórdia de Deus conheçamos o Cordeiro que tira os pecados do mundo. Dêle não nos há de separar o pecado, ainda que cometêssemos por dia mil homicídios e mil adultérios".[30]

---

28. *Opera latina*, Wittemberga, I, 387-a.

29. Walch, VIII, 2140 ss.

30. Eis no original o texto abominável: "*Esto peccator et pecca fortiter*; sed fortius fide et gaude in Christo, qui victor est peccati, mortis et mundi. *Peccantum est quamdiu hic sumus*... Sufficit quod agnovimus per divitias gloriae Dei Agnum qui tollit peccatum mundi: ab hoc non avellet nos peccatum etiamsi millies millies, uno die, fornicemur aut occidamus". DE WETTE, II, 37 (Carta a Melanchthon, 1 agôsto de 1521).

§ 2. — *A moralidade nos costumes da Reforma.*

SUMÁRIO — Decadência geral dos costumes. — Particularizando: abolição do celibato; divórcio; poligamia; embriaguês; egoísmo.

Dos desvios da inteligência sempre se ressente o coração. Não há no domínio especulativo doutrina errônea que, cedo ou tarde, pela lógica imanente das coisas, não tenha sua repercussão na vida moral dos povos e dos indivíduos. "Illuminationis puritas et arbitrii libertas, escreveu BACON, simul inceperunt, simul corruerunt. Neque datur in universitate rerum tam intima sympatia quam illa veri et boni". E o critério evangélico dos frutos que abonam a qualidade da árvore recebeu sempre, no desenvolvimento paralelo do êrro e do vício, a sua mais cabal justificação.

Não seria, pois, difícil ao filósofo antever nas doutrinas imorais do protestantismo o germe desgraçadamente fecundo de uma abominável corrupção de costumes. A história dá a estas previsões teóricas a mais sinistra confirmação experimental. CARLOS PEREIRA, sem se dar ao trabalho de provar as suas asserções, afirma aos que lhe quiserem piamente crer que "a reforma pôs um dique a êsses desregramentos e o puritanismo protestante salvou o mundo da completa dissolução dos costumes, dando aos homens uma têmpera moral incomparável", pp. 121-2. Francamente, não experimento em mim êste devoto sentimento de credulidade nas palavras do mestre gramático. Prefiro abrir a história e recolher-lhe o testemunho insuspeito. E que depõe a história? Só lhe ouço uma voz para acusar, nos países em que prevaleceu a pregação do "novo evangelho", um extravasamento de imoralidade, que não encontra semelhante senão nas eras mais abominosas da ruína de Sodoma, das orgias de Babilônia ou da decomposição do paganismo agonizante.

É o que pretendo agora *provar*, documentos à vista. Na instrução do processo só admitirei, como testemunhas, os próprios *protestantes contemporâneos* e de preferência os pais da Reforma.

A LUTERO, como é de justiça, o primeiro lugar. Em 1529: "Os evangélicos são 7 vêzes piores que outrora. *Depois da pregação da nossa doutrina*, os homens entregaram-se ao roubo, à mentira, à impostura, à crápula, à embriaguez e a tôda espécie de vícios. Expulsamos um demônio [o papado] e vieram sete piores. Príncipes, senhores, nobres, burgueses e agricultores perderam de todo o temor

de Deus.[31] Qual a causa dêste desencadeamento do mal? *A nova doutrina*. "Depois que compreendemos não serem as boas obras necessárias para a justificação, ficamos muito mais remissos e frios na prática do bem. *É admirável* (dictu mirum) com que fervor nos dávamos às boas obras outrora, quando por meio delas nos esforçávamos por alcançar a justificação. Cada qual porfiava em vencer os outros em piedade e honestidade. E se hoje se pudesse voltar ao antigo estado de coisas, se de novo revivesse a doutrina que afirma a necessidade do bem fazer para ser santo, outra seria a nossa alacridade e prontidão no exercício do bem".[32] O heresiarca leva a sinceridade ao ponto de confessar os efeitos dissolventes da Reforma sôbre a própria consciência. Num sermão pregado em 1532: "Quanto a mim confesso — e muitos outros poderiam sem dúvida fazer igual confissão — que sou desleixado assim na disciplina como no zêlo, *sou muito mais negligente agora que sob o papado*; ninguém tem agora pelo Evangelho o ardor que se via outrora".[33] "Quanto mais certos estamos da liberdade que nos conquistou Cristo, tanto mais frios e negligentes somos em pregar, orar, fazer o bem e sofrer o mal".[34]

À medida que o "novo evangelho" se propagava, avultava e engrossava também a onda da imoralidade. Com o tempo as expressões do Reformador carregam-se de tintas cada vez mais escuras. Em 1542 escrevia a AMSDORF: "É tanto o desprêzo pela palavra de Deus, tão desmesurado o crescer dos vícios, da avareza, da usura, da licença, dos ódios, das perfídias, das invejas, da soberba, da impiedade e das blasfêmias que não é provável que Deus use ainda de misericórdia com a Alemanha".[35] No ano seguinte, ao mesmo amigo: "Tal era o mundo antes da destruição de Jerusalém, antes da devastação de Roma, antes da perda da Grécia e da Hungria, tal será e é, antes da ruína da Alemanha".[36] Um ano antes de sua morte, em 1545, em carta a GASPAR BEIER: "O mundo está cheio de Satanás e de homens satânicos".[37]

Wittemberga, berço do puro Evangelho e residência habitual de LUTERO, tornara-se outrossim um foco de abominável corrupção. Pou-

31. Weimar, XXVIII, 763.
32. Weimar, XXVII, 443.
33. Erl., XVIII (2), 353.
34. Weimar, XL, 2 Abt., 61.
35. DE WETTE, V, 462.
36. DE WETTE, V, 600-601.
37. DE WETTE, V, 721.

cos anos depois de iniciada a "reforma", já o heresiarca se queixava num sermão: "Que fazer convosco, Wittembergenses? Já não vos pregarei o reino de Cristo que não quereis receber. Sois ladrões, rapaces e cruéis... brutos ingratos. Arrependo-me de vos haver libertado da tirania dos papistas. Vós, *ingratissimae bestiae*, sois indignos do tesouro do Evangelho".[38] Com a veemência de semelhantes impropérios, os costumes não melhoravam. "Vivemos ou melhor morremos nesta Sodoma, nesta Babilônia",[39] escrevia em 1545 ao Príncipe de Anhalt, JORGE; e poucos meses depois à sua CATARINA: "Fora, fora desta Sodoma".[40]

O incêndio, que assim crescia de dia para dia com imensa ruína das almas, não podia deixar, de quando em quando, de remorder-lhe a consciência atordoada pelo orgulho. "Vejo êsses males e os deploro. Muitas vêzes pensei se não teria sido melhor conservar o Papado, do que ver tamanha perturbação. Melhor é, porém, arrancar alguns das fauces do demônio do que perecerem todos".[41] Nestes momentos de angústia, para tranqüilizar os sobressaltos da consciência, acolhe-se à convicção fanática da sua missão divina. "A idéia que é divina a minha missão é-me de grande confôrto. Com ela muitas vêzes me defendo do pensamento satânico de que o Evangelho é a causa dos grandes escândalos que presenciamos. Confesso, porém, que se Deus não me fechara os olhos, se houvera previsto todos êsses males, nunca certamente teria começado a pregar o Evangelho".[42] "Quem de nós, dizia êle em 1538, se teria abalançado a pregar, se pudera prever que tanta desgraça, tanto escândalo, tanto crime, tanta ingratidão e malvadez seriam o resultado da nossa pregação? Agora, uma vez que chegamos a êste estado, soframos-lhe as conseqüências".[43]

Último pensamento, enfim, que o consola em meio do dilúvio de males por êle desencadeado é a iminente destruição universal. A aniquilação do mundo, êle a invoca com esperança como supremo re-

38. Weimar, XXVII, 408-411.

39. DE WETTE, V, 722.

40. DE WETTE, V, 753. Do estado moral de Wittemberga já em 1527 escrevia MELANCHTHON a Justo Jonas: "Quando vieres a Wittemberga verás como tudo o que havia de bom ameaça ruína, que ódios dividem os homens, que desprêzo de tôda a honestidade, que ignorância nos que governam as igrejas, e quão βεβηλοὶ são os ἄρχοντες". *Corpus Reformatorum*, I, 888. Em 1524, ICKELSAMER escrevia a Lutero: "Quanto mais se aproxima alguém de Wittemberga, tanto pior cristão se vai tornando".

41. Weimar, XX, 674.

42. Walch, VI, 920 (DOELLINGER, *Die Reformation*, 2(2), 304).

43. Walch, VIII, 564, (DOELLINGER, *Die Reformation*, I(2), 305).

médio. "Desejo sair, com todos os meus, dêste mundo satânico; anelo pelo supremo dia que porá têrmo aos furores de Satã e dos seus".[44] Ao mesmo amigo J. PROBST escrevera dois anos antes, em 1542: "O mundo ameaça ruína; disto tenha certeza: tal é o furor de Satanás, tal o embrutecimento geral. Só me resta como consôlo a iminência do dia derradeiro... a Alemanha foi e nunca voltará a ser o que foi".[45] Já nos parece ouvir nestas expressões coloridas ainda de tintas cristãs, o grito pessimista de HARTMANN apelando para "o suicídio cósmico" como único têrmo aos males irremediáveis da vida.

Em MELANCHTHON, discípulo predileto de LUTERO, a mesma persuasão, sugerida pelos mesmos motivos. "Cresce de dia para dia o desprêzo da religião, não só entre o povo a quem se pode perdoar, mas entre os sábios que ou se fazem epicureus ou acadêmicos. A corrupção dos homens, a tristeza dos tempos e a insânia dos príncipes bem mostram ὠδίνειν τὸν κόσμον e que é iminente o advento de Cristo".[46]

Depois dos mestres os discípulos.

ANDRÉ MUSKULUS, um dos mais fogosos campeões do luteranismo, escrevia em 1561: "Chegamos a tal extremo que já não há, entre nós, quem não confesse claramente que nunca, desde que o mundo é mundo, houve tanta corrupção na juventude. Não é possível piorar... Se o mundo durar ainda algum tempo e se os nossos filhos, já afogados na desordem e na dissolução, tiverem um dia descendentes que nos sobrelevem no vício e na malícia, será preciso que os homens se transformem em verdadeiros demônios, porque realmente não vejo como, conservando caráter humano, cheguem a ser piores que nós".[47]

44. DE WETTE, V, 703.

45. DE WETTE, V, 451. A idéia do fim iminente do mundo tornou-se nos últimos anos uma verdadeira obsessão para o heresiarca, que ainda uma vez arriscou nela os seus créditos de profeta. O mundo não duraria 100 anos, nem mesmo 50! A corrupção era tão geral e tão profunda que já não podia crescer e só o juízo final lhe poderia pôr têrmo. Sôbre as idéias de LUTERO acêrca do fim próximo do mundo, cfr. GRISAR, *Luther*, III, 202-211.

46. *Corpus Reformatorum*, III, 895. O trecho citado é extraído de uma carta datada de 1540. Dez anos mais tarde, escrevendo a CAMERÁRIO, carrega ainda mais as côres do quadro: "Non est jam tantum ὄψον κακηγορία, ut Pindarus inquit, sed rabies qualis *nulla aetate fuit*, cujus praecipua causa est quod homines barbari et jam assuefacti ad legum et disciplinae contemptum et odium metuunt fraenari licentiam; sed haec sunt fatalia mala postremae aetatis". *Corp. Reformat.* VII, 580. Documentos como êsses poderiam colher-se às dezenas nas obras assim de LUTERO como de MELANCHTHON.

47. A. MUSKULUS, *Von der Teufels Tyrannei*, no *Theatrum diabolorum* f. 160. Cfr. etiam f. 128, 137 b.

Pouco mais tarde, Belzius que, com o seu divórcio beneficiara também da emancipação geral das consciências, assim pinta os costumes do tempo: "Quereis ver reunida no mesmo lugar uma população inteira de selvagens e ímpios, entre os quais tôda a espécie de iniquidade é de prática cotidiana e, por assim dizer, de moda? Ide às nossas cidades luteranas, onde se acham os pregadores mais estimados e onde o santo Evangelho é pregado com mais zêlo: aí a encontrareis... Dos púlpitos já se brada que as boas obras são não só desnecessárias senão ainda nocivas à salvação das nossas almas".[48]

Comparando os novos costumes com os antigos, escreve Pirkheimer em 1527: "Esperávamos que a malvadeza romana bem como os maus costumes dos monges e padres se devessem corrigir; mas, a quanto vemos, as coisas foram de tal jeito piorando, que em confronto dos velhacos evangélicos os antigos seriam santos".[49] Um franciscano apóstata Eberlin de Günzburg, confessa igualmente: "somos duas vêzes piores que os papistas, antes piores que Tiro, Sidônia e Sodoma".[50]

A doutrina da inutilidade das boas obras era o grande agente corruptor. À sua sombra organizava-se a *licença autorizada*. Afirma-o, entre muitos outros, Diogo André com a autoridade de quem, como inspetor, empreendeu inúmeras viagens e recolheu muitas observações, publicadas em 1568: "A fim de que saiba o mundo inteiro que não são papistas e não põem a sua confiança nas boas obras, os nossos luteranos diligenciam por não praticar nenhuma. Em vez de jejuar, comem e bebem noite e dia; em vez de socorrer os pobres, acabam de esbulhá-los; em vez de orar, blasfemam e desonram a Jesus Cristo, por modos que excedem a ousadia dos próprios turcos; finalmente, em vez da humildade cristã, aninham no coração o orgulho e o amor do êrro. Tais são os costumes dos nossos evangélicos".[51]

Insistamos um pouco mais em mostrar como o desmando geral dos costumes se apresentava evidentemente como uma *conseqüência das doutrinas e da pregação da Reforma*. O reitor protestante I. Rivius escreve em 1547: "Se és adúltero ou libertino, dizem os pregadores, crê simplesmente e serás santo. Nem temas a lei, porquanto Cristo a cumpriu e satisfez pelos homens... Semelhantes discursos levam à vida ímpia".[52] Em 1525, Jorge, duque de Saxônia, escrevia ao corifeu reformador: "Quando se viu maior número de adultérios como depois que escreveste: se uma mulher é estéril, una-se a outro e os filhos sejam alimentados pelo primeiro marido. E outro tanto façam os homens?"[53] E como não haveria de ser assim quando se ouvia Lutero ensinando desde 1523: "Deus só te obriga a crer e a confessar. Em tôdas as outras coisas te deixa livre e senhor de fazer o que quiseres, sem perigo algum de consciência; antes é certo que, de si, Êle não se importa, ainda mesmo se deixasses tua mulher, fugisses do teu senhor e não fôsses fiel a vínculo algum. E que se lhe dá, se fazes ou deixas de fazer semelhantes coisas?"[54]

Fechemos esta primeira série de testemunhas acêrca da corrupção geral desencadeada pelo protestantismo com o depoimento de Pedro Arbiter, interessante sobretudo no ponto de vista da psicologia dos primeiros reformadores: "Porque permanecem alguns fiéis ao papismo e outros a êle voltam depois de o haver renunciado, senão porque de tal modo os cega o espírito das trevas, que, quer entre nós, quer entre êles, consideram como nonada o que deveriam estimar como coisa principal e atribuem, pelo contrário, grandíssima importância ao que não na tem nenhuma? Porquanto, que vale todo o bem do mundo, que é a perfeição, a sabedoria, a autoridade, a ordem, a concórdia e as outras virtudes que admiramos entre os papistas, se a doutrina é má e para a salvação só a doutrina é indispensável?... Permiti que vos dê um conselho? Para julgar entre a Igreja papista e a nossa, atendei à doutrina e não às aparências".[55] Ironia das coisas! A depravação dos costumes da Igreja Romana fôra o pretexto da revolta religiosa que se apresentou ao povo sob o especioso nome de *Reforma*. Ora, diante da corrupção avassaladora que babilonizava os povos, diante dos desmandos protestantes, a cuja comparação os costumes católicos eram confessadamente a *perfeição, a*

---

48. Belzius, *Von Jammer und Elenden menschl. Lebens, Kurzer Unterricht aus dem 90 Psalm*, Lipsiae, 1575, C. 6, D. 6.

49. Ap. Hermann, *Documenta litteraria*, Aldorfii, 1758, p. 59.

50. B. Riggenbach, *Jah. Eberlin von Günzburg*, 1876, p. 242. Se assim é, por confissão dos próprios chefes da Reforma, quanto mais se esforçam os modernos protestantes por pintar com tintas carregadas a época anterior a Lutero, tanto mais negro deverá aparecer o luteranismo.

51. Jacob Andreas, *Erinnerung nach dem Lauf der Planeten gestellt*, Tübingen, 1568, pp. 140 ss.

52. I. Rivius, *De Stultitia mortalium*, Basilae, 1557, I. 1, p. 50 s.

53. Enders, V. 289; ed Jena, 1556, III, 211.

54. Weimar, XII, 131 ss. Cabe aqui a observação que em 1565 fazia Joannes Jacobus na obra sôbre a sua conversão: "entre os católicos os pecados atribuem-se às pessoas, entre os luteranos *às doutrinas e às pessoas*". Räss, *Die Convertiten seit der Reformation*, Freiburg i. B., 1866, I. 522.

55. P. Arbiter, *Die christl. Busselehre mit der papistischen verglichen*, Magdeburg. F. 2, 3.

ordem, a sabedoria, e outras virtudes admiráveis, que fazem os paladinos da regeneração do cristianismo? Em lugar de arripiarem carreira, proclamam a dissolução moral uma bagatela para desprezar-se e apelam cìnicamente para a doutrina, — para esta doutrina, que abalando os princípios, negando a liberdade, inculcando o *pecca fortiter*, assegurando a certeza da salvação sem virtudes, a inamissibilidade da graça, emancipara as consciências da lei e da responsabilidade, abrira a porta a todos os desmandos, soltara o freio a todos os apetites brutais, estimulara tôdas as paixões, divinizara o pecado! Eis a obra-prima do fanatismo!

Mas não paremos nas linhas gerais dêste quadro moral digno dos tempos do paganismo. Examinemos-lhe por miúdo as particularidades vergonhosas. Só contrafeito é que revolvemos esta vermineira em fermentação. Mas como ao médico, também ao historiador e ao moralista incumbe, por vêzes, êste penoso dever. A verdade merece que lhe sacrifiquemos os melindres de uma delicadeza descabida.

O catolicismo plantara sôbre os restos putrefatos do paganismo uma flôr desconhecida da humanidade: a pureza. Fecundados pela seiva cristã, medraram os lírios no sacerdócio, no matrimônio, na juventude, em tôdas as idades, em tôdas as condições, em tôdas as camadas da sociedade. O "sentido depravado", de que nos fala LACORDAIRE,[56] continuou sempre a exercer sôbre a argila humana a tirania das suas seduções, mas a Igreja não cedeu nunca, não transigiu nunca com a fraqueza da carne. O ideal de pureza, conservou-o sempre elevado a iluminar com as suas luzes as trevas das eras barbáricas e a atrair com os seus encantos as almas nobres e sedentas de amor e de sacrifício. À sua sombra reuniu-se em todos os tempos um manípulo de escol: exemplo vivo aos contemporâneos dos heroísmos da abnegação, espetáculo de paraíso a exercer sôbre as multidões da terra a influência saneadora da virtude celeste em ação.

O primeiro cuidado da Reforma foi destruir êste jardim do céu. Os seus chefes, cansados do celibato, procuraram no matrimônio um remédio aos apetites que já não sentiam fôrça de refrear. Em 1522, ZWINGLIO, em seu nome e no de alguns outros sacerdotes, apresentava aos magistrados uma súplica em que, entre outras coisas edificantes, dizia: "Bem sabeis a vida vergonhosamente nefanda que até aqui (falamos só de nós) infelizmente temos levado com mulheres

56. Ler tôda a conferência. 23.

que induzimos ao mal e com as quais temos dado muitos escândalos".[57]

Ao mau exemplo estava reservada mais alta consagração. LUTERO, que já se havia dado a todos os excessos da embriaguez e da crápula, pôs o remate à sua vida licenciosa, profanando criminosamente com uma ex-freira, êle, ex-frade, um corpo duplamente sagrado virgem, pela unção sacerdotal e pelos juramentos da vida religiosa.

Quando os pastôres titulados são assim, não é difícil conjeturar o que será a grei comum dos anônimos. Os sacerdotes escandalosos bateram as palmas ao ouvir a "boa nova", do evangelho de Wittemberga; os mosteiros de religiosos, esquecidos da dignidade da sua vocação, despovoaram-se. A grande tragédia da reforma terminou na comédia de um casamento universal.[58]

Não se pode tocar impunemente na grande jerarquia das virtudes cristãs. À incontinência no celibato abriu LUTERO a porta do matrimônio; à incontinência no matrimônio abriu a porta do divórcio. Quando êsse apóstolo fogoso da dissolução bradou à Europa que o matrimônio não era sacramento, vibrou um golpe mortal à família cristã. Reduzido a simples contrato civil, o ato augusto que une os esposos, santificando-os, foi despojado de tôda a sua dignidade.[59] Renasceu o sensualismo e a família retrocedeu às eras pagãs.

Ouçamos FR. STAPHYLUS que escrevia em 1562: "Enquanto o matrimônio foi considerado como sacramento, o pudor e a honestidade na vida conjugal eram estimados e amados, mas quando se leu nos livros de Lutero que o estado conjugal é uma invenção dos homens... logo os seus conselhos foram de tal modo atuados que, *relativamente ao matrimônio há quase mais honestidade e dignidade na Turquia que entre os nossos evangélicos da Germânia*".[60]

57. ZWINGLII, *Werke*, I, 225.
58. A expressão é de ERASMO: "Parece que a Reforma se resolve em desfradar alguns monges e casar alguns padres; e esta grande tragédia termina num desfecho cômico, porque tudo acaba num casamento como nas comédias".
59. Para CALVINO, casar-se é coisa tão sagrada como "cultivar os campos, construir casas, fazer sapatos ou tosar carneiros". *Inst. Relig. Christ.*, 1. IV, c. 19, n. 34, *Opera*, II, 1089.
60. FR. STAPHYLUS, *Nachdruck zu Verfechtung des Buchs vom rechten wahren Verstandt des goettichen Worts*, etc., Ingolstadt, 1562, fol. 202 b. Com a degeneração do matrimônio, a mulher caiu no desprêzo e na ignomínia. Mais que nenhum outro, para isso contribuiu LUTERO com uma indignidade sem nome. Para o reformador a mulher não passa de "um animal estúpido" (Weimar, XV, 420), simples instrumento das satisfações sensuais do homem. Na vilania de sua linguagem, chega a compará-la a uma vaca prenhe: "também as mulheres se cansam e finalmente arrebentam durante a gestação; não importa, deixá-las arrebentar, *são para isso*". Erl. XX, 84. Façamos ponto aqui. Repugna-nos transcrever citações como estas.

Também aqui um exemplo do alto devia inaugurar ruidosamente na cristandade o divórcio sancionado pelas autoridades religiosas da Reforma.

Depois de 19 anos de união conjugal com Catarina de Aragão, obcecado por uma paixão ilegítima, pediu Henrique VIII a dissolução do matrimônio sob pretexto de nulidade. Negou-lha a Igreja, que à complacência de frontes coroadas nunca sacrificou um princípio moral. Henrique rompe com a Sé Apostólica; a Tomás Moore, que, com serena hombridade, lhe repetia o *non licet* do Batista, manda, novo Herodes, decepar a cabeça; arvora-se em reformador e une-se com Ana Boleyn, que manda decapitar quatro meses depois. No dia da execução, o rei vestiu-se de branco e na manhã seguinte esposa Joana Seymour. Falecida Seymour a breve trecho, une-se a Ana de Cleves, para despedi-la logo, porque lhe não agradava. Agrada-lhe, porém, Catarina Howard, mas por pouco; seis meses apenas volvidos, manda cortar-lhe a cabeça por adultério. Finalmente casou com Catarina Paar, que sobreviveu ao tirano, e duas semanas depois da sua morte, já havia contraído novas núpcias.[61] É mister retroceder aos anos de decrepitude do paganismo e às monstruosidades impudicas e sanguinárias de Calígula ou de Tibério, para encontrar espetáculo semelhante. E foi neste charco de lôdo e sangue que se embalou o berço da Reforma na Inglaterra!

O divórcio é uma poligamia sucessiva. Quem o autorizou, por que havia de recuar diante da poligamia simultânea? Por que não havia de pregar para o homem "os costumes fanerogamos", que mais tarde reclamará Fourier? Foi quanto fêz o protestantismo. Os anabatistas logo de princípio professaram e praticaram, sem pêjo, a mais desavergonhada poligamia. João de Leida, um dos seus chefes, contava nada menos que 14 mulheres. Direis: extremos de uma facção que se atirou logo à nimiedade dos mais escandalosos excessos de que se não deve responsabilizar tôda a Reforma. Não, engano. O ponto foi estudado, discutido, à luz das Escrituras já se vê, e sancionado pelos grandes mestres da seita.

Num comentário sôbre o Gênese, afirma Lutero que "não é proibido ao homem ter mais de uma mulher". Havendo Carlostadt autorizado uma bigamia, o chefe, consultado, respondia a 13 de janeiro de 1524: "Confesso chãmente não poder proibir que alguém

61. Cfr. Dixon *(protestante), History of the church of England from the abolition of the roman jurisdiction*, 1, 384; II, 327; III, 9.

tenha muitas mulheres. A Escritura não repugna; não quisera, porém, ser o primeiro a introduzir êste exemplo entre cristãos".[62] Um episódio tirou-o logo desta hesitação e ofereceu-lhe a oportunidade de uma aplicação solene de sua edificante teoria.

Filipe, landgrave de Hesse, não estava satisfeito com uma só espôsa; queria outra de sobressalente para as freqüentes viagens fora dos seus domínios. Uma segunda consorte volante, além de muitas outras vantagens, representava a economia de enorme dispêndio no deslocamento da côrte. Mas, evangélico de consciência delicada, queria estar em paz com Deus e a sua igreja. Recorre, para isto, aos representantes autorizados do novo cristianismo. Na instrução dada a Bucero, o príncipe luterano declarava "que não queria por mais tempo ficar nos laços do demônio, mas que, para se libertar dêles, não podia nem queria tomar outra via senão a que indicava (a da bigamia), e, por isso, pedia a Lutero, a Melanchthon e ao próprio Bucero que lhe dessem uma declaração por escrito, autorizando a segui-la". Assim, acrescentava êle, "se poderia viver mais alegremente, morrer pela causa do Evangelho, e empreender-lhe a defesa" contra os adversários. Uma vez obtida a almejada licença, "far-lhes-ia tudo o que razoàvelmente lhes pedissem como os *bens dos mosteiros* ou outras coisas semelhantes". Em caso de recusa, ameaçava-lhes polìticamente de recorrer ao imperador.

O landgrave sabia tocar tôdas as teclas sensíveis aos reformadores: o receio de um apêlo ao imperador (era Carlos V), a perspectiva de novos bens eclesiásticos, a promessa de pôr as armas ao serviço do evangelho contra os papistas. Quem, por um pontinho insignificante de moral cristã, havia de resistir à bateria de tantas seduções? Reuniu-se o conselho, folheou-se a Escritura... e tudo se pôde legitimar. "Em *consciência tranqüila* podia o landgrave esposar segunda mulher, se a isto estivesse decididamente resolvido, contanto que o caso se conservasse secreto". O crime, praticado às ocultas, deixava de o ser. De fato, o segundo matrimônio foi celebrado em forma. O príncipe declarou tomar segunda espôsa "não por leviandade ou curiosidade", senão por "necessidades inevitáveis do corpo e da consciência, que sua alteza havia explicado a muitos doutos, pru-

62. De Wette, II, 459. Em 1527: "*Não é proibido* que um homem possa ter mais de uma mulher; eu *ainda hoje* não o poderia impedir, mas não o quero aconselhar". Weimar, XXIV, 305. O mesmo repete em 1528, Weimar, XXVI, 523, e em 1539, De Wette, VI, 243. No *De Captivitate Babyloniae* (Weimar, VI, 558) *aconselha* desassombradamente a poligamia e a poliandria.

dentes, cristãos e devotos pregadores, os quais lhe haviam aconselhado de assim tranqüilizar a alma e pôr em paz o espírito", escrupuloso e delicado. Com efeito, o precioso documento de autorização havia sido assinado por LUTERO, MELANCHTHON, BUCERO e cinco outros evangélicos teólogos de Wittemberga.[63] Custa a crer, mas a realidade histórica entra-nos pelos olhos com a fôrça convincente de uma evidência irrecusável.

O exemplo do landgrave não ficou sem imitadores nas côrtes protestantes. JORGE IV (m. 1694), príncipe eleitor da Saxônia, vivendo a primeira mulher, casou-se pùblicamente com uma concubina, alegando a autoridade da Escritura e os exemplos de concessão semelhante outorgada "pela nossa igreja". FREDERICO GUILHERME II, que já tinha dado a mão direita à rainha, deu a esquerda a Júlia de Voss. O Rev. ZOELLNER pregador da côrte, a 25 de maio de 1787 abençoou o novo matrimônio na capela do castelo de Charlottemburgo. EBERARDO LUÍS (m. 1739), duque de Würtemberg, CARLOS LUÍS (m. 1680), príncipe eleitor palatino, FREDERICO IV (m. 1730) rei da Dinamarca, com público matrimônio, duplicaram solenemente as respectivas espôsas.

A abolição do celibato, a permissão do divórcio, a sanção oficial da poligamia, pregadas, praticadas, inculcadas, autorizadas pelos chefes reformistas, fácil é de ver que repercussão corruptora teriam nas multidões iluminadas pela luz do novo e consolador evangelho. A dissolução extravasou como uma cheia imunda e ameaçou afundar a sociedade numa inundação de lama. Aos documentos.

Em 1552 escrevia STAUPITZ a LUTERO que a sua doutrina só era abraçada pelos que "lupanaria colunt".[64] "Sob êste reino do Evangelho, dizia WIZEL, vêem-se homens e mulheres que no mesmo dia da morte do próprio consorte já se ocupam em lhe dar sucessor. Há quem creia de boa fé ser consoante ao espírito do evangelho não ficar um instante sem mulher e tema pecar conservando-se alguns meses em estado de viuvez".[65] "Desde que Lutero, é CZECANOVIUS quem fala, arvorou o estandarte da incontinência, todos os que comem, bebem e sentem o aguilhão das paixões animais, correram sem pejo a alistar-se sob a nova bandeira. Os jovens não coram de entregar-se

63. Quem não dispuser de outros livros à mão poderá consultar os documentos autênticos dêste edificantíssimo episódio em BOSSUET, *Histoire des variations*, em anexo ao l. VI, ou melhor ainda em JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes*, III (17-18), pp. 450-454, onde vêm indicadas as fontes.

64. DE WETTE, II, 215.

65. WIZEL, *Von den Todten und ihrem Begraebnisse*, Leipzig, 1536, G. a b.

abertamente à dissolução... e as jovens desonradas sabem, como os jovens, entrincheirar-se nos seus vícios com as leis de Lutero".[66] A imoralidade subiu a tal ponto que no dizer de OSSIANDRO (1537): "coisa monstruosa! a inocência e a honra das mulheres correm justamente maiores perigos entre os que mais interêsse têm em conservá-las, entre os próprios parentes".[67]

Aos lamentos individuais vêm associar-se as medidas de ordem pública.

Em Norimberga vemos que nos anos de 1524, 1525 e 1527 o conselho não pôde dar vazão aos processos de bigamia que se amontoavam de um dia para outro; por êste motivo, dirige-se aos doutos para saber que providências cumpria adotar a fim de obviar as graves conseqüências da nova doutrina sôbre o matrimônio.[68]

Em *Würtemberg*, no ano de 1534, promulga-se uma ordenação contra as pessoas brutais que, conculcando os sentimentos do pudor mais rudimentar entre povos civilizados, não se pejavam de contrair matrimônios com consanguíneos do 3.º e 2.º grau (entre irmãos e irmãs: LUTERO declarara lícitas semelhantes uniões). Na lei sôbre o matrimônio publicada em 1586, na mesma cidade, queixava-se o legislador "que a dissolução se tornava tão comum que apenas se considerava como pecado".[69]

No principado de *Ansprach*, uma memória dirigida em 1530 ao margrave JORGE pede-lhe: "a fundação nos seus estados de um *tribunal matrimonial* para dar despacho ao grande número de petições de separação e processos de adultério, para os quais já não eram bas-

66. SYLVESTER CZECANOVIUS, *De corruptis moribus utriusque partis, pontificorum videlicet et evangelicorum*, s. l. et a. F. 3 ss. Sôbre a decadência moral da juventude de ambos os sexos enxameiam os testemunhos autorizados. WALDNER: "em matéria de libertinagem mais sabe hoje um menino ou uma menina de dez anos que outrora um velho de sessenta". *Berich etlichen Stucke den jüngsten Tag betreffend*, Regensburg, 1565, fol. E. iij. NICOLAU HEMMING, o mais conceituado entre os teólogos dinamarqueses, em 1562: "Outrora, a modéstia era o tesouro mais precioso das virgens; hoje, ostentam nas vestes e nos ademanes a falta completa de pudor". Ap. DOELLINGER, *Die Reformation*, II, 674. A. MUSKULUS em 1561: "Todos dizemos a altas vozes e deploramos que a juventude, desde que o mundo é mundo, nunca foi mais escandalosa e pervertida como agora e certamente não poderá vir a ser pior". *Von des Teufels Tyrannei*, no *Theatrum diabolorum*, 160. O próprio LUTERO: "É queixa grave e infelizmente justificada que agora a juventude seja tão desenvolta e desenfreada que nem já se deixe guiar". Erl. XLIV, 67. De quem a culpa? "Isto acontece porque as mães em casa lhes dão semelhantes exemplos". Erl. VI, 401. O pudor se vai perdendo no mundo feminino, "porque as filhas aprendem das mães e as donzelas das mulheres". Assim é, e os reformados dos reformadores.

67. OSIANDER, *V. d. verbotenen Heirathen*, A. 2.

68. Cfr. Nürnberg *Rathsbücher*, 1524, Fasc. III, fol. 6; 1525, Fasc. XI, f. 9. 11, 16; 1527, Fasc. XIV, f. 2, 5.

69. SATTLER, *Würtemberg, Gesch*, III, Beil, p. 140; V. 102.

tantes os juízes ordinários". Dois anos depois André Altamer suplicava de novo ao príncipe "quisesse levar em séria consideração a freqüência, de dia para dia, mais notável, dos adultérios, a fim de que se possam determinar os meios de repressão de tão grande mal e ao mesmo tempo pôr obstáculos ao divórcio e ao concubinato que, a se descurarem, acabarão por invadir tôda a sociedade".[70]

Na *Saxônia*, na *Prússia*, no *Brunswick* e no *Hannover* idênticas providências públicas contra a corrupção introduzida pela Reforma.

Fora da Alemanha, o *puro* evangelho produziu os mesmos efeitos desastrosos.

Na *Dinamarca*, Frederico II, em 1576, toma sérias medidas contra as transgressões do 6.º mandamento. "Assim o fazemos, rezava o decreto, em consideração das inumeráveis queixas que nos chegaram da medonha libertinagem que reina presentemente em nossos estados entre jovens e senhoras casadas...".

Na *Suécia*, uma ordenação de 1554 chama a atenção dos magistrados contra o mesmo vício, "visto como os habitantes das fronteiras que fazem freqüentes viagens entre a Suécia e a Dinamarca não costumam ligar grande importância aos vínculos contraídos, tomam e deixam sucessivamente várias mulheres como quem muda de roupa branca ou de cavalos".

Na *Noruega*, numa súplica dirigida a Frederico IV em 1714, os "bispos" confessam que: "com excepção de poucos filhos de Deus, entre nós e os pagãos, nossos ascendentes, só há uma diferença: é que nós temos o nome de cristãos".[71]

Na *Inglaterra*, o próprio Henrique VIII declara ao parlamento que as conseqüências imediatas da Reforma foram "a caridade esmorecida, a lei de Deus desprezada, a avareza, a opressão, o homicídio, a venalidade da justiça, a corrupção do clero, o adultério, a libertinagem, a inveja nos grandes, a insolência e a revolta do povo".[72]

Companheiras inseparáveis da impureza são a embriaguez e a crápula; uma não cresce sem que se desenvolvam as outras. "Os nossos bons velhos, diz o reformador Diogo André, não admitiam os

70. *Religionsakta*, t. XI. Ver a miscelânea em apêndice.

71. Cit. por Doellinger, *Kirche und Kirchen*, München, 1861, p. 362.

72. Cit. Aug. Nicolas, *Du protestantisme et de toutes les hérésies dans leur rapport avec le socialisme*, l. III, c. 4 (na trad. italiana, Milano, 1857, p. 238).

bêbados em nenhuma função pública; o mundo os detestava; as crianças perseguiam-nos nos campos com gritos e apupos como a sêres abjetos e opróbrio da espécie humana. Ora, se êstes eram os sentimentos dos nossos pais, num tempo em que o mundo vivia ainda nas trevas da idolatria papística, como nos poderemos justificar diante de Deus, nós que retouçamos na crápula entre os esplendores da luz evangélica? Perguntará talvez alguém como explicar que poucos anos tenham bastado a soltar as rédeas a vício tão execrando e que os nossos maiores tinham em tanto horror. Ao que responderei que só por malefício do demônio se poderá explicar tão grande mal".[73] Com André concorda o próprio Lutero. "*Quando eu era jovem*, a embriaguez era uma grande ignomínia na nobreza... mas presentemente ela é mais freqüente entre os nobres que entre os camponeses. Seu horror e vergonha contaminou também a juventude que aprende dos velhos... Por isso, a Alemanha é um país pobre, castigado e ferido pelo diabo do copo e de todo submergido neste vício".[74]

Nos charcos da dissolução não há seiva para o espírito de sacrifício e sem sacrifício definha e morre a mais bela das virtudes, a caridade cristã. Em seu lugar crescem e desenvolvem-se todos os vícios que gravitam em tôrno do egoísmo: avareza, usura, rapacidade, ambição, opressão de fracos e pobres. É o triste espetáculo que ainda nos oferece a Reforma. "De todos os lados se clama que os homens são hoje piores que antes da propagação do evangelho. Com efeito não se via outrora êsse exército de sórdidos avarentos e onzeneiros que são a vergonha do nosso tempo... Os que outrora eram acusados de usurários eram santos em confronto dêstes ignóbeis judeus que, se bem se contem entre as pessoas honestas, engordam hoje com a substância dos pobres... De que poderá isto provir? O mundo acusa a boa semente, a santa palavra e é natural. Os papistas, nossos adversários, não são tão cegos que não vejam o escândalo, a avareza, o egoísmo, a cobiça, a usura, o orgulho, o luxo, a intemperança, a blasfêmia, a libertinagem, a mentira, etc., que se acobertam com o Evangelho. Dizem que tôdas estas abominações são seus frutos. Se a doutrina fôsse boa, argumentam êles, os costumes

73. Jacobus Andreas, *Erinnerung nach dem Lauf der Planeten gestellt*, Tübingen, 1568, p. 440.

74. Erl., VIII, 293 ss. Leia-se todo êste lugar. Por êsse tempo chegou a formar-se na Alemanha uma *ordem de beberrões*, provàvelmente em substitüição das antigas ordens monásticas. Primeira condição para ser nela admitido era a capacidade de beber bem. O resto seguia-se naturalmente...

seriam como ela. Não há dúvida que tudo isso causa grande prejuízo ao nosso evangelho".[75] Excelente, precioso evangelho!

"Lançai um olhar sôbre as transações cotidianas assim entre pastôres como entre a gente do mundo. Que vêdes senão egoísmo, avareza, rapacidade? Hoje, reina o dinheiro. Combatem-se, dilaceram-se, arruínam-se mùtuamente os homens só por havê-lo... Refinaram com tanta subtileza os meios de ganhar e gozar que se chegou a perder o sentimento da vergonha e do opróbrio... Não há mais consciência, não há mais remorso desde que os homens se persuadiram que *as obras não valem e que só a fé basta para* a salvação".[76]

Infelizmente é-me necessário ter mão nas citações, que se poderíam ainda multiplicar sem outra dificuldade que a da escolha.[77] Não posso, porém, deixar de chamar a atenção dos leitores para as modificações introduzidas pela Reforma nas relações de caridade entre ricos e pobres.

A introdução do protestantismo vibrou um golpe de morte contra o espírito da fraternidade cristã. Desapareceram o *amor* e o *respeito* ao pobre. Aboliram-se, aos poucos, os santos costumes que tanto contribuíam para estreitar os laços de simpatia entre os que a Providência desigualou na fortuna. É impossível não ver nesta ruptura com as tradições da genuína caridade cristã a primeira origem das rivalidades e ódios de classes que, aumentando com a revolução francesa, vieram em nossos dias a desencadear-se como verdadeiro cataclismo social, que ameaça a estabilidade da civilização moderna.

Fiéis ao nosso programa, demos a palavra a testemunhas contemporâneas. "No passado havia cristãos que amavam os pobres ao extremo de chamá-los seus *senhores*, seus *filhos*; lavavam-lhes os pés; davam-lhes de comer, serviam-nos à mesa como nosso Senhor Jesus Cristo. Hoje, se lhes proibe a entrada nas cidades; expulsam-nos e fecham-lhes a porta no rosto como se foram réprobos e inimigos públicos... Que purificação da Igreja! que Reforma! que elementos de união e de concórdia!"[78] Falando do pauperismo na Inglaterra, tivemos ensejo de notar como entre os protestantes se perpetuou semelhante maneira de tratar a pobreza desvalida.

75. Veit Dietrich, *Kinderpostille*, Nürnberg, 1546, f. 34, 62, 76.
76. Frank's *Chronik*, I, F. 262, a, b. Ed. 1565.
77. Com o mesmo número de referências autênticas e contemporâneas poderíamos reconstruir uma e muitas vêzes o quadro bosquejado acima. O leitor poderá encontrar estas citações coligidas nas obras que citaremos logo em nota bibliográfica.
78. Wizel, *Retectio luterismi*, II, f. 91-246.

"Era uso antigo na Saxônia, diz-nos outro reformador, quando se convidava algum estranho, de trazer uma grande bandeja, chamada a *bandeja de Deus*, na qual de todos os pratos se punha uma porção para os pobres. Êste caridoso uso infelizmente já vai muito em decadência nas nossas famílias. Era também costume nos domingos e dias de festa oferecer jantar a algum pobre pensionário do hospital ou a outro indigente. Hoje só em poucas famílias se conserva esta boa usança".[79]

Façamos ponto aqui e concluamos. Evidentemente, a *Reforma* traz no seu nome o mais pungente dos epigramas. A história no-la mostra como um grande abôrto moral.

Em baixo dêste quadro de côres tão carregadas escrevei as inocentes palavras do Sr. Carlos Pereira: "A Reforma pôs um dique a êsses desregramentos... o puritanismo protestante salvou o mundo da completa dissolução dos costumes".[80]

§ 3. — *Estudo comparativo da moralidade nas nações católicas e nas nações protestantes.*

Sumário — Causas de regeneração parcial na moralidade dos povos protestantes — Estado atual. Critério das estatísticas — Estatísticas criminais — Natalidade ilegítima e interpretação dos seus resultados — Divórcio — Suicídio.

A tela dos costumes que esboçamos no parágrafo anterior e cujos lineamentos foram traçados com o pincel insuspeito dos próprios reformadores não pode deixar de produzir nos espíritos desapaixonados a firme convicção de que a revolta religiosa do século XVI provocou um grande desencadeamento do mal na terra. Negaram-se os dogmas fundamentais da vida moral cristã, pregou-se sem pejo a dissolução, a desordem, a emancipação dos costumes, abateram-se todos os diques que represavam a corrupção: uma torrente de imorali-

79. Chemnitz, *Postille*, p. 517. Sermão para a XVII.ª Dom. depois da SS. Trindade.
80. *Bibliografia.* Balmes, *El protestantismo comparado con el catolicismo*, c. 23-32; Baudrillart, *L'Eglise catholique, la Renaissance et le Protestantisme*(10), Paris, 1908; H. Denifle, *Luther und Luthertum in der ersten Entwicklung, quellenmaessig dargestellt*, Mainz, 1904, t. I passim; Doellinger, *Die Reformation, ihre innere Entwicklung und ihre Wirkungen im Umfange des lutherischen Bekenntnissen*, Regensburg, 1846-1848, t. II, pp. 427-452; t. III: Grisar, *Luther*, Freiburg i. B., 1911, c. 24, pp. 538-63; Janssen, *Geschichte des deutschen Volkes*, t. VIII (12), Freiburg i. B., 1894, pp. 359-493; Auguste Nicolas, *Du protestantisme et de toutes les hérésies dans leur rapport avec le socialisme*, l. II, cc. 4-5; l. III, c. 4; Henry O' Connor, *The only reliable evidence concerning Martin Luther*, London, Burns & Oates, 1884, pp. 50-57.

dade precipitou-se desapoderadamente sôbre os povos e envolveu nos seus cachões de lama reformadores e reformados, pastoreados e pastôres, príncipes e súditos. Eis a verdade.

Prevejo, porém, uma objeção. Seja assim muito em má hora, a Reforma nasceu num pântano. Mas, passada a fermentação pestilencial da primeira crise, ela saneou o charco, emendou-se, corrigiu-se, reconcentrou os seus elementos de regeneração e educou para o bem e para a virtude os povos que haviam sido contaminados pela sua infecção. As modernas nações protestantes apresentam à edificação do observador um espetáculo de ordem e morigeração que se não admira nos povos católicos.

É a tese de LAVELEYE repisada pelo gramático paulista. "Está averiguado, diz êste último, que o nível moral é mais elevado entre os povos protestantes do que entre os povos católicos", p. 121. Conforme o seu louvável costume, o Sr. CARLOS PEREIRA não se preocupa de fazer esta "averiguação" nem de documentar o seu asserto. O trabalho fica à erudição dos leitores. Empreendamos êste estudo imparcial.

Não entremos, porém, em matéria sem fazer algumas observações preliminares.

Antes de tudo, é principalmente nas suas origens que se devem observar os frutos próprios de uma doutrina religiosa. É quando vive em todo o fervor o seu espírito primitivo que se deve manifestar a sua eficácia santificadora na plenitude do seu vigor juvenil. Com efeito, só na sua origem divina tem uma religião os seus títulos incontrastáveis para impor-se à humanidade. Ora, uma filha do céu deve ter o berço aureolado com os resplandores inconfundíveis da Divindade que lhe consagram o nascimento. Tomai a história dos primeiros séculos do cristianismo, lede-a com atenção e exclamareis extasiado : digitus Dei est hic. Mais que pelos milagres físicos — cegos que vêem, mudos que ouvem, paralíticos que caminham, mortos que ressurgem — a religião nascida no Calvário afirma a sua origem celeste por um grande prodígio moral : a regeneração taumaturga do indivíduo e da sociedade na atmosfera corrupta do paganismo decrépito.

Mais urgente, mais indeclinável impõe-se ainda o dever de provar pelos frutos a sua origem sobrenatural a uma doutrina religiosa que se apresenta arvorando a bandeira de reforma. A oposição entre a pureza dos costumes inspirados pelo seu sôpro vivificante e o desregramento anterior a que ela é chamada a pôr têrmo, será então naturalmente a pedra de toque pela qual poderá a inteligência contrastear-lhe com sinceridade os quilates divinos.

Eis o que devera ser o protestantismo. O que foi, já o vimos. Em lugar de S. Pedro e de S. Paulo apresenta-nos um LUTERO e um HENRIQUE VIII. A nome de nenhum dos seus iniciadores a mais indulgente complacência ousará jamais antepor um S. Em lugar do exército de mártires, de virgens e anacoretas que assombraram e purificaram o mundo com prodígios de santidade, a Reforma oferece, em doloroso contraste, uma turba asquerosa de padres fedífragos, de monges concubinários, de onzeneiros, de ébrios, de adúlteros.

É mister recuarmos de mais de um século para entrevermos a sedimentação da vasa lodosa ; só com o alongarmo-nos da sua origem é que as águas turvas começam a clarear-se. Por efeito da Reforma ? Evidentemente não. O saneamento moral cresce na razão inversa da sua influência.

Quais então as causas desta morigeração tardia e parcial dos costumes ? Não serão necessários olhos de lince ao filósofo da história para discerni-las sem dificuldade.

A própria psicologia indica-nos o primeiro fator de regeneração. O homem não é absolutamente bom de nascença, como, nos devaneios do seu *Emile*, sonhou o sociólogo de Genebra, mas não é tão pouco absolutamente mau. Ao lado de uma inclinação nativa e poderosa para o mal, herança da primeira queda, remanesce-lhe ainda um saldo de fôrças para o bem. Nas profundezas de sua degenerescência, encontra o ilustre decaído a admiração natural da virtude, a sensibilidade a um ideal de grandeza entrevisto, juntamente com um poder de reação, que, nas almas nobres, se revolta contra as demasias escandalosas do vício.

Uma doutrina religiosa elevada e sobrenatural fecundará com a graça êstes bons germes e os fará desabrochar em frutos de vida eterna. Os resíduos maus das paixões, que se podem domar mas não extirpar de todo, se oporão contra a influência nobilitante da virtude que as subjuga e mortifica. Tal foi a sorte do catolicismo : fator perenemente eficaz de regeneração para os que o abraçam com generosidade, mas eternamente contrastado por quantos se deixam arrastar pelo torvelinho das paixões. Aqui a doutrina é sempre superior ao homem.

Ao invés, uma doutrina religiosa perversa, como a da Reforma, desencadeará ao nascer tôdas as fôrças do mal acumuladas em a nossa natureza. Os homens decaem, animalizam-se, embrutecem. Mas virá a reação. Envergonhados dos seus primeiros excessos, os seus adeptos, num esfôrço reabilitador, tentarão elevar-se ao nível donde se precipitaram. A prática corrigirá os desregramentos da teoria e o

homem será superior à doutrina. Foi o que se deu com a Reforma; moralmente, o protestante, muitas vêzes, vale mais que o protestantismo.

A estas energias reacionárias da natureza cumpre acrescentar a influência direta do resíduo cristão conservado. No protestantismo importa distinguir dois elementos: o elemento especìficamente protestante, pelo qual se distingue do catolicismo e o combate, e o elemento originàriamente cristão, que lhe é comum com o grande tronco de que se separou. Especìficamente protestantes são a revolta à autoridade religiosa, o livre exame na interpretação das Escrituras, a negação da eficácia divina da confissão e da eucaristia, a justificação exclusiva pela fé, a inutilidade das boas obras, a abolição do celibato, da virgindade e dos votos religiosos, a solubilidade do vínculo conjugal. Já lhes vimos os calamitosos efeitos morais.

Comuns a católicos e protestantes (ao menos, a muitos dêles) são a crença em Deus, na espiritualidade e na imortalidade da alma, nas sanções da vida futura, a fé na Redenção, a leitura do Evangelho, etc. Foram êstes restos mutilados de cristianismo que salvaram do completo naufrágio as relíquias da Reforma e impediram a volta ao paganismo dos povos que a abraçaram. Em tudo isto nenhum merecimento seu. O que lhe é próprio, o que lhe nasceu nas entranhas foram germes de morte. O que lhe dilatou a vida nos adiamentos de uma prolongada agonia foram os poucos elementos ativos e vivazes que lhe ficaram do catolicismo, onde só se encontra o cristianismo integral na plenitude da sua eficiência moralizadora.

A influência do próprio catolicismo foi o último agente da incompleta regeneração dos países protestantes. No estado atual da moderna civilização européia, as nações não constituem organismos sociais inteiramente autônomos e independentes, que evolvem, enclausurados nas suas raias geográficas, sem experimentarem o contrachoque poderoso das fôrças econômicas, morais e religiosas que agitam os outros povos. As correntes de idéias circulam livremente de cidade a cidade, de país a país, de continente a continente, sem respeitar as fronteiras convencionais da política ou os empecilhos financeiros das aduanas. Com esta comunicação incessante de pensamentos e afetos, graças a êste intercâmbio inevitável de recíprocas influências espirituais, modifica-se insensìvelmente a vida social e religiosa dos povos.

Ora, enquanto o protestantismo, sob o rótulo falaz de reforma devastava os países do Setentrião, o catolicismo, como em tôdas as grandes épocas de crise religiosa da humanidade, por uma lei infalível da Providência, recolhia e enfeixava todos os seus elementos divinos de restauração moral e ultimava no próprio seio a verdadeira reforma pela qual bradavam havia tanto tempo tôdas as almas generosas. O século XVI é dos mais gloriosos nos anais da santidade. O firmamento da Igreja constelou-se ràpidamente de inúmeros astros de primeira grandeza. No curto prazo de duas ou três gerações os homens admiraram o espetáculo edificante do heroísmo cristão personificado em Jerônimo Emiliano (1537), Antônio M. Zacarias (1539), Caetano (1547), João de Deus (1550), Francisco Xavier (1552), Tomás de Vilanova (1555), Inácio de Loiola (1556), Pedro de Alcântara (1562), Estanislau Kostka (1568), Francisco de Bórgia (1572), Pio V (1572), Teresa de Jesus (1582), Carlos Borromeu (1584), Luís de Gonzaga (1591), João da Cruz (1591), Filipe Néri (1595), Camilo de Lélis (1614), Afonso Rodrigues (1617), João Berchmans (1621), Francisco de Sales (1622), Pedro Claver (1654), Vicente de Paula (1660), etc., etc. No apostolado, no martírio, na virgindade, na caridade e na ciência, na juventude e na virilidade, na humildade e na grandeza, na religião e no mundo, a santidade foi exemplificada em modelos imortais. A reforma, a verdadeira reforma, ardentemente suspirada, sob o sôpro vivificador do Espírito Santo, fêz sentir, em poucos anos, os seus salutares efeitos sôbre todo o organismo da Igreja. Um célebre historiador protestante, RANKE, na sua *História do Papado*, referindo-se a êste período escreve: "Os pontífices romanos mostravam na sua pessoa tôda a austeridade dos primeiros anacoretas da Síria. Paulo IV conservava no trono pontifício o mesmo fervor de zêlo e de piedade que o haviam levado ao convento dos teatinos. S. Pio V, sob o esplendor de suas vestiduras, ocultava o cilício do monge; ia, pés descalços, à frente das procissões e edificava o mundo com inumeráveis exemplos de humildade, caridade e perdão das injúrias. Gregório XIII esforçava-se não só por imitar mas ainda por superar a Pio V nas severas virtudes da sua profissão. Qual a cabeça, tais os membros. Um espírito interno de reforma se apoderara da Igreja e, numa só geração, a renovara do palácio do Vaticano à mais alpestre ermida dos Apeninos".

Ao apostolado da santidade quis a Providência associar o apostolado do gênio. SUÁREZ, BELARMINO, CANO, SOTO, CORNÉLIO A LAPIDE, MALDONADO e SALMERÓN infundiram nova alma à exegese bíblica. BOSSUET, BOURDALOUE, FÉNÉLON e MASSILLON ilustraram o púlpito com a eloqüência majestosa, serena e persuasiva da verdade.

Ainda uma vez se verificou o dito de DE MAISTRE: as heresias deformam-se a si e reformam-nos a nós.

Renovada em tôda a sua vida interior, restituída ao vigor juvenil de suas melhoras eras, a Igreja desceu à arena do combate para lutar contra a heresia invasora e assegurar definitivamente o triunfo da fé. Foi a salvação da Europa e do cristianismo. Em pouco tempo, a França, a Bélgica, a Áustria, a Hungria, a Baviera e a Polônia, que por anos lhe havia disputado a Reforma, foram salvas das suas garras homicidas. Vencido em grande parte do continente, o protestantismo encantoou-se nas frias regiões do Norte: Alemanha, Inglaterra e Escandinávia. Ainda aí o influxo saneador do catolicismo foi poderoso. Dos seus grandes centros de cultura e atividade — colégios, universidades, casas religiosas, institutos de caridade, estabelecidos em círculo de assédio benéfico nos países limítrofes — irradiou a Igreja uma continuada ação moralizadora nas regiões onde mais sensíveis haviam sido os estragos da heresia e mais profundas as devastações acumuladas pela sua passagem. Inconscientemente, a opinião pública envergonhada pelo contraste entrou a reabilitar os costumes que haviam degenerado até ao paganismo.

Destarte a tríplice reação da consciência humana, do elemento cristão e do catolicismo explicam a regeneração parcial dos povos protestantes.[81]

*
* *

Não obstante o travar desta tríplice resistência que lhe enfreou o rolar vertiginoso para o abismo escavado pela Reforma, a moralidade nos países protestantes não conseguiu nunca elevar-se às alturas católicas donde se precipitara.

É o que nos resta agora a provar. As estatísticas mais autorizadas hão de ser o nosso meio de demonstração. Infelizmente no estado atual elas não nos permitem dar ao nosso argumento tôda a amplitude que desejáramos.

O grau de moralidade de um povo deve avaliar-se não só pelo seu aspecto negativo ou fuga do mal, mas principalmente pela prática positiva do bem.[82] Ora, que estatística humana poderá subministrar-nos os elementos necessários para um estudo comparativo dêstes atos que escapam à perspicácia das melhores organizações administrativas e só têm por testemunhas a Deus e a própria consciência? Quem poderá contar os sacrifícios, as abnegações, os heroísmos desconhecidos aos olhos do mundo e praticados cotidianamente no silêncio dos nossos santuários e na penumbra dos nossos claustros?

Nem mesmo o que aparece à luz da sociedade, o que pode ser contado e comparado, foi ainda objeto de investigações metódicas capazes de prestar-nos elementos seguros para um cotêjo numérico. Mas quem duvida neste ponto da excelência do catolicismo sôbre o protestantismo? Que pode apresentar o enxame de igrejas protestantes, capaz de sustentar o confronto com as obras de caridade católica: Irmãzinhas dos pobres, Irmãs de caridade, Conferências de São Vicente,[83] Irmãs do Bom Pastor, assistência à velhice desamparada, orfanotrófios, asilos, hospitais, escolas, missões, etc.?[84] E em tôdas estas obras considere o observador não tanto a caridade material quanto a espiritual, não só a largueza em descerrar a bôlsa mas a generosidade em abrir o coração, não a dádiva da propriedade mas o sacrifício da pessoa. Só o catolicismo possui o segrêdo de formar, aos milhares, êste anjo da terra diante do qual se descobre reverente a admiração dos próprios ímpios e que humildemente se chama irmã de caridade.

Resta-me apenas a possibilidade de comparação no terreno negativo da aversão ao mal. Aqui numerosas e circunstanciadas são as estatísticas, mas o seu uso, como critério de moralidade, não deixa de ser extremamente difícil e delicado. Nas mãos de um escritor parcial ou pouco consciencioso, os quadros numéricos podem levar às mais disparatadas e inverossímeis conclusões. E os que, em defrontando tabelas de cifras enfileiradas, crêem sem mais achar-se em face de uma demonstração irrespondível e esmagadora como a eloqüência matemática, de fato não mostram senão a sua nímia ingenuidade.

81. Algumas das idéias indicadas e resumidas no texto, o leitor poderá encontrar amplamente desenvolvidas em AUG. NICOLAS, *Du protestantisme*, etc., l. III, c. 5.

82. "É extremamente difícil, quase impossível, formar uma idéia exata da moralidade de um povo só com o auxílio das estatísticas. O que ordinàriamente é conhecido com o nome de estatística moral, não passa de uma estatística da imoralidade, ou, melhor dito, de um índice da imoralidade". A. KROSE, em *Stimmen aus Maria Laach*, t. 71 (1906), p. 290.

83. Para não dizermos senão uma palavra desta benemérita instituição destinada a arregimentar os leigos sob a bandeira da caridade, as conferências de S. Vicente, fundadas por OZANAM em princípios do século passado, contavam em 1900 para cima de 5.000 centros ou conferências com mais de 100.000 associados, que só na Europa, distribuíam aos pobres uma média anual de 5 milhões de francos.

84. Não creio tão pouco que os protestantes sinceros julguem poder comparar o missionário católico com o predicante "evangélico". Os próprios selvagens das Montanhas Rochosas, com o critério do bom senso, sabem distinguir entre o "veste-negra", casto, pobre, humilde, que sacrifica a pátria, a família, a vida por suas almas, e o funcionário de gravata branca que, acompanhado de mulher e filhos, se instala numa confortável vivenda, zela os interêsses próprios e dos seus e consagra o tempo que lhe sobra a distribuir Bíblias. Cfr. T. W. M. MARSHALL, *Christian Missions* (2), London, 1863, t. II, pp. 395-396; LAVEILLE, *Le Père de Smet*(2), Liège, 1913.

Ninguém ignora hoje a complexidade extraordinária dos fatôres que influem na vida moral do homem. Raça, clima, temperamento, condições econômicas e sociais, leis, educação, idéias religiosas, tudo tem a sua repercussão averiguada nas deliberações da nossa liberdade. A fim de determinar a ação específica de qualquer destas causas, da religião por exemplo, é necessário isolá-la das demais, estabelecendo o confronto em paridade absoluta de influência dos outros fatôres simultâneos, segundo as regras do método indutivo experimental. Querer acarear em vulto as estatísticas de diferentes nacionalidades para inferir daí conseqüências sôbre a eficácia de suas idéias religiosas é quase sempre falsear *metòdicamente* as conclusões. Quase nenhum povo está hoje submetido à influência exclusiva de um credo religioso, e as outras condições, econômicas e sociais, são tão diversas que não permitem um paralelo seguro.

Em particular, no caso vertente, para julgar do valor moral comparativo do catolicismo e do protestantismo, cumpre limitar-nos a um mesmo país onde as condições de raça, temperamento e legislação sejam, senão perfeitamente idênticas, ao menos muito semelhantes. É preciso em seguida escolher dois grupos sociais nem muito numerosos para que se não diversifiquem as outras cláusulas nem muito reduzidos para que a conclusão seja geral.[85] Exige-se, por último, que êstes grupos sejam, na sua totalidade ou quase totalidade, respectivamente católicos e protestantes e que ambos se achem nas mesmas condições de vida econômica. Pôr ao lado de uma província rica uma província pobre, de uma população preponderantemente industrial, uma população, na sua maioria, agrícola é já prejudicar a conseqüência na desigualdade das premissas.[86]

Todos êstes requisitos dão a ver quão difícil é o uso legítimo das estatísticas em moral e quão rara é a possibilidade de uma comparação rigorosa. A Alemanha, a Holanda e a Suíça são quase os únicos países que nos podem ministrar elementos de estudo na questão.

Com estas observações preliminares, que ainda hão de ser esclarecidas, entremos em matéria.

---

85. Evidentemente, a comparação não se pode estabelecer entre indivíduo e indivíduo. Há muito protestante que, pessoalmente, vale mais que muito católico e vice-versa. As mesmas razões, que viciam uma conclusão baseada em cotejos individuais, exigem que os grupos confrontados não sejam muito exíguos.

86. Muitos vícios, o furto, por exemplo, grassam com mais freqüência nas regiões pobres que nas abastadas. As grandes agremiações fabris apresentam para a moralidade do operário mil perigos que se não encontram na vida dispersa e pacífica dos campos.

Antes de tudo descartamo-nos das *estatísticas criminais* (infrações do código penal) como absolutamente incapazes de dar um critério para avaliar a moralidade comparativa dos povos. É êste, hoje, ponto assente entre os entendidos. As razões são óbvias, umas intrínsecas, outras extrínsecas. Inerentes à natureza das coisas é que uma falta punida pela lei não envolve necessàriamente culpabilidade moral. Nem todos os imputáveis diante do tribunal das leis são responsáveis diante do tribunal da própria consciência. Entre culpa teológica e culpa jurídica não há sempre equação. As razões extrínsecas são muito numerosas. Antes de tudo, a desigualdade das leis penais nos diferentes povos : o que é sancionado com pena num país não o é, ao menos com a mesma severidade, em outros. As condições sociais e políticas decidem muita vez da oportunidade ou necessidade de uma punição legal. Além disto, o critério seguido na elaboração das estatísticas não é uniforme em tôda a parte. Aqui só se registram os punidos, ali também os julgados, acolá ainda os acusados e presos, mais além até os culpados de simples contravenções policiais.[87] Ainda. As diversas rubricas de catalogação de crimes são de uma elasticidade muito variável e constituem outra causa de incomensurabilidade dos dados estatísticos. Num lugar se reúnem englobadamente, sob uma mesma denominação, faltas que, em outros, são discriminadas sob títulos diferentes.[88] Por último, os números registrados nas estatísticas oficiais estão muito longe de exprimir a criminalidade real de um país. Alguns juristas competentes na matéria, forçando talvez a nota pessimista, chegam a afirmar que 90 % dos ladrões de profissão escapam às mãos da polícia.[89] A relação entre os delitos realmente cometidos e os assinalados pelos tribunais sofre contínuas oscilações não só de nação a nação, mas dentro de um mesmo país com a diligência variável dos magistrados, a mais ou menos perfeita organização da fôrça pública e a habilidade dos seus oficiais na perseguição dos delinqüentes. Uma alta criminalidade é, às

---

87. Assim, por exemplo, em França até fins do século passado contavam-se as condenações infligidas ; de então para cá, contam-se os condenados ; um delinqüente figura só uma vez ainda que tenha cometido vários delitos durante o ano. Mudança em sentido inverso se observa em 1835 na Inglaterra. Cfr. L. FAUCHER, *Études sur l'Angleterre*, t. II, Paris, 1856, p. 321.

88. "Der strafrechtliche Begriff des Mordes, z. B. ist ein anderer in Deutschland als in Oesterreich ; *meutre* in Frankreich ist etwas anderes als murther in England ; das italienische Wort *omicidio* ist eine gemeinsame Bezeichnung fuer Mord, Totschlag und fahrlaessige Toetung". H. A. KROSE, *Religion und Moralstatistik*, München, 1906, pp. 55-6. Cfr. C. JACQUART, *Le divorce*, Bruxelles, 1909, p. 71.

89. *Mitteilungen der Internationalen Kriminalstatistischen Vereinigung*, V. Berlin, 1896, p. 465.

vêzes, apenas a expressão de uma justiça penal mais rigorosamente administrada.[90]

Por todos êstes motivos concordam os estudiosos do assunto em afirmar com OETTINGEN que é absolutamente errôneo "estabelecer uma escala de imoralidade nacional baseada nos números absolutos ou relativos das estatísticas criminais" e que "em relação aos dados de um mesmo país, em diversos períodos legislativos, é mister precaver-se contra as conclusões gerais de ordem moral".[91] Nem de outro parecer é o Dr. SCHEEL, outrora diretor da repartição imperial de estatística em Berlim. "É claro, diz êle, que as estatísticas criminais não podem dar um padrão da moralidade das nações. A lei penal não alcança tôdas as ações imorais, e, das ações que caem sob a sua alçada, a estatística só menciona as que são eficazmente descobertas, perseguidas e julgadas".[92] Na Itália, LORIA: "È facile avvertire, ed è stato effettivamente avvertito, che i dati nudi e crudi della statistica criminale non possono fornire una soluzione adeguata del nostro quesito; poichè la criminalità non rappresenta che un episodio nel cumulo delle azioni immorali, ad integrare il quale s'aggiunge una serie d'altre manifestazioni, sfuggenti per loro natura alla sanzione punitiva. Inoltre nel movimento esteriore della criminalità, quale si desume dalle statistiche, influisce bene spesso una serie di cagioni affatto estranee al carattere umano; influiscono le mutazioni dei codici, la mutabile severità dei giudizi e della pubblica vigilanza, la diversa frequenza delle occasioni a delinquere, l'aggrovigliarsi delle relazioni sociali, la povertà più o meno acuta, lo stesso progresso economico, che porge ad ogni dì nuova materia ed alimento al delitto. E d'altra parte, a scemare la criminalità può influire la stessa accortezza dell'uomo, il quale si addestra ad evitare le sanzioni punitive, senza astenersi perciò dall'atto criminoso".[93]

Deixemos, pois, êste campo estéril para o nosso estudo. Analisemos outras estatísticas e, em primeiro lugar, a dos *nascimentos ilegítimos*. Aqui estamos certamente em presença de uma culpa moral.

90. Para citar exemplos, na França o ministro Guyot-Dessaigne, numa relação concernente ao ano de 1905 e publicada a 22 de março de 1907, se congratulava com a indulgência da magistratura que poupara uma repressão efetiva a 92% dos menores denunciados. Quanto à Itália, informa-nos GAROFALO: "La media percentuale delle assoluzioni nelle corti d'assise è del 25% nelle provincie meridionali, del 30% nel resto d'Italia ed in una parte della Sicilia, e del 55% nella Sardegna". *Criminologia*(2), Torino, 1891, p. 438.

91. OETTINGEN, *Moralstatistik*(3), Erlangen, 1882, p. 442.

92. H. VON SCHEEL, *Kriminalstatistik*, art. do *Handwoerterbuch der Staatswissenschaft*(3), Jena, 1910, t. VI, p. 247.

93. LORIA, *Verso la giustizia sociale*, Milano, 1904, p. 552.

Um filho ilegítimo é sempre a expressão autêntica de uma violação culposa do decálogo. Eis os algarismos percentuais da natalidade ilegítima nas principais nações no decênio 1891-1900. Os números abaixo representam a proporção de nascimentos ilegítimos sôbre 100 nascimentos:

QUADRO DOS NASCIMENTOS ILEGÍTIMOS NO DECÊNIO 1891-1900 [94]

Sérvia	1,1	Noruega	7,3
Irlanda	1,6	Prússia	7,7
Rússia	3,0	Bélgica	8,4
Holanda	3,0	Hungria	8,8
Luxemburgo	3,13	França	9,0
Inglaterra e Principado de Gales	4,2	Alemanha	9,1
Espanha (1886-1892)	4,7	Dinamarca	9,6
Suíça	4,7	Wurtemberg	10,2
Rumânia	5,7	Suécia	11,0
Itália	6,6	Portugal (1886-1890)	12,2
Finlândia	6,7	Saxônia	12,6
Escócia	7,1	Baviera	13,9
		Áustria	14,5

Êste quadro, à primeira vista, parece depor contra a moralidade das nações católicas. Se a Irlanda e a Espanha ostentam uma porcentagem favorável, a Baviera e a Áustria figuram entre as nações de mais avultada natalidade ilegítima. Mas é apenas uma aparência enganadora, como passamos fàcilmente a demonstrar.

Já chamamos a atenção sôbre a temeridade das comparações entre grandes coletividades que vivem em condições econômicas e sociais diversas. Qualquer conclusão fundada nestes paralelos precipitados é construção frágil levantada sôbre alicerces de areia. Em se tratando de nascimentos ilegítimos, muito maior é o perigo de êrro. *Muitos outros fatôres* que não a virtude, a continência e a religião, *diminuem as percentagens oficiais, agravando a culpabilidade moral*.

Primeiro, entre êles, figura o *abôrto*. Em Hamburgo, num só processo mais de 100 mulheres foram acusadas dêsse crime. Em Berlim (1895) uma só parteira foi convencida de haver provocado para cima de 200 abortos. "Segundo as mais circunspectas avaliações de pessoas bem informadas, o número de crimes executados contra a vida em germe na Alemanha é calculado, pelo menos, em 100.000 por ano".[95]

94. KROSE, *Religion und Moralstatistik*, München, 1906, p. 12.

95. PETER SAEDLER, *Bevoelkerungfrage und Seelsorge*, Freiburg i. B., 1919, p. 41.

Na Inglaterra não é menor a freqüência dos partos imaturos. Mas a todos os países se avantajam neste ponto os Estados Unidos. Segundo POMEREY é êste o pecado próprio dos americanos. Num congresso reunido em Boston não há muito afirmou o Dr. ALLEN "que em nenhuma parte do mundo se achava esta prática criminosa tão generalizada como nos Estados Unidos. Ao abôrto recorrem não só os que esperam ocultar a vergonha de uma queda, mas, ordinàriamente, tôdas as classes, altas e baixas, ricas e pobres assim nas camadas incultas como nas rodas de alta posição e de piedade ostensiva".[96] Organizar estatísticas rigorosas nesta matéria é, evidentemente, de todo impossível. O número dos nascidos mortos — êsses se registram nas estatísticas oficiais — permitem-nos asseverar, com bem fundada analogia, que a prática do abôrto é muito mais freqüente entre protestantes que entre católicos. Eis a proporção dos nascidos mortos sôbre 1.000 nascimentos, na Alemanha, no último quartel do século passado:[97]

Qüinqüênio	*Nascidos mortos de pais Protestantes*	*Católicos*
1875-1880	42,1	37,9
1881-1885	40,4	35,9
1886-1890	38,5	32,8
1891-1895	34,5	28,7
1896-1900	33,8	27,8
1875-1900	37,9	32,4

Outro coeficiente igualmente rebelde à verificação numérica direta e que hoje em muitos países civilizados dizima a natalidade e diminui os ilegítimos é o *neomaltusianismo*.[98] A venda de instrumentos e drogas destinadas a impedir a fecundação natural poderia oferecer uma base para o cálculo da difusão do mal num país. Mas quem não vê quão incertas e vacilantes seriam as conclusões firmadas em avaliações tão vagas? O decrescimento progressivo da população é aqui o índice mais seguro que nos oferecem os dados estatísticos.

Falando em diminuição de natalidade, o caso da França apresenta-se espontâneamente ao espírito do leitor. E com razão. A França é a grande vítima da imoralidade. As fontes de vida estancam-se de dia para dia e o povo vai definhando num horrível decrescendo que, a não ser uma intervenção especial da Providência, prepara irremediàvelmente o horrível desastre: *finis Galliae*.

96. Ap. OETTINGEN, *Moralstatistik*(3), 1882, p. 268.

97. GEORGE VON MAYR, *Moralstatistik*, Tübingen, 1917, p. 109.

98. Um exemplo: numa paróquia do centro de Liège onde em 1888 se haviam registrado 204 nascimentos, dos quais 9 ilegítimos, em 1908 registraram-se apenas 90, sem nenhum ilegítimo.

Eis o movimento da população francesa nestes últimos 50 anos:

1872	36.102.901	1901	38.961.945
1881	37.405.090	1911	39.604.992
1891	38.133.385	1921	37.692.990 [99]

A população permaneceu estacionária por largo tempo e nos últimos anos entrou abertamente a declinar. No período de 1871-1909, a população alemã aumentou de mais de 15 milhões de habitantes (41.058.792-56.367.178). Depois da guerra de 1870 a França pela população ocupava ainda o 2.º lugar entre as nações da Europa ocidental, logo depois da Alemanha. Esta contava 41 milhões de habitantes, a França 36, a Áustria-Hungria 35, a Inglaterra 31, a Itália 26. Antes do tratado de Versalhes a infeliz nação descera ao quarto ou quinto lugar. Áustria-Hungria, Inglaterra e Itália tomaram-lhe o passo. Hoje, é um povo que atravessa uma crise de paralisia progressiva".[100]

Qual a causa desta decadência? O vício, a imoralidade crescente, o egoísmo pagão das famílias que, ávidas de prazer, furtam-se criminosamente aos deveres da união conjugal. A vida das futuras gerações é sacrificada ao epicurismo da presente. Eis como decresceu o número dos nascidos vivos nos últimos anos:

Anos	*Nascidos vivos*	*Anos*	*Nascidos vivos*
1872-1875	954.498	1891-1895	857.291
1876-1880	941.056	1896-1900	848.710
1881-1885	934.577	1901-1905	831.000
1886-1890	882.678	1906-1909	785.750
		1913	746.000

Em menos de 40 anos um défice de 168.748 vidas!

99. Sem incluir a Alsácia e a Lorena. Contando as províncias conquistadas, a população total da França era em 1921 de 39.209.766 habitantes.

100. "Poucos, diz LEROY-BEAULIEU, têm consciência do suicídio que vai perpetrando a nação francesa. Se não se adotarem meios de energia pronta e eficaz, ela desaparecerá de todo em pouquíssimas gerações. Trata-se de uma certeza absoluta". No *Journal des Débats*, Vid. *La Croix*, 17 juillet 1910.

Esta diminuição não pode atribuir-se ao pequeno número de famílias. Nos últimos decênios do século XIX, as estatísticas francesas registram a média de 7,5 matrimônios sôbre 1.000 habs., número inferior ao da Alemanha (8,2) mas superior ao da Inglaterra, Itália, Bélgica, Holanda e Escandinávia. Não faltam as famílias, falta a consciência dos deveres conjugais. É lançar os olhos nas famílias por êstes números que nos subministra BERTILLON : [101]

Famílias com 2 filhos	10 %
Famílias com 1 filho	30 %
Famílias sem filhos.	40 %

Quase metade das famílias francesas morre sem deixar descendentes!

De quem é a culpa dêste grande suicídio nacional? Não era porventura a França uma nação católica? Sim, e enquanto se conservou católica, cresceu e foi grande. Mas tomada de um frenesi sectário declarou guerra ao catolicismo, perseguiu-o, levou-o ao cadafalso, expulsou os seus sacerdotes e religiosos do território nacional e depois organizou escolas sem Deus, constituições sem Deus, tribunais sem Deus. Quiseram prescindir de Deus? "Il a dit : Faites ! et le monde politique a croulé". [102]

É altamente instrutivo seguir, nos últimos dois séculos, a marcha decrescente da fecundidade conjugal, paralela à marcha ascendente da descristianização das consciências.

Número médio de filhos de um matrimônio :

1770-1774	4,79	1841-1850	3,20
1775-1784	4,26	1851-1860	3,60
Revolução	—	1861-1870	3,33
1800-1815	3,93	1913.	2,48
1820-1830	3,70	1920.	1,66
1831-1840	3,36		

O exemplo, portanto, da França longe de ser uma objeção contra a eficácia da moral católica, constitui uma contra-prova formidável de que os povos, civilizados pela Igreja, não a podem abandonar sem resvalar cedo ou tarde na corrupção do paganismo. Para contraminá-la são ineficazes todos os meios exteriores empregados pelo

101. BERTILLON, *Le problème de la dépopulation*, na *Revue politique et parlamentaire*, XII, Paris, 1897, pp. 530-574.

102. DE MAISTRE, *Essai sur le principe générateur des constitutions politiques*, LXVI, Paris 1821, p. 365.

govêrno, que, depois de haver contribuído poderosamente para solapar nas almas as barreiras insubstituíveis das convicções morais e religiosas, alarmado ante o transbordamento do mal, tenta em vão deter a onda invasora com as fragilíssimas construções de que dispõe o legislador civil. Prêmios, isenção de tributos e serviço militar, reforma do direito testamentário e hereditário, favores administrativos e outras vantagens materiais — todos êsses recursos do racionalismo impotente não atingem a vontade. O influxo direto e eficaz nas almas fica fora da organização artificiosa e postiça da política social e da legislação das câmaras. A cura profilática e terapêutica do terrível mal, que vai minando as fôrças vitais da nação, não a conhece a medicina dos que só atingem o corpo. "C'est d'une oeuvre morale qu'il s'agit, dizia ha poucos anos DESCHANEL, c'est l'hygiène des esprits qu'il faut améliorer". O problema da natalidade é, antes de tudo, um problema ético-religioso. A consciência é o grande fator decisivo na sua solução. E sôbre as consciências só a religião influi eficazmente.

No exemplo da França, porém, o catolicismo entra em concorrência com a impiedade e o ateísmo. Fácil era de prever de que lado ficaria a vitória. Aproximando-nos mais de perto do estado da nossa questão, perguntamos agora : entre a moral protestante e a moral católica, qual apresenta resistência mais eficaz contra a irrupção do neomaltusianismo, qual fortalece melhor a consciência contra as seduções do prazer que elimina o dever?

Estudemos positivamente o caso da Alemanha. Pela perfeição do seu material estatístico, superior ao de qualquer outra nação, pela coexistência das duas religiões influindo sôbre muitos milhões de habitantes, é singular a oportunidade de observação científica que nos oferece êsse país.

Também na Alemanha a propaganda neomaltusiana nestes últimos anos alastrou ràpidamente, esterilizando as fontes da vida. "Se Messena piange, Sparta non ride". Consultemos as estatísticas da natalidade nos últimos 40 anos :

Anos	*Nascimentos sôbre 1.000 habts.*	*Anos*	*Nascimentos sôbre 1.000 habts.*
1875	42,5	1896-1900	36,5
1876-1880	39,3	1901-1905	34,9
1881-1890	37,1	1906-1910	32,3
1891-1895	36,9	1911-1913	28,5 [103]

103. KROSE, *Kirchliches Handbuch*, 1919, t. VII, p. 351.

Se êstes resultados não tiveram uma repercussão sensível no número da população, devemos atribuí-lo em parte à extraordinária diminuição da mortalidade. No decênio 1881-1890 a proporção dos mortos sôbre 1.000 habits. era de 26,5; em 1911 êsse número descera a 15,8. Esta última proporção correspondente a uma vida média de 63 anos é tão favorável que parece atingir o último limite a que podem aspirar os progressos da higiene.

Resta-nos averiguar em que fração religiosa da população têm sido maiores os estragos da propaganda imoral. Para que a prova seja, quanto possível, completa, joguemos com todos os elementos estatísticos.

Comecemos, como é natural, *pela média dos nascimentos* em cada família. Eis o resultado.

Para a *Prússia*:

	Média dos nascimentos nas famílias	
	Protestantes	*Católicas*
1875-1879	4,5	5,3
1880-1884	4,5	5,2
1885-1889	4,2	5,2
1891-1895	4,18	5,16
1896-1900	3,84	5,09
1901-1905	3,76	5,30
1906-1910	3,45	5,19
1911-1913	3,05	4,88

Resumindo, no intervalo 1875-1913 a diminuição da natalidade nas famílias católicas foi de 0,42, nas protestantes de 1,45, isto é, *três vêzes maior.*

	Média dos nascimentos nas famílias	
	Protestantes	*Católicas*
Para a *Baviera*:		
1906-1910	3,56	4,40
Para o *Grão-Ducado de Hesse*:		
1909	3,4	4,10
Para o *Grão-Ducado de Baden*:		
1909	3,8	4,4

Em todos os territórios de população mista, a fecundidade conjugal entre os católicos é superior à dos protestantes. Ao elemento

católico deve, pois, a Alemanha, em grande parte, a sua admirável expansão dos últimos anos anteriores à guerra.[104]

Confrontemos agora as estatísticas dos *nascimentos legítimos* na *Prússia*:

	Sôbre 1.000 nascimentos legítimos são de famílias exclusivamente		
	Protestantes	*Católicas*	*Outras*
1904	542	388	70
1905	539	390	71
1906	537	391	71
1907	533	396	71
1908	530	398	72
1909	526	402	72
1910	523	404	73
1911	519	408	73
1912	516	411	73
1913	512	415	73

As lições dêste quadro são eloqüentes e ricas de esperanças. Entre os protestantes a natalidade legítima decresce constantemente de ano para ano: num decênio, a diminuição é de 30 sôbre 1.000; ao invés entre os católicos, é constante o crescimento anual; num decênio: 27 sôbre 1.000. Mais. Comparando os números acima com os católicos na população total, verifica-se que, enquanto a proporção dêstes na Prússia era de 363 sôbre 1.000 habitantes em 1910, nesse mesmo ano a natalidade nas famílias *puramente católicas* era de 404 por mil. A fecundidade matrimonial é evidentemente superior entre os filhos da Igreja. A seguir dêste passo, em poucos anos, serão maioria na Prússia. A guerra não mudou esta tendência demográfica tão esperançosa para o catolicismo. Em 1918 os nascimentos de pais puramente católicos eram 432 sôbre 1.000; os de pais puramente protestantes, 487 (para uma proporção de 618 sôbre 1.000 na população total). Computando também entre os filhos de casamentos mistos os que serão católicos, o grande estatístico H. KROSE[105] chega ao resultado de que em 1918, sôbre 1.000 nascimentos legítimos na Prússia 40 pertencem à Igreja católica. Confirmaremos logo estas esperanças consultando as estatísticas da freqüência escolar.

---

104. "O aumento da população na Alemanha, diz o professor WOLF, principalmente na Alemanha do Norte, é hoje substancialmente devido à parte católica do povo". Cit. por H. ROST, *Die Kulturkraft des Katholizismus*(2), Paderborn, 1919, p. 138.

105. H. KROSE, *Kirchliches Handbuch*, t. X, Freiburg i. B., Herder 1922, p. 199.

Apliquemos outro método : o *geográfico*.

No qüinqüênio 1906-1910 :

Número de distritos			*Percentagem de católicos*		*Número de nascidos vivos sôbre 1000 habitantes*
6	distritos	com	90,1-1000 %,	de católicos	34,5
7	”	”	80,1-90	”	30,8
2	”	”	70,1-80	”	35,9
4	”	”	60,1-70	”	29,0
5	”	”	50,1-60	”	34,5
7	”	”	40,1-50	”	33,2
4	”	”	30,1-40	”	29,6
5	”	”	20,1-30	”	31,7
7	”	”	10,1-20	”	28,0
37	”	”	1,0-10	”	27,6

O método empregado neste quadro dá-nos apenas um meio aproximado para apreciar a diferença de influxo das duas religiões. O número de nascimentos é pôsto aqui em relação com o de habitantes. Ora, é coisa sabida que em muitos distritos industriais, manufatureiros e mineiros, as condições de vida impedem que muitos jovens casem cedo.

A fim de chegarmos a resultados mais exatos levemos diretamente à comparação ao terreno da fecundidade matrimonial. No qüinqüênio 1908-1912 as estatísticas da *Baviera* dão os elementos do seguinte quadro :

Número de distritos			*Percentagem de católicos*		*Número de nascimentos sôbre 1000 mulheres casadas de 16 a 50 anos*
92	distritos	com	90,1-100 %,	de católicos	285,0
13	”	”	80,1-90	”	280,7
8	”	”	70,1-80	”	236,0
6	”	”	60,1-70	”	243,9
7	”	”	50,1-60	”	233,3
5	”	”	40,1-50	”	223,7
9	”	”	30,1-40	”	212,3
4	”	”	20,1-30	”	209,0
7	”	”	10,1-20	”	209,5
12	”	”	1,0-10	”	198,6

Por onde se vê que, com pequenas anomalias insignificantes, a fecundidade matrimonial diminui na razão direta da percentagem católica da população. Nos 105 distritos predominantemente católicos (80-100 %) há mais 80 *crianças* (distância redonda : 200 a 280)

do que nos de população prevalentemente protestante (1 a 20% de católicos).

Nas *cidades*, os fatôres que influem na limitação artificial da natalidade exercem com mais estragos a sua ação dissolvente da família. A influência religiosa é aí fortemente contrastada pelos mil recursos da propaganda sedutora. Só uma religião que imprime profundamente nas almas a noção do dever pode resistir-lhe com vantagem. E tal se tem mostrado o catolicismo. O resultado complexivo das estatísticas nas 338 cidades alemãs mais importantes, nos anos 1910-1912, é o seguinte : [106]

Número de cidades			*Percentagem de católicos*		*Nascidos vivos sôbre 1000 habitantes*
16	distritos	com	90,1-100 %	de católicos	35,2
28	”	”	80,1-90	”	30,6
26	”	”	70,1-80	”	30,2
18	”	”	60,1-70	”	34,5
20	”	”	50,1-60	”	33,5
16	”	”	40,1-50	”	32,7
35	”	”	30,1-40	”	26,2
14	”	”	20,1-30	”	26,2
46	”	”	10,1-20	”	23,3
149	”	”	1,0-10	”	24,0

Note-se a diferença entre as 16 cidades quase totalmente católicas (90-100 %) e as 119 quase exclusivamente protestantes (1,0-10 de católicos) : mais de 11 nascimentos sôbre 1.000 habitantes.

A diminuição da natalidade entre os protestantes não pode deixar de refletir-se na *freqüência escolar*. Consultemos as estatísticas da instrução e teremos uma contraprova do que até aqui diretamente demonstramos.

As escolas primárias da Prússia eram freqüentadas (não especificados os membros de outras religiões) :

	Por alunos		
Ano	*Católicos*	*Protestantes*	*Total na Prússia*
1906	2.391.980	3.741.663	6.154.398
1911	2.650.722	3.892.751	6.572.140
Aumento total no qüinqüênio 1906-1911			407.742
Aumento de alunos católicos.			258.742
Aumento de alunos protestantes.			151.088

106. Quem quiser ver os nomes e mais particularidades estatísticas destas cidades consulte H. ROST, *Die Kulturkraft des Katholizismus*(2) Paderborn, 1919, pp. 520-530. Para Berlim, capital do protestantismo temos esta queda precipitosa : sôbre 1.000 habitantes, filhos legítimos em 1876 : 204,3 ; em 1886 : 175,5 ; em 1896 : 138,1 ; em 1906 : 111,9 !

Apesar, portanto, de ser a população escolar católica inferior de um milhão à protestante, o seu aumento foi não só relativo senão também absolutamente superior de mais de 100.000 alunos. Estendendo o cálculo ao espaço de 25 anos (1886-1911) temos:

Aumento total de alunos católicos	920.320
Aumento total de alunos protestantes	829.895

Ainda aqui absolutamente maior. Pormenorizando êstes dados:

Ano	*Número absoluto de alunos*		*Número percentual de alunos*	
	Protestantes	Católicos	Protes.	Católs.
1886	3.062.856	1.730.402	63,30 %	35,76 %
1891	3.107.701	1.766.835	63,21 %	35,94 %
1896	3.296.481	1.901.013	62,95 %	36,30 %
1901	3.520.743	2.118.815	62,08 %	37,36 %
1906	3.741.663	2.391.980	60,70 %	38,80 %
1911	3.392.751	2.650.720	59,23 %	40,33 %

Para melhor avaliar o alcance desta estatística tenha-se a presente percentagem relativa de católicos e protestantes na população total:

Ano	*Prot.*	*Cat.*	*Ano*	*Prot.*	*Cat.*
1885 . . .	64,43 %	33,98 %	1900 . . .	63,29 %	35,14 %
1890 . . .	64,20 %	34,23 %	1905 . . .	62,59 %	35,80 %
1895 . . .	63,89 %	34,53 %	1910 . . .	61,32 %	36,30 %

Em 25 anos

a população católica cresceu de	2,32 %
a população protestante diminuíu de	3,11 %

Neste mesmo período a freqüência nas escolas primárias
de alunos católicos subiu de .... 35,76% a 40,33%, isto é, de 4,57%
de alunos protestantes desceu de .... 63,30% a 59,23%, isto é, de 4,07%

Enquanto os católicos que são apenas 36,3 % da população total contam 40,33 % da população escolar, os protestantes, apesar de representarem 61,32 % da população, não contam nas escolas mais que 59,23 % da totalidade dos alunos.

Ante esta conquista pacífica do catolicismo vitorioso pela fôrça da sua moralidade, solta o semanário protestante *Wartburg* o grito de desespêro alarmado: "Se ao protestantismo não acudir o auxílio de fatôres imprevisíveis, mais dez anos e a metade dos que entram anualmente na maioridade já não pertencem à igreja evangélica".[107]

107. *Wartburg*, Nr. 20 vom 15 mai 1914.

A nossa demonstração estatística está completa. "O princípio protestante segundo o qual cada indivíduo é senhor autônomo da sua liberdade em tudo o que concerne à consciência moral e só é ligado pelas suas determinações voluntárias, sem intermédio da autoridade sacerdotal, como em tantos outros pontos, assim também na questão do neomaltusianismo condenou o protestantismo à impotência".[108]

Tão eloqüente e persuasiva é aqui a prova numérica que nenhum protestante sério ousa hoje contestá-la. Pùblicamente têm confessado neste ponto a inferioridade da "Igreja evangélica" autoridades como Max Marcuse, médico em Berlim, M. von Gruber, professor de medicina em Munique, Reinhold Seeberg, Joh. Kübel, Oscar Lezius, Kirchner, A. Lemanczyk, Julio Wolf, von Wangenheim-Klein-Spiegel, Fehling, Alfred Grotkahn, etc., etc.[109]

De quanto levamos dito até aqui se infere com quanta cautela se deve proceder na comparação dos nascimentos ilegítimos antes de formular um juízo seguro sôbre a moralidade de um povo. Tão estendidas se acham nas grandes cidades as práticas neomaltusianas que hoje chegamos à conclusão, ao parecer paradoxal, de que nos grandes centros uma elevada percentualidade de nascimentos ilegítimos é indício de moralidade menos gangrenada. "A percentagem de nascimentos ilegítimos, observa von HAMMERSTEIN, é uma espada de dois gumes. Nas populações simples e campesinas um número pouco elevado é bom sinal. Assim, magnífico testemunho da moralidade de uma boa aldeia católica do Tirol é o fato de se não haver nela registrado em cêrca de meio século o nascimento de uma só criança fora de matrimônio... Nas grandes cidades outra é a conclusão. Um reduzido número de nascimentos ilegítimos é indício

108. H. ROST, *Die Kulturkraft*, etc., p. 154.

109. As citações poderá o leitor encontrar já reunidas em H. Rost, *Die Kulturkraft des Katholizismus*(2), Paderborn, 1919, pp. 144-157; id., *Die katholische Kirche nach Zeugnissen von Nichtkatholiken*, Regensburg, 1921, pp. 182-189. Lembremos apenas uma ou outra: "Na luta contra a diminuição da natalidade à Igreja católica cabe a primazia, porque, antes de tudo, ela é guarda mais rigorosa da tradição que a evangélica e depois porque dá combate contra a técnica preventiva com muito mais decisão e vigor, de viseira erguida". Dr. JUL. WOLF, *Der Geburtenrückgang*, Jena, 1912, p. 167. A explicação do fato no-la dá o Dr. FEHLING, médico em Strassburgo: "é uma conseqüência da atividade eficaz do clero católico no *confessionário*; influência que infelizmente falta ao clero protestante". *Deutsche Revue*, Stuttgart, 1917, p. 90. Concorda JOH. KUEBEL: "Nas missões populares e no *confessionário* possui a Igreja católica a possibilidade de trabalhar eficazmente contra a diminuição artificial da prole e o emprêgo de meios para êsse fim; à Igreja evangélica falta essa possibilidade". *Die Christliche Welt*, n. 8, 1913. Levados pelos resultados incontestáveis das missões católicas no saneamento moral das populações, os dois médicos BORNTRÄGER e BERGER aventaram a idéia de que "no intuito de salvar a população e a pátria, o Estado devia promover e auxiliar a atividade benfazeja das missões".

do mais alto grau de corrupção moral... Em Londres onde êsse número é de 2%, inferior ao do resto da Inglaterra, é uma prova de que a decomposição moral aí atingiu uma profundidade temerosa".[110]

Terceiro agente que influi poderosamente nas estatísticas é a *prostituição*. Na mesma progressão em que essa aumenta, diminui a natalidade ilegítima. A razão é óbvia. A experiência o confirma.

	1 prostituta sôbre	*Percentagem dos nascimentos ilegítimos*
Berlim	62 habts.	14,9
Dresden	236 "	18,0
Madri	240 "	17,2
Paris	247 "	28,5
Bruxelas	275 "	22,5 [111]

É difícil exagerar quando se encarece e estigmatiza a virulência com que êste "cancro civil" vem devastando as modernas sociedades. No princípio do nosso século as estatísticas oficiais registravam 25.000 prostitutas em Viena, 40.000 em Paris, 50.000 em Berlim, 60.000 em Londres. Um exército de alcoviteiros (em Berlim 4.000) dirige, administra e explora êste abominável comércio de carne humana. As casas infames dão às cidades modernas o aspecto do mais brutal paganismo. Edimburgo contava, há 20 anos, 203 bordéis, Glasgow 204,[112] Manchester 322, Liverpool 770, Londres para cima de 5.000! Londres, com efeito, leva a palma nesta competência de ignomínia. OETTINGEN, baseado no testemunho dos dois inglêses RYAN e TALBOT, afirma que na grande cidade sôbre 7 mulheres há uma meretriz.[113]

110. VON HAMMERSTEIN. *Konfession und Sittlichkeit*, Trier, 1893, p. 13. Idêntica observação faz recentemente o Dr. STICKER: "Früher wurde die Unsittlichkeit eines Volkes in geraden Verhaeltnis zur Zahl der ausserehelichen Kirder gemessen; heute wird das uneheliche Kind erfreulich; denn es ist ein Beweiss das seine Mutter wenigsten die natürliche Sittlichkeit bewahrt hat". *Geschlechtsleben und Fortpflanzung*, 1917, p. 43.

111. L. VON HAMMERSTEIN, *Konfession und Sittlichkeit*, Trier, 1893, p. 15. Os números absolutos evidentemente hoje são antiquados. Nosso intuito é simplesmente mostrar a relação entre prostituição e natalidade ilegítima.

112. Um opúsculo compilado recentemente por MOTION, inspetor e clérigo do conselho paroquial de Glasgow, trouxe à luz o horrível estado de depravação sexual na Escócia. Glasgow conta 17.000 prostitutas registradas na polícia, fora as inumeráveis outras que exercem clandestinamente a abominável profissão.

113. "Die constatirten Bordelle (hells and brothels) in London übersteigen die Zahl von 5.000; die in derselben sich preisgebenden Maedchen wurden von der Polizei selbst auf 80.000 geschaetzt, waehrend ausserdem gegen 40.000 allein wohnende Huren die gewerbsmaessig betreiben sollen. In den untern Staenden soll nach Ryan und Talbot auf 3 honette Maedchen ein verdebtes hommen, im ganzen auf 7 weibliche Einwohner 1 Hure. Nur Hamburg laesst sich auf dem Festlande mit London vergleichen. Denn dort kamen im Jahre 1860 auf 34.207 Weiber zwischen 15-40 Jahren 3.759 oeffentliche Huren, also jede 9, halbwegs junge Frau war eine Prostituirte". OETTINGEN, *Op. cit.*, p. 197.

De há muito que as sensacionais revelações da *Pall-Mall Gazette*, levadas a efeito em 1885 sôbre o escandaloso mercado de meninos e meninas eclipsaram o nimbo de virtudes com que hipòcritamente, na estatística de natalidade, se aureolara a capital britânica.[114]

Com Londres disputa primazias Hamburgo. Segundo OETTINGEN já em 1860 sôbre 34.207 mulheres compreendidas entre os 15 e os 40 anos, 3.759 prostituíam-se nos alcouces; aproximadamente 1 sôbre 9.[115]

As estatísticas de doenças venéreas não dariam resultados menos vergonhosos. Dos soldados inglêses 81% eram anualmente recolhidos em tratamento por moléstias sifilíticas.[116] Em Berlim, num só ano, pediam lugar na *Charité* 7.000 homens e 4.000 mulheres para se curarem da lepra culposa. O Dr. KORN afirma que 50% da população berlinense sofre de sífilis.[117] O leitor me permitirá de me não demorar mais nesta página da civilização moderna escrita com o sangue e as lágrimas de tantas vítimas da dissolução!

Modernamente insistem os competentes em outra causa da diminuição do número de nascimentos ilegítimos nas estatísticas; a *legitimação*. Quase todos os códigos civis consideram como legítimos os filhos nascidos durante o matrimônio ainda que tenham sido concebidos antes. Diante da lei moral achamo-nos sempre em presença de uma transgressão grave do 6.º mandamento. Essa transgressão, que na generalidade dos países católicos aparece sob forma esporádica, entrou quase nos costumes de muitas regiões protestantes. Dr. SCHNEIDER, examinando em Dresden a data de nascimento dos primogênitos chegou à espantosa conclusão que de 10.414 primo-

114. "A pena refuge de acenar sob qualquer metáfora a brutalidade inglêsa nas suas formas mais bestiais expostas por Heitor France no seu *Va-nu-Pieds* de Londres. Baste o título de um capítulo: *Marché aux enfants*. O proprietário de uma companhia de acrobatas, Hadji Ali Ben Mohamed, comprou em 1879, no mercado de Londres, aberto às segundas e terças-feiras, entre as 6 e as 7 da manhã, 20 meninos inglêses de 4 a 12 anos à razão de 35 fr. por cabeça. Diàriamente, pela meia-noite, só numa rua que não mede mais de 300 metros in Piccadily Circus e Waterloo Place expõem-se mais de 500 meninas entre os 12 e os 15 anos!". PAVISSICH, *Fatti e criteri sociali*, Treviso, 1903, p. 126.

115. Ver cit. da nota da pág. precedente. A. p. 188 escreve ainda OETTINGEN: "Von allen Staedten Europa's steht Hamburg, wie wir sehen werden, oben an in Betreff der Ausbreitung der oeffentlichen Schande. Neben der übergrossen Zahl von Bordellen hat sich auch die vagirende Prostitution in einer solchen Masse durch die ganze Stadt ausgebreitet, dass sie der internirten oder casernirten die erfolgreichste Concurrenz zu machen und die sittlichen sowohl als die Sanitaetsinteressen der Einwohner zu beeintraechtigen droht. Ja, dieser Zustand wirkt inficirend auf ganz Norddeutschland [isto é, a parte quase exclusivamente protestante]. Der mit dem Bordellenwesen verknupfte Menschenhandel *florirt nirgends so wie hier*".

116. *Korrespondenzblatt zur Bekaempfung der oeffentlichen Sittenlosigkeit*, 15 Dez. 1897.

117. *Korrespondenzblatt*, etc., 15 mai 1898.

gênitos, 4.048 ou 39% eram nascidos antes do 7.° mês do matrimônio e a maior parte antes do 5.°. Êstes resultados foram confirmados pelos trabalhos de RUBIN, WESTERGAAD e GEISSLER, que, para o reino da Saxônia apresentou a percentagem de 45% de primogênitos ilegitimamente concebidos. Nem se creia ser êste um mal peculiar às grandes cidades. Os estudos do predicante WAGNER[118] levaram-no à conclusão de que se trata de um vício generalizado nas populações rurais da Alemanha. Muitos dos seus colegas escreveram-lhe, confirmando os dolorosos resultados. É quase sempre o mesmo estribilho em tôdas as cartas. "Ao menos 90% dos primogênitos (em Lausitz na Saxônia) são ilegítimos; muitos dêstes espúrios são posteriormente legitimados pelo matrimônio", p. 48; "quase não há noiva que não se aproxime do altar, já grávida", p. 55; "a antecipação da vida conjugal é a regra comum", p. 61, "em diversos distritos 75% dos noivos esposam sem a honra da virgindade", p. 64.

Nas regiões industriais não é menor a extensão do mal. "Estou persuadido que na população operária de Chemnitz apenas se encontra um jovem ou uma jovem acima dos 17 anos que já não tenha perdido a virgindade".[119] Tanta generalidade de abuso acabou por obliterar o senso moral dos próprios pastôres. Escreve um pároco (protestante) da Saxônia: "Até pessoas eclesiàsticamente bem intencionadas já não vêem na *anticipatio tori* pecado algum. Muitos dos meus colegas, em se tratando de pessoas que se devem casar, estão nesta persuasão. Destarte se acabará por destruir a santidade do matrimônio. E quantas vêzes não se casam!"[120] Outro pároco de Lausitz: "Todo o Lausitz, saxônio e prussiano, goza da fama de piedade, fama que conserva, a quanto pude verificar, graças à notável proporção dos que freqüentam a igreja e ao número dos comunicantes... Mas os frutos? O Lausitz saxônio apresenta a mais elevada percentualidade de filhos ilegítimos. 90% ao menos dos primogênitos são dessa categoria".[121]

Fora da Alemanha, em outras países protestantes, mesma decadência moral. Referindo-se à Dinamarca, diz o Dr. NEUMANN: "Nos anos de 1878-1882, de 100 primogênitos não menos de 39 nasceram antes do 7.° mês depois das núpcias, e mais de 9% entre o sétimo e o nono mês... provàvelmente em 2/3 dos matrimônios no tempo das

118. C. WAGNER, *Die Sittlichkeit auf dem Lande*(4), Leipzig, 1896.
119. PAULO GÖHRES, *Drei Monate Fabrikarbeiter*, Leipzig, 1891, p. 205.
120. Ap. WAGNER, *Op. cit.*, p. 47.
121. Ap. WAGNER, *Op. cit.*, p. 48.

núpcias já as mães haviam dado à luz ou se achavam em estado interessante".[122] Um escritor dinamarquês empreendeu um inquérito sôbre o assunto, dirigindo-se a todos os párocos do país. 90% satisfizeram os seus quesitos. Com poucas exceções, a resposta é sempre idêntica, variando só nas expressões: "é a maioria dos casos", "entre dez noivos, nove", "é regra, etc.".[123]

Um mestre-escola inglês escrevia em novembro de 1911: "Minha escola é hoje tão numerosa que em média me passam anualmente pelas mãos 150 atestados de nascimento; raras vêzes, e talvez nem essas, encontro primogênitos nascidos de um matrimônio casto".[124]

Perguntamos agora: onde se acham tão generalizados êsses vícios, que significação tem em abono da moralidade uma cifra pouco elevada nos quadros dos nascimentos ilegítimos?

Além da *legitimação*, convém também não esquecer no inquérito o modo por que legalmente se fazem as estatísticas. Esta observação é sobretudo importante no caso da Inglaterra que figura no quadro geral da Europa com uma diminuta proporção de natalidade ilegítima. Já vimos outros fatôres que explicam êsse número. Acrescentamos-lhes agora o processo por que no Reino-Unido se registram ou se registravam os nascimentos ilegítimos. Demos a palavra a ERTL: "De muitos célebres cavalos de corrida sabemos que os Lordes inglêses possuem um assento de matrícula muito exato que faz remontar a séculos a genealogia dos corcéis de puro sangue. As estatísticas de casamento, óbitos e nascimentos humanos, com as suas justas e mais altas exigências deixam ainda muito a desejar... Os próprios inglêses admitem que muitas crianças não são registradas. É o que se dá na Áustria principalmente nas matrículas dos israelitas. Na Alemanha, nas publicações estatísticas, imprime-se sempre um suplemento dêstes registros ulteriores. Na Inglaterra apesar das falhas reconhecidas ninguém fala nisto. Muito mais deficiente é a estatística dos nascimentos ilegítimos. Como legítimos figuram não só os filhos adulterinos, senão todos aquêles cujos pais vivem "como casados", isto é, todos os que, filhos dos freqüentes concubinatos entre operários, ou de pais presuntivos entre os agricultores, são, entre nós, classificados como ilegítimos. É verdade que o *Statute* 6 *and* 7 *William IV, c.* 86 e 4, 5 *William IV, c.* 76 (*Poor Laws*) obrigam o

122. NEUMANN, cit. por KRÖSE, *Der Einfluss der Konfession auf die Sittlichkeit*, p. 28.
123. Ver mais pormenores em KROSE, *Der Einfluss*, etc., pp. 28-32.
124. "Rarely if ever do I find the eldest child of a family born of a chasfe marriage". Cit. por GRAHAM, *Prosperity catholic and protestant*, London, 1912, p. 26.

pai ou a mãe a fazer o registro dos filhos. Os dados são: nome e cognome do pai, nome atual e nome de família da mãe, e profissão do pai. Se o nome do pai difere, ou há suspeita de que o filho seja ilegítimo, a linha respectiva fica em branco e não se deve levar por diante o interrogatório (not press inquiry on that subject). Ninguém pensará que assim resultarão claramente evidentes todos os filhos ilegítimos. Muitas vêzes a mulher toma simplesmente o nome do homem com quem vive, e o filho ilegítimo figura como legítimo. Onde as coisas são tão simples, entende-se fàcilmente como as provas de legitimação se encontram sem dificuldade".[125]

Por último apontamos na legislação civil outro fator, alheio à influência religiosa e que não importa esquecer na interpretação moral das estatísticas, de que ora nos ocupamos. E é justamente a legislação civil que nos dá uma explicação do número elevado de filhos espúrios com que, entre as outras nações, figuram a católica Baviera e a católica Áustria.

Na Baviera meridional é uso que as grandes propriedades rurais passem em herança ao primogênito da família; os outros irmãos, em condições econômicas precárias, mal podem fundar e manter família. Uma lei promulgada em 11 de setembro de 1825 dificultava extraordinàriamente o matrimônio aos pobres. As estatísticas mostram que de 1830 a 1868, 55 % dos noivos e 38 % das noivas passavam de 30 anos, enquanto na Prússia a proporção é quase a metade (33 % dos noivos e 20% das noivas). A ab-rogação parcial dessas leis, em 1868, produziu imediatamente um melhoramento sensível na moralidade pública. A percentagem dos nascimentos ilegítimos de 22 % em 1860-1869 baixou em 1873 a 12 %. Infelizmente nem todos os obstáculos foram removidos.

Na Áustria as condições são análogas. Nas mãos de poucos proprietários estão os grandes latifúndios em que trabalham multidões de servos que, só adiantados nos anos, se acham em estado de constituir família legítima. Em muitos municípios a legislação local multiplicou por muito tempo os empecilhos às uniões conjugais.[126] Nas regiões protestantes, que se encontram nas mesmas contingências, a

125. M. Ertl, *Statistische Monatschrift,* 13 Jahrgang, 1887, p. 402.

126. Na Áustria convém ainda não esquecer a funesta influência do Josefismo que contaminou sistemàticamente o clero católico e estorvou, com mil artes, a liberdade de ação da Igreja. As regiões que se conservaram imunes do seu contágio são também as que mais se distinguem pela morigeração dos costumes. No católico Tirol, apesar de algumas limitações legislativas do matrimônio, a percentagem dos filhos ilegítimos não passa de 5,5%.

proporção dos filhos ilegítimos é de muito superior à dos católicos. Segundo os dados subministrados pelo Alto Consistório protestante esta proporção é na Baviera de 15,05 %, portanto superior à proporção geral (14,01).

F. Lindner, na obra *Die unehelichen Geburten als Sozialphaenomen,* dá-nos para as diversas províncias da Baviera, durante o decênio 1879-1888, o seguinte quadro:

Província	*Filhos ilegítimos sôbre 100 legítimos*	
	Católicos	Protestantes
Alta-Baviera	19	20,5
Baixa-Baviera	16,3	11,2
Palatinado	5,6	5,7
Alto-Palatinado	11,6	13,3
Alta-Francônia (Oberfranken)	13,4	15,6
Média-Francônia (Mittelfranken)	16,0	18,0
Baixa-Francônia (Unterfranken)	8,5	12,6
Suábia (Schwaben)	11,1	12,9

No Mecklemburgo, há quase 300 lugares em que 50 % dos partos são ilegítimos e 80 em que são ilegítimos *todos* os filhos. O que parecia incrível se o não afirmasse uma autoridade tão insuspeita como Oettingen.[127]

Depois destas observações preliminares, cuja justeza está a entrar pelos olhos do bom senso, passemos a confrontar diretamente regiões protestantes e regiões católicas *em paridade de circunstâncias,* consoante os critérios que deixamos apontados nas primeiras páginas dêste parágrafo.

Como primeiro exemplo escolhemos os distritos de Münster na Westfália e Köslin na Pomerânia, ambos de população campestre, sem grandes cidades na sua periferia ou vizinhança, regidos pelo mesmo direito civil prussiano e nas mesmas condições econômicas, políticas e culturais. A proporção de nascimentos ilegítimos é a seguinte:

Münster, católico 2,09 %   Köslin, protestante 9,24 %

Na *Prússia Oriental,* Oppeln e Liegnitz, que encerram ambos nos seus perímetros várias cidades de mediana importância, oferecem-nos as mesmas condições de comparabilidade. Proporção:

Oppeln com 9/10 de católicos	5,65 %
Liegnitz com 8/10 de protestantes	12,57 %

127. Oettingen, *Moralstatistik*(3), Erlangen, 1882, p. 314.

Na *Prússia Ocidental*, tomemos dois distritos que encerram uma grande cidade: Aachen e Hannover:

Aachen, católico 2,42 %   Hannover, protestante 9,30 %

A comparação entre todos os distritos da Prússia dá um resultado que é 2, 3 e 4 vêzes mais favorável aos católicos. Descendo mais em particular, segundo as publicações oficiais da Repartição de estatística da Prússia,[128] dos 31 distritos em que a proporção de ilegítimos é inferior a 2 %, 25 são católicos, 2 mistos em partes iguais de católicos e protestantes, e só 4 protestantes.

Segundo a mesma fonte, em 1894, 4 distritos apresentaram uma percentagem inferior a 1 %; todos 4 católicos!

Daí a conclusão do mais abalizado estatístico alemão G. von Mayr, professor em Munique: "Segundo as estatísticas prussianas, a ilegitimidade é muito mais comum entre protestantes que entre católicos".[129]

Nos outros estados da Confederação germânica não se encontram duas regiões fàcilmente comparáveis. Falta-lhes quase sempre a condição de predomínio quase exclusivo (9/10 da população) de católicos ou protestantes. Ainda assim:

na *Baviera*:

Baixa-Francônia (79,7 % de católicos)	8,28 %
Média-Francônia (74,9 % de protestantes)	17,37 %

no *Grão-Ducado de Oldenburgo* (1886-1895):

Geest-munsteriano (quase todo católico)	
Geest-oldenburguense (puramente protestante)	4,6 %

Para *tôda a Alemanha* no período 1875-1890:

Sôbre 1000 filhos legítimos de pais protestantes	105,0 ilegítimos
Sôbre 1000 filhos legítimos de pais católicos	67,2 "

No último qüinqüênio anterior à guerra:

	Proporção de nascimentos ilegítimos	
	Católicos	*Protestantes*
1909	5,74	9,37
1910	5,79	9,47
1911	5,88	9,65
1912	6,15	10,02
1913	6,34	10,20

128. Heft 138, 1881 — 189.

129. G. von Mayr, *Moralstatistik*, Tübingen 1917, p. 142. Ao mesmo resultado chegam os trabalhos oficiais da *Preussen Statistik*, Heft 188, p. 76: "Es sind in katholischen Gegend die unehelichen Geburten viel weniger haeufig als in evangelischen".

Saiamos da Alemanha e vamos à *Suíça*. A dificuldade principal que aqui se apresenta para o confronto é o reduzido número da população católica. O maior dos cantões, Lucerna, conta apenas ... 127.000 católicos. Aí vai, porém, a estatística dos nascimentos ilegítimos em todos os cantões, no decênio 1888-1896 segundo o *Statisches Jahrbuch der Schweiz für* 1898. Os cantões puramente católicos serão seguidos da letra c, os puramente protestantes da letra p, os de população mista da letra m.

Quadro dos nascimentos ilegítimos na Suíça

Appenzell, Rhodes exteriores c	2,10	Wallis c	3,75
Schwyz c	2,15	Graubunden m	3,82
Nidwalden c	2,18	Schaffhausen p	4,45
Glarus m	2,19	Lucerna c	4,61
Uri c	2,40	Neufchatel m	4,69
Obwalden c	2,40	Berna m	4,99
Zug c	2,46	Waadt p	5,35
Tessin c	2,83	Friburgo m	5,73
Aargau m	2,89	Thurgau m	5,86
Appenzell, Rhodes interiores p	2,95	Zürich p	6,27
Basilea campo m	3,33	Basilea cidade m	9,12
Solothurn m	3,52	Genebra m	10,20
S. Gall m	3,65		

Dos dez primeiros cantões que se acham em nível mais elevado de moralidade 8 são católicos, 1 protestante, 1 misto. A percentagem geral de nascimentos ilegítimos é, para tôda a Suíça, de 4,63 %. A percentagem de todos os cantões católicos é inferior a êste número. Com exceção de Wallis e Lucerna, todos apresentam uma proporção inferior a 3 %.

Na *Holanda*, cuja percentual de nascimentos ilegítimos é pouco superior a 3 %, não podemos esperar grandes diferenças. Não obstante, as duas províncias católicas do Brabante setentrional com 2,08% e de Limburgo com 2,20 % se avantajam às províncias protestantes, cuja proporção excede de muito os 3 %.

Na *Religion und Moralstatistik*, (p. 51) H. A. Krose dá-nos esta outra estatística que por outra via confirma a superioridade dos católicos.

Sôbre 1.000 mulheres não casadas entre os 16-50 anos no transcurso de 1860-1886, a proporção dos nascimentos ilegítimos foi a seguinte para as diversas províncias:

Groninga	16,63	Gueldres (Gelderland)	9,19
Holanda meridional	15,38	Frísia (Friesland)	7,36
Utrecht	13,45	Overyssel	7,09
Zelândia (Seeland)	13,30	Limburgo	6,56
Holanda setentrional	12,69	Brabante setentr.	5,78
Drenthe	10,26	Holanda	10,89

No Brabante Setentrional e no Limburgo a proporção dos católicos é respectivamente de 88 % e 98 %. As outras províncias são de maioria protestante.

A situação econômica e social da *Irlanda, Inglaterra* e *Escócia* são muito diversas para permitirem um paralelo rigoroso. Apesar, porém, da inferioridade material da Irlanda, a sua moralidade eleva-se de muito das suas irmãs e opressoras protestantes. Escreve um historiador insuspeito: "a pureza excepcional e maravilhosa das mulheres irlandesas das classes inferiores, que não encontra provàvelmente semelhante em todo o mundo civilizado, deve atribuir-se inteiramente à influência do clero católico".[130] "Em Galway, um dos distritos mais pobres da Irlanda, bem como em Claddagh durante nove anos não se soube de nenhum nascimento ilegítimo", afirma, por sua vez, LESKER.[131] Na província católica de Connaught a proporção de filhos espúrios é de 6 por 1.000, no Ulster protestante é *seis vêzes* maior, 36/1.000.[132] Ouçamos, porém, *The Skotsman* (1869), um dos mais conceituados órgãos da Escócia presbiteriana. "A percentual dos nascimentos ilegítimos é na Irlanda de 3,8 %, na Inglaterra é aproximadamente 2 vêzes e a Escócia 3 vêzes pior que a Irlanda... Se considerarmos os diferentes distritos da Irlanda, observamos que esta proporção varia de 6,2 a 1,9 %. Os números mais baixos pertencem aos distritos ocidentais que compreendem principalmente o Connaught onde 19/20 da população é católica romana; os mais elevados encontram-se no nordeste, na província de Ulster, onde a povoação se acha quase repartida em partes iguais entre católicos e protestantes, e onde a maioria dos protestantes é de origem escocesa e pertence à igreja presbiteriana. O resultado de maior interêsse é que Ulster,

130. JAMMES A. FROUDE, *The English in Ireland in eighteenth Century*, London, 1872. I, 557.

131. BERN. LESKER, *Irlands Leiden und Kämpfe*, Mainz, p. 135.

132. Êsses dados, porém, não são de todo ponto comparáveis. Em favor do Ulster protestante pode alegar-se a grande percentagem da população urbana e da profissão industrial. Em favor de Connaught está a grande pobreza e as condições de párias sem exemplo que dificultam extraordinàriamente o matrimônio. Conservar ainda assim uma percentagem de ilegítimos tão insignificante é prova de moralidade.

meio presbiteriano e meio escocês, é 3 vêzes mais imoral que Connaught, inteiramente papista e irlandês; fato que responde perfeitamente ao outro de ser tôda a Escócia três vêzes mais imoral que tôda a Irlanda. Tal é o fato, quaisquer que sejam as conseqüências que dêle se queiram inferir".[133]

É-nos lícito concluir agora: As estatísticas de nascimentos ilegítimos interrogadas com lealdade depõem *em tôda a parte, sem exceção*, pela superioridade da moral do catolicismo sôbre o protestantismo.

*
* *

A estatística dos *divórcios* é outra craveira que nos permite aferir a moralidade de um povo. Já WAPPAEUS, um dos patriarcas da estatística alemã, escrevia há quase três quartos de século: "Aos verdadeiros dados estatísticos negativos acêrca da cultura moral de um estado pertence o número geral de divórcios anuais. A dissolução de um matrimônio pelo divórcio deve considerar-se como uma prova do estado atual da imoralidade e como início de novas imoralidades. Uma elevada proporção de divórcios num povo atesta mais declaradamente a sua decadência moral do que uma elevada proporção de nascimentos ilegítimos, ainda que num e noutro caso não se devam considerar os algarismos como padrões absolutos de imoralidade, dada a influência que em muitos exerce também a legislação civil sôbre o número de divórcios".[134]

A indissolubilidade do vínculo conjugal imposta pela própria natureza e reforçada com uma lei positiva do Evangelho constitui inegàvelmente o primeiro artigo da constituição da sociedade doméstica e a base da estabilidade e grandeza de um povo. "As sociedades, escreve um conceituado jurista nosso, que procuram no divórcio perfeito uma solução para as desinteligências e misérias da vida conjugal sofrem da cegueira inerente aos espíritos que têm por guia as paixões. A história aí está cheia de exemplos e êstes demonstram que as sociedades que se lançam a princípio, timoratamente, e, de-

133. Ap. B. LESKER, *Op. cit.*, p. 136. Que pena que o Sr. Napoleão Roussel, na sua excursão apologética, omitisse estas pequeninas observações, todo absorvido pela preocupação de contar gansos e peruas!

134. J. WAPPAEUS, *Handbuch der Geographie und der Statistik*, Leipzig, 1885, t. I, p. 217. OETTINGEN e WERNICKE, mais recentemente exprimem-se do mesmo modo.

pois, aceleradamente, nesse caminho resvaladiço, não tardam a se corromper de todo, se é que já não estão eivadas do vírus que as matará".[135]

O primeiro impulso que aviou a civilização moderna por "êsse caminho resvaladiço" foi dado pela Reforma. O catolicismo foi sempre o anjo tutelar da família. Preserva-a diretamente do flagelo do divórcio pela sua legislação intransigente. A indissolubilidade absoluta do vínculo conjugal, no matrimônio consumado, é doutrina católica. Nenhuma autoridade pode separar na terra os que Deus uniu num laço de amor inquebrantável. A Reforma começou por tirar ao ato solene que constitui a família cristã o caráter augustamente sagrado de sacramento, reduzindo-o a um simples contrato natural. Daí a proclamar a dissolubilidade do matrimônio não havia mais que um passo. Como o transpuseram os patriarcas da Reforma, já o vimos em outro lugar.

Indiretamente defende ainda o catolicismo a integridade da família contra os assaltos da sensualidade, com intensificar nas almas a vida religiosa e a consciência viva do dever. Nas devoções católicas e sobretudo na freqüência dos sacramentos têm os fiéis um reservatório de energia superior, um manancial de fôrça para resistir às tormentas da vida conjugal. A Reforma estancou essas fontes de moralidade vigorosa. Não é, pois, de maravilhar que nos países protestantes o mal tenha lançado profundas raízes e daí se tenha propagado, na tentativa de invadir também as regiões católicas. Atualmente, enquanto quase tôdas as nações fiéis à Igreja conservam ainda a sua legislação limpa desta nódoa ignominiosa, os países mais diretamente submetidos à influência da Reforma, creio que sem exceção, sancionam e autorizam com chancela legal o divórcio perfeito.[136]

Mas é comparando por miúdo os dados estatísticos que mais evidente ressalta a diferença entre a ação benfazeja do catolicismo e o influxo dissolvente do protestantismo na preservação da família.

O único fator que aqui pode influir sensìvelmente nos números oficiais é a lei civil. Ainda assim, diminuto e pouco significativo é êste influxo. O usar ou não das facilitações legais depende em última análise da liberdade dos indivíduos e é ainda um índice de sua elevação ou decadência moral. Com razão OETTINGEN: "A constância dos motivos individuais de adultérios e de novas uniões de divorciados deriva certamente da atmosfera imoral dominante".[137]

135. PORTO CARREIRO, *Prefácio à Philosophia do Direito* de JONATHAS SERRANO, p. XXI.
136. Admitem o divórcio todos os países protestantes: Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Estados Unidos. Países católicos que não admitem o divórcio: na Europa, Irlanda, Itália, Polônia; na América, o Canadá e quase tôda a América Latina. Cfr. E. MARTIRE, *Il Divorzio*, Roma. 1920, p. 407.

Comecemos pela *Suíça*, que nesta matéria nos oferece dados muito rigorosos.

Número de divórcios sôbre 1.000 matrimônios (1876-1890) [138]

Nidwalden c	0	Aargau m	38,28
Obwalden c	0	Solothurn m	38,46
Wallis c	3,46	Neufchatel m	40,22
Tessin c	6,15	Waadt p	42,24
Uri c	6,27	Berna m	49,07
Schwyz c	9,89	S. Gall m	51,94
Friburgo m	13,43	Thurgau m	71,33
Appenzell Rhod int. c	14,13	Genebra m	74,25
Lucerna c	14,25	Zurique p	75,61
Zug	16,80	Schaffhausen p	76,82
Graubunden m	28,60	Glarus m	77,58
Basiléia campo m	32,56	Appenzell Rhod. ext. p	87,03
Basiléia cidade m	36,39		

Qualquer comentário é inútil.

O próprio OETTINGEN, que não esconde as suas tendências anti-católicas, diante desta realidade esmagadora não tem mão em si que não exclame: "Que diferença na vida ético-social está esculpida nestes números! Enquanto a população protestante da Suíça está para a católica na razão de 3 para 2, os divórcios protestantes em 1879 estão para os católicos na razão de 8 para 1".[139]

Na *Holanda*, mesmos resultados favoráveis aos católicos. Eis o quadro das estatísticas oficiais de 1896:

Divórcios sôbre 1.000 matrimônios 140

Brabante setentrional	0,55	Zelândia (Seeland)	7,57
Limburgo	0,56	Groninga	9,58
Utrecht	6,31	Drenthe	9,87
Overyssel	6,76	Holanda Merid.	21,61
Frísia (Friesland)	7,08	Holanda Setentr.	22,64
Gueldres (Geldern)	7,24		

137. OETTINGEN, *Moralstatistik* (3), Erlangen, 1882, p. 179.
138. *Statistisches Jahrbuch für der Schweiz*, 1898.
139. OETTINGEN, *Op. cit.*, p. 168.
140. *Statistik van den Loop der Bevolkung van Nederland over* 1896.

As duas primeiras províncias são católicas, as seguintes protestantes ou mistas.

Passemos à *Alemanha*. Eis a estatística dos divórcios no quadriênio 1900-1904, nas diversas províncias da *Prússia* :

Províncias	*Percentagem da população católica*	*Percentagem da população protestante*	*Número de divórcios sôbre 100.000 matrimônios*
Posnânia	67,84	30,18	37
Westfália	50,71	48,24	44
Hanover	13,08	85,99	54
Silésia	55,04	43,75	65
Província Rhenana	69,82	28,88	67
Hessen-Nassau	27,95	68,92	68
Prússia Oriental	13,48	85,07	72
Prússia Ocidental	51,19	46,73	75
Pomerânia	2,33	96,50	86
Saxônia	7,28	92,15	98
Brandeburgo	5,16	93,54	112
Schleswig Holstein	2,20	97,21	115
Berlim e arredores	9,98	84,18	310

Nenhuma das províncias acima é puramente católica. Não obstante, as de população predominantemente católica se acham quase sempre em condições superiores às outras, onde prevalece o elemento protestante. Uma comparação rigorosa exigiria que se acareassem os divórcios entre católicos e entre protestantes.

É o que nos subministra o quadro seguinte :

	Divórcios sôbre 1.000 matrimônios entre cônjuges		
	puramente católicos	*puramente protestantes*	*mistos*
1895-1905	9,6	26,7	40,0
1907	11,1	26,9	42,0
1909	13,2	34,4	47,8
1911	14,3	34,9	47,5
1913	16,1	40,4	51,5

O número de divórcios entre protestantes é *quase três vêzes maior* do que entre católicos. "Se distribuírmos os dados estatísticos relativos aos divórcios em grupos religiosos, ressalta a evidência de que na Prússia, não só em geral, mas também em relação ao número dos matrimônios estáveis o divórcio é muito mais freqüente entre os evangélicos do que entre os católicos".[141]

Mesmo resultado nos outros estados da confederação germânica.

Na *Saxônia* :

	Divórcios sôbre 1.000 matrimônios entre cônjuges				
	cat.	*prot.*	*mistos*	*judeus*	*de outras religiões*
1906	6,7	16,7	7,6	13,8	34,9

Na *Baviera* :

1908-1913	15,4	21,0	39,2

Fora da Alemanha.

Na *Áustria* :

	Divórcios sôbre 100.000 habits. entre cônjuges	
	católicos	*católicos e aconfessionais*
1901	5,8	9,8
1902	6,8	11,7
1903	7,2	11,7
1904	7,1	15,0
1905	7,0	15,6
1901-1905	6,7	12,7

Na *Hungria* :

	Divórcios sôbre 1.000 matrimônios entre cônjuges					
	cat. gregos	*cat. romanos*	*reformados*	*de outras confissões prot.*	*gregos orient.*	*judeus*
1901-1906	7,2	12,0	49,3	33,1	19,5	44,1

O país clássico[142] dos divórcios são os *Estados Unidos*. Em nenhuma outra região cristã se acha êste mal tão generalizado como na república americana. Nos anos de 1867-1886 contava-se um divórcio sôbre 11-31 matrimônios! Jannet na sua conhecida obra sôbre os Estados Unidos observa que "a instituição do matrimônio e a fidelidade conjugal para muitos já não têm significação prática por-

141. Dr. Kuehnert, *Zeitschrift des königl. preussischen statistichen Landessamt*, 1907, p. 76.

142. Só a Algéria maometana e o Japão sintoísta lhe levam vantagem.

que o divórcio é tão de uso como em nenhuma parte da Europa... Durante os anos de 1870-76 registrou-se anualmente em Connecticut 1 divórcio sôbre 8 matrimônios, em Rhode-Island 1 sôbre 14. Os estados ocidentais, onde aliás se alastra o divórcio por todos os meios, celebram a sua boa moral quando citam, como o Ohio, 1 divórcio sôbre 24 matrimônios. Não é raro encontrarem-se homens que se uniram sucessivamente a 4 e 5 mulheres".[143]

O *Albany Law Journal*, citado pelo mesmo autor, publicava, no seu n.º de 26 de janeiro de 1889, uma lista de motivos que legitimavam o divórcio em alguns estados da União: temperamento difícil (Kentucky), negligência no cumprimento dos próprios deveres (Kansas e Ohio), etc. A todos, porém, leva vantagem o estado de Washington que conclui a sua enumeração com estas palavras: "Será concedido o divórcio por qualquer outro motivo esclarecidamente admissível pelo tribunal tôdas as vêzes que esteja persuadido de que as partes já não podem viver juntas". É a legislação do amor livre.

Presentemente é ainda nos estados chamados neo-ingleses que se observa maior proporção de divórcios, mas enquanto o número se eleva extraordinàriamente nos outros (157 % em anos), naqueles se tem notado um decrescimento sensível. Carrol D. Wright, encarregado pelo Congresso de Washington de estudar a questão, atribui êsse fato à influência do catolicismo. "Por grande e considerável que seja o aumento de divórcios nos Estados Unidos, é inegável que seria ainda muito maior se não fôra a influência crescente da Igreja católica. A fidelidade com que os católicos observam os mandamentos de sua Igreja tem servido inquestionàvelmente de barreira ao crescer dos divórcios, que, abstraindo dos sequazes desta confissão, nos últimos vinte anos tomou e toma ainda atualmente no país proporções enormes".[144]

Com efeito, em 1884 registraram-se 23.000 divórcios; em 1916 o seu número subiu a 114.000. Enquanto a população cresceu de 62 %, a cifra dos divórcios elevou-se na razão de 258 %. A *Action sociale* de Quebec (jan. de 1912) calcula que o número dos divórcios em 40 anos (até 1906) atingiu o espantoso total de 1.250.000. Em 1870, sôbre 100 matrimônios registravam-se 28 divórcios; em 1900, 73.

---

143. Cláudio Jannet e W. Kampfe, *Die Vereinigten Staaten Nordamerikas in der Gegenwart*, Freiburg i. B., 1893, pp. 274-5.

144. C. D. Wright, *A report on marriage and divorce in the United States*, Washington, 1887, p. 122, cit. por Jannet, *Op. cit.*, p. 279.

Conseqüência imediata e inevitável do divórcio é o desamparo da prole. Quando o prazer é o único ideal dos cônjuges, os filhos são quase sempre sacrificados ao seu egoísmo brutal. Nos últimos 20 anos 1.318.000 crianças ficaram órfãs pelo divórcio dos pais. Na Califórnia, 40 % dos recolhidos em institutos públicos são filhos de divorciados. Êstes pobres infelizes abandonados a si mesmos, sem uma guia moral, vão muitas vêzes, em idade ainda tenra, engrossar as fileiras dos vagabundos e criminosos. Em Chicago, um dos grandes centros do divórcio, contaram-se em 1901, 4.478 menores delinqüentes, em 1917, 20.000!

A grande república norte-americana não teve, como as velhas nações da Europa, o benefício de uma prolongada educação católica para opor às conseqüências imorais das doutrinas reformistas o contrapêso de uma tradição multissecular. O protestantismo, transplantado num terreno virgem e bravio, desenvolveu livremente, em tôda a sua virulência, os germes corruptores que lhe incubavam no seio. Só tardiamente entrou o catolicismo a contraminar-lhe os efeitos. Só o catolicismo salvará a grande nação da decomposição pagã que a ameaça.[145]

Levemos ainda a comparação a outro campo, às estatísticas do *suicídio*. O suicídio aparece na história como sintoma de velhice nos povos decadentes. Nos últimos tempos de Roma pagã vemo-lo alastrar nas classes cultas, como refúgio às almas trabalhadas pelo cepticismo e pelo desespêro. A filosofia estóica embandeirou-o em princípio de moral e canonizou-lhe a cobardia como virtude de fortes. Zenão de Cithium, Cleante, Catão, Sêneca e Lucano puseram têrmo aos seus dias com o suicídio. O cristianismo, rasgando às aspirações do homem os horizontes da eternidade, inoculou-lhe na alma a esperança, o vigor, a fôrça para as lutas da vida. Em face da adversidade o cristão não se avilta e foge, mas enfeixa as suas energias sobrenaturais, reage, combate e triunfa. Na juventude do seu cristianismo, a idade média não conheceu essa fraqueza moral.[146]

---

145. Das nações católicas só a França apresenta uma elevada proporção de divórcios por motivos que apontaremos pouco adiante, em uma nota.

146. "A ação da Igreja na Idade Média foi de grande vantagem para a humanidade. Por longo tempo as almas viveram completamente satisfeitas. Os homens sentiam-se felizes porque a religião embebia com o seu espírito tôdas as relações da vida, habituava as multidões à direção espiritual e, na unidade da sua concepção do mundo, oferecia um arrimo seguro entre as tristes vicissitudes da vida medieval. Com efeito, convém acentuar que, em confronto com os progressos do nosso século, a vida era então, sob todos os aspectos, bem dura. Não obstante, a Igreja conseguiu de tal arte formar os costumes e a idéia da vida que a inclinação morbosa ao suicídio não conseguiu nascer. O catolicismo torna os seus sequazes pacientes e dóceis, dá ao homem uma doçura e uma mansidão singular, oferece-lhe

Para o homem moderno descristianizado a vida torna-se fardo insuportável porque não lhe dá o para que havia sido inteiramente orientada — a felicidade na virtude. Na prostração do seu pessimismo chega até a perguntar se a vida vale a pena de vivê-la.

Foi com o nascer da Reforma que o contágio do suicídio entrou a propagar-se entre cristãos, passando de casos isolados e esporádicos a fenômeno social e coletivo. Desde o princípio foram horríveis os seus estragos. Só em Norimberga em 1569 no curto prazo de três semanas se registraram 14 suicídios. As estatísticas recentes demonstram que o mal lançou profundas raízes entre os protestantes.

O quadro geral no decênio 1881-1890, em que se fizeram observações mais regulares dá-nos a seguinte proporção de suicídios sôbre 100.000 habitantes :[147]

Portugal	0,7	Suécia	10,7
Irlanda	2,3	Bélgica	11,4
Espanha	2,4	Áustria	16,1
Itália	4,9	França[148]	20,7
Holanda	5,5	Alemanha	20,7
Escócia	5,5	Suíça	22,7
Noruega	6,8	Dinamarca	25,5
Inglaterra	7,7	Saxônia	35,5
Hungria	8,8		

nos seus ensinamentos, nas suas fórmulas e cerimônias tanta consolação e esperança que não deixa lugar algum ao pessimismo". MASARYK, *Der Selbstmord als soziale Massenerscheinung*, Wien, 1881, pp. 160, 165.

147. Com exceção de Portugal, os dados acima são tirados de MAYR, no *Handwoerterbuch der Staatswissenschaft*, I, vol. supl. Jena, 1895, pp. 698, 699.

148. Esta elevada proporção de suicídios na França em nada depõe contra a ação moral do catolicismo. Tôda a gente sabe a que poderosas influências anticatólicas está submetida a França moderna. Outrora não era assim. De 1836 a 1852 a proporção de suicídios não passava de 8,32 ; em 1855-1870 atingiu a 12,3 para crescer desmesuradamente nos anos de 1881-93, nos quais se elevou a 22,5. Em 50 anos (1842-1892) o número dos suicídios quase triplicou. Escritores que não consideram os fatos sociais sob o prisma religioso e católico concordam em atribuí-lo à obra de descristianização sistemàticamente empreendida pelas seitas maçônicas. A *escola sem Deus* é a principal responsável da desmoralização do povo francês. É na juventude que sobretudo se manifestam as suas conseqüências mais assustadoras. Em 1897 a criminalidade infantil era duas vêzes superior à dos adultos. Os suicídios dos menores de 16 anos, outrora raríssimos, elevaram-se em 1887 a 55.

Já em 1882 dizia o protestante OETTINGEN : "Continue a França a aplicar a sentença de Paulo Bert : a religião é em tôda parte um obstáculo à moralidade e verá em poucos anos como a escola emancipada da religião será capaz de educar uma geração de suicidas". *Moralstatistik* (3), p. 768.

Ao olvido da moral cristã, ao enfraquecimento do ideal religioso na educação, à desorganização da família, à perversão das ruas, ao alcoolismo, às más leituras, à pornografia e aos espetáculos, deve a França êsses tristíssimos resultados.

Com poucas alterações se podem aplicar alguns dêstes reparos à Áustria que também não fêz boa figura no quadro acima. As estatísticas mais circunstanciadas demonstram que 3/4 dos suicídios se registram na Baixa Áustria (Viena), na Boêmia e na Silésia, isto é, nas regiões do nordeste onde foram mais profundos os estragos do protestantismo e do liberalismo.

Êste quadro geral já de si é muito instrutivo e confirma a observação de DURKHEIM, que nos países puramente católicos o suicídio está pouco generalizado, ao passo que atinge o seu máximo nos países puramente protestantes. Na Itália, na Espanha e na Irlanda, católicas, o suicídio é um fenômeno social relativamente raro. As terras clássicas do suicídio, a Saxônia e a Dinamarca, são também as terras clássicas do protestantismo.

Mas a diferença ressalta com maior relêvo quando se comparam mais em particular regiões menores, onde é mais poderoso e exclusivo o influxo da Igreja ou da Reforma. MORSELLI, sôbre o qual não pode cair suspeição de parcialidade, apurou os números seguintes :[149]

	Por milhão de habitantes
Populações puramente protestantes	190 suicídios
Populações mistas de católicos e protestantes	96 "
Populações puramente católicas	58 "

Especifiquemos :

Nos principais estados da Confederação germânica por milhão de habitantes :[150]

	Ano	*Cat.*	*Prot.*	*Judeus*	*Para 1 suicida católico Protestantes*
Prússia	1849-1855	50	160	46	3,22
	1869-1872	69	187	96	2,71
	1891-1900	93	247	241	2,61
	1901-1907	101	252	294	2,50
Baviera	1844-1856	49	135	106	2,76
	1870-1879	74	195	115	2,63
	1880-1889	95	222	186	2,34
	1890-1899	93	210	212	2,26
	1900-1908	102	221	253	2,17
Wurtemberg	1846-1860	80	114	66	1,43
	1873-1880	135	177	98	1,31
	1881-1890	118	169	138	1,43
	1891-1900	112	165	263	1,38
	1901-1910	118	197	215	1,67

149. E. MORSELLI, *Il suicidio*, Milano, 1879, pp. 206-220. Com os resultados de Morselli coincidem substancialmente os de WAGNER, OETTINGEN e LEGOYT, por êle citados a p. 211.

150. O quadro é tirado de G. VON MAYR, *Moralstatistik*, Tübingen, 1917, pp. 345-346.

	Ano	Cat.	Prot.	Judeus	Para 1 suicida católico Protestantes
Baden	1864-1870	121	159	95	1,31
	1871-1880	155	213	151	1,37
	1881-1890	160	237	222	1,48
	1891-1900	159	250	229	1,57
	1901-1910	168	275	269	1,64
Als.-Lorena	1905-1909	103	250	140	2,42
	1910-1911	107	265	145	2,48

O quadro acima dilata-se amplamente no tempo e no espaço para subministrar-nos a base segura de uma indução universal. Variam os anos, variam as regiões; a superioridade católica afirma-se constante.

Se quisermos descer o paralelo até aos distritos submetidos quase à influência exclusiva de uma das duas religiões, o resultado mais se aproxima da verdade.

Ei-lo: [151]

Aachen	5,4	Potsdam	32,9
Münster	7,0	Magdeburgo	33,5
Oppeln	8,4	Liegnitz	39,4

Não é mister acrescentar que os três primeiros são puramente católicos e os outros, puramente protestantes.

Para a *Hungria* dá-nos ainda o célebre professor de Münich os seguintes dados: [152]

No intervalo 1901-1908, sôbre 1.000.000 de habitantes suicídios entre:

católicos gregos	81	evangélicos (protestantes)	259
católicos romanos [153]	158	unitários "	350
gregos orientais	94	reformados "	363
israelitas	166		

151. *Statistisches Handbuch für den Preussischen Staat*, 1898, p. 207.

152. G. VON MAYR, *Moralstatistik*, p. 347.

153. Como é sabido, entre católicos gregos e romanos não há diferenças doutrinárias ou dogmáticas; distinguem-se apenas pelo rito. A diferença no número de suicídios explica-se pelo diverso grau de civilização material em que se acham.

Na *Suíça* o confronto é-nos ainda mais favorável. Indiquemos só o resultado nos cantões exclusivamente católicos ou protestantes, conforme as informações do *Statistisches Jahrbuch der Schweiz*, Zurich, 1898, para os anos 1895-96:

Uri c	0	Schaffhausen p	9
Obwalden c	1	Tessin c	14
Nidwalden c	1	Lucerna c	14
Zug c	1	Appenzell Rhod. ext. p.	14
Appenzell Rhod. int. c	1	Waadt p	113
Schwyz c	2	Zurich p	114
Wallis c	8		

Assim que nos cantões puramente católicos temos um total de 42 suicídios numa população de 498.000 almas, nos cantões puramente protestantes 250 suicídios sôbre 740.000 habitantes, o que dá sôbre 100.000 habitantes a proporção de 8,43 para os católicos e 33,8 para os protestantes.

Mais cientificamente exata é a seguinte estatística que nos dá o número de suicídios por milhão de habitantes no decênio 1881-1890:

	Protestantes	Católicos
A. Grupos de distritos industriais	289	208
alemães	257	165
franceses	378	309
B. Grupos de distritos profissionais mistos	26	111
alemães	228	116
franceses	429	151
C. Grupos de distritos agrícolas	266	81
alemães	209	74
franceses	414	88
Total da Suíça	280	132

O número de suicídios protestantes é mais de duas vêzes superior ao dos católicos. Êste quadro é tanto mais significativo quanto nêle os próprios dados oficiais eliminam os outros fatôres — raças, condições sociais — para pôr em relêvo a influência religiosa. Tanto entre os franceses quanto entre os alemães, tanto nos distritos industriais como nos agrícolas, a superioridade dos católicos afirma-se com igual evidência.

É pois regra sem exceção: tôdas as vêzes que se comparam grupos sociais suficientemente grandes e homogêneos, a situação moral dos católicos sobreleva à dos protestantes.

Depois de ver os números, ouçamos as autoridades. Já há mais de um século escrevia OSIANDER: "Muito mais dificilmente que um reformado, um luterano ou outro acatólico, decide-se um católico ao suicídio... A razão dêste fato, a meu ver, é que o católico considera a confissão e a extrema-unção como sacramentos que, ao lado do Viático, lhe asseguram a esperança de um futuro feliz. Sair dêste mundo depois de receber os santos sacramentos é o último e mais alto desejo de um crente católico. Ora, o suicídio priva-o dêstes meios que o levam à felicidade eterna. Só um católico sem fé ou sem juízo poderá, sem sacramentos, afrontar uma eternidade na qual não crê, ou por perturbação mental se acha impossibilitado de pensar".[154] "Não posso negar, escrevia em 1864, A. WAGNER, um dos fundadores da estatística comparada, que mais dificilmente do que qualquer outra influência me decidi eu a aceitar a da confissão religiosa sôbre a freqüência dos suicídios e, de modo particular, a do protestantismo no seu aumento. Mas depois de minhas pesquisas não me parece possível desconhecer êsse influxo".[155] O aperfeiçoamento do material estatístico acabou de dissipar a dúvida dos mais recalcitrantes. O médico bávaro, Dr. GRASSL admite sem hesitação o fato, e explica-o, salientando que "a religião católica se enraíza mais profundamente no coração e, nos casos difíceis, oferece mais consolações que a protestante".[156]

Como o facultativo da Baviera, confessa também o neurologista de Berlim Dr. PLACZEK: "Quem procura apreciar sem preconceitos a eficácia das confissões religiosas, deve reconhecer na Igreja católica uma grande fôrça que se manifesta no fato indubitável e altamente demonstrativo que em tôda parte os católicos que se suicidam são em muito menor número que os de outras religiões".[157] É mais um testemunho recente que se pode acrescentar aos já conhecidos de DURKHEIM, MORSELLI e TARDE que tão por miúdo se ocuparam do estudo dêste flagelo social. Fechemos estas citações com a de um missionário protestante de Berlim: "No confessionário temos a chave dêste enigma: porque nos distritos católicos o suicídio é muito mais raro que entre os protestantes".[158]

154. OSIANDER, *Ueber den Selbstmord*, 1813, p. 282.

155. Cit. por H. ROST, *Die Kulturkraft des Katholizismus*(2), p. 89.

156. GRASSL, *Blut und Brot*, p. 180.

157. PLACZEK, *Selbstmordverdacht und Selbstmordverhütung*, 1915, p. 217.

158. MARTIN OLPE, *Selbstmord und Seelsorge*, 1913, p. 83.

Êste resultado geral confirmado por tôdas as estatísticas e por todos os autores competentes que se ocuparam do assunto tem ainda sob o aspecto da moralidade um alcance maior que à primeira vista pode parecer. "Entre tôdas as estatísticas morais não há nenhuma que possa servir tanto de critério para avaliar o influxo de uma religião sôbre os seus fiéis como a da freqüência dos suicídios".[159] O suicídio "é a manifestação mais clara e decisiva do terrível abalo que o pecado introduz na vida, da insolúvel contradição em que o vício enreda o homem".[160] A destruição da própria existência não só é um crime mas também a expressão de um estado d'alma, a revelação de uma consciência desalentada, sem fôrças para lutar com a vida, sem amor que sabe sofrer, sem esperança que sabe confiar, sem fé que sabe crer nas sanções de além-túmulo. É o expoente da irreligiosidade. Tem razão MASARYK: "na maioria dos casos, o suicídio é o desfêcho violento de uma longa vida de erros e desordens morais".[161]

*

* *

Eis-nos ao têrmo da investigação imparcial e consciensiosa que prometemos no princípio dêste parágrafo. A estatística comparada é a prova experimental do vigor da moralidade católica, a demonstração irrefutável da eficácia social dos sacramentos que a nutrem, conservam e aperfeiçoam.

Diante dos olhos tem agora o leitor todos os dados para julgar da sinceridade ou da competência científica com que o Sr. CARLOS PEREIRA papagueando o "sapientíssimo professor de Liège", assevera sem pestanejar estar averiguado que "o nível moral é mais elevado entre os povos protestantes do que entre os povos católicos", p. 211.[162]

159. H. A. KROSE, *Religion und Moralstatistik*, München, 1906, pp. 68-9.

160. OETTINGEN, *Moralstatistik*(3), p. 737.

161. MASARYK, *Der Selbstmord als sociale Massenerscheinung*, Wien, 1881, p. 75.

162. *Bibliografia*. L. v. HAMMERSTEIN, *Konfession und Sittlichkeit*, Trier, 1893; ID. *Katholizismus und Protestantismus*, Trier, 1894, pp. 92-106; H. A. KROSE, *Der Einfluss der Konfession auf die Sittlichkeit* nach Ergebnissen der Statistik, Freib. i. Br., 1900; ID., *Religion und Moralstatistik*, München, 1906; GEORGE VON MAYR, *Statistik und Gesellschaftslehre*, III Bd. *Moralstatistik* mit Einschluss der Kriminalstatistik, Tübingen, 1917. É o 7.º vol. da introdução da obra coletiva *Handbuch des oeffentlichen Rechts*; A. PAVISSICH, *Il Codice delia vita*, Firenze, 1911, t. II, pp. 1-150; A. PEZENHOFFER, *A demográfiai viszonyok befolgyása a nép szaporodására*, Budapest, 1922; H. ROST, *Beitraegé zur Moralstatistik*, Paderborn, 1913; ID., *Geburtenrückgang und Konfesion*, Koeln, 1913; ID., *Die Kulturkraft des Katholizismus*(2), Paderborn, 1919.

CONCLUSÃO

Está resolvido o problema religioso da América latina. Não procuramos uma incógnita. Aplicamos-lhe uma solução comprovada pelos resultados definitivamente adquiridos da indução histórica, da crítica religiosa e das teses firmes de uma filosofia sadia e robusta. Procedemos rigorosamente de acôrdo com os preceitos da metodologia científica. Nosso ponto de partida foram os fundamentos admitidos pelo adversário. Para quem crê na divindade de Cristo o problema religioso do cristianismo põe-se nos têrmos seguintes: fundou Cristo uma sociedade orgânica hierárquica, visível, depositária dos seus ensinamentos, guarda infalível de suas doutrinas, representante de sua autoridade? Quais os caracteres que à inteligência investigadora do filósofo e do crente a contradistinguem com evidência dos grupos que se dizem cristãos e reivindicam para si a exclusividade dessa glória? Interrogamos a Escritura e a história, a razão e a tradição, o bom senso e a filosofia. A resposta, esclarecida pela convergência de tôdas essas luzes, já nos não pode ser duvidosa.

Negativamente, atestaram-nos todos êstes critérios que o protestantismo não é o cristianismo puro e genuíno. Falsificação humana do Evangelho, adulteração criminosa da obra de Cristo, nascida no fermentar das paixões baixas em revolta, a Reforma luterana nas mil figuras cambiantes do seu incansável variar, não apresenta à crítica serena e imparcial nenhuma das gemas autênticas que Cristo engastou no diadema de sua Espôsa.

Positivamente, afirmaram-nos as mesmas fontes de conhecimento que só a Igreja católica, presidida hoje como há vinte séculos por Pedro, sempre vivo nos seus sucessores, é a cidade de Deus na terra,

a Jerusalém divina, cujos muros abrigam os filhos da luz, os herdeiros da vida sobrenatural e co-herdeiros de Cristo.

Ela aí está firme sôbre a rocha que lhe deu por fundamento o divino Arquiteto. Contra os seus muros vinte vêzes seculares quebraram-se todos os vagalhões levantados pelas tempestades do inferno.

Violência e sedução, sofisma e ironia, traição e desprêzo, tôdas as fôrças do mal, separadas ou conjuradas, deram-lhe incessante combate no curso de dois mil anos, e os seus triunfos contam-se pelo número de batalhas. Aos filhos do século XX, inquietos e investigadores, torturados pela dúvida, ou embalados pelos sonhos de utopias falazes, ela repete, como às multidões romanas, abatidas pelo cepticismo e gastas pela corrupção, as palavras do Divino mestre: Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Vinde a mim todos os que vergais sob o pêso dos sofrimentos e eu vos aliviarei.

Ante êste resultado do nosso exame não há lugar para hesitações criminosas. O problema religioso é antes de tudo um problema de consciência individual. Fora de qualquer consideração de ordem política ou econômica, só a verdade decide de sua solução. Só a verdade sinceramente buscada na transparência de sua lucidez, desinteressadamente amada na pureza de sua formosura, ardente e generosamente abraçada com tôdas as suas exigências de abnegação e sacrifício, pode intimar no santuário das almas a promulgação do dever religioso.

Mas a religião é também um dever social. Para as sociedades como para os indivíduos, o cristianismo é a chave da felicidade, é a solução do problema da existência, é uma questão da vida ou de morte.

Os povos modernos atravessam uma dessas crises em que se jogam os destinos do futuro. Só o catolicismo, guarda seguro dos princípios em que se funda a estabilidade das nações, fonte inexaurível das fôrças que impelem o carro do progresso humano, pode salvar a nossa civilização periclitante.

Não é para aqui traçar, ainda em rápido escôrço, a gênese da presente questão social. Ninguém desconhece a influência poderosa dos fatôres de ordem político-econômica: a expansão industrial, a introdução dos grandes maquinismos, o aumento da população, a concorrência dos mercados, etc. Ao jogo natural das leis econômicas se uniram as causas de ordem intelectual. A observação de Le Play tem a evidência de um axioma: "Ainsi qu'il est arrivé de tous les temps, pour toutes les races, notre décadence est due surtout à la propagation de grandes erreurs".[1] Por mais de dois séculos os princípios envenenados do materialismo sem coração e do racionalismo sem fé fermentaram nas massas populares, empalidecendo-lhes no espírito a luz do sobrenatural e afrouxando-lhe na consciência os vínculos do dever. Sob a ação dissolvente dêstes terríveis corrosivos, lenta mas progressivamente operou-se nas nossas sociedades o tríplice divórcio fatal: divórcio da Igreja, divórcio de Cristo, divórcio de Deus.

Pela natural repercussão dos erros filosóficos no domínio das relações internas da consciência com Deus, às causas econômicas e intelectuais da moderna questão social cumpre acrescentar os fatôres de ordem moral e religiosa. A êstes sobretudo — à obliteração dos grandes princípios religiosos e sociais do catolicismo nas consciências de governantes e governados, de capitalistas e proletários — é que se deve principalmente a agravação da crise que de decênio para decênio se foi acentuando até tomar as proporções de um cataclismo iminente. Construídos sem o cimento da caridade cristã os muros do edifício social ameaçam ruína. Na exaltação do individualismo imoderado, no egoísmo crescente e insaciável está a raiz do mal.

Primeiro responsável dêste estado de coisas é o protestantismo. A Reforma foi o desencadeamento do individualismo na Europa. Contra a organização social da Igreja, corpo místico de Cristo, Lutero levanta o individualismo de sua personalidade isolada. Ao magistério eclesiástico, autêntico e tradicional, opõe o livre exame do eu. À autoridade hierárquica preposta por Cristo à guarda da moral e dos costumes, substitui a autonomia do indivíduo no govêrno da vida. O egocentrismo é a chave que explica a gênese e a evolução espiritual do monge saxônio. Contra a Igreja católica, orgânica, hierárquica, social, o protestantismo arrolou sob os seus estandartes todos os egoísmos morais, todos os individualismos teológicos, todos os subjetivismos filosóficos.

O desenvolvimento posterior do pensamento acatólico, no campo filosófico, político, social, moral e religioso inspirou-se nos princí-

1. Le Play, *L'organisation de la famille*(3), Tours 1884, p. XVII. Aí mesmo cita Le Play a observação análoga de De Bonald: "À commencer par l'Evangile, à finir par le Contrat social, toutes les institutions que ont changé en bien ou en mal l'état de la societé général n'ont eu d'autres causes que la manifestation de grandes vérités ou la propagation de grandes erreurs". *Théorie du Pouvoir*, Paris, 1796, t. I, p. VII.

pios individualistas. Os frutos na ordem prática corresponderam aos germes semeados no campo especulativo. A sociedade desagregou-se. O que era organismo decompôs-se em átomos submetidos às leis mecânicas da gravidade. O eu soberbo e ambicioso tornou-se o centro de atração da vida, o princípio motor de tôda a atividade.[2]

O socialismo tentou recentemente uma reação formidável contra o individualismo reinante. Mas, faltando-lhe um princípio de vida, e portanto, de unidade, o seu esfôrço não podia vingar. A dignidade humana e a independência da personalidade foram sacrificadas num coletivismo inconsistente. No estado socialista os átomos dispersos não se reúnem num organismo vivo e harmônico; são forçados a entrar numa unidade social fictícia, semelhante à de um grande maquinismo humano. Formidável como arma de destruição, o socialismo tem se mostrado de uma impotência radical como fôrça construtora.

Aos excessos do individualismo e às exagerações socialistas a Igreja opõe o conceito cristão da sociedade: organismo vivo, animado por um princípio unificador. Cada membro tem sua função, mas todos pertencem ao mesmo corpo. A multiplicidade de órgãos e a diversidade de funções não devem ser obstáculo à consecução do fim comum que é a felicidade geral. Os homens reunidos em grupos sociais não se devem opor como êmulos ou concorrentes, devem entreajudar-se como irmãos. À exploração de uns pelos outros, à exploração dos fracos pelos fortes deve suceder a abnegação de um por todos, o sacrifício de concessões mútuas, para o bem-estar comum. A "struggle for life", que DARWIN erigiu em fórmula de coexistência dos sêres inferiores e que outros estenderam às relações entre os indivíduos e os povos, é princípio de individualismo que separa, de violência que oprime, de guerra que desola. Voltamos a HOBBES: *homo homini lupus*. O amor, não a luta, é a base cristã do viver social, é o segrêdo da paz, da concórdia e do progresso: *Homo, homini frater*.

Eis o ideal proposto pelo catolicismo; ideal nobre e elevado, só capaz de resolver os grandes problemas sociais e assegurar a estabilidade das nações. A sua realização, porém, não é obra de economistas nem de políticos, de professôres nem de jornalistas. A segurança do edifício social descansa sôbre os alicerces da moralidade individual. Reformar os indivíduos é o primeiro passo para a reforma das sociedades. É aqui que a questão social entende mais intimamente com a questão moral e religiosa.

2. Ingênuamente o Sr. C. PEREIRA faz suas as palavras de Pelletan: "A reforma desenvolveu o eu motor sagrado da máquina humana". — Quando o homem é reduzido a uma "máquina", cujo motor *"sagrado"* é o eu, que outro produto de sua atividade se poderá esperar senão o egoísmo? Para isto veio à terra Aquêle que disse: Quem quiser ser meu discípulo renegue a si mesmo?

Depois de tantas experiências dolorosas, de tantas tentativas fracassadas, depois de análises psicológicas mais serenas e profundas, concordam hoje os grandes sociólogos em reconhecer êste aspecto moral e religioso dos problemas econômicos e sociais. "Le probléme social, — il vaut la peine de nous le persuader, — est avant tout um probléme religieux, um problème moral. Ce n'est pas seulement comme l'imagine trop souvent le matérialisme contemporain une question de gros sous ou... une question d'estomac, c'est tout autant et plus peut-être une question spirituelle, une question d'âme. La réforme sociale ne peut s'accomplir que par la réforme morale".[3] Assim em França LEROY-BEAULIEU. Na Inglaterra, faz-lhe eco o grande economista DEVAS: "Intra animum medendum est. A reforma deve ser interior. Sem ela nem os seguros operários nem as leis sôbre fábricas, nem as escolas para adultos, nem os banhos ou bibliotecas, nem os longos descansos, nem o aumento de salários, nem a diminuição das horas de trabalho, nem as habitações econômicas e higiênicas, nem a divisão das grandes propriedades poderão promover a paz social".[4] Na Itália, não fala diversamente TONIOLO: "Invano la azione esteriore torna ordinata e feconda giusta i disegni della Provvidenza, senza che la preceda e accompagni constantemente la vita interiore, l'esercizio cioè delle virtu intime nella quotidiana riforma di sè".[5]

Ora, qual é a grande instituição, a grande fôrça moral capaz de empreender com êxito a reforma dos indivíduos e restituir-nos assim a paz social? Analisemos com serenidade.

Para a regeneração e verdadeiro progresso moral do homem havemos mister um ponto de apoio e uma fôrça motriz. Um ponto de apoio: princípios firmes na inteligência a orientar com segurança

3. A. LEROY-BEAULIEU, *La papauté, le socialisme et la démocratie*, na *Revue des Deux Mondes*, 15 dez. 1891, p. 674. Cfr. F. BRUNETIÈRE, *Après une visite au Vatican*, na mesma revista, 1 janv. 1895, p. 117.

4. CH. ST. DEVAS, *The key to the World's Progress* (2), London, 1908, p. 45.

5. G. TONIOLO, *Memorie religiose*(2), Milano, 1920, p. 94.

o rumo da vida. Uma fôrça motriz: o amor eficaz e operoso que é fonte de abnegação e sacrifício.[6]

A primeira origem do mal está na inteligência que não conhece ou conhece mal.

As grandes certezas vitais obscurecidas pelos sofismas e pela propaganda sectária vacilam nas consciências desaparelhadas para as lutas do pensamento. Os desfalecimentos da vontade e os desvios da ação seguem espontâneamente as idéias falsas acêrca de Deus, das criaturas, da orientação da existência e da significação do prazer criado. Desaparece a santidade quando a verdade se eclipsa. É mister reentronizar a razão esclarecida pela fé no govêrno da vida. Aos espíritos torturados pela dúvida cumpre dar o alimento sólido da verdade. "Não me cansarei de repetir: o homem vale pelo que crê",[7] escreveu DE MAISTRE. "Os dogmas formam os povos", encarece DE BONALD. Uma geração de cépticos nunca será uma geração de fortes.

Ora, que nos traz o protestantismo para restaurar a piedade teológica e robusta dos grandes séculos de fé? Um livro explicado pelo exame individual, isto é, o mais completo subjetivismo. A variabilidade doutrinal estêve sempre na ordem do dia entre os discípulos de LUTERO. Sem magistério infalível que o interprete, o Evangelho não passa de um nome glorioso a cobrir todos os desvarios da razão apaixonada.

Não é, pois, sôbre a areia movediça das infinitas variações doutrinais de mil seitas efêmeras que o mundo moderno pode achar a paz das inteligências, princípio de coesão social. Sendo por sua origem, por sua natureza, por seus princípios uma fôrça de divisão, o protestantismo não pode produzir bem algum na ordem intelectual, moral e religiosa.[8]

---

6. "La condition essentielle de notre ordination sociale est la mise en accord de nos intelligences et de nos volontés, et que, à defaut d'unité spirituelle en nous et entre nous, il n'y a pour nous aucune échappatoire à l'anarchie, au desordre, à la guerre... Le problème foncier de notre ordre social humain se resout donc en définitive, en un *problème d'unité spirituelle*". J. VIALATOUX, *Le témoignage de la vie sociale*, na *Revue des jeunes*, 25 janv. 1922, pp. 129-130.

7. J. DE MAISTRE, *Lettre à M. de Stourdza.*

8. Daí a esterilidade social do protestantismo. Seu "princípio essencial é um princípio dissolvente; daí o incessante variar, daí a dissolução e o aniquilamento. Como religião particular já não existe; não possui nenhum dogma próprio, nenhum distintivo real, nenhum govêrno, numa palavra, coisa nenhuma das que são necessárias para constituir um ser; é uma verdadeira negação. Quanto nêle há que se possa dizer real não passa de vestígios e de ruínas, e tudo sem fôrça, sem ação, sem espírito de vida. Não pode mostrar um edifício que tenha elevado com suas mãos; não se pode deter nas obras imensas entre as

Hoje só a Igreja católica guarda, intangíveis, os grandes princípios vitais do cristianismo; só a Igreja católica possui a fôrça sobrenatural de produzir nas almas esta solidez de convicções em que se temperam os grandes caracteres. "Ela é a única religião dogmática que sabe o que é ter dogmas e quais as exigências que daí decorrem e só ela é capaz de satisfazer a essas exigências".[9] Ora, se a paz, se a felicidade individual e social são incompatíveis com a dúvida que dilacera o espírito e com a desarmonia que separa as inteligências nas questões mais altas que se impõem ao pensamento, de seu se está que só o catolicismo possui o segrêdo da paz e da felicidade para os indivíduos e para os povos.

No seu aspecto social, de modo muito particular vale esta conclusão para o nosso Brasil. Não há talvez nação no mundo que mais precise estreitar os vínculos da unidade espiritual que a nossa. Imensa extensão de território, grande variedade de climas, população escassa e desigualmente distribuída, heterogeneidade étnica de imigração estrangeira que se repercutirá necessàriamente numa heterogeneidade fisiológica e psicológica do nosso povo, larga autonomia dos estudos — todos êstes fatôres são ou podem ser princípios de divisão, elementos de discórdia, germes de desagregamento. Para conservar a unidade nacional cumpre apertar os laços espirituais da família brasileira. A Providência que tão generosamente prodigalizou ao Brasil os dons de sua bondade, assegurou-nos nas vicissitudes da nossa evolução histórica, a formação dos dois grandes fatôres da unidade pátria: a língua e a religião. Os poderes públicos podem introduzir os liames exteriores que facilitam a livre comunhão da nacionalidade soberana: unidade constitucional e administrativa, unidade de moedas, de pesos e de medidas. Mas as duas grandes fôrças coesivas do idioma e da religião — uma, firmando a solidariedade da alma nacional na visão dos grandes ideais da vida, outra, veiculando na harmonia dos mesmos sons tôdas as suas mani-

---

quais se assenta o catolicismo e dizer: isto é meu. Ao protestantismo só é dado esconder-se entre horríveis ruínas; destas sim pode dizer com verdade: eu as amontoei". BALMES, *El protestantismo comparado con el catolicismo*, c. XI.

9. W. H. MALLOCK, *Is life worth of living?* trad. franc. de J. Forbes, La vie, vaut-elle la peine de la vivre (2)? Paris, 1882, p. 287. As exigências de uma religião dogmática já as expusera o autor algumas páginas atrás: Tôda a "revelação deve necessàriamente atribuir-se uma infalibilidade absoluta, e se uma igreja que é inútil nomear atravessa atualmente uma crise dolorosa é porque desconheceu esta lei. Uma religião sobrenatural que renuncia a esta infalibilidade confessa implìcitamente que é uma revelação mutilada. É uma coisa híbrida, meio natural, meio sobrenatural, e pràticamente reduz-se a uma religião puramente natural", pp. 242-3. Todo êste c. XI é uma crítica admirável do protestantismo, tanto mais para estimar quanto saída de uma pena racionalista.

festações intelectuais e afetivas — essas, os legisladores, que as devem conservar e promover, não podem criar à fôrça de decretos e de armas. São mimos da Providência. Nós os recebemos por mercê dadivosa. Cumpre conservá-los com amor e gratidão.

Encarada a esta luz, a propaganda protestante no Brasil afigura-se-nos como obra eminentemente antinacional. Em todo êste trabalho argüimos o livro do Sr. C. PEREIRA de anticientífico. Agora denunciamo-lo como antipatriótico. E não é crime de leso-patriotismo semear no seio da família brasileira os germes da discórdia religiosa? Não é obra nefasta separar os membros duma mesma comunidade civil nas questões que mais interessam à vida espiritual dos povos? Por que criar aos poderes públicos as dificuldades quase insuperáveis, oriundas da diversidade de cultos? Por que multiplicar empecilhos quase irremovíveis à unidade e livre expansão da alma nacional em todos os seus ideais superiores? Quem ignora as grandes catástrofes sociais — opressões, tiranias, guerras civis — quem ignora os inúmeros obstáculos que, na legislação e na administração, na escola e no templo, criou e fomentou na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça e na Holanda a introdução do protestantismo? Nos momentos mais solenes de sua vida política, nas dificuldades das grandes crises, estas nações já não podem congregar os seus filhos com o brado tão expressivo da unidade: um soberano, uma língua, uma religião.

Zelemos nós pela paz e pela independência, pela unidade e pelo progresso da nossa pátria. E para isto desvelemo-nos com solicitude por conservar, sôbre todos os vínculos externos e artificiais da existência civil, os elos superiores da língua e da religião que irmanam as almas, fundindo as inteligências e os corações no ardor da mesma fé, no entusiasmo das mesmas esperanças, no amor do mesmo ideal.

Mas a reforma dos indivíduos que deve preparar a reforma da sociedade, não menos que o ponto de apoio de convicções profundamente arraigadas nos espíritos, precisa da energia motriz de corações retos e generosos e de caracteres fortes e bem temperados. A vontade livre é, em última análise, o princípio regulador e responsável da atividade humana. Para refrear as paixões das massas e canalizá-las nos limites da justiça e da caridade não basta a repressão material da fôrça bruta; são necessários meios morais. Com o ferrão e o relho se treinam rebanhos, não se educam povos. Não é da metralha dos exércitos nem do rifle das polícias que podemos esperar a suspirada regeneração. A lei moral implantada e respei-

tada no santuário das consciências é o guarda mais seguro das constituições e das leis, é a única solução do pavoroso problema social.

O que antes de tudo importa é combater no coração o egoísmo, que se manifesta na vida individual pela opressão dos fracos e dos pobres (struggle for life) e pela subordinação dos interêsses coletivos aos interêsses pessoais; que se mostra na família pela substituição da lei do prazer à lei do dever e pela limitação artificial da prole que estanca, nas suas fontes, a vida dos povos; que se revela na vida social, em cima, pela opressão do capitalismo que explora o trabalho, em baixo, pela vingança do proletariado organizado, que nas paredes injustas, imola muitas vêzes os interêsses do bem comum e nacional às vantagens aleatórias ou aos despiques caprichosos de uma classe. Para combater êsse egoísmo multiforme tôda a moral individualista é radicalmente impotente. Urge restaurar a lei moral genuína, objetiva, com os seus fundamentos divinos, superiores às flutuações das paixões individuais.

Ainda uma vez perguntamos qual é no mundo moderno a única autoridade moral capaz de restabelecer assim nos corações o império abalado da lei interior das consciências? Porventura o protestantismo com o seu individualismo egoísta e as suas máximas vacilantes? Uma religião sem dogmas fixos, sem coesão social, sem autoridade moral, que eficácia pode exercer nas almas modernas, convulsamente revolvidas pela tempestade de fortes paixões desencadeadas? "Sem dogmas, já o disse JOUBERT, a moral não passa de máximas e sentenças; com o dogma, ela é preceito, obrigação, necessidade".[10] "Se é mister disciplinar os indivíduos e reprimir o egoísmo, é evidente que o cristianismo deve ser uma fôrça superior ao indivíduo e capaz de se lhe impor. O protestantismo baseado no racionalismo e no subjetivismo não tem meios para fortificar a noção fundamental do dever. A razão é de si impotente para exigir o sacrifício do indivíduo aos fins sociais. É fato de experiência que o protestantismo se apressou a reduzir o dever a um mínimo possível".[11] Eliminou o sacerdócio como guarda espiritual das leis morais; eliminou a necessidade das boas obras com a imoral teoria da justificação fideísta; eliminou o caráter sacramental e a indissolubilidade do matrimônio; eliminou o celibato e a virgindade, deturpou finalmente a noção de pecado mortal. Relaxaram-se destarte os freios que educam o coração e disciplinam a vontade.

---

10. JOUBERT, *Pensées*, I, 41 bis.
11. G. CHATTERTON-HILL, *The sociological value of Christianity*, London, 1912, p. 219.

Nem parou nisto a dissolução moral introduzida pela Reforma. No terreno fértil do livre exame — regra de ação como regra de fé — germinaram as mais extravagantes teorias atentadoras dos costumes particulares e públicos. "Não há aberração moral, não há licença mesma que, aqui e ali, não se tenha manifestado em alguma seita entroncada no protestantismo. E notai que, assim falando, não aludo sòmente a alguns fanáticos excêntricos, mas aos mais graves e autorizados entre os pensadores protestantes. Não foi na Alemanha que uma escola teológica teve a desfaçatez de sustentar que a união extraconjugal não é crime e que nunca fôra proibida pelo Evangelho ?"[12]

Só o catolicismo forte na constituição social que lhe deu o divino Fundador, opôs sempre o intransigente *non possumus* a tôdas as recalcitrações imorais das paixões coroadas e das paixões populares. Só na Igreja católica se encontram hoje os meios naturais e sobrenaturais capazes de defender a moralidade evangélica. As estatísticas que já estudamos mostram-no à evidência. O catolicismo, concedemo-lo de boa mente, não imuniza os seus membros contra as seduções poderosas do crime. A liberdade do homem é o último arbítrio de que dependem os seus destinos morais. Nas suas mãos está o observar ou não a lei cristã, o servir-se ou não dos meios de defesa que lhe subministra a religião. Mas, em geral, a eficácia superior da moral católica é um fato que não admite contestações. É nas populações fiéis à Igreja que o suicídio, o duelo, o divórcio e o neomaltusianismo, que ameaçam dissolver a família e as nações, encontram as mais fortes barreiras de resistência. O ilustre professor genebrino que mais de uma vez já tivemos ensejo de citar, indica-nos as causas desta superioridade da moral católica. "Para que a religião seja eficaz, diz êle, os seus mandamentos devem estar fora da esfera da discussão. Donde se segue que para ser uma fôrça social, no verdadeiro sentido da palavra, a religião deve ser dogmática, o seu critério deve ser objetivo, externo e superior ao indivíduo. Só o dogma indiscutível pode impôr-se com fôrça suficiente como um imperativo categórico... O protestantismo mostrou-se radicalmente incapaz de apanhar o verdadeiro sentido do conteúdo da religião e do seu papel na vida social. Por êste motivo tem sido sempre impotente para assegurar a integração da sociedade; longe de atuar como fôrça integrante, tende constantemente a produzir a desintegração, a engendrar a anarquia social. Era conseqüência inevitável: ao protestantismo falecem princípios capazes de atuar como freio suficiente sôbre o indivíduo e subordiná-lo a fins mais elevados".[13]

12. W. H. MALLOCK, *La vie vaut-elle la peine de la vivre?*(2), Paris, 1882, p. 245.

A evidência desta conclusão obscurada no século passado pelas paixões e pelo sofisma, acabou por dissipar as névoas e irradiar sua luz nos espíritos sinceramente observadores da realidade social. Na imensa seara de citações que poderíamos alegar enfeixemos uma pequena paveia de autoridades incontestáveis.

Na França ouçamos E. DE VOGÜE e A. LEROY-BEAULIEU. "Tous ceux qui regardent devant eux sont persuadés que rien ne peut préserver le monde de la crue démocratique et du socialisme que l'accompagne; on chercherait vainement en dehors de l'Eglise une force capable de diriger cette crue et de la dominer".[14] "La paix sociale! le christianisme seul peut nous l'apporter; en dehors de lui il n'y a que la guerre de classes; et la guerre de classes nous y marchons, la guerre de classes nous l'avons déjà. La papauté est là entre les armées, près d'en venir aux mains, qui nous montre dans l'Evangile les conditions de la paix, d'une paix qui dure".[15] Pela Inglaterra fale DEVAS: "A Igreja acusada de ser de outro mundo ou *weltflüchtig*, de contrariar a civilização material, é considerada pelos que aprofundam o olhar além da superfície das coisas *como a mais segura garantia dessa mesma civilização*".[16] Na Alemanha, nas vésperas da grande conflagração, assim se exprimia o célebre jurista, J. KOHLER, membro do conselho da universidade de Berlim: "Quem compreendeu o catolicismo deve confessar que êle possui

13. CHATTERTON-HILL, *The sociological value of Christianity*, pp. 214-5. Não maravilha, pois, que o ilustre catedrático, que não é católico, examinando a questão de um ponto de vista exclusivamente social, tenha proclamado a falência do protestantismo e a utilidade do seu desaparecimento. "O fato que o protestantismo não responde nem às necessidades sociais nem às necessidades individuais deve excluir esta forma de cristianismo de qualquer função no futuro desenvolvimento da sociedade ocidental. A eliminação do protestantismo que em tôda a sua existência só tem sido um agente de desintegração social, não poderá de modo algum modificar a situação até hoje dominante a não ser para torná-la mais clara...", pp. 228-29. Com a profundidade de sua intuição social, DE MAISTRE há quase um século havia chegado à mesma conclusão: "Pour rétablir une religion et une morale en Europe; pour donner à la vérité les forces qui exigent les conquêtes qu'elle médite, pour raffermir surtout le thrône des souverains (hoje, mais geralmente diríamos, o prestígio da autoridade), et calmer doucement cette fermentation générale des esprits qui nous ménace des plus grands malheurs, un préliminaire indispensable est d'effacer du dictionnaiie européen ce mot fatal, *protestantisme*". *Du Pape*, Conclusion. Ed. de Lyon, 1819, 617.

14. E. DE VOGÜE, *Affaires de Rome*, na *Revue des Deux Mondes*, 15 juin, 1887, p. 847.

15. A. LEROY-BEAULIEU, *La Papauté, le Socialisme et la Démocratie*, na *Revue des Deux Mondes*, 15 dez. 1891, pp 766-767.

16. CH. STANTON DEVAS, *The Key to the World's Progress*(2), London, 1908, p. 31.

um elemento de progresso de primeira ordem".[17] Da cátedra de Genebra o professor Chatterton não cessa de inculcar a necessidade: de voltar aos princípios católicos para salvar a sociedade: "Não pode haver dúvida que o catolicismo é de muito, é imensamente superior ao protestantismo quando consideramos essas religiões no ponto de vista social. O enfraquecimento da influência do catolicismo nos países longamente submetidos à sua salutar disciplina é invariàvelmente acompanhado de um enfraquecimento da autoridade e da coesão social".[18] E pouco depois, enfeixando o resultado de suas investigações sociais: "Como chave dêste estudo chegamos à conclusão de que o cristianismo constitui uma necessidade vital para a civilização européia e que a forma de cristianismo adaptada às exigências da sociedade ocidental não é o protestantismo senão o catolicismo. Porque só o catolicismo possui uma organização social, só o catolicismo é capaz de impor uma disciplina e assegurar a integração completa do indivíduo na sociedade, só o catolicismo constitui uma religião no verdadeiro sentido da palavra, visto como só êle faz apêlo a princípios supra-racionais. E se dum lado só o catolicismo é capaz de subordinar o indivíduo à sociedade e de garantir o sacrifício dos interêsses individuais aos coletivos, — de outro só êle se acha em condições de satisfazer às necessidades emotivas e místicas da alma individual".[19]

Mais perto de nós, no Portugal irmão, respondendo a um inquérito aberto pelo *Diário de Notícias*, assim se externava recentemente Antero de Figueiredo: "Penso que do restrito materialismo que há meio século vem encurtando o círculo do pensamento humano, de sua essência voante e expansivo, se soltará a flecha do espiritualismo direito aos céus. Penso que tôdas as negações religiosas reagirão em afirmações de fé e que ante a dispersão das consciências cristãs, a unidade da consciência católica, cada vez mais cerrada, será montanha de luz de tão eloqüênte fulgor que atrairá a si dos confins do mundo tantas almas, tantas, que vai aí surgir uma época de conversões em massa".[20]

---

17. J. Kohler, no *Der Tag*, 1914, n. 144.
18. Chatterton-Hill, *The sociological value of Christianity*, London, 1912, p. 231.
19. Id., *Op. cit.*, p. 251.
20. Antero de Figueiredo, na resposta dada em 16 de dez. 1919 ao questionário do *Diário de Notícias*, de Lisboa. Ao concêrto dos estrangeiros praz-me associar duas vozes de casa. "O catolicismo é uma fôrça insubstituível na direção espiritual dos homens e das coletividades, sem cujo concurso nenhuma obra social ou política pode ser duradoura". Andrade Bezerra, no *Jornal do Comércio*, do Rio, 30 de agôsto de 1922, p. 4. "Enquanto êsse espírito

Está julgada a questão. O Brasil é católico. Nasceu católico e católico há de viver. A nossa civilização, as tradições do nosso passado, as glórias de nossa história são inseparáveis da religião dos nossos pais. E não é quando o protestantismo alemão privado do seu papa fardado se debate numa confusão caótica; quando o protestantismo anglicano, na sua parte mais culta, se aproxima a grandes passos de Roma; quando o protestantismo norte-americano, pulverizado em mil seitas antagônicas, forma para o ateísmo e a incredulidade milhões de adoradores de Mamona; quando todo o mundo culto, não obcecado pelos preconceitos de partido ou pelo ódio sectário, proclama o catolicismo o mais forte baluarte da civilização ocidental ameaçada, que o Brasil, renegando a glória dos seus maiores, o credo de sua infância e de sua juventude há de macular a pureza de sua história religiosa com a nódoa de uma apostasia. Não; não queremos mil seitas a digladiarem-se no seio da nossa unidade espiritual; não queremos ver a família brasileira dilacerada na harmonia dos seus ideais mais elevados; não queremos assistir ao espetáculo doloroso dum povo, sempre unido nos vínculos de uma só Igreja, de uma só língua, de uma só pátria, a debater-se em lutas religiosas fratricidas.

Há no Brasil um problema religioso. Mas não é o que pensa o Sr. C. Pereira. Não se trata de alternativa de escolha entre o catolicismo e o protestantismo. Nosso problema religioso cifra-se na intensificação da vida católica no país. Cumpre reparemos os erros dos nossos maiores. O império, inspirado numa política liberal de vistas acanhadas, encadeou a atividade expansiva da Igreja. A república, iludida pelos falsos reflexos de uma liberdade de consciência mal entendida, eliminou a influência religiosa da vida oficial do govêrno. Contraminemos os efeitos dêstes desacertos. Trabalhemos por inocular nas massas populares a consciência austera dos seus deveres cristãos. Restituamos à escola a instrução religiosa, base insubstituível da educação moral e cívica. Saneemos a nossa política e a nossa administração, fortalecendo nas almas os

---

[que sobrepõe o desejo do bem comum à intratabilidade cega e surda do egoísmo] que é o da Igreja católica, e nomeadamente quanto à questão social, o dos ensinamentos de Leão XIII não triunfar na terra será vão esperar a paz entre as classes, a paz entre as nações". C. Magalhães de Azeredo, *O Vaticano e o Brasil*, Rio, 1922, pp. 91-2. E aplicando pouco depois ao Brasil: "Tenho a convicção mais firme de que êle [o ideal da nossa grande civilização futura] se realizará proporcionalmente à preponderância do espírito cristão nas instituições e nos costumes das novas sociedades americanas... Cristianismo para nós... quer dizer catolicismo", p. 98.

princípios eficazes da justiça e da abnegação social. Infundamos nas nossas leis o espírito vivificador do cristianismo. O direito de um povo deve espelhar a sua religião; a consciência jurídica de um país deve ser o reflexo de sua consciência religiosa.

Na realização dêste ideal de restauração católica na consciência dos indivíduos e no govêrno da sociedade, devem empenhar-se os esforços de quantos sentem palpitar no coração o amor da verdade e da grandeza da pátria.

A Igreja católica é a única fundada por Jesus Cristo, a depositária autêntica dos seus ensinamentos, a única via de salvação. Permanecer-lhe fiel é questão de consciência individual. Saibamos colocar a verdade acima de todos os interêsses do tempo.

A Igreja católica é a grande educadora dos povos, a mãe venerável da nossa civilização, a sábia impulsora do progresso intelectual, moral e religioso das nações, a amiga sempre sincera da humanidade. Permanecer-lhe fiel é questão de consciência nacional. Saibamos amar o Brasil, com patriotismo sincero e esclarecido.

APÊNDICE

O PRIMADO DE S. PEDRO NA ANTIGUIDADE CRISTÃ

I. TESTEMUNHO DOS SS. PADRES, DOS ESCRITORES ECLESIÁSTICOS E DA LITURGIA ANTIGA.

A) *Igreja latina.*

TERTULIANO (c. 160-223): "Latuit aliquid Petrum *aedificandae Ecclesiae petram dictum,* claves regni coelorum consecutum, et solvendi et alligandi in coelis et terris potestatem?" *De Praescriptione,* c. 22 (ML, II, 34).

S. CIPRIANO (200-258): "Petro primum Dominus, *super quem aedificavit Ecclesiam,* et unde unitatis originem instituit et ostendit, potestatem istam dedit, ut id solveretur (in terris), quod ille solvisset". *Epist.* 73, *ad Jubaianum,* n. 7 (ML, III, 1114) — "Nec Petrus quem primus Dominus elegit et *super quem aedificavit Ecclesiam suam,* cum secum Paulus de circumcisione postmodum disceptaret vindicavit sibi insolenter aut arroganter assumpsit ut diceret se primatum tenere, et obtemperari a novellis et posteris sibi potius oportere". *Epist.* 71 *ad Quintum,* n. 3 (ML, IV, 410).

S. MÁXIMO (c. 460): "Quanti ergo meriti apud Dominum suum Petrus erat, *ut ei* post naviculae parvae remigium *totius Ecclesiae gubernacula tradantur?*" *Serm.* 3, *de Apost.*

S. OPTATO DE MILÉVIO (c. 370): "Igitur negare non potes scire te in urbe Roma Petro primum cathedram essa collatam, in qua sederit *omnium apostolorum caput Petrus, inde Cephas appellatus*". *De schisma Donati,* 1. 2, n. 2 (ML, XI, 947).

S. AMBRÓSIO (340-397) "Ipse est *Petrus* cui dixit: *Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo* Ecclesiam meam. *Ubi ergo Petrus, ibi Ecclesia.* Ubi Ecclesia, ibi nulla mors". *In Ps.* XL, n. 30 (ML, XIV, 1082). — "Cui

[Petro] propria auctoritate regnum dabat [Christus], hujus fidem firmare non poterat? Quem *cum petram dixit, firmamentum Ecclesiae indicavit*". De fide, 1, 4. c. 5., n. 56 (ML, XVI, 628).

S. Jerônimo (331 ou 340-420): "Inter duodecim unus eligitur, ut *capite constituto*, schismatis tolleretur occasio" *In Jovin.*, lib. I, n. 26 (ML, XXIII, 247). — "Christus Petri largitus est nomen, ac secundum metaphoram petrae recte dicitur ei: *aedificabo Ecclesiam meam super te*. In *evang. Math.*, c. 16 (ML, XXVI, 117). — "Quid Platoni et Petro? Ut ille enim princeps philosophorum ita hic apostolorum fuit, *super quem Ecclesia... fundata*". *Adv. Pelag.* l. I, n. 14 (ML, XXIII, 506).

S. Agostinho (354-430): "Quid ergo incongruum si Petrus post hoc peccatum factus est *Pastor Ecclesiae*, sicut Moyses post percussum aegyptum factus est rector illius Synagogae?". *Contr. Faustum*, l. 22, c. 70 (ML, XLII, 445). — A Sé de Roma "ipsa est petra quam non vincunt superbae inferorum portae". *Psalm. contr. partem Donati* (ML, XLIII, 30) — "Petrus qui Paulo ante eum confessus erat Filium Dei et in illa confessione appelatus erat *petra supra quam fabricaretur Ecclesia*". *Enarrat. in* Ps. 69, n. 4 (ML, XXXVI, 869).

S. Leão Magno (m. 461): "De toto mundo unus eligitur Petrus qui et universarum gentium vocationi, et omnibus apostolis cunctisque Ecclesiae partibus praeponatur; ut quamvis in populo Dei multi sacerdotes sint, multique pastores, *omnes* tamen *proprie regat Petrus* quos principaliter regit et Christus". *Serm.* 4 *de assumpt. sua ad Pontificatum* (ML, 149-150).

S. Hilário (m. 366): "Petrus cui superiores claves regni coelorum dederat [Christus], *super quem Ecclesiam aedificaturus* erat adversum quam portae inferni nil praevalerent, qui quae in terris solvisset vel ligasset, ea in coelo vel soluta persisterent vel ligata" *Tract. in. Ps.* 131, n. 4 (ML, IX, 730).

S. Zenão de Verona (séc. IV): "Simoni, *super quem aedificavit Ecclesiam*, Petrus nomen imposuit". L. I, Tract. 13, n. 8 (ML, XI, 351).

S. Próspero de Aquitânia (m. 463): "Quis vero ambigat quis ignorat hanc *fortissimam petram*, quae ab ipsa principali petra communionem et virtutes sumpsit et nominis, hoc desiderium semper habuisse ut ei moriendi pro Christo constantia donaretur?". *De vocatione omnium gentium*, 2, 28 (ML, LI, 714).

B) *Igreja grega.*

Orígenes (c. 185-254): "Vide magno illi Ecclesiae fundamento et *petrae solidissimae super quam Christus fundavit Ecclesiam* quid dicatur a Domino..." *Hom.* 5 *in exodo* n. 4 (MG, XIII, 329) — *"Cui"* [Petro] *tamquam fundamento superstructa est Ecclesia* adversus quam nec ipsae inferorum portae praevaliturae sunt". *In Joan.* t. 5, n. 3 (MG, XIV, 188).

S. Basílio (331-379): "Jonae filium, qui fuit ex Bethsaida, Andreae fratrem, qui ex piscatore ad apostolatus ministerium vocatus est, qui, quoniam fide praestabat, *Ecclesiae aedificationem in se ipsum recepit*". *Ad. Eunomium*, l. 2, n. 4 (MG, XXIX, 580).

S. Gregório Nazianzeno (c. 330-390): "Vides quemadmodum ex Christi discipulis magnis utique omnibus et excelsis atque electione dignis, *hic petra vocetur* atque *Ecclesiae fundamenta* fidei *credita habeat*". *Orat.* 32, n. 18 (MG, XXXVI, 193).

S. Gregório Nisseno (m. c. 394): "Celebratur Petri memoria qui *apostolorum est caput* et una cum ipso cetera membra Ecclesiae glorificantur, Dei vero Ecclesia (in ipso) solidatur. Hic juxta praerogativam sibi a Domino concessam *firma ac solidissima petra* est super quam Salvator Ecclesiam fundavit. *Orat.* 2 *de S. Steph.* (MG. XLVI, 733).

S. Cirilo Alexandrino (m. 344): "Et Simonem eum (Christus) non jam vocari patitur, eum sibi pro sua potestate jam tunc ut suum vindicans, sed congrua similitudine Petrum a petra vocari placuit puta super quam *fundaturus erat suam Ecclesiam*". *In Joan. evang.*, 1. 2, 42 (MG, LXXIII, 220).

S. João Crisóstomo (c. 344-405): "Petrus itaque chori illius coryphaeus, Apostolorum omnium, *caput illius familiae, orbis totius praefectus, fundamentum Ecclesiae*". *Hom. in illud: "Hoc scitote"*, n. 4 (MG, LVI, 275).

S. Nilo (m. 430): "Qui vero *praeses in apostolorum choro* et semper in his *dux praestantior* fuit". *Tract. de voluntaria paupertate*, c. 8 (MG, LXXIX, 979) — "Videns *Ecclesiae primum lapidem, chori apostolici verticem*, post poenitentiam factam". *Epist.* 2, 261 (MG, LXXIX, 333).

Theophilatus: "Tu vero conversus confirma fratres tuos. Planus hujus intellectus is est: Quia te habeo ut *principem apostolorum, postquam*, negato me, fleveris et ad poenitentiam veneris, confirma coeteros. Hoc enim et decet qui, post me, *Ecclesiae petra es et confirmamentum*". *In c. XXI Lucae*.

Na *liturgia* grega lê-se "beatum te ac proprio te nomine dixit Petrum quasi *petram et basem Ecclesiae frangi nesciam*". — "Tamquam *in petra solida in te Petro*, Ecclesiam firmans Christus, in fide immotam eam stabiliat tuis precibus in aevum mansuram". Pitra, *Hymnographie de l'Eglise grecque*, Roma, 1867, pp. XLII, XLIX.

C) *Igreja siríaca.*

S. Afraates (m. c. 344): "Suscepit eum Petrum Dominus, *posuit eum in fundamentum, vocavitque eum petram, Ecclesiae aedificationem*". *Demonst.* 7 *de poenitentibus* n. 15 *Patrologia syriaca* ed. R. Graffier, Paris, 1904, P. I., t. I, p. 335.

S. Efrém (m. 373): "Simon, discipule mi, ego te *constituo fundamentum ecclesiae sanctae, Petram vocavi te* antea quia tu sustinebis totum meum aedificium; tu es inspector eorum qui aedificant mihi ecclesiam in terris". *Serm.* 4 *in hebdomad. sancta*, n. I, ed. de Th. Lamy, Mechliniae, 1882, t. I, 412.

Nos livros litúrgicos dos sírios, no ofício dos SS. Apóstolos: "Simon, *caput apostolorum*, rector, pastor et gubernator Ecclesiae". — Na mesma *liturgia siríaca*: "Beatus es, Simon Barjona, cui os vivens affirmavit dicens: beatus es quia *super te aedificabo* et stabiliam firmiter Ecclesiam sanctam". E. G. Khayyath, *Syri orientales*, 4.

No *Sínodo de Dadiesu,* convocado em 424, o bispo Agapito, demonstrando a necessidade da obediência dos bispos ao patriarca, assim se exprime: "Unus sit ejus [Spiritus Sancti] thesauri dispensator, Simon Barjona, qui cognominatus fuit Petra et *cui* promisit: "Super hanc petram aedificabo ecclesiam meam", et iterum: tibi dabo claves regni coelorum. Non dixit Christus omnibus discipulis: "super vos aedificabo" et "vobis dabo". E.G. KHAYYATH, *Syri orientales,* 5, 121.

D) *Igreja eslavo-russa.*

Nos *livros litúrgicos* dos russos lêem-se estas palavras: "[Petrus] *fundamentum Ecclesiae,* pastor dominicus omnium apostolorum, *dux apostolorum*". Num hino de quinta-feira na oitava da festa dos apóstolos canta a Igreja russa: "Oh! S. Pedro, príncipe dos apóstolos! primado apostólico! *pedra inamovível* da fé, em recompensa da tua confissão, *fundamento eterno da Igreja*... clavígero dos céus, eleito entre os apóstolos para ser depois de Jesus Cristo o *primeiro fundamento da Santa Igreja,* alegra-te; alegra-te, coluna inabalável da fé ortodoxa, chefe do colégio apostólico!".[1]

II. TESTEMUNHO DOS CONCÍLIOS ECUMÊNICOS

O *Concílio de Éfeso* (431, 3.° ecumênico) ouve e aprova as seguintes palavras do legado do papa S. Celestino: "Nulli dubium, imo saeculis omnibus notum est quod sanctus beatissimusque Petrus, apostolorum princeps et caput, fideique columna et *Ecclesiae catholicae fundamentum* a N.D.J.C. claves regni accepit". MANSI, IV, 1295 B.

O *Concílio de Calcedônia* (451, 4.° ecumênico) chama Pedro *"Petram et cupidinem Ecclesiae catholicae"*.

O 3.° *Concílio de Nicéia* (787, 7.° ecumênico) afirma: "Beatus Petrus... ubique *principatum obtinuit et obtinet*".

O 2.° *Concílio de Lião* (1274, 14.° ecumênico) declara que a Igreja romana recebeu "in beato Petro, *apostolorum principe sive vertice,* primatum cum potestatis plenitudine" MANSI, XXIV, 70 A. sg.

O *Concílio de Constança* (1414-1415, 16.° ecumênico) condenou a seguinte proposição de João Hus, ascendente próximo de Lutero: "Petrus non est nec fuit caput Ecclesia". MANSI, XXVII, 1290 C.

O *Concílio de Florença* (1442, 17.° ecumênico): "Definimus ipsum Romanum Pontificem esse successorem beati Petri *principis Apostolorum*... et ipsi in beato Petro pascendi, regendi et gubernandi universalem Ecclesiam a D.N.J.C. plenam potestatem traditam esse". MANSI, XXXI, 1030 D. sg.

---

1. Sôbre a Igreja russa e grega dissidente ver muitos outros documentos coligidos por J. DE MAISTRE, *Du Pape,* l. I, c. 20, Paris, 1819, pp. 82-99; GAGARIN, *Etudes,* t. II, 1857; ID., *La primauté de S. Pierre et les livres liturgiques de l'Eglise russe,* 1863.

ÍNDICE ANALÍTICO

PÁGINA

PREFÁCIO DA 1.ª EDIÇÃO 7
PREFÁCIO DA 2.ª E 3.ª EDIÇÃO 12
SIGLAS E ABREVIAÇÕES 13

LIVRO I

A IGREJA CATÓLICA

CAP. I. S. PEDRO, PRIMEIRO PAPA 17-95

INTRODUÇÃO. — A Igreja no plano divino, 17-21.

§ 1. — *Promessa e investidura do primado* 21-49

SUMÁRIO — Preeminência de Pedro no Colégio Apostólico, 21. — A grande promessa: *tu es Petrus,* 27; as chaves do reino dos céus, 35; o poder de ligar e desligar, 37. — Investidura solene do primado: *Pasce oves meas,* 41. — A voz dos séculos, 45.

§ 2. — *O primado de Pedro no colégio apostólico* 49-66

SUMÁRIO — Objeções do Sr. Carlos Pereira: os doze tronos, 49; a missão à Samaria, 50; S. Paulo "campeão antipapal", 51; S. Pedro e os papas, 60. — Provas positivas da tese católica: a superioridade de Pedro nos Evangelhos, 61; exercício do primado na Igreja primitiva, 62.

§ 3. — *S. Pedro em Roma* 66-95

SUMÁRIO — Tese católica, 66. — Provas: Testemunhos do século terceiro, 67; do século segundo, 69; do século primeiro, 74; de S. Pedro, 76. — S. Pedro, primeiro bispo de Roma, 82. — Argumento arqueológico, 84. — Objeções do Sr. Carlos Pereira: silêncio de S. Lucas, 87; de S. Paulo, 89. — Conclusão, 92.

CAP. II. S. PEDRO, PAPA IMORTAL 95-128

§ 1. — *Perpetuidade do primado de S. Pedro* 95-115

SUMÁRIO — Demonstração da tese católica: o Evangelho, 97; a razão, 98; a história e o primado do Pontífice romano, 102.

§ 2. — *Paralogismos e ilogismos pereirianos* 115-128

SUMÁRIO — Paralogismos: O concílio de Nicéia, 116; o concílio de Calcedônia, 118; a importância política de Roma, 120; as pseudo-isidorianas, 121; a ambição dos papas, 122. — Ilogismos: o primeiro papa, 126; exegese de um texto de S. Mateus, 127; vestígios antigos do papado, 128.

CAP. III. O MAGISTÉRIO INFALÍVEL 131-172

§ 1. — *Magistério infalível da Igreja* 131-142

SUMÁRIO — A Igreja, prolongamento de Cristo na história, 131. — Necessidade dum magistério infalível, 132. — Insuficiência da Bíblia, 134. — A infalibilidade da Igreja no Evangelho, 136; na consciência da cristandade, 137. — Imutabilidade doutrinal do ensino católico, 139. — Evolução do dogma? 140.

§ 2. — *Corolário fatal.* 143-151

SUMÁRIO — Onde estava a Igreja antes de Lutero? 143. — Evasivas do Sr. Carlos Pereira, 145. — "Pias testemunhas da verdade." 147.

§ 3. — *Infalibilidade do Papa.* 151-172

SUMÁRIO — Um dogma desfigurado, 152. — Noção da infalibilidade, 153. — Objeções fúteis, 156. — A infalibilidade na consciência da Igreja, 160. — Definição do Concílio Vaticano, 164. — Acusações protestantes: o concílio não foi ecumênico, 165; não foi livre, 168. — Conclusão: a infalibilidade no Evangelho, 170.

LIVRO II

A REFORMA PROTESTANTE

CAP. I. ORIGEM E PROGRESSO DA REFORMA 175-208

§ 1. — *Missão religiosa de Lutero* 175-195

SUMÁRIO — O profeta de Wittemberga, 175. — Exame de suas credenciais: milagres e profecias, 176. — Perfil moral de Lutero, 178; e dos outros reformadores, 188.

§ 2. — *Progresso da Reforma e suas causas* 195-208

SUMÁRIO — Causas predispositivas: corrupção dos costumes e humanismo, 196. — Causas próximas: internas, 196; e externas, 198.

CAP. II. PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO PROTESTANTISMO.. 209-230

§ 1. — *A regra de fé protestante e a Bíblia* 209-217

SUMÁRIO — Regra de fé da Igreja Católica, 209. — Regra de fé protestante, 211. — Sua crítica à luz do Evangelho, 212.

§ 2. — *O princípio fundamental do protestantismo à luz da história e da razão* 217-230

SUMÁRIO — A regra de fé no cristianismo primitivo, 217. — O exclusivismo do princípio bíblico condenado pela razão e pelo bom senso, 222.

CAP. III. CONSEQÜÊNCIAS DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO PROTESTANTISMO 231-292

§ 1. — *Causas que retardaram a dissolução religiosa do protestantismo* 231-236

SUMÁRIO — Efeitos imediatos do livre exame, 231. — "Catolicização" prática do protestantismo, 232. — Escravização ao poder civil, 234.

§ 2. — *Multiplicação de seitas* 237-249

SUMÁRIO — Desagregação sectária do protestantismo 237. — Prodígios de acrobacia intelectual em defesa de uma causa perdida: a "harmonia fundamental" do Sr. Carlos Pereira, 239.

§ 3. — *Dissolução dogmática do protestantismo* 249-264

SUMÁRIO — Destruindo dogmas, 250. — Cristianismo adogmático, 258. — Rumo do niilismo religioso, 259.

LIVRO III

CAP. I. A IGREJA, A REFORMA E A GRANDEZA ECONÔMICA E POLÍTICA DAS NAÇÕES 267-338

§ 1. — *A prosperidade material dos povos como critério religioso* 267-289

SUMÁRIO — O argumento protestante, 268. — Idéia da civilização de um povo, 270. — O critério protestante à luz da razão, 272; da história, 278; e do evangelho, 280. — Eficácia social do cristianismo, 282. — Réplica e tréplica: um fato e sua interpretação, 285.

§ 2. — *Decadência das nações católicas?* 290-307

SUMÁRIO — Espanha, 290. — Portugal, 294. — França, 295. — Áustria, 299. — Itália, 299. — Bélgica, 301. — Irlanda, 303. — Conclusões, 306.

§ 3. — *Marcha ascendente das nações protestantes?* 307-338

SUMÁRIO — Holanda, 307. — Países escandinavos, 309. — Suíça, 311. — Alemanha, 312. — Inglaterra, 317. — Estados Unidos, 333. — Conclusões, 334.

CAP. II. A IGREJA, A REFORMA E A CULTURA INTELECTUAL 339-371

§ 1. — *A Igreja e a cultura intelectual* 339-351

SUMÁRIO — Duas espécies de cultura, 340. — Pregação e catecismo, 340. — Instrução popular: escolas primárias, 343. — Estudos superiores; criações das universidades, 346.

§ 2. — *A Reforma e a cultura intelectual* 351-371

SUMÁRIO — Aniquilamento da razão na teologia de Lutero, 352. — Desorganização do ensino primário, 356. — Decadência das escolas secundárias e superiores, 357. — Guerra às belas-artes, 369.

CAP. III. A IGREJA, A REFORMA E A MORAL 373-448

§ 1. — *A moral nas doutrinas da Reforma* 373-389

SUMÁRIO — Introdução: a santidade na Igreja católica, 373. — Doutrinas morais da Reforma: ausência de princípios intelectuais, 375; determinismo fatalista, 377; dogmas negados, 379; dogmas afirmados, 382.

§ 2. — *A moralidade nos costumes da Reforma* 390-405

SUMÁRIO — Decadência geral dos costumes, 390. — Particularizado: abolição do celibato, 396; divórcio, 397; poligamia, 398; embriaguez, 402; egoísmo, 403.

§ 3. — *Estudo comparativo da moralidade nas nações católicas e nas nações protestantes* 405-447

SUMÁRIO — Causas de regeneração parcial na moralidade dos povos protestantes, 405. — Estado atual. Critério das estatísticas, 410. — Estatísticas criminais, 413. — Natalidade ilegítima e interpretação dos seus resultados, 414. — Divórcio, 435. — Suicídio, 441.

CONCLUSÃO 449

APÊNDICE 463

ÍNDICE ANALÍTICO 467

ÍNDICE ONOMÁSTICO 471

ÍNDICE ONOMÁSTICO

DOS AUTORES CITADOS

A

AFRAATES (S.), 65.
AGATÃO, 162.
AGOSTINHO (S.), 65, 82, 109, 110, 141, 161, 162, 221, 270.
ALFORD, 33.
ALLAIN, 362.
ALLEN (N.), 416.
ALTHAMER, 402.
ALZOG, 207, 378.
AMBRÓSIO (S.), 35.
ANATÓLIO, 120.
ANDRADE BEZERRA, 460.
ANDRÉ (J.), 394, 402, 403.
ARBITER (PETRUS), 395.
ARNOLDI, 201.
ATANÁSIO (S.), 106, 116.
AUDIN, 45, 194, 195, 199, 246.

B

BACHMANN, 201.
BAINVEL, 172.
BALMES, 251, 336, 337, 351, 371, 380, 405, 454, 455.
BANCROFT, 303, 325.
BARTHOLD, 310.
BASÍLIO (S.), 221.
BASNAGE, 85.
BATIFFOL, 86, 172.
BAUDRILLART, 337, 405.
BAUNARD, 297.
BAUR (F. C.), 81.
BEAUDOIN, 194.
BEAUMONT, 304, 305.
BELARMINO, 42.
BELZIUS, 394.
BERNADAKIS, 113.
BERSOT, 286.
BERTILLON, 418.
BERULLE, 314.
BEYSCHLAG, 257.
BICHLER, 195.
BIEDERMANN, 260.
BISPING, 53.
BLOCHINGER, 185.
BLOOMFIELD, 33.
BÓLGENI, 65.
BONIFÁCIO I, 107.
BONOMELLI, 172.
BOSSUET, 150, 182, 183, 199, 235, 264, 331, 400.
BOUGAUD, 232, 263, 298, 335, 337
BOUIX, 172.
BOURGET (P.), 298.
BRENNAN, 351.
BRUDERS, 86.
BRUNETIÈRE (F.), 453.
BRÜCK, 186.
BUCERO, 194.
BULLINGER, 199.
BURKARDT, 186.
BUTLER (C.), 164.

C

CAIO, 69, 82.
CALMET, 36, 37.
CALVINO, 113, 151, 180, 188, 189, 194, 199, 201, 378, 387, 397.
CAMERÁRIO, 358, 364, 365.
CAMPANA, 164.
CANTÚ, 304, 305.
CAPECELATRO, 324.
CAPRARA, 94.
CARLOS II, 196.
Carmen adv. Marcionem, 68.
CATHREIN, 260.
CECCONI, 164.
CELESTINO (S.), 108.
Centuriadores de Magdeburgo, 159.
CHATEAUBRIAND, 336, 351, 369.
CHATAM, 321.
CHATTERTON-HILL, 236, 457, 459, 460.
CHAVAUX, 256.
CHEMNITZ, 201, 378, 405.
CHEYNE (T. K.), 79.
CHYTRAEUS, 368.
CIPRIANO (S.), 67, 73, 109, 139, 161.
CIRILO ALEX. (S.), 65, 221.
CLARENDON, 205.
CLAUSER, 362.

Clemente Alex., 67, 69, 73, 81, 85.
Clemente Romano (S.), 75, 85, 104.
Cobbett, 45, 319, 361.
Cochin (A.), 330,331.
Coit (Th.), 325.
Collier, 360.
Cordi, 359.
Coustant, 107.
Crisóstomo (S.), 60, 64, 65, 221.
Cristiani, 195.
Culmann, 365.
Czecanovius, 400, 401.

D

D'Aguesseau, 44.
D'Alès, 86.
Danin-Borkowski (von), 86.
Dante, 256.
Darboy, 167.
Daremberg, 103.
De Beaurepaire, 362.
De Broglie, 377.
De la Brière, 276, 302, 337.
De Lagarde (G.), 337.
De Maistre, 100, 105, 109, 114, 144, 172, 178, 196, 198, 202, 251, 418, 454.
De Martin, 242.
Denifle, 195, 198, 199, 200, 203, 347, 353, 354, 405.
De Rossi (J. B.), 48, 86.
De Smedt, 82, 94.
De Stael, 261.
De Vogüe (E.), 459.
Devas, 320, 337, 453, 459.
D'Herbigny, 93, 120, 172.
Dieckmann, 172.
Dietemberg, 201.
Dietrich, 404.
Diodoro Sículo, 38, 77.
Dionísio de Corinto (S.), 70, 71, 72, 85.
Dixon, 398.
Doellinger, 149, 159, 182, 197, 310, 324, 325, 336, 353, 354, 365, 367, 371, 402, 405.
Droysen (J. G.), 314.
Duchesne, 109, 172.
Dudith, 368.
Dumont, 302.
Dupanloup, 167.
Du Pin, 36, 37.
Duplessy, 381.

E

Eberlin de Günzburg, 394.
Ecolampádio, 194, 362.
Efrém (S.), 65.
Egan (F.), 351.
Ehrenberg, 313.
Ellis (H.), 327.
Epifânio (S.), 221.
Erasmo, 177, 200, 356, 397.
Ertl, 429, 430.
Estrabão, 77
Eusébio de Cesaréia, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 83, 85, 217.
Ewald, 81.
Ewer, 262.

F

Faber, 194.
Facundo de Hermas, 58.
Faucher (L.), 329, 332, 413.
Fehling, 425.
Fessler, 164, 166.
Figueiredo (A. de), 460.
Filipe (S.), 110.
Fillion, 254, 264.
Filo, 79.
Fitz (W.), 192.
Flamérion, 296, 337.
Flash (Seb.), 193.
Flávio (J.), 38, 79.
Folletête, 337.
Fontenelle, 286.
Forster, 205.
Fouard, 81.
Frank, 404.
Frederico II, 197.
Freiberg, 196.
Freppel, 350.
Froude (J. A.), 434.
Fuller, 78.
Funk, 74.

G

Galiffe, 189, 190, 191, 206, 362.
Garofalo, 414.
Garrett, 294.
Garrucci, 47.
Gasparin, 262.
Gelásio de Cizico, 116.
Germanus, 195.
Gibbins, 318, 321.
Gibbon (E.), 139, 243, 244, 343.
Gieseler, 93.
Glareano, 365, 366.
Goebel, 53.
Goehres, 428.
Goerges, 365.
Goury du Roslan, 291.
Goyau (G.), 264, 383.
Graham, 337, 429.
Granderath, 164.
Grassl, 446.

Gratry, 230.
Greenwood, 67, 69.
Gregório Magno (S.), 58.
Gregório Nisseno (S.), 65.
Grisar, 69, 86, 93, 183, 184, 186, 194, 195, 198, 201, 204, 232, 383, 393, 405.
Grotius (H.), 77, 101, 232, 245, 368.
Guiraud, 195.
Guizot, 249, 284, 336, 343, 344.
Gutberlet, 172, 337.

H

Haebler (K.), 291.
Hahn-Hahn (Ida v.), 260.
Hallam, 361.
Hammerstein (L. v.), 426.
Hardie Keir, 319.
Harless, 234.
Harnack, 81, 93, 150, 253, 259, 355.
Hartmann, 263, 272.
Hase (K. v.), 33.
Hastings, 79.
Haulleville, 269, 276, 337.
Hegel, 251.
Hegesipo, 85.
Heidrich, 257.
Hemming (N.), 401.
Henke (C. L. Th.), 366.
Henrique VIII, 102.
Hergenroether, 164.
Hermann (W.), 257.
Hermann, 394.
Hermas, 85.
Hettinger, 343, 351.
Hipólito (S.), 68.
Hilgenfeld, 75.
Hilário (S.), 221.
Hoffmann, 81.
Holtzmann (H. J.), 33.
Homero, 43.
Hume, 196.
Hurter, 346.

I

Laeger (P.), 253.
Ickelsamer, 392.
Inácio de Antioquia (S.), 74, 84.
Imbart de la Tour, 195.
Inocêncio I, 107, 162.
Irineu (S.), 69, 73, 81, 82, 83, 85, 104, 109, 138, 161, 218.

J

Jacobi, 227.
Jacquart, 413.
Jalaguier, 33.
Jannet, 439, 440.
Janssen, 195, 207, 313, 357, 371, 400, 405.
Jeanmaire, 259.
Jeantet, 190.
Jerônimo (S.), 65, 82, 110, 161, 221.
Jessopp, 262.
João Damasceno (S.) 221.
Jorge, Duque de Saxônia, 201.
Joubert, 457.
Jouffroy, 341.
Judae (L.), 194.
Julicher (A.), 257.
Júlio I, 106.
Jurieu, 235.
Justiniano, 114.
Justo Jonas, 184.

K

Kaftan, 253.
Kampfe (W.), 440.
Kampschulte, 191.
Keil, 33.
Keim (Th.), 33.
Kirch, 185.
Kissling, 236, 264.
Kling-Braune, 53.
Knabenbauer, 53.
Knies (K.), 300.
Knox, 205.
Kohler (J.), 459, 460.
Krogh-Tonning, 135, 188, 224, 230, 255, 263, 264.
Krose, 410, 413, 415, 419, 421, 429, 433, 447.
Kübel, 425.
Kühnert, 438.
Kuinoel, 33.
Kurth (G.), 351.

L

Lanciani, 86.
Lânsio, 358.
Laurent, 314.
Laveille, 411.
Laveleye, 269.
Leão Magno (S.), 31, 80, 101, 162.
Leão XIII, 282.
Leibnitz, 85, 101.
Lemoine, 276.
Lémozin, 326, 337.
Leo (H.), 315.
Le Play, 298, 450, 451.
Leroy-Beaulieu (A.), 334, 417, 453, 459.
Lesker, 304, 305, 434, 435.
Lessing, 225.

Lester (Ch.), 331.
Lichtenberger, 264.
Lightfoot, 105.
Lindner (F.), 431.
Lingard, 304, 305, 322.
Littledale, 165.
Littré, 284.
Lodiel, 351.
Loisy, 27, 46, 98.
Loofs, 150, 252, 253.
Loria, 414.
Louandre, 346.
Luciano, 77.
Lutero, 95, 112, 114, 135, 151, 157, 175–188, 193–194, 197, 200, 203, 206, 228, 231, 232, 258, 353, 357, 363, 365, 378, 379, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 395, 397, 398, 399, 401, 403.

M

Macaulay, 204, 320, 324, 326, 328.
Macchi, (C.), 94.
Macgregor, 324.
Macmahon, 325.
Magalhães de Azeredo, 461
Maier (Ad.), 53.
Mainage, 188.
Maldonado, 36, 37.
Mallock, 455, 458.
Manners, 319.
Manning, 154, 164, 325.
Mansel, 33.
Marsh, 33.
Marshall, 411.
Martire (E.), 436.
Masaryk, 441, 447.
Mausbach, 313, 337.
Mayer, 33.
Mayr (G v.), 416, 439, 442, 443, 444.
Meckelburg, 196.
Melanchthon, 150, 180, 185, 186, 190, 197, 232, 364, 378, 384, 387, 392, 393.
Mênio (E.), 358.
Menkenius, 185.
Meyer (A.), 253.
Meyer (H. A. W.), 53.
Michael (E.), 313.
Michiels, 86.
Migne, 36.
Moehler, 355, 383.
Moigno, 289, 330, 337.
Monceaux, 76, 86, 94.
Monnier, 32.
Monod (G.), 244, 260.
Monsabré, 123.
Montalembert, 344.
Montesquieu, 282.
Moore (Th.), 199.
Moran (P. F.), 304.
Morselli, 443.
Motley, 370.
Mühler (J. T.), 378, 379, 383, 385.
Müller (E. F. K.), 206, 207.
Münzer, 180.
Murillo, 337.
Murray, 172.
Muskulus (A.), 393, 401.

N

Naudet, 337.
Naville, 45, 381.
Neumann, 428.
Nève (J. E.), 327.
Newman, 306.
Nicolas, 136, 192, 227, 307, 330, 337, 371, 402, 405, 410.
Niebuhr, 308.
Nitzsch, 252, 253.

O

Ochin, 144.
O'Connor, 405.
Oettingen, 414, 415, 426, 427, 431, 437, 442, 447.
Olpe (M.), 446.
Orígenes, 65, 67, 73, 81, 85, 138, 221.
Osiander, 446.
Ossiandro, 401.
Ottiger, 172.
Ozanam, 344.

P

Palmieri, 172.
Papias, 72, 81.
Papiro Masson, 194.
Pappus, 200.
Paquet, 351, 362, 371.
Paquier, 379.
Parson, 85.
Pashley, 324, 327, 328.
Pastor, 195.
Paulsen, 256, 260, 346, 355, 360
Paulus, 187.
Pausânias, 77.
Pavissich, 427.
Pelágio (Crist.), 359.
Pereira (E. C.), *passim.*
Perez (A.), 205.
Perreyve (H.) 172.
Pesch (H.), 280, 337.
Petri (J. H.), 359.
Pezenhoffer, 447.
Pfanneri, 207.

Pfleiderer (O.), 33, 259.
Philippson, 313.
Philosophumena, 68.
Pinard de la Boullaye, 264.
Pio xi, 311.
Pirkheimer, 394.
Placzek, 446.
Planck, 264.
Platão, 134.
Plínio, 77.
Pôrto Carreiro, 435.
Poulpiquet, 172.
Prantl, 366.
Prescott (W. H.), 370.
Prunel (L.), 351.
Puffendorf, 85, 101.
Punier, 260.

Q

Quinet (E.), 207.

R

Rasperger, 135.
Rass, 395.
Régio (Urb.), 367.
Reischl, 53.
Renan, 79, 81, 243, 298.
Rendu (E.), 329, 330, 345.
Richter, 202.
Riggenbach, 394.
Rivius, 395.
Rogers (E. Th.), 319, 320.
Rohden, 257.
Rohnert, 258.
Rohrbach, 263.
Roiron, 59, 60.
Rommel, 360.
Roosevelt (T.), 334.
Rosenmüller, 33.
Roskovany, 172.
Rost, 252, 263, 337, 421, 423, 425, 446.
Rousseau (J. J.), 188, 245, 256.
Roussel (N.), 268, 275, 317.
Rui Barbosa, 8, 228.

S

Sabatier, 133, 253, 257, 259, 387.
Saedler, 415.
Sanguinetti, 94.
Sattler, 401.
Scaglia, 47.
Schade, 198.
Schaefer, 53, 261.
Schaff (Ph.), 81, 93.
Schanz, 172, 346, 351.
Scheel (H. v.), 414.
Schelling (F. W. J. v.), 33.
Schenkel, 252.
Schérer, 262.
Schnedermann, 53.
Schoenberg (G.), 312.
Schoettgen (Chr.), 80.
Scholz (H.), 261.
Schreiber, 365.
Schultes, 172.
Schulze (E.), 236.
Schwane, 383.
Schwegler (A.), 81.
Schweitzer, 254, 258.
Sertillanges, 8, 271.
Sheffield, 321.
Sinopoli di Giunta, 351.
Sirício (S.), 107.
Sirmond, 344.
Smith (S.), 331.
Smith (W.), 77, 78.
Sócrates, 117.
Soloview, 22, 172.
Spitta, 259.
Stapfer, 387.
Staphylus, 397.
Starck (von), 85.
Staudlin, 144.
Steeg, 255.
Stendel, 261.
Sticker, 426.
Stillich, 263.
Stoeckel, 353.
Straub, 172.
Strauss, 226.
Stroband, 360, 365.
Sudhoff, 368.
Suetônio, 88.
Sulpício Severo, 82.
Sulze, 257.
Sutcliff, 165.
Sutherland, 79.

T

Taine, 297.
Teodoreto, 60, 113.
Teodoro de Mopsuesta, 58.
Teodósio Magno, 113.
Teófilo de Antioquia (S.), 138.
Theiner (A.), 236.
Tertuliano, 36, 68, 73, 85.
Thierry (A.), 343.
Thiersch (H.), 81.
Thommen, 362.
Thompson, 33.
Thyselius, 363.
Tomás de Aquino (S.), 100, 163.
Toniolo, 453
Troeltsch, 259.
Trümpelmann, 252, 257, 260, 261.

V

Vermeersch, 302.
Veuillot (L.), 296.
Vialatoux, 454.
Vicente de Lerins (S.), 221.
Villers (Ch.), 370.
Vinet (A.), 136.

W

Wagner (C.), 428
Waldner, 401.
Wappaeus, 435.
Waterwort, 324
Weber (C. F.), 360.
Webster, 251.
Weirych, 337.
Weiss (A. M.), 33, 195, 254, 264.
Weizsaecker, 253.
Wendt. 253.
Wernle, 253.
Wiesinger, 81.
Wilmers, 172.
Winer, 366.
Wiseman, 35, 36, 224.
Wizel, 400, 404.
Wolf (J.), 425.
Worther, 364.
Wright, 440.

Y

Young (A.), 337.

Z

Zahm, 351.
Zahn (Th.), 33, 81, 263.
Zahn, 371.
Zeller (E.), 81, 353.
Zósimo (S.), 107.
Zwinglio, 192, 194, 199, 378, 396.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR EM OUTUBRO DE 1948, NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA OUVIDOR S. A., À RUA DO LAVRADIO, 162/166 — RIO DE JANEIRO, BRASIL

(*Continuação da 1.ª orelha*)

impunha em nossas letras, confirmando essa velha tradição da cultura nacional, de que nos primeiros livros colocam logo os nossos autores o melhor de sua genialidade.

Quem perguntasse, ao tempo, quem era êsse jesuíta até à véspera desconhecido, saberia que se tratava de um *estudante* de teologia, que só três anos mais tarde iria completar os seus estudos! Um estudante, sim. E no entanto, que segurança, que dialética, que agilidade no manejar do instrumento polêmico em obra de filosofia da história, sem jamais descer à velha tradição nacional da polêmica "em mangas de camisa". Leonel Franca trazia ao gênero uma contribuição nova: polêmica baseada numa grande erudição, instrumentada numa vernaculidade inatacável e argumentada com uma elegância de grande senhor.

Êste livro ficou logo clássico. Apesar de suas proporções, granjeou para o autor uma glória quase intangível. Mas não ficou solitário. Foi um início e não um relâmpago. Depois dêle vieram muitas obras, de repercussão ou penetração ainda maiores pelo seu caráter ou por suas proporções. Mas a obra reveladora, aquela que marcou *uma data,* na história do autor e na história das nossas letras contemporâneas, essa continua a ser o livro que hoje temos a honra de reeditar "A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO" já em sua quinta e *definitiva* edição, pois foi a última *pessoalmente revista* pelo seu glorioso autor.